

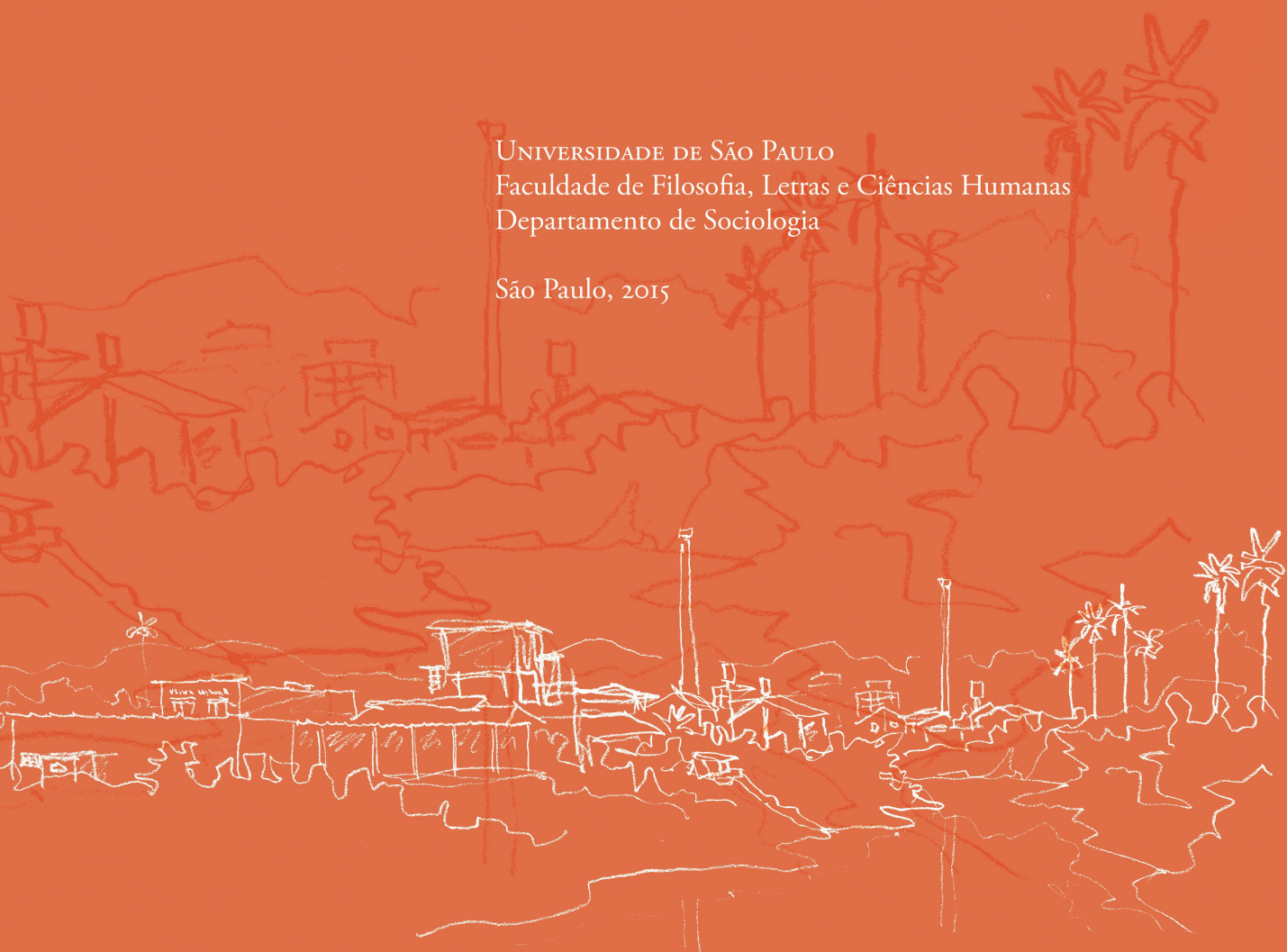
Vanessa Moreira Sígolo

## A CONTRAPELO

AUTOGESTÃO, RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS  
E A USINA CATENDE EM PERNAMBUCO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Departamento de Sociologia

São Paulo, 2015



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**A CONTRAPELO**  
AUTOGESTÃO, RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS  
E A USINA CATENDE EM PERNAMBUCO

VANESSA MOREIRA SÍGOLO



SÃO PAULO

2015



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**A CONTRAPELO**  
AUTOGESTÃO, RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS  
E A USINA CATENDE EM PERNAMBUCO

VANESSA MOREIRA SÍGOLO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

ORIENTADOR: PROF. DR. FRANCISCO MARIA CAVALCANTI DE OLIVEIRA

SÃO PAULO  
2015



*Aos trabalhadores de Catende.  
Aos que lutaram e lutam por autogestão.*



## AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é fruto de experiências iniciadas há vários anos, quando conheci as primeiras organizações coletivas de trabalhadores, através da extensão universitária, e compreendi o sentido transformador da aproximação entre a teoria e a prática. Ao retomar essa trajetória e sua inspiração anterior, há muitos agradecimentos a serem feitos e nem todos conseguirei nomear.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Francisco de Oliveira, pela inspiração e grande generosidade com a qual acolheu minha proposta de pesquisa e reflexões, compartilhando a sua enorme experiência e conhecimento sobre o Brasil e a sua terra natal, Pernambuco;

à Prof<sup>ta</sup>. Sylvia Leser de Mello, que há muitos anos inspira a minha trajetória intelectual, militante e pessoal, querida amiga a quem agradeço o diálogo instigante e as diversas contribuições a minha formação e a este trabalho; ao Prof. Paul Singer por tantos ensinamentos, pela inspiração de sua utopia militante e pela convivência sempre generosa; à Prof<sup>ta</sup>. Maria Célia Paoli, pelo estímulo intelectual, em suas aulas e também no grupo de estudos sobre política; ao Prof. Ruy Braga, pela enriquecedora experiência das monitorias e importantes sugestões na qualificação e ao longo do trabalho; e também aos amigos do doutorado em Sociologia, Marcelo Campos, Matheus Gato, Leonardo Ostronoff, Juliana Tonche, Dimitri Silva e Rafael Godoi;

ao Prof. Michael Löwy, pela generosa acolhida em Paris para o “doutorado-sanduiche” na EHESS, pelo diálogo inspirador e orientações à pesquisa; ao Prof. Ricardo Antunes, pelo apoio a esse processo; aos militantes da *Association Autogestion*, Richard Neville, Benoit Borrits e companheiros de Besançon, aos trabalhadores da Fralib, em Marselha, e ao Eric Leboutellier da *Association des Amies et Amis de la Commune de Paris 1871*, pelos intercâmbios e trabalhos em conjunto; e aos amigos que me apoiaram nessa jornada, em especial Marcelo Burgos, Eduardo Dimitrov, Maíra Volpe, Ana Dubeux, Caroline Vabret, Pierre Mayaux, Carolina Pulici, Zilda Martins, Sabira Alencar, Suenya Santos, Glauber Sezerino, Pia Cevallos, Veli Pehlivan, Nataly Mariz, Klaus Reis, Élen Schneider, Eva Gutjahr, Tais Viudes, Daniel Andrade, Luis e Jackline Rabelo;

ao coletivo de pesquisadores do Grupo de Pesquisa de Empresas Recuperadas por Trabalhadores - GPERT, Flávio Chedid, Sandra Rufino, Vicente Nepomuceno, Mariana Giroto, Fernanda Araujo, Alejandra Paulucci, Maíra Rocha, Thiago Nogueira e Maurício Sardá, importantes companheiros na construção da pesquisa nacional, cujos resultados e reflexões coletivas subsidiaram o início desse trabalho; ao Luigi Verardo, pelas conversas estimulantes e por compartilhar sua experiência de vida e de trabalho na ANTEAG; ao Claudio Nascimento, pelo

apoio no estudo da autogestão na história e na França; ao Fábio Sanchez e ao Wagner Romão, pelas indicações bibliográficas e sugestões à pesquisa;

aos trabalhadores das empresas recuperadas no Brasil, listadas ao final do trabalho, que nos receberam durante a pesquisa nacional e também aos trabalhadores das empresas recuperadas na Argentina, em especial do Bauen, da Brukman, da Cooperativa La Cacerola e da Textil Pigué; e ao Andrés Ruggeri, pelo intercâmbio com seu trabalho engajado no Programa *Facultad Abierta* na UBA;

ao Prof. José Sergio Leite Lopes, pelas indicações à pesquisa em Pernambuco; aos amigos que tornaram a experiência em campo ainda mais memorável, ao Lenivaldo Lima; à Diana Moura, à Monica Vilaça, às irmãs Sandra e Marisa e ao Thiago; à Carolina Chermem, por intercâmbios de pesquisa; ao Pe.Tiago Thorlby e ao Geovani Silva, da CPT, e ao Prof. Miyashi e ao Eduardo Menezes, por dados, contatos e fotografias;

aos trabalhadores da Usina Catende, do campo e da indústria, Ednaldo Silva, Joel Oliveira, Edileusa Silva, José Severino Silva, Roberto Silva Neto, Etienne Andrade, Cícero “Guará” Silva, Eurides Silva, Cícero Silva, Elenildo Pena, Marivaldo Andrade, Ivanildo Santana, Edvaldo Silva, Maria Sales, José Vieira e também Arnaldo Liberato, Bruno Ribeiro e Lenivaldo Lima, por compartilharem suas histórias de vida e de luta; e também aos demais entrevistados pelas informações concedidas;

aos funcionários da universidade, Gustavo Mascarenhas, da Sociologia, e Lucinéia Almeida, do CENEDIC, sempre atenciosos; e à CAPES, pela bolsa de pesquisa no Brasil e no estágio doutoral na EHESS;

aos companheiros da ITCP USP, NESOL USP, Instituto Kairós e Faces do Brasil, pelos aprendizados em tantos anos de trabalho coletivo; e aos amigos queridos de vários cantos, Fabi, Beto, Luana, Thais M., Renata, Fabíola, Thais G., Kika, Anna, Thalles, Rosana, Fátima, e em especial a Camila, Mari e David por revisões;

a minha família Cardoso Moreira e Ferrari Sígolo, pela base fundamental e amor de sempre; à família Mies Tamasauskas, pela acolhida carinhosa e estímulo, e à Larissa Bombardi, pelas conversas e indicações bibliográficas;

a minha querida irmã, Letícia, grande amiga de toda a vida, companheira intelectual e militante, pela inspiração, incentivo e diálogo imprescindíveis, por suas leituras, comentários e várias contribuições ao trabalho; e ao Gabriel, pelo importante apoio, bonito projeto gráfico e inspirados desenho e capa;

aos meus pais, Lêda e Sérgio, com admiração e amor, pela inspiração, ensinamentos e apoio incondicional, pelo exemplo de vida dedicada ao público, pelo gosto por conversar e pensar criticamente o mundo;

ao Nicolas, por sua presença fundamental na minha vida, desbravando o velho e o novo mundo ao meu lado, pelo apoio, leituras e conversas, por tantas descobertas e aprendizados compartilhados, com muito amor.

## RESUMO

A presente tese propõe-se a contribuir com os estudos sobre resistência e ação política das classes trabalhadoras no Brasil, a partir da análise de experiências de autogestão e recuperação de empresas por trabalhadores, fenômeno que surge no país no contexto de redemocratização e de forte crise econômica nas décadas de 1980 e 1990. Para isso, o trabalho investiga a história de luta dos trabalhadores daquela que foi considerada por estudiosos do tema a maior experiência de autogestão da América Latina, a Usina Catende, em Pernambuco. Situar os casos contemporâneos no rastro da história das experiências de autogestão dos trabalhadores, que ultrapassa as fronteiras nacionais e nos conduz às lutas associativistas do início da Revolução Industrial; apresentar um panorama atual das recuperações de empresas por trabalhadores no país, com a análise de dados coletados em estudo nacional realizado com pesquisadores de dez universidades brasileiras em 2012; e analisar a experiência dos trabalhadores de Catende no período em que lutaram para manter o seu trabalho, buscando criar novas relações sociais na produção do açúcar e em suas vidas são os objetivos dessa pesquisa, inspirada nos conceitos sobre história de Walter Benjamin e em seu significado para os estudos sociológicos.

### PALAVRAS-CHAVE:

Trabalho, Política, Autogestão, Empresas Recuperadas por Trabalhadores, Usina de açúcar.

## ABSTRACT

The purpose of this thesis is to contribute to the study of the working-class resistance and political action in Brazil, through the analysis of experiences of workers' self-management and recovery of enterprises: a phenomenon which arises in the country in the context of re-democratization and a serious economic crisis in the 1980s and 1990s. To do this, the study investigates the history of a workers' struggle considered by researchers to be the largest self-management experience in Latin America: the Catende sugar refinery in the Brazilian state of Pernambuco. The research was inspired by Walter Benjamin's concepts of history and its significance for sociological studies. Based on those, the objectives of this study are: to situate contemporary cases in the historical path of self-management experiences of workers, which transcends national borders and take us back to the associative struggles of the early Industrial Revolution; to present a current overview of the experiences of worker recovered enterprises in the country, with an analysis of the results of a national joint study conducted by researchers from ten Brazilian universities in 2012; and to analyze the experience of the Catende workers during the period in which they fought to keep their jobs, aiming to create new social relations in sugar production and in their lives.

## KEYWORDS:

Work; Politics; Self-Management; Worker-Recovered Enterprises, Sugar Refinery.

## LISTA DE ABREVIATURAS

- ACR - Animação dos Cristãos no meio Rural
- AIT - Associação Internacional dos Trabalhadores
- ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária
- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Economia e Social
- CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
- CEDAL - Centro de Estudos do Desenvolvimento na América Latina
- CFDT - Confederação Francesa Democrática do Trabalho
- CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPT - Comissão Pastoral da Terra
- CUT - Central Única dos Trabalhadores
- DAP - Declarações de Aptidão ao PRONAF
- EHESS - École des Hautes Études en Sciences Sociales
- FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura
- FETAPE - Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco
- IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- ITCP USP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo
- MPT - Ministério Público do Trabalho
- MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
- NESOL USP – Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PCB - Partido Comunista do Brasil  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar  
PSB - Partido Socialista Brasileiro  
PT - Partido dos Trabalhadores  
SENAES MTE - Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego  
SORPE - Serviço de Orientação Rural de Pernambuco  
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
TDAs - Títulos da Dívida Agrária  
UBA - Universidade de Buenos Aires  
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1 – Setor de atividade das empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil	104
Gráfico 1.2 – Data de início do processo de recuperação da empresa pelos trabalhadores	107
Gráfico 3.1 – Área de cultivo de cana-de-açúcar por Unidade da Federação	188
Gráfico 3.2 – Produção de açúcar por região do país	189
Gráfico 3.3 – Evolução do preço do açúcar exportado na Bolsa de Nova Iorque	305
Gráfico 3.4 – Evolução do preço do açúcar cristal e do etanol hidratado no Brasil	305

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 – Distribuição das empresas recuperadas por estado	106
Tabela 1.2 – Porte das empresas por número de trabalhadores	106
Tabela 1.3 – Quantidade de empresas por faixa de diferença de retiradas (“salários”)	111
Tabela 3.1 – Produção da Usina Catende entre 1995 e 2010	260
Tabela 3.2 – Receita Operacional Anual Bruta da Usina Catende	261
Tabela 3.3 - Áreas Utilizadas com Culturas – 2007	263
Tabela 3.4 - Animais da Agricultura Individual / Familiar – 2007	263

## LISTA DE MAPAS

Mapa 3.1 – Assentamento Governador Miguel Arraes no Estado de Pernambuco	255
Mapa 3.2 – Distribuição dos engenhos nos municípios da área de abrangência	255
Mapa 3.3 – Organização Espacial e Produtiva do Assentamento	279

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 – Cartaz da Comuna de Paris (1871)	78
Figura 1.2 – Cartaz da Marcha pela Lip, Besançon (1973)	78
Figura 1.3 – Cartaz do Encontro “Lip 40 anos”, Besançon (2013)	78
Figura 1.4 – Encontro na Fralib, Marselha (2014)	78
Figura 3.1 – Usina Catende, pintura a óleo (artista: José Adir)	192
Figura 3.2 – Usina Catende, vista aérea em 1970 (Arquivos de Eduardo Menezes)	192
Figura 3.3 – Reportagem da Revista Cruzeiro sobre a Usina Catende (1941)	196
Figura 3.4 – Organograma da Usina Catende em 1940	196
Figura 3.5 – “Locomotiva e letreiro com tipos usuais da Usina”, 1971 (gravura de José Cláudio)	208
Figura 3.6 – “O casulo cachimbador”, Catende, 1971 (gravura de José Cláudio)	208
Figura 3.7 – “A Dança da Sacaria”, Catende, 1971 (gravura de José Cláudio)	208
Figura 3.8 – Visita de Miguel Arraes à Catende, década de 1980 (Arquivos do Prof. Miyashi)	220
Figura 3.9 – Usina Catende, 2003 (Arquivos da ANTEAG)	220
Figura 3.10 – Usina Catende, 2003 (Arquivos da ANTEAG)	220
Figura 3.11 – Comunidade Rural em Catende (2012)	230
Figura 3.12 – Campo da Usina Catende (2012)	230
Figura 3.13 – Campo da Usina Catende (2012)	230
Figura 3.14 – Caminhão da Usina Catende (2012)	230
Figura 3.15 – Usina Catende (2012)	230
Figura 3.16 – Comunidade rural em Catende (2014)	236
Figura 3.17 – Comunidade rural em Catende (2014)	236
Figura 3.18 – Entrada da Usina Catende (2014)	236
Figura 3.19 – Pátio interno da Usina Catende (2014)	236
Figura 3.20 – Usina Catende (2014)	236



# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
<b>PARTE I</b>	
CAPÍTULO 1 – OCUPAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS POR TRABALHADORES: SUJEITOS DA PESQUISA	31
1.1 Origens históricas da ocupação e recuperação de empresas por trabalhadores	40
<i>Tecendo fios com o passado: breve retomada no movimento operário</i>	42
1.2 Emergência das ocupações e recuperações de empresas por trabalhadores no Brasil	79
<i>A recuperação de empresas na história da luta dos trabalhadores no país</i>	80
<i>Breve panorama atual das experiências: a pesquisa nacional</i>	101
CAPÍTULO 2 – RESISTÊNCIA, POLÍTICA E AUTOGESTÃO DAS CLASSES TRABALHADORAS: QUESTÕES PARA O PENSAMENTO SOCIOLÓGICO CONTEMPORÂNEO	119
2.1 Sociologia e dialética: novas e antigas questões	121
2.2 Experiência e história: fundamentos da análise sobre autogestão e recuperação de empresas por trabalhadores	127
<b>PARTE II</b>	
CAPÍTULO 3 – LUTAS DE CLASSES E AUTOGESTÃO: HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIAS DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA CANA	151
3.1 A produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata de Pernambuco: dominação e resistências	160
3.2 Usina Catende: do “vapor do diabo” à luta dos trabalhadores por sua autogestão	193
3.3 Autogestão no Brasil açucareiro: histórias de resistência dos trabalhadores da Usina Catende pós-1990	221
<i>Emergência da luta por justiça</i>	228
<i>Recuperação do trabalho e conquista da terra</i>	238
<i>Autogestão e resistência política</i>	273
<i>O “bote” do juiz e o fechamento da Usina</i>	303
<i>Catende hoje</i>	340
IMAGENS DIALÉTICAS DA AUTOGESTÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: CONSIDERAÇÕES FINAIS	355
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	373
ANEXO - Lista de empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil (2012)	383



## INTRODUÇÃO

O narrador conta o que ele extrai da experiência – sua própria ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história (Walter Benjamin, *O Narrador*, 1987, p. 201).

Esse trabalho pretende contribuir para a compreensão do Brasil contemporâneo a partir do estudo de uma importante manifestação de resistência e ação política das classes trabalhadoras: as experiências de ocupação e recuperação de empresas pela autogestão de trabalhadores. Essas experiências marcaram a história do país no final dos anos 1980 e principalmente nos anos 1990, e ainda se mantêm ativas na atualidade<sup>1</sup>, como uma expressão concreta e singular de luta pelo trabalho e de reação frente às formas capitalistas de exploração dos trabalhadores no contexto do neoliberalismo. De forma geral, a pesquisa buscou produzir análises para uma interpretação dos significados políticos dessas experiências na história da luta de classes no Brasil.

As empresas ocupadas e recuperadas por trabalhadores, como apresentam alguns dos principais autores que estudam o tema no país, como Paul Singer (2000), Claudio Nascimento (2005), entre outros<sup>2</sup>, surgiram de forma intensa em um período de forte crise econômica relacionada à abertura do mercado nacional, na virada dos anos 1990, e resultante da integração do país aos processos de mundialização da economia e de implantação de políticas neoliberais. Essas experiências foram criadas por trabalhadores que resistiram em somar-se ao crescente

---

<sup>1</sup> Como demonstra a pesquisa nacional realizada em 2012, apresentada no Capítulo 1 deste trabalho.

<sup>2</sup> Paulo Lisandro Amaral Marques (2006), Henrique Tahan Novaes (2007), Maurício Sardá de Faria (2011), Flavio Chedid Henriques (2014), entre outros destacados nas referências bibliográficas.

contingente de desempregados, movidos pela luta por sobrevivência, e que se organizaram coletivamente para ocupar e recuperar as empresas em falência nas quais trabalhavam. Nesse contexto, foram colocadas em prática, na maioria das vezes, sem uma formulação mais clara do processo e do significado de sua ação, novas relações de trabalho associativas que se distinguem da relação patrão-empregado e do assalariamento, como será analisado ao longo deste trabalho.

Essas experiências, mesmo que marginais frente ao processo hegemônico de reprodução do sistema capitalista, têm importante significado ao apresentarem uma prática concreta de resistência ao desemprego e, portanto, constituem-se em uma expressão da ousadia de trabalhadores e trabalhadoras em recusar e transformar o destino para eles previsto. Ao resistirem em fazer parte anônima das elevadas estatísticas de desemprego do período, em alguma medida, esses trabalhadores tornaram-se sujeitos de experiências coletivas que, em meio a diversas contradições, apresentam singularidades e diferenças frente às relações predominantes de trabalho e de propriedade capitalistas, que necessitam investigação.

Como explicar esse fenômeno? Como foi possível a emergência dessas experiências no contexto de forte crise econômica e de refluxo dos movimentos sociais após a abertura política do país? O que motivou esses sujeitos a tomarem, resistirem e recuperarem fábricas, em um universo de tantas outras empresas em falência nas quais não emergiram reações coletivas semelhantes? Quem são os trabalhadores envolvidos? Como eles resistiram e conseguiram retomar e manter a produção em dezenas de casos no país durante vários anos e por vezes até a atualidade? Que conflitos enfrentaram e enfrentam? Como compreender as lutas pela recuperação de empresas e por autogestão na história dos trabalhadores do Brasil? Essas questões inserem-se no debate sobre a interpretação das classes trabalhadoras e populares no pensamento sociológico.

Com referências nas vertentes clássicas do pensamento sociológico, diferentes perspectivas teórico-políticas foram desenvolvidas sobre a resistência e ação política das classes trabalhadoras e populares no Brasil, sendo possível identificar, em um breve panorama introdutório, alguns momentos histórico-interpretativos sobre o tema, no qual buscamos situar a presente pesquisa.

A partir do início da década de 1960 surgiram no país de forma mais significativa estudos sociológicos sobre as classes trabalhadoras. Nesse período, foram produzidos os pioneiros trabalhos de Juarez Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso, Azis Simão, Leôncio Martins Rodrigues e José Albertino Rodrigues,

sobre os trabalhadores na sociedade brasileira.<sup>3</sup> Esses primeiros estudos, conforme analisaram Maria Célia Paoli, Eder Sader e Vera da Silva Telles (1984), tiveram como principais características a ênfase nas macrodeterminações do sistema capitalista e a tese da passividade e fraca associatividade dos trabalhadores no Brasil, expressa em análises sobre “os desajustamentos dos trabalhadores na sociedade industrial, a falta de consciência de classe do proletariado e o estabelecimento de um sindicalismo operário controlado pelo Estado” (p. 132).

Após um recesso dos estudos sobre os trabalhadores durante a ditadura militar no Brasil<sup>4</sup>, no contexto de intensa mobilização operária e popular das lutas pela abertura política, no final dos anos 1970, verifica-se o surgimento de um novo momento histórico-interpretativo. Nesse período, marcado pelo maior ciclo de greves ocorrido na história do país<sup>5</sup>, a pesquisa sociológica abriu-se à análise da ação política das classes trabalhadoras e populares e da formação de novos sujeitos políticos no país. Por essa perspectiva, esses estudos singularizam-se por uma abordagem que valoriza os sujeitos e o significado da cultura na luta de classes. As pesquisas sociológicas sobre as classes trabalhadoras, ultrapassando os muros das fábricas, ocuparam-se inclusive das interpretações dos sujeitos e de suas experiências cotidianas. Tal enfoque resultou também do crescimento da atuação comunitária de grupos de esquerda, como consequência da repressão militar e da perspectiva crítica à estrutura sindical vigente, que se mantinha intacta desde a sua criação no Estado Novo (1937-1945) e útil ao regime ditatorial.

Nesse período, novas análises esclareceram sobre as facetas perversas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e seu círculo vicioso de pobreza – a simbiose e unidade dialética dos contrários do “chamado ‘moderno’ que cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’”, com taxas cada vez maiores de exploração do trabalho e de concentração de riqueza, como nos mostrou Francisco de Oliveira, em sua *Crítica à Razão Dualista* (1972, p. 32). Ao mesmo tempo que surgiram pesquisas etnográficas que ampliaram o seu foco e passaram a buscar conhecer a

---

<sup>3</sup> Ruy Braga (2012) realiza um estudo aprofundado sobre alguns desses autores, analisando as contribuições de seus pioneiros trabalhos etnográficos, mas também as limitações das abordagens dualistas, que fundamentam a perspectiva que enfatiza a resiliência e a passividade da classe trabalhadora brasileira.

<sup>4</sup> Devido à violenta perseguição e esvaziamento das universidades como espaço de produção crítica do conhecimento, como finalmente denuncia publicamente a Comissão da Verdade, em relatório divulgado em dezembro de 2014.

<sup>5</sup> As greves do ABC Paulista e dos trabalhadores rurais de Pernambuco são os principais exemplos, como veremos adiante no trabalho (Giannotti, 2007).

realidade dos operários e trabalhadores da cidade e do campo. São os casos, por exemplo, dos estudos desenvolvidos pelo grupo de pesquisas sobre a *plantation* canavieira do Museu Nacional do Rio de Janeiro, do qual fizeram parte Moacir Palmeira, Lygia Sigaud, Afrânio Garcia Junior, Marie-France Garcia e José Sergio Leite Lopes, autor de *O Vapor do Diabo* (1976), que trata das condições de vida e trabalho dos operários do açúcar de Pernambuco.

Uma das importantes referências deste período, o historiador Edward Palmer Thompson, e seu estudo seminal sobre o “fazer-se” da classe operária inglesa, inspirou importantes trabalhos sobre as classes populares e trabalhadoras brasileiras, como as pesquisas sociológicas sobre os novos sujeitos políticos que se destacaram no contexto da luta contra a ditadura militar e pela redemocratização, produzidos na Universidade de São Paulo (USP), por Maria Célia Paoli, Vera da Silva Telles e Eder Sader, com o seu trabalho, *Quando novos personagens entram em cena* (1988), sobre as experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo.

Esses estudos produzidos durante a luta pela abertura política revelaram o que ainda era muito pouco reconhecido na academia: a existência e as diferentes formas de resistência e de ação política das classes trabalhadoras e populares no Brasil. Por essa ênfase, consideramos que eles mantêm sua atualidade na construção de referenciais teórico-metodológicos à pesquisa sobre as lutas dos trabalhadores, como abordaremos a seguir.

No final dos anos 1970, em grandes centros econômicos do país, no contexto da então recente e intensa urbanização, e também no interior de um dos mais arcaicos setores produtivos do país, a *plantation* canavieira nordestina, eclodiram importantes expressões de resistência das classes trabalhadoras e populares frente à exploração do trabalho e à precária condição de vida. Esse período de ebulição das lutas sociais foi denominado por estudiosos como “a era da invenção democrática”, quando a questão da pobreza e da desigualdade social rompeu portas, alargou a política e criou novas trincheiras no restrito espaço público do país.<sup>6</sup>

Um terceiro momento histórico-interpretativo constituiu-se após o processo de redemocratização do país, que conduziu ao centro do debate a “questão da cidadania”, no contexto da ampliação da participação eleitoral e da criação de um novo arcabouço jurídico-institucional para o novo regime político. Com a criação formal de instâncias de participação social, reconhecidas pela nova Constituição Federal de 1988, as análises em grande medida voltaram-se ao estudo das possibi-

---

<sup>6</sup> Ver Telles (1994), Oliveira (1994) e Paoli (1995).

lidades e limites da ação e participação política dos trabalhadores e das classes populares. Nesse período, principalmente ao longo da década de 1990, o entusiasmo com a atuação dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada diante dos novos espaços políticos conquistados foi substituído por análises críticas e denúncias da precária consolidação dos direitos civis e sociais, da manutenção de características patrimonialistas, autoritárias e personalistas, que revelaram os graves impactos sociais provocados pela reestruturação produtiva e introdução do modelo neoliberal no país.<sup>7</sup> Avaliando os limites da nova democracia implantada, estudos sociológicos indicaram o enfraquecimento da ação política dos trabalhadores, dos movimentos e lutas sociais e populares.

Nesse contexto caracterizado pelo declínio e refluxo dos movimentos sociais, no entanto, emergiram as experiências de ocupação e recuperação de empresas por trabalhadores no Brasil.

Diante dos resultados da inserção subalterna do país ao processo de mundialização da economia e ao neoliberalismo, que provocou um elevado número de falências e a crescente ameaça da perda do trabalho e da renda, trabalhadores passaram à ação direta, ocupando e tomando os meios de produção das antigas empresas. As primeiras experiências que surgiram no país, como identificamos adiante nesse estudo, são herdeiras do período anterior de intensa mobilização popular e operária vivida no processo de redemocratização. Todavia, no contexto de institucionalização e implantação do novo regime democrático tiveram reduzida atenção e enfrentaram resistência nos novos espaços de representação dos trabalhadores. Essas novas experiências não se enquadravam no campo de disputas previstas nas relações patrão-empregado e foram pouco assimiladas e reconhecidas, inclusive pelo *novo sindicalismo*.<sup>8</sup> Como também encontraram pouco espaço nos debates e estudos sociológicos.

Os anos 2000 são marcados pelo aprofundamento das análises críticas sobre as perspectivas da democracia brasileira. Ao mesmo tempo, o enfraquecimento da temática do trabalho no debate acadêmico sobre movimentos sociais é parte da marginalização de perspectivas teóricas marxistas na produção sociológica e do crescimento de abordagens institucionalistas, influenciadas pela sociologia norte-

---

<sup>7</sup> Com diferentes abordagens, estudos como Cardoso (1994), Doimo (1995), Oliveira e Paoli (2000) apontam limites e fragilidades da nova democracia e da ação política dos movimentos populares e dos trabalhadores.

<sup>8</sup> Uma análise sobre o papel do sindicalismo nas experiências de recuperações de empresas será aprofundada no capítulo I deste trabalho.

americana.<sup>9</sup> Juntamente com esse processo identificado na produção de pesquisas na universidade na última década, de escanteamento de análises politicamente engajadas na compreensão da luta de classes no Brasil, os acontecimentos políticos ocorridos nessa última década deram substância à formação de um novo momento histórico-interpretativo.

Nesse período, a ascensão ao poder do Partido dos Trabalhadores (PT) e as consequentes transformações ocorridas no sindicalismo e nas ações do Estado – especialmente a ampliação das políticas sociais, com o Programa Bolsa Família; os reajustes, acima da inflação, do salário mínimo; a queda progressiva da taxa de desemprego; e a ampliação da institucionalização dos espaços de participação política e de interlocução com movimentos sociais, com suas “confluências perversas”<sup>10</sup> – geraram um contexto de “indeterminações”<sup>11</sup>, com novos desafios à interpretação sociológica da sociedade brasileira.

Em comum, diversas análises<sup>12</sup> apresentaram que, após três décadas da abertura política, a pobreza e principalmente as desigualdades mantêm-se em níveis extremamente elevados no país, no contexto do capitalismo financeirizado e mundializado, com sofisticadas formas de segregação e de concentração de poder econômico e político. Diante desse cenário, renovam-se os esforços na compreensão das novas expressões da luta de classes, tal como das novas trincheiras da resistência das classes trabalhadoras.

Em busca de desvendar as singularidades do período atual, retomamos brevemente algumas reflexões com as quais Francisco de Oliveira (2010) convidou alguns estudiosos a analisar a nossa história recente. Quando aparentemente nossa sociedade movia-se no sentido da conquista de poder pelas classes trabalhadoras, as transformações configuraram o que denominou de “hegemonia às avessas”, em

---

<sup>9</sup> Por exemplo, a chamada teoria dos processos políticos e os modelos de análise empírica focados nas formas e repertórios de ação política.

<sup>10</sup> Expressão utilizada por Evelina Dagnino (2004), com inspiração no pensamento de Antonio Gramsci e seu conceito de hegemonia, referindo-se à disputa atual entre diferentes projetos políticos na definição dos sentidos da democracia, quando conceitos como participação social e sociedade civil aproximam visões opostas sobre a delimitação das fronteiras do espaço público e da ação política, desafiando as interpretações.

<sup>11</sup> Como analisado em Oliveira e Risek (2007).

<sup>12</sup> A partir de diferentes perspectivas teórico-políticas, os limites e as possibilidades da democracia no país nesse novo período foram tema dos estudos produzidos no Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC) da USP, no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), no Grupo de Estudos sobre Construção Democrática (GECD) da Universidade de Campinas (Unicamp), no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), entre outros grupos de pesquisa.

que a burocracia sindical passa a comandar o Estado brasileiro (e também assume a direção dos poderosos fundos de pensão das estatais), colocando-se a serviço da reprodução do sistema capitalista e de sua perversa e dialética feição à brasileira. Nesse contexto, o pragmatismo tomou conta da política partidária, as novas relações com o Estado aprofundaram o processo de despolitização e institucionalização dos movimentos sociais e foram impostas novas limitações à socialização da política, renovando-se, em outros patamares, as condições para a manutenção das estruturas capitalistas de exploração do trabalho no Brasil.

Partindo dessas interpretações e seguindo o rastro do debate sociológico crítico sobre o estudo da ação das classes trabalhadoras no Brasil, como podemos desvendar caminhos para analisar as experiências de recuperação de empresas e autogestão dos trabalhadores? Consideramos que elas apresentam singularidades e também contradições que necessitam investigação e que podem revelar novas expressões e mecanismos pelos quais se dão as disputas entre capital e trabalho no capitalismo contemporâneo. Disputas que não desapareceram, ao contrário, mantêm-se na essência da sociedade e do Estado na atualidade e impõem movimento permanente à história, visto que ela se mantém aberta a possíveis, a ser tecida pela luta de classes, no presente, sua continuação.

Esse panorama histórico-interpretativo do debate sociológico das classes trabalhadoras indica que em diferentes momentos da história do Brasil a interpretação confrontou-se com acontecimentos que demandaram esforços para a compreensão de suas possíveis novidades. Com base nesse esforço e abertura, especialmente em busca dos tesouros da “história dos vencidos”, como alerta Walter Benjamin, foi construída essa pesquisa, retomando perspectivas analíticas que contribuem para reconhecer a ação das classes trabalhadoras na história.

A partir dessas preocupações, iniciamos a pesquisa pela busca de um referencial teórico que considerasse a centralidade do trabalho e da política na sociedade. A construção de uma perspectiva de análise dos processos econômicos estruturais do capital – as relações de exploração, dominação e mercantilização, bem como as novas configurações contemporâneas de sua reprodução, com características específicas no capitalismo brasileiro – sem prescindir da compreensão das formas de resistências das classes trabalhadoras e populares e da luta de classes, conduziu-nos a Benjamin e à sua concepção sobre os possíveis silenciados da experiência e da ação política das classes oprimidas.

Michael Löwy (2005) destaca a importância do texto “Teses sobre o Conceito de História” de Benjamin na atualidade comparando-o às “Teses a Feuer-

bach” de Karl Marx no século XIX. Referência de um marxismo romântico e surrealista, para Löwy, esse texto é fundamental para a reconstrução do pensamento socialista após as experiências do século XX. Iluminado pelos conceitos de Benjamin sobre a abertura da história, o presente estudo busca debater sobre as formas contemporâneas de resistência das classes trabalhadoras e contribuir para os debates sociológicos sobre ação política e história, frente ao crescimento recente de referências positivistas e distantes do tema do trabalho.<sup>13</sup> Por essa perspectiva, estudamos o fenômeno das empresas recuperadas por trabalhadores para a sua autogestão, com o intuito de contribuir com o resgate da história da luta dos trabalhadores no Brasil, trazendo à luz o que a narrativa oficial deixou à margem e à sombra, ao colocar em debate o significado dessas experiências na luta de classes e no enfrentamento de questões políticas e sociais do nosso tempo.

A compreensão do presente, como orienta o pensamento de Benjamin ao tratar sobre o conceito de história e sua abertura a possíveis, não pode se dar sem um olhar que relacione a atualidade e o passado, com a rememoração das interrupções no curso da história da dominação, dos possíveis silenciados da história dos vencidos, das experiências que compõem a trajetória de resistências e ação política dos trabalhadores.

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? (...) Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. (...) Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente (Walter Benjamin, 1994, p. 223).

Esse estudo soma-se aos esforços por contrapor o predominante silêncio que, em grande medida, existe com relação às ações e aos movimentos de resistência e auto-organização dos trabalhadores e das classes populares na história do capitalismo brasileiro. Nesse sentido, investigar a história e o significado político das experiências de recuperação de empresas por trabalhadores busca contribuir com o trabalho de “escovar a contrapelo”, como orienta Benjamin (1994), a história truncada do “ornitorrinco”, figura com a qual Oliveira (2003) retratou as feições improváveis alcançadas pelo nosso país extremamente desigual.

---

<sup>13</sup> Conforme a análise de Jeff Godwin e James Jasper (2004), a excessiva generalização e introversão das pesquisas atuais sobre ação política e movimentos sociais acabam por produzir artifícios e não inovações teóricas para a investigação sociológica.

As experiências de recuperação de empresas por trabalhadores e as lutas associativistas e por autogestão não são recentes na história. Tais fenômenos remontam ao início da revolução industrial. Esse trabalho propõe-se a investigar as expressões dessas resistências na atualidade, mas também resgatar alguns fios, muitas vezes rompidos, desse fenômeno com o passado. Frágeis linhas, mas preciosas, portadoras de possíveis, que expõem fissuras no tecido da história da dominação e da exploração do trabalho, que colocam em questão a propriedade e o controle dos meios de produção e de distribuição de seus excedentes.

O pensamento de Benjamin e sua postura independente e heterodoxa, diante dos desafios colocados pelos equívocos teóricos e políticos do período soviético e pelo horror do stalinismo e do fascismo, apresenta análises importantes para orientar os esforços de reconstrução das teorias sociais. Este autor, frequentemente associado à Escola de Frankfurt, mesmo que secundariamente, e identificado com o chamado “marxismo ocidental”, produziu reflexões singulares, que marcaram uma renovação da leitura sobre a história no pensamento marxista, como destaca Löwy (2005), com foco nas relações sociais de produção. Nesse sentido, tomar seu pensamento como uma referência importante nesta pesquisa expressa o objetivo de contribuir com as análises sobre a ação política e as resistências dos trabalhadores na história, e também somar esforços à reconstrução do pensamento marxista na sociologia contemporânea.

O projeto teórico-político de reconstrução do pensamento marxista na sociedade contemporânea necessita, como analisa Perry Anderson (2004) ao travar considerações sobre o marxismo ocidental, avaliar as contribuições do debate marxista ocorrido no ocidente no último século, que encontra suas principais limitações, como destaca esse autor, na crescente dissociação entre a teoria crítica e a prática política, inseparáveis na concepção marxista de práxis.<sup>14</sup> Reconhecendo o sentido político do trabalho científico, nesta pesquisa buscamos também contribuir com a construção de elos entre a reflexão teórica crítica sobre as experiências das empresas recuperadas e autogestão dos trabalhadores e a atuação junto a esses sujeitos, com o objetivo de produzir conhecimentos que sirvam de referência aos próprios trabalhadores em sua ação de resistência, em direção à renovação e ao fortalecimento da luta pela superação da sociedade de classes.

Nesse percurso de reflexões, a investigação das experiências de recuperação de empresas por trabalhadores no Brasil foi aprofundada pelo estudo de caso da

---

<sup>14</sup> A práxis na teoria marxista, segundo analisa Löwy (2002), é a unidade dialética entre objetivo e subjetivo, e como práxis revolucionária refere-se à práxis da auto-emancipação dos trabalhadores.

Usina Catende. Esta usina de açúcar, localizada na Zona da Mata Sul de Pernambuco, foi um dos casos mais emblemáticos de recuperação de empresa por trabalhadores no país. O processo de resistência frente à demissão em massa de milhares de trabalhadores teve início nos anos 1990, sendo que a luta por sua recuperação envolveu mais de quatro mil trabalhadores e trabalhadoras da cana. Abrangendo uma área de mais de 26 mil hectares, envolvendo cinco municípios da região (Catende, Palmares, Jaqueira, Agua Preta e Xexéu), Catende chegou a ser considerada a maior experiência de autogestão do país e da América Latina.<sup>15</sup>

O estudo de caso de Catende teve como fio condutor os depoimentos e as histórias de vida de seus trabalhadores e trabalhadoras, inspirando-se nas pesquisas etnográficas realizadas com os trabalhadores da cana, citadas anteriormente. Com essa orientação teórico-metodológica, que visa dar voz aos sujeitos, foi privilegiada a descrição cuidadosa da experiência, em busca de contribuir com o registro da sua memória. Com base nessa descrição, foram construídas interpretações sobre a história de resistência, partindo de análises sobre a compreensão dos próprios trabalhadores sobre a sua experiência, complementadas por pesquisas historiográficas sobre a produção canavieira, os movimentos e lutas sociais da Zona da Mata Sul de Pernambuco e sobre a Usina Catende, e também pela realização de algumas entrevistas com assessores, lideranças sindicais e atores locais (do poder público, de instituições religiosas e comerciantes).

A pesquisa de campo orientou-se pelas seguintes questões: Como foi possível no contexto da produção de cana-de-açúcar no Nordeste a emergência da luta pela recuperação da Usina Catende por seus trabalhadores? Como tal experiência resistiu, no contexto de dominação e exploração extrema do trabalho da *plantation* canavieira, durante mais de 16 anos, produzindo e envolvendo mais de quatro mil trabalhadores e suas famílias? Que mudanças nas condições de vida e de trabalho ela gerou? Como foi possível, após tantos anos de luta e resistência, seu fechamento, gerando desemprego em escala sem precedente na região? O que ficou dessa experiência e qual o retrato atual da região? O que o caso ilumina sobre o fenômeno das recuperações de empresas e autogestão de trabalhadores no Brasil na atualidade?

Apesar de se referir a casos singulares de resistência e ação política dos trabalhadores, consideramos que as lutas por recuperação de empresas e autogestão constituem-se experiências significativas na história da luta de classes e das classes trabalhadoras no contexto pós-implantação do neoliberalismo no país.

---

<sup>15</sup> Kleiman (2007).

Com isso, orientando-se pelas escolhas teórico-metodológicas apresentadas, a primeira parte do trabalho dedica-se a construir breves panoramas histórico e atual das experiências em estudo, para situar o estudo de caso exposto na segunda parte.

No Capítulo 1, apresentamos as experiências de autogestão e recuperação de empresas por trabalhadores, partindo da descrição de minha aproximação empírica aos sujeitos da pesquisa. Nesse capítulo, buscamos construir uma visada panorâmica e analítica sobre as origens históricas das empresas recuperadas por trabalhadores, com algumas reflexões que resgatam o rastro histórico das experiências de autogestão e do debate sobre o tema, que ultrapassa as fronteiras nacionais e nos conduz às lutas associativistas do início da Revolução Industrial. Após a retomada desse rastro histórico das experiências, apresentamos um quadro geral dos casos contemporâneos brasileiros, que surgem no país principalmente nos anos 1980 e 1990, analisando suas características gerais e outros dados coletados em pesquisa nacional realizada conjuntamente com pesquisadores de dez universidades brasileiras, em 2012.<sup>16</sup>

O Capítulo 2, ainda nessa primeira parte do trabalho, busca aprofundar um pouco mais sobre as referências teórico-metodológicas adotadas nessa investigação, após terem sido apresentados os sujeitos da pesquisa no capítulo anterior. Optou-se por apresentar essas reflexões em seguida à exposição das experiências em estudo para que ficasse explícita a intenção de que as escolhas teórico-metodológicas fundamentaram-se nos desafios apresentados pela realidade e casos em estudo. Nesse sentido, nesse capítulo, analisamos brevemente o significado do estudo das experiências de autogestão no debate sociológico contemporâneo, expondo uma reflexão sobre a concepção dialética da abertura da história e da centralidade da dimensão política e da luta de classes. Esta análise, que parte do pensamento de Benjamin, foi construída em diálogo com outros autores, que contribuem para a articulação de suas concepções sobre a história com a pesquisa e o pensamento sociológico.

Finalmente, no Capítulo 3, que compõe a segunda parte do trabalho, apresentamos o estudo de caso da Usina Catende, tendo como centro da análise as entrevistas realizadas com as trabalhadoras e trabalhadores. Como destacado anteriormente, a pesquisa baseou-se principalmente no estudo etnográfico, e esse capítulo está organizado em três seções: primeiramente, buscamos situar a resistência dos

---

<sup>16</sup> Projeto de Pesquisa intitulado “Fábricas e Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores: Diagnóstico das Experiências Brasileiras”, realizado por UNICAMP, UFRJ, USP, UFOP, CEFET- NI, UFPB, UFVJM, UFSC, UNESP Marília e UFRN, com financiamento do CNPq, 2011-2012. Cujos resultados estão publicados em Henriques *et al*, 2013.

trabalhadores de Catende com um resgate histórico das lutas dos trabalhadores da cana, no contexto da produção açucareira do Nordeste e de Pernambuco; em seguida, apresentamos a história singular e emblemática desta Usina e; ao final, analisamos a experiência de luta de seus trabalhadores, a partir de suas narrativas sobre o período em que resistiram e criaram novas relações sociais de produção do açúcar e de suas vidas. A história de resistência de Catende é analisada em três principais eixos: a emergência da luta por justiça; a recuperação do trabalho e conquista da terra; e a resistência política e construção da autogestão, para finalmente serem apresentadas algumas interpretações sobre as contradições que a fizeram silenciar em anos recentes. O trabalho conclui-se com algumas reflexões sistematizadas em dois eixos de interpretação, que se referem às relações de trabalho e de propriedade, e às relações com o Estado. Presentes de forma transversal ao longo das análises apresentadas nos capítulos, com esses eixos de interpretação busca-se expor contradições, imagens dialéticas das experiências de autogestão no Brasil contemporâneo.

# PARTE I



## CAPÍTULO I - OCUPAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS POR TRABALHADORES: SUJEITOS DA PESQUISA

(...) no puedo aceptar la opinión, ampliamente difundida (...) de que la hegemonía imponga un dominio total sobre los gobernados – o sobre todos aquellos que no son intelectuales – que alcanza hasta el umbral mismo de su experiencia, e implanta en sus espíritus desde su nacimiento categorías de subordinación de las cuales son incapaces de liberarse y para cuya corrección su experiencia resulta impotente (Edward Palmer Thompson, 1989, p. 60).

Há 12 anos, em 2003, estive pela primeira vez em uma empresa recuperada autogerida por trabalhadores. Por meio da minha atuação em um programa de extensão universitária, ITCP USP<sup>1</sup>, participei de um projeto<sup>2</sup> com trabalhadores de empresas recuperadas, em parceria com técnicos da ANTEAG<sup>3</sup>, associação criada no início dos anos 1990 para apoiar as recuperações de empresas em processo de falência que surgiam no período. Pelo projeto, entre outras empresas, visitei uma das mais antigas e importantes experiências do Brasil, localizada em Criciúma, no Estado de Santa Catarina: a *Cooperminas*, Cooperativa de Extração de Carvão Mineral dos Trabalhadores de Criciúma.

Com salários atrasados e suspeitas de desvios de carvão e de recursos por parte dos proprietários, e diante da perspectiva de falência fraudulenta da empresa,

---

<sup>1</sup> Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP USP).

<sup>2</sup> No âmbito do Programa Nacional de Qualificação (PNQ), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

<sup>3</sup> Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão. A ANTEAG, fundada em 1993, foi desativada em 2011, e seus arquivos possuem diversos documentos referentes à formação de inúmeros casos de recuperação e tentativas de recuperação de empresas por trabalhadores.

a Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá (CBCA)<sup>4</sup>, no início de 1987, os trabalhadores mineiros iniciaram uma greve geral e organizaram manifestações e acampamentos em Brasília. Sem êxito nas negociações com o governo federal, decidiram em assembleia acampar com suas famílias nos trilhos da ferrovia, bloqueando o escoamento de carvão mineral da região de Criciúma, que abastece parcela expressiva da indústria siderúrgica nacional, e receberam apoio da comunidade vizinha, que contribuiu com refeições e doações aos acampados.

Após enfrentarem e resistirem à violência da polícia, que os surpreendeu uma noite com 250 soldados e bombas de gás lacrimogênio, os mineiros iniciaram diversas negociações com os governos estadual e federal, como a libertação dos trabalhadores que haviam sido presos após as manifestações. Em agosto deste mesmo ano, conquistaram a autorização para que o Sindicato dos Mineiros (dirigido por um grupo de Oposição Sindical recentemente eleito) assumisse como síndico da massa falida da antiga empresa. Por meio da realização de assembleias, elegeram uma nova direção para a empresa, escolhida entre os mineiros, dando início à gestão coletiva da mina, formada por 800 trabalhadores.

Nos primeiros anos, os mineiros conseguiram enfrentar as dificuldades para reorganizar a produção e retomar a viabilidade da empresa, mas em 1993 sofreram uma nova ameaça, quando a Justiça arrendou a mina (ainda sob administração judicial, como massa-falida) para um empresário da região. Frente ao novo risco de desemprego, um grupo de trabalhadores envolveu o próprio corpo com dinamite e ameaçou explodir a si mesmo e a mina. Com a pressão pública gerada pela repercussão do conflito, os mineiros conquistaram um novo acordo na Justiça, com a anulação do arrendamento<sup>5</sup> e a manutenção do seu controle da mina. Posteriormente, com a finalização do processo de falência, a empresa foi formalizada como cooperativa, em 1998.

Após ouvir as histórias e ver as imagens da luta e da resistência desses trabalhadores, descer os mais de 140 metros de profundidade da mina de carvão foi muito marcante. A experiência de percorrer as extensas e escuras galerias (que possuíam na época cerca de cinco quilômetros), onde atravessam caminhões e tratores, ouvir o barulho ensurdecedor das furadeiras e das diversas explosões, sentindo os fortes tremores do chão, conversar com alguns mineiros, com seus rostos cobertos do fino e perigoso pó negro do carvão, conhecer o espaço onde

---

<sup>4</sup> Empresa criada em 1917.

<sup>5</sup> A Mineração Pérola, deste mesmo empresário, faliu alguns meses após esse episódio, por problemas de gestão.

fazem suas refeições e pausas diárias (indicado por uma lona escura, uma mesa e alguns bancos de madeira) e, por fim, voltar à superfície, fez-me prestar especial atenção aos relatos sobre as mudanças no trabalho desde a recuperação da mina.<sup>6</sup>

Entre os relatos dos trabalhadores, destacam-se as informações sobre a redução da jornada de trabalho, de 36 para 30 horas semanais, as melhorias salariais, a organização de fundo para educação para trabalhadores e familiares, a criação de uma clínica e de programas de prevenção à pneumoconiose (doença de pulmão muito frequente entre mineiros, causada pela poluição do carvão) e as melhorias relacionadas às condições de trabalho na mina, com a introdução de novas tecnologias para redução de riscos no trabalho. Além disso, os trabalhadores da Cooperminas decidiram não aceitar como cooperados os engenheiros da mina, que hoje são contratados pelos mineiros, como forma de evitar que o seu conhecimento técnico superior se traduzisse em poder político desigual na gestão coletiva da cooperativa. Relataram também seus esforços pelo tratamento e redução dos impactos ambientais gerados pela extração do carvão e na busca por alternativas produtivas. Além disso, destacaram ações promovidas junto à comunidade do entorno, como o apoio a outros trabalhadores da região na criação de novas cooperativas, ações pelas quais demonstravam bastante orgulho.<sup>7</sup>

Investigar a história e o significado dessas experiências de ocupação, resistência, recuperação e gestão coletiva de trabalhadores, que tiveram a ousadia de experimentar a criação de formas coletivas de relações de produção; analisar sua ligação com a trajetória de luta dos trabalhadores e estudar sobre os elementos de enfrentamento, as contradições e as tensões que apresentam frente aos processos capitalistas de exploração e dominação dos trabalhadores, passaram a orientar meu trabalho acadêmico e militante.

Ao longo da década que passou desde essa primeira visita à Cooperminas, com maior ou menor ênfase na pesquisa teórica e/ou na prática de extensão universitária e de desenvolvimento de projetos de apoio, tenho acompanhado a luta desses trabalhadores em diferentes regiões do Brasil e em outros países.

---

<sup>6</sup> Há um vídeo muito interessante produzido pelos trabalhadores da empresa, que conta a sua história: *Cooperminas (antiga CBCA): conquista da sociedade*. (12 min). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=AAXDIIdFT2M>. Último acesso: 16/05/2013.

<sup>7</sup> Segundo informado nesta visita, em 2004, a Cooperminas tinha um patrimônio de R\$ 10 milhões e faturamento mensal de R\$ 1 milhão, com uma produção de 20 mil toneladas de carvão ao mês, vendida para termoeletricas, constituindo-se um mercado garantido para a sua produção, o que gera estabilidade econômica para a empresa gerida pelos mineiros.

No mesmo ano da visita à Cooperminas, conheci também metalúrgicas recuperadas por seus trabalhadores, como a Coopermetal (Cooperativa dos Metalúrgicos de Criciúma), localizada na mesma cidade em Santa Catarina; a Cofaz (Cooperativa de Produção de Peças Fundidas em Alumínio e Zamac), localizada em Francisco Morato, que teve origem no fechamento do antigo Liceu de Artes e Ofício (LAO), assim como a Copram (Cooperativa de Produção de Artes Metálicas), sediada em Osasco, ambas na Grande São Paulo. Todos esses casos eram membros e recebiam apoio da ANTEAG na época.

Nos anos seguintes, participei de Congressos Nacionais da ANTEAG, nos quais conheci trabalhadores de várias empresas recuperadas, de diversos ramos produtivos e localizadas em distintos estados brasileiros (principalmente no Sudeste e no Sul, e também alguns casos em estados do Nordeste do país). Nestes congressos, estive também em contato com trabalhadores de experiências argentinas, ligadas ao Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER), as quais visitei, posteriormente, no ano de 2006, durante a pesquisa de campo realizada no mestrado.

Durante a pesquisa de mestrado, que tratou de estudo comparativo entre as experiências de autogestão no Brasil e na Argentina pós-1990, pude aprofundar o contato com outros exemplos de empresas recuperadas e seus trabalhadores. No Brasil, estive também na Uniforja (Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia), maior forjaria da América Latina em seu ramo de produção, sediada em Diadema, na grande São Paulo, que envolvia na época 490 trabalhadores (260 cooperados e 230 contratados celetistas). Resultante da recuperação da empresa Conforja por seus trabalhadores no final dos anos 1990, com apoio do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a experiência teve papel central na criação, posteriormente, da Unisol Brasil (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários) da CUT (Central Única dos Trabalhadores). A Conforja, empresa criada em 1954, chegou a empregar 1.200 trabalhadores no fim dos anos 1970, produzindo conexões e anéis de aço forjado e tubulações para instalações industriais, tendo como principal cliente a Petrobras. No final dos anos 1980, a empresa entrou em crise, devido ao contexto de recessão econômica, mas também pelo afastamento de seu fundador por motivos de saúde, que transferiu a gestão da empresa para o filho. Em 1994, após o pedido de concordata, com um passivo de R\$111 milhões e um patrimônio de R\$128 milhões, teve início as negociações com os trabalhadores, através de sua Comissão de Fábrica, com o apoio do Sindicato e da ANTEAG. Primeiramente, foi estabelecido um acordo para a cogestão da empresa entre o antigo proprietá-

rio e os trabalhadores, com o objetivo de recuperá-la. Todavia, pela persistência da crise, com diversos conflitos entre os trabalhadores e o proprietário, a partir do acesso a informações sobre o funcionamento da empresa e a experiência acumulada pelos trabalhadores no período de cogestão, clandestinamente um grupo de operários iniciou reuniões para formular soluções e planejar a criação de uma cooperativa. Com apoio do Sindicato e da ANTEAG, foi negociada com o proprietário, em 1997, e criada a primeira das quatro cooperativas, que garantiram a manutenção da maior parte dos postos de trabalho e que formam a Uniforja: a Coopertratt (Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Tratamento Térmico e Transformação de Metais), a Cooperlafe (Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Laminação de Anéis e Forjados Especiais), a Coopercon (Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Conexões Tubulares) e a Cooperfor (Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Forjaria). Essa experiência teve papel fundamental na conquista de espaço para o tema das recuperações de empresas na CUT, o que culminou na criação da Unisol Brasil, consolidando um campo político do movimento das empresas recuperadas no país.

Na Argentina, durante a pesquisa de campo do mestrado estive em vários casos, entre eles o Hotel Bauen, referência do fenômeno de recuperação de empresas neste país, que na época incluía mais de uma centena de casos em diversas regiões e setores produtivos.<sup>8</sup> Um breve relato desta experiência contribui para essa introdução aos sujeitos da pesquisa:

Na região central de Buenos Aires, precisamente na Calle Callao, localiza-se um imponente edifício envidraçado, com cerca de 20 andares, sede da Cooperativa B.A.U.E.N. Hotel, umas das importantes empresas recuperadas da Argentina, também membro do *Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas* (MNER). Ao entrar no saguão do hotel, nos deparamos com um amplo salão. De um lado, um restaurante, “Resto Bar Utopia”, com um grande mural azul, retratando em diversas cores grupos de pessoas reunidas. De outro lado, uma livraria da *Universidad de Buenos Aires*. No caminho até a recepção, estava exposto um cartaz: “B.A.U.E.N. (*Buenos Aires Una Empresa Nacional*) | *Cooperativa de Trabajo* | *Campaña de firma para la ocupacion temporária del Hotel Bauen, según ley 238* |

---

<sup>8</sup> Em 2007, havia 180 empresas recuperadas por trabalhadores na Argentina, conforme dados do mapeamento publicado em 2007: “*Las empresas recuperadas em Argentina: Informe del Segundo Relevamiento del Programa Facultad Abierta*”. Disponível em: <http://www.recuperadasdoc.com.ar>. Acesso em: junho/2007. Nos anos posteriores, surgiram novos casos de recuperação de empresas na Argentina, como veremos nos dados apresentados a seguir.

*Gracias por su apoyo / Solo queremos trabajar*”. Assim, percebemos que ainda viviam ali uma disputa para manter a cooperativa.

Este hotel, construído em 1978 para Copa do Mundo de Futebol, segundo nos relata um dos cooperados entrevistados, com um crédito do governo nunca quitado, nos anos 80, chegou a contratar 250 trabalhadores. Em 1997, em crise, com diversas dívidas, o hotel foi vendido para um grupo chileno. Em 2001, em meio à crise aguda pela qual passava o país, o hotel entrou em falência, com uma dívida de 5 milhões de pesos com o governo e, neste momento, com 70 trabalhadores. Nos dois anos seguintes, o hotel ficou fechado, mas em março de 2003, 40 antigos trabalhadores ocuparam o hotel e formaram a cooperativa, que por um ano, devido às condições precárias do prédio, ficou inativa enquanto trabalhavam para recuperar o hotel. Neste período, os novos cooperados sobreviviam com cestas-básicas do governo e doações. Em maio de 2004, finalmente, abrem os salões para eventos, depois reativam o hotel, com 200 quartos, e inauguram o restaurante, com apoio da antiga Zanon (outra importante empresa recuperada argentina), de organizações parceiras e militantes. O “Resto-Bar Utopia”, como relata um cooperado, foi criado para ser um espaço de encontro aberto à comunidade.

Atualmente, a cooperativa tem 150 cooperados, que lutam com os antigos proprietários na justiça, que voltaram a se interessar pelo hotel, agora recuperado. Em dezembro de 2005, estes antigos proprietários conseguiram aprovar uma lei que lhes restituía o hotel, e no momento em que visitamos a cooperativa (janeiro de 2006), os cooperados estavam em campanha, junto com parceiros e apoiadores (inclusive recolhendo assinaturas, como relatado acima), para conseguir o veto do executivo a esta nova lei. Até aquele momento, tinham uma promessa do prefeito de Buenos Aires de que retomaria as negociações.

Enquanto enfrenta o problema da disputa judicial, a cooperativa vive dificuldades, inclusive pela falta de acesso a crédito, como informa um cooperado entrevistado. Segundo relata, as retiradas dos cooperados são em média 800 pesos, com acréscimo de 100 a 200 pesos de acordo com tempo de trabalho na cooperativa ou pela função de responsável por área. Sobre a gestão, conta que têm como princípio a autogestão e que organizam assembleias entre os cooperados a cada 15 dias. Além disso, destaca que 30% dos 150 trabalhadores são mulheres, que ocupam diferentes funções na cooperativa, inclusive no conselho administrativo e como responsáveis de áreas.

A cooperativa desenvolve ações de intercooperação, segundo nos contaram, emprestam salões para empreendimentos solidários e instituições sociais e privilegiam a compra de insumos de cooperativas (por exemplo, os lençóis e uniformes são comprados de cooperativas). A cooperativa, além de fazer parte do *Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas* (MNER), articula-se com diversos movimentos e ou-

tras organizações sociais nacionais e internacionais, segundo destacado, mantendo sua autonomia e independência política.

Finalmente, relatam que estão buscando projetos de capacitação para os cooperados (com a UBA e com outros parceiros), com a proposta de reservar 2 horas de trabalho na semana para capacitação. Além disso, têm planos de construir um centro cultural e colaborar com um “*comedor popular*”. Contudo, a cooperativa precisa centralmente resolver a disputa judicial ainda em curso, segundo notícias divulgadas na imprensa argentina, durante o ano de 2006 e até o presente momento, em 2007, estão sendo organizadas diversas manifestações de apoio à cooperativa, dentro e fora do país (Sígolo, 2007, p. 117).

Nos anos de 2011 e 2012, tive novamente a oportunidade de conhecer outros casos de ocupação e recuperação de empresas por trabalhadores, em diferentes estados brasileiros, através de um projeto de investigação, realizado com pesquisadores de dez universidades brasileiras, sobre as empresas recuperadas por trabalhadores em atividade no Brasil. O estudo realizado, com financiamento do CNPq<sup>9</sup>, teve referência e estabeleceu intercâmbio com a experiência de levantamentos periódicos sobre empresas recuperadas por trabalhadores realizados desde 2003 na Argentina, pelo *Programa Facultad Abierta* da Universidade de Buenos Aires (UBA), os quais têm fornecido dados para diversos estudos acadêmicos sobre o tema e para a organização e atuação política dos próprios trabalhadores.<sup>10</sup>

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa, em 2012, estive novamente na Argentina, para participar de atividades do *2º Foro de Sociología ISA*<sup>11</sup> e também de atividades de intercâmbio, encontros e visitas a experiências, organizadas pelo *Programa Facultad Abierta* da UBA. Nesse momento, conheci os dados do mais recente mapeamento realizado no país, que revelou um número crescente de experiências: a pesquisa de 2013 identificou 311 casos, ocupando 13 mil trabalhadores.<sup>12</sup> Além de estar no Hotel Bauen, que segue autogerido por seus trabalhadores, visitei outros casos de empresas recuperadas, como a fábrica têxtil Brukman

---

<sup>9</sup> Projeto citado em nota anterior, ver resultados publicados em Henrique *et al.*, 2013.

<sup>10</sup> Informações disponíveis sobre o programa: <http://www.recuperadasdoc.com.ar/>. Os dados da última publicação da pesquisa realizada pelo programa em 2013, encontram-se no “*Informe del IV Relevamiento de Empresas Recuperadas en la Argentina, 2014. Las empresas recuperadas en el periodo 2010-2013*”, disponível no sítio do programa.

<sup>11</sup> Com o tema: *Justicia Social y Democratización*, encontro realizado entre 1 e 4 de agosto de 2012 pela *International Sociological Association* (Disponível em: [www.isa-sociology.org/buenos-aires-2012](http://www.isa-sociology.org/buenos-aires-2012)).

<sup>12</sup> Fonte: Ruggeri (2014). Disponível em: [http://www.recuperadasdoc.com.ar/Informe\\_IV\\_relevamiento\\_2014.pdf](http://www.recuperadasdoc.com.ar/Informe_IV_relevamiento_2014.pdf).

(ocupada em 2001, com uma trajetória de intensas lutas, piquetes, acampamentos e apoio da comunidade do entorno e de outros trabalhadores, atualmente com 70 cooperados, principalmente mulheres), a gráfica Chilavert (recuperada em 2002, que acolhe um Centro de Documentação de Empresas Recuperadas por Trabalhadores, com apoio da universidade) e uma das mais antigas fábricas ocupadas do país, a Indústria Metalúrgica e Plástica Argentina (IMPA), surgida no final dos anos 1990. Fiz contatos também com outro grupo de pesquisadores argentinos do *Observatório Social sobre Empresas Recuperadas y Autogeridas* (OSERA-UBA).

No Brasil, no desenvolvimento dessa pesquisa em 2012, estive em campo em diversas experiências, nas diferentes regiões do país, incluindo os estados: Acre, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. Entre elas, o emblemático caso de Catende, uma usina de cana-de-açúcar localizada na Zona da Mata Sul de Pernambuco, que se tornou o caso escolhido para o estudo mais aprofundado na presente pesquisa.

A imagem registrada nesta visita à Usina Catende em 2012 expressa um grande contraste com o quadro descrito anteriormente da emergência das experiências de autogestão dos trabalhadores. Nos últimos anos, uma decisão judicial retirou a usina de açúcar e parte de seu patrimônio do controle dos trabalhadores, após 16 anos de luta e construção coletiva. A trajetória de luta e a atual crise de Catende, enquanto uma das mais importantes experiências de empresa recuperada por trabalhadores do país, tornaram-se um dos focos principais dessa pesquisa, como será visto nas análises do Capítulo 3 desse trabalho.

A situação crítica atual de Catende, como também de outros casos no Brasil<sup>13</sup> que enfrentam dificuldades para manter em prática os princípios de autogestão que estiveram presentes na emergência de suas lutas, sinaliza um “aviso de perigo”, como indicam as reflexões de Walter Benjamin<sup>14</sup>, que serão apresentadas

---

<sup>13</sup> Por exemplo, a COFAZ, citada anteriormente, após mais de uma década em recuperação sob a organização cooperativa de seus trabalhadores, foi comprada recentemente por um fornecedor, um dos principais credores da cooperativa.

<sup>14</sup> No Capítulo 2 desse trabalho, aprofundamos sobre o quadro de referências teórico-políticas que orienta o presente estudo, inspirado no “pensamento poético” de Walter Benjamin, como analisa Löwy (2005) em sua leitura das teses *Sobre o Conceito da História*, na qual destaca a singularidade da obra desse autor, resultante da alquimia que ele realiza entre três esferas: estética, teológica e historiográfica, ou seja, aproximando o romantismo alemão (a partir do qual critica a transformação dos homens em “máquinas de trabalho” e defende a busca de um futuro utópico), a filosofia messiânica da história (de origem judaica, que inspira a crítica ao progresso e a visão do messias, como metáfora da revolução socialista) e o marxismo revolucionário (a partir da crítica ao positivismo, ao evolucionismo e ao culto ao progresso do marxismo social-democrata e do “materialismo vulgar”, bem como da defesa da centralidade da luta de classes e da aposta na possibilidade da luta emancipatória), movido pela inquietação diante dos perigos de seu tempo.

no Capítulo 2. Um alerta para a importância do registro e análise da memória e da história dessas experiências de luta e resistência de trabalhadores na experimentação de novas relações de produção mais coletivas e democráticas, como tesouros para o futuro. Com o objetivo de contribuir com a construção de fios entre o passado, o presente e o futuro dessas lutas, com o registro de memórias dos trabalhadores e a colocação destas em tensão com as questões do nosso tempo, esta pesquisa propôs-se a aprofundar o estudo sobre a história das experiências de recuperação de empresas no Brasil, pelo estudo do caso da Usina Catende. Busca-se analisar questões relacionadas à emergência dessas experiências, às suas formas de resistências e organização, às mudanças nas condições de vida e trabalho, como também às contradições que as caracterizam na atualidade.

Partindo dessas aproximações com os sujeitos da pesquisa, este Capítulo dedica-se a apresentar, primeiramente, uma análise sobre as origens históricas dessas experiências de resistência dos trabalhadores no mundo e no Brasil, e também um estudo sobre o cenário atual e as características gerais, com base nos dados de pesquisa nacional<sup>15</sup> sobre os casos existentes no país.

---

<sup>15</sup> Em projeto realizado em 2011 e 2012, juntamente com pesquisadores de 10 universidades brasileiras, conforme citado anteriormente e aprofundado no final deste capítulo.

## 1.1 ORIGENS HISTÓRICAS DA OCUPAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS POR TRABALHADORES

O historicismo contenta-se em estabelecer umnexo causal entre os diversos momentos da história. Mas nenhum fato, por ser causa, já é, só por isso, um fato histórico. Ele se tornou tal postumamente, graças a eventos que dele podem estar separados por milhares de anos. O historiador que parte disso cessa de passar a sequência dos acontecimentos pelos seus dedos como as contas de um rosário. Ele apreende a constelação em que sua própria época entrou com uma determinada época anterior. Ele fundamenta, assim, um conceito de presente como tempo-de-agora, no qual estão incrustados estilhaços do tempo messiânico (Walter Benjamin, 2008, p.232).

A recuperação de empresas por trabalhadores, conforme indicam estudos existentes<sup>16</sup>, emerge no Brasil no contexto da redemocratização, após um período de intensa atuação de movimentos sociais na luta contra a ditadura militar e de grandes manifestações populares pela realização de eleições diretas no país, as *Diretas Já*. A abertura do regime político foi sucedida por uma grave crise econômica, no final dos anos 1980 e mais intensamente nos anos 1990, decorrente das transformações políticas e econômicas ocorridas a partir da crescente integração do Brasil aos processos de mundialização da economia e de implantação de políticas neoliberais.<sup>17</sup> Nesse contexto, um aumento acentuado do número de falências de empresas levou milhares de trabalhadores ao desemprego, subemprego e trabalho precário.<sup>18</sup> Como forma de resistência à perda do trabalho e à pobreza, um fenômeno social surgiu no país: trabalhadores ocupam, resistem e recuperam as fábricas em falência nas quais trabalhavam, e pela luta ou negociação passam a ter acesso e/ou propriedade de forma coletiva dos meios de produção das antigas empresas.

Na América Latina, é possível identificar que o fenômeno atual das empresas recuperadas por trabalhadores teve no Brasil algumas de suas mais antigas experiências. Com os primeiros casos nos anos 1980, como a recuperação de uma

---

<sup>16</sup> Singer (2000), Nascimento (2005), Novaes (2007), Faria (2011), Henriques (2014), entre outros.

<sup>17</sup> Uma retomada atual da história do neoliberalismo no Brasil pode ser vista nas análises de Paulani, L. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*, São Paulo, Boitempo, 2008.

<sup>18</sup> Segundo dados do Serasa, há um grande crescimento do número de requisição de falências nos anos 1990. Em 1996, por exemplo, foram verificadas 48.169 requisições no país, quadruplicando os números registrados nos primeiros anos da década, os mais antigos disponíveis. <http://www.serasa.com.br>. Acesso: abril/2011.

fábrica de fogões no Rio Grande do Sul e a ocupação e recuperação da mineradora de carvão em Santa Catarina<sup>19</sup>, e já no início dos anos 1990, as greves e as disputas pela terra e pelo controle da Usina Catende na Zona da Mata Sul de Pernambuco, o número de experiências multiplicou-se ao longo desta década, em diversas regiões do país, envolvendo os mais diferentes setores produtivos.<sup>20</sup>

Em anos posteriores, o fenômeno das empresas recuperadas por trabalhadores tomou também importantes dimensões na Argentina, quando se tornou mais conhecido internacionalmente, após a crise de 2001, gerada pelo grave desequilíbrio econômico resultante das reformas neoliberais implantadas naquele país. Recuperações de empresas pelos trabalhadores também surgiram nessas últimas décadas em outros países latino-americanos, como Uruguai, Venezuela, Paraguai, Bolívia e México. Com distinções importantes, como no caso da Venezuela<sup>21</sup>, em vários desses países é necessário aprofundar o estudo sobre as influências das organizações coletivistas das comunidades indígenas no surgimento das experiências de recuperação de empresas e de autogestão dos trabalhadores, como o pensamento de José Carlos Mariátegui nos faz questionar.<sup>22</sup>

A busca pelas origens históricas das experiências de recuperação de empresas conduziu-me à trajetória de resistências dos trabalhadores nos países-berço da revolução industrial. A breve análise histórica desenvolvida a seguir tem o intuito de entrelaçar uma visão sobre os processos econômicos do capitalismo, juntamente com a compreensão dos ciclos e experiências de resistência e luta dos trabalhadores e das produções teórico-políticas, que os analisam e também os alimentam.

Como será apresentado a seguir, o conceito de autogestão serviu como referência para essa retomada história. Esse conceito tomou especial dimensão no fenômeno das recuperações de empresas no Brasil, uma vez que, no surgimento

---

<sup>19</sup> Estes são os casos: Wallig Fogões e Cooperminas, respectivamente.

<sup>20</sup> Um estudo mais detalhado sobre a história das recuperações de empresas no Brasil será apresentado no próximo texto. Nesse momento, buscamos apresentar um panorama mais amplo das origens históricas das experiências.

<sup>21</sup> Caracas foi sede de um Encontro Latino-Americano de Empresas Recuperadas por Trabalhadores, organizado em 2009, e será sede de novo encontro em julho de 2015. As recuperações de empresas na Venezuela têm particularidades, as experiências, majoritariamente, foram promovidas pelo Estado, e posteriormente, em certos casos passaram a questionar a linha estatizante do governo, inclusive com greves e manifestações. Sobre o tema, ver: “Construire l’Utopie”. *Venezuela : récupérations d’entreprises, où en est-on ?* (Disponível em : <http://www.autogestion.asso.fr/?p=2990>. Acesso em: julho/2014).

<sup>22</sup> Ver entrevista com Michael Löwy: 80 anos de Sete ensaios de interpretação da realidade peruana de Juan C. Mariátegui, em *Cadernos Cemarx*, nº 5, 2009.

das experiências na década de 1990, muitos dos casos de recuperação de empresas por trabalhadores passaram a utilizar este termo para denominar sua forma de organização coletiva, como se verifica no nome dado à associação criada para apoiar as novas experiências: Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG). Ainda hoje, identifica-se com o termo a maioria dos casos de empresas recuperadas no país, como revelou a pesquisa nacional, citada anteriormente.<sup>23</sup> E ele conduziu-nos a outros: associativismo, controle operário, cooperativismo, economia social e economia solidária.

Nesse sentido, segui as pistas das experiências e dos conceitos relacionados ao fenômeno das recuperações de empresas por trabalhadores no Brasil para esboçar um breve panorama sobre a sua história no movimento operário.

#### TECENDO FIOS COM O PASSADO: BREVE RETOMADA NO MOVIMENTO OPERÁRIO

Nas primeiras décadas da história do movimento operário no século XIX, o fenômeno da recuperação de empresa por trabalhadores já havia chamado a atenção de Friedrich Engels, que ao completar o terceiro volume da obra *O Capital*, de Karl Marx, incluiu uma nota de rodapé na qual relata o caso de uma fábrica que, após ir à bancarrota, havia sido recuperada por seus próprios operários, com a criação de uma cooperativa de trabalho:

Em um caso de meu conhecimento, um fabricante falido após a Crise de 1868 tornou-se empregado assalariado de seus próprios ex-trabalhadores. A fábrica depois da bancarrota foi recuperada por uma cooperativa de trabalho e o antigo proprietário foi empregado pela cooperativa como dirigente. FE.<sup>24</sup>

Com esse relato de Engels, verifica-se que na Europa a ocupação e a recuperação de fábricas pelos trabalhadores não é um fenômeno recente. Tais experiências remontam às mudanças nos processos produtivos e nas relações de trabalho provocadas a partir da primeira revolução industrial.

A organização combinada e concentrada do trabalho, envolvendo um maior número de trabalhadores assalariados, em um mesmo espaço físico e tempo, sob o

---

<sup>23</sup> Quase a totalidade dos casos pesquisados (92%) afirma praticar a autogestão em resposta à questão sobre a forma de organização do trabalho (Henriques *et al.*, 2013).

<sup>24</sup> Nota de rodapé número 77, assinada F. E (Friedrich Engels), no capítulo XXIII, do volume III, p. 289 (Marx, 1985).

comando de um proprietário, marcou o início da produção capitalista, e caracteriza-se pela “cooperação”: “forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos”, gerando uma “força de massas” e uma maior escala de produção, diminuindo “o tempo de trabalho necessário para produzir determinado efeito útil” (Marx, 1985, p. 259). Como reforça Marx: “Ao cooperar com outros de um modo planejado, o trabalhador se desfaz de suas limitações individuais e desenvolve a capacidade de sua espécie” (1985, p. 262).

Todavia, como também destaca Marx: “Com a massa dos trabalhadores ocupados ao mesmo tempo cresce também sua resistência e com isso necessariamente a pressão do capital para superar essa resistência” (1985, p. 263). Se, por um lado, fortaleceu-se e aprofundou-se a divisão técnica do trabalho e o despotismo na supervisão e direção do trabalho, por outro lado, a partir da cooperação, que caracteriza o início do processo de trabalho da produção capitalista, gerou-se substrato para as resistências dos trabalhadores às novas formas de exploração do trabalho, como demonstram os casos mais antigos de associativismo operário que esse texto propõe brevemente resgatar.

Em busca de informações para construir um breve panorama histórico, no período de estágio doutoral na França, consultei acervos bibliográficos sobre a história do movimento operário, relacionados ao tema das recuperações de empresas por trabalhadores para sua autogestão. Por que a França? A maior parte dos estudos sobre a recuperação de empresas pelos trabalhadores faz referência à trajetória histórica do movimento operário francês, como sujeito de algumas das mais emblemáticas experiências e centro importante da emergência dos debates políticos sobre socialismo, especialmente de suas vertentes libertárias e da autogestão, como também da economia social, outra vertente do associativismo. Além da Biblioteca Nacional da França (BNF)<sup>25</sup>, foram também consultados os acervos: da *Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine* (BDIC) na Universidade Paris X, em Nanterre, com vasto arquivo sobre movimentos sociais e operários latino-americanos; do *Musée Social-CEDIAS*<sup>26</sup>, com documentos sobre o movimento operário europeu e o movimento cooperativista, com destaque para a

---

<sup>25</sup> Acesso à Biblioteca Digital da BNF em: <http://gallica.bnf.fr/>

<sup>26</sup> Criado após a Exposição Universal de 1889 por reformistas interessados em estudar o movimento operário, o *Musée Social* possui interessante acervo, com materiais impressos, panfletos e publicações, em parte disponibilizado na internet: <http://www.cedias.org>.

chamada Escola de Nîmes e a economia social na França<sup>27</sup>; da biblioteca da *Association des Amis et Amis de la Commune de Paris de 1871*<sup>28</sup> e do *Fond de Autogestion* da biblioteca da *Fondation Maison des Sciences de l'Homme* (FMSH). Este último arquivo – possivelmente criado a partir da biblioteca pessoal de Yvon Bourdet<sup>29</sup> e de materiais do *Groupe d'Étude de l'Autogestion* da FMSH, organizado nos anos 1970 – possui cerca de 1.500 títulos, incluindo uma variedade de relatórios, jornais e livros sobre o tema da autogestão na França, e também algumas publicações sobre outros 30 países.

Um breve estudo bibliográfico nesses acervos possibilitou percorrer a história do associativismo no movimento operário europeu no século XIX, com um primeiro destaque para os debates e as experiências ocorridas na França até a Comuna de Paris em 1871. Na França, localizaram-se as primeiras associações operárias, criadas principalmente a partir das revoltas dos *canuts*, trabalhadores da tecelagem manual da seda, contra o mau pagamento e pela definição de uma tarifa mínima, nos primórdios da industrialização, iniciadas em Lyon em 1831 e espalhadas por diversas cidades francesas, enfrentando a reação dos fabricantes. Dessas revoltas, duramente reprimidas, como analisa Faria (2011)<sup>30</sup>, surgem as associações e cooperativas francesas, como a Cooperativa de Consumo *Commerce Véridique et Social* (“Comércio Verídico e Social”), fundada em 1830, anteriormente à famosa

---

<sup>27</sup> O *Musée Social* possui importante acervo das obras de Albert Meister (professor da EHESS) e Henri Desroche (ex-padre dominicano, diretor de estudos da EPHE), considerados importantes sociólogos da associação, da cooperação e da participação, com pesquisa sobre vários países. Além do acervo completo da revista RECMA, fundada em 1921 por Charles Gide e Bernard Lavergne, ligados à Escola de Nîmes. A revista anteriormente chamada *Revue des Études Coopératives, Mutualistes et Associatives*, hoje se chama *Revue Internationale de l'Économie Sociale*, e a sua coleção desde 1921 está disponível em: <http://recma.org/>

<sup>28</sup> Fundada pelos *communards* em seu retorno do exílio, a Associação organiza diversas atividades para resgatar a memória da experiência da Comuna. Estive na celebração de 2013, organizada anualmente em uma praça localizada em Butte aux Cailles, onde ocorreu um dos episódios mais importantes de resistência do povo pela Comuna. Nessas festas, além de barracas de livros sobre o tema, há apresentações de canções sobre a Comuna, leituras de textos e de sua carta de princípios. (Disponível em: <http://www.commune1871.org/?28-septembre-2013-Paris-13e-Fete>).

<sup>29</sup> Sociólogo francês (1920-2005), ligado ao CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*), estudioso do austro-marxismo e da autogestão, membro do grupo Socialismo ou Barbárie e editor da *Revue Autogestion*.

<sup>30</sup> Faria (2011) analisa as revoltas dos *canuts*, na qual cita a criação do periódico *L'Echo de la Fabrique*, o primeiro veículo de reivindicação de direitos dos operários da França, que em alguns de seus exemplares chegou a tratar de internacionalismo e feminismo (p.155). Cabe também mencionar o interessante romance histórico dos irmãos Emmanuel e Joseph Vingtrinier, *Les Canuts*, Editions du Lyon, publicado originalmente em 1887.

experiência cooperativa inglesa de Rochdale (1884)<sup>31</sup>. Seguindo o rastro das lutas populares e dos *sans culottes*<sup>32</sup>, essas revoltas e organizações significaram a emergência da classe trabalhadora no espaço público e na política, e tiveram papel fundamental nos processos que culminaram na Comuna de Paris de 1971, um dos mais importantes marcos históricos das experiências associativistas dos trabalhadores.

No século XVIII, já haviam surgido algumas primeiras cooperativas na Inglaterra, como estuda Singer (1998), eram moinhos e padarias coletivas, que se multiplicaram a partir provavelmente dos *trades clubs*, organizações mutualistas, criadas anteriormente por trabalhadores qualificados, com fundos para emergências. Além dessas primeiras experiências, também surgiram cooperativas de consumo, frente ao monopólio dos patrões sobre os armazéns, algo muito semelhante aos “barracões” das usinas de açúcar brasileiras, que veremos no estudo sobre Catende no Capítulo 3. No período seguinte, até a metade do século XIX, surgiram as chamadas “cooperativas operárias”, originadas da luta de classes, como destaca Singer, ligadas aos sindicatos, às greves e constituindo-se também uma forma de enfrentamento dos rebaixamentos salariais e do desemprego. Essas primeiras experiências de organização dos trabalhadores chamaram a atenção dos primeiros teóricos do socialismo, como veremos adiante.

Desde seu surgimento nos países precursores do capitalismo no século XIX, o movimento operário viveu momentos com maior ou menor ênfase às experiências associativistas e cooperativistas, as quais surgiram menos das formulações teóricas, mas principalmente das resistências e experiências cotidianas dos trabalhadores. Nesse período inicial, é importante resgatar a forma combinada e indissociada pela qual atuavam as associações operárias, de forma ampla, articulando o econômico, o social e o político, distinguindo-se do que ocorrerá posteriormente com a separação de funções surgida com a criação das organizações: sindicato, partido e cooperativa. Na segunda metade do século XIX, o tema do associativis-

---

<sup>31</sup> A cooperativa de Rochdale, fundada por operários no ano de 1844, em importante centro têxtil da Inglaterra à época, é considerada por muitos como a “mãe de todas as cooperativas”. Inicialmente uma cooperativa de consumo, ampliou sua atuação posteriormente para a cooperação na produção, sob determinados princípios que, na maior parte, passaram a ser considerados como princípios universais do cooperativismo, até os dias atuais (Singer, 2002).

<sup>32</sup> A expressão refere-se aos grupos populares que tiveram papel importante na Revolução Francesa de 1789, que em suas vestimentas não usavam o culote, traje característico da nobreza e da elite, e que defendiam ideais igualitários e republicanos, e praticavam a democracia direta em seus clubes, incluindo a participação de mulheres. Após a República, associados aos jacobinos, foram junto com eles perseguidos e reprimidos. Posteriormente, os ideais dos *sans culottes* seguiram influenciando as revoluções no século XIX.

mo operário ocupou um espaço importante nos debates políticos que formaram o movimento operário socialista, como também na I Internacional Socialista (denominada Associação Internacional dos Trabalhadores - AIT), especialmente em sua seção francesa.<sup>33</sup>

Com isso, as primeiras experiências associativistas criadas por trabalhadores foram acompanhadas do crescimento do debate teórico sobre o tema, dentro e fora do movimento operário. Os primeiros autores citados nos diversos estudos sobre a história do associativismo e do cooperativismo estão no campo do que se chamou socialismo utópico, como: Charles Fourier (1772-1837) e Robert Owen (1771-1858). O primeiro, teórico francês, distante da atuação prática e das classes operárias, como destacaram as críticas posteriores, fez contribuições no campo teórico, especialmente no tema da libertação do trabalho, a partir da crítica à divisão do trabalho, à disciplina opressora das fábricas e à falta de justiça distributiva, como também na concepção de uma espécie de “aldeia cooperativa”, os “falanstérios”, que inspirou várias experiências posteriores (Petitfils, 1977). O segundo, inglês, além de teórico, diferenciou-se pela atuação na implantação de projetos reformistas<sup>34</sup> e, posteriormente, no movimento operário. Crítico da sociedade capitalista, da propriedade privada, da religião e da forma vigente do matrimônio, Owen dedicou atenção cuidadosa à pedagogia e ao exemplo, como estratégias de transformação social, que deveriam ser apoiadas pelo Estado (Owen, 1991).

As influências do pensamento utópico e associativista desses autores no movimento socialista são enormes, como reconheceu Engels (1984) em seu texto *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, em que ressalta: os “germes geniais de ideias e ideias geniais que brotam por toda a parte sob essa capa de fantasia” (p.35). Aprofundando essa análise, Singer (1998) ressalta, por exemplo, o papel da obra de Owen na reviravolta ideológica do movimento operário do luddismo<sup>35</sup> ao

---

<sup>33</sup> Fundada em 1864, em Londres, a I Internacional envolveu diferentes vertentes socialistas, incluindo entre suas propostas a promoção do trabalho cooperativo. Sua crise e seu fim em 1876-1877 ocorreu justamente pela disputa entre centralistas e autonomistas, que teve como marco importante a Comuna de Paris. Ver análise mais aprofundada em: Faria (2011).

<sup>34</sup> Como a comunidade *New Harmony*, nos Estados Unidos, em 1825, inicialmente com 800 habitantes, que em pouco tempo desfez-se, por conflitos relacionados à contradição entre as relações de propriedade igualitárias e as relações sociais de produção centralizadas no projeto de igualdade perfeita pré-definido por Owen, como analisa Faria (2011, pp. 89-90).

<sup>35</sup> Um movimento de reação contra o industrialismo e o uso de máquinas, principalmente organizada por trabalhadores qualificados, que tomou proporções regionais na Inglaterra no século XVIII, que em sua denominação faz referência a Ned Ludd, suposto líder, cuja existência e esconderijo na Floresta de Sherwood nunca foram comprovados (Singer, 1998, p. 70).

comunismo, colocando em questão o controle do capital social e a organização social e econômica dos trabalhadores (pp.72-73). Todavia, como analisei no mes-trado, também são extensas as críticas que tal corrente recebeu, com destaque para a perspectiva paternalista e autoritária dos seus projetos de planificação social, que nos casos em que foram colocados em prática podem ser entendidos como as primeiras experiências de crise do socialismo, que evidenciam as contradições geradas pelo descompasso entre a coletivização da propriedade, sem a coletivização efetiva das relações sociais de produção (Sígolo, 2007).

Há diversos estudos sobre o trabalho desses autores e as experiências que eles realizaram e inspiraram na história. O próprio Marx, no *Manifesto Comunista* (1848), já havia declarado que os utópicos:

Atacam a sociedade existente em suas bases. Por conseguinte, forne-  
ceram em seu tempo materiais de grande valor para esclarecer os  
operários. Suas propostas positivas relativas à sociedade futura, tais  
como a supressão da distinção entre a cidade e o campo, a abolição  
da família, do lucro privado e do trabalho assalariado, a proclama-  
ção da harmonia social e a transformação do Estado numa simples  
administração da produção, todas essas propostas apenas anunciam  
o desaparecimento do antagonismo entre as classes. (pp. 78-79)

Como também se destacam as análises de Petitfils (1977), Thompson (1987), Hobsbawn (1983), Faria (2011), entre outros. Esses autores contribuem para a compreensão da complexa relação entre os pensadores socialistas utópicos e as experiências associativistas e cooperativas dos trabalhadores. Na presente pesquisa interessa-nos principalmente situá-los entre as referências do debate cooperativista e associativista, que descobriram e contribuíram com as primeiras experiências do movimento operário.

Prosseguindo com o breve estudo do debate teórico do associativismo, na metade do século XIX, juntamente com a crítica ao socialismo utópico, encontra-mos também os conhecidos confrontos entre Karl Marx (1818-1883) e Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), que marcaram a história da I Internacional Socia-lista e de todo o movimento socialista e operário posterior, com a cisão entre libertários-anarquistas e marxistas. Proudhon, com uma trajetória ligada ao movi-mento operário, o que o diferencia da maior parte dos autores do socialismo utó-pico, havia participado em 1849 de uma cooperativa, com socialistas identificados com o pensamento de Fourier. Sua teoria mutualista e federalista, inspirada na experiência associativa dos *canuts* de Lyon (como analisa Faria, 2011, p. 160),

considera a auto-organização dos trabalhadores – a associação operária –, a unidade básica da revolução social e econômica (Proudhon, 1969).

A perspectiva socialista libertária de Proudhon, crítica à intervenção do Estado, diferencia-se, por exemplo, daquela de Louis Blanc (1811-1888), também inserido no debate associativista e cooperativista, cuja proposta dos “ateliês sociais” foi uma das referências para a experiência das oficinas nacionais (*ateliers nationaux*). Precursor do socialismo de Estado, Blanc defendia a conciliação entre os campos político e econômico, através da criação de um projeto político cooperativo, envolvendo a intervenção do Estado, como articulador de produtores e consumidores, organizados em cooperativas, que colocaria fim à concorrência, extremamente prejudicial aos trabalhadores, criando uma nova ordem social através de uma revolução pacífica (Blanc, 1970).

Em um período de proliferação do associativismo operário e de luta por trabalho, após a Revolução de fevereiro de 1848 na França, foram criadas pelo governo provisório, as oficinas nacionais (citadas anteriormente), instituídas e dirigidas pelos operários, como uma forma de reação à crise econômica e ao grave desemprego. Essa experiência, que surgiu no contexto da instauração de uma República social, da implantação do sufrágio universal, dos direitos a liberdade de imprensa e associação, é significativa para o debate político sobre o papel do Estado e da organização associativa (e cooperativa) do trabalho, que se desenvolverá ao longo de toda a história do movimento operário e socialista. A implantação das oficinas deveria ocorrer, como destaca Faria (2011), a partir da “Comissão do Governo para os Trabalhadores”, presidida por Louis Blanc e composta por trabalhadores e patrões.

As experiências implantadas, no entanto, se diferenciaram do que era a proposta original de Blanc, e se caracterizaram mais como oficinas de caridade, como canteiros de trabalho para ocupar os desempregados. Como analisa Faria (2011): “Destinado geralmente a trabalhos inúteis, o descontentamento logo cresce entre os trabalhadores, e as oficinas, tornam-se um foco para agitação política” (p. 184). Enfrentando grandes dificuldades, inclusive pelo contexto turbulento e contrarrevolucionário, as oficinas nacionais tiveram curta duração e foram extintas após quatro meses, deixando 110 mil desempregados e aprofundando a crise social do período. Esses acontecimentos insuflaram as novas insurreições operárias de junho de 1848, violentamente reprimidas, e posteriormente levaram à eleição do sobrinho de Napoleão, com amplo apoio de operários e camponeses. Aquele que se

tornaria o imperador Napoleão III, após articular o golpe de 1851, apelidado e analisado por Marx em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*.

Até esse momento, os trabalhadores franceses haviam prosseguido com a criação de associações operárias, que articulavam as funções assistenciais, econômicas e políticas (o que posteriormente caberia separadamente aos sindicatos e às cooperativas), inclusive com o início da articulação em rede entre elas, mas o golpe de Luís Bonaparte foi um marco do início de uma fase de repressão às associações de trabalhadores na Europa. Nesse período, viveu-se uma forte degradação das condições de vida dos trabalhadores frente ao intenso desenvolvimento industrial e econômico europeu, principalmente inglês, aprofundando as desigualdades sociais, denunciadas à época por Marx: “Durante essa época extasiante de progresso econômico, a morte por inanição tornou-se quase uma instituição na metrópole do Império Britânico” (*apud* Faria, 2011, p. 191).

Apesar da repressão, clandestinamente, muitas associações de trabalhadores continuaram se reunindo, mas o debate tomou novas dimensões no movimento operário, principalmente pelas críticas colocadas por Marx. Divergindo da perspectiva de Proudhon e Blanc, ele não compartilhava de suas ideias mutualistas e cooperativistas, disseminadas no movimento socialista e operário até aquele período. Em sua obra, ele apresenta diversas críticas ao cooperativismo, como também aos teóricos cooperativistas e do socialismo utópico, que dizem respeito à manutenção da produtividade do capital, à autoexploração do trabalho pelo “patrão coletivo” e ao risco que a cooperativa portaria de transformar trabalhadores em capitalistas, inclusive criando divisões nas classes trabalhadoras.

Essas críticas contundentes de Marx devem estar presentes nas análises, mas não podem impedir a revisita às experiências do passado e o estudo das experiências do presente, como base para a construção de perspectivas para o futuro. Nesse sentido, é importante destacar que o associativismo marcou profundamente o socialismo francês e este é, reconhecidamente, uma das mais importantes influências do pensamento de Marx (ao lado da economia política inglesa e da filosofia alemã), expressa em sua defesa da libertação do trabalho, com a superação da divisão entre trabalho manual e intelectual e a sua planificação democrática pelos trabalhadores associados, como fundamento das relações sociais de produção comunista. Como ele expressa nos *Manuscritos de Paris* em 1844:

Quando os artesãos comunistas se associam, sua finalidade é inicialmente a doutrina, a propaganda, etc. Mas com isso e ao mesmo tempo apropriam-se de uma nova necessidade, a necessidade de as-

sociação, e, o que parecia meio, converte-se em fim. Pode-se observar este movimento prático, em seus resultados mais brilhantes, quando se veem reunidos, os operários socialistas franceses. Já não necessitam de pretextos para reunir-se, de mediadores como o fumo, a bebida, a comida, etc. A vida em sociedade, a associação, a conversa, que por sua vez têm a sociedade como fim, lhes bastam. Entre eles, a fraternidade dos homens não é nenhuma fraseologia, mas sim uma verdade, e a nobreza da humanidade brilha nessas figuras endurecidas pelo trabalho (Marx, 2004, p. 169).

Essas colocações revelam o seu reconhecimento da importância das experiências associativistas criadas pelas classes trabalhadoras. Como se verifica também em um comentário feito por Marx em uma nota de rodapé, no volume I de *O Capital* (1985), ao transcrever uma notícia do jornal inglês *Spectator*, de 26 de maio de 1866, sobre a experiência de Rochdale. Após a citação de trecho da matéria do jornal, que destaca o fato das cooperativas não deixarem lugar aos capitalistas, podemos ver o que Marx acrescentou, com ironia (indicado abaixo em itálico, como no original):

Elas comprovaram que associações de trabalhadores podem gerir com sucesso lojas, fábricas e quase toda forma de indústria, e elas melhoraram extraordinariamente a situação dos operários, porém (!), não deixaram nenhum lugar visível para capitalistas. *Quelle horreur!* (Marx, 1985, p. 263).

Nesse sentido, Marx compartilhava da ideia de que a cooperativa é uma prova concreta da possibilidade do trabalho sem patrão, da capacidade dos trabalhadores em gerir a produção, e reconhecia que ela é espaço de formação para novas relações de trabalho não subordinadas e socialistas, que deveriam superar o trabalho assalariado. Como anunciado no *Manifesto de Lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores*, de 1864:

(...) o futuro nos reserva uma vitória ainda maior da economia política do operariado sobre a economia política dos proprietários. Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente às fábricas cooperativas levantadas pelos esforços desajudados de alguns *hands* [operários] audazes. (...) Pela ação, ao invés de por palavras, demonstraram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utiliza o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalhado assalariado é apenas

uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa com gosto, entusiasmo e alegria. Na Inglaterra, as sementes do sistema cooperativista foram lançadas por Robert Owen; as experiências operárias levadas a cabo no continente foram, de fato, o resultado prático das teorias, não descobertas, mas proclamadas em altas vozes em 1848 (Marx, 1961, pp. 318-319).

Nesse sentido, Marx considerava que o trabalho associado, cooperado contribui para a superação do despotismo na produção e para o surgimento de uma nova formação social, mas enfatizava que a sua emergência deveria ser decorrente da iniciativa dos próprios operários, sem a proteção de burgueses e governos, como reforça em trecho destacado da *Crítica ao Programa de Gotha*, de 1875:

O fato de que os operários desejem estabelecer as condições de produção coletiva em toda a sociedade e antes de tudo em sua própria casa, numa escala nacional, só quer dizer que obram por subverter as atuais condições de produção, e isso nada tem a ver com a fundação de sociedades cooperativas com a ajuda do Estado. E, no que se refere às sociedades cooperativas atuais, estas só têm valor na medida em que são criações independentes dos próprios operários, não protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses (Marx, 1977, p. 238).

Marx destacava a importância da independência e autonomia das organizações cooperativas dos governos e dos burgueses, no entanto, isso não significa a criação isolada de experiências. Já no *Manifesto de Lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores*, de 1864, ele também destacava que a produção cooperada e associada, como fundamento da sociedade comunista, deveria atingir proporções nacionais. Nesse sentido, ele apontava a insuficiência das fábricas-cooperativas isoladas para a criação de uma nova formação social, mas criticava o cooperativismo criado a partir do apoio de governos, pois na sua visão, as transformações sociais necessárias mantinham-se condicionadas à conquista prévia pelos trabalhadores do poder político, ou seja, a tomada do Estado:

Ao mesmo tempo, a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. É talvez por essa mesma razão que aristocratas bem-intencionados, porta-vozes filantrópicos da burguesia e até economistas penetrantes passaram de repente a elogiar *ad nauseam* o mesmo sistema cooperativista de

trabalho que tinham tentado em vão cortar no nascedouro, cognominando-o de utopia de sonhadores, ou denunciando-o como sacrilégio de socialistas. Para salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, incrementado por meios nacionais. Não obstante, os senhores da terra e os senhores do capital usarão sempre seus privilégios políticos para a defesa e perpetuação de seus monopólios econômicos. Em vez de promoverem, continuarão a colocar todos os obstáculos possíveis no caminho da emancipação do operariado. [...] Conquistar o poder político tornou-se, portanto, a tarefa principal da classe operária. (Marx, 1961, p. 320).

Com isso, explicitam-se nessa seleção de trechos de textos de Marx as próprias contradições vividas nas experiências associativistas ao longo da história, sobretudo, entre a sua emergência a partir da organização autônoma e independente de trabalhadores como embrião de novas relações sociais de produção socialistas e a necessidade da disputa pelo poder político e pelo Estado como percurso fundamental para as transformações da sociedade, da qual também depende o próprio sentido revolucionário das associações dos trabalhadores. Essas contradições da organização cooperativa do trabalho estiveram no foco das análises críticas de Marx, que também enfatizava a necessidade da cooperação em uma dimensão ampliada, capaz de enfrentar a anarquia da produção capitalista. Sem isso, mesmo superando a oposição entre trabalho e capital internamente, os trabalhadores cooperados tornar-se-iam patrões de si próprios, como expressa em outro trecho de *O Capital* (1985), Livro III:

As fábricas cooperativas de trabalhadores, no interior do regime capitalista, são a primeira ruptura da velha forma, embora naturalmente, em sua organização efetiva, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema capitalista. Mas dentro delas suprimiu-se a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação os capitalistas deles mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho (p. 309).

Ao mesmo tempo em que indica a organização cooperativa como a primeira ruptura da velha forma, Marx critica a autoexploração do trabalho. Essa avaliação, modulada também com as colocações sobre o tema destacadas anteriormente, revela diferentes possibilidades de relacionar o pensamento marxista às experiências associativistas e cooperativistas dos trabalhadores, na investigação do seu papel revolucionário na atualidade, especialmente pela proposta de construção heterodo-

xa do pensamento. Contudo, as críticas de Marx ao cooperativismo marcou uma cisão no movimento operário e socialista.

Nessa breve exposição, buscou-se indicar alguns pontos importantes dos confrontos e também dos encontros teóricos sobre o tema nesse período. Eles expressam a atenção especial dada ao associativismo nos debates da I Internacional Socialista, até a sua crise em 1872. Após isso, o associativismo tornou-se tema de uma importante cisão no movimento operário que fragmentou duas vertentes do debate socialista: a coletivista e a mutualista. Esta cisão contribuiu para o refluxo do associativismo e para o enfraquecimento do debate no movimento operário sobre a centralidade da auto-organização para a produção e da luta para a libertação da divisão técnica do trabalho. Como também avalia Faria (2011):

As associações operárias surgiram inicialmente como organismos de luta de âmbito local ou regional, mas logo buscaram a unificação em escala nacional e, posteriormente, em escala internacional com a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, a Primeira Internacional. A AIT era uma federação de associações operárias, ou melhor, um organismo que tomava as formas associativas dos trabalhadores – mútuas, cooperativas, associações de produção etc. – como elementos de organização da sociedade futura, a sociedade comunista. A Comuna foi o ápice deste surto associativo, dessa “febre de coalisões”. (p. 253).

Antecedida por esse período de intensa associação dos trabalhadores e debate sobre o tema no movimento operário e socialista<sup>36</sup>, a Comuna de Paris de 1871, reconhecida como a primeira revolução operária da história<sup>37</sup>, em cerca de dois meses e meio de existência (72 dias), foi um dos mais importantes episódios da história

---

<sup>36</sup> Uma declaração da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), de novembro de 1870, já incluía as principais reivindicações e propostas defendidas na Comuna de 1871, concluindo com a seguinte frase: “*Nous voulons enfin, la TERRE AU PAYSAN que la cultive, la MINE AU MINEUR que l’exploite, L’USINE A L’OUVRIER que la fait prospérer*” (apud Rougerie, 2004, p. 58). (“Por fim, queremos a terra ao agricultor que a cultiva, a mina ao mineiro que a explora, a fábrica ao operário que a faz prosperar” – tradução nossa).

<sup>37</sup> Como declara Victor Hugo, em junho de 1848 (apud Rougerie, 2004, p. 7): « *C’est que Paris est la seule ville de l’univers qui soit à l’état de volcan. De même que les volcans sont en communication avec les entrailles de la terre, Paris est en communication avec les masses, avec la fournaise profonde et bouillonnante des misères souterraines, avec les entrailles du peuple. Voilà, soixante ans que l’éruption a éclaté et elle ne se ralentit pas. Quand l’éruption d’événements cesse, l’éruption d’idées recommence ; quelquefois événements et idées sortent pélemêle du gouffre.* » (“Paris é a única cidade do universo que está em estado vulcânico. Da mesma forma que os vulcões estão em comunicação com as entranhas da terra, Paris está em comunicação com as massas, com a fornalha profunda e borbulhante das misérias subterrâneas, com as entranhas do povo. Há sessenta anos que a erupção estourou e não abranda. Quando cessa a erupção de eventos, a erupção de ideias recomeça, e por vezes eventos e ideias brotam juntos.” – tradução nossa).

associativa do movimento operário. A insurreição popular emergiu como reação às condições miseráveis de vida e trabalho, intensificadas pelo estado de sítio durante a guerra com a Prússia de Bismarck. Ela irrompeu no contexto após a derrota da França na Batalha de Sedan (em setembro de 1870), que levou a capitulação do imperador Napoleão III e a criação da III República, com a eleição (em fevereiro de 1871) de uma Assembleia Nacional (predominantemente pró-monarquia!), que aprovou um custoso tratado de paz (incluindo a cessão de Alsácia-Lorena e pagamentos à Prússia) e instalou-se em Versalhes, abandonando Paris, temendo a insurreição popular, logo deflagrada. Com a revolta da *Garde Nationale*, unindo-se à população, o *Hôtel-de-Ville* foi tomado em março de 1871 e foi eleita e proclamada a Comuna de Paris (Rougerie, 2004).

Nesse curto período de duração, como apresenta Rougerie (2004) entre outros estudiosos da Comuna, foram propostas e realizadas enormes transformações políticas, econômicas e sociais na criação de um auto-governo das classes populares e operária, como o sufrágio universal (masculino) para a eleição de conselheiros municipais da Comuna, a eleição interna do Comitê Central da Guarda Nacional, a eleição de magistrados e juizes, a separação entre a Igreja e o Estado, a nacionalização das propriedades clericais, a abertura, laicidade e gratuidade das escolas, a equiparação de salários entre operários e funcionários públicos, a moratória de alugueis e a requisição de apartamentos abandonados para desabrigados, o direito ao divórcio e a união livre, a criação de restaurantes populares, a entrega de todas as oficinas e fábricas abandonadas a associações operárias, a criação de ateliês cooperativos e também de associações de artistas. Além da eleição para a Comuna, a participação no auto-governo da Comuna envolveu também diversas organizações populares: associações sindicais, clubes comunais e comitês de mulheres. Como destaca uma brochura da *Association Les Amis de la Commune de Paris 1981*, a declaração dos membros do clube comunal *IIIe. Arrondissement Nicolas-des-Champs*, uma das organizações populares da Comuna : « *Peuple, gouverne-toi toi-même par tes réunions publiques, par ta presse; pèse sur ceux qui te représentent; ils n'iront jamais trop loin dans la voie révolutionnaires.* »<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> Brochura *Histoires de la Commune de Paris (18 mars – 28 mai 1871)*, da *Association Les Amis de la Commune de Paris 1981*, Paris, 2003. (“Povo, governe-se a si mesmo por meio de suas reuniões públicas, por meio de sua imprensa. Cobre daqueles que lhe representa, assim eles não irão nunca afastar-se demais do caminho revolucionário” – *tradução nossa*).

Cabe ressaltar a atuação e a organização das mulheres, com destaque para Louise Michel<sup>39</sup>, entre outras várias *communardes* que tiveram papel fundamental na luta e na resistência. Combatente das barricadas, presa e exilada na Nova Caledônia após o massacre da Comuna, por suas ideias e teorias sobre a emancipação do povo, incluindo a questão das mulheres e da pedagogia, Louise Michel permanece uma referência fundamental para militantes e estudiosos da educação e do socialismo libertários.<sup>40</sup> Entre suas ações durante a Comuna, ela criou cursos populares, baseados em uma pedagogia fundada na liberdade, na realidade e na razão, sobre o qual escreveu com entusiasmo: « *Partout les cours étaient ouverts, répondant à l'ardeur de la jeunesse. On y voulait tout à la fois, arts, sciences, littérature, découvertes, la vie flamboyait. On avait hâte de s'échapper du vieux monde.* »<sup>41</sup> (Michel, 1978, p. 219). Também defendeu a ação política direta e a justiça social: « *Le monde entier est à tous, chacun alors prendra ce qui lui faut.* » e o feminismo: « *Si l'égalité entre les deux sexes était reconnue, ce serait une fameuse brèche dans la bêtise humaine.* »<sup>42</sup> (Michel, 1890). Pela organização das mulheres, foi também criada a *Union des Femmes*, fundada por Nathalie Lemel e Élisabeth Dmitrieff (correspondente de Marx), que em seus textos declarou: « *Toute inégalité et tout antagonisme entre les sexes constituent une des bases du pouvoir des classes gouvernantes.* »<sup>43</sup>

Apoiada e analisada à época por Marx, em alguns de seus textos, como: *A Guerra Civil na França*, escrito durante os acontecimentos de 1871<sup>44</sup>, a Comuna

---

<sup>39</sup> Nascida em Vroncourt-la-Côte, em 1830 e falecida em Marselha, em 1905, Louise Michel foi professora, poetisa, enfermeira, militante libertária e uma das mais conhecidas *communardes*, chamada na tradição popular de “*La vierge rouge*”, teve seu livro de memórias sobre a Comuna de Paris publicado em 1898. Suas ideias e atuação são ainda hoje referências para a crítica à opressão e a luta por liberdade e socialismo.

<sup>40</sup> Homenageada no nome da associação criada por Daniel Bensaid, um dos importantes centros de debate político socialista atualmente na França: <http://www.societelouisemichel.org/> Este é um dos exemplos da memória viva da Comuna de Paris, que segue sendo tema de estudo e debates políticos, inspirando as lutas do presente e enfrentando “conspiração do esquecimento” das histórias de resistência e lutas das classes trabalhadoras.

<sup>41</sup> “Por toda parte, cursos foram abertos, respondendo ao ardor da juventude. Queríamos tudo de uma vez, artes, ciências, literatura, descobertas, a vida fervilhava. Tínhamos pressa para escapar do velho mundo” – *tradução nossa*.

<sup>42</sup> “O mundo pertence a todos, portanto cada um terá aquilo que precisa” e “Se a igualdade entre homens e mulheres fosse reconhecida, ela seria uma famosa lacuna na estupidez humana” – *traduções nossa*. Trechos de *Prise de Possession* (1890).

<sup>43</sup> Brochura *La Commune : l'action des femmes*, da *Association Les Amis de la Commune de Paris 1981*, Paris, 2006. “Qualquer desigualdade e antagonismo entre os sexos constitui uma das bases do poder das classes governantes” – *tradução nossa*.

<sup>44</sup> Há outro texto importante: Marx, K. *The Paris Commune*. Nova Iorque, Labor News, 1941.

foi atravessada por contradições, incluindo atos violentos e execuções bárbaras. Tensionada entre o imperativo das lutas contra o poder de Versalhes, as tropas prussianas e as exigências do povo por justiça social e democracia direta, a Comuna alcançou importantes realizações, mas cometeu diversos equívocos, como também destacou Marx: « *La Commune me semble perdre trop de temps à des bagatelles et à des querelles personnelles.* »<sup>45</sup> (Marx, 2008).

Marx havia sido crítico à insurreição, avaliando o contexto da França como desfavorável à revolução operária. Contudo, no decorrer dos acontecimentos ele reconheceu que o “verdadeiro segredo” da Comuna foi ser essencialmente o “governo das classes operárias”, resultado da luta entre a classe que produz e a classe que explora, e a forma política descoberta para a emancipação do trabalho. Com isso, a Comuna foi exemplo de que a luta pela cooperação de segunda ordem, com base no poder político dos trabalhadores, para além de casos isolados de associação, é uma forma de enfrentar a exploração do trabalho e a anarquia da produção capitalista, o que se constitui um sinônimo de comunismo:

A Comuna – exclamam – pretende abolir a propriedade, base de toda civilização. Sim, cavalheiros, a Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que converte o trabalho de muitos na riqueza de uns poucos. A Comuna aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, que hoje são fundamentalmente meios de escravização e exploração do trabalho, em simples meios de trabalho livre e associado. Mas isso é o comunismo, o ‘irrealizável’ comunismo! Contudo, os indivíduos das classes dominantes bastante inteligentes para perceber a impossibilidade de perpetuar o sistema atual – e não são poucos – erigiram-se nos apóstolos enfadonhos e prolixos da produção cooperativa. Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, consequências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo ‘realizável’? (Marx, 2008, pp. 73-74).

Em especial, diretamente ligadas ao tema da pesquisa, na Comuna de Paris, as experiências das associações operárias na recuperação de fábricas, ainda que embrionárias, pelo curto período de tempo em que pôde se desenvolver, envolveu a

---

<sup>45</sup> Trecho extraído de: Lettre à Frankel et Varlin – Londres, le 13 mai 1871. “A Comuna parece-me perder tempo demais com ninharias e querelas pessoais.” – *tradução nossa.*

nomeação de diretores, de chefes de equipes, a decisão coletiva de salários, horários e condições de trabalho. As reuniões diárias dos trabalhadores tiveram como foco principal a retomada da produção das fábricas e ateliês com base em novas relações sociais de produção, o que ocorreu também nos correios, nos museus e nos teatros. Sobre esse tema, destaca a brochura intitulada *La Commune et la démocratie : le peuple souverain*, editada pela *Association Les Amis de la Commune de Paris*: « *La Commune implique les ouvriers dans l'organisation de leur travail en mettant en oeuvre le principe de l'association ouvrière coopérative, représentative et libre* »<sup>46</sup> (2006, p. 9).

Com isso, é possível afirmar que a organização democrática do trabalho foi um dos temas centrais da Comuna de Paris de 1871, como consequência da visão de numerosos *communards* do papel central da cooperação e da associação operária na emancipação dos trabalhadores. Alguns dos militantes eram membros e haviam participado dos debates socialistas sobre o tema na I Internacional, dentro e fora da França<sup>47</sup>, como também foram responsáveis pelo período anterior de florescimento de experiências cooperativas no país<sup>48</sup>, principalmente de associações operárias de produção, financiadas pela *Crédit au Travail*, sociedade criada em 1863. Esta organização foi fechada em 1869, deixando em colapso o movimento cooperativo às vésperas da Comuna, contribuindo para intensificar a inquietação social.

A importância do associativismo operário na Comuna de Paris expressou-se nas diversas assembleias de insurreição e especialmente também na Comissão de Trabalho, da Indústria e do Comércio, criada para planejar a nova organização do trabalho na Comuna, entre outras nove Comissões (Finanças, Guerra, Justiça,

---

<sup>46</sup> “A Comuna envolve os trabalhadores na organização do seu trabalho colocando em prática o princípio da associação operária cooperativa, representativa e livre.” - *tradução nossa*. As brochuras estão disponíveis em: [www.commune1871.org](http://www.commune1871.org).

<sup>47</sup> Entre os *communards* havia vários estrangeiros, acolhidos pelo princípio da fraternidade e solidariedade do movimento operário e socialista internacional, são exemplos: Léo Frakel, operário húngaro, membro da Internacional; Dombrowski e Wroblewski, generais poloneses, e também Élisabeth Dimitrieff, jovem russa, com 20 anos, fundadora da *Union des Femmes*, chamada para ser correspondente de Marx sobre os acontecimentos da Comuna.

<sup>48</sup> Há diversos exemplos de *communards* que haviam participado de cooperativas e associações operárias anteriormente a Comuna de 1871, como a rede parisiense de restaurantes cooperativos, *La Marmite*, criada por Eugène Varlin, principal militante da Internacional Socialista em Paris, e Nathalie Lemel, fundadora da *Union des Femmes* durante a Comuna. Outros casos foram: associações de produção, cooperativas de consumo e cooperativas de crédito, criadas por operários e futuros *communards*, por exemplo: Camille Langevin, Emile Clement, Jacques Durand, Alexis Trinquet, Julius Babick, Elie Reclus, entre outros. (*Brochure La Démocratie au travail de L'Association de la Commune de Paris de 1871*).

Subsistência, Serviços Públicos, Educação, Segurança Geral e Relações Exteriores), que buscaram substituir as administrações e ministérios desertados.

Através de um de seus decretos mais importantes (de 16 de abril de 1871) – mas que teve pouco tempo para se concretizar –, a Comissão de Trabalho transferiu as fábricas abandonadas por seus patrões, após a deflagração da insurreição (em 18 de março), às associações operárias:

*La Commune de Paris*

*Considérant qu'une quantité d'ateliers ont été abandonnés par ceux que les dirigeaient afin d'échapper aux obligations civiques, et sans tenir compte des intérêts des travailleurs.*

*Considérant que par suite de ce lâche abandon, de nombreux travaux essentiels à la vie communale se trouvent interrompus, l'existence des travailleurs compromise.*

*Décète :*

*Les chambres syndicales ouvrières sont convoquées à l'effet d'instituer une commission d'enquête ayant pour but :*

- 1. De dresser une statistique des ateliers abandonnés, ainsi qu'un inventaire de l'état dans lequel ils se trouvent et des instruments de travail qu'ils renferment.*
- 2. De présenter un rapport établissant les conditions pratiques de la prompte mise en exploitation de ces ateliers, non plus par les déserteurs qui les ont abandonnés, mais par l'association coopérative des ouvriers qui y étaient employés.*
- 3. D'élaborer un projet de constitution de ces sociétés coopératives ouvrières.*
- 4. De constituer un jury arbitral que devra statuer au retour desdits patrons, sur les conditions de la cession définitive des ateliers aux sociétés ouvrières et sur la quotité de l'indemnité qu'auront à payer les sociétés aux patrons.*

*Cette commission d'enquête devra adresser son rapport à la commission communale du Travail et de l'Echange, qui sera tenue de présenter à la Commune, dans le plus bref délai, le projet de décret donnant satisfaction aux intérêts de la Commune et des travailleurs. (Journal Officiel de la République française, J.O.C 22, 17 avril 1871).<sup>49</sup>*

---

<sup>49</sup> A Comuna de Paris: Considerando que muitas oficinas foram abandonadas por seus gerentes para escapar de suas obrigações cívicas, sem ter em conta os interesses dos trabalhadores. / Considerando que por consequência desse abandono covarde numerosos trabalhos essenciais à vida comunal encontram-se interrompidos e a existência dos trabalhadores comprometida. / Decreta: As câmaras sindicais operárias são convocadas a fim de instituir uma comissão de pesquisa com os objetivos: 1. De fazer um levantamento estatístico das oficinas abandonadas e um inventário do estado em que se encontram e dos instrumentos de trabalho de que dispõem; 2. De apresentar um relatório estabelecendo as condições práticas para a rápida colocação em funcionamento dessas oficinas, não mais pelos desertores que as abandonaram, mas pela associação cooperativa dos

Além disso, a Comissão criou uma proposta de apoio ao desenvolvimento das associações operárias através da criação de um Banco de Crédito, por meio da reforma da Casa de Penhor (*Mont-de-Piété*); do estabelecimento de prioridades para as associações operárias em certos mercados (como dos alfaiates e sapateiros); e a partir de uma petição da *Union des Femmes* incentivou a organização de ateliês cooperativos para gerar trabalho para operárias. Sobre a organização das associações, como destaca Rougerie (2004), há relatos de eleições democráticas e de redução da jornada de trabalho para 10 horas, como também da associação de artistas e da organização cooperativa de teatros. Sobre o papel do Estado, os estudos apontam que no curto tempo de sua existência a Comuna atuou no apoio a essas organizações dos trabalhadores, comprometida com o objetivo de alcançar: « *la terre au paysan, l'outil à l'ouvrier, le travail pour tous.* »<sup>50</sup> (p. 192). Como isso, também destaca Rougerie (2004), o socialismo foi afirmado, à sua maneira, na Comuna de Paris, mesmo no seu curto período de existência:

*Tout repose sur l'association ouvrière coopérative et libre. Coopératives, mas noun pas du tout à l'image dégradée (qui est celle que se font toujours trop d'historiens) de ces petites entreprises limitées, parfois 'embourgeoisées', qu'avait tolérées, voire encouragées l'Empire : associations formées, gérées par les syndicats professionnels qui ont pris forme moderne à la fin des années 60. Elles allaient peu à peu s'étendre (grâce à l'aide de la Commune), déposséder sans violence supeflue les patrons inutiles. Ne cherchant pas le profit, mas l'attribution é galitaire au producteur de tout la valeur de son produit, travaillant mieux, elles ne pouvaient que l'emporter sur les entreprises patronales qui voudraient subsister. Bientôt les chambres syndicales auraient en main,, dans chaque métier, l'ensemble de l'appareil de production collectivisé ; c'est elles qui, fédérées (à Paris, nationalement, internationalement, l'exemple serait forcément contagieux) assureraient désormais l'administration des choses.*<sup>51</sup> (p.187)

---

operários que nelas estavam empregados; 3. De elaborar um projeto de constituição dessas sociedades cooperativas operárias; 4. De constituir uma comissão arbitral que deverá estabelecer quando do retorno dos patrões, as condições de cessão definitiva das oficinas às sociedades operárias e estabelecer as indenizações que essas organizações deverão pagar aos patrões. Esta comissão de pesquisa deverá endereçar seu relatório à Comissão Comunal do Trabalho e Comércio, que será encarregada de apresentar à Comuna o mais breve possível o projeto de decreto dando satisfação aos interesses da Comuna e dos trabalhadores. (Diário Oficial da República Francesa, J.O.C. 22, 17 de abril de 1871) – *tradução nossa*.

<sup>50</sup> “A terra ao camponês, a ferramenta ao operário, o trabalho para todos.” – *tradução nossa*.

<sup>51</sup> Tudo se baseia na associação operária cooperativa e livre. Cooperativas, mas não significando a imagem degradada (aquela que fazem sempre muitos historiadores), de pequenos empreendimentos limitados, por vezes “emburguesados”, tolerando ou mesmo incentivado o Império: associações

Segundo Ernest Mandel, em seu livro *Contrôle Ouvrier, Conseils Ouvriers, Autogestion* (1970), a Comuna de Paris, apesar de sua brevidade, inaugurou uma era da “expropriação dos expropriadores”, com a socialização das fábricas abandonadas pelos patrões, a criação de um regime de autogestão operária e um exemplo de processo de revolução permanente. Apesar de não ter tido tempo de ir muito longe em sua experiência, as práticas e planos originais da Comuna de Paris a tornaram um importante marco na história da resistência dos trabalhadores pela organização associativa e democrática do trabalho e ainda uma fonte de inspiração para as lutas do presente.<sup>52</sup>

A violenta repressão aos *communards* pelo exército de Versalhes, sob comando de Adolphe Thiers, com apoio das tropas de Bismarck, contra a Comuna de Paris, no final de maio de 1871, no que ficou conhecida como a semana sangrenta (*semaine sanglante*), deixou milhares de mortos. Não é possível calcular o número exato de vítimas, a maior parte dos relatos indica aproximadamente 20 mil execuções sumárias (homens, mulheres e crianças), contudo o número pode ser bem maior. Além disso, foram mais de 43 mil presos (dados oficiais do governo), dos quais mais de 3 mil foram deportados. O massacre e o declínio populacional de Paris foram tão grandes no período que, segundo Rougerie (2004), dos 2 milhões de habitantes em 1866, principalmente operários, a cidade perdeu cerca de 180 mil, o que causou também impactos para a produção da indústria nos anos posteriores à Comuna.

Enquanto durou a Comuna de Paris, ela recebeu manifestações de apoio de outras cidades francesas, em algumas delas também ocorreram insurreições, como Lyon, Marselha, Toulouse, Bordeaux. A Comuna também recebeu diversas menções de apoio vindas de outros países, uma parte deles acolheu *communards* deportados, que seriam apenas anistiados em 1880. Aqueles que conseguiram exilar-se receberam a solidariedade de outros operários e socialistas, como organizou Marx

---

formadas e geridas pelos sindicatos profissionais, que consolidaram sua forma moderna no fim dos anos 60. Elas foram ampliando-se gradualmente (com a ajuda da Comuna), desapropriando sem violência supérflua os patrões inúteis. Não buscavam o lucro, mas a atribuição igualitária ao produtor de todo o valor de seu produto, e trabalhando melhor, elas poderiam prevalecer sobre as empresas de empregadores que quisessem sobreviver. Logo, as câmaras sindicais teriam nas mãos, em cada profissão, o conjunto dos meios de produção coletivizados; seriam elas que, federadas (em Paris, nacionalmente, internacionalmente, o exemplo seria necessariamente contagioso), garantiriam doravante a administração das coisas.” – *tradução nossa*.

<sup>52</sup> “*Le cadavre est à terre et l'idée est debout*” (“O cadáver está sepulto e a ideia está de pé” – *tradução nossa*), esse verso de Victor Hugo, de 1867, apesar de anterior a Comuna de Paris de 1871, é muitas vezes citado em referência a sua memória (*Actes et paroles, Pendant l'exil, 1867, VIII, Mentana, VII*).

pela AIT, em Londres. Após a anistia, cuja conquista contou com o apoio de Victor Hugo, atuante no Senado, vários *communards* retornaram à França, criaram organizações e voltaram a atuar na imprensa política.

Após o fim da Comuna, identifica-se um período conturbado para o movimento operário europeu, de repressão e de perseguição a militantes, e também de enfraquecimento das experiências e do tema do associativismo no debate socialista. A partir das críticas ao “espontaneísmo” e à frágil organização da Comuna, o movimento operário, progressivamente, colocou em prática uma reorientação em sua forma de ação política, sedimentando a fragmentação entre “marxistas”, centralistas, *versus* “libertários”, autonomistas, predominando o primeiro grupo e a maior ênfase à constituição de partidos políticos, o que promoveu um processo de separação das funções política, econômica e assistencialista, anteriormente desempenhadas pelas associações operárias.

Esse período de declínio refere-se também ao surgimento nas décadas seguintes da expressão “economia social” na França, que expressou a crescente despolitização do associativismo e do cooperativismo, com o seu afastamento do movimento operário e socialista, tendo como uma das expressões a Escola de Nîmes na França.<sup>53</sup> A exceção esteve na criação da Federação das *Bourses du Travail*, em 1892, e depois da *Bourse* das Cooperativas Socialistas, que buscou dar continuidade à organização associativa dos trabalhadores franceses, como analisa Faria (2011, p. 222), e que se tornou o espaço dos anarquistas e cooperativistas socialistas, como Jean Jaurès (1859-1914), que defendia a associação entre os trabalhadores e a criação de uma federação internacional cooperativa. Entre esses socialistas cooperativistas, um debate importante referiu-se aos questionamentos sobre as contradições da manutenção das relações de trabalho assalariado nas cooperativas<sup>54</sup>, que eram uma realidade no contexto, como destaca o diálogo entre Jaurès e Gide, reproduzido por Faria (2011, p. 236):

---

<sup>53</sup> Movimento cooperativo francês, que defendia a neutralidade política do cooperativismo e a centralidade na cooperação para o consumo, envolvendo diferentes vertentes, incluído a patronal, tendo como uma de suas importantes referências: Charles Gide, também membro do Musée Social e professor da Sorbonne. Para uma análise que relaciona a *École de Nîmes* à Economia Social ver: Chomel, A. *De l'école de Nîmes à l'économie sociale et à ses prolongements: note pour l'histoire de la Revue des études Coopératives* (1921-1994). RECMA - *Revue Internationale De L'économie Sociale*. no. 268. Disponível em: [http://cediasbibli.org/sites/cedias.org/files/chomel\\_recma.pdf](http://cediasbibli.org/sites/cedias.org/files/chomel_recma.pdf). Acesso em: julho/2014.

<sup>54</sup> As contradições entre as relações assalariadas e as relações cooperativas de trabalho permanecem atuais no debate e na prática das cooperativas e das empresas recuperadas no Brasil, como veremos adiante nesse trabalho, inclusive na análise sobre a experiência da Usina Catende.

*Gide:* (...) É bem evidente que nós não abolimos o salariado criando cooperativas fábricas etc. Nós transformamos os assalariados da fábrica capitalista em assalariados da fábrica cooperativa, eis tudo. É verdade que isso já é muito.

*Jaurès:* Não se trata [...] de uma realização imediata. Eu sei bem, por exemplo, que os operários e empregados da padaria socialista que nós possamos criar serão assalariados. Mas importa indicar o fim.

Contudo, evidenciou-se um afastamento do movimento cooperativista da perspectiva de auto-organização dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, nesse período, cresceu a visão que relacionava o cooperativismo à burguesia, inclusive levando ao combate pelo movimento socialista às cooperativas, que se distanciam do movimento operário. Nesse contexto, a defesa da centralidade do partido, da conquista do poder político e da nacionalização da economia para o controle social da produção se sobrepôs à organização associada e cooperativa do trabalho como visão predominante no movimento socialista. Além disso, a partir da criação da II Internacional, no seu regimento de 1896, a participação de anarquistas foi excluída, como destaca Faria (2011, p. 215). As consequências dessa nova orientação política e seus desdobramentos autoritários são um tema central do debate socialista na atualidade, fundamentalmente a partir da avaliação crítica dos desastrosos resultados dos processos pelos quais se impuseram regimes ditatoriais em várias experiências que tiveram um embrião socialista ao longo do século XX.

Com origens em processos associativistas e conselhistas, os *soviets* da Revolução Russa (conselhos de operários, camponeses e soldados) e os projetos de federação de comunas e comitês de fábricas têm como referência a experiência da Comuna de Paris. Sem pretender dar conta da imensa análise necessária para realizar uma avaliação adequada dessa experiência central do chamado “socialismo real”, cabe aqui indagar sobre os processos de centralização política e burocratização, que permitiram que sucumbisse ao autoritarismo e à violência com o fim dos *soviets*, com terríveis consequências sociais e políticas, as quais já em 1918 denunciava Rosa Luxemburgo, em *A Revolução Russa* (1991). A reação ao “terror vermelho” deu subsídio<sup>55</sup> e impulso à posterior retomada do associativismo no movimento operário e socialista, mesmo antes do colapso do regime soviético.

---

<sup>55</sup> Hannah Arendt, em seu livro *Sobre a Revolução*, de 1963, faz uma análise política sobre as revoluções modernas e suas contradições. Ao considerar também o cenário contemporâneo, coloca em questão o dilema entre forças dificilmente conciliáveis: a liberdade e a novidade da política e os processos pelos quais necessitam edificar novas instituições estáveis. Ao indicar tesouros revolucionários perdidos, a autora destaca a experiência dos conselhos populares, e sua capacidade de revigorar o exercício da política, frente ao sistema centralizador dos partidos.

Na trajetória de resistência e luta dos trabalhadores nos países europeus ao longo do século XX, todavia, com diferentes abrangências e perspectivas, continuaram existindo experiências associativistas e de ocupação e recuperação de fábricas por trabalhadores. Na década de 1920, por exemplo, pouco depois da I Guerra Mundial e da Revolução Russa, em Turim e em Milão, na Itália, surgiram casos de ocupações, a partir dos conselhos de fábricas<sup>56</sup>, que se organizaram para manter a produção, cuja repressão teve como sequência, dois anos depois, a ascensão de Mussolini ao poder. Há também referências sobre os casos de ocupações e recuperações de fábricas por trabalhadores que ocorreram ao longo da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), quando operários e trabalhadores rurais apropriaram-se de indústrias e terras, organizando a produção e o comércio em coletividades locais e regionais, sendo também fortemente reprimidos. Outro caso importante ocorreu na Iugoslávia, no pós-guerra, como reação ao stalinismo e também, com suas especificidades, na Hungria, na Tchecoslováquia e na Polônia.

Na Argélia surgiram também casos após a guerra de independência da França, com o abandono das empresas e fazendas pelos colonizadores.<sup>57</sup> Outras experiências também emergiram na França e em alguns países europeus, após a eclosão de movimentos de contestação, greves e ocupação de fábricas desencadeados no *Maião de 1968*. Posteriormente, o fenômeno tomou parte importante na chamada “Revolução dos Cravos”, em Portugal (1974-1975), que encerrou 48 anos de uma ditadura, democratizando o país, com uma explosão de greves, movimentos contestatórios nas escolas, universidades, quartéis e bairros das cidades, ocupação de moradias, lutas estudantis e nos meios de comunicações, e ocupações e recuperações de centenas de fábricas, chegando a envolver a organi-

---

<sup>56</sup> Com os quais atuou Antonio Gramsci (1891-1937), como expressa em seus *Escritos Políticos*, vol. 1, nos artigos: “Democracia Operária”, “O Conselho de Fábrica” e “O movimento turinense dos conselhos de fábrica”, que tratam do tema. (Gramsci, 2004). Cabe contar um episódio, em 1920, no qual Gramsci relata que se posicionou contra a proposta recebida pelos trabalhadores da Fiat de passarem a gerir a fábrica como uma cooperativa. Ele argumenta, em *A questão meridional*, que tal proposta não deveria ser aceita, pois fazia parte de nova estratégia da burguesia (Gramsci, 1987, pp. 416-417).

<sup>57</sup> Ver artigo de Henri de Farcy. « *Autogestion en agriculture: expériences en Yougoslavie et en Algérie* ». Kinshasa, vol. 8, 1968, pp. 29-36. Na Argélia, pós-guerra pela descolonização, de 1962 a 1965, com o abandono das diversas empresas, surgiram muitos casos de recuperações pelos trabalhadores, posteriormente com apoio do Estado, como analisa Farcy nesse artigo. Há uma curiosidade: Miguel Arraes, governador de Pernambuco que apoiou o início da experiência de recuperação de Catende, esteve exilado nesse país a partir de 1964.

zação de um mercado de solidariedade entre as empresas autogeridas pelos trabalhadores, como estuda Faria (2011).<sup>58</sup>

Com esses casos, mais ou menos isolados, ocorridos no século XX, é possível identificar o crescimento de um novo ciclo associativista, tendo também a França como uma referência importante. Verifica-se uma nova onda do tema do associativismo no movimento operário e socialista internacional, a partir dos anos 1950, que teve como um marco histórico o *Mai de 68*. Esse momento viveu uma enorme explosão de greves e ocupações de empresas, manifestações e barricadas nas ruas e grande movimento estudantil, ao mesmo tempo em que nos debates socialistas disseminava-se a crítica aos caminhos autoritários tomados pelo regime soviético. Recuperando ideais socialistas de auto-organização, liberdade e democracia, como aqueles defendidos por Rosa Luxemburgo (1871-1919) no início do século, emergiu com intensidade o debate sobre os *conselhos operários*, o *controle operário* e a *autogestão dos trabalhadores* no movimento sindical e em grupos socialistas nas décadas seguintes. Nos anos de 1960 e 1970, juntamente com o debate político, foram criadas algumas experiências de recuperação de empresas e auto-organização dos trabalhadores na Europa.

Conforme analisam Alain Guillerm e Yvon Bourdet (1975) e Claudio Nascimento<sup>59</sup> (2008), o conceito de autogestão surge anos 1950, apresentado pelo partido comunista iugoslavo, através da palavra servo-croata “*samoupravlje*” – “‘samo’ sendo o equivalente eslavo do prefixo grego ‘auto’, e ‘*upravlje*’ significando aproximadamente ‘gestão’”, sendo traduzido por dicionários franceses na década de 1960 (Guillerm e Bourdet, p. 11). A palavra referia-se a experiência da Iugoslávia de Tito, em contraposição ao stalinismo, sendo apresentada por autores iugoslavos como “imaneente à classe obreira e a seu movimento de libertação”, a ser

---

<sup>58</sup> Como analisa Faria (2011): o golpe se dá por interesse das novas classes dominantes e empresas internacionais, anteriormente atrelados ao regime autoritário, que se torna limitador ao desenvolvimento capitalista. Todavia, sem que pudessem controlar, o país tornou-se palco de uma explosão de movimentos de estudantes, trabalhadores, jornalistas e de diversas parcelas da população em geral, inclusive questionando os sindicatos e os partidos, constituindo “um dos últimos momentos do século XX em que se verificou um processo generalizado de lutas sociais autônomas, manifestando-se significativamente em experiências de autogestão de empresas e da produção da vida social” (p. 316).

<sup>59</sup> Educador popular e estudioso da autogestão, Claudio Nascimento atuou nas Oposições Sindicais pelo Centro de Ação Comunitária (CEDAC) e pela Pastoral Operária Nacional, após ser exilado na França, onde trabalhou na CFDT, no início dos anos 1970. Ao retornar ao Brasil também participou da fundação da CUT e do PT e na disseminação de estudos sobre socialismo autogestionário, sendo que alguns de seus textos estão disponíveis em: [www.claudioautogestao.com.br](http://www.claudioautogestao.com.br).

alcançado pela associação autônoma de produtores, tal como interpretavam a concepção de Marx sobre a autogestão social (Damjanovic, 1962).<sup>60</sup>

A propagação mais ampla da palavra autogestão deu-se no contexto da crise mundial do petróleo dos anos 1970, e após o *Maio de 68* na França, com autores, sindicalistas e militantes franceses, alguns deles ligados ao grupo *Socialismo ou Barbárie*<sup>61</sup> e também à CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho)<sup>62</sup>, que tiveram papel fundamental para a sua divulgação.<sup>63</sup> Com isso, a autogestão tornou-se tema “incontornável” no debate político do movimento socialista e operário no período, e para além dele, proliferando como objeto de estudo e ação prática, conforme analisam diversos autores.<sup>64</sup>

O debate sobre a autogestão dos trabalhadores na Europa passou a envolver diferentes perspectivas e vertentes teórico-políticas do movimento operário da época, incluindo o austro-marxismo, o trotskismo, vertentes libertárias e anarquistas e o sindicalismo cristão. Nesse contexto, a efervescência do debate político sobre a auto-organização dos trabalhadores teve como base importante a retomada do pensamento do chamado “jovem Marx”, com sua ênfase na centralidade das relações sociais de produção e na denúncia à exploração, à opressão e à alienação, presentes no trabalho assalariado e subordinado capitalista.<sup>65</sup> Tais análises já estão presentes no início da obra de Karl Marx, como se verifica nos *Manuscritos de Paris de 1844*<sup>66</sup>, publicado pela primeira vez em 1930, quando passou a ser conhecido no debate socialista, no

---

<sup>60</sup> Danjanovic, Pero. « Les conceptions de Marx sur l'autogestion sociale » In: Praxis, 1, 1962, pp. 39-54.

<sup>61</sup> Grupo socialista francês, organizado no pós-guerra até os anos 60, no qual atuaram Cornelius Castoriadis, Guy Debord, Daniel Mothé, Claude Lefort, entre outros.

<sup>62</sup> O termo é citado, por exemplo, em declaração de 16 de maio de 1968 da CFDT: « *A la monarchie industrielle et administrative, il faut substituer des structures démocratiques à base d'autogestion.* » (CFDT *Aujourd'hui: Revue D'Action et de Reflexion*. No. 2, juillet-août, 1973, p. 9) (“À monarquia industrial e administrativa, é preciso substituir por estruturas democráticas com base na autogestão.” – tradução nossa.)

<sup>63</sup> É necessário fazer distinções entre os conceitos: autogestão, controle operário e cooperativas, que ao longo da história do movimento dos trabalhadores tiveram significados que se aproximaram e se afastaram, formando diferentes vertentes teóricas e de ação política, como buscamos indicar ao longo dessa pesquisa.

<sup>64</sup> Entre eles: Yvon Bourdet, Daniel Mothé, Pierre Rosanvallon, Albert Meister, J. Joguín (fonte: *Fond Autogestion FSMH*)

<sup>65</sup> No capítulo II, há uma breve análise sobre essas referências teóricas retomadas do “jovem Marx”.

<sup>66</sup> Os Manuscritos de 1844 foram apenas publicados em 1930, causando grande impacto no debate socialista nas décadas posteriores, com reação negativa por parte de setores stalinistas, em contraste com o grande acolhimento dos setores críticos ao autoritarismo soviético, como será analisado no Capítulo 2 deste trabalho.

qual o autor afirmou que “a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação” (Marx, 2004, p. 89).

Ao compreender o capitalismo com centralidade nas relações sociais de produção que o caracterizam, enfatiza-se o papel da luta de classes na sociedade e a resistência à exploração do trabalho como geradora de contradições e conflitos que colocam em movimento a história. Inspirado nesses escritos e nos acontecimentos do *Maio de 68*, o conceito de autogestão popularizou-se em meio aos movimentos estudantis e operários, envolvido pela retomada da utopia e de perspectiva anti-capitalista.

Os textos de Henri Lefebvre sobre a autogestão como “abertura aos possíveis” – produzidos a partir de seus estudos da alienação e da vida cotidiana, que o haviam conduzido ao rompimento com o Partido Comunista Francês e com um “marxismo instituído e mortífero”<sup>67</sup> e à aproximação ao romantismo revolucionário e ao surrealismo, à defesa da abolição da separação entre teoria e prática para a transformação do mundo e à valorização do papel revolucionário dos fragmentos, das experiências sociais antecipadoras do mundo a ser construído –, refletem o espírito desse contexto:

*Quand un groupe, au sens large du terme, c'est-à-dire les travailleurs d'une entreprise, mais aussi les gens d'un quartier ou d'une ville, quand ces gens n'acceptent plus passivement les conditions d'existence, quand ils ne restent plus passifs devant ces conditions qu'on leur impose ; lorsqu'ils tentent de les dominer, de les maîtriser, il y a tentative d'autogestion. Et il y a une marche dans et vers l'autogestion. En ce sens, et j'insiste beaucoup, l'autogestion n'est pas un système juridique (...), l'autogestion est une voie perpétuellement renaissante. Une tentative autogestionnaire est quelque chose d'essentiel et de fondamental puisque c'est la maîtrise des conditions d'existence. Ce sont les rapports sociaux qui sont le lieu, le terrain de naissance de l'autogestion ; ce n'est ni l'économique pris séparément, ni le politique pris séparément.<sup>68</sup> (Lefebvre, 1979, pp. 47-48).*

---

<sup>67</sup> Apresentação de Rémi Hess ao livro de Lefebvre, *Vers um Romantisme Révolutionnaire*, 2011.

<sup>68</sup> “Quando um grupo, no sentido amplo do termo, por exemplo, os trabalhadores de uma empresa, mas também as pessoas de um bairro ou de uma cidade, quando essas pessoas não mais aceitam passivamente as condições de existência, quando não mais permanecem passivas diante dessas condições que lhe são impostas, e então elas tentam dominá-las, controlá-las, há a tentativa de autogestão. E há um passo dentro e em direção à autogestão. Nesse sentido, e eu insisto muito, a autogestão não é um sistema jurídico. (...) A autogestão é uma via perpetuamente renascente. Uma tentativa autogestionária tem algo de essencial e de fundamental, pois é a matriz das condições de

Nessa mesma direção, encontra-se a afirmação de René Berthier em seu texto de 1972, publicado na revista francesa *Autogestion et Socialisme* (Cahier no. 18-19), importante referência do debate da época, na qual definiu que “autogestão é antes de tudo, o meio de pôr em aplicação o princípio: a emancipação dos trabalhadores será a obra dos próprios trabalhadores” (Berthier, 2002, p. 61). No quadro efervescente do debate sobre autogestão do período, que colocou em questão a auto-institucionalização de uma nova realidade social<sup>69</sup>, somam-se os estudos de Daniel Guérin (1969), sobre as experiências históricas do comunismo autogestionário, expressão também da matriz anarquista e libertária.

Na matriz marxista, pela vertente trotskista, destacam-se os escritos de Ernest Mandel, com o seu livro *Contrôle Ouvrier, Conseils Ouvriers, Autogestion* (1970), citado anteriormente, no qual analisa que a luta pela autogestão dos trabalhadores esteve presente em toda a história do movimento operário, sendo central na definição de uma determinada compreensão de socialismo, com destaque fundamental para a democracia operária. Também se somam a essa vertente os trabalhos de Michel Raptis, de origem grega, militante na Argélia e no Chile. Outros exemplos, no campo do austro-marxismo, são os estudos de Yvon Bourdet e Alan Guillerme (1976) sobre as experiências de autogestão, com publicação pioneira sobre o tema traduzida em português.<sup>70</sup> Finalmente, cabe acrescentar também os trabalhos de Daniel Mothé (1980)<sup>71</sup>, ex-operário, sociólogo autodidata, membro do grupo *Socialismo ou Barbárie*, sobre os níveis de autogestão desde a fábrica ao conjunto da sociedade, e os textos sobre comissões de fábrica e controle operário de Maurice Joyeux (1988), entre outros.

No campo sindical, destaca-se outra vertente de debate sobre autogestão na França, tendo como centro difusor a CFDT, de origem no sindicalismo cristão<sup>72</sup>.

---

existência. As relações sociais são o lugar, o terreno da nascença da autogestão, não é nem a economia em separado, nem a política em separado” – *tradução nossa*.

<sup>69</sup> Ver também: Castoriadis, C. *Socialismo ou Barbárie: o conteúdo do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

<sup>70</sup> Guillerme, Alain e Bourdet, Yvon. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

<sup>71</sup> Conforme a análise de Daniel Mothé (pseudônimo utilizado por Jaques Gautrat, ex-operário da Renault), é possível identificar diferentes níveis da luta por autogestão, que existem isoladamente ou articulados: a luta pela superação do taylorismo na própria atividade de produção do trabalhador, a cooperação entre os trabalhadores, a gestão coletiva de oficinas de produção, a gestão coletiva da empresa e a gestão coletiva do conjunto da sociedade (Mothé, 1980).

<sup>72</sup> A CFDT foi criada no Congresso de Paris de 1964, com a extinção da antiga CFTC (*Confédération Française des Travailleurs Chrétiens*), formada em 1919. Com origem no sindicalismo cristão, nesse período, desenvolveu-se um movimento, que passou a ser majoritário, pela sua “desconfessionalização” e aproximação ao movimento socialista, especialmente do PSU. No Congresso de 1970, a

Essa organização teve papel importante e pioneiro na disseminação do debate político sobre autogestão no país desde os anos 1950, com maior difusão nos anos 1960 e 1970. Esse novo sindicalismo, com orientação no catolicismo social, criticava o autoritarismo no movimento socialista e colocava em questão os aspectos qualitativos e a democratização das relações de trabalho, com impactos importantes na renovação do sindicalismo francês, e também repercussões no movimento operário internacional, inclusive brasileiro. A CFDT acolheu diversos sindicalistas brasileiros no período do exílio.<sup>73</sup> Naquele momento, muitos sindicalistas e militantes perseguidos pela ditadura militar no Brasil estiveram exilados na Europa e, como relata Nascimento (2006), esse contato foi importante para o intercâmbio entre os movimentos sindicais brasileiro e europeu<sup>74</sup>, com destaque para as redes

---

CFDT declara claramente seu engajamento na promoção da autogestão de empresas. Posteriormente, a entidade também se aproximou do PS e da “Segunda Esquerda”, tomando parte da guinada reformista e do declínio do debate da autogestão na França. Atualmente é a maior confederação sindical francesa em número de trabalhadores, envolvendo cerca de 1.300 sindicatos de base.

<sup>73</sup> Conforme relata Claudio Nascimento em suas memórias sobre o exílio e outros documentos colhidos no *Fond Autogestion* na FMSH (*Fondation Maison des Sciences de L'Homme*) em Paris, a CFDT teve papel importante no acolhimento dos exilados, especialmente ligados à oposição sindical brasileira, com importante trajetória na luta pela democracia operária dentro das fábricas no Brasil. Através da entidade, eles tomaram contato no exílio com o contexto da grande onda da autogestão na França, com claras contribuições à disseminação do tema no Brasil, após a ditadura militar.

<sup>74</sup> Cabe destacar a história de Henryane De Chaponay, que tive a oportunidade de conhecer e entrevistar durante o estágio doutoral em Paris. Descendente de família da nobreza europeia, nascida em 1924 em Cannes, como conta em seu livro de memórias, escrito em conjunto com Lygia Segala: *Toile Filante: rencontres, mémoires, parcours* (2012), ela atuou no apoio aos exilados brasileiros e também na criação de redes de intercâmbio e encontros entre militantes brasileiros, europeus e africanos. Com a criação do IRAM (*Institut de Recherche et Application des Méthodes de Développement*), nos anos 1950 (inspirado na ASCOFAM, associação criadas por Josué de Castro para o combate a fome no mundo), inicialmente com atuação em Marrocos e Argélia, no contexto da descolonização, o instituto ampliou sua atuação com “animação rural” para a América Latina, nos anos 1960-1970, especialmente no nordeste brasileiro. Iniciou um trabalho em Pernambuco, articulado com o governo de Arraes e a SUDENE, para a criação de projeto participativo e democrático no campo para a Reforma Agrária, mas com o golpe militar, seu grupo passou a atuar, pela criação de um comitê de apoio, no acolhimento de exilados em Paris, entre eles o próprio governador Miguel Arraes, Marcos Lins (ex-funcionário da SUDENE) e Piragibe Castro Alves (que seguiram para a Argélia, chegando a trabalhar com projetos de autogestão e cooperativismo, pelo IRAM), como também grupos ligados às Oposições Sindicais no Brasil (José Cardoso Ferreira e Claudio Nascimento, entre outros) e de organizações católicas. Com eles, Henryane participou do MPL (Movimento Popular de Libertação), organização política de resistência política à ditadura, inclusive pela facilidade de viajar ao Brasil durante a ditadura, fazendo contato e intercambiando informações entre militantes no país e no exílio (foi fichada nos arquivos da política e era chamada de “a condessa vermelha”). Ela também contribuiu com o MEB (Movimento de Educação de Base), promovendo intercâmbios em Marrocos e no Senegal e tendo contato com Paulo Freire. Nesse período atuou pelo CCFD (Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento), pelo financiamento de projetos e de bolsistas de vários países, e articulou parcerias, por exemplo, com Dom Helder (Arcebispo de Olinda). Posteriormente, ela atuou na criação do CEDAL (Centro de Estudos do Desenvolvimento na América Latina), pela articulação com latino-americanos e euro-

cristãs e o movimento brasileiro das Oposições Sindicais<sup>75</sup>, que tomaram parte também, junto com os chamados “Sindicalistas Autênticos” da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Como veremos no texto a seguir, esse movimento tomou parte em vários dos casos de recuperação de empresas por trabalhadores, que emergiram no período seguinte à abertura política do país, entre eles a Cooperminas e a Usina Catende.

Próximo à vertente política do sindicalismo cristão da CFDT, em 1960 foi criado o Partido Socialista Unificado (PSU), agrupando diversas e até antagônicas tendências políticas, alguns de seus membros tiveram atuação importante no *Maião de 68* e também no apoio às experiências de autogestão, como o caso da fábrica Lip, citada a seguir.

É interessante destacar a criação desde 1966 da *Revue Autogestion*, que ao longo das duas décadas seguintes deu espaço a diversos debates sobre o tema, tendo sido um importante veículo de divulgação. Rebatizada *Autogestion et Socialisme* em 1970, passou a receber apoio do CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*), e no final da década de 1970, de *Autogestions*, a revista teve sua última publicação em 1984. Com ela, contribuíram vários dos nomes já citados, como Henri Lefebvre, Yvon Bourdet, René Berthier, Albert Maister, Alain Touraine, Daniel Guerin, entre outros autores com diferentes trajetórias políticas nos movimentos socialista e libertário.

No final dos anos 1970, com a ascensão do Partido Socialista (PS), criado em 1969, incluindo alguns dissidentes do PSU, foi criada a *Association Socialisme et Autogestion* em 1979, ligada a esse partido, com publicações periódicas do *Bulletin de L'Association Socialisme et Autogestion*. Com isso, o PS passou também a

---

peus, para apoiar projetos de educação popular, desenvolvendo uma “pedagogia do encontro”, com intercâmbios (*stages rencontres*) entre trabalhadores ligados à igreja progressista, às Oposições Sindicais e outros movimentos sociais de diversos países. Após a redemocratização, esse trabalho contribuiu para o surgimento de organizações nos países latino-americanos, como o CEDAC (Centro de Ação Comunitária, no RJ), entre outras, que atuam na organização dos Fóruns Sociais Mundiais (FSM), tal como na formação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

<sup>75</sup> Como relata Claudio Nascimento, em trabalho apresentado no 30º Encontro Anual da ANPOCS: “GAOS: A Oposição Sindical no Exílio”, em outubro de 2006, os operários exilados na Europa criaram o Grupo de Apoio à Oposição Sindical (GAOS), com sede em Paris e apoio da CFDT, inclusive para a confecção de um boletim: *Brésil des Travailleurs*. Nesse texto, Nascimento também destaca o Encontro Internacional da Oposição Sindical Brasileira, ocorrido em Bruxelas em 1979, no qual foram debatidos o papel das comissões de fábricas e a articulação com o movimento popular, e analisa também os laços estabelecidos pelos sindicalistas brasileiros no exílio com a “corrente autogestionária” do movimento sindical francês. Disponível em: <http://claudioautogestao.com.br/>

tratar sobre o tema, marcando o que Löwy<sup>76</sup> denominou de vertente reformista do debate sobre autogestão na França<sup>77</sup> e Faria (2011) identificou como o processo de assimilação das práticas autônomas dos trabalhadores pelo capitalismo (p. 302). Como já citado, o PSU havia tido um papel importante na disseminação do tema da autogestão, envolvendo militantes como Charles Piaget da CFDT (e da Lip, caso citado abaixo), mas nesse momento, com grande diversidade interna, o partido, conduzido por Michel Rocard, aderiu à candidatura de François Mitterrand, do PS, o que marcou o início de seu afastamento do movimento operário e dos grupos de esquerda. A crise do PSU, extinto em 1989, expressa também a crise do debate e das experiências de autogestão na França, como analisou Löwy, ao destacar a trajetória de antigos militantes da autogestão para a direita do PS francês na atualidade.

Herdeiras do período de efervescência do debate político e do movimento operário dos anos 1960, surgiram algumas experiências de recuperação de empresas por trabalhadores, com destaque para o caso da Lip, uma fábrica de relógios, fundada em 1886, em Besançon<sup>78</sup>, na França, com 1.280 trabalhadores.<sup>79</sup> Iniciada em 1973, a ocupação e a recuperação da Lip frente à crise econômica da fábrica e a demissão de funcionários, foi o caso mais emblemático da história recente do país, divulgando o lema: “*C’est possible. On fabrique. On vend. On se paie!*”.<sup>80</sup> A grande repercussão da luta desses trabalhadores, a solidariedade que provocou na época (mobilizando diversos voluntários de diferentes regiões da França e de países estrangeiros para ajudar a recuperar a fábrica) e suas repercussões políticas, mesmo

---

<sup>76</sup> Entrevista com Michael Löwy realizada em Paris, em 17 de setembro de 2013, durante o período de “doutorado-sanduiche”, sob sua co-orientação, na EHESS.

<sup>77</sup> Por esse percurso, formou-se o que ficou conhecido como a “Segunda Esquerda”, corrente política formulada no Congresso de Nantes (1977) do Partido Socialista (PS), por Michel Rocard, desde então a principal figura da corrente. Outros membros são Pierre Mendès-France, Gilles Martinet, Jacques Juillard, entre outros. Juillard, ex-sindicalista da CFDT, aderiu ao PS nos anos 1970, seguindo seu caminho para o liberalismo, mas mesmo ele recentemente declarou a necessidade de “voltar com o pé esquerdo” (*Libération*, janeiro de 2011), assumindo a guinada radical à direita de seu grupo e Partido.

<sup>78</sup> Uma curiosidade: Besançon é também a cidade natal de Charles Fourier, Pierre-Joseph Proudhon e Victor Hugo.

<sup>79</sup> Outros casos ocorreram na época, como do Joint Français, em Saint Brieu; a *Imprimerie Rouennaise* (IMRO), na Normandia, com 120 trabalhadores; a Griffes, em Marselha; entre outros 12 casos (Faria, 2011).

<sup>80</sup> “É possível. Nós fabricamos. Nós vendemos. Nós nos pagamos!” – tradução nossa.

após o seu encerramento, permanecem até atualidade na memória<sup>81</sup> coletiva dos franceses, como demonstram os eventos organizados no ano de 2014 para celebrar a história da experiência coletiva, após 40 anos.<sup>82</sup>

A Lip foi ocupada por seus operários no contexto da luta dos trabalhadores na defesa: “*Non au démantèlement, non aux licenciements*”<sup>83</sup>, frente à crise da fábrica e a sua eminente falência, já evidenciada na transferência (em 1967) do seu controle para um grupo suíço (Ebauches AS), que planejava reestruturar a fábrica e demitir funcionários. A luta dos trabalhadores da Lip surgiu no rastro de algumas décadas de retomada da organização operária na França, com apoio de movimentos católicos e socialistas, com ênfase na autogestão e na democracia direta. Na ocupação, os trabalhadores organizaram-se em comissões e decidiram em assembleia retomar a produção, sequestraram o estoque e venderam os relógios para pagar seus próprios salários, colocando em prática novas formas de luta operária. Após três anos de resistência, em 1976, enfrentando uma série de conflitos judiciais e com o Estado, a Lip sofreu uma intervenção, com a demissão dos trabalhadores. Em 1978, foram criadas seis cooperativas industriais, para salvar parte dos empregos, mas a luta coletiva e a experiência democrática e autogestionária havia sido encerrada.

Cabe destacar que na época ocorreram gigantescas marchas de apoio em Besançon,<sup>84</sup> envolvendo milhares de pessoas<sup>85</sup>, e a luta pela recuperação da Lip<sup>86</sup> teve

---

<sup>81</sup> Há uma impressionante valorização da memória das lutas e revoluções francesas, entre elas dos casos de auto-organização dos trabalhadores, como verificado nas atividades frequentes de debate e exposição sobre a Comuna da Paris e o caso da Lip, presenciadas durante o estégio sanduíche, o que contrasta bastante com a dificuldade no Brasil de registrar essas memórias.

<sup>82</sup> Em 16 de novembro de 2013, participei de encontro: *Journée Lip e L'Autogestion: 40 ans*, realizado em Besançon, na França, para a celebração da Lip, 40 anos depois, organizado por sindicatos e associações que militam pela autogestão, com exposições e debates sobre a experiência, com a presença de antigos operários, como Charles Piaget e Monique Piton. A programação está disponível em: [www.autogestion.asso.fr/?p=3573](http://www.autogestion.asso.fr/?p=3573). Para um relato do encontro, ver: Tamasauskas, Nicolas. “Autogestão: Militantes celebram 40 anos da recuperação da fábrica Lip na França”, em 24/11/2013, no site Carta Maior (Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br>).

<sup>83</sup> “Não ao desmantelamento, não às demissões.” – *tradução nossa*.

<sup>84</sup> Informações colhidas na exposição: *40 ans après Lip*, Besançon, em 16 de novembro de 2013, organizada pela Universidade de Franche-Comté.

<sup>85</sup> Há registro de uma marcha envolvendo 100 mil pessoas, incluindo apoiadores de diversos lugares da França e também estrangeiros, em setembro de 1973.

<sup>86</sup> Sobre a história da Lip e vários desses episódios, há diversos documentários da época, como: *L’Affaire Lip*, dirigido por Dominique Dubosque, de 1974, e também *A pas lentes*, do coletivo Cinéluttes, de 1979, entre outros. Como também foi lançado há poucos anos: *Les Lip, l’imagination au pouvoir*, realizado por Christian Rouaud, de 2007, que além de incluir imagens da época, inclui diversos depoimentos atuais dos ex-operários.

também apoio de organizações sindicais e partidos de esquerda, com destaque para a CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho), a CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) e o PSU (Partido Socialista Unificado). Com isso, indica-se que a história da Lip não é um evento isolado, mas parte de um contexto de mobilizações, debates políticos e organização sindical, herdeiro da efervescência dos movimentos de *Maio de 68*, que também havia atingido a Lip, com a sindicalização dos seus operários, a organização de espaços de democracia direta e de greves. A presença do sindicalismo cristão é também percebida na participação de alguns operários-sindicalistas na *Action Catholique Ouvrière* e no envolvimento direto na luta de um “padre-operário”, Pe. Jean Raguénès, que posteriormente imigrou para o Brasil, onde faleceu em 2013.<sup>87</sup> Como também de diversos movimentos políticos, culturais e artísticos “*avant-garde*”, como destacaram cineastas presentes em evento recente sobre a história da Lip.<sup>88</sup>

Com isso, como demonstram esses estudos, a ocupação e recuperação de empresas por trabalhadores para a sua gestão coletiva tem sido uma das importantes expressões da luta e resistência dos trabalhadores ao longo da história. Por variadas, e mesmo divergentes, perspectivas, o tema esteve presente em debates políticos e foi colocado em prática durante movimentos contestatórios e experiências de resistência, por vezes casos isolados, frente às perversidades do sistema capitalista, como também em momentos nos quais sociedades revolucionadas buscaram criar uma nova organização social, pautada em princípios de igualdade e justiça social. E ao longo dos séculos XIX e XX, o fenômeno chamou a atenção de militantes e estudiosos socialistas marxistas, autonomistas, cooperativistas e libertários.

Após essa importante trajetória de experiências e o período de efervescência do debate político, houve um novo refluxo do tema da autogestão na Europa nas décadas seguintes, em contraste com o surgimento e crescimento de uma onda de experiências e do debate associativista e da autogestão no Brasil e na América Latina. A partir da década de 1980, vive-se na França e na Europa um novo momento de declínio do associativismo e das experiências de recuperação de empresas, inclusive com o grande desgaste e até desaparecimento do debate político

---

<sup>87</sup> Sobre a história do Padre Jean Raguénès, ver texto: *De Lip à l'Amazonie* (Disponível em: <http://blogs.mediapart.fr/blog/lamia-oualalou/040213/jean-raguenes-de-lip-l-amazonie>).

<sup>88</sup> Participei de um encontro de projeção-debate de filmes sobre a Lip, em 26 de março de 2014: *Images des Lip: Lutter au féminin*, organizado na Universidade Paris 8, em Saint Denis, que discutiu sobre a reprodução das relações de dominação dentro das lutas sociais, sindicais e autogestionárias, como a opressão das mulheres. (Disponível em: <http://www-artweb.univ-paris8.fr/spip.php?article1779>).

sobre autogestão. Uma consulta a diversas bibliotecas indica a quase inexistência a partir de meados da década de 1980 de publicação sobre o tema. Após 2000, há certa retomada, com algumas traduções de publicações latino-americanas e algumas novas publicações francesas, com destaque para a obra: *Autogestion: hier, aujourd'hui, demain* (“Autogestão: ontem, hoje e amanhã”), coordenada por Lucien Collonges, produzida pela *Association Autogestion*, em 2000.

Nessas últimas décadas, a partir dos anos 1980, registra-se novamente uma retomada do tema da “economia social” na França e na Europa em geral, inclusive reivindicando-se herdeira da história associativista do movimento operário francês e, em alguma medida, intencionando substituir os conceitos de socialismo e autogestão. Todavia, evidencia-se um novo afastamento do pensamento socialista e uma delimitação do cooperativismo à complementaridade do modo de produção capitalista, com foco nas relações de proximidade, reciprocidade e vizinhança, e no empreendedorismo, conquistando espaço em novas políticas sociais. Distante dos questionamentos sobre as relações sociais de produção, como analisa Faria (2011), a perspectiva francesa de economia social teve influência também no Brasil, por vezes articulada às perspectivas teóricas de Marcel Mauss e Karl Polanyi, no debate teórico da economia solidária. Compondo um dos campos de debate da economia solidária no Brasil, essa leitura diferencia-se de outras que se fundamentam em matrizes teórico-políticas socialistas e anarquistas, conforme analisado em minha pesquisa de mestrado sobre a formação deste movimento no Brasil (Sígolo, 2007).

No ano de 1995 é possível identificar um marco expressivo do declínio do ciclo de associativismo e do debate sobre autogestão na França e na Europa. Naquele momento, um episódio emblemático expressou um novo afastamento do tema do movimento operário, com sua apropriação reformista. Diante de uma grande greve de ferroviários contra a reforma da previdência, intelectuais identificados com a “Segunda Esquerda” – que nesse momento mantinham o tema da autogestão no debate político francês – divulgaram um manifesto, assinado por antigos militantes da CFDT e do PSU, apoiando as medidas promovidas pelo Estado (Governo Mitterand) contra os grevistas, divergindo de outros intelectuais que manifestaram seu apoio aos ferroviários contra o governo (incluindo o sociólogo Pierre Bourdieu). O destaque desse evento aponta reflexões para o debate sobre os desafios atuais das experiências brasileiras, sua relação com os movimentos sociais, as organizações sindicais e o Estado, desenvolvido adiante.

Após duas décadas, recentemente registrou-se certa retomada do debate político<sup>89</sup> e a emergência de novas experiências de ocupação e recuperação de empresas na Europa, especialmente como reação à crise econômica de 2008, no contexto do capitalismo mundializado e financeirizado, que teve graves impactos em vários países do capitalismo central. Os altos índices de desemprego, juntamente com o avanço de novas políticas de austeridade e de cunho neoliberal, têm imposto nova atualidade ao debate, inclusive com o registro do surgimento de novos casos na França, Espanha, Turquia, Irlanda, Itália<sup>90</sup>, Grécia<sup>91</sup>, Sérvia, como também nos Estados Unidos, Canadá, Egito, Tailândia e Indonésia.<sup>92</sup>

Na região metropolitana de Marselha, na França, a Fralib – fábrica de chás, da centenária marca Elephante (criada em 1892), comprada pela Unilever em 1972, ocupada por seus trabalhadores desde 2010, após a decisão da megacorporação de fechar aquela unidade de produção<sup>93</sup> – acolheu em janeiro de 2014 o primeiro encontro de empresas recuperadas por trabalhadores da Europa. O 1º. *Rencontre Europe-Méditerranée: L'Économie des Travailleurs* (“1º. Encontro Europa-Mediterrâneo: A Economia dos Trabalhadores”)<sup>94</sup> inspirou-se em eventos

---

<sup>89</sup> Destaca-se a formação dos *Les Alternatifs*, em alguma medida herdeiro das vertentes marxista, anarquista e do sindicalismo-cristão, atualmente membro do Front de Gauche. (Disponível em: <http://www.alternatifs.org/>).

<sup>90</sup> Como exemplo, o caso da Rimaflow, em Milão. (Disponível em: <http://www.rimaflow.it/index.php/category/idee-pratiche/>).

<sup>91</sup> A Grécia tem uma grande tradição de lutas anarquistas e comunistas e um vigoroso movimento popular. No contexto atual de grave crise econômica, foram registrados casos de ocupações de empresas, como a Vio.Me, ocupada em 2011, uma fábrica de material para construção, localizada em Tesalônica, hoje com 20 trabalhadores, com o seguinte lema: “As fábricas nas mãos dos trabalhadores e a riqueza na mão de quem as produzem!”, como declarou um de seus trabalhadores em debate realizado na Fralib, Marselha, em 2014.

<sup>92</sup> Como relatado em Henriques *et al.* (2013).

<sup>93</sup> A decisão de transferir a fábrica da França para a Polônia, em busca de mão de obra mais barata, tinha condenado 182 trabalhadores ao desemprego. Mas as ocupações da fábrica que duraram até 4 meses e a resistência e organização dos trabalhadores, com apoio de militantes e sindicatos, conquistaram a desapropriação da fábrica pelo governo local de Marselha, que a transferiu para os trabalhadores. Na luta pela marca de chás *Elephante*, muito tradicional no país, os trabalhadores da Fralib organizaram várias campanhas de boicote à Unilever. A retomada da produção sob autogestão, e sem aditivos químicos utilizados anteriormente pela Unilever, ocorreu em julho de 2014, e apesar de não terem conquistado o direito da marca Elephante, receberam 20 milhões de euros da empresa pelos danos causados pelo fechamento da fábrica. Atualmente, os 60 trabalhadores atuais da Fralib formam uma cooperativa.

<sup>94</sup> Um breve relato dos debates do encontro, do qual tomei parte na organização, pode ser encontrado no artigo: Tamasaukas, Nicolas. “Experiências latino-americanas de recuperação de empresas por trabalhadores inspiram europeus”, de 05/02/2014, no site da Carta Maior (Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/>).

similares organizados na Argentina, no Brasil e no México anteriormente, e envolveu mais de 200 participantes, incluindo trabalhadores de empresas recuperadas e militantes de diversos países europeus<sup>95</sup> e da América Latina. O encontro indicou alguns novos caminhos para o fortalecimento do internacionalismo dos trabalhadores, com a retomada de temas fundamentais como a apropriação social pública e comunitária, a auto-organização associativa dos trabalhadores e a centralidade da libertação do trabalho assalariado. Temas cujos debates dividiram o movimento operário e socialista ao longo da história, e que um novo contexto de crise, ocasiona reaproximações.

Como expressam alguns autores, há certa retomada do debate socialista libertário e utópico sobre o conceito do trabalho e a crítica do trabalho assalariado, reforçado pelos assustadores dados e estudos sobre a degradação e o sofrimento do trabalho, inclusive nas indústrias de alta tecnologia, que expõem a urgência de se recolocar a pauta da libertação do trabalho e da democratização dos meios de produção, para a superação da divisão técnica do trabalho, que se mantém em novos patamares no século XXI. Desafiando o debate socialista a reintegrar a utopia e religar os meios de luta com os seus fins, após as experiências do século XX, são recolocados questionamentos sobre a reprodução da desigualdade e as contradições presentes na obediência no trabalho, como mediador fundamental das relações sociais: “Como é possível libertar a sociedade se no trabalho deve-se obedecer? Por que o trabalho não pode ser instrumento da transformação social e não o lugar da servidão voluntária, do cinismo e da concorrência?” (Emmanuel Renault, no *Colloque International: Penser l'Émancipation* (“Colóquio Internacional: Pensando a Emancipação”), ocorrido em fevereiro de 2014, em Nanterre, França).

Esses debates também provocam reflexão sobre a necessidade da dissociação entre o despotismo do trabalho assalariado e os direitos trabalhistas conquistados, que podem ser aprofundados com a associação e autogestão dos produtores. Esse debate tem a fundamental importância de recolocar em questão a perspectiva da abolição do trabalho assalariado, como defende Marx, em *Salário, Preço e Lucro*, em 1865:

A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõe, engendra simultaneamente as condições

---

<sup>95</sup> Outros casos de empresas recuperadas por trabalhadores na França: Ceralep, em Saint-Vallier, uma fábrica de porcelana para eletricidade, há 10 anos recuperada pelos trabalhadores, hoje 62 cooperados; e *Fabrique du Sud*, em Carcassonne, que produz sorvete, com 27 trabalhadores cooperados e 19 assalariados, recuperada há 2 anos.

materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade. Em vez do lema conservador de: ‘um salário justo por uma jornada de trabalho justa!’, deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: ‘abolição do sistema de trabalho assalariado!’.<sup>96</sup>

A partir desse breve panorama, é possível verificar que em diversos momentos da história dos países-berço do capitalismo industrial, as experiências de ocupação e recuperação de fábricas pela autogestão dos trabalhadores constituíram-se das mais importantes expressões da resistência ao desemprego nas crises econômicas e também de enfrentamento à exploração do trabalho, como também foram parte da ação política de trabalhadores nos contextos de movimentos e revoluções sociais. Casos nos quais, pela auto-organização dos trabalhadores para a produção, lutou-se por libertar o trabalho e restituir o status de produtores diretos como forma de superação do trabalho assalariado e subordinado capitalista, pilar fundamental da desigualdade social.

Finalmente, para concluir essa retomada histórica, em debate realizado na sede do Partido Comunista da França, em abril de 2014, com Álvaro Garcia Linera, vice-presidente da Bolívia, organizado pelo *Espace Marx* (centro de estudos sobre marxismo), com o tema: *La Gauche Europeene et la transformation social* (“A Esquerda Europeia e a transformação social”), este afirmou que a vida política europeia está hoje dominada por um sentimento de impotência diante de avanços da direita no Estado, em contraste com alguns avanços da esquerda em governos na América Latina. Ao analisar o significado desse retrocesso em relação à história do movimento operário e socialista europeu, Linera questionou se tal movimento seria causado pelas derrotas políticas ou pelas mudanças tecnológicas, e destacou que uma das explicações poderia estar na perda do sentido da história e da vontade de futuro, resultante da derrota moral e ideológica pelo fim da URSS, como também da resignação gerada na defesa do fim das grandes narrativas no debate acadêmico. Com isso, ele destacou a importância de se reconstruir um horizonte de futuro, com um novo método de enfrentamento do capitalismo, que seja plural, unindo diferentes matizes de esquerda. Ele relatou que na Bolívia a água teve o papel de gerar uma grande reação comunal contra a privatização, unificando muitos setores políticos, que formaram multidões, uma nova forma de ação política, diferente da ação sindical, mais flexível, mas com um objetivo comum, que rompeu o imobilismo. Com isso, ele apontou a importância da atenção às novas

---

<sup>96</sup> Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm>. Acesso em: 12/01/2015.

formas de organização política, que captam iniciativas e criatividade, mobilizam recursos comuns, politizam a sociedade, recriam sentimentos de potência e esperança. Como reforça, é necessário enfrentar material e também ideológica e culturalmente o neoliberalismo, abrindo novos horizontes no imaginário coletivo, o qual permitam desnaturalizar o capitalismo.

Com essa tarefa, Linera ressaltou também o papel do intelectual orgânico. Atento às novas relações entre partidos, sindicatos e movimentos sociais, que superam a hierarquia na qual o partido subordinava os demais espaços e formas de ação política dos trabalhadores. Atento às novas relações entre desenvolvimento e ecologia, heterodoxia econômica, pós-neoliberalismo, economia de transição, que potencializem o comunitário, a distribuição de riqueza, a industrialização do país, o combate à pobreza. Para concluir, ele defendeu um novo internacionalismo, unindo esquerdas e movimentos sociais, respeitando suas radicalidades, no novo contexto global, que seja ao mesmo tempo comunitário. Retomando-se assim o horizonte comum que há dois séculos tem o mesmo nome: socialismo.



FIGURA 1.1 CARTAZ DA COMUNA DE PARIS (1871)

FIGURA 1.2 CARTAZ DA MARCHA PELA LIP, BESANÇON (1973)

FIGURA 1.3 CARTAZ DO ENCONTRO "LIP 40 ANOS", BESANÇON (2013)

FIGURA 1.4 ENCONTRO NA FRALIB, MARSELHA (2014)

## 1.2 EMERGÊNCIA DAS OCUPAÇÕES E RECUPERAÇÕES DE EMPRESAS POR TRABALHADORES NO BRASIL

Num país em que os liberais nunca liberaram nem os anéis nem os dedos, sempre prontos para os golpes de caserna, em que as conquistas democráticas vieram quase sempre através de arranjos realizados por cima, a ocupação e posse de empresas como a Usina Catende, CBCA, Conforja, Botões Diamantina, Cipla, Interfibras, etc. pelos trabalhadores, não podem ser desprezadas. (Faria, 2011, p. 548)

Nos anos 1980, no contexto da redemocratização, a grave crise econômica e social gerada pela integração do país aos processos de mundialização e ao neoliberalismo causou inúmeras falências e um elevado desemprego. Diante da crise, a resistência ao desemprego e a luta por sobrevivência tornaram-se importantes motores de um novo fenômeno: a ocupação e recuperação de empresas por trabalhadores.

Como explicar a emergência desse ciclo de experiências, diferentemente de outros momentos de crises econômicas no Brasil?

A década de 1990 caracterizou-se, como destacam Cardoso (1994), Doimo (1995), Oliveira e Paoli (2000), entre outros estudos, por um período do enfraquecimento dos movimentos e lutas sociais, após a redemocratização do país. Esse foi o contexto de emergências da maior parte dos casos de recuperação de empresas por trabalhadores no Brasil. As primeiras experiências foram casos isolados que se espalharam por diversas partes do país sem conhecimento ou contato entre elas, enfrentando inúmeras dificuldades, inclusive a resistência dos sindicatos, como indicam alguns estudos.<sup>97</sup> Apesar da importante atuação no apoio direto em vários casos no período, o tema apenas encontrou espaço no movimento sindical, mesmo no campo do *novo sindicalismo*, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, na CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Nesse período inicial, verifica-se que em vários casos, como expressam os relatos de trabalhadores e alguns dos estudos citados sobre o tema, as recuperações surgiram em contextos nos quais havia uma organização política anterior dos trabalhadores, especialmente associada à atuação de Oposições Sindicais, que em alguns casos haviam ganhado eleições sindicais, e de grupos religiosos ligados à Teologia da Libertação, inclusive articulados à formação das Oposições Sindicais.

---

<sup>97</sup> Marques (2006), Novaes (2007), Verardo (2008), Faria (2011), Henriques, 2013, entre outros.

Para compreender mais profundamente a emergência dessas experiências no Brasil, é importante analisar o que são esses sujeitos políticos na história das classes trabalhadoras e das lutas sociais do país.

#### A RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS NA HISTÓRIA DA LUTA DOS TRABALHADORES NO PAÍS

A resistência dos sindicatos aos primeiros casos de recuperações de empresas por trabalhadores expressa o distanciamento do tema do trabalho associado e da auto-gestão da história do movimento operário brasileiro. Todavia, é importante destacar, como confirma Vito Giannotti (2007) em seu trabalho sobre a história das lutas dos trabalhadores que, após o fim da escravidão e o início das correntes imigratórias de camponeses e operários europeus para o Brasil, “as primeiras formas de organização dos trabalhadores, entre 1880 e 1900, foram caixas beneficentes, caixas de socorro mútuo e associações de bairro.” (p. 56), caracterizando uma *fase mutualista e associativista*.

Sobre esse período, a organização dos trabalhadores em sociedades, ligas e mutuais operárias, segundo Giannotti (2007), incluiu a tentativa da organização de uma federação de mutuais, em 1899. Com influência do anarquismo, foram criados jornais operários em diversas cidades brasileiras e algumas experiências embrionárias associativistas de produção. Como destaca Nascimento (*apud* Faria, 2011, p. 395), há registros de experiências de inspiração fourierista e anarquista no século XIX: os falanstérios<sup>98</sup> do Saí e de Palmital, em Santa Catarina, e a Colônia Cecília, no Paraná. Outra experiência associativa ocorreu na década de 1880, citada por Hardman e Leonardi (*apud* Faria, 2011, p. 403), em Salvador, na Bahia: a “Companhia de Operários Livres União e Indústria”, com 85 trabalhadores, que atuavam no cais da cidade. No início do século XX, Faria (2011) destaca também o projeto interrompido da Cooperativa de Vidreiros de Osasco, em São Paulo, de um grupo de operários demitidos da Vidraçaria Santa Maria, envolvendo imigrantes italianos e franceses, que não chegou a funcionar pelo golpe de um advogado, que desapareceu com os documentos e o dinheiro arrecadado para a sua criação, mas envolveu na época grande mobilização dos sindicatos operários de São

---

<sup>98</sup> Como já mencionado, os falanstérios constituíam-se em comunidades coletivas, inspiradas nas ideias de Fourier.

Paulo.<sup>99</sup> Todavia, como destaca Faria (2011), essas experiências de associativismo no campo da produção e do trabalho tiveram pouca influência na organização dos trabalhadores no país ao longo das décadas seguintes.

Nos primeiros anos do século XX, como destacam os estudos de Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall (1979)<sup>100</sup> e também de Azis Simão (1981), identificam-se diferentes correntes políticas presentes na organização dos operários e, ao lado do anarquismo, cresciam as influências do socialismo e do comunismo. Nesse período, no debate político havia cada vez menos espaço para as propostas mutualistas, associativistas e cooperativistas, que foram inclusive alvo de críticas no I Congresso Operário do Brasil (1906), cujas resoluções afirmaram que estas organizações operárias facilitariam a imposição de más condições de trabalho e vida pelos patrões, e que a atuação dos operários deveria focar a resistência, aconselhando também as associações operárias a adotarem o nome de Sindicatos. Outros documentos da imprensa operária da época, também estudados por Pinheiro e Hall (1979), indicam embates entre vertentes sindicalistas e anarquistas. (pp. 48 e 130).

Os primeiros Congressos Operários da história do Brasil, ainda sob grande influência do anarquismo e do sindicalismo revolucionário, críticos a organização partidária, como indicam documentos estudados por Pinheiro e Hall (1979), tiveram a participação de associações operárias: ligas, uniões, centros, sociedades e federações, além de sindicatos, e culminaram em manifestações populares, na formação de *comitês ou comissões de fábricas* e nas grandes greves de 1912 a 1920, com destaque para a greve geral de 1917 em São Paulo, contra a “carestia de vida”, fortemente reprimida pelo Estado.

Em seu estudo, Giannotti (2007) cita um episódio impressionante da greve geral de 1917, iniciada nas fábricas de tecido em várias cidades do país, no qual o assassinato de um operário anarquista, José Antonio Martínéz, em São Paulo, desencadeou enormes manifestações e a ampliação da greve, o que chegou a pressionar o governo a deixar a cidade por três dias, e posteriormente aceitar negociar com o Comitê de Defesa Proletária. Segundo o autor, essa foi a primeira vez no país que o governo, pressionado pelos trabalhadores, assumiu o papel de intermediário no conflito destes com seus patrões (p. 69). Desde essas primei-

---

<sup>99</sup> Faria (2011) cita como uma importante fonte de informações o estudo sobre o episódio: Werner, Helena Pignatari. *Raízes do movimento operário em Osasco*. São Paulo, Cortez, 1981.

<sup>100</sup> Coletânea em dois volumes de documentos raros e inéditos, de diversos arquivos, sobre a classe operária no Brasil de 1889 a 1930, que trata sobre a organização política dos trabalhadores, a condição de vida e trabalho, os empresários e o Estado, principalmente a partir da coleção de Edgar Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

ras décadas, os comitês ou comissões de fábrica, como destaca Faria (2011), foram “as práticas associativas mais avançadas de luta dos trabalhadores de forma autônoma no interior das unidades produtivas, recorrentes durante quase todo o século XX” (pp. 408-409).

Nessa breve retomada da história de luta dos trabalhadores no Brasil na República Velha, encontramos alguma presença do associativismo, ainda que principalmente no campo social, com alguns casos no campo da produção. Todavia, como também expressam as resoluções do II Congresso Operário<sup>101</sup>, em 1913, nesses momentos embrionários da história da organização das classes operárias do país, nos quais ainda havia maior influência do anarquismo, formava-se também uma visão contrária ao cooperativismo.

Principalmente a partir das décadas de 1920 e 1930, como destaca Giannotti (2007), o anarquismo perdeu progressivamente espaço no movimento operário brasileiro, após um período de forte repressão patronal e do Estado, mas também devido à ascensão do Partido Comunista do Brasil (PCB), registrado legalmente em 1922. No contexto da grande repercussão internacional da Revolução Russa, o PCB ampliou gradualmente a sua influência nas organizações operárias e logo foi colocado na ilegalidade, no contexto de intenso crescimento da industrialização do país. Em 1928, foi criado o CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), que tomou parte importante no processo impulsionado pela política de substituição de importações, em reação aos impactos da grande crise de 1929.

As transformações políticas, sociais e econômicas do país nesse período tiveram como marco a chamada Revolução de 1930, que representou o fim da República Velha (dominada pelas oligarquias cafeeiras de São Paulo e de produção de leite de Minas Gerais), e o início de uma nova fase de maior intervenção do Estado na economia pela industrialização do país<sup>102</sup> e também na Consolidação das Leis

---

<sup>101</sup> Cabe destacar um trecho das resoluções do II Congresso Operário Brasileiro, de 1913, em que: “aconselha seriamente a todas as sociedades de resistência que não se deixem levar pelas belas e sedutoras promessas partidas de cima, e que dêem combate rijo e decidido à instalação e direção, pelos sindicatos, de cooperativas de quaisquer espécies, conservando-se sempre coerentemente dentro dos fins essenciais ao sindicalismo: a resistência encarniçada e tenaz contra o capitalismo voraz e insaciável” (Pinheiro e Hall, 1979, p. 198).

<sup>102</sup> Nessa época são criadas várias empresas estatais, como a Vale do Rio Doce, a Cia Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores, entre outras, e também institutos, como o Instituto Brasileiro de Café (IBC) e o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), que teve papel central na história das usinas do país, como será retomado no Capítulo 3.

do Trabalho (CLT)<sup>103</sup>, promulgada no ano de 1943, durante o Estado Novo, sob o regime ditatorial getulista.

Esses destaques são importantes para expressar o contexto no qual foram criados legalmente os sindicatos no Brasil, subordinados ao aparato estatal, em um período de forte conflito e repressão aos trabalhadores e de transformações do modelo de desenvolvimento do país. Até os anos 1930, havia algumas raras leis trabalhistas no país, que eram muito pouco aplicadas, como o Decreto n. 1637, de 1907, que tratava da questão sindical urbana, que dava grande autonomia de organização dos trabalhadores frente ao Estado.<sup>104</sup> Com o governo de Vargas, as organizações operárias existentes até aquele momento, como os comitês de fábricas, organizados livremente, que haviam tido papel importante nas grandes greves do início do século e também algumas no início dos anos 1930, viveram um processo de burocratização e subordinação aos sindicatos, agora submetidos ao Estado, padronizados e controlados pelo recém-criado Ministério do Trabalho e dedicados à pacificação social. A burocratização dos sindicatos gerada pelo populismo autoritário varguista criou o modelo sindical oficial “pelego”, que perdurou nas décadas seguintes, até o crescimento das oposições sindicais e do chamado *novo sindicalismo*.

Nas décadas seguintes, as poucas referências ao associativismo operário na história das lutas sociais no Brasil, estão situadas fora dos sindicatos e partidos, em alguns centros culturais, grupos e jornais. Após a II Guerra Mundial, em 1945, o PCB volta à legalidade e consegue obter boa votação nas eleições presidenciais (10% dos votos), além de eleger Luiz Carlos Prestes para o Senado e 14 deputados federais, entre eles: Carlos Marighela, Jorge Amado e Gregório Bezerra. Pouco tempo depois, em 1948, todos esses deputados comunistas tiveram seus mandatos cassados, quando o partido voltou à clandestinidade. Nas décadas seguintes, até o golpe militar em 1964, o PCB atuou na organização dos trabalhadores, com destaque a Gregório Bezerra que teve papel muito importante na organização dos trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco, região da Usina Catende (como veremos no Capítulo 3).

No pós-guerra, no contexto da Guerra Fria, iniciou-se um período de crescimento da economia e da indústria, com algumas conquistas sociais e trabalhistas

---

<sup>103</sup> Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

<sup>104</sup> Robinson, Carlos Alberto. “O sindicalismo da Primeira República”. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XII, n. 70, nov. 2009.

importantes, mas também ocorreu o recrudescimento dos conflitos sociais na América Latina, que tiveram como marco a Revolução Cubana de 1959.

No período das décadas de 1950 e 1960, cresceram no Brasil movimentos sociais e cristãos, inspirados nas comunidades francesas e no pensamento humanista do padre Louis-Joseph Lebret<sup>105</sup>, que entre as experiências associativas incluiu a criação de uma “comunidade de trabalho” para a produção em autogestão de mobiliário industrial, a Unilabor (1954-1967), na qual atuou frei João Batista Pereira dos Santos, o designer de mobiliário Geraldo de Barros e outros militantes e artistas.<sup>106</sup> Todavia, também nessa época as experiências associativas foram pontuais na história do movimento operário brasileiro, que foi caracterizado especialmente pelas greves, com a atuação dos comitês de fábrica: com destaque para as greves de 1953, iniciadas pelos trabalhadores da indústria têxtil, no Rio de Janeiro, em Pernambuco, na Paraíba e em São Paulo, onde ficou conhecida como a “Greve dos 300 mil”, envolvendo várias categorias de trabalhadores, a atuação do PCB, movimentos populares, estudantis e das mulheres, paralisando a cidade por um mês (Giannotti, 2007).

Essa onda de greves ocorreu no contexto de acirramento das disputas entre as oligarquias rurais e as novas elites industriais, opondo nacional-desenvolvimentistas e liberais, aliados aos Estados Unidos. O suicídio de Vargas em 1954 contribuiu para sustentar mais um período de nacional-desenvolvimentismo, no governo Juscelino Kubitschek, avançando na industrialização e na implantação da indústria automobilística, intensificando o êxodo rural e os fluxos de migração para o Sudeste.

O final dos anos 1950 e o início dos anos 1960 foram marcados por novas grandes greves, inclusive de abrangência nacional, sendo em 1962 criado o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e também nesse ano o MRS (Movimento de Renovação Sindical), ligado a grupos cristãos. Nesse período, é importante destacar os conflitos e as divisões que surgiram no Partido Comunista e nos grupos socialistas, a partir da crítica e das denúncias aos crimes cometidos pela URSS stalinista.

---

<sup>105</sup> No mestrado, estudei o pensamento político de Lebret, como referência do humanismo-religioso, uma das matrizes teórico-política presentes na formação do movimento de economia solidária no Brasil, juntamente com o socialismo e o anarquismo (Sígolo, 2007).

<sup>106</sup> Claro, Mauro. *Unilabor: desenho industrial, arte moderna e autogestão operária*. São Paulo: SENAC, 2004.

Ao mesmo tempo, ocorreu o crescimento da luta dos trabalhadores rurais pela terra, pela organização sindical e pela implantação da legislação trabalhista no campo, que após décadas ainda não havia chegado aos trabalhadores rurais. Em alguns estados do país, com destaque para Pernambuco, esse processo envolveu a criação das Ligas Camponesas (com Francisco Julião) e de sindicatos de trabalhadores rurais, pela ação do PCB (com Gregório Bezerra) e de grupos católicos conservadores (com apoio de organizações norte-americanas), mas também de esquerda (com a Teologia da Libertação), o que resultou no chamado “Acordo do Campo”, em 1963, articulado em Pernambuco no primeiro governo de Miguel Arraes, e na criação da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas), como será aprofundado no Capítulo 3 desse trabalho. Nesse período, é importante destacar a atuação de organizações norte-americanas, anteriormente ao golpe militar, justificada pela assistência humanitária, articulando-se a grupos cristãos conservadores na criação de sindicatos rurais e na formação de sindicalistas do campo e da cidade, como estratégia de controle das lutas dos trabalhadores, com apoio do IADESIL (Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre), organizando inclusive estágios de trabalhadores nos Estados Unidos.

O surgimento das *Oposições Sindicais* ocorreu como consequência desse processo, após mais de duas décadas da conquista da legislação trabalhista, que havia instaurado um novo patamar à luta de classes no país, e também um aparato sindical oficial, que se caracterizou por seu papel na conciliação dos conflitos sociais, em benefício prioritariamente das classes dominantes. Como expressam diversos estudos sobre o sindicalismo brasileiro, entre eles Antunes (1992), Mangabeira (1993) e Braga (2012), as limitações da estrutura sindical oficial, fechada à participação da grande massa de trabalhadores (“as bases”), passaram a ser alvo de grandes críticas e debates, somando-se ao contexto de grandes greves (incluindo a dos bancários, de âmbito nacional), manifestações populares e estudantis, e lutas e avanços na direção das “Reformas de Base”, durante o Governo João Goulart.

Como reação a esse período de efervescência e conflitos, expresso nas imagens do grande *Comício da Central* do Brasil, no Rio de Janeiro, onde foram lançadas as reformas, em contraste com a “Marcha da Família com Deus e pela Liberdade”, em São Paulo, ambos ocorridos em março, foi dado o Golpe Militar em 1º de abril de 1964, com o intuito de interromper o processo de conquistas sociais e as influências do comunismo na América Latina, com apoio da “Aliança

para o Progresso” com os Estados Unidos.<sup>107</sup> O exemplo foi seguido por outros países, como a Bolívia, o Chile, o Uruguai e a Argentina.

O período de instabilidade política, a estrutura sindical “pelega” e distante das “bases” e um ciclo de baixo crescimento econômico no início dos anos 1960, somados ao aumento da inflação, provocou muitas mobilizações dos trabalhadores, mas também a reação do setor empresarial, que pressionava pela abertura ao capital internacional, aliando-se aos interesses dos Estados Unidos. O Golpe Militar foi uma tentativa de equacionar provisoriamente o acirramento dos conflitos entre capital e trabalho, com o desgaste do pacto populista que deu base ao processo de industrialização brasileiro. Nesse sentido, ele levou a cabo uma “modernização conservadora” no campo, baseada na criação de agroindústrias, expulsando os trabalhadores rurais das terras e reprimindo violentamente a sua organização e manifestação política. (Giannotti, 2007). A repressão às lutas dos trabalhadores rurais segue após 1984, quando foi criado o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), no contexto da conquista do novo regime democrático.

No período da ditadura, as Oposições Sindicais marcaram a trajetória de lutas dos trabalhadores no Brasil, principalmente pela organização dos trabalhadores e criação de comissões de fábrica, como analisa Pedreira Filho (1997), em *Comissões de Fábrica: um claro enigma*. A experiência das comissões de fábrica, inclusive como espaços de estudo sobre a gestão das fábricas<sup>108</sup>, tomou parte da história do *Novo Sindicalismo* e deu importante subsídio às novas experiências associativas e de recuperação de empresas pelos trabalhadores, que emergiram no país na luta pela redemocratização.

O surgimento das Oposições Sindicais ocorreu pela ação dos trabalhadores em defesa de sua organização autônoma e independente, construída a partir da participação dos trabalhadores nos chamados “organismos de base”, frente aos sindicatos controlados pelo Estado, que no máximo atuavam como centros de recreação e assistência social. As primeiras experiências surgiram no final dos anos 1960: na vitória de um grupo de oposição, formado por jovens vinculados às CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e aos movimentos populares, nas eleições dos metalúrgicos de Osasco/SP; na criação da Oposição Sindical Metalúrgica (OSM) de

---

<sup>107</sup> Programa de política externa dos EUA, iniciado nos anos 1960, que teve um foco prioritário no Brasil e especialmente no Nordeste. Sobre o tema, há alguns documentos e estudos disponíveis em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/>.

<sup>108</sup> Como mostram as cartilhas usadas na formação de trabalhadores na época, publicadas pela FASE (Giannotti, 2007).

São Paulo, em 1967; e nas greves ocorridas em Contagem/MG e também em Osasco/SP, em 1968. Nesses episódios, com baixa participação dos sindicatos oficiais, como destacam também outros estudos<sup>109</sup>, as comissões de fábricas tiveram papel determinante, contando com algum apoio de grupos de esquerda (por exemplo, militantes da Aliança Libertadora Nacional e da Vanguarda Popular Revolucionária) e militantes católicos (padres operários e membros da Ação Popular). Essas greves sofreram forte repressão, mas disseminaram a experiência das comissões de fábrica e das oposições sociais, e da luta por outro tipo de sindicalismo.

As experiências das comissões de fábrica (que chegou a um número de casos expressivos, envolvendo centenas de fábricas em São Paulo), segundo Pedreira Filho (1997), receberam influências das experiências anteriores das comissões obreiras da Espanha e dos conselhos de fábrica de Turim, na Itália. Como destacam alguns estudos, a proposta das comissões de fábrica e as oposições sindicais expressavam o desacordo com os sindicatos oficiais, pela defesa das assembleias de trabalhadores e de suas organizações de base, e tiveram um importante papel, surpreendendo os próprios sindicatos, que as acusavam de “paralelismo sindical”, na resistência à ditadura e na formação do chamado *Novo Sindicalismo*.<sup>110</sup>

O novo sindicalismo, no entanto, não foi formado apenas pelo movimento das Oposições Sindicais, com as comissões de fábricas e os movimentos e piquetes populares, que caracterizaram as greves dos metalúrgicos de São Paulo (cujo sindicato era controlado pelos “pelegos”). Também tomaram parte importante, desde meados dos anos 1970, algumas diretorias de sindicatos menos marcadas pelo controle do Estado, com destaque para os Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo/SP (presidido de 1975 a 1980 pelo futuro presidente Luiz Inácio Lula da Silva), dos Petroleiros de Paulínia/SP e dos Bancários de Porto Alegre/SP, com os chamados *Autênticos* ou *Combativos*, que tiveram papel fundamental no processo de constituição da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e, principalmente, em sua trajetória posterior. Essas vertentes do movimento sindical, com visões divergentes sobre o sindicalismo, o papel das organizações de base, como as comissões de fábrica, e também sobre os objetivos finais da luta dos trabalhadores, aproxima-

---

<sup>109</sup> Antunes, Ricardo e Nogueira, Arnaldo. *O que é comissão de fábrica?* São Paulo: Brasiliense, 1981; e Rodrigues, Iram J. *Comissão de fábrica e trabalhadores na Indústria*. São Paulo: Cortes/FASE, 1990.

<sup>110</sup> Um importante exemplo foi a famosa greve de 1978 dos trabalhadores da Scania, em São Bernardo. Ver: Antunes, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho*. São Paulo, Editora Ensaio, 1988.

ram-se na organização das grandes mobilizações que marcaram a história do Brasil no final de 1970 e início de 1980, com um intenso ciclo de greves e lutas sociais.

O aumento da repressão política na ditadura militar (principalmente após o AI-5, Ato Institucional n.º 5, de 1968, com a proibição de greves, a perseguição, prisão, tortura e assassinato de militantes, sindicalistas, estudantes, professores, intelectuais, políticos e artistas, a censura aos meios de comunicação, o extermínio de grupos guerrilheiros e o exílio de milhares de pessoas), era parte do aparato autoritário que viabilizava o crescimento econômico, em parceria com o capital internacional, baseado no enorme endividamento do país e no aumento da concentração de renda, via arrocho salarial e intensificação da exploração do trabalho nas fábricas (causando altos índices de acidentes no trabalho), como relata Giannotti (2007). Diante desse quadro, cresceu o descontentamento dos trabalhadores, somando-se à mobilização popular por moradia, por saúde e contra a carestia.

Os movimentos sociais e populares nesse período foram em grande parte apoiados por grupos católicos formados no Chile, na Bolívia, no Peru, na Colômbia, na Nicarágua e principalmente no Brasil, ligados à *Teologia da Libertação*, nascida na América Latina após o Concílio Vaticano II (ocorrido entre 1962-1965), que abriu espaço para uma concepção teológica engajada na luta pela libertação da miséria, opressão e dominação, transformando a relação dos membros de suas organizações religiosas com a sociedade, em contraste com a postura predominante na alta hierarquia da Igreja, vinculada à ditadura. Esse quadro se transformou após os anos 1980, com a perseguição e o enfraquecimento da Teologia da Libertação, suas organizações e militantes vinculados à Igreja, pela “renovação carismática” levada a cabo pelo Papa João Paulo II.

Mas antes disso, nos anos 1960 e 1970, durante a ditadura no Brasil, divergindo da atuação dos grupos cristãos que haviam compactuado com as organizações norte-americanas, foram criadas milhares de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Pastorais Operárias e da Terra, que tomaram corpo na luta pela organização dos trabalhadores e pela abertura política do país.<sup>111</sup> Ao lado das Oposições Sindicais, e muitas vezes atuando em apoio a sua organização, as CEBs e outros grupos religiosos ligados à Teologia da Libertação (com destaque também para os freis dominicanos), tiveram papel importante no apoio à organização e à formação política de trabalhadores durante a ditadura militar, por vezes articulados a organizações e militantes do movimento sindical e socialista de outros países. Estes fatos

---

<sup>111</sup> O Brasil chegou a ter 80 mil CEBs, como análise no mestrado (Sígolo, 2007).

confirmam a análise de Löwy (2013), de que não é possível compreender as transformações políticas da América Latina depois dos anos 60 sem ter em conta a Teologia da Libertação. Por essa trajetória, a chamada “igreja progressista” teve papel importante na emergência dos processos de recuperação de empresas por trabalhadores no Brasil, após o fim da ditadura, como veremos também no caso da Usina Catende, em Pernambuco, analisado no Capítulo 3.

Na ditadura, as articulações e o apoio internacional vinham de exilados e de grupos de militantes de outros países, organizados na luta pela redemocratização do Brasil, como relata Nascimento (2010) e Chaponay (2012), em parte vinculados a organizações cristãs de esquerda, como o CEDAL.<sup>112</sup> Nascimento (2010), em suas memórias e estudos sobre a Oposição Sindical no exílio, destaca o caminho da “volta às fábricas”, que os militantes tiveram no retorno ao Brasil. Além de guerrilheiros e artistas, também trabalhadores e sindicalistas foram exilados do país, em grande parte participantes das Oposições Sindicais, os quais criaram o GAOS (Grupo de Apoio à Oposição Sindical), com sede em Paris, que contou com o apoio da CFDT, do sindicalismo cristão francês. Cabe um destaque para um encontro realizado em Bruxelas, em 1979, do qual participaram representantes dos metalúrgicos de Osasco, Contagem, São Paulo e também dos bancários de São Paulo. No Brasil, as Oposições Sindicais já vinham tendo o papel de organização dos trabalhadores nas fábricas, e os debates desse encontro, conforme documentos transcritos por Nascimento (2010), já indicavam o papel que teriam na emergência do *Novo Sindicalismo*, com as greves no final de 1970. Com isso, como aponta Nascimento (2010) “refazer alguns laços da vocação internacional do movimento sindical/operário que deu origem à CUT e ao PT, recuperando as relações estabelecidas entre os operários brasileiros no exílio e a ‘corrente autogestionária francesa’, sobretudo originada do movimento sindical metalúrgico francês que deu origem à CFDT”, revelam sobre as matrizes teórico-políticas do socialismo autogestionário que estiveram presentes na emergência das experiências de recuperações de empresas no Brasil, após a abertura política.

O contexto da Guerra Fria e os chamados “Anos Dourados” do capitalismo mundial contribuíram para a sustentação da ditadura militar no Brasil, todavia, com a “Crise do Petróleo”, a partir de 1973, iniciou-se uma nova fase. Como resultado do desencantamento popular com o chamado “milagre econômico”, em um período de forte carestia e rebaixamento das condições de trabalho e salariais,

---

<sup>112</sup> Conforme citado anteriormente, na nota de rodapé 74.

como analisa Ruy Braga (2012), ocorreu o maior ciclo de greve da história brasileira, de 1978 a 1984, principalmente no Grande ABC Paulista e em São Paulo, e na região canavieira de Pernambuco<sup>113</sup>, envolvendo centenas de milhares de trabalhadores na luta por melhorias salariais, de condição de trabalho e por maior independência e autonomia sindical, incluindo a legalização das comissões de fábricas e organizações de base.

Nesse importante período de mobilizações, como ressalta Braga (2012), a insatisfação dos trabalhadores conseguiu subverter a ação sindical, causando certa ruptura temporária da estrutura oficial, pela pressão das bases, com consequências para a própria estabilidade do regime militar. Foi um período no qual ocorreu o maior volume de greves da história do Brasil, com uma grande mobilização em assembleias (de até 100 mil trabalhadores reunidos em São Bernardo do Campo/SP, no estádio da Vila Euclides) e uma multiplicação de comissões de fábricas e fundos de greves nas empresas dos grandes centros industriais do país, em um contexto de forte inquietação dos trabalhadores frente ao governo e aos empresários, organizados com o apoio das oposições sindicais e também de Pastorais Operárias e da Terra, e outros movimentos sociais.

As comissões de fábrica, como analisa Luigi Verardo (2008)<sup>114</sup>, tornaram-se espaços de poder operário independentes dos sindicatos e sua experiência de auto-organização vinculou-se fortemente à posterior emergência das empresas recuperadas por trabalhadores, cujas histórias também foram marcadas pela organização dos trabalhadores, na maioria dos casos, frente à resistência dos sindicatos.

As experiências de organização das classes trabalhadoras pelas Oposições Sindicais fortaleceram-se no final da ditadura, conforme relata Verardo (2008), significando um importante enfrentamento ao modelo sindical “pelego” e burocratizado e à própria prática política partidária, opondo a perspectiva política do centralismo democrático pela defesa da democracia operária e da autogestão dos trabalhadores. Segundo ele, um dos principais pontos de debate e atuação das Oposições Sindicais: as comissões de fábrica eram como “núcleos escolares da democracia operária” e

---

<sup>113</sup> Em 1984 também foi deflagrada a importante greve dos trabalhadores canavieiros de Guariba, interior de São Paulo, que após violenta repressão, deu base ao histórico “Acordo de Guariba”. (ver: Chioveti, S. P. “Reestruturação produtiva na agroindústria paulista e a luta dos trabalhadores rurais assalariados” In: *Lutas Sociais*: NEILS/PUC/SP, vol. 6, junho de 1999).

<sup>114</sup> Ex-sindicalista e assessor da Associação Nacional de Empresas de Autogestão (ANTEAG), desde a década de 1990, após ter atuado por vários anos no Sindicato dos Químicos de São Paulo. Seu texto apresenta reflexões sobre as experiências de organização política dos trabalhadores nas últimas décadas no Brasil, incluindo algumas questões sobre o surgimento das empresas recuperadas por trabalhadores e o movimento de economia solidária.

instâncias para a construção “do poder dos trabalhadores” (p. 4). Com isso, como destaca o autor, as Oposições Sindicais no Brasil tiveram papel fundamental na emergência das empresas recuperadas, a partir dos anos 1980:

Também parece não ser por acaso que as primeiras iniciativas (tentativas) de enfrentar falência e/ou desemprego através da autogestão tenham vindo de direções sindicais de oposição: uma delas em Franca (Interior Paulista); duas em Santa Catarina; outra em Pernambuco (hoje, todas com mais ou menos 15 anos de vida). Também nos três Estados houve atuação de católicos ligados a organizações comprometidas com a transformação social. (Verardo, 2008, p. 5).

Nos anos 1980, após a Anistia e a volta dos exilados ao Brasil, a luta pela redemocratização do país, as enormes greves e manifestações pelas *Diretas Já* (organizadas em todas as capitais, com mais de 1 milhão de pessoas em São Paulo e no Rio de Janeiro), ocorreram no contexto de progressiva desintegração da URSS, de refluxo das lutas dos trabalhadores e de crise do movimento socialista no mundo. Enquanto anunciava-se o “fim da história”, com a vitória do capitalismo, abrindo espaço para um processo de “reestruturação produtiva” e implantação do novo projeto político-econômico neoliberal, baseado no desmantelamento das conquistas trabalhistas e sociais e do Estado de Bem-Estar Social, lutava-se no Brasil por novos direitos com o fim da ditadura.

A abertura “lenta, gradual e segura” do regime autoritário, o qual não respondia mais às demandas dos grupos econômicos no novo período do capitalismo, em processo de mundialização e financeirização, somada à pressão social crescente, ocorreu em um contexto de crise econômica no mundo e no país, pressionado pela dívida externa. A eleição indireta de Tancredo Neves (reconhecido conciliador) e, após a sua morte, a posse de José Sarney, ligado à ditadura e aos latifundiários nordestinos, já expressavam as limitadas transformações que ela significaria.

Nesse período, no contexto de grandes greves, manifestações populares e enorme efervescência social, que se seguiram à abertura política, emergiram novos sujeitos políticos, que passaram a marcar a história da nova democracia: em 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT); em 1983, a Central Única dos Trabalhadores (CUT); e em 1984, o Movimento de Trabalhadores Sem-Terra (MST). Com esses novos sujeitos, seguiram as greves, com a atuação de comissões de fábricas e das CIPAS (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes), e ampliaram-se as ocupações de terras e fortaleceram-se as organizações dos trabalhadores rurais, com apoio de grupos sociais que haviam atuado nas últimas décadas nas lutas dos trabalhadores no Brasil: as Oposições Sindicais e os grupos

católicos ligados à Teologia da Libertação, que viveram um expressivo processo de enfraquecimento político na década seguinte.

No campo sindical, a partir de meados da década de 1980, formaram-se dois principais blocos, organizados em Centrais Sindicais: a CUT, herdeira das lutas sociais e pela transformação do sindicalismo, em oposição a qual foi criada a Força Sindical (antiga CGT), em 1991, por antigos sindicalistas pelegos, com apoio do governo e dos empresários, somando-se às reações aos avanços sociais do período anterior. Nos anos 1990, com a institucionalização dos novos sujeitos políticos, verificou-se uma nova burocratização do movimento sindical, progressivamente distante do debate político socialista (“desideologizar a CUT”) e limitando-se às lutas circunscritas nas reivindicações e negociações da relação de trabalho *patrão-empregado*. Com a hegemonia da concepção sindical dos *Autênticos* e o crescimento de uma visão de “sindicalismo de resultado” na CUT (reintegrada à estrutura sindical oficial, pouco modificada após a Constituição de 1988<sup>115</sup>), o processo de fortalecimento do “cupulismo sindical”, da verticalização e distanciamento das “bases”, ganhou espaço no já não tão *novo sindicalismo*. Como analisam Giannotti (2007) e Braga (2012), esse processo gerou desmobilização, desestruturação das comissões de fábrica e das assembleias, através da conquista de certo “consentimento operário”.<sup>116</sup>

Com a abertura econômica do país no Governo Collor, no processo de adoção do modelo neoliberal, imposto pelos organismos internacionais, para a integração subalterna ao capitalismo mundializado e financeirizado, que caracterizou o primeiro governo escolhido em eleições diretas no novo regime político, viveu-se nos anos 1990 a intensificação da recessão econômica, com milhares de falências de empresas, levando massas de trabalhadores ao desemprego e ao trabalho precário. Estima-se que mais três milhões de postos de trabalho foram extintos nesse período (Mattoso, 1999), gerando pobreza e miséria, e a maior crise econômica e social da história recente do país.

---

<sup>115</sup> Como destaca Giannotti (2007), a nova Constituição de 1988 manteve a unicidade sindical, o monopólio da representação, o imposto sindical obrigatório e o poder normativo da Justiça do Trabalho. No campo dos direitos trabalhistas, a nova Carta avançou na redução da jornada de trabalho para 44 horas, na ampliação da licença-maternidade para 120 dias, na criação da licença-paternidade de cinco dias, no 1/3 de adicional de férias e no seguro desemprego, mas não alterou o direito de propriedade da terra e tampouco avançou no campo do reconhecimento do trabalho associado e cooperado.

<sup>116</sup> Uma referência à análise de Michael Burawoy (1989).

No período de crise econômica e do movimento sindical nos anos 1990, o país viveu o *impeachment* de Collor, a criação do Plano Real (de estabilização da economia e combate à inflação), no governo de Itamar Franco, e também a eleição de Fernando Henrique Cardoso, com o aprofundamento das privatizações, em grande escala, das reformas do Estado, da “reestruturação produtiva” e do desemprego, juntamente com o declínio das lutas dos trabalhadores, das greves e dos movimentos sociais.

Quando há emprego, os trabalhadores param as máquinas e fazem greves, mas quando há um desemprego crescente, em escalas inéditas no país, como reagir? A resposta do governo para a situação foi seguir com as reformas do Estado, as privatizações, o “enxugamento” dos gastos públicos e a flexibilização dos direitos trabalhistas, aprofundando a tragédia social.

O novo sindicalismo, nesse momento, em processo de crescente institucionalização, burocratização, gradativamente distanciando-se das referências das Oposições Sindicais, das comissões de fábricas e das organizações de base, encontrava-se em crise, e resistiu em tomar parte mais ativa e de forma mais ampla (com exceção da atuação pontual dos sindicatos específicos) no contexto das primeiras lutas associativas pela recuperação de empresas por trabalhadores no Brasil, resposta criada por milhares de trabalhadores em vários lugares do país. Mais uma expressão do distanciamento das “bases”, que permitiu o posterior processo de financeirização da burocracia sindical nos anos 2000, juntamente com a eleição presidencial de Lula e suas alianças, que marcaram a emergência de um tipo de “hegemonia às avessas”, como alerta Francisco de Oliveira (2011).

Entre os primeiros casos de recuperação de empresas por trabalhadores no país, ainda nos anos 1980 e início dos anos 1990, destacam-se: a CBCA (Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá), em Criciúma/SC, que se transformou na Cooperminas (citada anteriormente nesse capítulo); a Remington, que criou uma Associação de Funcionários, no Rio de Janeiro; e a Perticamps, em São Paulo; a Wallig, no Rio Grande do Sul, uma fábrica de fogões, estudada por Holzmann (2001); a Makerli, em Franca/SP, uma fábrica de calçados; a Cobertores Parahyba, em São José dos Campos/SP; a Hidrophenix, em Sorocaba/SP. Como analisa Faria (2011):

De forma geral, uma característica comum dessas primeiras experiências é a intensa luta coletiva e ativa levada a cabo pelos trabalhadores e pelos respectivos sindicatos, primeiro para garantir o pagamento dos salários geralmente com vários meses de atraso e, em seguida, para manter as empresas em funcionamento. Desde ocupa-

ções das instalações das empresas, greves parciais, ocupação de instituições financeiras e de vias de transporte, não foram poucas as ações empreendidas pelos trabalhadores dessas empresas para manter os postos de trabalho (p. 416).

Essas experiências iniciam processos de articulação e debates políticos sobre o tema da autogestão. Em 1993 é organizado o 1º. Seminário de Autogestão, com apoio do PACS (Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul), em Criciúma/SC. Alguns meses depois, em 1994, em São Paulo, é realizado o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas em Autogestão, com a participação de trabalhadores de onze empresas, quando é criada a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG), com apoio de ex-sindicalistas e militantes, a primeira organização de assessoria econômica e jurídica às empresas recuperadas por trabalhadores em autogestão.

Como forma de reação ao distanciamento do sindicalismo a essas lutas, que extrapolavam as reivindicações e negociações das relações assalariadas de trabalho, esta Associação passou a atuar na organização e apoio aos trabalhadores nos crescentes processos de disputa pelas massas-falidas das antigas empresas e tornou-se referência no país. Ela também passou a trabalhar na difusão do tema no movimento sindical e na sociedade, como expressa a fala de Jorge L. Martins, membro da ANTEAG e dirigente da CUT: “(...) em um quadro de falência como esse, porque não fazer como o MST faz na área rural, ou seja, ‘ocupar, resistir e produzir’ em empresas urbanas?” (1996).<sup>117</sup>

Segundo os dados da ANTEAG, trabalhadores de mais de 700 empresas em falência fizeram contato com a Associação ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000, em busca de apoio para processos de recuperações.<sup>118</sup> Dentre os casos surgidos ao longo dos anos 1990, muitos deles com apoio da Associação, destacam-se a Coopervest<sup>119</sup>, em Aracajú/SE; a Uniforja, em Diadema/SP; a Skillco-

---

<sup>117</sup> Trecho da fala de Jorge L. Martins em Seminário da CUT Nacional: “Empresas Autogestionárias e Cooperativas: alternativas ao desemprego?”, extraído de: CUT Nacional. Caderno 4 – Autogestão e Cooperativismo. “A formação e os desafios da CUT”, 1996. (*apud* Faria, 2011, p. 487).

<sup>118</sup> Fonte: Arquivos ANTEAG.

<sup>119</sup> A Coopervest foi formada a partir da decisão da Vila Romana de transformar sua fábrica em Aracaju em uma cooperativa, impondo essa decisão aos seus trabalhadores, com a ameaça de que aqueles que não aceitassem deveriam recorrer à Justiça para receber seus direitos rescisórios. A Cooperativa foi criada e mantinha como único cliente esta empresa, indicando um caso de explícita precarização e fraude dos direitos do trabalho. Quando estive em campo pela Pesquisa Nacional, em entrevista com um cooperado, soube que a Justiça havia considerado a Coopervest sucessora da empresa anterior, transferindo a ela todos os seus processos trabalhistas. Com a eminência da falência da Cooperativa, os trabalhadores finalmente romperam com a Vila Romana e criaram um novo processo de recuperação de seus postos de trabalho, agora com mais autonomia e consciência,

plast, em Sumaré/SP; a Frunorte, no Vale do Assú/RN; a Coopertextil, em Minas Gerais; a FACIT, em Juiz de Fora/MG, a Cerâmica Matarazzo, em São Caetano/SP e Usina Catende-Harmonia, em Pernambuco, estudada no Capítulo 3. Alguns desses casos iniciaram a partir da implantação da cogestão entre antigos proprietários e trabalhadores, incluindo a participação acionária dos trabalhadores, o que levou a ANTEAG a modificar o seu nome para: Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária. Cabe destacar que parte desses casos continua em funcionamento, como identificado na Pesquisa Nacional, apresentada na seção a seguir.

Alguns ex-sindicalistas envolvidos na criação da ANTEAG haviam sido exilados durante a ditadura militar, tendo trabalhado no Chile, durante o Governo de Salvador Allende, com experiências em projetos de democracia operária e de formação de cooperativas. Todavia, como relata Faria (2011), nos primeiros anos da Associação, ela adotou o modelo ESOP (*Employee Stock Ownership Plan*), importado dos EUA e adaptado para o contexto brasileiro, que incluía a dimensão sindical, com o objetivo de tornar a autogestão “mais palatável” para o mundo empresarial (p. 438). Além disso, Faria (2011) destaca que a Associação, nesse período inicial, difundiu em suas publicações e encontros uma estratégia e um discurso que propagava a autogestão como um novo “grande negócio”. Nesse sentido, ela dedicou-se a assessorar as empresas na articulação com agências de financiamento e crédito, como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)<sup>120</sup>, a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia e organizações internacionais (como o Rabobank e a ICCO – *Interchurch Organization for Development Cooperation*, ambos da Holanda), chegando inclusive a projetar a criação de um “Banco de Desenvolvimento da Autogestão”, para o qual foi iniciada uma poupança coletiva.<sup>121</sup>

---

formaram uma nova cooperativa, em novo espaço e com novos maquinários, e conquistaram novos e diversificados clientes (destacando a importância dessa diversidade), inclusive com a abertura de lojas na região, com produtos de marca própria. (Relatos da Pesquisa de Campo/Projeto: Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil, 2012, financiamento CAPES).

<sup>120</sup> Na pesquisa, encontramos registros, a partir de diversos arquivos e fontes, de sete casos de empréstimos do BNDES às empresas recuperadas em autogestão, até 2014: Skillcoplast, Coopertextil, FACIT, Cobertores Parayba, Hidrophoenix, Frunorte e Uniforja.

<sup>121</sup> Entre as fontes citadas por Faria (2011) estão entrevistas realizadas por este autor com Aparecido Faria (1999), ex-técnico do Dieese e da ANTEAG; relatos de Encontros Nacionais da ANTEAG (ocorridos entre 1994 e 2005) e reportagens de jornais, entre eles: Folha de São Paulo (29/05/1995, 01/08/1995, 08/08/1999), Estado de São Paulo (30/10/1999), Jornal DCI – Comércio, Indústria e Serviços (15/08/2003) e Carta Maior, Agência de Notícias (16/08/2004).

Segundo analisa Faria (2011), neste período inicial, o discurso e as práticas de assessoria da ANTEAG, articulando a valorização de critérios de eficácia econômica, de viabilidade e competitividade das empresas e o papel do quadro de técnicos e gestores na direção dos empreendimentos, com a participação dos trabalhadores na propriedade das empresas, juntamente com a retomada do tema da autogestão e do controle dos trabalhadores sobre os processos de trabalho, resultavam em “um campo fértil para o desenvolvimento de relações ambíguas no interior das fábricas recuperadas entre os gestores e os produtores imediatos” (p. 438).

Independentemente de conjecturas sobre as intenções dos técnicos da ANTEAG, o discurso gerencial e de negócio, que muitas vezes buscava dissociar-se claramente de qualquer vinculação a ideologias socialistas, abriu caminhos para parcerias e apoios aos processos de transferência das propriedades das empresas para os coletivos de trabalhadores (ou do seu controle acionário) e à manutenção de milhares de postos de trabalhos, já fadados ao desaparecimento, ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000. Todavia, é importante indagar o quanto essa ambiguidade de perspectiva política teve relação com os caminhos futuros das experiências, que em muitos casos, como também destaca Faria (2011) e Henrique *et al.* (2013), distanciaram-se da autogestão rumo ao cooperativismo de negócio. Além disso, a adoção do modelo ESOP é também criticada por Faria (2011), retomando as análises críticas de João Bernardo, militante e estudioso marxista português, na qual este autor destaca que “a participação dos trabalhadores neste plano resume-se, portanto, em financiar a aquisição das ações, cuja propriedade formal pagam com uma redução praticada nos salários” (*apud* Faria, 2011, p. 441). Destaca com isso a questão central para o autor: a mudança da propriedade é imprescindível, mas torna-se secundária se não se modifica o controle da produção e de seu excedente, ou seja, se não são também modificadas as relações sociais de produção para a superação da exploração.

Em anos posteriores, principalmente nos anos 2000, a Associação modificou sua orientação político-metodológica, dando maior ênfase à gestão democrática, à divisão mais igualitária dos benefícios e de remuneração, à adequação tecnológica, à independência em relação ao Estado e à educação, passando a identificar-se com o movimento de economia solidária<sup>122</sup>, que se organizava no Brasil no final dos anos 1990, buscando construir um “novo cooperativismo” em reação à crise.

---

<sup>122</sup> Sobre a formação do movimento de economia solidária no Brasil, suas matrizes teórico-políticas, contexto histórico, tipos de organizações e alguns estudos de casos, ver: Singer (2004), Nascimento (2005) e Sígolo (2007).

A ANTEAG participou da criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em 2003, tendo tido papel importante na difusão do tema da autogestão e de seu significado político na luta emancipatória dos trabalhadores.

Ao longo das últimas três décadas, desde meados dos anos 1980, ocorreram centenas de lutas por recuperações de empresas pelos trabalhadores no Brasil, sendo que a maior parte dos 67 casos que continuam ativos na atualidade, conforme os dados coletados pela Pesquisa Nacional realizada em 2012 (detalhada a seguir), emergiu durante os anos 1990 até os primeiros anos da década de 2000, em diferentes regiões do país (Henriques *et al.*, 2013).

A CUT, ao longo da década de 1990, acolheu de forma bastante marginal a emergência das recuperações de empresas por trabalhadores. Apesar da diversidade de vertentes políticas, com diferentes perspectivas com relação às recuperações de empresas pelos trabalhadores e o cooperativismo, herdeiras das Oposições Sindicais e das experiências das comissões de fábricas, que também haviam participado da criação da Central, como visto anteriormente, esta não foi a perspectiva que predominou, no novo momento do sindicalismo, marcado pelo pragmatismo. O foco da prática sindical nesses casos limitava-se às negociações em busca de garantir o pagamento das indenizações aos trabalhadores das empresas, frente às práticas corriqueiras de sonegação dos direitos trabalhistas. Alguns estudos que analisam a relação entre o sindicalismo e a economia solidária, incluindo o cooperativismo e as empresas recuperadas por trabalhadores, como Ferraz (2009) e Pereira (2011), indicam que esse tema passou a tomar parte na busca por novas estratégias para enfrentar os desafios do sindicalismo diante das transformações do mundo do trabalho e da crise do emprego formal. Com isso, no final da década de 1990, a Central passou a debater de forma mais explícita o tema das recuperações de empresas por trabalhadores e do cooperativismo em seus Congressos (CONCUT)<sup>123</sup>, especialmente a partir da atuação dos sindicatos dos metalúrgicos, setor produtivo que já abrangia vários casos na época.<sup>124</sup>

---

<sup>123</sup> Após 1997, conforme indicam os documentos do VIº CONCUT, analisados por Pereira (2011), o tema do cooperativismo e das experiências de autogestão dos trabalhadores encontrou espaço nos debates da CUT.

<sup>124</sup> Até 1999, segundo Faria (2011), o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista já havia apoiado a criação de 11 cooperativas resultantes da recuperação de empresas por trabalhadores: a Uniforja, cooperativa de segundo grau, que inclui as cooperativas: Coopertratt, Coopercon, Cooperlafe e Cooperfor (todas elas ex-Conforja); a Coopertronic (ex-Nichiden); a Uniwidia (ex-Cervin); a Cootrame (ex-Nordon), a Cooperautex (ex-Olan), a Metalcooper e Fibercoop (ambas ex-KKCA).

Com a pressão dos trabalhadores e também o crescimento da exposição e conhecimento sobre o êxito dos casos de recuperações de empresas pelos trabalhadores, começaram a surgir propostas de parcerias e projetos de apoio externos. Nesse processo, em 1999, foi criada: a ADS/CUT (Agência de Desenvolvimento Solidário), que a partir da captação de projetos, iniciou ações de crédito, pesquisa, educação, assessoria e comercialização<sup>125</sup>; e também, pelos sindicatos dos metalúrgicos e dos químicos do ABC Paulista: a Unisol Cooperativas (União e Solidariedade), com estreita relação com a luta pela recuperação da Uniforja, em Diadema/SP. Participa também desse processo inicial a Cooperinca, a Cooperativa dos Trabalhadores do Instituto Cajamar, antigo Centro de Formação da CUT, também recuperado pelos trabalhadores, organizados de forma coletiva.

Em 2003, ocorreu em Joinville/SC um Seminário com o tema: “Autogestão”<sup>126</sup>, organizado em parceria pela ADS/CUT, ANTEAG e MST, com apoio da recém-criada SENAES/MTE, do IPEA e do BNDES, com a participação de representantes das empresas recuperadas brasileiras e argentinas. No ano seguinte, em 2004, com o apoio da CUT Nacional, foi criada a Unisol Brasil, que passou a atuar na representação política e na assessoria aos trabalhadores de empresas recuperadas e também de cooperativas em geral. A formação da Unisol Brasil significou o surgimento de um novo campo político no movimento das empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil, que apesar de ter estabelecido colaborações iniciais com a ANTEAG, passou a concorrer pela conquista da filiação da maior parte das experiências, dando ênfase em anos posteriores ao cooperativismo de negócio.

A partir desse momento, os sindicatos passaram a ter papel fundamental, principalmente, no apoio à criação de novas experiências. Na Pesquisa Nacional, realizada em 2012, já mencionada neste trabalho, mais da metade dos casos (60%) indicou que havia recebido algum apoio do sindicato no processo de recuperação da empresa. Todavia, o restante dos casos soma uma parte considerável (40%) de experiências (entre aquelas que estão em atividade na atualidade) que foram cria-

---

<sup>125</sup> Entre 2003 e 2005, a ADS/CUT desenvolve projeto em parceria com o SEBRAE, e em 2009, criou a Central de Comercialização Conexão Solidária, com apoio da Petrobrás, com o qual foi comprado um prédio, que passou a ser sede da Agência, disponibilizando espaço para cursos e atividades de comercialização de produtos dos empreendimentos solidários (Disponível em: <http://www.conexasolidaria.org.br/>).

<sup>126</sup> O panfleto de divulgação deste seminário trazia a célebre frase de K. Marx: “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. Desse encontro em 2003 resultou o “Plano de Ação da Autogestão no Brasil”, com propostas para as políticas públicas de crédito, formação e qualificação, e para o marco legal e os direitos trabalhistas, como também estratégias de organização em rede das experiências brasileiras e latino-americanas.

das pelos trabalhadores sem o apoio de sindicatos, havendo inclusive casos nos quais foram relatadas dificuldades trazidas pelos sindicatos aos processos de recuperação. Em contraste, há também casos singulares nos quais o sindicato, após apoiar o processo de recuperação, seguiu inserido nos espaços de assembleia e decisão coletiva das empresas. Semelhante é a quantidade de casos (um pouco mais que a metade) que citaram as organizações de empresas recuperadas por trabalhadores (ANTEAG e Unisol Brasil), como atores que foram relevantes no apoio ao processo de recuperação (Henriques *et al.*, 2013). Esses dados reforçam a análise de que as experiências, em grande parte, emergiram de forma isolada, em contextos com processos anteriores de organização política dos trabalhadores a partir das Oposições Sindicais, da vivência em reuniões de base, muitas vezes apoiadas por grupos de esquerda e organizações religiosas, ligados à Teologia da Libertação.

Após mais de 15 anos de atuação, nos últimos anos a ANTEAG teve que encerrar as suas atividades, após enfrentar processos judiciais, gerados por diversas dificuldades enfrentadas na implementação das primeiras políticas públicas de apoio e fomento à economia solidária e às empresas recuperadas por trabalhadores, desenvolvidas no Governo Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul, no início dos anos 2000.<sup>127</sup> A crise da ANTEAG somou-se à crise de um dos casos mais importantes de recuperações de empresas do país, que integrava inclusive a diretoria da Associação, a Usina Catende, cujo súbito fim, a partir da retirada da indústria do controle dos trabalhadores organizados em cooperativa, pela Justiça em 2009, será estudado no Capítulo 3 desse trabalho.

Outro campo importante no panorama político das empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil refere-se ao Movimento das Fábricas Ocupadas, que surgiu em 2002, com a ocupação da CIPLA e da Interfibras, em Joinville/SC, com 1.000 trabalhadores. Esses casos diferenciam-se dos anteriores (relacionados à ANTEAG ou à CUT) pela defesa da estatização das empresas sob controle operário e pela oposição à formação de cooperativas, como também ocorreu nos casos das empresas Flakepet, Profiplast e Flaskô, ocupadas sob gestão coletiva dos trabalhadores. Dos cinco casos citados, os quatro primeiros sofreram intervenção da Justiça e foram desocupados à força em 2007, e o único que permanece em atividade é a Flaskô, uma fábrica de embalagens plástica, com 70 trabalhadores, locali-

---

<sup>127</sup> O Programa de Economia Popular Solidária, desenvolvido em convênio com a SEDAI (Secretaria do Estado de Assuntos Institucionais), durante os anos 2000 e 2001, envolveu 15 mil trabalhadores de 300 empreendimentos solidários, incluindo casos de empresas recuperadas por trabalhadores (Leboutte, 2003).

zada em Sumaré, no Estado de São Paulo, ocupada pelos trabalhadores desde 2002, após o decreto de falência da empresa.<sup>128</sup> Ao longo de mais de dez anos, entre as conquistas, como relatado em manifesto de comemoração dos 10 anos da Flaskô, está a criação em 2005 de uma vila operária, com antigos funcionários da fábrica, onde moram 564 famílias, e também a organização da Fábrica de Esportes e Cultura.<sup>129</sup> Com a ameaça permanente de intervenção judicial, os trabalhadores e militantes que apoiam a Flaskô atuam para manter a mobilização política e a ação com a comunidade do entorno e mais ampla, por meio da promoção de atividades culturais e políticas. Este tem sido um meio de luta e pressão social, semelhante ao que ocorre de forma bastante frequente nas experiências de recuperação de empresas por trabalhadores na Argentina, que se multiplicaram após a crise de 2001, conforme estudado na pesquisa de mestrado (Sígolo, 2007).

Em 2012, o Movimento das Fábricas Ocupadas articulou dois projetos de lei que estão atualmente em discussão no Senado Federal. O primeiro trata da declaração de interesse social do território da Flaskô e de sua vila operária, e o segundo, mais geral, refere-se à possibilidade de expropriação e transferência do controle de empresas em falência aos seus trabalhadores.

Somando-se a essas leis, a realização de um marco jurídico favorável às recuperações de empresas e às cooperativas formadas por trabalhadores têm sido pautas centrais de grupos e movimentos sociais que defendem o desenvolvimento da autogestão dos trabalhadores no Brasil. Esses movimentos lutam por fortalecer a organização coletiva e democrática dos trabalhadores, as articulações entre as lutas sociais emancipatórias e socialistas e a criação de novos circuitos econômicos mais coerentes com essas lutas, que contribuam para colocar em questão o trabalho assalariado e o regime de exploração capitalista.

Com essa exposição história, buscou-se indicar no rastro das lutas sociais, o fato impressionante de que nesses últimos 30 anos no Brasil milhares de trabalhadores têm resistido e se associado para manter seus trabalhos pela recuperação de empresas. Com isso, conquistando a sua propriedade coletiva e demonstrando, em muitos casos, alguns deles há mais de 20 anos, a viabilidade da produção sob a autogestão dos trabalhadores. Esse quadro reforça que o debate socialista sobre o

---

<sup>128</sup> Sobre a história da Flaskô e do Movimento das Fábricas Ocupadas, ver: Nascimento, J. (2004); Raslam, F. (2007); Verargo, J. L. (2011) e Sígolo, V. M. *Flaskô, dix ans d'occupation de l'usine*. Lettre d'Association Autogestion, Paris, 21 mar. 2014 (Disponível em: <http://www.autogestion.asso.fr/?p=4090>).

<sup>129</sup> A agenda de atividades, manifestações e encontros realizados pela Flaskô pode ser vista em: [www.fabricasocupadas.org.br](http://www.fabricasocupadas.org.br).

papel revolucionário do associativismo, da cooperação e do Estado, como ferramentas para a auto-emancipação dos trabalhadores, mantém-se completamente atual.

Ao visualizar o panorama atual das experiências brasileiras, apresentado a seguir, buscamos manter em questão: em que medida as experiências de recuperações de empresas mantêm o sentido de criação e desenvolvimento de novas relações sociais de produção ou cristalizaram uma nova forma de propriedade dos meios de produção, que contribui para aumentar a exploração e a precarização do trabalho e, até mesmo, aumentar a produtividade do capital?

Nesse caminho, acompanhar de perto e analisar criticamente as experiências concretas desenvolvidas pelos trabalhadores no presente, a partir das referências históricas do passado, é tarefa importante para a sociologia, comprometida com as questões do seu tempo, inspirada na filosofia da práxis marxista e engajada na reconstrução do pensamento marxista no mundo contemporâneo.<sup>130</sup>

#### BREVE PANORAMA ATUAL DAS EXPERIÊNCIAS: A PESQUISA NACIONAL

No Brasil, a ocupação e a recuperação de empresas por trabalhadores, já no início dos anos 1990, começam a chamar a atenção da academia. Surgiram as primeiras pesquisas, em sua maioria, estudos de casos, nos campos da sociologia, antropologia, educação, administração, serviço social, psicologia e engenharia de produção. Essas pesquisas deram início às análises sobre as modificações criadas nas relações de trabalho e nos processos de produção frente à organização taylorista/fordista de trabalho, colocando em questão as contradições e os significados políticos das experiências nos processos de reprodução do sistema capitalista e de resistência, lutas e transformações sociais do nosso tempo.

Esses primeiros estudos de casos – como os de Hollzmann (1992); Fantin (1992); Faria (1997); Parra (2002); Nascimento (2004) e Esteves (2004), Rufino (2005), Marques (2006), citados na bibliografia final deste trabalho – indicaram, na maior parte, a ocorrência de processos de democratização nas relações de trabalho, juntamente com a coletivização da propriedade dos meios de produção. Mas eles também apontaram, em meio à grande diversidade de abordagens e interpretações: tensões e contradições presentes nessas novas experiências dos trabalhadores no Brasil, especialmente relacionadas ao surgimento de novas clivagens e desigualdades nas relações de trabalho e gestão das empresas e também aos limites impos-

---

<sup>130</sup> Esse debate será aprofundado no Capítulo 2.

tos na relação com o Estado e o mercado capitalista. Nesse sentido, esses primeiros estudos indicaram a necessidade de aprofundamento das análises e de atenção sobre os desdobramentos desse fenômeno, que emergia nas lutas dos trabalhadores no contexto do neoliberalismo.

Nos anos 2000, ocorreram os primeiros esforços de investigação com uma maior abrangência de casos em busca de uma compreensão mais ampla do fenômeno, como os estudos de Vieitez e Dal Ri (2001); Valle (2002); e Taille *et al.* (2005). Entre os dados gerais, colhidos até 2005, esses estudos indicaram que as experiências de recuperações por trabalhadores, em sua maior parte, tiveram origem em empresas familiares, fundadas há mais de 40 anos e que acumulavam um grande passivo trabalhista, envolvendo atrasos de salários. Além disso, eles apontaram que em muitos casos as mobilizações para a ocupação e a recuperação surgiram na iminência ou durante o pedido de falência das empresas, envolvendo a atuação dos sindicatos na negociação e na recuperação, como também, em alguns episódios, na própria gestão das empresas. Os estudos também revelaram que houve vários casos em que os trabalhadores trocaram seus créditos trabalhistas pela propriedade coletiva dos meios de produção da empresa. Além disso, verificaram que após a recuperação a grande maioria dos casos se formalizou como cooperativa e que em muitas empresas se utilizava o termo “autogestão” para definir a forma de organização do trabalho. Contudo, esses estudos também revelaram que as empresas recuperadas mantiveram, em grande parte, a mesma (ou uma muito semelhante) divisão de trabalho e que a maior dedicação e responsabilidade assumidas pelos trabalhadores haviam gerado, em alguns casos, a ampliação da jornada de trabalho, sem remuneração correspondente.

A partir desses estudos, alguns autores passaram a investigar sobre a “auto-exploração” e a precarização do trabalho nas empresas recuperadas e cooperativas, gerando muito debate entre as diversas perspectivas sobre o tema.<sup>131</sup> Todavia, muitas questões sobre o fenômeno, mesmo após mais de duas décadas das primeiras experiências, mantêm-se abertas e demandam a continuidade dos estudos.

Nesse sentido, com o intuito de buscar informações atualizadas do panorama nacional das empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil, conhecer a

---

<sup>131</sup> Outros estudos realizados nos últimos 10 anos: Nascimento, C. (2005); Rufino, S. (2005); Marques, P. L. A. (2006); Araújo, F. S. (2006); Sígolo, V. M. (2007); Henriques, F. C. (2007); Paulucci, M. A. (2007); Raslam, F. (2007); Novaes, H. T. (2007); Kleiman, F. (2008); Chaves, L. C. (2008); Caramelo, J. C. P. (2009); Delmodes, C. e Claudino, L. (2009); Esteves, E. (2010); Melo Neto, J. F. e Lima, L. M. S. (2010); Esteves, E. (2010); Verargo, J. L. (2011); Lima, L. M. S. (2012); Pateo, F. V. (2012); Rodrigues, J. (2012); Fernandes, R. (2012).

amplitude dos casos e suas características gerais, nos anos de 2011 e 2012, realizamos o primeiro levantamento nacional das experiências, com o projeto “Fábricas e Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores: Diagnóstico das Experiências Brasileiras”, envolvendo pesquisadores de dez universidades brasileiras (UNICAMP, UFRJ, USP, UFOP, CEFET- NI, UFPB, UFVJM, UFSC, UNESP Marília e UFRN), com financiamento do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).<sup>132</sup>

O primeiro desafio enfrentado referiu-se à localização das experiências existentes no país para a realização da pesquisa de campo, uma vez que as informações e as listagens existentes eram imprecisas e desatualizadas. Juntamente com esse primeiro desafio, foi necessário definir, a partir da análise de casos concretos, os critérios para a delimitação das experiências que comporiam o universo da pesquisa, de maneira a permitir a inclusão da diversidade de processos de recuperação e de formas de organização coletiva colocadas em prática para a manutenção das empresas. Nesse ponto, uma questão importante referiu-se à identificação dos casos em que o controle da empresa continuou com os trabalhadores e sob a forma coletiva, sendo incluídos no universo de estudo aqueles casos em que houve a auto-declaração de que a empresa atuava sob a gestão coletiva de seus trabalhadores.

Por esses critérios, foram identificados no Brasil 145 casos de empresas que voltaram a produzir (algumas delas temporariamente), após serem recuperadas por seus trabalhadores, entre as quais 67 empresas estavam em funcionamento no ano de 2012. A pesquisa de campo realizada ao longo desse ano ocorreu em 56 empresas, nas quais foram feitas, na maior parte, entrevistas com grupos de trabalhadores (da diretoria e da produção) e abordados os seguintes temas: dados gerais da empresa; processo de recuperação; produção e tecnologia; relação com o mercado e crédito; aspectos jurídicos; perfil dos trabalhadores; relações de trabalho, educação, seguridade social e segurança do trabalho; relações com o sindicato, movimentos sociais e partidos; relação com o Estado, entre outras questões ligadas à auto-avaliação e às perspectivas para o futuro.

Esse texto apresenta alguns dados coletados nessa pesquisa relacionados às informações gerais das empresas (localização, setor de atuação e número de traba-

---

<sup>132</sup> O trabalho conjunto de pesquisa propiciou a criação do Grupo de Pesquisa em Empresas Recuperadas por Trabalhadores (GPERT), um grupo de pesquisa multidisciplinar e interinstitucional formado por pesquisadores de 11(onze) universidades brasileiras: CEFET-NI; INCUBES/UFPB; NEICT/UFF; NESOL/USP; NETS/UFVJM; PEGADAS/UFRN; SOLTEC/UFRJ; UFRB; UFSC; UNESP Marília e UNIRIO. Disponível em: <http://www.recuperadas.org/>.

lhadores envolvidos), para a construção de um panorama geral dos casos, e também uma análise de dados que revelam sobre a condição de vida dos trabalhadores e as relações de propriedade e de trabalho nas empresas.

Conforme analisado na publicação final da pesquisa: *Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil* (2013)<sup>133</sup>, como características principais, essas experiências são organizações na maior parte urbanas, do setor industrial, sendo quase a metade do ramo da metalurgia. Os demais setores são: têxtil/confecção, alimentício/laticínio, químico/plástico, hotelaria, sucroalcooleiro, papel, calçados, cerâmica, moveleiro, educação e mineração. Acrescenta-se que os casos estão concentrados nas regiões mais industrializadas do país no Sudeste e no Sul (especialmente nos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul), apesar da ocorrência de casos também no Nordeste e no Norte do país.

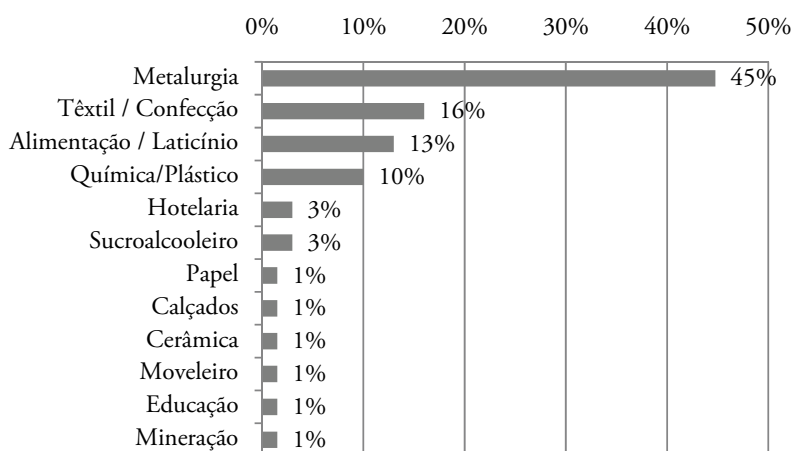


GRÁFICO 1.1 – SETOR DE ATIVIDADE DAS EMPRESAS RECUPERADAS POR TRABALHADORES NO BRASIL. AMOSTRA: 67 (FONTE: HENRIQUES *ET AL.*, 2013).

Analisando por regiões, verificamos que todas as indústrias metalúrgicas (setor da maioria dos casos) estão localizadas nas regiões Sudeste e Sul, especialmente no Estado de São Paulo, fato que se relaciona com a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, como discutido anteriormente. Além das metalúrgicas, destaca-se na região Sul do país, no Estado de Santa Catarina, uma mineradora de carvão, a Cooperminas, um dos mais antigos casos de recuperação do país, citado no início desse capítulo. O conjunto das regiões Sudeste e Sul incluem casos em todos os setores registrados na pesquisa, pois em ambas as regiões, além da metalurgia, há casos nos setores: químico/plástico, têxtil/confecção, alimenta-

<sup>133</sup> Para os resultados completos da pesquisa, ver: Henriques *et al.*, 2013.

ção/laticínio e hoteleiro, e, especificamente na região Sul, nos setores de calçados, moveleiro e sucroalcooleiro e, na região Sudeste, nos setores educacional, papelero e de cerâmica.

No Norte do país, os dois casos existentes, localizados no Estado do Acre, são do setor de alimentação/laticínios (também presente no Sudeste, Sul e Nordeste). Finalmente, no Nordeste, além do setor de alimentação/laticínios, há três casos no setor têxtil/confecção, dois no setor químico e plástico e um no setor sucroalcooleiro, atualmente com sua indústria desativada. Este é o caso da Usina Catende, no qual a perda do controle da indústria pelos trabalhadores em 2009 levou ao fechamento da indústria (como será detalhado no Capítulo 3 deste trabalho).

Com isso, a pesquisa revelou um universo bastante heterogêneo das experiências no Brasil, que inclui empresas de diferentes portes (com faturamentos anuais que variam de R\$ 400 mil a R\$ 400 milhões, sendo na maioria inferior a R\$ 4 milhões), e que produzem uma grande variedade de produtos e serviços (em mais da metade dos casos destinada para o consumo intermediário), incluindo a produção de maquinários para indústria, transmissores de energia, tubulações para petróleo, peças de aço, ferro e metal duro, açúcar e álcool, tecidos, roupas, laticínios, alimentos, móveis e também alguns serviços: hotelaria, alimentação, café, entre outros.<sup>134</sup>

O quadro apresentado a seguir inclui informações sobre a distribuição atual das empresas presentes em 12 (doze) Estados de 4 (quatro) regiões do país (não foram encontrados casos no centro-oeste) e o número de trabalhadores diretamente envolvidos.

Além disso, a pesquisa nacional indicou que as empresas recuperadas, em mais da metade dos casos, são formadas por até 100 trabalhadores (configurando-se na maioria de pequenas e médias empresas), compondo no conjunto dos casos atuais um universo de aproximadamente 12 mil trabalhadores, principalmente homens (76%), com escolaridade até o ensino médio. Cabe ressaltar que há 26 casos de empresas recuperadas formada por mais de 100 trabalhadores, sendo que em quatro delas (6% das empresas) há mais de 500 trabalhadores (somando os sócios/cooperados e os contratados).

---

<sup>134</sup> A lista completa das empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil localizadas pela pesquisa encontra-se no Anexo 1 deste trabalho.

ESTADO	TOTAL DE EMPRESAS	% POR ESTADO	TOTAL DE TRABALHADORES (AS)	% DE TRABALHADORES (AS)
AC	2	3,0%	344	2,9%
BA	2	3,0%	74	0,6%
MG	6	9,0%	310	2,6%
PB	1	1,5%	94	0,8%
PE	2	3,0%	1.130	9,6%
PR	1	1,5%	10	0,09%
RJ	5	7,5%	479	4%
RN	1	1,5%	38	0,3%
RS	15	22,4%	4.511	38,5%
SC	5	7,5%	1.046	8,9%
SE	1	1,5%	115	1%
SP	26	38,8%	3.553	30,3%
Total Brasil	67	100%	11.704	100%

TABELA 1.1 – DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS RECUPERADAS POR ESTADO. AMOSTRA: 67 (FONTE: HENRIQUES *ET AL.*, 2013).

NÚMERO DE TRABALHADORES (SÓCIOS + CONTRATADOS)	QUANTIDADE DE EMPRESAS	PERCENTUAL
DE 0 A 50	28	42,4%
DE 50 A 100	12	18,1%
DE 100 A 500	22	33,3%
MAIS DE 500	4	6,1%

TABELA 1.2 – PORTE DAS EMPRESAS POR NÚMERO DE TRABALHADORES. AMOSTRA: 66 (FONTE: HENRIQUES *ET AL.*, 2013).

Segundo a pesquisa, a maior parte dos casos de recuperação pelos trabalhadores (entre aqueles que se mantêm hoje em atividade) surgiu durante a década de 1990 e nos primeiros anos de 2000, em empresas com mais de quarenta anos de atividade, que entraram em falência, ou estavam na iminência de entrar, no contexto de crise econômica com a abertura do mercado do país à concorrência internacional. Os dados indicam uma grande queda na emergência de novos casos a partir de

meados dos anos 2000. Todavia, após esse período, a pesquisa indicou que mesmo no contexto de crescimento econômico, com menor intensidade, houve casos de recuperação de empresas pelos trabalhadores no país, os quais se tratavam principalmente de empresas no setor metalúrgico.

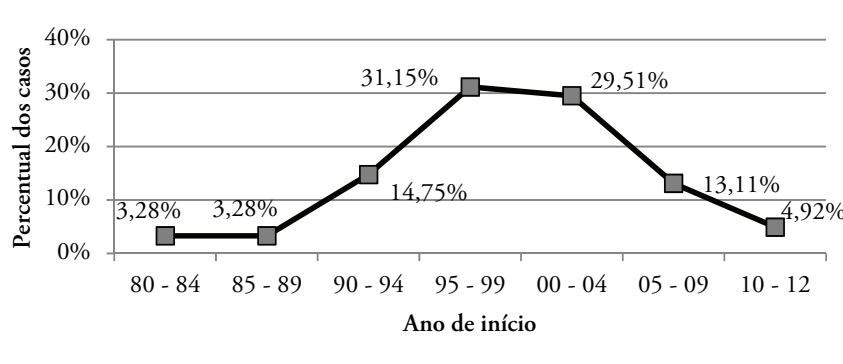


GRÁFICO 1.2 – DATA DE INÍCIO DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DA EMPRESA PELOS TRABALHADORES. AMOSTRA: 61 (FONTE: HENRIQUES *ET AL.*, 2013).

Dentre os trabalhadores que realizaram a luta pela recuperação – que envolveu em vários casos algum tipo de medida de força (ocupação, acampamento, passeatas, manifestações e/ou greves) –, a grande maioria era do setor da produção, ou seja, do “chão de fábrica”, e havia participado anteriormente de atividades sindicais. Contudo, como analisado anteriormente nesse capítulo, a sindicalização dos trabalhadores não significou a presença dos sindicatos no apoio a muitos dos casos de recuperações, havendo as entidades tomado diversas posturas. Cerca de 40% dos casos informaram não haver recebido qualquer apoio dos sindicatos. Há inclusive alguns relatos de casos nos quais os sindicatos até dificultaram o processo de recuperação pelos trabalhadores, atuando em favor dos antigos proprietários. Todavia, em contraste, especialmente em contextos nos quais houve a atuação de oposições sindicais e também um histórico de sindicatos combativos (como ocorreu com os sindicatos dos metalúrgicos do ABC Paulista, ligados à CUT), encontramos relatos de que os sindicatos foram proponentes e defensores da proposta de recuperação e autogestão da empresa, e se mantiveram ativos no apoio às experiências, envolvidos inclusive nos processos de decisão da nova empresa dos trabalhadores. Acrescenta-se que a pesquisa identificou uma queda na sindicalização dos trabalhadores após a recuperação, com a criação das cooperativas. Todavia, há vários casos nos quais a sindicalização dos cooperados foi mantida.

Outro dado relevante refere-se ao fato de que 85% das empresas (57 casos) formalizaram-se como cooperativas após a recuperação pelos trabalhadores, o que

aponta uma mudança significativa relacionada à ampliação da estabilidade do trabalho, uma vez que nesses casos foi formalizada, com diferentes extensões, a propriedade coletiva da empresa, indicando uma mudança significativa nas condições de vida dos trabalhadores. Entre os demais casos pesquisados (10 casos), há dois casos de associações de trabalhadores que exercem a cogestão de empresas privadas, um caso de uma comissão de fábrica que está gerindo uma empresa em falência e sete casos legalizados como empresas privadas (alguns deles informaram que haviam sido cooperativas, mas que alteraram a figura jurídica para reduzir os tributos, mas sem alterar a forma de gestão coletiva).<sup>135</sup>

Buscando investigar mais profundamente a questão da propriedade coletiva na empresa, a criação de novas relações de trabalho e/ou a reprodução de relações sociais de produção capitalistas, é importante destacar o processo, posterior à recuperação, de contratação de novos empregados (não cooperados), gerador de novas clivagens e desigualdades dentro das empresas. Foram verificados 16 casos nos quais há mais contratados do que sócios-cooperados, sendo que a média de contratados nas empresas recuperadas representa 37% do total de trabalhadores. Todavia, essa condição caracteriza atualmente a menor parte dos casos brasileiros, pois em aproximadamente 60% dos casos, há no máximo 10 trabalhadores contratados e em 19 empresas (cerca de 30% do total dos casos) todos são cooperados/sócios.

Outro aspecto importante refere-se à mudança nas relações de produção e na organização do trabalho, que expressam avanços no controle coletivo do trabalho e da gestão da empresa. Na grande maioria dos casos, os trabalhadores indicaram que ocorreram mudanças relacionadas principalmente a: descentralização do poder e do acesso à informação; ampliação do envolvimento e comprometimento dos trabalhadores com o trabalho; implantação do rodízio de funções; maior autonomia, liberdade e flexibilidade no trabalho (de horários e de funções); e melhoria da relação entre os trabalhadores, envolvendo a ampliação do diálogo. Além disso, a pesquisa também apontou que a maior parte das experiências organiza e articula parcerias para a realização de processos formativos para os trabalhadores e familiares, envolvendo cursos técnicos, de alfabetização, ensino superior e também de formação política.

---

<sup>135</sup> Sobre a questão, vale ressaltar que a legislação do cooperativismo no Brasil é bastante limitada, e o marco legal é importante tema de luta do movimento de economia solidária. Por exemplo, a Lei Geral do Cooperativismo n.º 5.764, de 1971, foi criada para atender as demandas das cooperativas agrícolas, e não contempla diversas características das cooperativas criadas por trabalhadores urbanos e de baixa renda na atualidade.

Em contraste com o quadro de progressiva elevação da tensão no trabalho no contexto do pós-fordismo financeirizado<sup>136</sup>, e suas particulares perversidades na periferia do sistema capitalista, destacam-se também os dados obtidos na pesquisa sobre a diminuição da pressão e do número de acidentes no trabalho. Essas melhorias foram destacadas em 78% dos casos, e justificadas pela redução da hierarquia e do controle externo sobre o trabalho, além da redução e flexibilização da jornada de trabalho.<sup>137</sup> Esses importantes dados indicam mudanças nas relações de trabalho nessas empresas e contrapõem-se às análises anteriores que indicavam uma tendência à “autoexploração” dos trabalhadores nas empresas recuperadas, uma vez que não foram verificados casos frequentes de aumento de jornada de trabalho. Inversamente, a pesquisa apontou para uma mudança no ritmo do trabalho, com destaque para a flexibilização da jornada, resultante de uma ampliação do controle do trabalho pelos trabalhadores.

Acrescenta-se que 92% dos casos afirmaram praticar a autogestão em resposta à questão sobre a sua forma de organização e relataram a ocorrência de eleições periódicas para o conselho administrativo e a criação de mecanismos democráticos de decisão coletiva (assembleias, conselhos etc.), que se realizam com uma frequência mensal em 19 casos e na grande maioria das empresas mais frequentemente do que uma vez ao ano (quantidade exigida às cooperativas pela lei). Há também relatos da utilização de murais e quadros de avisos, reuniões de setor, boletins e jornais impressos e eletrônicos, assim como outros recursos da internet, para ampliar a comunicação interna e com a sociedade, todavia, essas ferramentas não são amplamente usadas em todas as empresas.

A questão do controle sobre o trabalho também precisa ser confrontada com a constatação da pesquisa da ocorrência de empresas recuperadas que prestam serviços terceirizados para outras empresas. Esse tipo de contrato, que caracteriza o trabalho por facção, gera uma relação de dependência e subordinação à empresa contratante, e foi encontrado em diferentes proporções nas empresas. Apesar de em mais da metade dos casos não ocorrer terceirização na maior parte das atividades das empresas, há um número significativo de casos (10 empresas),

---

<sup>136</sup> Diversos estudos atuais apontam a proliferação de graves doenças psíquicas e a elevação de casos de suicídios de trabalhadores, com destaque para as empresas atuantes nos setores de alta tecnologia, como denunciam os trabalhos de Christophe Dejours (2008).

<sup>137</sup> Entre os casos que indicaram um aumento de pressão (20%), as razões apontadas foram: aumento de responsabilidade, redução de trabalhadores e maior controle do trabalho pelo coletivo dos trabalhadores.

nos quais a terceirização envolve mais do que 50% da produção, revelando possíveis processos de precarização do trabalho.

Sobre essa fragilidade econômica de algumas empresas, muitas respostas sobre os motivos da realização de contratos de terceirização remetem às dificuldades financeiras do empreendimento, especialmente relacionadas à falta de acesso a crédito. Apesar de haver vários casos que relataram ter acessado crédito nos últimos anos, essa questão foi indicada na pesquisa como um dos principais gargalos enfrentados. A falta de acesso a crédito, em alguns casos, deve-se à situação falimentar da empresa, não concluída após vários anos, como também à forma jurídica de cooperativa (alvo de desconfiança dos agentes financiadores), à falta de patrimônio para dar garantia e às dívidas e pendências, muitas vezes herdadas da empresa anterior. Diante desse quadro, a grande maioria dos entrevistados avaliou que falta apoio adequado do Estado às empresas recuperadas<sup>138</sup>, e apontou como principais demandas: maior apoio político, incentivos econômicos e fiscais, assessoria técnica, educação, acesso à tecnologia, regularização de propriedade, infraestrutura de transporte, fomento à integração de cadeias produtivas, como também mudanças na legislação relacionada ao cooperativismo e à recuperação de empresas em falência.

Outra questão importante em relação às inovações criadas pelas experiências, relacionada à democratização das relações de trabalho e à criação de relações sociais novas no campo da produção material dos meios de vida, refere-se aos dados da pesquisa que informaram sobre uma tendência à redução das diferenças entre as retiradas dos trabalhadores (“salários”) dentro das empresas. A média da

---

<sup>138</sup> Com relação às políticas públicas, destaca-se a atuação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), na criação em 2005 do Programa “Ação de Recuperação de Empresas pelos Trabalhadores em Autogestão”. Houve três edições desse programa até 2012, para o apoio às recuperações de empresas por trabalhadores, que objetivou fortalecer os empreendimentos autogestionários com assessoria, capacitação, intercâmbio entre os empreendimentos, acompanhamento, seminários, publicações sobre as experiências e apoio financeiro, excepcionalmente. O último programa, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criou internamente ao Banco o Departamento de Economia Solidária, para a disponibilização de linha de crédito para investimento. Algumas empresas foram beneficiadas, no entanto, a grande maioria tem enfrentado sérias dificuldades para o acesso. Além disso, o MTE atuou com as empresas recuperadas em PROESQ’s (Projetos Especiais de Qualificação) e PLANSEQ’s (Planos Setoriais de Qualificação), ambos no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), voltados para o desenvolvimento de metodologias de qualificação para autogestão e para o aprimoramento profissional de redes e cadeias setoriais em diversos estados do Brasil. Alguns estados e municípios criaram algumas ações de parceria e apoio, sendo que o estado pioneiro foi o Rio Grande do Sul, que no período de 1999-2002 teve um programa de Fomento à Economia Popular Solidária, em parceria com a ANTEAG, que também atuou com as empresas recuperadas.

diferença entre a menor e a maior remuneração nas empresas recuperadas é de 4,8 vezes, sendo em 70% dos casos igual ou menor a esse valor. Esses dados distinguem bastante essas empresas do quadro das empresas “convencionais”, com práticas totalmente enquadradas na lógica capitalista, especialmente pelo relato da frequente ocorrência de processos de decisão coletiva sobre a política de remuneração da empresa em assembleias e de práticas de maior transparência em relação às finanças. Acrescenta-se que uma das principais explicações das diferenças salariais relaciona-se à necessidade de atender às pressões do mercado de trabalho para manter os trabalhadores com maior qualificação profissional.

RELAÇÃO ENTRE MAX / MIN	NO. EMPRESAS
<=2	10
ENTRE 2 E 5	23
ENTRE 5 E 8	8
ENTRE 8 E 10	7
MAIOR DO QUE 10	2

TABELA 1.3 – QUANTIDADE DE EMPRESAS POR FAIXA DE DIFERENÇA DE RETIRADAS (“SALÁRIOS”) AMOSTRA: 50 (FONTE: HENRIQUES *ET AL.*, 2013).

Contudo, esse é um dos pontos principais que diferenciam as experiências brasileiras dos casos argentinos – que se destacam pelo grande número de casos que praticam a retirada igualitária (50% das empresas), segundo dados do mapeamento argentino (Ruggeri et al., 2011).

Com relação aos casos argentinos, há também distinções no que se refere à atuação política e comunitária dos trabalhadores das empresas recuperadas na atualidade, mais reduzidas entre as experiências brasileiras. A relação dos trabalhadores extrapolando os muros das fábricas, na construção de escolas, centros culturais, espaços de lazer para os vizinhos, tem conferido novos significados ao próprio espaço de trabalho e também tem trazido elementos importantes aos processos de desapropriação conquistados em alguns casos argentinos. Diferentemente dessa característica marcante das experiências do país vizinho, o estudo indicou um crescente isolamento atual das experiências brasileiras, expresso também no relato frequente dos trabalhadores do atual contato esporádico ou inexistente com organizações de representação e apoio, com outros casos de empresas recuperadas, empreendimentos econômicos solidários, movimentos sociais, partidos políticos e com a própria comunidade do entorno das fábricas. Cabe destacar que a maioria dos casos pesquisados relatou pertencer ou ter pertencido a algum movimento ou organização de

empresas recuperadas, com os quais estabelece atualmente, em mais da metade dos casos, relações esporádicas, entre eles: a Unisol Brasil, a OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), a ANTEAG e o Movimento de Fábricas Ocupadas.

Para compor esse panorama atual das experiências brasileiras, é importante destacar alguns dados e análises sobre as perspectivas atuais dos casos de recuperação, a partir das informações coletadas na pesquisa nacional. Como já destacado, o estudo revelou um número bastante reduzido de experiências surgidas após os anos 2005 no país, o que contrasta com um número ainda crescente de casos identificados na Argentina<sup>139</sup> e os novos casos na Europa e em outras regiões, citados anteriormente. Em contraste ao cenário atual brasileiro, no contexto das novas crises sociais, econômicas e ambientais que se sucedem no mundo, as experiências de recuperação de empresas têm sua atualidade reforçada em países centrais capitalistas, com o registro do surgimento de novas relações e intercâmbios estabelecidos entre as experiências de diferentes países, nos quais a trajetória de recuperações de empresas pelos trabalhadores latino-americanos tem sido referência importante.<sup>140</sup>

O caso argentino destaca-se, pois apesar das primeiras experiências terem surgido posteriormente ao Brasil, atualmente elas encontram-se bastante organizadas politicamente e com destacada atuação política e comunitária, pela qual conquistaram importantes políticas públicas de apoio, além de uma legislação que reconhece explicitamente a possibilidade de recuperação pelos trabalhadores, o que se distingue muito da situação vivida em nosso país.

No Brasil, na última década e no atual cenário econômico, político e social do país, com índices mais elevados de emprego formal e a ampliação de políticas sociais, há claramente uma redução no surgimento de novos casos de recuperação. Este fato é também percebido pela grande maioria dos casos, que na pesquisa nacional relatou a falta de conhecimento de novos casos de recuperações de empresas por trabalhadores na última década e destacou a crise das experiências no Brasil, incluindo a incerteza com relação ao futuro de suas próprias empresas. Nesse novo contexto, a redução do surgimento de novos casos de recuperação pelos trabalhadores também deve ser analisada juntamente com os impactos da nova lei de falências no país, a Lei nº. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que gerou grande controvérsia

---

<sup>139</sup> Conforme citado anteriormente nesse capítulo, os dados obtidos na última pesquisa realizada em 2013 indicam 311 empresas recuperadas por trabalhadores na Argentina, ocupando 13 mil trabalhadores (Ruggeri *et al.*, 2013).

<sup>140</sup> Como é possível verificar, por exemplo, nas frequentes referências às experiências latino-americanas feitas por organizações de apoio e difusão da autogestão na Europa, entre elas: AlterAutogestion (<http://alterautogestion.blogspot.fr>) e Association Autogestion (<http://www.autogestion.asso.fr/>).

entre juristas e militantes com relação aos novos mecanismos que ela cria para a continuidade da empresa anterior e suas consequências na redução de possibilidades para a recuperação pelos trabalhadores.<sup>141</sup> O fato é que a quase totalidade dos casos surgiu anteriormente a 2005, ano que marca o fim de um ciclo de mais de uma década de emergência dessas experiências no Brasil. Todavia, é importante indicar que a pesquisa também revelou a emergência de alguns casos pontuais ao longo dos últimos anos, após a data de aprovação da nova lei, especialmente no setor metalúrgico. Tal dado sugere que o novo instrumento legal, mesmo não contribuindo para a recuperação pelos trabalhadores, não impede o surgimento de novos casos. Com isso, é possível afirmar que mesmo em momento de expansão das atividades econômicas e com a nova legislação brasileira continuam surgindo experiências de recuperação de empresas por trabalhadores no Brasil.

Com a eleição de quatro mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT), desde 2003, verifica-se que o incentivo à formação e à manutenção de empresas autogeridas pelos trabalhadores segue tendo espaço bastante marginal (quase inexistente) entre as políticas desenvolvidas pelo governo brasileiro. Algumas novas políticas e projetos desenvolvidos nesse período, voltados para o apoio aos casos de recuperação pela autogestão dos trabalhadores, apesar de inéditos, tem sido muito limitados e pontuais, e resultaram da pressão, mobilização e trabalho de diversas organizações e militantes, incluindo os trabalhadores de empresas recuperadas, das cooperativas e dos empreendimentos informais da economia solidária.<sup>142</sup> Definitivamente, o apoio a estas organizações dos trabalhadores não é uma prioridade do governo atual.

Além disso, as experiências de autogestão, cooperativismo e economia solidária perderam também o seu sentido estratégico no debate e na ação sindical da CUT. Expressão também do processo de burocratização, que avança na Central, mas também de um novo contexto político e econômico do país. Como analisa Ferraz (2009), o sindicalismo da CUT, desestabilizado no contexto de “quebra da norma fordista”, diante do desemprego em massa, e da consequente crise de seu

---

<sup>141</sup> Há uma grande polêmica sobre a nova lei de falência e suas consequências para a recuperação de empresas por trabalhadores. De toda forma, há consenso de que com a nova lei tornou-se imprescindível o acesso a crédito para a aquisição da massa falida pelos trabalhadores, pelos novos limites colocados ao pagamento dos créditos trabalhistas, como analisa: Gonçalves, W. “A nova lei de falências e as empresas recuperadas sob o sistema da autogestão” IPEA/Revista Mercado de Trabalho, no. 28, set. 2005.

<sup>142</sup> Como a Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) e o Programa de Apoio à Consolidação de Empreendimentos Autogestionários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (PACEA/BNDES).

projeto de inclusão social por meio do mercado formal de trabalho, abriu-se para novas estratégias. Por esses objetivos defensivos e pragmáticos (mais do que ideológicos e programáticos), segundo o autor, a Central voltou-se para o cooperativismo, as empresas recuperadas e a economia solidária. Todavia, com a retomada do crescimento econômico e do emprego, no contexto do Governo Lula, a Central retoma seu foco programático de atuação no âmbito restrito da cidadania salarial, revertendo certa ênfase que havia colocado nessas novas organizações associativas dos trabalhadores.<sup>143</sup> Essa trajetória da CUT de afastamento das lutas autogestionárias dos trabalhadores, que voltam a ter uma maior marginalidade no discurso e nas ações da entidade, também espelha grande semelhança ao percurso do Partido dos Trabalhadores (PT), em sua continuidade nos governos locais, estaduais e federal.

A percepção de risco e de perigo com relação à continuidade das experiências na atualidade e a significativa redução de novos casos reforçam a importância de resgatar o fio com o passado, com o período da emergência dessas experiências nos anos 1980 e 1990, como buscamos realizar nesse capítulo. Além disso, o papel desempenhado por essas experiências no enfrentamento ao desemprego e na manutenção de postos de trabalho, juntamente com a criação de formas coletivas de gestão e de relações de trabalho não assalariadas, apresentam questões fundamentais e atuais, relacionadas às formas de resistência e ação política dos trabalhadores, que necessitam de aprofundamento e debate.

Para concluir esse panorama atual, de modo geral, a pesquisa revelou uma grande diversidade entre as experiências brasileiras no que se refere à reprodução de práticas regidas pela lógica do capital e/ou à inovação na criação de novas práticas democratizantes das relações de produção, referenciadas na autogestão. Como analisado no texto de conclusão da publicação da pesquisa nacional:

Constatar essa diversidade na pesquisa foi importante para evidenciar os distintos caminhos seguidos pelas empresas recuperadas por trabalhadores e para mostrar que a mudança de propriedade dos meios de produção não leva, automaticamente, a transformações completas nas relações de produção, apesar de serem imprescindíveis para estas (Henriques *et al.*, 2013, p.206).

Sobre essa diversidade, analisam alguns autores, como Faria (2011), que ao longo dessas últimas décadas formaram-se três campos políticos nos quais é possível

---

<sup>143</sup> Como destaca Ferraz (2009): “A primeira grande novidade é que a economia solidária, no Xº Congresso [da CUT, em 2009], voltou ao seu papel marginal, fora do capítulo referente ao trabalho e ao desenvolvimento.”, contrastando com o discurso dos documentos produzidos no período entre o VI e o X CONCURT (p. 220).

identificar atualmente as experiências de empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil: o campo da autogestão, o campo do cooperativismo de negócio e o campo da estatização. Em certa medida, no conjunto das experiências pesquisadas é possível identificar uma tendência ao predomínio do campo do cooperativismo de negócio. Por outro lado, verifica-se também uma aproximação dos campos da autogestão e da estatização, como expressaram os debates realizados no “Seminário Nacional de Empresas Recuperadas por Trabalhadores”, organizado pelo GPERT (Grupo de Pesquisa sobre Empresas Recuperadas por Trabalhadores), no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo/SP, em dezembro de 2014, e no encontro para a criação de um “Complexo Autogestionário” na Flaskô, em Sumaré/SP, em janeiro de 2015. Essas articulações indicam uma busca por fortalecer a contraposição à tendência à despolitização e ao predomínio da lógica de mercado nas experiências.<sup>144</sup>

Elucidando esta afirmação, a Pesquisa Nacional revelou dados que indicam práticas contraditórias nas experiências, como o assalariamento de novos trabalhadores, as restrições à entrada de novos cooperados e certa cristalização de grupos dirigentes, apesar da constatação de importantes avanços na melhoria da condição de vida e de trabalho dos trabalhadores, como destacado anteriormente. Além disso, ressalta-se também a baixa frequência de atividades políticas e solidárias entre as empresas e destas com trabalhadores externos. Todavia, apesar de criar novas clivagens e desigualdades dentro das empresas, essas ocorrências não se confundem com as práticas presentes em organizações criadas com o intuito de descumprir direitos trabalhistas (as chamadas “coopergatos”), haja vista as distinções apresentadas nos dados relativos às modificações empreendidas nas relações de produção, com a criação de mecanismos de descentralização de poder e de decisão coletiva (assembleias, conselhos etc.), a implementação de práticas de rodízio e flexibilização de horários, a constituição de novos padrões nas relações entre trabalhadores e seus supervisores imediatos e também a aproximação entre níveis salariais. Tais dados da pesquisa expõem elementos importantes que distanciam tais experiências das relações características entre capital e trabalho, colocando em questão, mesmo que de maneira contraditória, incipiente e marginal, elementos centrais das formas de reprodução do sistema capitalista, como o trabalho assalariado e a propriedade privada.

---

<sup>144</sup> Para mais informações sobre o encontro em São Bernardo, ver: <http://www.recuperadas.org/>. E sobre o debate na Flaskô, ver: <http://www.fabricasocupadas.org.br/site/index.php/noticias>.

No debate sobre o significado desse fenômeno no enfrentamento das relações de exploração e dominação dos trabalhadores, sobre o grau de funcionalidade dessas experiências à reprodução do sistema capitalista, é importante considerar que as experiências concretas de recuperação de empresas por trabalhadores no Brasil mostram no contexto do capitalismo contemporâneo, com suas antigas e novas formas de exploração do trabalho, que a mudança nas relações de propriedade é possível (além de necessária) e, juntamente com ela, a construção de novas relações de trabalho. Essas experiências são parte da luta pela autogestão dos trabalhadores, que se desenvolve ao longo da história, com diversas contradições e dificuldades, mas também o grande mérito de mostrar que patrões são dispensáveis.

Em meio a diversas contradições, as experiências de autogestão dos trabalhadores têm em comum o sentido de resistência, de manutenção de espaços de trabalho que segundo a lógica do capital haveriam desaparecido. Essa capacidade de resistência ao contexto de crise da empresa, que extrapola a esfera econômica, coloca em questão as teorias de viabilidade econômica. Além disso, o fato de dezenas de casos no Brasil seguirem ativos, muitos com mais de 15 anos, indica a viabilidade da produção autogerida pelos trabalhadores, abrindo novas perspectivas de enfrentamento ao desemprego.

Mais do que isso, a persistência dessas experiências de recuperação e autogestão dos trabalhadores por mais de duas décadas é um fenômeno novo na história de luta dos trabalhadores, em que foram sempre bastante efêmeras. Religando-se às lutas do passado, essas experiências expressam na atualidade formas de resistência e luta pela restituição aos trabalhadores do status de produtores diretos. Nesse sentido, podem ser portadoras de possíveis históricos relacionados à superação do trabalho assalariado e da propriedade privada capitalista, elementos centrais da reprodução do sistema capitalista, cujo questionamento se mantém imprescindível para a humanidade e para a pesquisa sociológica.

Evitar a falência de uma empresa mediante sua recuperação pelos trabalhadores significa dar novo sentido ao que, na lógica do capital, estaria fadado ao desaparecimento. Representa uma afirmação da lógica e da centralidade do trabalho, que não mensura a viabilidade de um empreendimento de acordo com as possibilidades de investimento no mercado financeiro, nem cogita forçar falências fraudulentas para beneficiar poucos proprietários. São resistências que vão muito além do econômico-financeiro, na medida em que podem ter impacto em toda luta da classe trabalhadora, dado que comprovam a inutilidade da figura dos patrões, e servem de referência para o conjunto dos movimentos sociais preocupados com

o aprofundamento da democracia e a construção de um mundo mais justo (Henriques *et al.*, 2013, p. 204).

Partindo dos estudos realizados, há diversas questões que se mantêm abertas sobre essas experiências no Brasil, algumas das quais motivaram esse trabalho. Ainda são limitadas as análises sobre os elementos que motivaram a emergência e levaram milhares de trabalhadores à ação política de ocupação e recuperação de empresas, distinguindo-se de outros milhares de trabalhadores que também vivenciaram o desemprego no período. Também são reduzidos os estudos que contribuem para a compreensão da ocorrência de casos em distintas partes do país, sem uma conexão direta, e das influências e fatores comuns entre eles. A crise econômica certamente é importante fator para explicar a emergência da ação dos trabalhadores na ocupação e recuperação de empresas, mas ela não justifica por que alguns se engajaram nessa luta, entre tantos outros que viveram o desemprego no período. Os elementos singulares, que foram significativos para as experiências, situam-se nas relações sociais e políticas desenvolvidas pelos trabalhadores em cada um dos casos, e nas análises aprofundadas desses casos estão pistas importantes para a compreensão da emergência do fenômeno no Brasil e de seu significado político atual.

O cenário de crise atual, expressa no progressivo desmanche da relação salarial “fordista” construída nas décadas douradas do capitalismo dos países centrais e no aumento do desemprego e do trabalho precário, recoloca em pauta os limites deste sistema. No Brasil, as políticas anticíclicas do Governo Federal, em certa medida, adiaram o avanço dessa crise, no entanto, o país entrou em 2015 em um período de ajuste fiscal, com impacto sobre os direitos trabalhistas, e novamente na história, como já havia destacado Braga (2012), o capitalismo revela que a instabilidade e a precariedade são constitutivas da relação salarial e subordinada, fundada na desigualdade e na exploração.

Com isso, os desafios impostos pelo contexto do capitalismo financeirizado contemporâneo, no qual emergiram as experiências das empresas recuperadas por trabalhadores em busca de sua autogestão, em suas variadas e contraditórias manifestações, confirmam a atualidade da reconstrução do pensamento marxista e de seu papel político no resgate das histórias silenciadas, que expressam a inquietação, as resistências e a auto-organização das classes trabalhadoras e oprimidas. Como também a investigação permanente dos possíveis contidos na ação política para a reinvenção dos sentidos e dos caminhos do trabalho, da política e do socialismo, diante de uma história aberta, dialética e inacabada.

A busca por caminhos para compreender as experiências atuais no Brasil conduziram-me ao pensamento de Walter Benjamin e suas reflexões sobre a abertura da história. Para a análise do significado político das experiências, aprofundamos no capítulo a seguir os conceitos teórico-metodológicos que a sua concepção dialética ofereceu para a renovação dos estudos sociológicos sobre a resistência e a ação política dos trabalhadores na história.

## CAPÍTULO 2 – RESISTÊNCIA, POLÍTICA E AUTOGESTÃO DAS CLASSES TRABALHADORAS: QUESTÕES PARA O PENSAMENTO SOCIOLOGICO CONTEMPORÂNEO

O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela (Benjamin, 1994, p. 224).

Com a apresentação do sujeito da pesquisa, buscamos situar esse estudo das experiências de recuperação de empresas por trabalhadores no Brasil no rastro dessas lutas na história do desenvolvimento industrial capitalista e do país. Após esse panorama histórico e das características gerais do fenômeno no Brasil, a investigação de referenciais teórico-metodológicos adequados, que combinasse uma abordagem coerente e a atenção crítica necessária para analisar o significado político das experiências e desenvolver um estudo de caso sobre a história de resistência dos trabalhadores para a recuperação da Usina Catende, demandou um mergulho reflexivo sobre o papel do estudo sociológico.

A reflexão desenvolvida a seguir expõe as principais imagens dos caminhos percorridos. A partir principalmente do pensamento de Walter Benjamin, apresentamos os argumentos pelos quais consideramos o estudo sociológico sobre as experiências de resistência, ação política e autogestão das classes trabalhadoras necessário e atual, integrando os esforços pela reconstrução do pensamento marxista, inspirada por uma concepção dialética da história, que compreende a centralidade das relações sociais.

Com o objetivo de analisar o significado político do conhecimento sociológico, buscando desvendar caminhos de diálogo com o pensamento de Benjamin,

iniciamos a reflexão citando um livro de Theodor Adorno que contém o registro do último curso ministrado por ele, em 1968: *Introdução à Sociologia*, no qual o autor apresenta ao debate sociológico alguns dos importantes conceitos que certamente resultam de históricos debates com Benjamin.

A perspectiva de análise de Adorno e dos principais autores da chamada teoria crítica, apesar de tributária da obra de Benjamin, distancia-se do pensamento deste autor, especialmente no que se refere à sua compreensão marxista sobre o papel da luta de classes na história. Todavia, os registros do último curso de sociologia de Adorno demonstram a sua preocupação em apresentar aos estudantes conceitos fundamentais, compartilhados com o pensamento de Benjamin, na construção de uma perspectiva crítica sobre o conhecimento, que contribuem para aproximar as reflexões filosóficas deste autor com o debate sociológico.

Nesse mergulho reflexivo, ao longo desse capítulo, para orientar o estudo sobre resistência e ação política das classes trabalhadoras e populares na história, a partir da inspiração do pensamento de Benjamin, recorreremos a alguns autores que em suas obras discutem conceitos fundamentais para a análise das experiências de recuperação de empresas no capitalismo contemporâneo. Criar diálogos entre o pensamento de autores comumente classificados em campos teóricos e políticos divergentes, a partir do diálogo com as ideias de Benjamin, fez parte do esforço empreendido para apresentar novas perspectivas no estudo do associativismo, da autogestão e do cooperativismo dos trabalhadores na história, a partir das experiências de recuperação de empresas por trabalhadores no Brasil, no campo da reconstrução não-ortodoxa dos estudos marxistas na sociologia.

## 2.1 SOCIOLOGIA E DIALÉTICA: NOVAS E ANTIGAS QUESTÕES

Iniciando a sua reflexão sobre o significado do conhecimento sociológico, Adorno destaca que o interesse mais profundo da sociologia está voltado para as questões dotadas de “significado essencial para a sobrevivência e para a liberdade da espécie humana” (*apud* Cohn, 2008, p. 25). É interessante enfatizar, como faz Gabriel Cohn na apresentação do livro, que Adorno incorpora uma qualificação fundamental à sobrevivência: “a exigência básica da liberdade”, que permite converter “a mera vida em vida digna de ser vivida”. Somando essa qualificação, o autor situa “a ideia da espécie humana (e da sociedade enquanto associação livre de homens livres) como meta prática última do conhecimento social” (Cohn, 2008, p. 25).

Nessa orientação, Adorno apresenta o desafio do desenvolvimento de uma teoria da sociedade que construa uma visão crítica à racionalidade técnica e instrumental, identificada pelo autor tanto no positivismo quanto no stalinismo e no fascismo, e que se fundamente em uma razão abrangente e humanística, posta a serviço da liberdade. Nesta colocação, apesar dos contrastes com a perspectiva predominantemente reconhecida em sua obra, encontram-se elementos fundamentais da relação entre teoria crítica e prática política no conhecimento sociológico, com inspiração na obra de Karl Marx e na chamada filosofia da práxis marxista.

Tal perspectiva sobre a relação entre teoria e prática tem sua base na dialética, e tem o sentido de recolocar a teoria sociológica em tensão com o mundo presente, sendo esse um tema central no esforço de reconstrução do marxismo no debate sociológico contemporâneo. O pensamento dialético, segundo Adorno, é a base para a articulação entre a abstração conceitual e os sujeitos reais, ou seja, a possibilidade de enfrentar a dualidade entre estrutura e ação, presente no centro do debate sociológico, em suas diferentes vertentes. Nesse embate, pelo movimento dialético, desenvolve-se a tensa e inseparável relação entre sociedade e indivíduo.

O papel da dialética no pensamento social também é tema de Herbert Marcuse, outro importante autor da teoria crítica. Em seu texto “Sobre o conceito de negação na dialética”, de 1966, ele ressalta a importância de se reconhecer a “imobilização da dialética da negatividade” na sociedade contemporânea. Segundo ele: “defrontamo-nos com novas formas do capitalismo maduro e, portanto, com a tarefa de desenvolver o conceito de dialética, adaptado a essas novas formas” (Marcuse, 1972, p. 160). Com isso, o autor afirma que a defesa da construção dialética do conhecimento fundamenta-se no fato de que a própria realidade é dialética, constituída por relações contraditórias. Como reforça também Adorno, em uma

de suas aulas: “[...] a sociedade em que vivemos – e, salvo se negamos sua existência como o fazem alguns sociólogos, a sociedade constitui o objeto da Sociologia – é essencialmente contraditória em si mesma.” (Adorno, 2008, p. 53).

Por essa perspectiva, contrapondo-se ao que denomina de teoria tradicional, Adorno defende que a realidade empírica não deve ser meramente descrita, pois isto não seria suficiente para a sua compreensão. Pela dialética, aborda-se a sociedade como totalidade, reconhecendo suas diferentes dimensões. Nesse sentido, a teoria dialética não define *a priori* uma trajetória para a história – esse tema será aprofundado adiante com Benjamin –, mas busca expor as orientações das possibilidades de transformação que cada época é portadora, reconhecendo que a formulação das questões e o sentido para o qual se orientam as respostas podem dar provas da atividade humana e de seu poder na história.

Marcuse (1972) ressalta que um dos principais desafios da teoria dialética está na identificação das forças negativas, que sustentam potencialidades transformadoras, desenvolvidas no seio do sistema antagônico vigente no capitalismo atual. Forças negativas que se opõem às forças de integração e coesão social, que são “poderosas e materiais para neutralizar as contradições durante todo um período, para suspender as forças negativas, destruidoras, ou mesmo transformá-las em forças positivas, que reproduzem o existente ao invés de destruí-lo” (Marcuse, 1972, p. 163).

Propondo elementos para uma reconstrução da teoria da revolução, Marcuse enfatiza que o pensamento dialético “se encontra diante da tarefa de elaborar teoricamente a situação essencialmente nova, sem reduzi-la simplesmente aos conceitos herdados” (Marcuse, 1972, p. 164), e de reconhecer novas necessidades, reprimidas na sociedade antagônica. Novas necessidades que surgem, segundo ele, afirmando objetivos e valores que expressem “uma relação radicalmente modificada entre homens e em um meio ambiente social e natural radicalmente distinto” (Marcuse, 1972, p.164).

Adorno reconhece um “caráter duplo da sociologia”, de um lado, voltada para um trabalho socialmente útil, e de outro, orientada para a compreensão efetiva do que mantém o nexo do sistema. Analisando o papel do conhecimento sociológico, o autor é bastante crítico à exigência de pureza científica da sociologia e sustenta a visão da inexistência de uma clara separação entre questões empíricas e normativas, que resulta na indissociabilidade entre os problemas sociais e o método para o conhecimento sociológico. Afirmando que não se trata de uma construção acabada, Adorno alerta que “a sociologia não é uma ciência tão unânime como

a medicina ou o direito, [e isto] não tem sua causa apenas na heterogeneidade de seu objeto, mas em sua natureza específica, isto é, em seu próprio caráter antagônico” (Adorno, 2008, p. 68).

Nesse sentido, como sintetiza Cohn (2008), Adorno defende que a sociologia, para não se tornar estéril, deve “elaborar de modo consequente e criativo a sua condição de ciência impura, intimamente mesclada a outras. [...] A sociologia recebe, destarte, a incumbência de ousar ser impura sem deixar de ser ela mesma: ciência da sociedade que não hesita em perturbar o severo rigor do método com os ruídos da crítica, do entrelaçamento com outras ciências e das exigências normativas.” (Cohn, 2008, p. 33).

Como analisa Adorno, a sociologia tem o desafio de tematizar o essencial, como ressaltado anteriormente. Contudo, como afirma o autor, este não se encontra somente em grandes temas, e nesse sentido é fundamental dar atenção ao “miúdo”, ao quase imperceptível. Em grande medida, o estudo das empresas recuperadas por trabalhadores trata de casos marginais – muitas vezes frágeis e marcados por contradições – de organizações que foram criadas por trabalhadores em contextos de falência ou crise econômica das empresas capitalistas, na luta pela manutenção do trabalho e pela sobrevivência. Mas, como alerta Adorno, fenômenos aparentemente marginais podem ser portadores de elementos que atingem pontos nevralgicos da estrutura do sistema. Seguindo essa orientação, consideramos que tais experiências são portadoras de expressões contemporâneas da resistência e ação política dos trabalhadores na história, e trabalhar para a sua visibilidade e investigação é tarefa da sociologia dialética que reconhece a abertura da história e seu papel na releitura do passado e no estudo no presente de experiências que em suas contradições são portadoras de possíveis de um futuro diferente.

Por caminho semelhante, Benjamin refere-se ao “efêmero”. Como cita Adorno (2008) em uma de suas aulas, pelo pensamento de Benjamin pode-se compreender que “a ocupação com o efêmero, o imperceptível, e não no sentido da temática oficial já disponibilizada, pressupõe naturalmente que se traga consigo – quase diria, de modo latente, o interesse no essencial e o olhar para o essencial” (Adorno, 2008, p. 75). Nesse sentido, Adorno critica a segmentação das sociologias específicas e a importância de se manter, mesmo olhando o específico, a atenção ao essencial e às lutas sociais presentes na história.

Nesse empenho de reconstrução da dialética no pensamento sociológico, é interessante lembrar o conhecido embate travado entre Karl Popper e Theodor Adorno, acerca do positivismo e da teoria dialética. Tendo como marco um debate

ocorrido em 1961, na Sociedade de Sociologia Alemã, inicia-se uma longa discussão teórico-metodológica em torno do método e da racionalidade científica da sociologia. Nesse debate, Popper, sobre a lógica das Ciências Sociais, defende como sua principal tese o chamado “princípio da refutabilidade”, que identifica a objetividade do método científico na possibilidade de teste, validação ou refutação de uma proposição. Com base nessa visão, Popper acusa o marxismo e também a psicanálise de serem teorias dogmáticas e pseudocientíficas.

Adorno, por outro lado, a partir da perspectiva da dialética e por seu esforço em desenvolver uma teoria da sociedade que supere a divergência entre pesquisa empírica e pensamento filosófico, afirma que a teoria crítica dialética diferencia-se do positivismo pelo fato deste último considerar apenas o fenômeno como relevante, em contraposição à busca por reconhecer as relações dialéticas e as mediações entre a essência e o fenômeno. Para o autor, com o positivismo, pelo seu praticismo, “o empreendimento das ciências sociais corre permanentemente o risco de, por amor à clareza e à exatidão, passar ao largo daquilo que quer conhecer” (Adorno, 1986, p. 47). Com isso, a aplicação da ciência às situações da realidade, tal como um elemento exterior, que fundamenta o “princípio da refutabilidade”, não serve para a compreensão da sociedade, e orienta-se para a conservação dos sistemas sociais vigentes.

Em contraste, na perspectiva da teoria dialética, o objeto e o sujeito da sociologia não são separados. Nesse sentido, seus procedimentos teórico-metodológicos devem reconhecer o caráter contraditório da sociedade. Adorno também ressalta que o conhecimento social deve se fundamentar na crítica ao objeto da análise, às hipóteses, aos conceitos, às teorias, ou seja, a crítica deve permear todo o processo de conhecimento. Para isso, a concepção e a prática dialética da sociologia identificam na história uma parte constitutiva do conhecimento social que se desenvolve com base em um conceito de pesquisa interdisciplinar, e a partir dele reconhece os conceitos de integração e diferenciação, que movimentam a história das sociedades.

Aprofundando a crítica da concepção positivista de ciência, Adorno (2008) diferencia o que denomina “fenômenos da experiência”. E sobre isso, o autor alerta: “Parece que o mais forte argumento contrário a um ponto de vista positivista da sociedade é que este último, que confere destaque tão grande ao conceito de experiência em suas denominações, como 'empirismo' ou 'empirismo lógico', justamente limita a experiência”. Nesse sentido, ele analisa que no mundo em que vivemos raramente é possível atingir uma “experiência genuína”, uma “experiência

de algo novo, não previamente existente” (Adorno, 2008, p. 141). A crise da experiência, segundo esse autor, tem como uma das suas causas o fato de que “mediante o sistema de regras que impõe ao conhecimento, a ciência no fundo não permite tal experiência” (p. 142).

Frente a isso, para esse autor, a teoria dialética da sociedade justamente busca “restabelecer a experiência obstruída, seja pelo próprio sistema social, seja pelas regras da ciência” (Adorno, 2008, p. 142). Nesse caminho, o pensamento dialético, para Adorno, fomenta uma “rebelião da experiência contra o empirismo”, contrapondo-se ao risco do ideal científico oficial escamoteá-la. E acrescenta que a sociologia depende dessa experiência em contato próximo com os fatos, não de forma destacada e exterior a eles, constituindo-se, assim, como uma experiência viva.

Como parte da reflexão sobre a experiência na sociedade contemporânea, tema central no pensamento de Benjamin, como veremos a seguir, Adorno refere-se ao debate político sobre os fundamentos teóricos e práticos da sociologia, que tratam sobre: como e para que os problemas sociais transformam-se em problemas sociológicos na teoria contemporânea? A construção de respostas a esta questão divide teorias sociológicas e expressa diferentes concepções sobre a história e a sociedade.

Com isso, o debate entre Popper e Adorno marcou o desenvolvimento da filosofia da ciência e da sociologia do século XX, e permanece atual no século XXI. As tradições que esses pensadores representam continuam confrontando-se no presente, com novas feições e versões, constituindo as diferentes perspectivas da teoria sociológica contemporânea. As contradições presentes nesse debate alimentam novos movimentos teóricos, que buscam recriar caminhos teórico-metodológicos para o conhecimento crítico da sociedade, ao relacionar as condicionantes estruturais da ação com a dimensão dos sujeitos, a ciência com a política.

Explicando a perspectiva dialética da sociologia, em uma de suas aulas, Adorno destaca que “uma das tarefas da sociologia é fixar certas determinações essenciais, como as classes, que perduram em um sentido decisivo, a saber, o da dependência da maioria dos homens a processos econômicos anônimos e não transparentes” (Adorno, 2008, p. 91). Nessa perspectiva, a investigação sociológica deve buscar criar mediações entre fatos e conceitos, e partir da compreensão de que, na sociedade contemporânea, “o decisivo continua sendo a posição dos homens individuais no processo produtivo, portanto, se dispõem dos meios de produção ou se estão separados destes” (Adorno, 2008, p. 88). Nessa afirmação, Adorno retoma a luta de classes e a centralidade dos conflitos sociais, e acrescen-

ta que junto com a investigação das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção, é preciso buscar compreender as dinâmicas de formação da consciência e da experiência humana.

A perspectiva da luta de classes, a análise crítica do presente e a concepção de abertura da história (analisada mais profundamente a seguir, com Benjamin) são elementos fundamentais, que iluminam as análises desenvolvidas nessa pesquisa sobre as empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil, a partir de uma perspectiva dialética do conhecimento sociológico.

## 2.2 EXPERIÊNCIA E HISTÓRIA: FUNDAMENTOS DA ANÁLISE SOBRE AUTOGESTÃO E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS POR TRABALHADORES

O historicismo culmina legitimamente na história universal. Em seu método, a historiografia materialista se distancia dela talvez mais radicalmente que de qualquer outra. A história universal não tem qualquer armação teórica. Seu procedimento é aditivo. Ela utiliza a massa dos fatos, para com eles preencher o tempo homogêneo e vazio. Ao contrário, a historiografia marxista tem em sua base um princípio construtivo. Pensar não inclui apenas o movimento das ideias, mas também sua imobilização. Quando o pensamento pára, bruscamente, numa configuração saturada de tensões, ele lhes comunica um choque, através do qual essa configuração se cristaliza enquanto mônada. O materialista histórico só se aproxima de um objeto histórico quando o confronta enquanto mônada. Nessa estrutura, ele reconhece o sinal de uma imobilização messiânica dos acontecimentos, ou, dito de outro modo, de uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido. Ele aproveita essa oportunidade para extrair uma época determinada do curso homogêneo da história; do mesmo modo, ele extrai da época uma vida determinada e, da obra composta durante essa vida, uma obra determinada. Seu método resulta em que na obra o conjunto da obra, no conjunto da obra a época e na época a totalidade do processo histórico são preservados e transcendidos. O fruto nutritivo do que é compreendido historicamente contém em seu interior o tempo, como sementes preciosas, mas insípidas (Benjamin, T.17,1994, p. 230).

Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. (...) Por isso, na medida do possível, o materialista histórico (...) considera sua tarefa escovar a história a contrape-lo (Benjamin, T.7, 1994, p. 225).

A escrita das teses “Sobre o Conceito de História” (1940) – texto central da obra de Benjamin para o debate marxista – tem suas bases na crítica à crise da experiência na sociedade moderna, presente em vários de seus textos anteriores, como em “Experiência e Pobreza” (1933) e “O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” (1936). Nessas análises, o autor destaca que as inovações técnicas, as transformações do trabalho e o desenvolvimento urbano produziram metamorfoses na maneira de viver, que estão expressas na imagem da grande metrópole. Ao descrever o andar apressado do homem na multidão, que persegue o tempo do relógio, quantitativo e homogêneo, marcado pelo ritmo do trabalho mecanizado capitalista, Benjamin caracteriza a temporalidade do progresso.

Nesse tempo infernal e veloz do desenvolvimento capitalista, como analisa Benjamin, os comportamentos são reações a choques: “à vivência do choque, sentida pelo transeunte na multidão, corresponde a 'vivência' do operário com a máquina” (Benjamin, 1989, p. 126). Para ele, esse é o tempo da vivência (*Erlebnis*) de choques, que impossibilita o sujeito de construir uma experiência (*Erfahrung*), compartilhar referências simbólicas ou tradições. Com a crise da experiência, as histórias são silenciadas e o presente torna-se o tempo do esquecimento, sem relação com o passado, historicidade e transmissão cultural: interrompe-se a passagem do “anel” de geração a geração. Esse é o tempo da destruição da memória, alerta Benjamin: “Ficamos pobres. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano [...] para recebermos em troca a moeda miúda do ‘atual’” (Benjamin, 1994, p. 119).

Na temporalidade aderida ao eterno presente, vive-se a crise da experiência – tal como um saber compartilhado coletivamente, pautado em uma tradição comum, retomada e ressignificada pela palavra. Conforme analisa Benjamin, apartado de uma existência integrada à coletividade, o homem privado não deixa marcas, pois estas desaparecem no ritmo da produção do incessantemente novo, do efêmero, e cada produto torna-se imediatamente obsoleto. Todavia, destaca o autor, o novo carrega uma falsa aparência de novidade, pois na essência traz o tempo do “eterno retorno do mesmo”, da história da dominação e da exploração capitalista. Esse tempo repetitivo é o tempo do “declínio da aura”, no ritmo do movimento das massas, com o domínio do capital, tudo se torna mercadoria (Benjamin, 1989, p. 130).

Em busca de caminhos para enfrentar o tempo destruidor e reconstruir a possibilidade da experiência, Benjamin constrói suas teses sobre o conceito de história, cuja síntese expressa-se tão fortemente na trágica imagem dialética que o autor cria em sua descrição do tempo do progresso, na sua mais conhecida tese IX:

Existe um quadro de Klee intitulado ‘Angelus Novus’. Nele está representado um anjo, que parece estar a ponto de afastar-se de algo em que crava o seu olhar. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão estiradas. O anjo da história tem de parecer assim. Ele tem seu rosto voltado para o passado. Onde uma cadeia de eventos aparece diante de nós, ele enxerga uma única catástrofe, que sem cessar amontoa escombros sobre escombros e os arremessa a seus pés. Ele bem que gostaria de demorar-se, de despertar os mortos e juntar os destroços. Mas do paraíso sopra uma tempestade que se emaranhou em suas asas e é tão forte que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o fu-

turo, para o qual dá as costas, enquanto o amontoado de escombros diante dele cresce até o céu. O que nós chamamos de progresso é essa tempestade (Benjamin, 1994, p. 226).

As análises de Benjamin sobre o conceito de história – produzidas na última fase da sua obra, quando a política sobrepõe-se claramente ao tema da arte – baseiam-se em uma crítica contundente ao historicismo e à perspectiva do progresso como fim da história. Para o autor, essa abordagem da história reproduz o tempo da vivência, da destruição do passado e também de um futuro diferente. Inversamente, Benjamin defende a importância de articular o passado historicamente, re colocando no presente os seus possíveis silenciados, diante de um momento de perigo (em seu tempo, os avanços do nazismo e do stalinismo, parte da história de dominação capitalista). Por esse percurso, ele ressalta a dimensão dos sujeitos, as motivações valorativas presentes na luta de classe dando movimento à história e a importância da retomada da tradição de resistência e luta dos oprimidos e os elementos subversivos presentes em sua práxis.

Vários anos antes de escrever sobre o conceito de história, em textos como de “Imagens do Pensamento”, Benjamin já buscava construir imagens dialéticas da sociedade contemporânea. Tais imagens, que expressam um “tempo saturado de ‘agoras’” são parte de um tesouro do passado que Benjamin buscou colecionar, em um momento de perigo, para que não fossem apagadas e pudessem ser transmitidas para as próximas gerações, portando sua “oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido” (Benjamin, 1994, p. 231). São imagens exemplares que revelam traços da cultura e da sociedade, “mônadas”, que no instante de um relâmpago aproximam o presente do passado, tal o “salto do tigre”, rompendo com o “tempo vazio e homogêneo”, reconstituindo a historicidade e uma percepção crítica do presente.

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras”. Assim, a Roma antiga era para Robespierre um passado carregado de “agoras”, que ele fez explodir do *continuum* da história. A Revolução Francesa se via como uma Roma insurreta. Ela citava a Roma antiga como a moda cita um vestuário antigo. A moda tem um faro para o atual, onde quer que ele esteja na folhagem do antigamente. Ela é um salto de tigre em direção ao passado. Somente, ele se dá numa arena comandada pela classe dominante. O mesmo salto, sob o livre céu da história, é o salto dialético da Revolução, como o concebeu Marx” (Benjamin, T.14, 1994, p. 229).

O conceito de “mônada”, para Benjamin, refere-se a um fragmento que tende à totalização, que expressa a singularidade de um fenômeno, com suas tensões e contradições, remetendo-se ao todo. As imagens dialéticas condensam extremos, que através de polaridades expressam ideias explosivas, que podem criar momentos efêmeros, logo submetidos à ordem, mas que registram a continuidade da tradição dos oprimidos nos subterrâneos da história da dominação, expondo possibilidades de transformação. Benjamin, em sua coleção de imagens, busca promover o entrecruzamento de tempos históricos, para criar constelações repletas de polaridades, antíteses e contradições, que coloquem em questão a continuidade da história da dominação.<sup>1</sup> Ao vincular o presente ao passado, o pensamento dialético dá abertura a novas interpretações, realçando assim o caráter inacabado da história e os possíveis revolucionários para o futuro.<sup>2</sup> O encontro e a fixação dessas imagens guiam-se por exigências ético-políticas e pela preocupação em agir sobre o real, escutando o apelo do presente (e do passado silenciado) por um tempo diferente.

Por sua compreensão da importância de se voltar ao passado, em “Infância em Berlim”, sua narrativa autobiográfica, Benjamin buscou fixar imagens dialéticas de sua cidade natal em um momento de perigo. Nesse exercício de rememoração, ele construiu uma experiência concreta do que futuramente sistematizaria em suas teses sobre a história. O texto foi escrito em 1932, ano do quadragésimo aniversário de Benjamin, no contexto de instalação do regime nazista na Alemanha, que o levou ao exílio. Escrever sobre Berlim, nesse momento, foi uma despedida, pois não enxergava perspectivas de volta, e mesmo que regressasse, a cidade não mais seria a mesma.

Em sua viagem para o passado, Benjamin propôs-se a narrar sua infância em Berlim, como um ritual de transmissão de um patrimônio cultural para a

---

<sup>1</sup> A comparação entre o drama barroco e a tragédia grega, segundo Philippe Ivernel (2014), ajuda a elucidar as concepções de Benjamin sobre história. Diferentemente do drama barroco, que expressa resignação, repetição e permanência, por sua estrutura fechada, que reproduz o movimento conservador do eterno retorno da catástrofe, a tragédia grega baseia-se numa visão da história aberta à expiação em oferenda aos deuses, como o exemplo de Antígona, de Sófocles. A esperança da redenção presente na tragédia, como perspectiva para o fim da dominação, é central na concepção de história de Benjamin. Para ele, tal como na arte, há na história sequências repetitivas e sequências produtivas, que promovem inovação, descontinuidade, mudança de direção, retomando o fio com um passado silenciado. (Notas da aula “*Art, histoire, politique*”, ministrada pelo professor Philippe Ivernel no seminário: *Actualité de Walter Benjamin. Histoire et Politique*, na EHESS, em 7 de abril de 2014).

<sup>2</sup> A mesma interpretação está presente no teatro épico de Bertold Brecht (parceiro de Benjamin, especialmente no período da “Revista Crise e Crítica”, de 1934 a 1938), que tem como princípio fundamental a interrupção e o herói coletivo para a emancipação.

geração seguinte, dedicando este trabalho a seu único filho. Enfrentando um contexto especialmente hostil, sua vida e morte foram tragicamente marcadas pelo nazismo. Exilado em Paris, sua narrativa autobiográfica tem um tom de nostalgia, deslocando o sujeito que narra no tempo e no espaço ao encontro de suas memórias de infância. Por meio da escrita, Benjamin fixa imagens de Berlim por volta de 1900, tal como um patrimônio cultural que não pode ficar imerso no esquecimento. Frágeis e preciosas imagens da memória da cidade são capturadas e fixadas no papel, antes que sejam destruídas.

As imagens do passado são tesouros arqueológicos e os textos de “Infância em Berlim” são expedições na memória. Sua narrativa foi construída em forma de *tableaux*, os quais são imagens que explodem em outras diversas imagens. Nessa construção, nasce um universo: uma imagem que condensa e concentra um conjunto de significações que expressam as contradições e os silêncios do tempo presente. Extrapolando a dimensão do passado autobiográfico, nas imagens de “Infância em Berlim”, a história individual e coletiva está imbricada, formando a matéria da experiência. Se por um lado, a narrativa segue os caminhos incertos da memória, por outro, ocorre também uma ampliação da dimensão social do sujeito, que possibilita a construção de referências culturais, sociais e históricas da época, fundamentais à crítica e à ação política.

Os silêncios, os “possíveis” do passado, são colhidos por Benjamin na construção de uma percepção crítica, que ao dar voz ao passado contribui para a sua libertação, em busca de um tempo qualitativo, heterogêneo e pleno (*kairós*). Com tom ingênuo, as imagens da infância subvertem os discursos oficiais. Revelando silêncios, aproximam-se de uma percepção infantil, do olhar daquele que descobre o mundo: “as cores irromperam um dia sobre mim, e ainda sinto a doçura com que meu olhar então se saciou” (Benjamin, 1995, p. 101).

No exílio, é possível a construção do distanciamento, do estranhamento ao que era familiar, tal como as imagens da viagem construídas por Benjamin em “Partida e regresso”, observando que “também se distanciava de mim o que ainda agora estivera próximo e me abraçara. Nossa casa se apresentava à memória como deformada” (Benjamin, 1995, p. 83). Assim, tal como um “apátrida”, ele retorna a sua cidade natal pela rememoração, capaz de olhar para sua família, sua geração, sua cultura e sua sociedade. A construção de um lugar que permita o olhar de estranhamento do habitual e o distanciamento do tempo efêmero e veloz é necessária para se romper o conformismo.

Na rememoração, o desejo de destruição desse mundo fechado transforma-se em energia crítica. Em “O caráter destrutivo”, compondo os textos de “Imagens do Pensamento”, Benjamin constrói um autorretrato do crítico, que segundo ele, necessita de espaço e ar fresco, é jovial e alegre, estando sempre rodeado de pessoas. Adversário do “homem-estorço”, limitado ao eu soberano, o crítico tem consciência do homem histórico, preocupa-se com a transmissão da tradição, que permite a construção da experiência, e vê, tal é o caráter infinito do lembrar, caminhos por toda parte (Benjamin, 1995, p. 235).

Nas ruas de Berlim, rememora Benjamin, a criança, por sua pequenez, percebe na “pálida luz dos respiradouros” ou nas “figuras secundárias das bases das estátuas e das colunas de vitória” a imagem do outro. A percepção do infantil constrói imagens, guiada por um olhar que atravessa os limites do modo de vida burguês, e revela a presença subterrânea dos vencidos. O mundo burguês busca afastar os outros, no entanto, a criança os percebe. Em suas imagens, ao mesmo tempo que fornece um retrato da cultura burguesa, o autor faz a ela uma crítica implacável, na qual explicita o conflito de classes no centro de sua compreensão da história e da sociedade.

Uma percepção crítica da sociedade constrói-se pela fixação dessas imagens, que revelam os vazios e silêncios da história dos vencedores, a história da dominação. Essas imagens reveladoras, captadas por Benjamin, expressam entrecruzamentos entre o direito e o avesso, construídas por uma perspectiva dialética da sociedade, que possibilita a construção de outro saber, que relaciona o singular com a totalidade do processo histórico.

Nesse esforço por registrar imagens, Benjamin cria com a sua obra uma coleção de borboletas<sup>3</sup>: “[...] era a caixa espaçosa na parede de meu quarto, com os primórdios de uma coleção de borboletas” (Benjamin, 1995, p. 80). Como fez em “Infância em Berlim”, o autor captura imagens de seu passado e fixa-as com “éter, algodão, alfinetes de cabeça colorida e pinças” para a posteridade. Imagens encontradas por aquele que permite se perder para, então, se encontrar.

As ardorosas caçadas que tão frequentemente me atraíam dos caminhos bem cuidados do jardim para lugares ermos, onde me defrontava impotente com a conjuração do vento e dos perfumes, das folhagens e do sol, que possivelmente comandavam o voo das borboletas. Com a rede levantada [...] teria querido dissolver-me em luz e em ar a

---

<sup>3</sup> Imagem extraída do *tableau* intitulado “Caçando Borboletas”, parte da coleção de *Infância em Berlim por volta de 1900* (Benjamin, 1995).

fim de me aproximar da presa sem ser notado e poder dominá-la (...) era como se sua captura fosse o único preço pelo qual minha condição de homem pudesse ser reavivada (Benjamin, 1995, p. 81).

Frágeis imagens, tal qual o “corpo frágil” de uma borboleta, irrompem das expedições ao passado. No entanto, “apesar de tanto estrago, tanta deselegância e violência, a borboleta assustada permanecia trêmula, e, contudo, cheia de graciosidade, numa dobra da rede” (Benjamin, 1995, p. 81). Borboletas, condenadas ao desaparecimento, foram capturadas e fixadas por Benjamin, em um momento de perigo. Nesse percurso, ao relacionar o presente com o passado são reavivadas as tensões entre os tempos históricos. O fio de uma história inacabada pode ser retomado, para que se possa tecer-lhe nova continuação. Essa construção abre caminho para o “despertar” no presente de um futuro perdido, busca fazer emergir a experiência e com ela a esperança por um futuro diferente.

Em busca de analisar o significado das teses de Benjamin sobre o conceito de história, Michael Löwy (2005) destaca que em sua elaboração foram articulados três discursos, aparentemente, inconciliáveis: o romantismo alemão, o messianismo judaico e o marxismo revolucionário. Por essa mistura inesperada, que singulariza o seu pensamento, Löwy analisa que Benjamin apresenta – com sua escrita ensaística e a construção de imagens e fragmentos – referências fundamentais para uma releitura da história, em busca de um método de interpretá-la do ponto de vista das classes oprimidas. Para Löwy, as teses sobre o conceito de história de Benjamin são provavelmente o documento mais importante para o pensamento revolucionário após as “Teses de Feuerbach”, escritas em 1845, por Karl Marx.

Para compreender o significado das “Teses” de Benjamin é importante destacar que suas análises sobre a história radicalizam a crítica das perspectivas positivista, evolucionista, cientificista e linear, pautadas pelo culto ao progresso (inclusive antecipando a crítica ecologista da exploração da natureza), que predominavam no discurso político, social-democrata e marxista de sua época. Mecanicista, como um “autômato”, o materialismo histórico criticado por Benjamin (presente em textos polêmicos de Marx e Engels) já havia sido denunciado por alguns marxistas, como Rosa Luxemburgo, em suas análises sobre o “socialismo ou barbárie”.<sup>4</sup> A descrença de Benjamin no stalinismo ao testemunhar o pacto germano-soviético<sup>5</sup>,

---

<sup>4</sup> Como analisa Löwy (2013), Rosa Luxemburgo expressa nessa forma, com o termo “ou”, uma concepção dialética da abertura da história, distinta do determinismo econômico e do progresso inevitável.

<sup>5</sup> Esse pacto foi um acordo de não-agressão firmado às vésperas da II Guerra Mundial, em agosto de 1939, entre o governo nazista alemão e a União Soviética, também chamado Pacto Molotov-

no período de ascensão do nazismo, o conduz a defesa de uma nova perspectiva política sobre o marxismo, com base em concepções desenvolvidas em seus escritos anteriores, e leva a uma dissociação entre a teoria marxista e a realidade soviética, tal como à denúncia às suas promessas ilusórias.

Como analisa Löwy (2005), o resultado da fusão alquímica e dialética entre política e messianismo, original e inovadora, realizada por Benjamin, mantém sua atualidade e universalidade, apesar das circunstâncias extremamente trágicas nas quais foi produzida. Com ela, o autor revitaliza o pensamento marxista ao valorizar dois elementos centrais em sua interpretação da história: o papel da recuperação do fio com o passado (*a rememoração*), que permite a abertura do futuro aos possíveis silenciados, ou seja, à reparação (*a redenção*) da história de injustiças com as classes oprimidas.

Para Benjamin, esse “poder messiânico” é atribuído a cada geração pelas gerações passadas, e se manifesta em momentos efêmeros, na ação da própria humanidade oprimida, que é também sujeito do conhecimento histórico. Captar tais momentos, de uma série descontínua de momentos nos quais a cadeia de dominação foi brevemente rompida, tem o objetivo de contribuir com os possíveis do futuro.

A defesa e o engajamento na “tarefa de escovar a história a contrapelo”, de rejeitar a história contada pelo ponto de vista dos vencedores, segundo Benjamin, deve ser iluminada pelos combates do presente, e com isso tornar-se uma força política pela transformação (Benjamin, 1994, p. 225). Sua compreensão do presente liga os conceitos de história e política, pois a rememoração da tradição de luta dos oprimidos busca “incendiar a pólvora do presente” e “tecer na trama do presente os fios da tradição que se perderam durante séculos” (Löwy, 2005, p. 122).

Ao criticar a passividade e o imobilismo do movimento operário, provocados pelo encantamento com o determinismo evolucionista do progresso, Benjamin retoma Marx para alertar que “o homem que não possui outra propriedade que a sua força de trabalho está condenado a ser ‘escravo de outros homens, que se tornaram proprietários’” e a libertação dos explorados, defende o autor, inclui a construção de uma história baseada na perspectiva das próprias classes oprimidas e combatentes, que não permita que se apague da memória as suas histórias de

---

Ribbentrop, nome dos respectivos ministros de relações exteriores. O acordo também incluía a partilha dos territórios da Europa do Leste em zonas de influência entre a Alemanha e a URSS, como também o fortalecimento de suas relações comerciais, com destaque para o petróleo soviético e os equipamentos militares alemães.

resistência e luta: a história dos vencidos. (Benjamin, 1994, p. 227). Essa história alimenta a ação política, é fonte de práxis revolucionária.

A visão da história expressa por Benjamin abandona o modelo teleológico ocidental e abre-se ao tempo das possibilidades do novo. Segundo Löwy (2005), as “teses” são um manifesto filosófico pela abertura da história, eixo fundamental para a reconstrução do marxismo na atualidade, pela reapropriação seletiva e reelaboração crítica da obra de Marx. Nesse sentido, Benjamin, pela alquimia inesperada criada com a mistura de diversas perspectivas aparentemente inconciliáveis – o surrealismo, o romantismo, o messianismo, o anarquismo e o utopismo – , inspira a reconstrução de um marxismo herético e novo.

Para essa construção, destaca Löwy (2005), Benjamin recupera o imperativo categórico e ético das obras da juventude de Marx, no qual ele expressa a sua opção política pelas vítimas da opressão e por aqueles que a combatem. Com isso, o pensamento de Benjamin, e principalmente as suas teses sobre a história são muitas vezes analisadas como tributárias dos escritos filosóficos do chamado “jovem Marx”, em especial dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* ou *Manuscritos de 44*, produzidos em Paris, no ano de 1844.

Seguindo as pistas de Benjamin, tecendo mais um fio com o passado, retomamos algumas análises desses textos, especialmente a parte na qual tratam do trabalho estranhado e da propriedade privada, que apresentam elementos fundamentais para o estudo sobre as concepções de Benjamin sobre experiência e história, como também para o estudo do sentido do trabalho e sua alienação no capitalismo, que iluminam as reflexões sobre o significado político das experiências de recuperação de empresas e autogestão dos trabalhadores na atualidade.

...

Os *Manuscritos de 44* foram escritos quando Marx tinha 26 anos, antes de seu encontro com Friedrich Engels. Dos vários estudos e reflexões que ele produziu no período, sobreviveram quatro manuscritos, em parte incompletos, que foram publicados apenas em 1932, quase um século depois de sua elaboração, causando grande polêmica, estudos e debates até a atualidade.

As polêmicas em torno dos textos devem-se, em parte, à complexidade desses escritos, mas principalmente pelo caráter fortemente humanista presente nas críticas que Marx faz ao capitalismo e na defesa da produção humana (material e espiritual) e da liberdade. Por essas características, esses escritos foram criticados por autores que o acusavam de idealistas e que enfatizavam seus contrastes e divergências com o que consideravam ser a teoria científica materialista elaborada por

Marx, expressa em sua obra máxima: *O Capital* e sistematizada por Engels, posteriormente.<sup>6</sup> Nesse sentido, as polêmicas em torno dos *Manuscritos de 44* referem-se às diferentes interpretações sobre a obra e o pensamento de Marx: considerar (ou não) esses textos relevantes no conjunto da sua produção distingue divergentes abordagens políticas da teoria marxista, presentes ao longo do século XX e colocadas em questão na reconstrução crítica do pensamento marxista na atualidade.

Em busca de compreender o significado da ação política dos trabalhadores nas recuperações de empresas e aprofundar o estudo sobre a autogestão no pensamento marxista e socialista e na sociologia contemporânea, retomamos alguns conceitos e análises desenvolvidas por Marx nesses textos. Consideramos que neles é possível verificar a presença dos principais fundamentos do pensamento que o autor irá desenvolver nos trabalhos posteriores, as bases do seu programa de pesquisa, do rompimento com o hegelianismo e o idealismo, e da construção da crítica à economia política de Adam Smith e David Ricardo. Por essa perspectiva, as reflexões contidas nos *Manuscritos de 44* deram base à elaboração das *Teses à Feuerbach* de 1845, da *Ideologia Alemã*, de 1846, do *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, e também da sua obra maior, *O Capital*.

Como argumenta Löwy (2002), nos *Manuscritos de 44* encontra-se o primeiro esboço da teoria de Marx sobre a revolução, que se baseia em sua análise sobre a alienação do trabalho. Para a construção dessa análise, Marx partiu dos trabalhos de Feuerbach, de sua crítica à alienação religiosa, mas sua reflexão o levou a superar o que chamou de “materialismo contemplativo” na grande síntese produzida nas *Teses à Feuerbach* (Marx, 1984). Nesse percurso, Marx elaborou o conceito de *práxis revolucionária*, de que “o homem transforma a si próprio ao mesmo tempo em que transforma o mundo”, ou seja, a coincidência entre a transformação das circunstâncias e a atividade humana (Marx, 1984).

A análise do conceito de *práxis revolucionária* é fundamental para superar os equívocos das interpretações da obra de Marx que não reconhecem e compreendem a relação recíproca e ativa entre ideias e condições materiais, compondo a totalidade, presente em seu pensamento. Esse conceito expressa a unidade orgânica, o caráter dialético da relação entre a análise científica, a crítica social e a atuação política, isto é, a indissociabilidade entre a teoria e a prática.

---

<sup>6</sup> Um dos importantes exemplos dessa visão: Althusser, Louis. *A Favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

O conceito de alienação, apresentado por Marx nos *Manuscritos de 44*, também é foco de muitos debates. Há autores, como Jacob Gorender (1983)<sup>7</sup>, que defendem a superação desse conceito no momento em que Marx aceita a teoria valor-trabalho e argumentam que esta crítica teria tido a sua concretização na análise posterior sobre o fetichismo do capital, realizada nos escritos de *O Capital*. Esta perspectiva sobre o conceito de alienação difere, por exemplo, da análise de István Mészáros (2006), que em seus textos destaca a importância do conceito de auto-alienação do trabalho, como uma ideia sistematizadora fundamental para Marx, que seguirá presente em seus escritos posteriores, e que mantém sua urgência histórica na atualidade.<sup>8</sup>

Retomando Marx (2004), no texto “Trabalho Estranhado e Propriedade Privada”, que se encontra na parte final do primeiro dos Manuscritos, o autor apresenta o significado fundamental do trabalho na humanização do homem, como forma efetivadora do ser social, de mediação entre homem e natureza, da qual deriva o processo de formação humana. Nesse texto, Marx critica a economia política que supõe como fato acabado o que deve explicar: a origem da propriedade privada e da divisão social do trabalho. O questionamento desses dois fenômenos, para o autor, é central para a compreensão do processo de “estranhamento” do trabalho, no qual está fundamentada a sua “teoria da alienação”.

Marx argumenta que a alienação do trabalho no capitalismo tem quatro aspectos principais. O primeiro refere-se ao processo pelo qual o trabalhador aliena-se do produto de seu trabalho, que é a objetivação do processo de transformação da natureza. O produto do trabalho tornou-se um ser estranho ao trabalhador no capitalismo, um poder independente do produtor, que nesse processo também se alienou da natureza. Como alerta Marx (2004), quanto mais o produtor trabalha e produz, mais poderoso torna-se o mundo externo, alheio e estranho a ele, e mais pobre torna-se o seu mundo interior.

O segundo aspecto trata do processo no qual o trabalhador aliena-se da sua própria atividade produtiva. Isto significa que o trabalhador não se afirma mais na sua atividade vital humana: o seu trabalho, mas ao contrário, nega-se nele e, com isso, aliena-se de si mesmo. No trabalho, como analisa Marx (2004), o trabalhador não desenvolve nenhuma energia física ou espiritual livre, e nessa situação ele

---

<sup>7</sup> Texto de Apresentação do livro *O Capital* (Marx, 1983).

<sup>8</sup> Mészáros, I. *A Teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

apenas encontra a sensação de liberdade em suas funções animais, ou seja, ao beber, comer e procriar.

Na terceira dimensão da alienação, Marx analisa o estranhamento do trabalhador de sua existência genérica, universal. Ele refere-se nesse momento à alienação do trabalhador com relação a si mesmo, enquanto espécie humana, uma vez que a sua atividade vital, o trabalho, transforma-se em apenas um meio de existência. Esse aspecto relaciona-se ao último, o quarto, no qual o autor trata do estranhamento do homem pelo próprio homem, pois o homem estranhado de seu ser genérico, de sua essência humana, também está alienado dos outros homens.

A essa crítica sobre o trabalho no capitalismo, soma-se a análise feita por Marx (2004) em outro texto dos *Manuscritos* no qual expõe como o dinheiro tornou-se o vínculo do homem à vida, à sociedade, à natureza e aos outros homens, em uma sociedade na qual os trabalhadores estão alienados do sentido de seu trabalho. Dessa forma, o dinheiro passou a ser o meio de inversão de todas as coisas e o seu poder colocou-se contra o indivíduo e os vínculos sociais.

Com a crítica ao processo de alienação do trabalho, nos *Manuscritos de 44*, Marx apresenta outro elemento central de seu pensamento, que se refere à luta de classes e à escolha política da perspectiva do proletariado, pelo reconhecimento deste como o sujeito da transformação social, pela auto-emancipação. No texto, ele explica que: “a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação” (Marx, 2004, p. 89). Com isso, pela perspectiva do proletariado, por seu sofrimento universal, enxerga-se a “essência da sociedade capitalista” e, como consequência, Marx defende que a emancipação dos trabalhadores compreende a emancipação humana universal.

Em contraposição à alienação do trabalho capitalista, em suas diferentes dimensões, Marx apresentou, nesses textos, a defesa da liberdade humana e do comunismo como o efetivo vir a ser do homem, centrado na desalienação do trabalho. Esse ponto é importante, também porque os *Manuscritos* foram os primeiros escritos em que o autor se declarou comunista. Cabe lembrar que esses textos foram escritos em Paris, em um momento no qual Marx estava em contato com organizações operárias comunistas e com o pensamento dos socialistas franceses (como analisado no Capítulo 1). Nesse contexto, ele testemunhou revoltas operárias, como a dos tecelões silesianos, como destaca Löwy (2002). Todos esses fatores alimentaram as reflexões filosóficas e políticas de Marx, desde seus primeiros escritos, que se orientaram pela defesa da auto-emancipação dos trabalhadores.

Com essas análises, Marx expôs o processo de subordinação do trabalho ao capital, fundando o sistema de exploração e dominação capitalista. Entre os vários debates que o texto suscita, as relações que apresenta entre liberdade, economia e sociedade, como também o seu humanismo, foram e são ainda inspiração para várias gerações de militantes, movimentos sociais e intelectuais, sendo uma importante referência para a reconstrução teórica e prática do pensamento marxista e do socialismo, após as experiências burocráticas, centralizadas e autoritárias do século XX, reforçando a fundamental centralidade da democracia e da liberdade.<sup>9</sup>

A leitura dos *Manuscritos de 44*, como citado anteriormente, tiveram grande influência nos trabalhos de Benjamin e a sua concepção da história *escovada a contrapelo* relaciona-se diretamente com o resgate da história das lutas dos trabalhadores contra a subordinação e a opressão do trabalho no capitalismo pela sua auto-emancipação. Além disso, a concepção da abertura da história de Benjamin destaca o sentido político da imprevisibilidade e da incerteza sobre o futuro ainda não definido, por reconhecê-las como motivação para a ação política sobre o passado e o presente para a transformação do futuro. Nesse sentido, o pensamento dialético de Benjamin “reconhece a natureza da política como atividade humana coletiva e plural, certamente condicionada pelas estruturas sociais e econômicas

---

<sup>9</sup> Nesse debate, cabe retomar brevemente Max Weber, referência fundamental da sociologia clássica, juntamente com Marx, que em sua obra produziu profundas e consistentes críticas ao capitalismo, nas quais tratou da perda da plenitude humana, do mundo vazio de espírito e de coração, da exploração dos trabalhadores e da desigualdade de riquezas, da inversão entre meios e fins, da dominação das coisas sobre os homens, que culminaram na “prisão de ferro” (Weber, 2000, p. 131). Há várias noções presentes na obra de Weber que se aproximam e até complementam as análises de Marx sobre a exploração e subordinação do trabalhador ao capital e a alienação do trabalho. Löwy (2014), por exemplo, identifica esta aproximação nas relações entre a teoria da alienação de Marx e a alegoria da “petrificação mecanizada” de Weber, uma das imagens com as quais conclui sua mais conhecida obra: *A Ética Protestante e o espírito do capitalismo*, de grande importância para a compreensão do surgimento do capitalismo. Ao estabelecer esse diálogo, como alerta Löwy (2013) analisando o marxismo-weberiano (termo cunhado por Maurice Merleau-Ponty, nos anos 1950), é fundamental fazer algumas distinções: Marx constrói sua abordagem a partir de um olhar para a totalidade, da perspectiva da luta de classes e da classe trabalhadora como sujeito da emancipação, em contraposição à perspectiva individualista de Weber e sua ênfase no pessimismo frente ao capitalismo. Portanto, a identificação dos elementos contrastantes permite perceber que o centro da diferença entre os dois pensadores é fundamentalmente político. O conceito de alienação de Marx, ao tratar dos quatro aspectos do estranhamento e alienação do trabalho, movimentou e movimentou reflexões e ações para a reconstrução política de relações sociais, vínculos e identidade do trabalhador com o seu trabalho, com os outros trabalhadores e com a sua humanidade. Diferentemente, as alegorias da “prisão de ferro” e da “petrificação mecanizada” são imagens paralisantes, imobilizadoras, que expressam o fatalismo, a falta de saída, que marcam o pensamento de Weber. No entanto, como destaca Löwy, o marxismo-weberiano tem contribuições para a revolução socialista e contrapor os dois autores clássicos principais da sociologia enfatiza a centralidade da análise do sentido político de nossas pesquisas, do que buscam movimentar e transformar.

existentes, mas capaz de ultrapassá-las, de transformá-las, de perturbá-las, criando o novo” (Löwy, 2005, p.150).

Essa perspectiva sobre a política, que propõe arrancá-la das “malhas do mundo profano”, também resulta do diálogo de Benjamin com o pensamento político e libertário de Hannah Arendt, em especial suas análises sobre política e revolução, na qual expôs sobre a novidade de que é portadora a ação política.

...

As reflexões de Arendt em *Sobre a Revolução*, publicado em 1963, pouco depois de outras duas obras centrais da autora, *A Condição Humana*, de 1958, e *Entre o Passado e Futuro*, de 1961, trazem algumas contribuições para a construção de uma perspectiva ampliada sobre o conceito de política, central na concepção de experiência de Benjamin, tal como para uma interpretação da história que busca enfrentar o silêncio e o esquecimento dos vencidos. A concepção de política desenvolvida pela autora também indica reflexões sobre o significado da democracia nos esforços pela reconstrução do socialismo na atualidade.

A política, conforme conceitua Arendt (2004), é a atividade humana fundamental, da construção compartilhada do mundo comum e da participação no governo e na condução dos assuntos públicos. Trazendo referências da Grécia Antiga, para a autora, a política é a atividade que se realiza no espaço público, na *polis*, espaço de construção da liberdade e da igualdade política entre homens e mulheres. Por essa perspectiva, a esfera da política diferencia-se daquela da economia, que se refere à casa (*oikia*), espaço da necessidade, do privado, da família e da hierarquia.

Nesse sentido, diferentemente de outras atividades humanas (do labor e do trabalho), a ação política, segundo Arendt, é uma atividade essencialmente coletiva, que depende inteiramente da presença de outros. Manifestando-se no espaço coletivo, público, a ação política traz a possibilidade do inesperado, da ruptura e do novo, que surge pelo encontro de diferentes, que passam a enxergar-se e reconhecer-se com a circulação da palavra em espaço público, ao mesmo tempo que compartilham um mundo comum. Assim, define Arendt, “agir, no sentido mais geral do termo, significa tomar iniciativa, iniciar (como indica a palavra grega *archein*, “começar”, “ser o primeiro” e, em alguns casos, “governar”), imprimir movimento a alguma coisa (que é o significado original do termo latino *agere*)” (Arendt, 2004, p. 190).

Nesse sentido, a ação política para Arendt aproxima-se do conceito de experiência desenvolvido por Benjamin, fundamental para a sua compreensão da

abertura da história, sendo que a autora acrescenta a ênfase na presença dos outros, no coletivo como o espaço para o novo.

Deve-se questionar sobre as extremas limitações da democracia e da *polis* na Grécia Antiga, restrita e elitista, o que muitas vezes é argumento para a crítica às concepções políticas de Arendt. Contudo, a referência à Grécia Antiga, destacando-se a experiência prática de princípios comunitaristas e participativos no espaço da *polis*, como o autogoverno e a rotatividade, é fundamental ao estudo da política. Nesse sentido, as questões que o pensamento da autora provoca sobre igualdade política e democracia, que ressaltam a tensão entre as esferas da política e da economia, são extremamente pertinentes e atuais.

A crise da política, central ao pensamento de Arendt, causada pela indistinção entre as esferas da política e da economia – “as duas esferas constantemente recaem uma sobre a outra, como ondas no perene fluir do próprio processo da vida” –, provocou o surgimento do que define como “social”, uma “esfera híbrida, na qual os interesses privados assumem importância pública” (Arendt, 2004, p. 43). Tal crise se expressa na restrição do conceito de público como sinônimo de estatal e na compreensão de política como aquilo que é relativo ao sistema político institucional. Esse ofuscamento das fronteiras entre as esferas pública e privada contribui para a atuação instrumentalizada de indivíduos e grupos privados, destituída de fundamento público ou de igualdade política, como também está presente na imposição de regras que buscam normalizar os comportamentos, restringir o espaço público, o debate, a palavra e o dissenso.

Frente a esse cenário, Arendt faz a defesa do espaço público, como *locus* do encontro e interação com outros, no qual ruídos (histórias silenciadas) podem dar lugar a vozes dissidentes, que narram experiências, ideias e trajetórias de luta e resistência.<sup>10</sup> Por esta perspectiva, ressalta-se o papel da política na interrupção da ordem policial, trazendo à luz do espaço público as relações de exploração e dominação e, com isso, a possibilidade da superação, da subversão da ordem, da ruptura e do surgimento do novo (Arendt, 1988). Com isso, o seu conceito de política aproxima-se da concepção de experiência de Benjamin, portadora de possíveis à transformação social.

Ao reconhecer a sociedade como lugar de conflito, como espaço de dissenso, na política estes podem ser publicizados. Em espaços públicos, como “conselhos”, “órgãos populares”, que reconstituem “pequenas repúblicas”, o debate

---

<sup>10</sup> Como analisa Rancière, J. “O dissenso” In: Novaes, A. (org). *A crise da razão*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

público transforma a “questão social”, técnica e econômica, em questão política, cujo destino é uma responsabilidade compartilhada publicamente. Pela defesa dos espaços públicos, Arendt (1988) alerta que “os únicos recursos contra o mau uso do poder público pelos indivíduos se encontram no próprio domínio público, na luz que exige cada ato efetuado dentro de suas fronteiras, na própria visibilidade à qual ficam expostos todos os que lá penetram” (p. 202). Nesse sentido, reforça que: “(...) liberdade política ou significa ‘participar do governo’ ou não significa nada” (p. 175).

Retomando a análise de Arendt sobre as revoluções percebemos alguns diálogos e aproximações com as concepções de Benjamin sobre a história, a rememoração da tradição dos vencidos, a experiência e seu papel na criação do novo. Somando a esse debate, Arendt ressalta que os momentos e espaços políticos com capacidade de renovação são tesouros preciosos que necessitam ser reconhecidos, na busca por perspectivas para a transformação da sociedade.

Tanto o plano de Jefferson como as *sociétés révolutionnaires* francesas renunciaram, com uma precisão fantástica, aqueles conselhos – *soviets e Râtes* – que haveriam de aparecer em todas as genuínas revoluções, ao longo dos séculos XIX e XX. Eles sempre surgiam como organismos espontâneos do povo, não apenas fora do âmbito de todos os partidos políticos, como também de forma totalmente inesperada. A exemplo das propostas de Jefferson, eles foram ignorados completamente pelos estadistas, historiadores, teóricos da política e, o que é mais significativo, pela própria tradição revolucionária (Arendt, 1988, p. 199).

Em defesa do papel revolucionário da política, a autora alerta para um importante dilema da ação política, resultante das duas forças que atuam nas revoluções, que são dificilmente conciliáveis: por um lado, a política traz a espontaneidade e a possibilidade do agir livremente, por seu espírito de inovação e revolução permanente; mas, por outro, ela é tensionada também pela preocupação com a estabilidade, para a edificação de novas instituições duradouras, que possam abrigar a liberdade e o novo conquistado. Para Arendt (1988), as histórias das diversas revoluções mostram que mesmo aclamadas pelo seu papel libertário, pressionadas pela necessidade e pela pobreza, seus processos levaram à perda de seus mais preciosos “tesouros”: a liberdade política, destruída com a instituição de sistemas de partidos, de estruturas burocratizadas dos sindicatos e de gestão/administração centralizada. Com isso, a institucionalização opõe-se à imprevisibilidade e à pluralidade, e com ela muitas experiências revolucionárias foram engolidas na história

do esquecimento da política e dos vencidos, frente ao domínio da técnica, do consumo e do capital.

Arendt, nesse sentido, critica o processo pelo qual a representação tomou o lugar da ação política, e coloca em questão a necessidade e a política. Ela critica a compreensão da necessidade como motor da história (o que levou a que fosse criticada por idealismo), ressaltando que as revoluções modernas criaram duas formas políticas: o sistema partidário e a democracia direta, com a experiência dos clubes revolucionários, das comunas na França e dos soviets russos, que revigoraram o exercício da política. Todavia, ela destaca que esta é uma “triste e estranha história que precisa ser contada”, em todas as revoluções, os conselhos foram esmagados pelo sistema centralizado e autoritário.

Com isso, a autora faz uma crítica libertária às democracias modernas fundadas nessas revoluções, pelo esvaziamento da política, no contexto da Guerra Fria, que segue atual diante dos impasses do tempo presente. A luta contra o declínio da política é também aquela pela lembrança da tradição de resistência dos oprimidos, submersa na história da dominação, dos interesses privados, da primazia da técnica e da ordem policial. Resgatar o sentido ampliado da política, do público e a sua centralidade na vida social, como provoca o pensamento de Arendt e de Benjamin, permanece central no contexto do capitalismo contemporâneo, inclusive por sua defesa do vínculo fundamental entre as noções de humanidade e de democracia. Com isso, buscamos expressar a importância de iluminar, a partir das reflexões que seus pensamentos suscitam, o trabalho crítico de reconstrução do pensamento marxista e socialista na atualidade.

No estudo da ação política dos trabalhadores na recuperação de empresas para sua autogestão, a partir dessas reflexões, somos desafiados a buscar compreender os significados políticos que portam essas experiências, que se formam no espaço entre o necessário sentido conservador da luta pela sobrevivência e da reprodução material (relacionada à esfera da economia) e a força de renovação e liberdade da ação política de trabalhadores na auto-organização para a ocupação, resistência e recuperação das empresas. Por essa dualidade, essas experiências são a expressão da esfera híbrida, denunciada por Arendt, da aproximação e indiferenciação entre a esfera do trabalho e a esfera da política, mas com possíveis características subversivas pela sobreposição desta sobre a economia, ao subordinar a gestão da empresa à assembleia dos trabalhadores. Por essas características, essas experiências seriam portadoras de uma novidade política no contexto do capitalismo contemporâneo? Movidos por esses questionamentos, investigamos em que medida as experiências

associativas dos trabalhadores recuperam dimensões da política, no sentido de criação do novo, como sugere a professora Sylvia Leser de Mello (2003):

As cooperativas autogestionárias desenvolvem em seu interior espaços de democracia, porque a assembleia, órgão máximo de administração autogestionária e lugar das discussões e decisões, é espaço de igualdade e autonomia. Na liberdade para tomar a palavra e apresentar as suas opiniões e ideias, diante de todos, encontramos, aproximadamente, o que Hannah Arendt denomina espaço para o aparecimento. (...) Aqui estão situados os fundamentos da democracia (p. 6).

A história das experiências de autogestão dos trabalhadores é parte importante da trajetória de enfrentamento das relações sociais de produção subordinadas capitalistas, relações de trabalho, de reprodução da vida material, entre indivíduos, entre classes, que baseadas na mais-valia, determinam esse modo-de-produção como modo de exploração. O trabalho autogerido e associado, criado com base na propriedade coletiva, em vários momentos da história reestabeleceu os vínculos do trabalhador com o próprio trabalho e com a política, como buscamos expor no Capítulo 1, ao investigar sobre as origens históricas dessas lutas.

Contribuindo com a análise sobre o significado político das experiências de autogestão e recuperação de empresas por trabalhadores, retomamos algumas formulações do professor Paul Singer, em seus estudos e militância pela autogestão no Brasil.<sup>11</sup> Como vimos anteriormente, a análise de Arendt sobre política subsidia sua crítica às revoluções, como também indica referências para interpretações da história baseadas na centralidade da liberdade e da democracia. Compartilhando dessa preocupação, trazendo referências marxistas, Singer dedica-se a “reconceituar a revolução social socialista e de reavaliar suas perspectivas e possibilidades, face às vicissitudes do capitalismo e do movimento operário nos anos finais do século e do milênio” (Singer, 1999, p. 9). Nesse percurso, ele defende que as experiências associativas e práticas de autogestão dos trabalhadores no contexto do capitalismo contemporâneo, surgidas nos anos 1990 no país, são acontecimentos que contribuem para a renovação do socialismo, diante das novas contradições que emergem na luta pela democracia frente ao domínio do capitalismo financeirizado e mundializado.

Em suas teses sobre a autogestão, Singer afirma que “não há dúvida que a autogestão é a forma de organização gestada pela experiência histórica que melhor permite alcançar os valores do socialismo, ou seja, igualdade e democracia” (Singer,

---

<sup>11</sup> Desde 2003, Singer é Secretário Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal (SENAES/MTE).

1998a, p. 230). Essa forma de organização da produção, como ele ressalta, não foi inventada por algum teórico, mas colocada em prática ao longo da história em várias experiências que demonstraram a viabilidade da autogestão dos trabalhadores, especialmente em casos onde há intercooperação entre os empreendimentos produtivos. Além disso, Singer ressalta que a experiência histórica demonstrou que a implantação do socialismo de “cima para baixo”, pela tomada do poder não conduz à autogestão, ao contrário, essas experiências associativas dos trabalhadores são “escolas para o socialismo” e devem ser formadas pela adesão voluntária dos trabalhadores. Nesse sentido, para Singer, as experiências de autogestão, vinculando-se às demais lutas políticas dos trabalhadores, são parte importante do processo em curso da Revolução Social Socialista.

Singer, em sua obra *Uma Utopia Militante: repensando o socialismo* (1998b), argumenta pela diferenciação entre Revolução Social e Revolução Política, sendo a primeira “o processo multissecular de passagem de uma formação social a outra” e a Revolução Política, o “episódio de transformação institucional das relações de poder” (p. 11). Em certa medida, essa interpretação de Singer sobre o conceito de Revolução Política a restringe à tomada do Estado, para a estatização dos meios de produção e instituição do planejamento centralizado da economia, o que em sua análise conduziu ao fracasso o regime “socialista” soviético. Em contraste, Singer defende que “o socialismo sem aspas terá de ser construído pela livre iniciativa dos trabalhadores em competição e contraposição ao modo de produção capitalista dentro da mesma formação social” (p. 9).

Com isso, o autor propõe a reafirmação do conceito de Marx de que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores:

A essência do socialismo, enquanto modo de produção, é a organização democrática da produção e consumo, em que produtores e consumidores livremente associados repartem de maneira igualitária os ônus e os ganhos do trabalho e da inversão, os deveres e direitos enquanto membros de cooperativas de produção e/ou de consumo ou o nome que venham a ter essas organizações (p. 9-10).

Com isso, para Singer, a Revolução Social Socialista é o processo de luta política dos trabalhadores contra o capitalismo, no qual os sindicatos e as cooperativas tiveram (e continuam) tendo um papel fundamental. Com isso, para o autor, a Revolução Social é a “transformação sistêmica das estruturas econômicas, sociais e supra-estruturais – política, jurídica, cultural – de um país ou de vários” (p. 17). Diferente das Revoluções Políticas, que são delimitadas no tempo, conforme

argumenta Singer, as Revoluções Sociais ocorrem em longo prazo, com mudanças nas formações sociais, como ocorreu com a Revolução Social Capitalista.

A Revolução Capitalista, como analisa Singer, vem ocorrendo em um longo processo há mais de quatro séculos, com vagarosas mudanças nas relações sociais de produção desde a implantação do capitalismo como modo de produção subordinado até a sua hegemonia, com a Revolução Industrial. Em contraste, a Revolução Social Socialista iniciou-se com a implantação de relações sociais de produção e instituições anticapitalistas criadas pelas lutas dos trabalhadores na história, como resistência à exploração e dominação capitalista, enfrentando o desemprego e a pobreza, e a tendência capitalista à concentração de renda e de propriedade. Singer argumenta que tal conceito de Revolução Social é extraído de Marx, presente em sua interpretação da emergência do capitalismo, baseada na compreensão da forma pela qual a evolução das forças produtivas tomou parte da transformação da superestrutura e das relações sociais.

A Revolução Social Socialista, no entanto, como destaca o autor, tem diferenças, pois não é condicionada pelo desenvolvimento das forças produtivas (como esperava o marxismo ortodoxo), ou seja, as forças produtivas não se desenvolvem de forma a determinar a mudança das relações sociais de produção no sentido do socialismo. Essa Revolução resulta “basicamente de lutas reativas do movimento operário e aliados contra os prejuízos econômicos acarretados pela dinâmica cega da acumulação” (p. 20).

A interpretação de Singer de que a Revolução Social Socialista está em curso desde as primeiras reações das classes trabalhadoras ao capitalismo é inovadora e polêmica. Ela diverge de perspectivas que analisam as organizações dos trabalhadores que buscam criar relações sociais anticapitalistas, enquanto não chegar o “dia da revolução”, como experiências fadadas ao fracasso, tendendo sempre a ser reformistas e funcionais ao capitalismo. Em contraste, as resistências dos trabalhadores, pela interpretação defendida por Singer, passam a ter papel estratégico, pois nelas está em curso a Revolução ao longo da história, compondo os fragmentos da tradição dos vencidos, como defende Benjamin, desenvolvida há séculos, desde as reações à introdução das máquinas (o “luddismo”), depois nas lutas democráticas dos *sans culottes* e também nas associações e cooperativas dos trabalhadores. Nesse sentido, as reações, resistências e organizações associativas dos trabalhadores no campo econômico, para Singer, são como “sementes socialistas plantadas nos poros do capitalismo” (p. 114) e com elas a “economia dos livres produtores associados” volta ao debate socialista no contexto do capitalismo financeirizado contemporâneo.

As experiências associativas e cooperativistas dos trabalhadores, como já alertou Marx, como analisado no Capítulo 1, indicam elementos de superação da contradição entre capital e trabalho, mas sua relação com o mercado capitalista gera problemas, que segundo Singer só poderão ser enfrentados com a disseminação de um novo espírito cooperativista e socialista, criado a partir da consciência da exploração e do estímulo à participação política. Para Singer, o socialismo surge com os conflitos sociais gerados pelo próprio modo de produção capitalista, tal como um modo de produção subordinado, que pode tornar-se hegemônico com o tempo. Sua interpretação sustenta-se na compreensão de que o socialismo significa a transferência do controle dos meios de produção para os trabalhadores, mas defende que ela não deve restringir-se a um ato jurídico-político, sendo necessário “que os trabalhadores estejam desejosos de assumir coletivamente tal controle e que se possam habilitar para exercê-lo em nível aceitável de eficiência” (Singer, 1998b, p. 10).

Ocupações de fábricas por trabalhadores, para que não fechem, são semelhantes à ocupação de fazendas por trabalhadores rurais sem-terra. Ambas são formas de luta direta contra a exclusão social, tendo por base a construção de uma economia solidária, formada por unidades produtivas autogestionárias. Estas formas reativas, abandonadas a si, tendem a ficar marginalizadas, por terem pouca significação social e pequeno peso econômico. Mas, elas têm um respeitável potencial de crescimento político, se o movimento operário – sindicatos e partidos – apostar nelas como alternativa viável ao capitalismo (Singer, 1998b, pp. 181-182).

Com isso, Singer resgata o conceito essencial de Marx da “livre associação de produtores” e o coloca no centro para a renovação do socialismo. Por esse caminho, o marxismo das relações sociais (no lugar de um “marxismo das forças produtivas”) pode vislumbrar o sentido político do estudo das recuperações de empresas por trabalhadores para sua autogestão.

Buscamos nessa pesquisa cruzar as fronteiras e colocar em diálogo alguns conceitos para além do campo considerado como pertencente ao pensamento marxista, em busca de referências para compreender as relações entre trabalho e política no fenômeno das recuperações de empresas por trabalhadores. Esta aproximação, consciente dos riscos de extrapolar os campos teóricos nos quais são comumente classificados os pensamentos dos autores em questão, parte da compreensão, compartilhada inclusive com estes autores citados, de que a análise da realidade necessita de liberdade e deve ousar guiar-se pelos desafios do tempo presente.

...

Essa pesquisa sobre as empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil orienta-se por esses referenciais teórico-políticos sistematizados nas teses de Benjamin, inspirados no pensamento de Marx, que valorizam os possíveis de uma história aberta, inacabada. Referenciais teórico-políticos que destacam o potencial de percepção criativa e de ação política das classes trabalhadoras e de suas coletividades, reconhecendo que representam não tanto o simples material de dominação quanto as próprias possíveis forças independentes de que brota o movimento da vida social e suas possibilidades de ruptura e transformação.

O estudo histórico sobre as experiências de recuperação de empresas por trabalhadores para a sua autogestão motiva-se pela indignação com o fatalismo de um suposto “fim da história”<sup>12</sup> e pela defesa do reconhecimento da potencialidade da ação política dos trabalhadores em seu movimento, como parte de uma história inacabada e em disputa, cuja interpretação, conforme apresenta esse texto, orienta-se por uma perspectiva dialética da sociedade.

Inspirando-se nessas reflexões, este estudo sobre as empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil propôs-se a enfrentar os desafios atuais do debate sobre resistência, ação política e autogestão das classes trabalhadoras e populares no pensamento sociológico, valorizando a rememoração das experiências e histórias de vida dos trabalhadores no estudo de caso da luta pela recuperação da Usina Cateende, na Zona da Mata Sul de Pernambuco.

---

<sup>12</sup> Expressão usada no controverso ensaio de Francis Fukuyama, para analisar o triunfo do sistema liberal ocidental.

# PARTE II



### CAPÍTULO 3 – LUTAS DE CLASSES E AUTOGESTÃO: HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIAS DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA CANA

Se alguém vem de Recife ou de Maceió, até aqui, vai ver apenas carcaças de usinas falidas e abandonadas pelos usineiros e pelos trabalhadores. Catende é a única que continua aberta e funcionando, assegurando vida para umas quatro mil famílias. A gente vê as usinas Central Barreiros, Santa Terezinha e outras, tudo fechado. Catende lutou, continua lutando há 15 anos e, por isso, estamos vivos, com a graça de Deus e da política. Arraes, ao morrer, ainda procurou saber sobre Catende. A lição é que aquilo que ocorreu e vem ocorrendo não se pode deixar largar à toa. Cabe aos trabalhadores dizerem aos outros que precisam lutar, pois se os donos não tiveram condições de tocar a empresa, então que assumam os trabalhadores (Edvaldo Ramos da Silva, 58 anos, operário, em entrevista relatada em Melo Neto e Lima, 2010, p. 93).

Se não tivesse parado com o trabalho que o projeto vinha resgatando, o nosso assentamento iria ficar para a história do Brasil, como outro não tinha! A gente vinha com uma carga produtiva de açúcar que estava ficando já na história de Pernambuco. A gente vinha com a piscicultura em alta, já tinha várias comunidades fornecendo peixe. A gente tinha a vinicultura em várias comunidades, as hortas comunitárias, já tinham pessoas sobrevivendo totalmente de hortaliças. A gente tinha a cana de açúcar de morador, que o pessoal vinha plantando muito. A gente via a cada ano a Usina moer mais. Gerando mais trabalho e mais renda para os trabalhadores. A gente via muito trabalhador rural melhorando de vida. (...) Aqui, com a Cooperativa, você não fazia as coisas mais sozinho. (...) Quando a gente começou a tratar no primeiro ano a gente pensou que não era possível o trabalhador ter qualidade de vida na lavoura da cana. Mas a gente viu que se tem conhecimento de como plantar, como cultivar, como colher a cana, é totalmente diferente (José Roberto da Silva Neto, 35 anos, trabalhador rural assentado, em entrevista em 2014).

Esses primeiros relatos de um operário e um trabalhador rural da cana, protagonistas da luta pela recuperação da Usina Catende, indicam que o “anjo da história” mais uma vez assistiu à destruição de uma experiência de resistência e luta dos trabalhadores. Por que narrar essa destruição? Por que contar histórias de lutas que foram vencidas? Refleti bastante, recorrendo a Walter Benjamin, ao enveredar a pesquisa de campo pelo estudo da história da Usina Catende, como um dos mais emblemáticos casos de recuperação de empresa por trabalhadores do Brasil.

Há estudos interessantes produzidos sobre o caso durante o período em que o projeto cooperativo da agroindústria estava em andamento e atraía estudantes, pesquisadores e militantes, empenhados em conhecer as realizações, lutas e planos futuros dos trabalhadores. Sobre esse período, destacam-se alguns estudos: Nascimento (2005), IPEA (2006), Lima (2006), Kleiman (2007), Schafers (2007), Camelo (2009) e Melo Neto e Lima (2010). Em especial, os trabalhos de Nascimento (2005), Kleiman (2007) e de Melo Neto e Lima (2010) permitiram visualizar a riqueza e a complexidade da experiência na vigência da luta pela recuperação da Usina e foram importantes referências no início dessa jornada, sendo esse último uma coletânea de artigos dos próprios trabalhadores e assessores que atuavam diretamente em Catende.

Na preparação da minha segunda viagem à Usina Catende, após quase três anos da primeira visita, tive muitas dúvidas sobre o que encontraria. Como estaria uma terra de usina e um povo da cana, que lutava para construir uma “Usina dos trabalhadores”, sem os vapores de Catende?

Em contato telefônico, com um assessor dos sindicatos rurais e ex-seminarista, que desde o início de 1990 atuou no apoio à luta dos trabalhadores, ouvi a seguinte avaliação:

A Comuna de Catende, como diz Claudio Nascimento, até que durou bastante, se olharmos as experiências na história. Nós trabalhamos por quase 20 anos lutando pra mudar uma história de 500 anos de exploração e dominação. Muita gente não alcançou e quando sofremos um grande ataque, não tivemos força aqui dentro pra reagir. E a comuna caiu. (Lenivaldo Marques da Silva Lima, assessor dos trabalhadores de Catende, em maio de 2014).

“Catende era um grande sonho”, avaliou a professora Sylvia Leser de Mello, lembrando sua visita à Usina no tempo em que seus trabalhadores resistiam ao lado de tantas outras carcaças de usinas abandonadas. Ao contar sobre a implantação de um projeto de piscicultura nos engenhos da Usina, Claudio Nascimento citou a profecia de Antônio Conselheiro, ressignificada por um coletivo de trabalhadores em Caten-

de, entre o sertão e o mar, que transformava cana em peixe.<sup>1</sup> Muitas expectativas e esforços somaram-se para dar voz aos trabalhadores da Usina Catende.

Em contraste com o período em que os trabalhadores resistiram, o fim da Usina Catende aconteceu praticamente em silêncio, como ocorreu com dezenas outras usinas que também fecharam suas portas nas últimas décadas na região da Zona da Mata, gradualmente dilapidando seu patrimônio e deixando um rastro de desemprego e pobreza. Sobre essa notícia, considerou o professor Francisco de Oliveira, em conversa sobre a pesquisa, em 2013:

Ninguém em sã consciência em décadas passadas, habitante de Recife, poderia imaginar a Usina Catende desaparecer, e aconteceu. Todo taxista, nos anos 1940, levava os visitantes para ver no Bairro dos Aflitos a casa do “Tenente” de Catende, não porque era uma construção bonita, mas pelo poder que ele tinha.

A história da Usina Catende foi muito diferente das demais usinas de cana-de-açúcar da região. Por ter sido ícone da economia açucareira no início do século XX, mas especialmente porque nas décadas recentes seus trabalhadores tiveram uma audácia inédita: resistiram por quase duas décadas à sua falência, enfrentando as classes dominantes do Nordeste canavieiro e lutando para constituir o que o professor Paul Singer indicou como possivelmente a maior iniciativa de autogestão de trabalhadores no Brasil:

O complexo agroindustrial cooperativo de Catende se distingue antes de tudo pelo tamanho de sua população (mais de 4.000 famílias) e de área que ocupa (28.000 hectares, estendendo-se por cinco municípios). É de longe, a maior autogestão do Brasil e só por isso já é emblemática (Singer, 2008, p. 13).

Diante de sua história impressionante, hoje silenciada, sobressai um forte desejo de conhecer mais profundamente o que havia acontecido com os trabalhadores da Usina Catende e conhecer melhor as contradições e conflitos enfrentados e também as possíveis marcas e memórias que essa experiência de resistência e luta deixou nos seus protagonistas. Com esse objetivo, após a primeira visita ocorrida em janeiro de 2012, no âmbito da Pesquisa Nacional sobre empresas recuperadas (citada anteriormente), voltei à Usina Catende em setembro de 2014, completando aproximadamente trinta dias de pesquisa de campo.

Cabe destacar que realizei o segundo trabalho de campo em um contexto político especial, o país estava em plena corrida pré-eleições presidenciais, na qual a

---

<sup>1</sup> A palestra, de 2009, está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sIPjBxdShY>.

reeleição de Dilma Rousseff foi marcada, especialmente no Estado de Pernambuco, pela forte ruptura entre PT (Partido dos Trabalhadores) e PSB (Partido Socialista Brasileiro), o partido de Eduardo Campos, governador afastado para concorrer nessas eleições, neto e herdeiro político de Miguel Arraes de Alencar<sup>2</sup>, recém-falecido em trágico acidente aéreo, ocorrido na mesma data da morte de seu avô.

Como sabia antes mesmo de chegar ao campo, esse contexto criaria contornos singulares à pesquisa de campo. A economia canavieira do país, que teve na Usina Catende um dos mais importantes ícones no século XX, historicamente esteve no centro das disputas políticas do Estado de Pernambuco, como também da relação deste Estado com o restante do país e o governo federal. Nesse contexto de disputas eleitorais, a retomada da história da Usina Catende, a partir da perspectiva e da memória dos sujeitos envolvidos em sua construção, demandou uma atenção ainda mais especial à dimensão política. Assim, o estudo da luta dos trabalhadores de Catende anunciou-se como uma profícua fonte de conhecimento da história de Pernambuco e dos conflitos sociais seculares e atuais da economia açucareira no Nordeste, como também para analisar a história da resistência dos trabalhadores no país e de suas lutas na recuperação de empresas para a sua auto-gestão no Brasil contemporâneo.

Minha chegada a Catende, como também havia ocorrido na primeira visita, foi acolhedora, apesar de certas reticências em alguns contatos, que credito ao desafio de rememorar histórias ainda muito doloridas. Fui recebida por companheiros que ganhei ao longo de vários anos acompanhando a história da Usina, ligados aos sindicatos rurais e às organizações religiosas, que estiveram diretamente envolvidos na luta dos trabalhadores de Catende. Esse acolhimento foi fundamental para superar as distâncias culturais e as desconfianças que poderia causar a chegada de uma pesquisadora de São Paulo à Zona da Mata de Pernambuco. Para os trabalhadores do campo e da indústria envolvidos na luta pela recuperação de Catende, ao ser apresentada como uma pesquisadora da universidade, ligada ao “pessoal da economia solidária” e “ao professor Paul Singer”, abriram-se todas as portas.

Nos demais contatos, no dia-a-dia da estadia na cidade de Palmares e na região da Usina, e também em Recife, a recepção variou bastante. Da total indisposição para prestar qualquer informação por parte dos usineiros, contatados em sua organi-

---

<sup>2</sup> Apesar de natural do Ceará, Miguel Arraes foi prefeito de Recife, deputado estadual e federal e três vezes governador do Estado de Pernambuco, além de ter trabalhado no Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Por seu apoio, quando governador, à luta dos trabalhadores pela recuperação da Usina Catende, ele foi homenageado, na conquista da reforma agrária das terras da Usina, em 2006, sendo em seu nome batizado o novo assentamento.

zação de representação no Estado, o Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool do Estado de Pernambuco (SindAçúcar), somando-se também à desconfiança e resistência em conversar de alguns ex-empregados da administração da Usina. Em contraste com a grande expectativa de alguns trabalhadores, principalmente nas visitas no campo, reforçada pelo contexto de eleição, de que estivesse fazendo campanha política e pudesse interceder junto ao governo por demandas da comunidade e dos trabalhadores da cana. Tal expectativa reafirma uma dimensão importante das pesquisas sociais, que os sociólogos não podem ignorar, aquela de tornar-se também porta-voz de sujeitos historicamente silenciados.

Alguns outros desafios e resistências que encontrei na pesquisa de campo ocorreram por conta da dificuldade de acesso e de transporte no meio rural e, principalmente, pela dispersão atual dos trabalhadores de Catende, que hoje buscam trabalho “fora”, especialmente em usinas mais distantes na própria região ou no Centro-Sul do país. Como consequência, uma parte importante dos entrevistados consistiu de trabalhadores e trabalhadoras aposentados, o que foi muito interessante pelas memórias mais antigas que guardam da história da Usina, inclusive de anos anteriores à crise da década de 1990, compondo uma perspectiva comparativa entre três momentos: 1) o período dos usineiros; 2) o período de luta dos trabalhadores pela recuperação da Usina, iniciado em 1993; e 3) os dias atuais, desde a intervenção judicial de 2009, que retirou a Usina da gestão coletiva dos trabalhadores e que levou ao seu fechamento definitivo em 2012.

No caminho para o campo, observando as paisagens, ainda na rodovia entre Recife e Palmares, são notáveis as grandes mudanças. As terras que há séculos eram cobertas pela plantação da cana-de-açúcar – com suas folhagens verdes inclinando-se conforme o vento, que antes cobriam todas as colinas, até onde a vista alcançasse –, hoje estão “tomadas pelo mato”, como descreve o motorista do ônibus. Não foi apenas a Usina Catende que fechou, nos últimos anos praticamente todas as usinas da região fecharam, concluindo um processo iniciado nos anos 1990.

Chego então ao campo em busca de respostas para algumas perguntas mais antigas, sobre a emergência e a resistência da luta pela recuperação da Usina, e outras relacionadas aos acontecimentos mais recentes, que levaram ao seu fechamento. Iniciamos a reflexão indagando sobre como foi possível no contexto da *plantation* canavieira do nordeste brasileiro, a emergência de um projeto cooperativo de recuperação daquela que foi a maior usina de açúcar da América Latina, para a sua autogestão por operários e trabalhadores rurais. Em seguida, buscamos analisar sobre as mudanças que ocorreram na produção e na condição

de vida desses trabalhadores desde o início da luta pela recuperação da Usina. Finalmente, as questões mais atuais: como foi possível, após 16 anos de resistência, interromper essa luta, com o fechamento e a completa dilapidação da Usina? E o que ficou de toda essa história?

Contextualizar essa experiência no rastro das lutas dos trabalhadores da cana em Pernambuco e no Nordeste nas diferentes fases da produção canavieira dessa região; resgatar a história da Usina Catende, de seu papel emblemático na economia açucareira pernambucana e nacional; e, finalmente, apresentar e analisar as resistências e as contradições, especialmente a partir das memórias e narrativas dos trabalhadores e das trabalhadoras que tomaram parte da recuperação e autogestão da Usina, complementando esse trabalho com bibliografia e documentos históricos, compõem os objetivos principais desse estudo de caso. Com esse intuito, tivemos como fio condutor principal os relatos dos trabalhadores e trabalhadoras de Catende, a partir dos quais buscamos articular diferentes dimensões na análise: o contexto histórico, econômico e político do país; a luta de classes e a história das resistências dos trabalhadores da cana no Nordeste nos diferentes momentos da produção canavieira; e as singularidades da história da Usina Catende, do apogeu da economia açucareira pernambucana à luta dos trabalhadores rurais e operários da cana após a sua falência. As interpretações e significados atribuídos pelos sujeitos dessa experiência são o substrato principal da análise que busca somar-se aos esforços deles próprios em compreender a sua história de luta em Catende, a emergência, as conquistas e, posteriormente, as contradições e conflitos que contribuíram para o seu fim.

No trabalho de campo foram realizadas entrevistas aprofundadas com os trabalhadores da Usina Catende, da parte rural e da indústria (incluindo sindicalistas, membros da diretoria da Cooperativa, homens e mulheres, jovens e idosos); alguns assessores envolvidos diretamente no processo de recuperação da Usina; como também, entrevistas mais pontuais, com alguns atores locais (do poder público, do comércio e de instituições religiosas). As entrevistas, listada a seguir, foram realizadas com base em roteiros de pesquisa, desenvolvidos anteriormente ao campo. Com o objetivo de valorizar as histórias de vida dos trabalhadores, as entrevistas foram qualitativas e abertas, e buscaram captar a percepção dos entrevistados sobre a história da Usina Catende. Foram realizadas entrevistas com 33 pessoas<sup>3</sup> (em grande

---

<sup>3</sup> Pelas dificuldades na localização dos trabalhadores, especialmente porque grande parte está trabalhando “fora” (em outras regiões ou em usinas distantes da região), o contato inicial para as entrevistas partiu da indicação dos assessores e sindicalistas que me acolheram na região. Por seus contatos, cheguei aos primeiros trabalhadores e, no próprio campo, encontrei os demais entrevista-

parte, gravadas), incluindo 22 trabalhadores do campo e da indústria (sendo que algumas delas foram coletivas), três assessores e oito atores externos.

- a. Doze trabalhadores rurais da Usina: Joel (assentado, membro da diretoria da Cooperativa), Edileusa (assentada), José Severino (assentado), Roberto (assentado, membro da diretoria da Cooperativa), Etiene (assentada, sindicalista), Guará (assentado), Eurides (assentada), Elenildo (assentado, ex-presidente da Cooperativa), Marivaldo (assentado, sindicalista, ex-síndico da massa falida de Catende, atual prefeito de Jaqueira/PE), Ivanildo (assentado, sindicalista), Maria (assentada, sindicalista) e José (assentado, sindicalista, pastor evangélico);
- b. Dez operários/empregados da Usina: Ednaldo (operário da hidrelétrica), Edvaldo (operário mecânico, sindicalista), cinco operários (serralheiro, eletricitista, mecânico e motoristas) da Comissão de ex-Trabalhadores pelas indenizações trabalhistas, Leandro (segurança), José (motorista) e Mariano (ex-empregado aposentado da administração);
- c. Três assessores da Cooperativa: Lenivaldo (assessor, educador), Arnaldo (assessor) e Bruno (assessor, advogado da FETAPE);
- d. Oito atores locais: Odorico (ex-prefeito de Catende, no período da falência da Usina), Geovani (técnico da Comissão Pastoral da Terra – CPT), Sandra e Marisa (irmãs franciscanas de Palmares), Eduardo (funcionário público em Catende e historiador), Georgeton (presbítero da Igreja Presbiteriana de Palmares), Cristiano (secretário da Diocese de Palmares) e Chico (ex-usineiro e comerciante da região).

Na região de Catende, as entrevistas foram realizadas nos “engenhos”, comunidades rurais pertencentes ao antigo território da Usina, que atualmente compõem o Assentamento Miguel Arraes: no Engenho Pirangi, no município de Palmares, e no Engenho Bálamo da Linha, no município de Jaqueira. Trabalhadores de outros engenhos, como o Engenho Tombador, o Engenho Harmonia e o Engenho Lajedo, foram entrevistados nas sedes dos municípios de Palmares, Catende e Jaqueira,

---

dos. Em grande parte, foram entrevistados aposentados e homens. Houve um esforço em também entrevistar mulheres, no entanto, esse recorte não foi apresentado como obrigatório, destacando-se o objetivo de entrevistar quem estivesse interessado em contar sua experiência na história da recuperação da Usina. O fato de poucas mulheres terem se disponibilizado ou sido indicadas para as entrevistas expressa o domínio masculino dos espaços de gestão, representação e participação dos trabalhadores, e reforça a centralidade e atualidade da questão de gênero, especialmente no campo. Sobre o tema, ver a pesquisa de doutorado realizada por Carolina Orquiza Chermem (Unicamp), que trata sobre as mulheres de Catende e de outras cooperativas, cujo trabalho de campo foi realizado pouco antes de minha chegada à Usina.

situados na área de abrangência da Usina. Algumas entrevistas e reuniões foram realizadas na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares; no Clube dos Operários Leão XIII, em Catende; na residência dos próprios entrevistados e também no Bairro Quilombo II, em Palmares, novo conjunto habitacional construído após grave enchente em 2010. A sede da Usina Catende e as casas-grandes foram visitadas externamente, sem permissão de entrar em seus interiores. Também foram coletados relatórios e documentos da Usina Catende, com assessores, diretores da Cooperativa e nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de sua região.

Em Recife, foram realizadas entrevistas e contatos com assessores e pesquisadores, além de pesquisa historiográfica e coletas de materiais na Biblioteca e no Centro de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), nas bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no Arquivo Público Estadual de Pernambuco e na sede da FETAPE (Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco). Também foram feitas diversas tentativas de contatos, sem retorno, com o SindAçúcar (Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco). Cabe destacar que o atual superintendente do SindAçúcar, Marcelo Cavalcanti Guerra, era um dos usineiros proprietários da Usina Catende, expulsos pelos trabalhadores na greve de 1994-1995. Depois de seguidas tentativas, por meio eletrônico, telefônico e presencial na sede do SindAçúcar em Recife, não foram concedidas entrevistas tampouco informações.

Nesse percurso, pela intenção de captar a percepção dos trabalhadores sobre a sua experiência, certos aspectos e acontecimentos são aprofundados e outros poucos citados, tal como permanecem na memória dos sujeitos entrevistados. Cabe ressaltar que essa pesquisa foi desenvolvida como um estudo sobre memórias de resistências, de lutas e de ação política de trabalhadores e trabalhadoras da cana, que durante quase duas décadas tiveram a audácia de buscar criar novas formas de relações sociais de produção, ocupando e recuperando a Usina e as terras nas quais trabalhavam.

Muitas experiências associativistas e de autogestão dos trabalhadores ocorreram na história, como analisado no Capítulo 1. A maior parte delas resistiu muito menos tempo do que a luta dos trabalhadores de Catende e, por seus significados políticos, têm suas memórias frequentemente revisitadas e analisadas para que sirvam de substrato para os enfrentamentos do presente e do futuro. A partir desses exemplos e da inspiração dessas referências históricas, buscamos com a pesquisa reforçar a importância da memória de resistências e lutas pela recuperação de empresas e autogestão de trabalhadores no Brasil, que tem como importante expressão a Usina Catende.

No rastro da história do “fazer-se” da classe trabalhadora no Brasil, retomando a expressão de Thompson (1987), no estudo da trajetória de resistência dos trabalhadores de Catende, buscamos resgatar a tradição de luta dos trabalhadores da Zona da Mata pernambucana. Seguimos, então, as pistas indicadas pelo historiador em seu estudo da classe operária inglesa, que considera o “fazer-se” como o “processo ativo que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos” (Thompson, 1987, p.9), que compõe a história de sujeitos concretos que partilham experiências e interesses comuns, em determinados contextos históricos, a partir do qual se articulam frente a outras classes cujos interesses aos deles se opõem.

Na história, em movimento pela luta de classes, causas perdidas em certos momentos e contextos do passado podem ser vitoriosas em novas experiências de resistência futuras. Religar o presente ao passado é parte fundamental do trabalho que se propõe estudar criticamente a história e as sociedades, contribuindo para libertar o passado e, com ele, os possíveis do futuro, como nos ensina Walter Benjamin. Com essas orientações e motivações, nesse estudo registramos e analisamos as memórias e experiências dos trabalhadores e trabalhadoras na luta pela recuperação e autogestão da Usina Catende, com o objetivo de que esse trabalho contribua para dar voz a suas conquistas, e também às suas denúncias e aos seus lamentos silenciados.<sup>4</sup>

Esse capítulo estrutura-se em três partes: a primeira está dedicada a contextualizar a história da produção canavieira do Nordeste e da Zona da Mata Sul Pernambucana, a partir principalmente da perspectiva dos trabalhadores, dos movimentos de resistência e dos conflitos sociais que marcaram a região, resgatando a trajetória de desenvolvimento do setor e sua crise nas últimas décadas. A segunda parte trata da história singular da Usina Catende, caso emblemático de vários momentos da história da produção sucroalcooleira do país, do apogeu, da crise e das resistências dos trabalhadores. Nas últimas décadas, a Usina Catende tornou-se uma das mais importantes experiências de recuperação de empresas pelos trabalhadores do país, sendo que a terceira parte do capítulo dedica-se a analisar essa experiência de resistência e também as contradições que contribuíram para o seu fim, tendo como fio condutor as narrativas dos seus trabalhadores, do campo e da indústria.

---

<sup>4</sup> Optou-se por fazer correções gramaticais nas citações das entrevistas. Esta decisão e também os seus riscos foram assumidos com o objetivo de destacar o conteúdo dos depoimentos e dos relatos dos trabalhadores. Considerou-se que o registro escrito tem a possibilidade de receber ajustes e revisões, como a própria escrita desta tese. Assim, avaliou-se que valorizar o conteúdo em detrimento da atenção que poderiam chamar possíveis incorreções, muitas vezes características da expressão oral, seria mais favorável ao objetivo de contribuir para a denúncia ao mundo exterior da silenciosa destruição da experiência de resistência dos trabalhadores da Usina Catende.

### 3.1 A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO: DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIAS

#### *Encontro com o canavial*

No outro dia deixava  
o Agreste, na Chã do Carpina.  
Entrava por Paudalho,  
terra já de cana e de usinas.  
Via plantas de cana  
com sua cabeleira, ou crina,  
muita folha de cana  
com sua lâmina fina,  
muita soca de cana  
com sua aparência franzina,  
e canas com pendões  
que são as canas maninhas.  
Como terras de cana,  
são muito mais brandas e femininas.  
Foram terras de engenho,  
agora são terras de usina.

(...)

#### *Conversa de rios*

Só após algum caminho  
é que alguns contam seu segredo.  
Contam por que possuem  
aquela pele tão espessa;  
por que todos caminham  
com aquele ar descalço de negros;  
por que descem tão tristes  
arrastando lama e silêncio.  
A história é uma só  
que os rios sabem dizer:  
a história dos engenhos  
com seus fogos a morrer.  
Nelas existe sempre  
uma usina e um banguê:  
a usina com sua boca,  
com suas várzeas o banguê.  
A usina possui sempre  
uma moenda de nome inglês;  
o engenho, só a terra  
conhecida como massapê.  
E o que não pode entrar  
nas moendas de nome inglês  
a usina vai moendo  
com muitos outros meios de moer.  
A usina tem urtigas,  
a usina tem morcegos,  
que ela pode saltar  
como amestrados exércitos  
para ajudar o tempo

que vai roendo os engenhos,  
como toda já roeu  
a casa-grande do Poço do Aleixo.

#### *Do Petribu ao Tapacurá*

As coisas não são muitas  
que vou encontrando neste caminho.  
Tudo planta de cana  
nos dois lados do caminho  
e mais plantas de cana  
nos dois lados dos caminhos  
por onde os rios descem  
que vou encontrando neste caminho;  
e outras plantas de cana  
há nas ribanceiras dos outros rios  
que estes encontraram  
antes de se encontrarem comigo.  
Tudo planta de cana  
e assim até o infinito;  
tudo planta de cana  
para uma só boca de usina.  
As casas não são muitas  
que por aqui tenho encontrado  
(os povoados são raros  
que a cana não tenha expulsado).  
Poucas tem Rosarinho  
e Desterro, que está pegado.  
Paudalho, que é maior,  
está menos ameaçada,  
Paudalho essa cidade  
construída dentro de um valado,  
com sua ponte de ferro  
que eu atravesso de um salto.  
Santa Rita é depois,  
onde os trens fazem parada:  
só com medo dos trens  
é que o canavial não a assalta.

#### *Descoberta da Usina*

Até este dia, usinas  
eu não havia encontrado.  
Petribu, Muçurepe,  
para trás tinham ficado,  
porém o meu caminho  
passa por ali muito apressado.  
De usina eu conhecia  
o que os rios tinham contado.  
Assim, quando da Usina  
eu me estava aproximando,  
tomei caminho outro

do que vi o trem tomar:  
tomei o da direita,  
que a cambiteira vi tomar,  
pois eu queria a Usina  
mais de perto examinar.  
Vira usinas comer  
as terras que iam encontrando;  
com grandes canaviais  
todas as várzeas ocupando.  
O canavial é a boca  
com que primeiro vão devorando  
matas e capoeiras,  
pastos e cercados;  
com que devoram a terra  
onde um homem plantou seu roçado;  
depois os poucos metros  
onde ele plantou sua casa;  
depois o pouco espaço  
de que precisa um homem sentado;  
depois os sete palmos  
onde ele vai ser enterrado.  
Muitos engenhos mortos  
havia passado no meu caminho.  
De porteira fechada,  
quase todos foram engolidos.  
Muitos com suas serras,  
todos eles com seus rios,  
rios de nome igual  
como crias de casa, ou filhos.  
Antes foram engenhos,  
poucos agora são usinas.  
Antes foram engenhos  
agora são imensos partidos.  
Antes foram engenhos,  
com suas caldeiras vivas;  
agora são informes  
partidos que nada identifica.

#### *Encontro com a Usina*

Mas na Usina é que vi  
aquela boca maior  
que existe por detrás  
das bocas que ela plantou;  
que come o canavial  
que contra as terras soltou;  
que come o canavial  
e tudo o que ele devorou;  
que come o canavial  
e as casas que ele assaltou;  
que come o canavial

e as caldeiras que sufocou.  
Só na Usina é que vi  
aquela boca maior,  
a boca que devora  
bocas que devorar mandou.  
Na vila da Usina  
é que fui descobrir a gente  
que as canas expulsaram  
das ribanceiras e vazantes;  
e que essa gente mesma  
na boca da Usina são os dentes  
que mastigam a cana  
que a mastigou enquanto gente;  
que mastigam a cana  
que mastigou anteriormente  
as moendas dos engenhos  
que mastigavam antes outra gente;  
que nessa gente mesma,  
nos dentes fracos que ela arrenda,  
as moendas estrangeiras  
sua força melhor assentam.  
Por esta grande usina  
olhando com cuidado eu vou,  
que esta foi a usina  
que toda esta Mata dominou.  
Numa usina se aprende  
como a carne mastiga o osso,  
se aprende como mãos  
amassam a pedra, o caroço;  
numa usina se assiste  
à vitória, de dor maior,  
do brando sobre o duro,  
do grão amassando a mó;  
numa usina se assiste  
à vitória maior e pior,  
que é a de pedra dura  
furada pelo suor.  
Para trás vai ficando  
a triste povoação daquela usina  
onde vivem os dentes  
com que a fábrica mastiga.  
Dentes frágeis, de carne,  
que não duram mais de um dia;  
dentes são que se comem  
ao mastigar para a Companhia;  
de gente que, cada ano,  
o tempo da safra é que vive,  
que na braça da vida,  
tem marcado curto o limite.  
Vi homens de bagaço  
enquanto por ali discorria;  
vi homens de bagaço  
que morte úmida embestia.  
E vi todas as mortes  
em que esta gente vivia:  
vi a morte por crime,  
pingando a hora na vigia;  
a morte por desastre,

com seus gumes tão precisos,  
como um braço se corta,  
cortar bem rente muita vida;  
vi a morte por febre,  
precedida de seu assovio,  
consumir toda a carne  
com um fogo que por dentro é frio.  
Ali não é a morte  
de planta que seca, ou de rio:  
é morte que apodrece  
ali natural, pelo visto.

#### *Da Usina a São Lourenço da Mata*

Agora vou deixando  
a povoação daquela usina.  
Outra vez vou baixando  
entre infundáveis partidos;  
entre os mares de verde  
que sabe pintar Cícero Dias,  
pensando noutra usina  
devorado por outra usina;  
entre colinas mansas  
de uma terra sempre em cio,  
que o vento, com carinho,  
penteia como se sua filha.  
Que nem ondas de mar,  
multiplicadas, ela se estendiam;  
como ondas do mar de mar  
que vou conhecer um dia.  
À tarde deixo os mares  
daquela usina de usinas;  
vou entrando nos mares  
de algumas outras usinas.  
Sei que antes esses mares  
inúmeros se dividiam  
até que o mar mais forte  
os mais fracos engolia  
(hoje só grandes mares  
a Mata inteira dominam).  
Mas o mar obedece  
a um destino sem divisa,  
e o grande mar de cana,  
como o verdadeiro, algum dia,  
será uma só água  
em toda esta comum cercania.

#### *De São Lourenço à Ponte de Prata*

Vou pensando no mar  
que daqui ainda estou vendo;  
em toda aquela gente  
numa terra tão viva morrendo.  
Através deste mar  
vou chegando a São Lourenço,  
que de longe é como ilha  
no horizonte de cana aparecendo;  
através deste mar,  
como um barco na corrente,  
mesmo sendo eu o rio,

que vou navegando parece.  
Navegando este mar,  
até o Recife irei,  
que as ondas deste mar  
somentemente lá se detêm.  
Ao entrar no Recife,  
não pensem que entro só.  
Entra comigo a gente  
que comigo baixou  
por essa velha estrada  
que vem do interior;  
entram comigo rios  
a quem o mar chamou,  
entra comigo a gente  
que com o mar sonhou,  
e também retirantes  
em quem só o suor não secou;  
e entra essa gente triste,  
a mais triste que já baixou,  
a gente que a usina.  
depois de mastigar, largou.  
Entra esse banguzeiro  
reduzido a fornecedor;  
entra detrás um destes,  
que agora é um simples morador;  
detrás, o morador  
que nova safra já não fundou;  
entra, como cassaco,  
este antigo morador;  
entra enfim o cassaco,  
que por todas aquelas bocas passou.  
Detrás de cada boca,  
ele vê que há uma boca maior.

#### *Da Ponte de Prata a Caxangá*

A gente das usinas  
foi mais um afluente a engrossar  
aquele rio de gente  
que vem de além do Jacarará.  
Pelo mesmo caminho  
que venho seguindo desde lá,  
vamos juntos, dois rios,  
cada um para seu mar.  
O trem outro caminho  
tomou na Ponte de Prata;  
foi por Tijipió  
e pelos mangues de Afogados.  
Sempre com retirantes,  
vou pela Várzea e por Caxangá,  
onde as últimas ondas  
de cana se vêm espriar.

João Cabral de Melo Neto  
(Extraído de: *O Rio ou Relação da  
viagem que faz o Capibaribe de sua  
nascente à cidade do Recife*, de 1953).

As terras de engenhos da Zona da Mata de Pernambuco, engolidas pelas grandes usinas de açúcar, como descreve João Cabral de Melo Neto, hoje não são mais terras de usinas.

A cana-de-açúcar, matéria-prima das usinas na produção do “ouro branco de Pernambuco”, foi introduzida no Brasil no século XVI e sua cultura iniciou-se no Nordeste logo após as primeiras décadas da colonização. Após séculos da cultura açucareira, marcada pelas relações de dominação da casa-grande sobre as senzalas, a produção de cana viveu a partir do final do século XIX e início do século XX importantes transformações com os avanços do capitalismo industrial no campo, que trouxe as grandes usinas de açúcar. “Engolindo” diversos engenhos, intensificando a concentração de terras, as usinas foram instaladas, em grande parte, pelas classes dominantes da velha oligarquia açucareira, pelo acordo das famílias proprietárias dos antigos engenhos, que formaram grandes grupos econômicos, incluindo também acionistas. Nas áreas de produção canavieira, e além delas, os usineiros do Nordeste do país, grandes proprietários das terras e das indústrias do açúcar, ao longo do século XX, constituíram os poderes econômicos e políticos locais, estaduais e com enorme influência no governo federal.

Com o intuito de contextualizar o nosso estudo sobre a história de luta dos trabalhadores da Usina Catende em Pernambuco, faremos breve retomada do desenvolvimento da produção canavieira no Nordeste. Sem pretender dar conta da extensa bibliografia existente sobre o tema do desenvolvimento da *plantation* canavieira e as questões regionais do Nordeste, o nosso foco está nas resistências e lutas dos trabalhadores frente às relações de exploração e dominação.

A implantação das usinas de açúcar no Nordeste, conforme relata Manuel Correia de Andrade (1986), iniciou-se no final do século XIX:

Quando surgiram as usinas, depois de 1880, com grande capacidade de produção, passaram os proprietários a estender os seus canaviais pelos antigos sítios de moradores e a exigir destes trabalho diário, pagando salários mais elevados, embora bem inferiores às necessidades dos trabalhadores. Iniciava-se assim a expansão do trabalho assalariado, o que José Lins do Rego, no Romance, Usina, descreveu com maestria, ao analisar o processo de transformação dos condiceiros do engenho Santa Rosa em assalariados da Usina Bom Jesus, com todas as consequências sociais correspondentes (p. 17).

Ao longo das várias décadas seguintes intensificou-se o processo de transformações de pequenos produtores, arrendatários ou meeiros (não expropriados completamente dos meios de produção) em trabalhadores rurais assalariados (que vivem

exclusivamente da venda de sua força-de-trabalho). Todavia, pelo contraditório processo de desenvolvimento do capitalismo no Nordeste (e também no Brasil), onde convivem o arcaico e o moderno, como analisa Oliveira, em *Crítica à razão dualista* (1973), manteve-se uma diversidade de relações de trabalho no campo, incluindo formas de trabalho semicompulsórias, não propriamente transformadas em força-de-trabalho assalariada capitalista. Essa diversidade inclusive historicamente dificultou a organização dos trabalhadores do campo para as lutas e resistências frente às condições extremas de exploração. Apenas em meados do século XX, destaca Andrade (1986), surgiram os primeiros registros de organizações associativas dos trabalhadores do campo, para reivindicar direitos perante os grandes e médios proprietários.

O campo do Nordeste brasileiro, no entanto, desde a dominação e a colonização das terras pelos europeus, foi palco de resistências e lutas, sempre violentamente reprimidas. Na Zona da Mata Sul de Pernambuco, no mesmo território onde foi posteriormente construída a Usina Catende, as primeiras ocupações de que se tem registro, no século XVII, referem-se à expansão do Quilombo dos Palmares, que se estendeu por áreas que atualmente pertencem àquele Estado e também ao Estado de Alagoas (Menezes, 2014). Símbolo das lutas por libertação e justiça, criado por escravos negros fugitivos, o Quilombo dos Palmares resistiu por mais de um século, com aldeias confederadas, chegando a desenvolver agricultura e comércio, inclusive com colonos brancos. Em seu estudo, *Rebeliões da Senzala* (1959), Clovis Moura relata:

Aproveitando-se da impenetrabilidade da floresta, da fertilidade das terras, da abundância de madeira, caças, facilidade de água e meios de defesa da região, foram-se aglomerando e reunindo gente, juntando braços para a guerra e trabalho e formaram naquele lugar a maior tentativa de *autogoverno* dos negros fora do Continente Africano (p. 185).

Entre 1630 até os primeiros anos do século XVIII, o Quilombo de Palmares, como ressalta o autor, foi alvo de inúmeras expedições de combate. Visto como uma grande ameaça pelos colonizadores portugueses, tal como os holandeses, o Quilombo amedrontava os moradores de povoados vizinhos, como Ipojuca, Serinhaém, Alagoas, Una, Porto Calvo, São Miguel, com invasões e saques. Atingindo uma população de mais de 20 mil habitantes, em uma extensão de mais de 27 mil km<sup>2</sup>, o Quilombo carregou a contradição de manter internamente escravos. Com suas fortificações e estratégias de defesa, Palmares resistiu durante décadas, mas acabou violentamente massacrado pelos ataques do bandeirante paulista Domingos Jorge

Velho. Posteriormente, o Quilombo deu nome ao principal município da área de abrangência da Usina Catende. Sobre o tema, relata um trabalhador rural da Usina:

Aqui foi região de muitos embates. A luta do Quilombo de Palmares tinha grupos que chegaram até aqui. Em Trombetas, que é um engenho aqui em Palmares, tinha um grupo de resistência (...), que era uma ramificação do Quilombo de Palmares. É uma história de resistência muito importante daqui (Joel Clemente de Oliveira, 40 anos, trabalhador rural, assentado, em entrevistas em 2014).

No entanto, seu relato é uma exceção na região da Usina, pois pouco se mantém viva essa história, como destaca Lenivaldo Lima, assessor dos trabalhadores de Catende, em 2014: “essa memória aqui foi dizimada com os negros do Quilombo de Palmares”.

Juntamente à resistência dos negros escravos, somam-se também as lutas dos povos indígenas na região, por exemplo, na chamada Guerra dos Bárbaros, iniciadas no mesmo período da resistência de Palmares, quando grupos indígenas confederados buscaram resistir aos avanços da pecuária no sertão de Pernambuco ao Rio Grande do Norte, em áreas vizinhas à Zona da Mata, por mais de 40 anos (1683 – 1724), também violentamente massacrados.

Nos séculos seguintes, principalmente no século XIX, ocorreram importantes motins e movimentos republicanos e populares em Pernambuco, em um contexto de crise da economia açucareira, como a Revolução de 1817, contra o poder monárquico português. E, posteriormente à independência de Portugal, a Confederação do Equador, em 1824, e a Revolução de 1848 (ou Revolução Praieira, que resultou na destituição do presidente da Província de Pernambuco). Ainda no período da regência, que antecedeu o Império de Dom Pedro II, na década de 1830, destaca-se a Cabanada, sobre a qual também há registro de que parte dos revoltosos ocupou como refúgio as terras de Catende, construindo pequenos fortes de defesa (Menezes, 2014). Essa revolta, também conhecida como a “Guerra dos Cabanos” em Pernambuco, apesar de ter sido uma rebelião conservadora e de ideias monarquistas, acabou também se caracterizando como uma insurreição popular, pelo grande apoio da população pobre, índios e escravos foragidos, considerada, segundo a interpretação de alguns historiadores, uma “pré-Canudos”.

No conjunto de várias revoltas populares no campo nordestino, que fazem parte da história de resistência dos expropriados da terra, violentamente reprimidas pelo poder econômico e político do latifúndio e dos governos, também se encontram movimentos messiânicos e fanáticos, como o Arraial de Canudos, liderado por Antônio Conselheiro, insurreição ocorrida no sertão baiano no final do século

XIX. Para compor o quadro das revoltas camponesas do Nordeste, Andrade (1986) cita os cangaceiros, como os famosos bandos de Antônio Silvino e de Lampião, que marcaram também a história das revoltas populares e da violência no campo, na primeira metade do século XX. Finalmente, nesse breve panorama, nesse mesmo período surgiram as primeiras associações de trabalhadores rurais, que tem apenas na década de 1950 seus primeiros registros oficiais. Assim, ressalta Andrade (1986):

A maior parte dessas revoltas durante muito tempo não recebeu a mesma atenção que as revoltas desfechadas com a participação das classes dominantes; os historiadores brasileiros, em sua esmagadora maioria, têm feito a história das classes dominantes para glorificar os seus heróis e legitimar as estruturas que foram implantadas no período colonial e que, com as modificações e adaptações necessárias ao processo evolutivo, ainda são mantidas. Temos, na realidade, uma história de classe que forja os seus heróis e os seus mártires, enquanto os vencidos, sobretudo quando pertencentes às classes dominadas, são esquecidos e vilipendiados (p. 13).

Em meados do século XX, a produção de cana-de-açúcar já era feita em larga escala pelos trabalhadores “livres” assalariados das usinas, apesar das ambiguidades geradas pela apropriação de formas de trabalho não-pago e de salários abaixo do necessário à reprodução da força de trabalho, complementados pela agricultura de subsistência. Nesse contexto, desponta também a organização dos trabalhadores na luta por direitos.

Em 1933, em Campos, no Rio de Janeiro, como destaca Andrade (1986), foi reconhecido legalmente o primeiro sindicato de trabalhadores rurais no Brasil. No Nordeste, no final da década de 1930, há também registro da criação de um sindicato de trabalhadores da indústria do açúcar, o Sindicato dos Operários do Açúcar, em Escada, na Zona da Mata Sul de Pernambuco, como consequência do que José Sergio Leite Lopes (1976) destacou como a “época heroica” dos operários do açúcar, iniciada nos anos 1920, quando surgiram as primeiras lutas para organizar clandestinamente sindicatos, sempre reprimidos por usineiros e pela polícia.

Em resposta à pressão social dos trabalhadores, a formalização de sindicatos no país passou a ser incentivada pelo governo no final dos anos 1930, nos Governos de Vargas, especialmente com a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Todavia, havia grande resistência à chegada das leis trabalhistas no campo e na produção açucareira no Nordeste. Esse também foi o período da criação do

Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em 1933, como forma de reação à grave crise econômica mundial de 1929, que afetava também a produção açucareira.

Conforme define Gileno Dé Carli, ex-presidente do IAA, em seu extenso trabalho: *História do Instituto do Açúcar e do Alcool*, publicado em 1996, o Instituto foi a “autarquia que ajudou a economia açucareira nacional a atravessar os críticos períodos de crises” (p. 8), pela intervenção direta do Estado na distribuição de cotas de produção de açúcar e álcool entre as regiões produtoras do país, na fixação de preços mínimos, na regulação dos estoques e transferência de excedentes, na relação entre fornecedores da cana e usinas e no financiamento da produção. Os usineiros da região Nordeste do país foram os principais incentivadores para a criação do Instituto, que passou a ser controlado, sobretudo por proprietários oriundos do maior Estado produtor de cana: Pernambuco. Essa posição de destaque do Estado na economia açucareira e nacional o tornou um dos principais centros econômicos e políticos do país, até o golpe militar, que na violência com que se deu em Pernambuco, expressou essa centralidade.

Naquele momento, o volume da produção açucareira do Estado de Pernambuco era seguido com distância pelos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Ao longo dos seus mais de cinquenta anos de existência, o IAA teve papel fundamental na história da produção canavieira no país, como também nas grandes modificações da localização geográfica de seu centro produtor, ocorridas como consequência de sua ação protecionista e conciliatória da concorrência e, de forma definitiva, de sua extinção no final dos anos 1980. A intervenção do IAA reforçou as contradições internas da economia açucareira do Nordeste, não estimulando o aumento da produtividade e favorecendo a manutenção de formas de acumulação não capitalistas. Com isso, acabou contribuindo para capitalizar a produção do Centro-Sul, como analisa Oliveira (2008): “A ironia da História consiste precisamente no fato de que foi sob a direção nominal de membros da burguesia açucareira do Nordeste que o eixo da produção do açúcar passou do Nordeste para a ‘região’ industrial comandada por São Paulo” (p. 192). O fim do IAA aprofundou a crise que levou à falência diversas usinas de açúcar de Pernambuco e de outros estados nordestinos, em contraste com o crescimento da produção canavieira do Centro-Sul. Nessa crise, emergiu a resistência dos trabalhadores pela recuperação da Usina Catende.

Especialmente após a II Guerra Mundial, intensificou-se o processo de industrialização do campo, incluindo obras de infraestrutura e modernização da agricultura, como as grandes represas no rio São Francisco. Todavia, essas trans-

formações aumentavam a precariedade das condições de vida dos trabalhadores, além dos crescentes impactos ambientais, beneficiando apenas os proprietários das terras e das indústrias. Aprofundando o processo de expropriação das classes trabalhadoras, com a expulsão dos pequenos produtores pela prática de grilagem das terras<sup>1</sup>, especialmente nas áreas de monocultura da cana, a industrialização da produção com a implantação das usinas pressionou de forma crescente os trabalhadores a abandonar a agricultura de subsistência e vender sua força-de-trabalho. No entanto, foram mantidas diferentes relações de trabalho e, até os anos 1960, praticamente não se aplicavam leis trabalhistas no campo (será apenas em 1963 que o Salário-Mínimo Rural chegará ao Nordeste), onde se mantinham práticas como o “cambão” (dias de trabalho sem remuneração em contrapartida pelo uso da terra), símbolo da exploração do trabalho no campo e uma das importantes bandeiras de luta do emergente movimento das Ligas Camponesas.

Na década de 1950, ainda pouco havia se avançado na sindicalização dos trabalhadores no campo. Conforme os dados apresentados por Andrade (1986), nesse momento, havia apenas cinco sindicatos rurais reconhecidos no país, localizados no Rio de Janeiro, em São Paulo, na Bahia e em Pernambuco. Esse último refere-se ao sindicato dos trabalhadores rurais de Barreiros, reconhecido em 1954, em região de produção canavieira vizinha à Usina Catende. Com relação à sindicalização dos operários das usinas de açúcar, após a experiência do Sindicato de Escada, a entidade organizou-se em âmbito estadual em Pernambuco, passando a ter sede em Recife. E como relata Lopes (1976): “Apesar da implantação da legislação trabalhista nas usinas – garantida com ‘operações tartarugas’ pelos operários, forçando o seu cumprimento inicial pelos usineiros – o sindicato sempre atuou de forma conciliadora com relação aos patrões e atrelado à burocracia estatal, desestimulando a associatividade e a mobilização nas bases” (pp. 4-5).

As estruturas sindicais controladas pelo Estado, criadas por Vargas nos anos 1930, como analisado no Capítulo 1, mantiveram-se por décadas, restringindo a organização dos trabalhadores, com entidades “pelegas”, na cidade e no campo. Frente a isso, entre os trabalhadores rurais, a partir de 1945 começaram a ser criadas associações, com apoio do Partido Comunista do Brasil (PCB), registradas em cartório, nos termos do Código Civil, denominadas Ligas Camponesas. Essas

---

<sup>1</sup> Praticada até a atualidade, como veremos na Usina Catende, a grilagem, segundo Andrade (1986), “é um tradição na história do Brasil, em que grandes proprietários e empresas, com o apoio ou a omissão do poder público, utilizam a violência para desapropriar os posseiros, ora destruindo seus ranchos e suas plantações, ora prendendo os que resistem em cárceres privados, onde em geral são torturados, ora eliminando-os fisicamente” (p. 24).

organizações não eram inteiramente novidade, pois remontavam a algumas primeiras sociedades de trabalhadores criadas no início do século XX. Nas décadas seguintes, até a ditadura militar, o PCB teve importante inserção nos movimentos populares e dos trabalhadores em Pernambuco. Apesar da frequente repressão, no contexto de crescente introdução do capitalismo no campo, com a expansão das grandes propriedades das usinas e da expropriação dos pequenos produtores, intensificaram as revoltas, com o apoio de estudantes, intelectuais e militantes.

Em Pernambuco, foram criadas inúmeras ligas, principalmente na Zona da Mata Central e Norte, destacando-se entre elas, pela importância e pioneirismo, o caso da Liga do Engenho da Galiléia, em Vitória de Santo Antão. Fundada com o nome de “Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco” (SAPPP), inicialmente conhecida como “Sociedade Beneficente dos Defuntos”, por seus objetivos assistencialistas (de ajuda mútua pela criação de um fundo para assistência médica, jurídica e compra de caixa funerária para trabalhadores associados), a liga passou a lutar contra a expulsão de trabalhadores arrendatários (“foreiros”), que há décadas trabalhavam nas terras no Engenho. Como relata Arnaldo Liberato (ex-padre, 64 anos, atuante no apoio às Oposições Sindicais desde o final dos anos 1970 e um dos apoiadores da luta dos trabalhadores da Usina Catende), em entrevista em 2014:

Esse grupo começou por uma questão simples: morriam muitos trabalhadores e pela enorme miséria em que viviam as pessoas eram enterradas no chamado ‘caixão da caridade’, que era só para transportar, esse caixão não ia para o chão, depois se despejava o corpo numa vala e cobria. Então, o povo decidiu criar uma espécie de fundo entre os trabalhadores para fazerem os enterros. O dono do engenho até ajudou com alguma quantia, era um ato de caridade, para o trabalhador poder ter uma morte digna no seu próprio caixão. Acontece que quando as pessoas se reúnem, as ideias também se reúnem e com isso eles foram percebendo que o problema não era só a falta de caixão, mas o fato de que morriam muitas pessoas, ou seja, a causa da morte de tantos homens e tantas mulheres novas. Vão chegando à raiz da questão: percebem que o problema era a falta de acesso à alimentação, pela falta de oportunidade de plantar e produzir, ou seja, no fundo, a questão era a terra. Então, começaram a lutar por terra para produzir.

No processo de radicalização de suas lutas, a Liga contrata o advogado (e romancista) Francisco Julião Arruda de Paula, recém-eleito deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), que se tornou o principal nome do movimento das Ligas Camponesas, difundindo-o em Pernambuco, na Paraíba, em outros estados

do Nordeste e também nacionalmente. Pela defesa da reforma agrária “na lei ou na marra”, as Ligas Camponesas atuavam especialmente em regiões onde latifundiários e grileiros começaram a expulsar trabalhadores (pequenos produtores) da terra para a expansão da cultura da cana-de-açúcar, ou seja, principalmente em áreas vizinhas às regiões propriamente canavieiras.<sup>2</sup>

Sobre a história dos trabalhadores do Engenho da Galiléia, por meio de sua luta, somada à atuação de Francisco Julião, em 1959, foi conquistada a desapropriação do Engenho, com 503 hectares e 140 famílias (pelo projeto de lei do deputado estadual Carlos Luís de Andrade), no Governo de Cid Sampaio. O caso seria um modelo para a política agrícola do governo, que planejava pacificar o campo, controlando as novas terras desapropriadas, o que deu início a novas lutas dos trabalhadores e também à repressão do governo. Com isso, a lendária Galiléia tornou-se um símbolo da luta dos trabalhadores pela terra no Nordeste. Atualmente, após mais de 50 anos, habitam em suas terras 241 famílias, entre elas alguns militantes remanescentes das Ligas, que guardam memórias e documentos da época.<sup>3</sup>

Nesse mesmo contexto, ocorreram congressos e uma passeata inédita de trabalhadores rurais em Recife, em 1955, ao final do Congresso de Camponeses de Pernambuco, coordenado por Josué de Castro<sup>4</sup>, como parte do cenário de crescente intensificação dos conflitos no campo e da luta pela reforma agrária. Ao mesmo tempo, também cresceu o movimento de sindicalização rural, com apoio da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Utab), criada em 1954, ligada ao PCB, que passou a ter mais influência nas áreas onde já estavam implantadas predominantemente as relações de trabalho assalariado pela cultura da cana, do cacau e do café. Apesar de inicialmente ter havido ações articuladas entre as Ligas e o PCB, surgiram divergências políticas entre esses dois grupos, sustentadas inclusive por perspectivas diferentes sobre o potencial revolucionário dos trabalhadores rurais e a radicalidade do enfrentamento da burguesia e do Estado. O PCB, seguindo os postulados oficiais autoritários do regime soviético, mantinha-se

---

<sup>2</sup> Francisco Julião, como relata Oliveira (2008) sobre o convívio deles no México, costumava contar que ele andava no campo com “a Bíblia numa mão e a Constituição na outra”, entendendo a importância da lei e da religião para os trabalhadores rurais, ou seja, reconhecendo “a mescla de radicalismo e de conservadorismo do camponês” (p. 106).

<sup>3</sup> Conforme relata matéria do Diário de Pernambuco, de 31 de março de 2004, “O Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, é o mais antigo e conhecido símbolo da luta pela terra”. Especial Golpe de 64. Disponível em: [http://www.old.pernambuco.com/diario/2004/03/31/especialgolpede64a2\\_o.html](http://www.old.pernambuco.com/diario/2004/03/31/especialgolpede64a2_o.html). Acesso em: janeiro/2015.

<sup>4</sup> Professor, médico, estudioso, político e ativista dedicado ao combate à fome no país, foi presidente do Conselho da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO-ONU).

cerrado à tese do protagonismo dos proletários urbanos e à meta de manter um pacto com a burguesia progressista para a realização da revolução democrático-burguesa no país, que deveria anteceder à revolução socialista. Com isso, defenderam uma linha que não chocasse com o governo federal. Assim, acirraram-se as divergências entre os dois grupos, sendo que as Ligas mantiveram-se como o movimento mais radical de resistência dos trabalhadores do campo.

As transformações econômicas do país ocorridas principalmente a partir da década de 1930, tendo como um marco de inflexão os anos 1950, como analisa Francisco de Oliveira, em *Elegia para uma Re(li)gião* (1977), expressaram “uma redefinição da divisão regional do trabalho no conjunto do território nacional”, que apareceu como conflito entre a região Sudeste e a região Nordeste, “uma em crescimento, outra em estagnação” (Oliveira, 2008, p. 163). Como o autor destaca, nesse contexto foi criada a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), com o objetivo de atenuar ou conter esses “desequilíbrios regionais” da economia do país. Com sede em Recife, sob a coordenação do economista Celso Furtado, a Sudene foi criada em 1959, entre as políticas desenvolvimentistas do Governo de Juscelino Kubitschek, com o objetivo de enfrentar as desigualdades regionais pela industrialização e reforma agrária, em resposta às crescentes reivindicações dos trabalhadores, ligas camponesas e sindicatos rurais por trabalho, terra e moradia, diante da extrema miséria em que viviam no campo e na cidade.

Por sua visão de desenvolvimento baseada na crítica à “armadilha da superexploração do trabalho”, como analisa Francisco de Oliveira (2008) – a partir de sua experiência de vários anos de atuação nessa organização, ao lado de Celso Furtado –, a Sudene foi um dos lugares centrais do conflito de classes no Brasil, no final dos anos 1950 e na década de 1960, que tinha como seu epicentro São Paulo (p. 65). Uma expressão dessa centralidade foi a visita de Edward Kennedy, irmão do presidente dos Estados Unidos, acompanhado por Celso Furtado, em 1961, ao Engenho Galiléia, berço do movimento das Ligas Camponesas. Posteriormente, como relatou uma matéria do *Diário de Pernambuco* de 1º de agosto de 1961, o visitante enviou de presente aos trabalhadores um gerador de energia, todavia, como registra o jornal, ao consultar os trabalhadores sobre o que gostariam de ganhar, havia recebido o pedido, não atendido, de que retirasse a polícia do Engenho: “Nós queríamos que o senhor pedisse a seu irmão para tirar a polícia daqui. Aqui não há desordeiro e não é necessária a polícia”, disse um morador.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Também disponível em: [http://www.old.pernambuco.com/diario/2004/03/31/especialgolpe-de64a2\\_1.html](http://www.old.pernambuco.com/diario/2004/03/31/especialgolpe-de64a2_1.html).

No contexto de crise, há um acirramento dos conflitos sociais, com a erosão da *pax agrariae nordestina*, e um grande crescimento dos sindicatos rurais. Em 1960 foram reconhecidas cem novas entidades, sendo que até esse ano havia apenas oito sindicatos rurais reconhecidos no país (Andrade, 1986). Entre eles, destaca-se a organização do Sindicato Rural de Palmares. Nesse contexto, é eleito Miguel Arraes para o Governo do Estado de Pernambuco.

Palmares, também conhecida como “Atenas Pernambucana” e a “Terra dos Poetas” (entre eles, Ascenso Ferreira<sup>6</sup>, que integrou o movimento modernista de 1922), teve um dos mais fortes Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região, no período que antecedeu à ditadura militar. Em grande parte, isto se deveu à atuação de Gregório Bezerra, trabalhador rural, que se rebelou contra o sistema que oprime gerações no campo, e dedicou-se à formação política e à organização dos trabalhadores. Em suas *Memórias* (1979), texto em que narra a sua trajetória de vida desde a infância no agreste pernambucano ao exílio político, ele conta sobre o processo intenso de organização dos trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul, incluindo a preparação para a luta armada:

Percorremos toda a região açucareira do Estado e alguns municípios do agreste, andando dia e noite, de canavial em canavial, de engenho em engenho, de usina em usina, de fazenda em fazenda, explicando a todos a necessidade deles se organizarem. (...) o nosso dever era fazer o máximo para conscientizar as massas exploradas, partindo das lutas econômicas nos sindicatos para as lutas políticas e para as grandes soluções revolucionárias. (p. 176)

Quando se deu o golpe, no dia 1º de abril de 1964, eu estava reunido com mais de 80 militantes do partido e delegados sindicais de Palmares, discutindo algumas medidas práticas imediatas. Decidimos paralisar o trabalho em todos os engenhos e usinas da zona açucareira do Sul do Estado e fazer a convocação, em pontos previamente determinados, dos trabalhadores. Por decisão da reunião, fui encarregado de tentar, mais uma vez, conseguir armas do governo estadual. (...) o Governador Miguel Arraes estava preso. Regressei a Palmares de mãos completamente vazias e frustrado. Quando cheguei a Palmares, a cidade já estava ocupada pelo 20º BC. (...) Depois de passar pelo controle, dirigi-me aos engenhos de Catende, Palmares, Água Preta, Gameleira, Ribeirão e alguns outros, onde havia concentrações de massa à minha espera, conforme tínhamos combinado antes. Diante da impossibilidade de conseguir armas, ia

---

<sup>6</sup> Além do poeta palmarenses Ascenso Ferreira, cujo poema “Trem de Alagoas” foi adaptado na gravação de “Vou danado pra Catende”, por Alceu Valença, destaca-se também o compositor catendense Tarcísio Accioly, que compôs a música “Cortador de Cana”, gravada por Dominguinhos.

desfazendo as concentrações. (...) A massa queria seguir para o Recife, mesmo desarmada. É claro que eu não poderia permitir uma coisa dessas, pois seria um assassinato em massa. Mas muitos insistiam, dizendo que as foices e estrovengas também eram armas. (...) Admi-rei a disposição dos trabalhadores, mas a verdade é que não havia nenhuma condição real para resistir (p. 191).

Sobre essa história, relata Arnaldo Liberato, 64 anos, ex-padre e assessor dos trabalhadores da Usina Catende, em entrevista em 2014:

Aqui na Zona da Mata Sul não teve atuação direta das Ligas Camponesas, mas sim uma articulação sindical, mais ligada ao Partido Comunista, tendo o Gregório Bezerra como principal articulador. Ele foi muito coerente, talvez o mais coerente com os trabalhadores. Ele tinha uma concepção política muito transformadora e engajada. (...) Aqui em Palmares foi o grande centro onde ele concentrou mais a sua atuação, aqui ele formou uma região toda, com o sindicato de Palmares e outros 11 municípios da região, que formavam uma única base sindical, com delegacias sindicais em Água Preta, Maraial, Catende, Barreiros etc. Ele ajudou a criar na época um sindicato regional. Tem uma liderança em Catende, que é Manuel Raimundo, que mora no Engenho Lajedo ainda hoje, que trabalhou muito com a gente, foi da ACR, ele era sindicalista naquela época. Também tem o Seu Dodja, do Engenho Pirangi, que também conta muito essa história, porque o irmão dele foi sindicalista nesse período. Eu mesmo conheci o irmão de Seu Dodja em Brasília, no início dos anos 1980, antes mesmo de conhecer aqui o Seu Dodja, porque ele era funcionário da CONTAG. Por muito tempo não se falava nada dessas histórias da fundação dos sindicatos aqui na região, até hoje tem ainda gente que tem medo de falar, medo de ser punido se falar. É impressionante. O Gregório Bezerra fez esse trabalho muito interessante nessa região.

Os anos 1962 e 1963 foram marcados por importantes mobilizações em Recife, nas quais se articulavam os movimentos do campo, com greves e atos políticos. Acrescenta-se também que até o Sindicato dos Operários do Açúcar de Pernambuco, como relata Lopes (1976), fundado no Estado Novo, após duas décadas de atuação subordinada à burocracia estatal e aos usineiros, sofreu certa influência do movimento de Oposições Sindicais nesse momento:

(...) quando então a entidade passou a ter uma atuação relativamente mais agressiva no que diz respeito à defesa dos direitos trabalhistas, tendo tido participação na greve geral na cana-de-açúcar ocorrida em fins de 63, ocasião em que se deu a união dos operários com os trabalhadores da parte agrícola, os quais tinham o maior peso na

iniciativa da luta, parando toda a área da cana e ameaçando diretamente o poder secular dos usineiros e proprietários” (p. 5).

O Sindicato dos Operários do Açúcar, como todos os demais sindicatos, foi atingido pela forte intervenção após o golpe militar, em 1964.

Ainda falta destacar um terceiro importante campo político com atuação destacada junto aos trabalhadores da cana-de-açúcar nesse período dos anos 1950-1960, que antecedeu a ditadura militar, ao lado das Ligas Camponesas e dos sindicatos apoiados pelo PCB: os grupos católicos. Nessa época, a Igreja teve importante atuação na formação de sindicatos rurais em Pernambuco, todavia, a sua atuação caracterizou-se pela contraposição ao comunismo e aos movimentos mais combativos das Ligas e do PCB de Gregório Bezerra, contribuindo para controlar a organização política dos trabalhadores, beneficiando usineiros e as classes dominantes, inclusive criando pontes para a atuação de organizações dos Estados Unidos na região, sob a égide da “Aliança para o Progresso”. Como relata Andrade (1986):

Em Pernambuco, destacou-se por sua ação no meio rural o padre Antônio Melo, pároco da cidade do Cabo, que organizou sindicatos e cooperativas; e em 1963 ligou-se ao Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e apoiou o movimento de 1964, assessorando a intervenção governamental em numerosos sindicatos. Outro também que se destacou foi o padre Paulo Crespo, que, com o Sorpe (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco), atuava no município de Jaboatão, onde havia tradicional influência comunista. Jaboatão, na década de 1940 era chamada de Moscouzinho e chegou a eleger o primeiro prefeito comunista do Brasil, o médico Manuel Rodrigues Calheiros (p.30).

Esses municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco são vizinhos à região de abrangência da Usina Catende e do município de Palmares, onde se destacavam os sindicatos apoiados por Gregório Bezerra. Como analisa Andrade (1986), a atuação dos católicos nessa época teve expressamente o objetivo de competir com a influência comunista no campo. Ambos os padres citados, estiveram engajados na criação do SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco), e atuaram no interior do Estado, na linha da legalidade, na fundação de diversos sindicatos rurais. Sobre a atuação da Igreja nesse período, relata Arnaldo Liberato, 64 anos, ex-padre e assessor dos trabalhadores da Usina Catende, em entrevista em 2014:

No período já de preparação do golpe, esse pessoal da Igreja que atuava com os sindicatos no interior do Estado, como o Padre Crespo e o Padre Melo, já estavam cooptados. Esses padres coordenavam um grupo enorme de trabalhadores para fazer treinamento

nos EUA, antes de 64. As articulações feitas pelos EUA aqui na região foram muito grandes, a partir da Aliança para o Progresso. (...) Tudo isso já era parte da montagem do golpe. (...) E os sindicatos da Igreja tiveram um papel muito importante. (...) A Igreja criou as Federações Sindicais de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, e com essas federações criou a CONTAG, a partir da ação desses padres. Tudo isso foi criado pela Igreja. (...) Com financiamento dos EUA, por exemplo, para os centros sociais da FETAPE [Federação dos Trabalhadores Agrícola de Pernambuco], pelo IADESIL [Instituto de Assistência ao Desenvolvimento Sindical]. (...) Era uma estratégia muito bem desenhada.

No contexto do golpe militar, comparando com os outros campos políticos que atuavam na organização dos trabalhadores no período, ele acrescenta:

Quando teve o golpe, diferentemente dos sindicatos organizados pela Igreja, aqui na região havia trabalhadores que estavam preparados para reagir, como também lá em Galileia. E o Gregório Bezerra teve uma atitude que eu respeito muito, porque se sabia que o pessoal estava preparado para agir, só que a articulação do golpe era tão poderosa que quando ele percebeu, ele veio para a região avisar que não reagissem, porque o peso deles era muito superior ao que tinham aqui. Então ele pediu que não reagissem para que não acontecesse um massacre. Achei isso de uma enorme dignidade. Na volta de Palmares, ele foi preso e arrastado pelas ruas de Recife, no bairro de Casa Forte, onde ele morava. Ele foi muito admirável, primeiro o trabalho dele na formação dos trabalhadores e depois a sua capacidade de agir na proteção das pessoas. Galileia foi o mesmo, tentaram reagir, mas acabaram desistindo para se salvarem. Enquanto Gregório e Julião tiveram essa atitude, o Padre Melo e o Padre Crespo se aliaram ao militares, quer dizer, já estavam aliados nesse momento, e logo aproveitaram para ajudar a fazer as intervenções nos sindicatos que não eram ligados a eles.

O Padre Melo destacou-se também pela organização da Cooperativa Tiriri, no Cabo, onde atuou com apoio financeiro da USAID (*United States Agency for International Development*) e tolerância (e também apoio) de usineiros, ao mesmo tempo em que conflitava com o Governo de Arraes. O caso da Cooperativa Agrícola de Tiriri, formada em 24 de abril de 1963, com apoio da Sudene, a partir do arrendamento de terras de engenhos da Usina Salgado e, posteriormente (já nos anos 1970), incorporando as Usinas Serro Azul e Mussurepe, é importante para esta pesquisa.

A experiência da Cooperativa Tiriri marcou a imagem do cooperativismo na economia canavieira do Nordeste, como um contraponto à ação das Ligas e dos

Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. A Sudene, como analisa Freitas (2005), em seu apoio à criação da Cooperativa tinha a expectativa de encontrar soluções para a “questão do campo”, inclusive contando com o suporte de organizações assistenciais dos Estados Unidos. Apontado o equívoco da Sudene, o professor Francisco de Oliveira, em conversa sobre a pesquisa em 2014, avaliou que o apoio à Cooperativa Tiriri resultou da ilusão de que seria possível implantar um modelo de desenvolvimento capitalista organizado, após séculos de escravidão e despotismo no campo do Nordeste.

Sob a coordenação do Padre Melo, que tinha o apoio dos próprios trabalhadores rurais, a Cooperativa organizou-se com base em um acordo de arrendamento da terra, condicionado ao fornecimento obrigatório de cana para a Usina, que se mantinha controlada pelos antigos proprietários, os irmãos Cardoso. A implantação desse modelo viabilizou a desobrigação dos proprietários da Usina de arcar com os encargos trabalhistas, sendo que a discordância com relação à falta da contratação com carteira-assinada dos trabalhadores levou em 1968 a Sudene a rescindir o seu convênio com a Cooperativa. Explicitou-se nesse momento o significado desse modelo de cooperativa na ampliação da exploração do trabalho.

Diante da degradação das condições já bastante precárias de trabalho, os trabalhadores chegaram a pedir a “volta dos usineiros”, inclusive porque com a extinção do sistema de “barracão” o acesso aos alimentos, bastante restrito, havia se tornado ainda mais difícil. Cumpre lembrar que o sistema do “barracão” era extremamente prejudicial aos trabalhadores, pela venda de produtos com preços abusivos e controle do próprio pagamento dos trabalhadores, que na maior parte era totalmente retido no próprio “barracão” para saldar as dívidas. Ao reclamar o retorno dos usineiros, os trabalhadores apontavam a fraude e a crise desse modelo.

No contexto da ditadura militar, o Padre Melo solicitou uma intervenção do governo na Cooperativa em crise. O governo então apoiou um novo projeto, dando início a uma nova fase de expansão da Cooperativa, com o arrendamento de novos engenhos (como o Paudalho e o Serro Azul, em Palmares), incluindo o controle de três novas usinas. A retomada da produção ocorreu com o estabelecimento de contratos de seção de 10 hectares de terras aos associados, com a obrigação do cultivo de cana em 60% da área e seu fornecimento à Cooperativa, que passou a ser proprietária de usinas. Essa nova fase gerou aumento de produtividade e equilíbrio financeiro, e segundo dados de Freitas (2005), no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a Cooperativa produzia cerca de 250 mil toneladas de cana

ao ano. Ao longo das décadas seguintes, ela manteve a produção, mas enfrentou diversos conflitos, como relata Freitas (2005):

Os associados estão em permanentes conflitos pela direção da entidade, com interferência de correntes político-partidárias, formando dissidências, ao ponto de ter sido criada em 2002, nas terras da Cooperativa, em Paudalho, a Cooperativa Mussurepe, dirigida por seu fundador Natalício, que também participou da fundação da Cooperativa Tiriri (p. 7).

A Cooperativa Tiriri existe até a atualidade (2014), mas também está com suas usinas desativadas. Com uma propriedade de cerca de 17 mil hectares de terra, envolve seis municípios da Zona da Mata Sul Pernambucana: Cabo, Ipojuca, Palmares, Bonito, Catende e Paudalho. Parte de suas terras foram destinadas à reforma agrária, onde assentados enfrentam grandes dificuldades, e relatam desconhecer qualquer história da Cooperativa ter sido de trabalhadores.

Pelas várias polêmicas com relação ao significado dessa experiência na luta dos trabalhadores rurais, como analisa Freitas (2005):

a Cooperativa Agrícola do Tiriri estabeleceu uma verdadeira controvérsia nas páginas da luta camponesa no Cabo, pois, se em primeiro plano aparentava ser o ensaio de um projeto de reforma agrária, na sua atuação cumpria interesses do setor agroindustrial (leia-se usineiros) (p. 4).

Cabe destacar que a Cooperativa foi formada no mesmo ano de 1963 em que foi criado o “Estatuto do Trabalhador Rural” (Lei nº. 4.214, de 2 de março de 1963) e também o chamado “Acordo do Campo”, articulado pelo Governo de Miguel Arraes em Pernambuco, que estabeleceu novos direitos aos trabalhadores rurais, cuja luta por sua implementação motivou a organização de importantes greves no período.

Nesse contexto, a Cooperativa Tiriri teve um papel importante na desarticulação do movimento dos trabalhadores rurais na região, criando um modelo de sonegação de direitos, incluindo indenizações aos proprietários. Pelas vantagens que gerou aos usineiros e pela forma com que foi colocada em prática, ela trouxe lições importantes para a luta dos trabalhadores de Catende décadas depois. Na primeira década em que resistiu, o cooperativismo foi rejeitado pelos trabalhadores da Usina Catende, todavia, como veremos adiante, foi retomado em uma segunda fase da luta, como forma de garantir a propriedade coletiva da Usina, quando fosse concluída sua falência ou conquistada sua desapropriação. Cabe avaliar que em Tiriri buscou-se manter as vantagens econômicas da produção em larga escala de

uma Usina de açúcar, ao mesmo tempo que se projetou um modelo de reforma agrária que mantivesse a propriedade coletiva da terra em nome da Cooperativa, caminhos seguidos em Catende, como veremos. Todavia, em Tiriri a produção agrícola baseava-se exclusivamente no arrendamento da terra a pequenos produtores, usando o trabalho familiar, o que dificultou o aumento de produtividade, com a implantação de novas tecnologias e o aprimoramento da produção agrícola. Em contraste, em Catende foi defendido um modelo híbrido. De toda forma, a Cooperativa Tiriri tornou-se um exemplo de retrocesso nas lutas e de fragilização da produção e da condição de vida dos trabalhadores.

Diante de sua história, houve uma grande polêmica sobre o modelo da reforma agrária e o papel do cooperativismo, por muito tempo combatido pela FETAPE, em defesa do trabalho “fichado” com direitos e da reforma agrária com o direito à posse particular da terra (em oposição à proposta híbrida de propriedade coletiva e individual, implementada no Assentamento Miguel Arraes, na Usina Catende, apresentada a seguir), argumentando que a cooperativa acabava tomando o lugar dos antigos usineiros e patrões, como ocorreu no caso da Cooperativa Tiriri. O contraste entre o trabalho cooperativo e o trabalho assalariado tornou-se também um debate central na experiência dos trabalhadores da Usina Catende.

Retomando a história das lutas dos trabalhadores rurais que se fortaleceram nos anos 1950 e 1960, com diferentes influências políticas, houve um grande crescimento da organização dos trabalhadores rurais e movimento sindical rural, fomentado inclusive pela própria legislação trabalhista, resultante também do novo contexto de expansão do capitalismo no campo, que expropriava os pequenos produtores e ampliava a massa de trabalhadores assalariados. A articulação entre os sindicatos, principalmente com o apoio dos católicos, levou à criação da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), em 1963, incluindo dezenove federações, mas que também envolvia o PCB, a Ação Popular (AP) e os chamados Círculos Operários Cristãos, mais conservadores.

Os Círculos Operários haviam sido criados em 1932 com o objetivo de “cristianizar” o movimento operário, chegando a atuar como órgão técnico consultivo junto ao Ministério do Trabalho durante o Estado Novo. Nos anos 1960, influenciaram a criação do SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco), onde atuavam o Padre Melo e o Padre Crespo. Como destacado anteriormente, essa organização católica teve um papel importante nos anos 1960 na criação de sindicatos rurais cristãos em Pernambuco, buscando fomentar um sindicalismo

“sem destruir a ordem social cristã”, em oposição aos sindicatos de orientação comunista, que também floresciam na época.

Retomando brevemente a história dessas organizações católicas, desde o início do século XX, mas principalmente na década de 1940, foram criadas organizações (como a Ação Católica) em países como a Bélgica, a França e a Itália, que começaram a desenvolver ações junto aos trabalhadores, especialmente operários, no contexto de grandes avanços da industrialização na Europa. Nesse contexto, surgiram os “padres-operários”, os padres de “chão de fábrica”, que passaram a conviver com os trabalhadores dentro das próprias fábricas. Essas organizações apresentaram grandes avanços no que se refere à aproximação da Igreja à realidade dos trabalhadores, pela imersão em seu universo – o que modificava enormemente o padrão da formação dos padres, apartados do mundo desde a infância, internos em seminários. Todavia, esse movimento católico tinha objetivos conservadores, de criar relações de confiança no meio operário que evitassem a perda de fiéis para o movimento comunista, crescente no período do pós- II Guerra.

Nesse início dos anos 1960, Dom Helder Câmara tornou-se Arcebispo de Olinda e Recife. Ele havia sido coordenador da Ação Católica no Brasil e apoiava a ação pastoral e o compromisso da Igreja de “assistir” e conviver com mais proximidade ao povo. Assim, ele passou a dar apoio ao SORPE, mas também a outros grupos e à vinda de diversos padres de outros países ao Nordeste. Nesse contexto, começou a fortalecer-se um movimento de renovação da Igreja, especialmente na América Latina, que se aprofundou e deu novos contornos à perspectiva da aproximação da Igreja à realidade do povo e ao trabalho pastoral, com o surgimento da Teologia da Libertação, após o Concílio do Vaticano II, em 1964.

Esse movimento tomou grandes proporções em Pernambuco, contando com o apoio de Dom Helder e também com o ambiente político do Seminário de Olinda, que já se destacava como um centro político importante.<sup>7</sup> Nesse ambiente, em 1962, a Ação Popular (AP), diferenciando-se dos Círculos Operários e da SORPE, foi criada pela Juventude Universitária Cristã (JUC), ligada às organizações estudantis, baseada na crítica ao capitalismo, que logo entrou em conflito com a cúpula da Igreja Católica (Ramos, 2011). A AP em Pernambuco articulou-se ao MEB (Movimento de Educação de Base), fundamentado no trabalho de Paulo Freire. Nesse contexto, fortaleceram-se e organizaram-se diversos grupos católicos de jovens (como a JEC, Juventude Estudantil Católica, e a JOC, Juven-

---

<sup>7</sup> O Seminário de Olinda foi sede, por exemplo, de uma das primeiras Faculdades de Direito do Brasil, criada juntamente com a Faculdade de Direito de São Paulo, em 1827.

tude Operária Católica) e também grupos de atuação pastoral junto aos trabalhadores do campo e da cidade, como a ACR (Animação dos Cristãos no meio Rural), que apresentaremos a seguir, por sua atuação na região da Usina Catende. Com essas organizações, aos poucos, nasceu a “Igreja de Resistência”<sup>8</sup> no Brasil, que teve papel fundamental no apoio à luta dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco, ao longo da ditadura militar e também após a abertura política.

Em Pernambuco, nesse momento, a maior efervescência social ocorria no campo. Após a eleição de Miguel Arraes para o Governo do Estado, articulou-se o chamado “Acordo do Campo”, em 1963, como citado anteriormente. Esse Acordo histórico envolveu representantes dos sindicatos dos diferentes campos políticos de organização dos trabalhadores rurais (comunistas e católicos), das Ligas Camponesas e também dos usineiros, organizados na Cooperativa dos Usineiros, e dos fornecedores de cana, grandes proprietários de terras.

O Acordo, assinado no Palácio das Princesas, regulamentou a convivência no campo, estabelecendo normas que buscavam garantir o Salário-Mínimo Rural, a ser pago em dinheiro diretamente ao trabalhador (não mais pelo “barração” ou através de “gabão”, um tipo de “vale-moeda” das usinas), determinando medidas e critérios para o trabalho por tarefas: roçagem, encoivaração (tarefa de enfeixar a cana), cobertura de sulco, cavagem a enxada, limpa de cana, enchimento de carro, corte de cana, etc.; e estabelecendo outros trabalhos a serem pagos por diárias, como: revolvimento de terra com arado, plantio de estouro, sulcagem de boi, limpa de sulco, corte de semente, adubação, incluindo cavagem, transporte de semente e adubo, transporte de cana, limpa com cultivador, reboador, dosagem de inseticida, gradeação (Andrade, 1986).

Além disso, o Governo de Arraes iniciou programas de crédito para os pequenos produtores, como estratégia para tirá-los da mão de agiotas e do sistema de venda antecipada com preços muito inferiores aos do mercado, como relata Manuel Correia de Andrade, que foi também diretor do Gepa (Grupo Executivo da Produção de Alimentos), o qual trabalhava diretamente no campo com esses programas no Governo de Arraes. O “Acordo do Campo” significou um grande avanço na implantação das leis trabalhistas nas áreas rurais, quase três décadas após a criação da CLT, em busca de pacificar conflitos (incluindo instrumentos para a

---

<sup>8</sup> Como relata Silvio Tendler, no documentário *Jango*, de 1984: o assassinato do Padre Henrique, ligado ao Dom Helder Câmara, pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC), em 1969, marcou com sangue o início da nova fase da “Igreja de Resistência”, quando parte da Igreja volta-se às lutas do povo e pela democracia.

organização dos sindicatos) e permitir o desenvolvimento econômico rural capitalista. Todavia, apesar de também responder aos interesses dos usineiros, ao regular a competição entre eles, a implantação do Acordo enfrentou muita resistência das classes dominantes de Pernambuco, até voltar para a gaveta, após o golpe militar. Essas políticas e o “Acordo do Campo” transformaram Arraes em um mito para os trabalhadores rurais, mas como alerta Oliveira (2008): “o mito é a antipolítica” (p. 109), posto que retira dos trabalhadores o papel de sujeito da sua história.

Nesse momento, principalmente após 1960, Pernambuco fervia com movimentos sociais, manifestações, ideias e debates. Diante da efervescência política, a “açucarocracia”<sup>9</sup>, com sua mais representativa organização – a Cooperativa dos Usineiros –, almejava o golpe militar e ligava-se ao movimento anticomunista organizado no país.<sup>10</sup> O golpe concretizou-se em 1º de abril de 1964, como reação às pressões sociais e às perspectivas de reformas econômicas, políticas e sociais do Governo João Goulart. Como avalia Oliveira (2008):

É o velho Nordeste dos “coronéis” e da burguesia açucareira, convocando as forças da burguesia internacional associada e do imperialismo para liquidar as classes populares que lhes roubavam a hegemonia política (p. 128).

A ditadura militar conseguiu desarticular as organizações dos trabalhadores e as políticas desenvolvimentistas do Nordeste, reprimindo, prendendo e matando trabalhadores, sindicalistas, políticos, estudantes e militantes de esquerda, e fazendo intervenções nos sindicatos. Assim, relata Oliveira (2008): “O golpe de 1964 abateu-se com especial fúria sobre Pernambuco e o Recife” (p. 85). Junto com a repressão, agravou-se a crise social na agroindústria açucareira, que conforme ampliava a produção, expulsava os pequenos produtores e moradores dos engenhos, destruía as lavouras de subsistência e disseminava a miséria no campo, gerando migração em massa para os centros urbanos, especialmente do “sul” do país. A ditadura, justificando-se pela defesa da segurança e do desenvolvimento, silenciou por quase duas décadas, com violência e assassinatos, a luta por democracia e justiça social no país.

---

<sup>9</sup> Como denomina Francisco de Oliveira, em seu ensaio *Noiva da Revolução* (2008), rememorando o apelido dado por Evaldo Cabral de Melo à pretendida aristocracia do açúcar de Pernambuco.

<sup>10</sup> Como denuncia essa matéria do Jornal do Commercio sobre os 50 anos do Golpe: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/50-anos-do-golpe/noticia/2014/04/01/a-noticia-chega-ao-qg-dos-usineiros--123380.php>.

Diante desse quadro de tensão social, no primeiro ano da ditadura, foi criado o Estatuto da Terra (Lei nº. 5.404, de 30 de novembro de 1964), para orientar a política de desenvolvimento agrário do país com base na função social da terra, mas que somado à anulação do decreto pela desapropriação de terras improdutivas, lançado por Jango no famoso Comício da Central do Brasil, serviu na prática como uma “contra-reforma agrária”, como expressa Octavio Ianni (1979), em *Colonização e reforma agrária na Amazônia*.

Nesse sentido, a ditadura fomentou a criação de cooperativas, como citado anteriormente no apoio à Cooperativa Tiriri, e também no caso da Cooperativa Caxangá. Esta última, no município de Ribeirão, vizinho a Palmares, tornou-se conhecida pelas lutas sociais e greves que levaram à criação da Cooperativa Integrada de Reforma Agrária (CIRA), em 1969. Submetendo-se aos interesses políticos e econômicos das classes dominantes locais e do governo, a Cooperativa resultou na piora da condição de vida dos trabalhadores, que passaram a ser reprimidos e expulsos da terra. Um marco do período foi o Padre Vito Miracapillo: por denunciar a reforma agrária fraudulenta em Caxangá e suas consequências aos trabalhadores rurais, ele foi expulso do país em 1980.<sup>11</sup>

Como parte desse processo, foi criado em 1968 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Posteriormente, o Programa de Distribuição de Terras (Proterra), instituído pelo Decreto-Lei nº. 1179, de 6 de julho de 1971, teve o objetivo de promover a chamada “reforma agrária consentida”, pela desapropriação de áreas indicadas pelos proprietários rurais, que viram no programa uma forma interessante de vender as terras menos produtivas de seus latifúndios com bons preços, e indicando as pessoas para ocupá-las. Por esse programa, por exemplo, em Pernambuco, onde havia muitos conflitos agrários e uma forte organização dos trabalhadores rurais, foram desapropriadas áreas da Usina Central Barreiros e outras três áreas em Paulista e em Crauatá. O Proterra, conforme relata Andrade (1986), gerou demissão de trabalhadores e foi um retrocesso na conquista de direitos. De modo geral, como analisa José de Souza Martins (1981), essas políticas não visaram a melhor distribuição da terra, tendo um caráter eminentemente capitalista, de transformar a terra em um bem de negócio. Dessa forma, a

---

<sup>11</sup> O Pe. Vito Miracapillo, da paróquia de Ribeirão, na Diocese de Palmares, foi expulso do Brasil em 1980, acusado de “agitador” por usineiros e proprietários da região, articulados com o governo ditatorial do país. Sua polêmica expulsão foi justificada pelo sacerdote ter se recusado a celebrar uma missa pelo dia da independência, afirmando que “o Brasil não era independente”, pois faltava a “efetiva independência do nosso povo”. Sobre a história ver: Miracapillo, V. *O Caso Miracapillo: conflito entre o Estado e a Igreja no Brasil*, Recife, Nordeste/Comunicarte, 1985.

ditadura militar buscou implementar a modernização capitalista do campo, com base na forte repressão e intervenção na maioria dos sindicatos rurais, apoiada pela ação de grupos católicos conservadores, que contribuíram para o controle dos sindicatos, limitando sua ação ao assistencialismo.

Apesar da repressão e mesmo estando sob intervenção, ao longo da ditadura, os sindicatos dos trabalhadores rurais mantiveram alguma atividade, reportando denúncias à Justiça do Trabalho, o que os diferenciou novamente dos Sindicatos dos Operários do Açúcar, que teve pouca atuação. Em 1965, a ACR (Animação dos Cristãos no meio Rural) foi criada em Pernambuco, com o apoio de Dom Helder Câmara, como um movimento leigo, mais autônomo em relação à Igreja. Com sede em Recife, no prédio da Arquidiocese, era coordenada pelo padre francês José Servat. Junto a esse religioso, através dessa instituição, Arnaldo Liberato<sup>12</sup> iniciou sua atuação pastoral com os trabalhadores da Usina Catende, ainda como seminarista e estudante de Ciências Sociais na UFPE, antes mesmo de ser ordenado padre por Dom Helder Câmara, em 1985.<sup>13</sup> Pela ACR, como relata em entrevista em 2014, Arnaldo Liberato passou a trabalhar desde o final dos anos 1970 no apoio à organização das Oposições Sindicais na região e ter contato nacionalmente com outras organizações católicas, nas quais atuavam, por exemplo, Frei Betto e Betinho. Sobre esse trabalho durante a ditadura e a sua atuação na região da Usina Catende, Arnaldo Liberato relata, em entrevista em 2014:

Nesse momento conheci o Marivaldo, a Luciene, que é minha esposa hoje, irmã dele. Pela ACR, já em 1978, quando comecei meus es-

---

<sup>12</sup> Nascido em Palmeiras dos Índios, no Agreste de Alagoas, em 1950, filho de pequenos agricultores, trabalhou até os 18 anos no campo, onde estudou até a 3ª. série na escola rural. Em 1978, mudou-se para São Paulo, com o objetivo de voltar a estudar, e trabalhou como metalúrgico, ascensorista, além de fazer curso de mecânico e taxista. Após seis anos, retornou a Alagoas e foi trabalhar na cidade de Arapiraca, como comerciante. Aos 25 anos começou a participar de atividades de um grupo de jovens ligado à Igreja, iniciando sua atuação em comunidades rurais e aproximando-se do movimento da Teologia da Libertação. Aos 29 anos, ingressou no Seminário, ao mesmo tempo que iniciou a graduação em Ciências Sociais, na UFPE. Nesse momento, começou a participar da ACR, quando iniciou sua atuação junto aos trabalhadores rurais de Catende, no apoio às Oposições Sindicais na região. Em 1983, tornou-se coordenador da ACR e em 1985, foi ordenado padre por Dom Helder Câmara. Posteriormente, após deixar o sacerdócio, casou-se e teve filho, e seguiu atuando ao lado dos trabalhadores de Catende, tendo sido um dos principais apoiadores da luta por sua recuperação (Dados colhidos em entrevista em 2014).

<sup>13</sup> Ao contar sobre seu convívio com Dom Helder, Arnaldo Liberato cita uma fala dele na abertura de suas aulas no Seminário, em 1979, quando destacou dois ensinamentos fundamentais: “Primeiro: Obediência cega, nem a Deus, porque assim ele não quer. E segundo: nunca pise em ninguém, por nada na vida, e nunca deixe que ninguém pise em vocês. Eu me lembro dessas palavras sábias que ouvi dele, que para mim são como uma síntese incrível de todo o tratado de Direitos Humanos da ONU.”

tudos, conheci o Padre Servat, o Padre Afrânio, que eram da coordenação, e comecei a frequentar, desde 1979, o chamado Giriquiti, que era a sede da Arquidiocese de Olinda e Recife, e também a sede da CNBB regional, que ficava na Conde da Boa Vista, onde hoje é um shopping. O shopping Boa Vista hoje ocupa o grande espaço onde antes era o Centro Pastoral do Nordeste. Para a gente aquilo era o nosso grande Centro. Todas as Pastorais tinham sede lá, a Pastoral da Juventude, a Pastoral Rural, a Pastoral dos Pescadores. Lá tinha esse leque muito interessante, que facilitava a integração. Então lá era um grande centro de efervescência teológica, que chamava a atenção para muita coisa. Por isso, Dom Helder chamava muito para essa questão [do trabalho pastoral junto com os trabalhadores], mas também tinha um conjunto de padres, de muitos lugares, franceses, belgas, italianos, brasileiros também, muito engajados nessas questões. Era muito bom. O Instituto de Teologia passou a ser um termômetro de toda a articulação de Olinda e Recife, porque nós éramos umas cento e tantas pessoas estudando lá, e nós tínhamos um intervalo de 30 minutos das aulas, e nesse intervalo era o momento de encontro, de conversas, de articulação, dos avisos de eventos. Porque todas as articulações pastorais estavam ali, tinha gente de todas as congregações religiosas, menos os beneditinos que eram os mais fechados. Todos os demais estudavam ali. Então, o que se combinasse, sobre tal evento e tais movimentos sociais – naquele tempo não tinha celular, não tinha internet, computador, não tinha nada disso – era isso que funcionava. Para fazer mobilizações, envolvendo Olinda, Recife e o interior do Estado, era ali. Existia um grande centro de convergência, a partir do Instituto de Teologia, do Centro Pastoral, que era o Giriquiti 48, que é o nome da rua. A polícia também sabia muito bem desse ponto de encontro e passou a fazer escutas dali também.

No final dos anos 1970, o movimento sindical do campo conseguiu renascer de forma mais expressiva, especialmente pela atuação das Oposições Sindicais. Nas áreas canavieiras, sob forte controle dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, aos poucos foram retomadas as reuniões, inicialmente clandestinas, apoiadas por padres e grupos católicos de esquerda, em um novo contexto, com o surgimento da Teologia da Libertação e o movimento de renovação vivido em parte da Igreja na América Latina, conforme destacado anteriormente. Nesse momento, criou-se uma fissura na trilogia casa-grande, senzala e igreja, que caracteriza a cultura açucareira.

Essa nova vertente da atuação dos grupos católicos expressou-se também nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e nas Pastorais Rurais, que atuavam com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na retomada das lutas dos trabalhadores rurais no Nordeste. Com isso, as organizações da

“Igreja de Resistência” constituíram-se como um importante espaço para a sobrevivência e o resgate das resistências dos trabalhadores, como destaca Arnaldo Liberato, em entrevista em 2014:

Conheci muitos militantes, advogados das Comissões de Direitos Humanos, que não eram católicos, eram marxistas ferrenhos, mas que viviam nas Pastorais, porque era onde havia condição para trabalhar naquele tempo. A igreja cresceu muito com os movimentos sociais, a Teologia da Libertação possibilitou isso. Essa abertura foi muito boa para a Igreja e foi muito boa para os movimentos sociais. Então, tivemos no Brasil uma Igreja que apoiou o golpe, que apoiou a Marcha da Família, com bispos e padres juntos, mas também tivemos um espaço na Igreja que foi extraordinário, para muita gente se salvar, se proteger, evitar ser assassinado. Foi o espaço que tivemos para trabalhar, fazer ação política e social durante a ditadura. Os Centros de Defesa de Direitos Humanos e as Comissões de Paz e Justiça foram extraordinários, eram os únicos espaços que existiam para a defesa de direitos de quem não tinha como se defender. Eram espaços respeitados. A Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife era como se fosse um tribunal internacional. Esses espaços foram também fundamentais aqui em Palmares, o Centro de Defesa de Direitos Humanos aqui de Palmares foi muito importante para a organização das Oposições Sindicais e também para a tomada de Catende.

Como resultado desse trabalho de base, com apoio das Pastorais Rurais, o primeiro caso na região de Catende no qual a Oposição Sindical conseguiu ganhar eleições ocorreu em 1989 no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maraial, tendo sido eleito presidente Marivaldo Silva de Andrade, trabalhador da Usina Catende, futuramente uma importante liderança sindical na luta pela sua recuperação e autogestão.

Em um período anterior, em 1979, de forma simultânea às grandes greves dos metalúrgicos do ABC Paulista, iniciou-se uma grande onda de greves, envolvendo mais de 100 mil de trabalhadores rurais canavieiros em Pernambuco, por aumentos salariais e melhores condições de trabalho, quando ocorreu a primeira Campanha Salarial dos trabalhadores canavieiros. Esses movimentos foram um marco expressivo, como relata Lygia Sigaud, no estudo *Greve nos engenhos* (1980). Tais eventos retomaram o passado de resistências e lutas, intensificando a pressão para a conquista de direitos trabalhistas, com a implementação e a ampliação do “Acordo do Campo”, incluindo compensações pela insalubridade, o pagamento de horas extras, a criação de escolas de ensino fundamental em propriedades com

mais de cem empregados, a obrigação da assinatura da carteira de trabalho e o pagamento dos salários “fora do barracão”, entre outras melhorias.

A luta pelos direitos dos trabalhadores rurais seguiu ao longo da década de 1980, incluindo reivindicações pela melhoria das moradias nos engenhos, o registro dos trabalhadores safristas e o desconto em folha da contribuição sindical, frente à forte repressão e resistência dos latifundiários em cumprir os direitos básicos.

Nesse processo, no contexto do Nordeste, como destaca Andrade (1986), o Estado de Pernambuco destacou-se pela maior politização dos trabalhadores, consequência das experiências anteriores nas lutas políticas e sindicais, como também dos programas de desenvolvimento rural iniciados no Governo Arraes. No processo da redemocratização, cresceram as greves e as formas de reivindicações previstas em princípios instituídos na lei. Diferentemente dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, com sedes nos vários municípios, o Sindicato dos Operários da Indústria do Açúcar de Pernambuco manteve sua sede em Recife, distante das demandas dos operários, que viviam em maior isolamento e submetidos ao sistema de dominação das usinas. Apesar de limitadas, na retomada das lutas sindicais após a ditadura militar, ocorreram também greves de operários do campo e da cidade, principalmente nas refinarias de açúcar, e com elas uma ampliação temporária no protagonismo do Sindicato dos Operários no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, pela ação das Oposições Sindicais, em grande parte apoiadas pela CUT.

Ao mesmo tempo que se reorganiza a ação dos sindicatos, a partir dos anos 1970, consolida-se uma grande transformação na produção açucareira brasileira, com o deslocamento definitivo do centro principal da economia canavieira para o Centro-Sul, especialmente para o Estado de São Paulo. Se nos anos 1930, o Nordeste (especialmente Pernambuco e Alagoas) respondiam por quase 70% da produção do açúcar do país, na década de 1970, como ressalta Lopes (2011), a região passou a representar menos de 30% da produção nacional, sendo que no transcorrer desses 50 anos o volume produtivo havia aumentado 14 vezes. O marco dessa mudança do centro produtor ocorreu na metade dos anos 1950, momento no qual a produção do Nordeste e do Centro-Sul igualaram-se. Como veremos a seguir, esse foi também um momento de crise da Usina Catende, após o seu período de apogeu na primeira metade do século XX. Vale destacar que esta Usina representava até então a maior produção do Nordeste, sendo que nesse momento no Estado de Pernambuco havia mais de 50 unidades agroindustriais, que mantinham com-

petitividade no contexto da produção nacional.<sup>14</sup> Esse deslocamento do centro produtor, resultante da ação demasiadamente protecionista do IAA, como analisado anteriormente, também foi impulsionado, como destaca Lopes (2011), pela acelerada industrialização do Centro-Sul, concentrando o maior mercado consumidor do país.

O novo regime político democrático, como analisamos no Capítulo 1, foi logo marcado pela intensificação do processo de integração subalterna do país ao capitalismo mundializado e financeirizado, que levou à implantação de políticas neoliberais e ao “enxugamento” do Estado. Juntamente com outros órgãos estatais, a extinção do IAA, e o fim do controle estatal sobre o mercado açucareiro, realizada no Governo Collor, com a Medida Provisória 151/90, Lei nº. 8.029, de 12/04/1990, desestabilizou definitivamente a economia açucareira do Nordeste, resultando na falência em massa das usinas de açúcar.

A declaração com a qual Dé Carli (1996), ex-presidente do Instituto, conclui a sua coletânea de livros sobre a história do IAA, expressa elementos importantes para a análise sobre o declínio desse sistema de intervenção estatal e protecionismo, substituído pela livre concorrência, que teve como consequência a total desestruturação da produção canavieira pernambucana, parte do processo de desindustrialização vivido na região nas últimas três décadas:

O IAA soube controlar a expansão da indústria açucareira e alcooleira nos vários rincões do país. Cometeu erros e excessos condenáveis. Sua extinção porém foi um erro que poderá comprometer a estabilidade do sistema. Urgia, sim, uma cirurgia para extirpar os quistos que se formaram, através dos tempos. As crises açucareiras são cíclicas e por isso melhor teria sido a redução das áreas da intervenção governamental na economia açucareira, restando poderes especiais e específicos para tal fim. Jamais o parque açucareiro e alcooleiro viveu no regime de economia livre e liberta de controles do Estado. (p. 2014).

A sua colocação confirma o papel fundamental do Estado na expansão capitalista da economia da cana-de-açúcar, mas também apresenta indícios sobre as relações predatórias de dependência que o setor estabeleceu com o Estado. Por meio do IAA,

---

<sup>14</sup> Por exemplo, conforme relata Dé Carli (1996), em 1933, quando o Governo Getúlio Vargas criou o IAA, na safra 1933/34, a Usina Catende era a maior Usina do país, com a produção de 304 mil sacas de açúcar, seguida pela Usina Santa Terezinha (228 mil) e a Usina Central Barreiros (183 mil), todas no Estado de Pernambuco, o principal produtor do país. Na safra de 1994/1994, segundo os dados apresentados, a Usina Catende havia sido superada por várias outras do Estado de Pernambuco e de outros, no contexto da completa inversão do eixo produtor da cana para o Centro-Sul do país.

os usineiros acostumaram-se a trabalhar com muito subsídio, sempre com crédito e com a comercialização do açúcar e do álcool feita pelo governo. Dessa forma, o IAA mantinha as usinas alimentadas de recursos o ano todo, sem que tivessem que enfrentar o problema de entressafra ou a falta de capital. Com isso, não havia preocupação com a gestão das Usinas, como relata Arnaldo Liberato, em 2014:

Com a saída do IAA, os usineiros foram obrigados a recorrer aos compradores de açúcar no mercado. Eles aí vão para o mercado, porque antes não estavam no mercado. Nesse momento, chegaram as *tradings*, formadas por capital de fora, compradoras de açúcar, que financiavam a entressafra, mas impondo condições, porque elas não tinham mais a lógica do governo, elas queriam retorno, lucro, e como o pessoal estava muito mal acostumado, começou a quebraadeira das usinas. Esse pessoal não tinha preocupação com gestão. Por que teriam se tinham sempre o dinheiro que precisavam, quando queriam? Mas sem o IAA, as *tradings* começaram a ditar as regras e começou o problema, pois o pessoal teve que começar a fazer contas, e eles não estavam acostumados a fazer contas, e foi uma quebraadeira geral.

Nesse sentido, como analisa Oliveira (2008): “a burguesia açucareira pagou com a hipoteca do futuro sua bem-aventurança no presente” (p. 48). Além da gestão perdulária das usinas e a “farra permanente com os recursos públicos”, a “armadilha da superexploração do trabalho” (alerta já dado a partir da Sudene), na qual caiu a “burguesia” açucareira do Nordeste (que nunca deixou de ser escravista), fez com que a economia canavieira da região não sobrevivesse ao livre-mercado capitalista, em sua forma mais plena no processo desigual e combinado de reprodução do capital. Como avalia Oliveira (2008), essas classes dominantes, hegemônicas na região, “enganaram-se apenas em relação ao capital: este ou é sujeito a um processo de reprodução ampliada ou fenece, e com ele fenecem seus possuidores enquanto classe” (p. 83).

Com isso, principalmente a partir dos anos 1990, iniciou-se um período de fechamento e quebra de dezenas de usinas. Algumas delas foram transferidas para o Centro-Sul, levando o mais valioso de seus maquinários e patrimônios, mantendo a lógica perversa de deixar para trás suas dívidas fiscais e trabalhistas. Outras, se inviabilizando, depauperaram seu patrimônio ao longo do tempo até fechar definitivamente. Assim, formou-se um quadro de colapso total do modelo sucroalcooleiro da região.

Com a soma de vários equívocos da sua classe dominante e do Estado, a produção açucareira do Nordeste viveu vertiginosa queda nas décadas de 1990 e atualmente corresponde a uma porção bastante reduzida da produção nacional,

como expressa o seguinte quadro, sobre o ano de 2014, criado a partir dos dados da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), que acompanha as safras de cana-de-açúcar em todas as regiões do país.

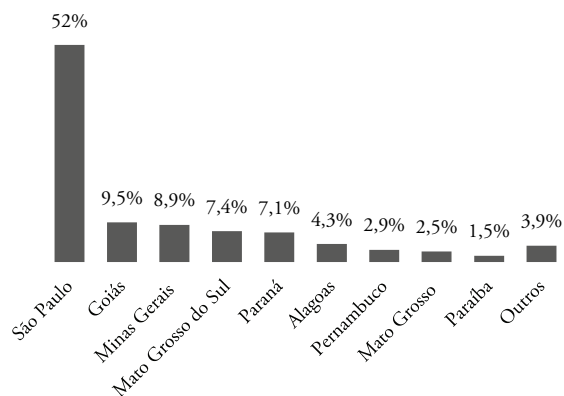


GRÁFICO 3.1 – ÁREA DE CULTIVO DE CANA-DE-AÇÚCAR POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (FONTE: CONAB, 2014).

Apesar de o Brasil continuar sendo o maior produtor mundial de açúcar e o segundo maior produtor de etanol, responsável por cerca de 50% e 35%, respectivamente, desses produtos comercializados no mercado global, seguido pela Índia e China, no caso do açúcar, e atrás do EUA, no caso do álcool, frequentemente a produção do país sofre reduções, sendo prevista uma queda na produção de cana-de-açúcar de 2,5% e também na de açúcar, de 4%, na safra de 2014/2015.<sup>15</sup> Nesse ano, a previsão da safra nacional é de 642,1 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, cultivadas em cerca de 9 milhões de hectares de terras, com uma produção estimada de 36,4 milhões de toneladas de açúcar. É importante ressaltar que a queda da produção ocorreu apesar de um aumento na área plantada (expandida em 2,2%, ou seja, 193 mil hectares), o que revela uma redução de produtividade, registrada em -4,6% (de 74,8 kg/hectare na safra de 2013/2014 para 71,3 kg/hectare na safra atual).

O cultivo de cana ocorre em todas as regiões do país, todavia, o Estado de São Paulo concentra atualmente mais de 50% da área de produção (4,7 milhões de hectares de área plantada), seguido por Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná. Com isso, o Centro-Sul é responsável hoje por quase 90% da produção

<sup>15</sup> Conforme o *Relatório de Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana-de-açúcar – Safra 2014/15* (3º. Levantamento, Conab, Brasília, dez. 2014). Disponível em: <http://www.conab.gov.br>.

de açúcar do país, sendo que esta região concentra também a maior produção nacional de etanol de cana-de-açúcar. A produção de etanol nessa safra totalizou 28,7 bilhões de litros (com um crescimento de 2,5% com relação à safra anterior), dos quais a região Centro-Sul respondeu por 92,9%.

Em contraste, a produção nordestina corresponde atualmente a menos de 10% do total de área plantada no país, sendo que Alagoas registra 4,3% (385 mil hectares) e Pernambuco, 2,9% (260 mil hectares). Cabe ressaltar que a área cultivada na região tem se reduzido paulatinamente a cada safra, sendo que o Estado de Pernambuco, nos últimos 10 anos, viveu um decréscimo de 18,7% em área plantada, e de 23% na produção da cana. A região nordestina, apesar de um aumento da produção registrada em relação ao ano anterior, tem previsão de totalizar 59,2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na safra 2014/2015, representando 9,2% do total da produção de cana do país e 10,14% da produção de açúcar dessa safra, sendo que a região destina sua produção de cana centralmente para a produção de açúcar. Nesse quadro, Pernambuco representa aproximadamente 2,3% da cana e 3,1% do açúcar produzido no país.

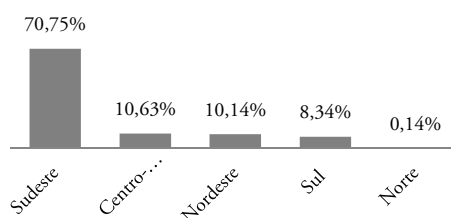


GRÁFICO 3.2 – PRODUÇÃO DE AÇÚCAR POR REGIÃO DO PAÍS (FONTE: CONAB, 2014).

A redução drástica da produção nordestina ocorrida nas últimas décadas, como indicam algumas análises apresentadas nos relatórios da Conab, resultaram principalmente da queda progressiva da produtividade, relacionada ao desgaste do solo (em contraste com as áreas de renovação dos canaviais do Centro-Sul) e também a condições climáticas e geográficas desfavoráveis. Sobre o clima, os baixos índices de chuvas e as altas temperaturas frequentemente dificultaram a produção, como ocorrido nas últimas duas safras (2012/13 e 2013/14). No que se refere à topografia local, o relevo acidentado da Zona da Mata nordestina, em contraste com as áreas planas das regiões produtoras do Centro-Sul, dificulta a aplicação intensiva da tecnologia disponível, ou seja, a mecanização da produção agrícola, disseminada no setor a partir dos anos 1970. Tais fatores, no contexto da reestruturação produtiva, somam-se às análises apresentadas anteriormente

nesse texto sobre os fatores políticos e econômicos que corroboraram a vertiginosa inversão do centro produtor de cana-de-açúcar do país, do Nordeste, especialmente do Estado de Pernambuco, para o Centro-Sul, sobretudo para o Estado de São Paulo.

Com isso, a região da Zona da Mata açucareira de Pernambuco, onde vivem atualmente, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mais de 1,2 milhões de habitantes, em 46 municípios, tem sofrido profundas mudanças, principalmente nas últimas duas décadas de falência do modelo sucroalcooleiro sustentando historicamente na monocultura, no latifúndio e na extrema exploração do trabalho. O colapso da economia canavieira da região, somado à onda de desindustrialização vivida no Nordeste, que cresceu nos anos 1980 e intensificou-se nos anos 1990, e o consequente desemprego em massa, mantém 24,3% da população rural da Zona da Mata Sul, onde se localiza a Usina Catende, em condições de extrema pobreza, segundo dados da FETAPE (2013). Nesse contexto, a população mais pobre também tem sofrido com o processo de expulsão gerado pela especulação imobiliária, principalmente em áreas mais próximas ao polo de Suape.

Diante desses graves problemas sociais, que aprofundam o quadro histórico de extrema desigualdade e pobreza da região, emergem novos enfrentamentos e lutas por direitos, indenizações trabalhistas, trabalho e terra. Como relata Bruno Ribeiro, advogado da FETAPE, assessor dos trabalhadores de Catende:

Acompanhei muitas greves nessas usinas, porque o fechamento de uma usina é uma coisa muito dramática para quem trabalha nela e para quem mora na sua área de abrangência. Porque ela não se dá de uma hora para outra, ela se dá de uma maneira lenta, e ela sai desabando por cima dos trabalhadores. Ela começa a não pagar INSS, FGTS, mas o dono não desapega, ele não chega e diz: eu fecho. Hoje, restam menos de 15 usinas na Zona da Mata de Pernambuco, dessas apenas 2 ou 3 são ainda autossustentáveis, o restante, em graus variados de impasses, estão vivendo uma fase de insustentabilidade, havendo a conversão, em algumas delas, o que é também danoso, em empresas de especulação imobiliária com o desenvolvimento de Suape, que é na região metropolitana, em Ipojuca, mas é também área açucareira, e também em Goiana, com a Fiat e a Hemobrás, onde algumas usinas passaram a vender terras ou ter suas terras desapropriadas pelo Estado ou passaram a fazer condomínios. Então, essas usinas vão demitindo pessoas, violando direitos. E naquela fase houve uma forte resistência sindical e dos movimentos sociais na defesa da reforma agrária e de direitos, organizando várias greves. Eu comecei a fazer parte, como advogado, contribuindo para

que se exigissem não apenas os direitos trabalhistas, mas também o direito ao trabalho, à produção e à terra.

Nesse momento, retomou-se a luta pela reforma agrária, inclusive como proposta para a criação de novo modelo de desenvolvimento para a região, incluindo a diversificação produtiva. Milhares de trabalhadores rurais ocuparam terras e fizeram greves, com apoio dos sindicatos dos trabalhadores rurais, principalmente pela atuação das Oposições Sindicais, da FETAPE, da CUT e do MST, que também passou a atuar na região. Nesse contexto, intensificou-se também o crescente fluxo de migração de trabalhadores para as usinas do Centro-Sul, como consequências do processo de colapso da economia canavieira da região, sem novas perspectivas.<sup>16</sup>

Em meio a essa grave crise da economia açucareira de Pernambuco e do Nordeste, no início dos anos 1990, emergiu a luta dos trabalhadores da Usina Catende.

---

<sup>16</sup> Diante das profundas mudanças nas bases produtivas da região, que têm aprofundado seus seculares problemas sociais, o movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, junto com movimentos sociais, organizações não governamentais, universidades e pastorais sociais elaborou um documento intitulado “Diretrizes para a Reestruturação Sócio-produtiva da região da Zona da Mata”, entregue ao Governo Estadual de Pernambuco em 2013. Disponível em: [http://www.fetape.org.br/imagens/publicacoes/zona\\_da\\_mata.pdf](http://www.fetape.org.br/imagens/publicacoes/zona_da_mata.pdf). Acesso em: março/2015.

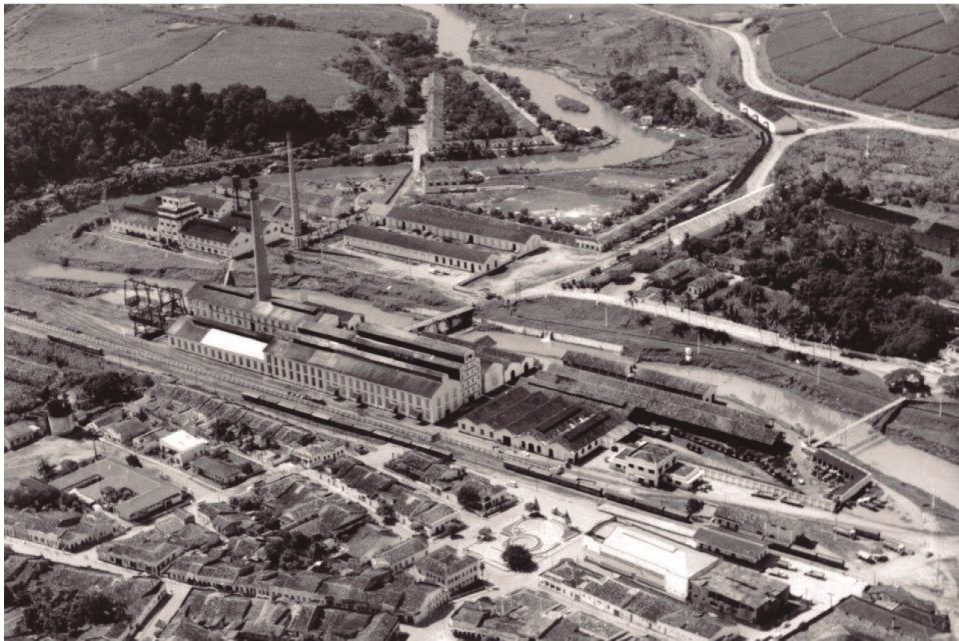


FIGURA 3.1 USINA CATENDE, PINTURA A ÓLEO (ARTISTA: JOSÉ ADIR)

FIGURA 3.2 USINA CATENDE, VISTA AÉREA EM 1970 (ARQUIVOS DE EDUARDO MENEZES)

### 3.2 – USINA CATENDE: DO “VAPOR DO DIABO” À LUTA DOS TRABALHADORES POR SUA AUTOGESTÃO

Catende foi a primeira usina que eu trabalhei. Nunca tinha visto usina (esse informante estava chegando do Ceará). Eu cheguei lá, num hotel em Catende, tomando uma bebida assim, aí chega os operários, coisa e tal e lá vai. Um se deu comigo e disse assim: ‘Rapaz, que está fazendo?’. Eu disse: ‘Procuro trabalho’. Ele disse: ‘Quer trabalhar comigo?’. Eu disse: ‘Mas rapaz, como é que trabalho? Eu não conheço usina’. Ele disse: ‘Vamos lá na usina comigo?’ Aí fui. Chegou lá ele me mostrou as turbinas. Naquele tempo turbina, o Sr. vê, aqui é muito moderno. Naquele tempo, a gente espitava assim, parecia que era um lugar que o diabo trabalhava dentro. O vapor era demais. Era três, quatro vapor dentro de uma turbina. O camarada tava trabalhando, tinha uma turbina aqui encostada, ele não via. Era 36 turbinas assim, que trabalhava direto em Catende, a gente não via quem tava dentro, descarregando o açúcar dentro da turbina. Era muito vapor que tinha dentro. Aqui tem água, mas lá era vapor. Aí ele disse: ‘Eu trabalho aqui, quer trabalhar comigo?’. Eu disse: ‘Rapaz, aqui não trabalha gente não, aqui só trabalha diabo’ (risos) Ele disse: ‘Não rapaz, depois que tu acostumar, fica tudo certo’. Eu disse: ‘Certo’, aí fui trabalhar. Falemos com seu Justino, que naquele tempo era gerente, era fiscal. Aí fiquei trabalhando com ele. Depois de três meses, acabou a moagem, fui cortado. (ex-turbineiro, ex-cabo de turbina e serralheiro de turbina, em entrevista relatada por José Sergio Leite Lopes, em *O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar*, 1976).

A Usina Catende, situada a 120 quilômetros de Recife, na Zona da Mata Sul, é emblemática na história de Pernambuco e do Nordeste brasileiro no século XX. A sua construção, a partir do antigo Engenho Milagre da Conceição<sup>17</sup>, por Carlos Sinden e Felipe Paes de Oliveira, inicialmente com o nome “Usina Correia da Silva”, em homenagem a José Antônio Correia da Silva, governador de Pernambuco no período, contou com um empréstimo em 1891 do Banco de Pernambuco no valor de 250 contos de réis. Todavia, nem o nome, nem a usina prosperaram, e consta que a Usina Correia da Silva não cumpriu os compromissos de pagamento do empréstimo, junto com outras usinas da região: Coelho, Lustosa e Guerra (Menezes, 2014, p. 39).

Com o nome de Usina Catende, seguindo sob a propriedade de seus construtores, a primeira moagem ocorreu em 1892, “quando suas ferragens foram

---

<sup>17</sup> Engenho fundado em 1829.

bentas pelo Padre Sebastião Bastos (Vigário de Palmares)” (Menezes, 2014, p. 40). Nesse momento a Usina abrangia diversos engenhos: Catende, Ouricuri, Niterói, Monte Alegre, Granito, Permanente, Bela Aurora, Gameleira, Gameleirinha e Barro Vermelho. Todavia, novamente a Usina não prosperou e, após poucos anos, foi entregue ao Banco de Pernambuco, seu maior credor. Em 1896, a Usina foi comprada por Joaquim José Coimbra, que na década seguinte (em 1905) a vendeu à empresa “Mendes Lima & Cia”. Ainda no início do século XX, em 1912, a empresa reformou a Usina, elevando a capacidade de moagem de duzentas para mil toneladas de cana-de-açúcar por dia. No final da década de 1910, a empresa vendeu a Usina para um grupo econômico, “Costa, Bandeira & Cia”, formado por um conjunto de empresas familiares proprietárias de outras usinas da região, “Herculano Bandeira & Cia”, proprietários da Usina Mussurepe; “Bandeira e Irmãos”, proprietários da Usina São José; “Oliveira e Irmão”, comerciantes de açúcar de várias usinas de Pernambuco; e “A. F. da Costa Azevedo”, proprietário da Usina Santa Rita, na Paraíba. Este último, Costa Azevedo, que passou a ser conhecido como “Tenente de Catende”, foi escolhido para dirigir a Usina: “Foi assim que o Sr. Antônio Ferreira da Costa Azevedo vendeu sua Usina na Paraíba e veio para Catende, em 29 de agosto de 1920, tomar posse da Usina como sócio-gerente” (Menezes, 2014, p. 41). Em 1927, o “Tenente”<sup>18</sup> comprou as partes dos demais sócios e tornou-se o único proprietário da Usina Catende, transformando-a em sociedade anônima em 1933, Usina Catende S.A., da qual manteve-se como acionista majoritário.

Nas décadas seguintes, a Usina viveu o mais importante período de renovação e prosperidade, e chegou a abranger um território que incluía dezenas de engenhos em áreas hoje pertencentes aos Estados de Pernambuco e de Alagoas. Com a visão empresarial do “Tenente”, entre as décadas de 1920 e 1950, a Usina passou a ter capacidade industrial de fabricação de um milhão de sacos de açúcar por safra, a primeira destilaria de álcool anidro do país, 36 mil hectares de terras com 86 engenhos, uma linha férrea de 165 km de extensão, 25 locomotivas a

---

<sup>18</sup> Nascido no Engenho Trapuá, em Nazaré da Mata, na Zona da Mata Norte de Pernambuco, em 1882, Antônio Ferreira da Costa Azevedo recebeu o apelido de “tenente” quando ainda era criança, e com ele se tornou conhecido como um dos mais prósperos e inovadores usineiros de açúcar do país na primeira metade do século XX. Filho de senhor de engenho, aos catorze anos tornou-se encarregado na propriedade de seu pai, e alguns anos depois, em 1900, arrendou o Engenho Diamante. Bem sucedido, arrendou outros engenhos até comprar a Usina Santa Rita, na Paraíba. Nesta Usina, iniciou algumas inovações (reformou o maquinário, ampliou o plantio de cana, aumentou linhas férreas, etc.), que teriam posteriormente na Usina Catende sua maior expressão.

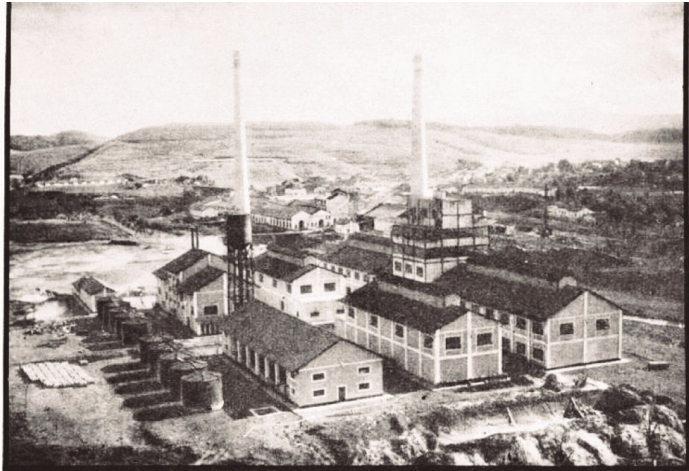
vapor, hidrelétricas, açudes e diversos canais de irrigação, e tornou-se a maior usina da América Latina, referência mundial na produção de cana-de-açúcar.

Em pesquisa no acervo histórico da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), em Recife, foram encontrados antigos documentos sobre a grande “revolução” empreendida em Catende naquele período. Entre eles, uma reportagem de destaque da *Revista Cruzeiro*, de 25 de setembro de 1941, com o título: “Um Grande Centro Agro-Fábril: Catende”, cuja manchete declara: “Entram a lavoura e a indústria da cana numa fase de esplêndida renovação. O esforço para reabilitar a terra abandonada e o homem reduzido a uma condição servil”. Como ressalta a matéria, a Usina foi considerada pioneira de uma nova fase da indústria e da lavoura da cana, pela criação de uma fábrica de adubo, com o aproveitamento dos resíduos da fabricação de álcool (possivelmente a primeira experiência no mundo), associada a enormes obras de irrigação, que elevaram intensamente a produtividade da lavoura. Além disso, a reportagem destaca o reflorestamento de árvores para a construção e uso na fornalha, a criação de gado e também suas ações sociais: a melhoria das moradias dos trabalhadores (dos mocambos de taipa às casas de arruados de alvenaria), a criação de escolas e um centro de escotismo (para ensino de “bons hábitos e ofícios”), a fundação de um hospital, serviços médicos, dentários e de assistência às mães e de clubes de funcionários, a distribuição de sementes para roçados de subsistência e o fornecimento de gêneros alimentícios, a preços módicos.

A revista também acrescenta que a cidade de Catende, “que é hoje um dos melhores centros do interior de Pernambuco”, é um produto da fábrica. E elogia o “Tenente”: “Dotado de um gênio empreendedor, humanitário, bondoso, amigo de sua terra e de sua gente, o Sr. Costa Azevedo criou todo aquele formidável parque de trabalho, onde se respira um ambiente de tranquilidade e de paz.” E, por fim, ressaltando os “princípios da ordem e da autoridade” no centro do programa econômico e social realizado em Catende, conclui: “O Brasil pode orgulhar-se do que se fez naquele município pernambucano. Uma empresa cem por cento brasileira, com técnicos cem por cento brasileiros, realizou uma obra civilizadora, que vale por um padrão de inteligência, de eficiência e de coragem que honra o nosso país” (p. 70).<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> Essa matéria destaca a relevância da Usina Catende no período, apesar do tom de propaganda indicar que possivelmente tenha sido um dos casos em que a publicação recebeu a “encomenda” de uma reportagem, como revelou Maklouf Carvalho (2001), em seu livro “Cobras Criadas: Davi Nasser e O Cruzeiro”, com relatos de jornalistas que trabalhavam na revista.



## UM GRANDE CENTRO AGRO-FABRIL: CATENDE

Entram a lavoura e a industria da cana numa fase de esplêndida renovação. O esforço para rehabilitar a terra abandonada e o homem reduzido a uma condição servil.

QUANDO se fala em Pernambuco as Usinas Catende, não há quem imediatamente não associe a esse grande centro industrial o nome do sr. Costa Azevedo, que foi o seu verdadeiro renovador. Renovador da parte industrial e renovador da parte prapriamente agrícola. Quem acompanha a vida econômica de Pernambuco, sabe que a exploração das terras sempre foi aqui muito reticente, e a tal ponto que o rendimento por hectare nas propriedades canavieiras pernambucanas era dos mais baixos do

Brasil. Assim, dava-se a seguinte estranha situação: tinhamos algumas boas terras, mas não tinhamos uma lavoura canavieira racionalizada. Adubagem, irrigação, eram coisas jamais utilizadas. Foi o sr. Costa Azevedo o pioneiro de toda uma nova fase na industria e na lavoura da cana em Pernambuco. Em primeiro lugar, ele imaginou fundar uma fábrica de adubos. O químico-industrial Brito Passos elaborou o projeto e em pouco tempo

Em cima — Vista geral da Usina Catende, uma das maiores organizações agro-industriais do Brasil, cuja produção é de 500.000 sacos de açúcar por safra. Estava funcionando uma fábrica, com capacidade para uma produção anual de 2 mil toneladas de adubos, com o aproveitamento dos resíduos da fabricação de álcool, os quais antigamente eram atirados nos rios. De um golpe, o sr. Costa Azevedo realizou uma obra social, evitando que as caldeas fossem palmar as



Em cima — Quando a empresa ainda tomou conta da Usina Catende, reinventou as condições habitadas nestas áreas insalubres.



Em cima — Moderna habitação para os trabalhadores, mandada construir pela atual empresa, para rehabilitar a dignidade de seus funcionários.

25 de Setembro de 1941

— 43 —

O CRUZEIRO

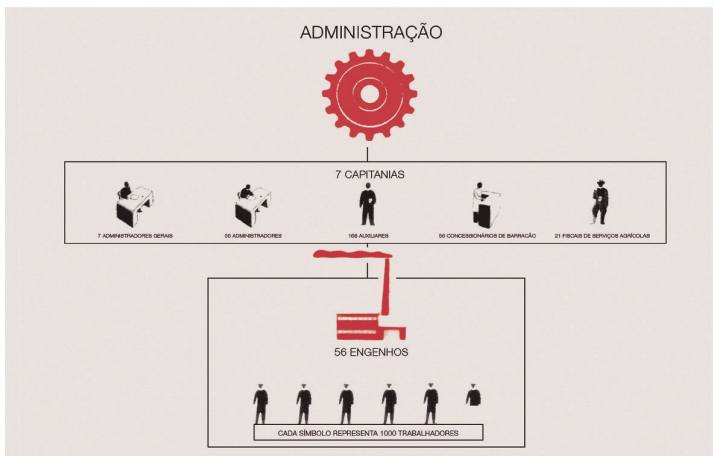


FIGURA 3.3 REPORTAGEM DA REVISTA CRUZEIRO SOBRE A USINA CATENDE (1941)

FIGURA 3.4 ORGANOGRAMA DA USINA CATENDE EM 1940 (FONTE: *O HOMEM E A TERRA NA USINA CATENDE, 1941*).

As inovadoras estratégias de enfrentamento das crises cíclicas do setor canavieiro na região da Zona da Mata Sul pernambucana (frequentemente causadas pelas secas cíclicas e periódicas), colocadas em prática nas transformações econômicas e sociais realizadas na Usina Catende pelo “Tenente”, na primeira metade do século XX, tornaram-na um ícone do processo de introdução de novas técnicas “racionais” de produção agrícola e industrial, como também do aprofundamento das relações sociais de produção capitalista na economia canavieira. Esse processo foi marcado pela intensa concentração da propriedade da terra, sendo que a expansão do território de atuação da Usina enfrentou diversos conflitos com os antigos proprietários de engenhos, que se tornaram, em parte, fornecedores de cana para as usinas.

Nos textos que compõe a publicação: *O Homem e a terra na Usina Catende*, lançada pela própria Usina, em 1941, há uma coletânea de artigos, cartas e depoimentos de “brasileiros ilustres”, como Agamenon Magalhães, apresentado na publicação como “Professor da Faculdade de Direito de Recife e Interventor Federal em Pernambuco”, que em artigo da *Folha da Manhã*, de 29 de abril de 1938, declara: “Reformando a sua organização agrícola para adotar a lavoura racional, desde o trato mecânico da terra, o adubo e a irrigação, até a seleção de variedades de canas mais produtivas e mais ricas, a Usina Catende realiza uma verdadeira revolução” (p. 6). Além disso, ele acrescenta, ao ressaltar os ganhos produtivos no aumento da produção de cana por hectare e na qualidade do caldo da cana, em contraste com muitas terras esgotadas e sem trato da região:

Se a indústria da cana se desenvolveu, atravessando prolongadas crises, e sob uma orientação eivada de erros econômicos, como a concentração de terras, gerada pelo privilégio de zonas e o baixo salário resultante do encarecimento de outros fatores da produção; se absorveu a pequena propriedade, eliminando a aristocracia dos senhores de engenho, criadores de uma cultura e de uma civilização, operando esse fato modificações sociais profundas, procura ela, hoje, com a experiência dos próprios erros adotar outros métodos, outra orientação e outra técnica (p. 6).

Os resultados alcançados com as inovações realizadas na Usina Catende, inspiradas em exemplos estudados no Havaí, centradas em técnicas de irrigação e adubação, juntamente com “obras sociais” para os funcionários, foram consenso entre os empresários e políticos da época. Como relata, em outro depoimento do livro, Assis Chateaubriand<sup>20</sup> (apresentado no texto como jornalista e professor da Facul-

---

<sup>20</sup> A inclusão de depoimentos de Assis Chateaubriand, o “Chatô” (jornalista com intensa atuação empresarial, articulado a políticos e dono do enorme império midiático dos “Diários Associados”,

dade de Direito de Recife), extraído de *O Jornal* (Rio de Janeiro, 19/11/1938). Segundo o seu artigo, Catende era um exemplo de que os usineiros de Pernambuco, apoiados pelo crédito da “Carteira Agrícola do Bando do Brasil”, estavam construindo barragens, açudes e instalações elevatórias, que tinham o potencial de transformar “esse rincão de nossa pátria numa autêntica Canaã açucareira”, sendo a terra irrigada do Nordeste “um dos belos serviços do Brasil autoritário” (p. 16).

Esse é o contexto do crescimento do intervencionismo e da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, que em período anterior, em 1933, havia promovido a criação do IAA, principalmente a contento dos usineiros nordestinos, especialmente pernambucanos (dado que Pernambuco era de longe o principal estado produtor de cana-de-açúcar do país), tendo na Usina Catende, uma de suas maiores referências. Destaca-se também a atuação fundamental de Apolônio Sales, jovem agrônomo, responsável pelo projeto de “racionalização agrícola”, da hidrelétrica e do sistema de irrigação da Usina Catende, posteriormente Secretário da Agricultura de Pernambuco no Governo Agamenon e também Ministro da Agricultura no Governo Vargas.

Aproximadamente cinco décadas após a abolição da escravatura, que sustentou por quatro séculos a produção canavieira no Nordeste brasileiro, na década de 1940, a Usina Catende registrava o número de 1.500 operários e 7.000 trabalhadores rurais. Em um contexto de intensificação dos conflitos no campo, como ressalta a citada reportagem da *Revista Cruzeiro*, uma das importantes preocupações do período na região canavieira era a conquista de um “ambiente de tranquilidade e paz”. Nesse mesmo sentido, como expressão da centralidade do tema da pacificação social, o General do Exército Souza Doca também tem registrado as suas impressões no livro de depoimentos sobre a Usina Catende. Para ele, Catende “sob os aspectos econômico, humano e cívico, é um estabelecimento modelar”, sendo o mais importante exemplo em Pernambuco da “cooperação entre capital e trabalho para a solução do problema social” (p. 31). Compartilhando dessa visão, o Bispo de Garanhuns, Dom Mário de Miranda Vilas-Bôas afirma que Catende é a expressão do “primor da técnica moderna agrícola, industrial e social” e da “interpenetração harmoniosa, humana e cristã, do capital e do trabalho” (p. 41).

---

que editava a revista “Cruzeiro”, citada anteriormente), também se deve ao fato de que ele era membro da família de usineiros Bandeira de Mello, que futuramente tornou-se proprietária da Usina Catende nos anos 1970, juntamente com outras duas famílias: Cavalcanti Guerra e Carneiro Cunha. Essas três famílias, proprietárias da Usina até 1995, foram expulsas pelos trabalhadores no contexto da crise que levou à falência e à luta pela recuperação da Usina pelos trabalhadores, como veremos posteriormente nesse capítulo.

A “estreita união entre capital e trabalho” também está expressa no depoimento do então presidente do Sindicato Estadual dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar, o operário Diógenes Wanderley, também publicado no citado livro, extraído de *O Globo* (Rio de Janeiro, 29/08/1941):

Devo declarar, no entanto, ressaltando por um dever de honestidade de trabalhador, que na minha terra existem usinas de açúcar que não só cumprem a legislação do trabalho, mas vão muito além delas, dando-lhe uma assistência médica, hospitalar, espiritual e educativa não prevista nas nossas leis. Essas empresas o fazem porque se apercebem que o braço é um elemento de valor e que deve ser tratado de tal forma que redunde em sua melhor e maior produção. Entre as inúmeras empresas que assim procedem eu poderia citar como exemplos a Barão de Suassuna, Catende, Santa Teresinha, União e Indústria, Santo Inácio, Cucaú, Roçadinho e inúmeras outras que seria longo citar. (...) Queria dizer-lhe que em Pernambuco vive-se e respira-se o Estado Novo; não há oprimidos, nem opressores, os nossos Patrões nos consideram e nós os respeitamos, como chefes, como verdadeiros soldados desse Brasil Novo, que o Gênio do grande Presidente Vargas fez ressurgir, dando-nos para dirigir nossos destinos homens como o Dr. Agamenon Magalhães e o Dr. Pinheiro Dias (p. 176).

Suas afirmações somam-se à declaração conjunta também incluída no livro, publicada na *Folha da Manhã* (Recife, 16/05/1941), assinada por este operário sindicalista e Ricardo Brennand, na época presidente do Sindicato dos Industriais do Açúcar (SindAçúcar), em comemoração ao “Dia da Confraternização entre elementos da indústria açucareira de Pernambuco”, na qual manifestam que a data é “símbolo da notável expressão da harmonia reinante entre os industriais do açúcar e os seus operários”, que se baseia na valorização do trabalho humano “sem negar o justo papel que representa o capital na produção da riqueza, sustentando a inviolabilidade da propriedade privada contra as arremetidas das falsas doutrinas socialistas” e na “compreensão mútua dos direitos e deveres que incumbem a patrões e operários”, “indispensável ao equilíbrio social”. Nesse contexto, acrescentam:

Sentem-se os operários felizes pela convicção de que o seu futuro, o conforto da sua família, a educação dos seus filhos, se acham assegurados pela empresa a quem emprestam a dedicada e necessária colaboração do seu trabalho, fator essencial do progresso da indústria. Vivem os industriais com a consciência tranquila dos seus deveres cumpridos, pela assistência dispensada aos seus colaboradores, proporcionando a estes os meios de realização da sua finalidade social (p. 189).

Essas declarações expressam o controle dos sindicatos pelo Estado, tal como a associação subordinada entre operários do açúcar e usineiros, que marca a história da produção canavieira do Nordeste e também a história da Usina Catende. Uma marcha com a presença de usineiros e suas famílias, junto com os operários das usinas ocorrida nesse “Dia de Confraternização”, em 16 de maio de 1941, foi festejada por Agamenon Magalhães, que a notificou a Getúlio Vargas, como expressão da “paz social e da confiança no regime” dominante no Estado de Pernambuco.

O livro também inclui outros elogiosos artigos sobre a Usina Catende de Agamenon Magalhaes, publicados em seu jornal *Folha da Manhã*, como este de 1940, no qual destaca o exemplo econômico e social: “Os escoteiros da Usina Catende que Barbosa Lima [então presidente do IAA] viu marchando na sombra dos canaviais, disciplinados com a cultura nova das terras, em exercícios e movimentos, que tanto o comoveram, ele os definiu como o símbolo da recuperação econômica e social de Pernambuco” (Recife, 23/02/1940). Nesse artigo, ele destaca que juntamente com a racionalização da indústria, Catende também implementou um projeto de racionalização da produção agrícola, incluindo gigantescas obras de irrigação e plantação intensiva de cana, visando ser exemplo de renovação técnica para o aumento de produtividade, que estava também permitindo a criação da “policultura” e também a viabilidade da produção em menores propriedades, gerando maior “progresso social”.

Em contraste com os elogiosos artigos citados, como consta de outra publicação: *A Usina Catende: em face do momento nacional*, de 1945, conflitos políticos posteriores levaram a divergências entre Magalhães, quando Ministro da Justiça do Governo de Vargas, e o “Tenente” de Catende, acusado de descumprimento da “legislação social” e de tentativa de monopólio. Em resposta às denúncias de Magalhães, o próprio “Tenente”, em entrevista ao *Correio da Manhã*, em 15 de julho de 1945, declara:

Não ignoro que, se me dispusesse a apoiar o governo, voltaria a ser, no conceito dele, e da imprensa governista, um homem muito bom, industrial progressista; a Usina Catende seria novamente indicada como ‘exemplo’, ‘revolucionando os métodos da cultura agrícola, como do tratamento do operário’; de novo se proclamaria que ‘um ar de renovação, de alegria e de felicidade se respira na fábrica e nos campos da Usina Catende’.

Além disso, ele enfatiza que por iniciativa privada levou a cabo em Catende uma revolução na produção da cana e também obras e benefícios sociais, que o Estado deveria, mas não oferece a população. Nesse conflito, que colocou em questão o

confisco e a desapropriação da Usina Catende, o “Tenente” chegou a receber o apoio do escritor José Lins do Rêgo, que em artigo publicado em *O Globo*, em 16 de julho de 1945, questiona:

Mas afinal de contas, que há entre a usina maior do Brasil e o Sr. ministro da Justiça? Que fez de tão monstruoso o industrial para que o legislador do confisco prepare um instrumento de tamanha força para destruí-lo? (...) O Sr. Costa Azevedo é homem de seu trabalho, mestre de ação tenaz, de consciência limpa, de trabalho infatigável, de coração de senhor de engenho dos grande dias. Entre o criador de riqueza, o capitão de indústria, que revolucionou os processos rotineiros da lavoura de sua terra, e o político solerte, capaz de manobras infernais para chegar aos seus fins, vai uma distância que não se calcula. (...) O Sr. Ministro da Justiça aparenta um imenso domínio sobre os acontecimentos. Ele imagina que pode liquidar os adversários, pelo terror e pelo confisco sumário dos seus bens. Ele imagina muito mais. Estou certo, porém, que estas suas ilusões de cesarismo são ilusões de quem criou asas para se perder.

Parte dessas disputas políticas referia-se a conflitos entre fornecedores de cana, muitos deles antigos “senhores de engenhos”, e usineiros, novos industriais que passaram a dominar a economia da cana. Em referência a um Projeto de Lei proposto pelo IAA que buscava obrigar as usinas a conceder 50% de sua moagem aos fornecedores de cana, contrapondo-se ao monopólio das usinas, o “Tenente” argumenta em entrevista publicada no *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro, 30/08/1941):

A cana do fornecedor é fraca e não dá o rendimento necessário à subsistência da Usina, que representa enormes capitais que devem forçosamente ser compensados, sob pena de falência; a cana é fraca, repito, por vários motivos, como sejam: a) terras secularmente exploradas e conseqüentemente esgotadas; b) insegurança de chuvas gerando longas estiagens; c) ausência de irrigação e adubagem nas áreas plantadas pelos fornecedores. (...) Sei que muitos são homens inteligentes e que todos reconhecem o valor inestimável da irrigação e do adubo. Apenas, e aqui está o ponto nevrálgico da diferença entre legislar em gabinete e trabalhar no campo, apenas, eles não podem, de nenhuma maneira, irrigar e adubar as suas terras. Não podem, porque, possuindo ou trabalhando pequenas áreas não ganham o bastante para custear esses serviços, que, como o senhor viu, são onerosíssimos. Convém esclarecer que a irrigação e a adubagem estão ligadas intimamente à indústria, e que realizadas isoladamente pelos agricultores, se tornariam ainda mais onerosas. E como o agricultor, ou melhor, o fornecedor de cana, faria o adubo sem ter caldas para aproveitar? Como elevaria ele as águas às grandes alturas sem dispor de energia elétrica? Se o fornecedor devesse obter energia

elétrica e uma fábrica de adubos para fazer agricultura racionalizada, o capital para tanto empregado excederia de muito as possibilidades de crédito que lhe pudesse oferecer o Instituto ou qualquer organização bancária, mesmo a juros módicos (p. 95).

Esses conflitos e a crise da produção canavieira do Nordeste foram controlados pelos próximos 50 anos pelo IAA, pressionado pelos produtores da região (como citado na parte anterior deste capítulo), principalmente pelo financiamento das safras, pela regulação da distribuição do produto e pela política de fixação de preços do açúcar. Tais políticas permitiram a manutenção das usinas do Nordeste e também dos fornecedores de cana, mesmo com altos custos de produção e baixa produtividade em comparação ao Centro-Sul. Frente às crises cíclicas e também estruturais da produção canavieira nordestina, o período-auge de Catende no tempo do “Tenente” significou uma tentativa de gerar produtividade a uma economia que já na década de 1940 demonstrava fraquezas frente à concorrência do Centro-Sul, como destaca esse depoimento de Assis Chateaubriand em outro artigo do citado livro:

Sou suspeito para falar do nordeste, porque ali nasci, me criei e me eduquei. Neto, bisneto e tataraneto de senhores de engenho, conheço desde a infância, transcorrida na casa do meu avô materno, a vida pobre e apertada do proprietário rural da zona da Mata pernambucana. O fausto, o luxo da casa grande, na lavoura canavieira, são de um passado de oitenta e cem anos atrás. Desde que o sul entrou a produzir açúcar em quantidade para competir com o norte, que o nosso canavial entrou numa fase de decadência, a qual, de resto, só faria acentuar a outra, já oriunda da concorrência estrangeira (p. 198).

Expor brevemente esses depoimentos, além de destacar a grande importância da Usina Catende na história da economia canavieira do século XX, especialmente nos chamados “anos áureos” da Usina, busca também indicar como o “tempo do Tenente” expressou a introdução de uma nova fase de expansão da industrialização da produção canavieira do Nordeste e de legitimação de domínio e pacificação social, que até a atualidade é lembrada pelos mais antigos trabalhadores, que ainda vivem nos engenhos da Usina. Reconhecida pela ênfase na “racionalização” da produção de cana, o desenvolvimento da Usina Catende não esteve apartado, ao contrário, esteve no centro dos diversos conflitos e alianças de classes que caracterizaram a história da economia açucareira ao longo do século XX: entre famílias da “açucarocracia”, fornecedores de cana, antigos senhores de engenho, e usineiros, ou seja, entre as velhas oligarquias e os novos grupos políticos e econômicos, como

também dos conflitos de classes resultantes do crescimento da organização e das resistências e lutas dos trabalhadores, com o surgimento de Ligas e Sindicatos.

Nesse período-auge do domínio dos usineiros no Nordeste, de seu controle sobre os governos locais, estaduais e sua grande influência no governo federal, o poder dos usineiros da Usina Catende expressou-se juntamente à grande usina de açúcar, com a criação de extensas linhas férreas, de hidrelétricas, da Vila Operária, da Igreja-Matriz Santana, da Policlínica “Gouveia de Barros”, dos prédios públicos, dos cinemas, das escolas, do Aeroclube, do Centro Operário de Cultura “Leão XIII”, do Núcleo de Escoteiros (com internato, escola profissional e oficinas para jovens), dos times de futebol, de uma espécie de “Casa da Moeda”, que imprimia cédulas em diversas cores e valores, o chamado “gabão”, utilizado no pagamento dos trabalhadores, como também de um novo sistema de distribuição de gêneros alimentícios (SODECO), ou seja, a criação de toda a cidade de Catende e sua região.

Desmembrada do município de Palmares e reconhecida como município em 1928, com o apoio do “Tenente”, a cidade de Catende teve João da Costa Azevedo, seu filho mais velho, recém-chegado da Europa, como o seu primeiro Prefeito, pelo Partido Republicano de Pernambuco (PRP), reafirmando a dominação da Usina sobre o novo município “emancipado”. Mantendo o monopólio do uso da violência, o poder local seguiu sob o domínio do usineiro e expressava-se na imagem imponente das chaminés da Usina Catende, vistas desde o século XIX até hoje por toda a cidade, como um marco do centro desse universo, desse sistema de dominação da Usina de açúcar, com seu odor adocicado e seu ritmo amargo de produção incessante.<sup>21</sup>

Ao mesmo tempo que a Usina Catende foi exemplo da introdução da “racionalização” no processo de industrialização na economia da cana, ela também é emblemática para demonstrar a manutenção e renovação da legitimação das relações de exploração e dominação dos trabalhadores. A personalidade de “senhor de engenho” do “Tenente”, elogiada em vários depoimentos, destacando sua vocação para a atividade no campo, sua familiaridade com os canaviais, somada à sua consciência visionária da importância das inovações técnicas e sociais, especialmente de cunho higienista e moralizador, criaram uma base interna e externa de legitimação do sistema de dominação colocado em prática na Usina. O sistema de

---

<sup>21</sup> Como expressa o Hino Municipal de Catende, criado em 1969 por Josibias Darcy de Castro Cavalcanti: “Se nos campos abundantes, a riqueza verde aflora. Na cidade range o dente da moenda que a devora, transformando em sangue doce, alimento que nos trouxe o camponês da nossa flora” (Menezes, 2014).

dominação no qual “a Usina tudo sabe e tudo vê” mantinha o controle absoluto sobre a vida e a morte dos trabalhadores, submetidos a condições precárias de trabalho e de vida no campo e na indústria, mesmo em momentos de grande ascensão econômica.

A expulsão do pequeno produtor da terra para ampliar as áreas de produção de cana, com a destruição de lavouras de subsistência, a exploração extrema da força de trabalho, com extensas jornadas e uma estrutura hierárquica opressora, o trabalho informal e infantil, e tantas outras práticas degradantes do trabalho bastante frequentes em todas as usinas da região, como também em Catende, eram as formas pelas quais a miséria e a fome crimonosas não deixavam o cotidiano de vida dos trabalhadores da cana após a industrialização e o assalariamento. Nesse cenário, na década de 1940, o êxodo rural já preocupava os grandes produtores e proprietários, pelo risco de diminuição da grande oferta de mão-de-obra, sendo que a busca por melhores condições de trabalho nas grandes cidades refletia as extremas dificuldades de vida no campo.

Após duas décadas de grande desenvolvimento econômico, quando a Usina Catende viveu seu apogeu, como o principal polo da indústria açucareira do país, a maior usina da América Latina e uma das maiores do mundo, em 20 de março de 1950, faleceu o “Tenente” de Catende, deixando a gestão da Usina ao seu filho mais velho, João da Costa Azevedo. Nesse momento, há uma inflexão importante na história da Usina, apesar de ter mantido por certo tempo sua pujança econômica – no período seguinte, a indústria foi reformada e a empresa adquiriu dez novos engenhos, com a compra da Usina Pirangi, mantendo-se como a maior usina de Pernambuco –, a legitimidade interna e externa personificada na figura do “Tenente” não é transferida para o seu filho, dando início a diversos conflitos e crises.

Inúmeras brigas envolvendo a sociedade da empresa, incluindo a renúncia de João da Costa Azevedo do cargo de presidente, em 1965, atingiram as finanças da Usina, gerando grave crise econômica. Como se verifica em diversos relatos, as usinas no Nordeste eram tradicionalmente formadas por empresas familiares que se associavam e criavam grupos econômicos, cujos dependentes aumentavam conforme o crescimento dessas famílias. Para a acomodação das famílias eram criados novos cargos, tornando suas gestões cada vez menos profissionais e permeadas por disputas entre famílias e também entre os próprios familiares.

Nesse contexto, a Usina sofreu uma intervenção do IAA, que assumiu a sua gestão e em alguns anos saneou os problemas nas finanças de Catende, com intenção de colocá-la novamente sob a gestão da família Costa Azevedo. Estes, no

entanto, não tiveram interesse em voltar a geri-la e com o apoio do Instituto, em 1973, realizaram a sua venda a um grupo econômico formado por três famílias: Carneiro da Cunha (coproprietários da Usina Massauassu), Bandeira de Mello e Fernandes (acionistas de outras usinas, ex-proprietários da Mussurepe, uma das Usinas da Cooperativa Tiriri) e Pinto Campos (representante do Sindicato dos Produtores de Açúcar e Álcool de Pernambuco), sendo que este último logo vendeu sua parte para a família Guerra (comerciantes de açúcar e criadores de gado em Gravatá). Esse grupo controlou a Usina Catende até o momento da falência em 1995, com forte inserção no Sindicato patronal do setor.

Ao longo dos anos 1970 e 1980, o grupo que assumiu a Usina Catende desmontou a sua estrutura ferroviária (inclusive para compor parte do pagamento da própria Usina), substituída pelo transporte rodoviário, seguindo o modelo imposto no país e apoiado por financiamentos do IAA, o que levou ao encarecimento da produção, que necessitava percorrer longas distâncias no próprio território da Usina. Ao longo de duas décadas, a Usina foi perdendo sua posição de destaque na economia açucareira do país, sendo nesse período superada por outras usinas no Estado de Pernambuco: Central de Barreiros, Pumaty, Petribú, Trapi-che, Olho D'Água e Cucaú (Menezes, 2014, p. 43). Ao mesmo tempo, os usineiros buscavam usufruir do patrimônio restante até o aprofundamento de sua crise, juntamente com a do setor, no início dos anos 1990.<sup>22</sup>

Com o fechamento do IAA e o fim do Pró-Álcool<sup>23</sup> no Governo Collor, no contexto de quebra de diversas usinas na região, esse grupo demitiu 2.300 empregados, sem qualquer direito trabalhista. Em reação, levantaram-se os trabalhadores, ocupando a entrada da Usina e expulsando os usineiros de Catende, em 1995. O fato deu início à resistência e à luta dos trabalhadores pela sua recuperação, como detalhado na próxima seção desse capítulo.

Ao longo de toda essa trajetória, a produção canavieira seguiu marcada pela sobreposição de tipos supostamente sucedâneos de relações de trabalho: relações de extrema exploração e dominação relativas à escravidão e àquelas assalariadas da grande indústria capitalista. Essa simbiose foi pesquisada por José Sergio Leite

---

<sup>22</sup> Nessa data, em 1990, foi fechada a Policlínica da Usina Catende, como um marco da grave crise que se aprofundava.

<sup>23</sup> O Pró-Álcool (Programa Nacional do Álcool) foi criado em 1975 pelo governo federal para substituir em larga escala os combustíveis utilizados em veículos de derivados de petróleo por álcool, devido ao contexto de crise do petróleo. O programa foi interrompido no início de 1990 e reiniciado posteriormente em 2003, contribuindo para certa retomada da economia sulcrocroleira já completamente centrada no Centro-Sul do país.

Lopes, n' *O Vapor do Diabo*, seu estudo realizado com os operários do açúcar, no início dos anos 1970. Ao descrever o trabalho e o modo de vida dos operários das usinas, a partir do próprio pensamento deles sobre suas práticas econômicas, esse trabalho etnográfico é uma referência no estudo das classes trabalhadoras no Brasil, fundamental para a pesquisa sobre os trabalhadores da cana. No momento que realiza seu estudo, Lopes (1976) identifica 42 usinas em Pernambuco, envolvendo mais de 160 mil trabalhadores rurais e operários. Uma breve retomada de sua análise permite concluir esse panorama histórico da Usina Catende, tratando da condição de vida dos trabalhadores da cana da indústria e do campo, em reação a qual esses próprios sujeitos rebelaram-se.

Diferentemente do contexto que encontrei na pesquisa de campo, onde tive livre circulação pelos engenhos e na cidade de Catende e região, sendo que a dificuldade de encontrar os trabalhadores estava na dispersão que hoje vivem na busca de trabalho em outros lugares, Lopes desenvolveu sua pesquisa no contexto da ditadura militar, com grandes dificuldades para o acesso aos trabalhadores das usinas. Tal fato expressa a condição de isolamento, repressão e dominação na qual viviam os trabalhadores, tanto na indústria quanto nos engenhos, como relatou em entrevista em 2014, Arnaldo Liberato, 64 anos, ex-padre e assessor dos trabalhadores de Catende, ao contar sobre a atuação dos grupos católicos, inspirados na Teologia da Libertação, no final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, em apoio às Oposições Sindicais na região da Usina:

Era um momento muito pesado e para qualquer pessoa que não fosse trabalhador era muito complicado entrar nos engenhos. Porque se uma pessoa de fora fosse à casa de um trabalhador, pelo porte, pelo jeito, pela cor, se entrasse lá, logo chegava uma pessoa da administração da usina, enquanto você estava lá, e quando você saísse, no mínimo, essa família seria colocada para fora do engenho, no mínimo. Então, a gente tinha que trabalhar com todo esse cuidado, para não expor as pessoas. Eu mesmo, por exemplo, já como padre fazia alguns contatos, mas nesse momento a gente não fazia uma inserção maior nos engenhos, para poupar e proteger as pessoas. O que a gente fazia: trazia trabalhadores de outras regiões, da Mata Norte, de Alagoas, da Paraíba, que entravam sem ser percebidos, porque naquela época os trabalhadores todos eram do mesmo perfil: magrelos, baixinhos, sem cor. (...) Eram todos assim, isso me chocava muito, você chegava no campo e via as pessoas baixinhas, magras, sem cor, quase sempre descalças e que não olhavam para a gente. (...) Para entender o comportamento dos trabalhadores e essa dominação tão absurda e desastrosa, você tem que chegar à escravidão. (...) Então, o que a gente conseguia trazendo as pessoas de outras comunidades? Eles conseguiam entrar e

ficar semanas nos engenhos, trabalhando no corte da cana com os outros trabalhadores, dizendo que vinham de outros engenhos, que eram parentes de não sei quem, e com isso passavam a conhecer os trabalhadores e ser conhecido deles, e começavam a conversar com eles no final do dia, no campo de futebol, no barracão. Se fosse alguém de fora, se fosse eu, não poderia fazer isso. Então, possibilitamos isso, e esse trabalho silencioso foi fundamental, inclusive para acontecer a luta de Catende.

Para analisar as condições de trabalho e vida dos operários do açúcar na década de 1970, Lopes (1976) estudou as diferenciações internas entre operários principais e secundários, subdivididos na época em oficiais/artistas, profissionais, ajudantes (aprendizes) e serventes. Cabe ressaltar que a produção do açúcar é fortemente caracterizada pelos ciclos produtivos da moagem (safra) e do apontamento (entressafra). A diferença entre os tipos de operários referia-se à faixa de remuneração, ao grau de estabilidade do trabalho e de alienação com relação ao processo produtivo, por exemplo: os ajudantes e serventes eram “cortados” no período da entressafra, enquanto os profissionais (cozinheiro, soldador, evaporador, motorista etc.) tornavam-se serventes dos oficiais/artistas, que eram os operários principais, que trabalhavam nas oficinas (carpinteiro, caldeireiro, torneiro, serralheiro) e atuavam como mediadores entre os outros operários e a hierarquia da usina.<sup>24</sup>

Como analisa Lopes (1976), submissos a este monopólio de autoridade estavam todos os trabalhadores. Apesar de seu prestígio entre os operários, os oficiais/artistas viviam fortemente o “cativeiro” da usina, ao serem solicitados a qualquer hora do dia ou da noite para resolver problemas das máquinas, fora da jornada de trabalho, normalmente de 12 horas diárias (o que se reforça pelo fato das vilas operárias serem próximas e controladas pelas usinas). Além disso, a diferença entre os tipos de operários estava fortemente baseada na relação destes com a administração da usina, que por vezes sonegavam direitos ao não registrar em carteira as responsabilidades assumidas no trabalho (como exemplo, o operário que trabalhava como cozinheiro, mas seguia com o registro de servente na carteira de trabalho).

---

<sup>24</sup> Conforme relata Lopes (1976), a seção de fabricação das usinas de açúcar compõe-se de: a) subseção da moenda, que se decompõe nas pontes volantes de descarga da cana; na moagem da cana obtendo-se o caldo bruto realizada pela moenda, a qual é acionada por uma máquina a vapor gigantesca; na esteira de bagaço que o leva às caldeiras onde é produzido o vapor consumido na usina; b) subseção de purificação do caldo, decompondo-se em balança de caldo, sulfitação, caleação, aquecimento, decantação e filtragem (separação das impurezas do caldo); c) subseção de fabricação propriamente dita (concentração do caldo por evaporação), decompondo-se nas seguintes operações: evaporação, cozimento (nos vácuos), cristalização, turbinagem, secagem, pesagem e ensacamento (cf. Fernandes, 1971 *apud* Lopes, 1976).

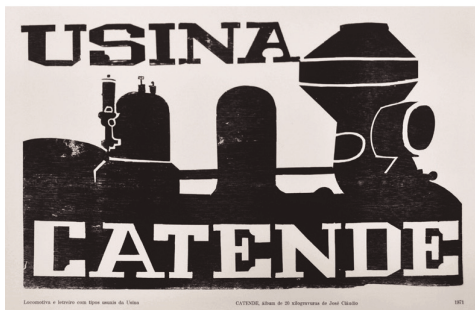


FIGURA 3.5 “LOCOMOTIVA E LETREIRO COM TIPOS USUAIS DA USINA”, CATENDE, 1971 (GRAVURA DE JOSÉ CLÁUDIO).

FIGURA 3.6 “O CASULO CACHIMBADOR”, CATENDE, 1971 (GRAVURA DE JOSÉ CLÁUDIO).

FIGURA 3.7 “A DANÇA DA SACARIA”, CATENDE, 1971 (GRAVURA DE JOSÉ CLÁUDIO).

Em comum, os operários relatavam longas e extenuantes jornadas de trabalho, somadas ao fato de que os turnos de 12 horas/diárias ocorriam de forma alternada semanalmente entre os operários: de meio-dia a meia-noite e de meia-noite ao meio-dia. Na Usina Catende, a mudança para três turnos de 8 horas ocorreu apenas em 2005. Escravo da jornada de trabalho, o operário trabalha exausto, lutando contra o sono, intensificado pela monotonia do trabalho, como ressalta Lopes (1976), alcançando uma situação limite em que “o trabalho de vigilância do operário sobre a máquina se inverte na vigilância da máquina sobre o operário” (p. 25). As jornadas de trabalho definem-se conforme a correlação de forças entre os operários e a administração da usina, e a relação destes com o Estado, pela sua atuação na criação de leis trabalhistas e em sua fiscalização (ou omissão). Nas usinas, as jornadas extensas eram justificadas pela perecibilidade da cana, pretexto com o qual os usineiros conseguiam burlar as leis trabalhistas.

As jornadas alternadas de 12 horas diárias, para a produção ininterrupta da usina, eram praticadas desde o início do século XX, em condições ainda piores, sem salário definido, como relatou um operário Lopes: “naquele tempo a lei era o patrão” (p. 72), e o pagamento era feito por diária de trabalho, sem jornada definida. Nas décadas seguintes, a luta por direitos e a conquista da legislação trabalhista iniciou uma nova fase, onde por acordos entre produtores e o Estado, em 1941, estabeleceu-se a jornada de trabalho de 8 horas, com o pagamento das horas extras, para a manutenção das habituais 12 horas diárias. Com isso, disseminou-se um novo tipo de “cálculo econômico do operário, com base no salário-hora” (p. 76), com o qual se formou um “círculo vicioso” em que os trabalhadores passaram a se sujeitar a jornadas cada vez mais extensas de trabalho, reconhecendo o pagamento das horas extras como a única possibilidade de aumento de salário, caracterizando o que Lopes (1976) denomina “fetichismo do salário-hora”.

Além disso, os turnos noturnos aumentavam o sofrimento e exaustão do trabalhador, que durante o dia também cuidava do “roçado” (mais uma expressão da insuficiência do salário, juntamente com as demais concessões extra-monetárias, que eram também uma forma poderosa de dominação, pelas teias de relação de favores e “benefícios” concedidos pela administração da usina). A “investigação” e “fiscalização” da administração, como ressalta Lopes (1976) criavam “no trabalhador sonolento um clima de pesadelo acordado” (p. 80). Acrescentava-se também a insalubridade do trabalho, pela “quentura” e contato com substâncias tóxicas em certas etapas da produção; a periculosidade e a frequente ocorrência de acidentes (incluindo mortes), especialmente nas oficinas. Temendo o desemprego – e, com ele, a

miséria e a fome, muito vivas na memória dos operários principais, na fase inicial de seu trabalho nas usinas, e enfrentadas nos cortes sazonais, em todas as entressafas, pelos serventes e ajudantes –, os trabalhadores submetiam-se e naturalizavam o horror do trabalho nas usinas. Constantemente ameaçados, pelas demonstrações frequentes de que nada lhes pertencia naquelas terras, eram pressionados a competir com os demais operários na busca pela manutenção de seu trabalho e de sua família. Com isso, inibia-se fortemente o associativismo e mantinha-se o “cativeiro” dos operários, que temiam perder os poucos benefícios conquistados.

Diante desses abusos, como confirmam vários relatos colhidos por Lopes (1976), havia a frequente omissão dos fiscais do trabalho e, com eles, do Estado, pela sua relação promíscua com os usineiros e as classes dominantes locais. Como destaca Lopes (1976), muitas usinas não cumpriam a CLT, e aquelas que cumpriam tinham legitimidade para fazer certos abusos “consentidos”. Assim, falavam ao pesquisador os operários:

O pessoal diz que o operário nasce na caridade (ri), se cria na fé e morre na esperança (ri solto); e todo mundo tem essa esperança de melhorar e morre sem nada, com a esperança (p. 88).

Porque o Brasil é um negócio mal dividido. O Brasil não, os ricos, a riqueza. Pra um dá demais. O outro tá se acabando, se acabando. (...) Uns ganham que o dinheiro dele dá pra fazer o que quer: estragar, comprar carro, carro do ano na porta, né. Nesse ano tem mobília nova, quando é para o ano aquilo não presta mais, aquilo vende a outro, compra outros móveis, a televisão tá velha, compra uma do ano. (...) Porque o ganho dá, e finalmente tem um ordenado (...) aí compra o que quer. (...) E no Brasil é assim, o dinheiro dá para todo mundo, tem muito dinheiro, mas é que uns tem demais, outros não têm nada. (...) E a gente o que é, é de pior a pior, vai ficando velho, vai ficando cansado, doente, vai terminar com nada, né? Vai terminar com nada. (serralheiro) (p. 147).

Relatos que se somavam a vários outros: “Deixei minha saúde na usina” (p. 89). “O pior é que a gente não come o bastante para trabalhar tanto. Aí fica doente.” (p. 129). “Aqui a gente não pode refletir, imaginar muito não, senão fica louco” (p. 148). “Trabalhei e não morri!” (p. 91). Os quais expressam os absurdos da tremenda exploração da força de trabalho, em que as usinas “sugam o sangue e comem a carne” impunemente, esgotando física e mentalmente seus trabalhadores da indústria e do campo, ao longo dos séculos, de gerações em gerações, na produção canavieira.

A grande parte dos trabalhadores da indústria, como também ocorria em Catende, tinha origem no campo, quando não eram filhos de operários e já come-

çavam desde criança a colocar cana na esteira. Trabalhadores que gradualmente aproximavam-se da usina, muitas vezes começando com trabalhos na reparação das estradas e nas linhas de ferro, nas obras de construção civil ou na horta do usineiro. Muitos contavam que vieram para a usina (às vezes montando no trem, junto com a cana) atrás de algum trabalho que pagasse algum imposto, para que tivessem algum direito, frente à miséria do campo, do trabalho “a céu aberto”, sob o sol e a chuva, sujeito a cobras e outros inconvenientes da natureza, e ao pagamento incerto (no campo os direitos eram e são ainda menos garantidos). Sobre o contraste do trabalho com a cana no campo e na indústria, relata um trabalhador rural assentado de Catende, Joel Clemente de Oliveira, 40 anos, entrevistado em 2014:

A diferença entre o trabalho no campo e na indústria é que quem trabalhava na indústria trabalhava na sombra, recebia mais um pouco e conseguiu uma profissão: podendo até ir para outras empresas, até fora do ramo canavieiro. Por exemplo, o pessoal que trabalhava como soldador, como torneiro mecânico, como caldeireiro, que com essas profissões podiam trabalhar em outras indústrias. Tem muitas profissões que são usadas em outras indústrias, da construção civil até a fabricação. Então, na indústria tem uma diversidade maior de trabalho e a remuneração era maior.

Se as análises de Lopes (1976) sobre o trabalho da indústria expressam as condições extremas de exploração a qual estava submetido o operário, o trabalho no campo era visto como ainda mais precário e degradante. Sobre o trabalho com a cana no campo e na indústria também relata uma trabalhadora rural assentada, Dona Edileusa de Souza da Silva, 54 anos, em entrevista em 2014:

Eu nasci em 1960 no Engenho de Ouricuri, o mais próximo da usina, é o engenho mais colado da Usina Catende. Tinha os armazéns que eles estocavam o açúcar tudo lá, eu nasci ali mesmo, alias, eu não, foram 18 irmãos nascidos ali nesse engenho. Meu pai era operário da usina, trabalhou toda a vida ali em Catende. Na época que ele tinha saúde, mas depois meu pai adquiriu um problema de saúde, adquiriu uma doença e depois de sete anos veio a falecer. Uma doença na cabeça, ele trabalhava muito carregando o açúcar, aquilo tudo quente, tudo quente, e ai surgiu uma dor de cabeça e depois mais problema, e ele não teve mais condição de trabalhar. Ai ele ficou sete anos sem conseguir trabalhar e depois faleceu. Ai ficou minha mãe com esses 18 filhos, que depois restou só cinco, que ela criou tudo trabalhando na palha da cana. Antes era meu pai na Usina e ela no campo. Meu pai faleceu e ela seguiu trabalhando no campo. Era muito difícil. (...) Eu lembro de ficar nessa calçada aqui

quando era criança, com meus irmãos, chorando, esperando minha mãe chegar do campo. Toda noite ela chegava depois das 6 horas. Quando ela não conseguiu mais trabalhar para a Usina, ela começou a trabalhar para o ‘empeleiteiro’, pessoa que arruma gente para trabalhar por conta dele, ganha o melhor e paga o que ele quer para os trabalhadores. Ela trabalhava em três dias o que era para fazer em uma semana. Minha mãe era sertaneja, Dona Sebastiana, começou a trabalhar com sete anos de idade, ajudando os irmãos no campo com a cana. Agora no dia 31 de agosto fez 14 anos que minha mãe faleceu, ela tinha 60 anos, e os filhos continuam por aqui. Sempre na esperança de melhoria, mas...

O trabalho na Usina muito pouco confirmava uma ascensão social concreta, pelas extensas jornadas, o trabalho noturno, o controle mais direto da administração (a onipresença do “homi”, até mesmo na esfera doméstica e do lazer, como destaca a análise de Lopes, 1976), como também pela incorporação de características do trabalho do campo no funcionamento dessa grande indústria do açúcar (marcada pela sazonalidade, pela precariedade e pela superpopulação da *plantation*). Ainda assim os operários destacavam que na indústria o trabalho era melhor, ao menos tinha “um certo direito”, “um certo conhecimento”, “uma certa escola” e podiam trabalhar “na sombra”. Por isso, afirmavam que não queriam mais o trabalho no campo, sem um emprego “fichado”, mas sim um salário constante, mas que se mantinha insuficiente e miserável.

Com essas comparações e diferenciações entre os trabalhos na indústria e no campo são criadas rivalidades entre operários e trabalhadores rurais, manipulados pelos proprietários e pelo Estado, que geravam, como ressalta Lopes (1976) “a falta de aliança entre operários e trabalhadores rurais contra seus patrões comuns”, “a divisão entre esses grupos sociais, estimulada pela administração das usinas”, que “atenua o antagonismo com a administração da usina que possam ter ambos os grupos sociais, ao provocar uma certa rivalidade entre operários e trabalhadores rurais” (p. 164). Esses conflitos sombreiam a luta de classe comum em que os trabalhadores da cana estão envolvidos e marcam o desenvolvimento político e sindical desigual dos dois grupos sociais na economia canavieira, presente na história das lutas sociais no campo, inclusive na história dos trabalhadores da Usina Catende.

Esses conflitos dividiram por vezes os trabalhadores do campo e da indústria na recuperação da Usina pelos trabalhadores, mas enquanto a luta resistiu, foram criadas estratégias para fortalecer os vínculos e as aproximações, resultantes da necessidade e da prática de colocar em funcionamento o conjunto de etapas da produção de açúcar, como também das atividades formativas e de participação,

como veremos a seguir. Todavia, a aproximação entre campo e indústria foi sempre combatida pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar, onde predomina historicamente o “peleguismo”, reforçado por ser esta entidade de classe de operários e também de “empregados” das usinas.

Para compor o quadro das desigualdades e conflitos sociais que existiam na Usina, especialmente sobre o domínio dos empregados e como se diferenciavam dos trabalhadores da cana, na pesquisa de campo, quando caminhava pela praça da matriz de Catende, em 2014, ouvi esse relato de uma senhora, esposa de um funcionário aposentado da administração da Usina:

Essa usina quando eu era criança era um pequeno império. Era bonito de ver. Era linda, linda. Naquela época, o que era bom era que pobre era pobre, e rico era rico. Eu nunca me incomodei com essas besteiras, eu não levava a sério. Tinha muita gente que ficava incomodada, mas eu nunca me preocupei, eu até estudava num colégio que quando eu ia brincar com as meninas, elas diziam: ‘menina pobre não brinca aqui’. E eu não brincava. Meu pai nunca trabalhou na usina, mas ele negociava. Mas quem eram os ricos eram os empregados da usina, eles não tinham carro, não tinham apartamento na praia, não tinham nada disso, mas era aquela coisa, sabe, o pessoal se vestia muito bem, essa turma dos empregados da Usina. Tem hora que eu olho assim, e chego a ter saudade daquele tempo, em relação à bagunça de hoje em dia, com tudo misturado. Aqui em Catende tinham dois clubes: era o Leão XIII que era para os operários e o AeroClube que era dos ricos, dos empregados da Usina. Papai não era empregado da Usina, mas ele era sócio do AeroClube, porque ele não queria a gente no Leão XIII. Lá, as meninas não me deixavam brincar, mas eu saía correndo com a bola (risos). Nunca me frustrei com isso. Tenho uma saudade daquele tempo bom. As casas dos usineiros eram muito lindas, eu fui muito ali em jantares, os pratos de porcelana e os cristais eram belíssimos. Tinha um velho mordomo na entrada da casa, como você vê nos filmes! Era lindo! Eu não gosto de passar lá, de jeito nenhum, me dá uma tristeza. (...) [E como eram os pobres naquela época?] Os pobres eram mais pobres, hoje está tudo rico! Hoje não tem mais pobre não. (...) Hoje transformaram o homem do Nordeste em um indolente, dando cesta-básica, por que não deram trabalho?

Esse relato, que também acrescenta questões sobre os atuais conflitos de Catende, ajuda a visualizar as extremas diferenças sociais entre os grupos e classes que compunham a Usina. Na indústria, como destaca Lopes (1976), os maiores inimigos dos operários, opressores diretos em nome da Usina eram os empregados, que também eram a elite da cidade.

Assim, a Usina era composta por um universo extremamente desigual de grupos sociais, do campo à indústria, que geravam diferenças e conflitos que caracterizavam as relações sociais e de trabalho na economia açucareira. Sobre esses conflitos, acrescenta Arnaldo Liberato, assessor dos trabalhadores de Catende, em entrevista em 2014:

O trabalhador da indústria, mesmo quando veio do campo, viveu uma ascensão quando chegou à indústria, porque passou a ter a possibilidade de conviver com o gerente, com o dono da usina, com o pessoal do escritório, com os 'doutores'. O pessoal do campo, mesmo os 'doutores', como os agrônomos, eram de campo, ficavam muito tempo no campo, também os administradores e os cabos, que também são trabalhadores. Na usina era diferente, nessa lógica, lá se estava em outro patamar, o trabalhador ganhava um pouco mais, se conseguia alguma chefia ou outro cargo, tinha algumas gratificações maiores, e também ele passava a ser respeitado na cidade. Em cidades onde tinha uma usina, a elite da cidade era formada pelos funcionários da usina. Eram eles que moravam na cidade, seus filhos estudavam melhor, alguns tinham carro, eles tinham um clube próprio. E tinham mais facilidade de acesso aos donos, em algum momento frequentavam a casa do dono, para alguma comemoração. Com isso, eles tinham a ilusão de serem puxados para cima, o que pega profundamente. O movimento sindical há muito tempo usava isso, com os trabalhadores que eram delegados, para que ficassem com a sensação de que teriam alguma propensão a chegar ao poder, à riqueza. Com isso, eles se tornavam amortecedores, contra seus antigos companheiros, frente ao patrão.

A ilusão da ascensão social era totalmente desfeita e a extrema opressão definitivamente reafirmada, ao final da trajetória de vida do operário. Na clara exposição da semelhança de seu destino àqueles guardados aos demais trabalhadores da cana, também no campo<sup>25</sup>, submetidos ao despotismo da usina e ao seu padrão geral de dominação, como analisa Lopes (1976):

Despejado da casa da usina por motivo de invalidez ou aposentadoria, o operário do açúcar vê coroada toda sua trajetória social de dependência cada vez maior à hierarquia da usina, tanto na esfera do trabalho quanto na da moradia: essas esferas interpenetradas e dominadas pela administração são despejadas em bloco pela usina, tal como o bagaço e a borra do caldo, quando a força de trabalho do operário está completamente gasta. E então o operário aposentado, colocado diante de seu corpo esgotado, vê reforçado enquanto ope-

---

<sup>25</sup> Terras de Usina era lugar de onde os trabalhadores só saíam mortos. (Entrevista com Lenivaldo Lima, educador e assessor de Catende, em janeiro de 2012).

rário despejado, o trágico adágio antropofágico dos operários do açúcar (...): “A Usina come a carne dos operários e depois joga fora os ossos” (p. 191).

Exatamente esse trágico adágio antropofágico repetia-se mais uma vez, em 1993, na Usina Catende, quando 2.300 trabalhadores rurais foram demitidos, no episódio que deu início à sua inédita reação e resistência, como relatado a seguir.

O padrão geral de dominação das fábricas com vilas operárias no qual se inserem as usinas foi estudado mais profundamente por Lopes no seu trabalho sobre os operários da Fábrica Têxtil Paulista, *A Tecelagem dos conflitos de classe: na cidade das chaminés*, publicado em 1988. Ao analisar em comparação essas duas categorias de operários, em texto mais recente, Lopes (2011), destaca:

Enquanto os trabalhadores têxteis tinham uma memória cultivada, tanto das repercussões da grandeza da fábrica e de seus patrões na organização da vida social local e uma presença nacional, quanto da importância de suas lutas sindicais e de bairro contra a própria empresa; os operários do açúcar tinham uma concepção de uma história repetitiva e de um “tempo estrutural” composto de períodos sucessivos de gerências e diretorias, com suas redes de equipes que seguiam hierarquia abaixo. E que muitas vezes provocavam uma migração de equipes entre usinas quando um gerente ou chefe de seção é convidado ou transferido para outra unidade produtiva. (...) Os trabalhadores têxteis nos convidam assim para seguir suas informações e representações de suas histórias de vida e suas interpretações da história local (...); enquanto os operários do açúcar nos dão acesso à riqueza de seu pensamento autoclassificatório e da reinterpretção criativa de práticas e formulações dominantes em formulações próprias que desvelam as contradições em que estão envolvidos. (Lopes, em “Novo Prefácio à edição argentina” *El Vapor del Diablo: el trabajo de los obreros de azúcar*, 2011, p. 5).

Com o objetivo de estudar a visão dos operários e trabalhadores rurais sobre o processo produtivo do açúcar, a jornada de trabalho, o salário, a moradia, a organização do “tempo livre”, o sindicato, os direitos trabalhistas, a relação entre os grupos sociais, a comparação do trabalho no campo com o trabalho na usina, as trajetórias de trabalho e vida, Lopes e um coletivo de pesquisadores da *plantation* canavieira nordestina, com Moacir Palmeira, Lygia Sigaud, Afrânio Garcia Jr., Marie-France Garcia e outros, realizaram diversos estudos de campo em busca de “expor o que seria o ‘modelo’ de uma usina açucareira”.

Em contraste com a história de todas as usinas da região, emergiu a história da luta dos trabalhadores frente à falência e pela recuperação da Usina Catende. Em alguma medida, como veremos a seguir, seus relatos sobre essa história de luta

rompem com o “tempo estrutural” analisado por Lopes (2011). Perceber e revelar as rupturas e transformações nas narrativas dos trabalhadores da cana da Usina Catende, a formação e o cultivo de uma memória coletiva da sua história de resistência e do auto-reconhecimento do significado político da luta pela recuperação da Usina e da construção de um projeto agroindustrial cooperativo de reforma agrária, é um dos mais importantes objetivos da nossa pesquisa.

Apesar de singular no universo canavieiro do Nordeste, a história de resistência dos trabalhadores da Usina Catende tem traços comuns com outras diversas lutas por recuperações de empresas por trabalhadores que ocorreram no Brasil no mesmo período e ainda ocorrem, inclusive em vários outros países do mundo, o que torna o seu estudo particular e ao mesmo tempo exemplar de um conjunto de experiências já descrito em capítulos anteriores.

Ao retomar as descrições de Lopes (1976) sobre o trabalho dos operários do açúcar buscamos compor o quadro do sistema de dominação sob o qual viviam os trabalhadores da Usina Catende, quando emergiu a sua luta. Trabalhadores da cana, da indústria e do campo, tal como força de trabalho, como expõe Lopes (1976), apesar de terem “funcionalidade essencial ao capital e sua organização da produção, sendo mesmo um aspecto do próprio capital – o capital variável”, são trabalhadores “em carne e osso”, com interesses contraditórios aos do capital. Por essa condição, mesmo “totalmente despojados dos meios de produção e do produto de seu trabalho, despojados também da concepção, da organização e da direção do processo de trabalho”, eles podem inverter o princípio da cooperação capitalista e criar solidariedade combinada contra a exploração (p. 9).

Em seu estudo, Lopes (1976) visualizou algumas transformações no sentido da explicitação de dúvidas a respeito da legitimidade da ordem social vivida nas usinas, no entanto, especialmente entre os operários, sem efetivamente alcançar uma ação associativa reivindicatória coletiva, em contraste com uma história de lutas e mobilizações dos trabalhadores do campo. Sobre isso, avalia Bruno Ribeiro, advogado da FETAPE e assessor dos trabalhadores de Catende:

Tradicionalmente nas greves as reações eram mais do campo do que da indústria. Sempre refleti sobre isso. Os operários eram mais próximos do dono, que estava diariamente na indústria, que favorecia uns, perseguia outros, então, ele era uma presença desarticuladora da resistência, do movimento, do processo de organização dos operários. Era algo da oligarquia, colonial. Em todas as greves, e essas usinas se acabaram em Pernambuco, houve muito poucas greves de operários. As greves sempre vinham do campo. Em algumas delas os operários se somavam, mas os usineiros faziam logo um acordo com eles, e eles

esvaziavam a greve. Mas claro que isso não é culpa deles como pessoas, de que sejam pessoas melhores ou piores do que os trabalhadores canavieiros, mas apenas que eles eram mais vulneráveis à presença do usineiro. Em Catende, as demissões e as resistências começaram no campo, em 1993. Quando o colapso atingiu o seu pico, os donos demitiram 2.300 camponeses, não foram operários. (...) Os operários ficaram até 1994 com muito medo das greves. (...) Os usineiros conseguiram dividir as duas categorias historicamente em Pernambuco e onde existiu usina. Mas em 1994 ocorreu uma união, porque a Usina deu um passo a mais para a quebra, e no meio da safra não pagou os operários. Daí se juntou todo mundo.

A partir da luta dos trabalhadores do campo frente às condições de exploração extrema do trabalho, juntamente com movimentos sociais e sindicais, com suas trajetórias históricas de organização política na região, emergiu a importante história de resistência dos trabalhadores da cana da Usina Catende, que também envolveu os operários do açúcar. Nesse momento, a insolvência e gestões fraudulentas, como também a grande ineficiência do setor, comprovada pelo desmonte das estruturas, queda de investimento e defasagem tecnológica, desnudaram-se com o fim dos financiamentos e subsídios públicos e do controle estatal do mercado do açúcar, realizados há décadas pelo recém-extinto IAA. No colapso da economia açucareira do Nordeste, que tinham em Catende sua imagem e semelhança, no início dos anos 1990, ocorreu uma inédita reação dos trabalhadores dessa Usina, no contexto de sua falência, ocorrida juntamente com a de outras 18 usinas no Estado de Pernambuco, que deixaram mais de 150 mil trabalhadores desempregados (Nascimento, 2005). Sobre o caso relata Lopes (2011), após uma visita em 2006:

Somente uma greve, seguida de ocupação, teve por abrangência uma usina de açúcar em sua totalidade, isto é, ao mesmo tempo fazendo a ocupação da parte agrícola e da parte industrial da produção do açúcar, que foi o caso da Usina Catende. Nesta greve, os operários da parte industrial também participaram (p. 8).

Ocupada pelos trabalhadores do campo e da indústria por ocasião da greve de 1995 em reação ao não pagamento de salários. De lá para cá esta usina falida tornou-se uma fábrica recuperada, uma experiência única de agroindústria dirigida por uma cooperativa de trabalhadores rurais e industriais (p. 16).

Diante do colapso da economia açucareira de Pernambuco e também do Nordeste, explicitam-se as contradições e os conflitos dando maior transparência à exploração econômica e à opressão política, colocando em cheque a legitimidade do sistema de dominação das usinas, acirrando a luta de classes e fortalecendo a união e a organização política dos trabalhadores da cana.

Nesse momento, como relata Dé Carli (1996), ex-presidente do IAA, em contraste com o cenário produtivo nacional em que o Instituto havia sido criado, quando a Usina Catende era a maior do país, produzindo 304 mil sacas de açúcar na safra de 1933-1934<sup>26</sup>, passados 61 anos, na safra de 1994-1995, Catende, com uma produção de 717 mil sacas de açúcar, havia sido superada por outras usinas do seu Estado, como a Usina Petribú e a Usina União e Indústria, com uma produção naquele ano superior a 1 milhão de sacas de açúcar. Isto se somava ao quadro de declínio e falência em massa de usinas no qual o conjunto da produção de Pernambuco passou a atingir apenas 10% da produção nacional (safra 1994-1995), segundo dados da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA)<sup>27</sup>, com a completa inversão do eixo produtor da cana do Nordeste para o Centro-Sul do país.

Nesse contexto de implosão do modelo secular da monocultura e do latifúndio da cultura da cana, emergem conflitos que combinam o arcaico e o moderno, frente a novas formas e conteúdos das lutas dos trabalhadores, como veremos a seguir na história da recuperação da Usina Catende, que outra vez tornou-se “símbolo de época”, da resistência dos trabalhadores às consequências perversas da reestruturação produtiva no capitalismo neoliberal e suas contradições no Brasil contemporâneo.

Catende foi símbolo de épocas. Ela foi a primeira e mais importante usina da América Latina na década de 1940, uma das maiores do mundo. Ela foi símbolo também dos diferentes períodos do setor açucareiro. Quando o setor estava em dificuldade na virada do século XIX para o século XX, ela quebrou. Depois, o “Tenente de Catende”, na década de 1920 foi lá e comprou, e fez dela uma grande usina. Então, ela passou a ser um símbolo. Ela sempre simbolizou épocas. Ela passou a ser símbolo da expansão do setor sucroalcooleiro no Nordeste do Brasil até a década de 1950, quando ela foi a maior usina do mundo, e de longe a maior usina da América Latina. Na década de 1960, ela novamente conheceu dificuldades, era um período de expansão do açúcar produzido em outras regiões. Quando chegou a década de 1970, ela também foi símbolo da expansão do modelo sucroalcooleiro do IAA, na crise dos petrodólares. Ela desativou a sua infraestrutura de produção para produzir mais cana, vendeu suas linhas férreas, destruiu açudes. Catende havia sido construída com uma concepção, pois esse “Tenente” era um empresário de visão. (...) Esse

---

<sup>26</sup> Seguida das usinas Santa Terezinha (228 mil) e Central Barreiros (183 mil), também localizadas em Pernambuco, na época, o principal Estado produtor país.

<sup>27</sup> O site da Associação apresenta dados sobre a produção de cana e de açúcar por unidade da federação a partir da safra 1981-1982. Disponível em: <http://www.unicadata.com.br/>.

modelo inovador de infraestrutura, criado na década de 1940, foi desmontado pelos novos donos na década de 1970. Então, ela passou novamente a ser símbolo do início desse novo ciclo, a ser símbolo da decadência. Ela era a maior usina, com a maior história e começou a descer ladeira a baixo ao longo da década de 1970, colapsando na década de 1980. Então, ela passou novamente a cumprir, e acho que tem alguma mística histórica aí, a sua vocação de símbolo: ela se tornou símbolo da reação dos trabalhadores, junto com a sociedade e com as entidades de classe, na luta por criar um novo modelo, que evitasse que a quebra de uma usina fosse o colapso de milhares de vidas e de uma economia. (...) Então, se reuniu muita gente e ela foi novamente símbolo: de uma reação que foi muito incomum em Pernambuco. Ela foi símbolo desse esforço de preservar uma empresa durante 16 anos na mão dos trabalhadores. Ela foi durante esse período a maior experiência de autogestão do Brasil. O bonito disso é como os processos históricos surgem em vários lugares diferentes do país e do mundo, e nós não sabíamos que esforços semelhantes estavam sendo desenvolvidos em outros cantos do país. Quando Catende tinha alguns anos, contando com muita força dos trabalhadores, da FETAPE, dos movimentos sociais, mas também do governo de Arraes, que também apoiou esse esforço, depois de alguns anos a gente descobriu, através da ANTEAG, que existiam experiências semelhantes em muitos lugares no Brasil e na América Latina. (Bruno Ribeiro, advogado da FETAPE, assessor dos trabalhadores de Catende, em entrevista em 2014).



FIGURA 3.8 VISITA DE MIGUEL ARRAES À USINA CATENDE, DÉCADA DE 1980 (ARQUIVOS DO PROF. MIYASHI).

FIGURA 3.9 USINA CATENDE, 2003 (ARQUIVOS DA ANTEAG).

FIGURA 3.10 USINA CATENDE, 2003 (ARQUIVOS DA ANTEAG).

### 3.3 AUTOGESTÃO NO BRASIL AÇUCAREIRO: HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES DA USINA CATENDE PÓS-1990

Ao invés dos donos tirarem a gente, foi a gente que tirou os donos! Eles deviam muito à Justiça e chegou ao ponto de não querermos mais eles aqui. Para isso, a gente se uniu, todos, do campo, da indústria e da barragem, onde eu trabalhava. Juntou o pessoal dos engenheiros e os operários, e só não paramos a hidrelétrica para não dar problemas depois. Acampamos na porta da Usina, não entrava ninguém, nem saía. Era época de dezembro, e a gente disse: se a gente não receber, a gente não trabalha! Na realidade, a gente não recebia já fazia várias semanas. Sem receber com a Usina moendo! Foi quando o usineiro foi embora. Acampamos por 19 dias, ficou tudo parado. Quando saiu o usineiro, o governador mandou imediatamente um interventor para ajudar a botar a Usina para funcionar (Ednaldo José da Silva, 52 anos, operário da hidrelétrica e assentado do Engenho Harmonia, em entrevista em 2014).

Ao longo de vários anos, acompanhei por relatos e fotografias a grande epopeia dos trabalhadores da Usina Catende, iniciada no contexto da grave crise do setor açucareiro do Nordeste, quando ela entrou em falência juntamente com dezenas de usinas na região, após a desativação do IAA, em 1990.

A história de resistência de Catende liga-se ao processo de organização política dos trabalhadores rurais na Zona da Mata de Pernambuco, ocorrido desde décadas anteriores ao regime militar, como já destacamos neste trabalho. Ela emergiu no rastro de lutas políticas e sindicais dos trabalhadores, apoiadas por Gregório Bezerra, do PCB, que atuou diretamente na região da Usina Catende, e também pelas Ligas Camponesas, com Francisco Julião. As Ligas Camponesas, apesar de não terem atuado fortemente na região da Usina, tiveram papel fundamental na conquista do espaço político para a organização dos trabalhadores do campo. Essas lutas, que haviam sido violentamente reprimidas com o golpe militar, formaram o “chão” a partir do qual emergiu a resistência dos trabalhadores frente à crise da Usina Catende.

Nutrindo-se do resgate dessas lutas do campo em Pernambuco, o processo de renovação sindical, com as Oposições Sindicais, apoiadas pelas organizações pastorais rurais, no momento que também a Igreja vivia uma renovação com a Teologia da Libertação, esteve no centro da organização dos trabalhadores em Catende, a partir dos anos 1980.

A organização política no campo ressurgia desde o final dos anos 1970 entre os trabalhadores canavieiros da Zona da Mata pernambucana. Nesse momento, foi deflagrada a maior onda de greves da história da região, com forte atuação das Oposições Sindicais, apoiadas por organizações e militantes, como vimos anteriormente. Um marco expressivo desse período histórico ocorreu no “I Congresso de Delegados dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais”, no Seminário de Olinda, em 1980, como conta o ex-padre Arnaldo Liberato, assessor dos trabalhadores de Catende, que desde essa época iniciou sua atuação junto aos trabalhadores na região da Usina, em entrevista em 2014:

Em 1980 ocorreu um evento muito interessante, o I Congresso de Delegados Sindicais para a preparação da Campanha Salarial, no Seminário de Olinda. Lá estavam reunidas 400 lideranças e foi quando eu vi pela primeira vez umas figuras importantes juntas, numa mesma mesa: Dom Helder, Miguel Arraes, Francisco Julião e Gregório Bezerra, que haviam voltado recentemente do exílio, com a Anistia, em 1979. Essas lideranças, com matizes um pouco diferentes, reunidas. (...) Foi o encontro mais vivo do ponto de vista da história dessa temporada toda. Estivemos três dias juntos debatendo, eu participei como assessor da FETAPE, e eles fizeram a mesa de abertura, esses quatro expoentes dessas questões aqui de Pernambuco.

Todavia, essa onda de greves não conseguiu envolver os trabalhadores da Usina Catende, que viviam sob forte controle e repressão. Apenas no final dos anos 1980, com o processo de organização dos trabalhadores, as Oposições Sindicais fortaleceram-se nos municípios de abrangência da Usina e ganharam a primeira diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maraial, com a eleição de Marivaldo Silva de Andrade, trabalhador rural da Usina Catende, morador do Engenho Bálamo da Linha (localizado atualmente no município de Jaqueira), futuramente uma das principais lideranças sindicais na luta pela recuperação da Usina. Como também relata Arnaldo Liberato:

Quando a gente tomou o sindicato de Maraial, em 1989, quando ganhou a Oposição Sindical, no final desse primeiro ano, nós fizemos a primeira greve na Usina Catende. Nem se tinha notícia de quando havia tido greve antes lá. Acho que nem em 1963 havia tido greve lá, porque era uma Usina muito truculenta. A gente parou durante três ou quatro dias e fez um acampamento na frente do pátio da Usina. Eram só os trabalhadores rurais, a fábrica queria comer a gente com os dentes. Então, a gente tinha o Sindicato de Maraial, e as Oposições Sindicais de Palmares e de Água Preta. Ocorreu uma coisa extraordinária, tenho ainda essas atas assinadas pelas Oposições Sindicais, porque a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) teve que aceitar nego-

ciar com as Oposições Sindicais. O sindicato de Catende era pelego, o presidente da época ainda é o mesmo até hoje. Um desastre. Então, as negociações eram feitas pelas Oposições Sindicais. A DRT tentou resistir, mas o próprio representante da Usina disse na época: “Acho melhor negociar com eles, porque assim a gente garante que os trabalhadores vão cumprir o que a gente negociar. Se negociar com os Sindicatos não vai adiantar, ninguém vai cumprir, porque ninguém concorda”. Esses foram fatos extremamente importantes, porque isso tudo que contei foi o que deu o chão para acontecer Catende, em 1995. Todo esse trabalho anterior da Igreja, pela ACR, em seguida, nos anos 1980, a CUT, o CENTRU, com Manuel da Conceição, com Manuel Raimundo, o CEAS Rural, a FASE (...) todos esses apoios foram importantes.

Ao quadro político dos anos 1990, no contexto da reação dos trabalhadores à crise da Usina Catende, somaram-se também novos atores políticos, organizados após a ditadura: o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que passaram a ter grande influência nos sindicatos e entre os trabalhadores rurais da região da Usina. Também o Partido Socialista Brasileiro (PSB), fortalecido com a nova eleição de Miguel Arraes ao Governo do Estado, em 1994. Ao mesmo tempo que movimentos por reforma agrária, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), também passaram a apoiar a ocupação de terras e a organização dos trabalhadores frente ao fechamento das usinas na região.

No contexto da redemocratização do país e da reconquista de espaços de organização política dos trabalhadores, o colapso econômico do modelo de produção açucareiro do Nordeste, com a falência de cerca de 40 usinas, envolvendo inúmeras fraudes, falta de pagamentos de tributos e dívidas trabalhistas, explicitou com maior evidência para os trabalhadores as relações de extrema exploração a que estavam submetidos, colocando em questão a legitimidade do sistema de dominação da Usina, dando substrato à emergência da luta dos trabalhadores de Catende. Como relata Joel Clemente de Oliveira, 40 anos, trabalhador rural assentado, filho de trabalhadores rurais demitidos em 1993, em entrevista em 2014:

Em 93 foi um desespero total, o pessoal estava descredenciando em todo mundo, porque já vinha um verdadeiro massacre. O pessoal trabalhava e não recebia completo, ficava sempre algo retido. Antes da demissão dos 2.300, os trabalhadores já vinham sofrendo muito. Mas antes o sindicato ficava de braços cruzados, com um monte de gestor lá meio vendido. Então, aqui o que fez a diferença foi a força dos trabalhadores e dos sindicatos de reagir no sentido de tentar ver a possibilidade de lutar para uma qualidade de vida melhor. Foi a força dos sindicatos rurais, mas era também um novo ciclo de novos

atores que entravam em cena, como a Igreja que ajudou muito na mobilização dos trabalhadores. (...) Foi a partir dos anos 90 que começou a melhorar, antes se chegasse aqui tinha uma porteira no engenho e ficava um cabra dizendo que não podia entrar, e se entrasse era arriscado de ser violentado mesmo. (...) Botavam para correr, como se diz. Mas nos anos 90, com esses novos atores, começou a ter mais instrumento de pressão, instrumento para se aproximar. (...) Tinham assembleias dos sindicatos com mais presença dos trabalhadores e começou a ter mais abertura. O pessoal foi aprendendo, assimilando, até chegar no que conseguimos construir aqui.

Em crise, a Usina Catende, que contava com cerca de quatro mil trabalhadores, somando o campo e a indústria, demitiu 2.300 trabalhadores rurais. Naquele momento, suas terras ocupavam 27,6 mil hectares, distribuídos em 48 engenhos (comunidades rurais), localizados em cinco municípios: Catende, Jaqueira, Palmares, Xexéu e Água Preta. Em seu território, contando os familiares dos trabalhadores, habitavam cerca de 20 mil pessoas nos engenhos e na cidade. Essa população inseria-se no conjunto de aproximadamente 160 mil habitantes dos cinco municípios, também indiretamente impactados pelas atividades da Usina (Arquivo Anteag, 2007).

Sem alternativas, os trabalhadores rurais demitidos recusaram-se a deixar as suas casas nos engenhos sem receber seus direitos trabalhistas, contando com a ajuda de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, apoiados por organizações pastorais, que iniciaram uma resistência silenciosa, a partir dos engenhos. Cabe destacar que nesse momento inicial, até 1995, os trabalhadores não receberam nenhum apoio do poder público.

A luta mais ampla da Usina Catende, envolvendo trabalhadores rurais e operários, teve como estopim, conforme diversos relatos, um episódio: uma festa de réveillon em Boa Viagem, em janeiro de 1995, retratada em colunas sociais do *Diário de Pernambuco* e do *Jornal do Commercio*, oferecida a convidados na casa dos usineiros de Catende, com fartura e requinte, enquanto os trabalhadores da Usina, do campo e da indústria, com seus salários atrasados, enfrentavam, literalmente, a fome.

A tradicional ceia de fim de ano de Rosa e Ricardo Guerra terminou às 5 da manhã. A anfitriã ficou muito bem em um modelo azul. A imprensa prestigiou, *au grand complet*, a festa dos Guerra, compensando a falta de políticos que já estavam viajando para as solenidades de posse em vários lugares. O branco foi a cor dominante (p. 13, Caderno Cidades, *Jornal do Commercio*, 02/01/1995).

*Chez Guerra.* O tradicional réveillon da casa de Rosa e Guerra, na sua bonita residência de Boa Viagem, este ano não contou com as presenças do deputado Roberto Magalhães e sua Jane, que estavam em Brasília, para a posse do presidente e vice eleitos, Fernando Henrique Cardoso e Marco Maciel. A anfitriã quebrou uma tradição antiga: não rompeu o ano vestindo branco. Usou um elegante modelo curto azul cobalto de crepe. A bonita mesa da ceia foi decorada com uma floreira francesa antiga de prata e cristal. Ajudando a receber os convidados estavam os filhos dos donos da casa, Marcelo Henrique, Bruno e Roberto. Hoje, Ricardo seguiu para Brasília, onde assiste à posse do ministro Gustavo Krause e participa do jantar oferecido por empresários pernambucanos a Marco Maciel e Gustavo Krause (Caderno Viver, Coluna João Alberto, *Diário de Pernambuco*, 02/01/1995).

Em anos anteriores já haviam ocorrido mobilizações sindicais e greves pontuais dos trabalhadores da Usina, mas o crescimento da indignação, o temor de novas demissões e principalmente a total falta de credibilidade dos usineiros motivaram os trabalhadores a iniciar uma grande greve geral em dezembro de 1994, com um acampamento na porta da Usina, que durou 19 dias.

Esse acontecimento, à maneira de um mito de origem, marcou simbolicamente o início da luta dos trabalhadores de Catende. Por ele, desnudaram-se as relações de extrema exploração sob as quais os trabalhadores, tanto do campo, quanto da indústria, estavam submetidos na produção açucareira. Como relata Maria Etiene Silva de Andrade, 46 anos, trabalhadora rural assentada, sindicalista, em entrevistas em 2014: “Esse momento foi quando teve o maior movimento, que foi a tomada dos trabalhadores. Teve uma greve, que tinha mais de dois mil trabalhadores. Isso foi uma coisa incrível, quando o pessoal tomou mesmo o pulso da coisa”. Sobre esse acontecimento, também conta Ivanildo Luís Santana, 58 anos, trabalhador rural, sindicalista:

Quando houve a demissão em massa de 2.300 trabalhadores em 1993 iniciou um processo muito forte de reação. (...) A Usina ficou mais um tempo rodando com os usineiros, mas depois, no final de 1994, houve um atraso de salários e do 13º. Dessa vez, foi quando o povo e os sindicatos se mobilizaram frente à falta do pagamento e foi chamando o povo todo para a porta da empresa. Aí os usineiros ficaram dizendo que não tinham dinheiro, que iriam vender não sei o quê para pagar o povo, e sem nada acontecer. Então, o que aconteceu, todos os sindicatos, todos os trabalhadores, e todas as lideranças se juntaram e foram para a porta da empresa, era uma semana de festas de final de ano, passamos justamente o Natal e o Ano Novo na porta da empresa. Passamos vários dias acampados, aquele

monte de gente, debaixo de umas lonas, naquele calor, naquela poeira. Foi quando começamos a buscar ajuda. O Miguel Arraes era na época governador. Fomos também buscar ajuda no Ministério do Trabalho, no Ministério Público, para todo canto. Aí se conseguiu com o governo uma parte de recurso para pagar os trabalhadores, o 13º. e algumas semanas atrasadas. (...) Isso aconteceu em Catende porque o pessoal se organizou para fazer. Nas outras Usinas não teve isso não, o pessoal não tomou rumo do prejuízo que iriam ter. (...) Aqui foi diferente, antes da coisa acontecer, o povo caiu logo em cima. Nas outras, os usineiros fecharam de ataque e deixaram o povo todo sem nada. Aqui, os usineiros saíram com a pressão do povo. (...) Aqui tinha uma história de organização dos trabalhadores, dos sindicatos e das associações dos trabalhadores. Isso não tinha nas outras usinas. Isso foi feito aqui na nossa região, nos sindicatos de Palmares, de Maraial, de Catende, de Água Preta e de Xexéu. Esses sindicatos enfrentaram e fizeram decolar essa situação problemática em que estavam os trabalhadores. (...) A pressão dos trabalhadores só baixou quando vieram os governos, colocando possibilidades, e pudemos ver que tinha para onde a gente andar.

Como analisa Lopes (1988) ao estudar a emergência das lutas dos operários de Paulista, tal como ocorrem nos processos de interiorização da legitimidade da dominação, nesse momento ocorreu em Catende um processo de “interiorização” pelos trabalhadores da percepção da “ilegitimidade da dominação” dos usineiros. Essa interiorização permitiu a emergência de uma certa “consciência de classe”, no sentido apontado por Thompson (1987), presente no processo de “fazer-se” da luta dos trabalhadores de Catende. Também sobre o episódio, relata Edvaldo Ramos da Silva, 58 anos, operário e sindicalista, em entrevista em 2014:

A gente vinha com dificuldades. Em 1993, a Usina demitiu 2.300 trabalhadores rurais e não pagou. Aí começou a Justiça a tomar bens da empresa, para pagar dívidas. Logo a Usina começou também a atrasar pagamento dos trabalhadores que ficaram. E a gente vendo os bens da Usina indo embora. Então, quando foi em 1995, o usineiro não pagou o nosso 13º. salário e já vinha com vários pagamentos atrasados. Foi quando começou esse movimento. Na verdade, isso começou em dezembro de 1994, e a gente parou no Réveillon de 1994 para 1995. Foi isso que indignou os trabalhadores, na véspera do ano novo, que era de 6ª. feira para sábado, a gente chegou em casa sem salário e sem 13º. No outro dia, saiu no jornal, era no Jornal do Commercio e no Diário de Pernambuco, saiu em todos os jornais, a festa dos usineiros de Catende em Boa Viagem. (...) Quando os trabalhadores viram, muitos não sabiam nem o que era Réveillon e começou a chamar do “Vermelhão”. (...) Aí, o trabalhador se manifestou, foi aí que começaram as manifestações na frente da Usina. Nós

paramos a Usina e ficamos 19 dias em greve, sem comer nada. (...) Os patrões ainda chamaram a gente para uma reunião, e queriam pagar o 13º. em 8 parcelas. Mas não contavam as quinzenas de vários meses que vinham atrasadas. Mas nenhum trabalhador acreditava mais neles, eles não tinham crédito nem no mercado mais. Não tinham nem mais crédito no comércio, eles perderam tudo. (...) Então, a gente não aceitou esse acordo e eles foram embora. Eles se retiraram daqui e deixaram tudo para trás. Foi quando a gente pensou: e agora? A gente vai discutir com quem? Não tem mais patrão, a Usina está abandonada, e agora? Como vai ficar? Vamos brigar com quem se não tem mais patrão? Aí veio Arraes, ele estava chegando no governo do Estado e colocou aqui um interventor, que foi Mario Borba. Ele começou como interventor por 90 dias, para organizar a Usina e montar a falência, e o governo bancava a gente, em troca, ficava com o açúcar. O Bandep soltava o dinheiro para a folha e a gente fazia o açúcar para pagar o Estado. (...) Até hoje, até antes de morrer, o Arraes estava complicado com essa questão que ainda estava na Justiça, porque ele tirou dinheiro do Estado para colocar na Usina. (...) Ele não podia fazer isso, mas ele fez.

Com essa greve, os trabalhadores, unindo campo e indústria, expulsaram os usineiros do controle da Usina Catende e conquistaram um acordo, envolvendo os cinco Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região, com apoio da FETAPE, o Sindicato dos Trabalhadores em Indústria de Açúcar e Alcool do Estado de Pernambuco e também o apoio do Governo do Estado, no qual Miguel Arraes iniciava terceiro mandato. Nesse acordo foram estabelecidas as condições para a retomada da produção da Usina sob a forma de cogestão, incluindo a indicação de um interventor e um empréstimo do governo estadual no valor de R\$ 500 mil, viabilizado por um decreto de calamidade pública da Prefeitura de Catende, com o objetivo de retomar a produção e realizar a moagem da safra 1994-1995. O empréstimo do governo foi totalmente pago, com a entrega de açúcar, como relatado em entrevistas, dando credibilidade à nova etapa da luta dos trabalhadores.

Diante desse quadro, começaram as pressões dos diversos setores insatisfeitos com a situação, especialmente os próprios usineiros de Catende – impossibilitados de realizar o que era o padrão nos processos de crise e de falência de usinas da região, ou seja, o esvaziamento do seu patrimônio e, muitas vezes, sua transferência para outras empresas do mesmo grupo econômico. Com isso, iniciou-se a resistência, por quase duas décadas, dos trabalhadores, cuja história buscamos narrar nesse texto, lembrando as reflexões do professor Paul Singer, ao prefaciar o estudo de Kleiman (2008):

Não se trata duma narrativa linear, mas duma incursão em profundidade num processo histórico complexo, multiforme, cheio de contradições, mas também de lições de solidariedade e de que uma economia democrática é afinal de contas possível, nunca perfeita, mas sempre admirável (p. 13).

#### EMERGÊNCIA DA LUTA POR JUSTIÇA

No contexto de tensão e acirramento dos conflitos de classes, após o afastamento dos usineiros de Catende, os trabalhadores relatam episódios em que tiveram que resistir a várias tentativas de retirada de maquinários da Usina, inclusive “enfrentando a própria Justiça”, que começou a permitir o arremate de seus bens para pagamento de dívidas. Diante desse cenário, em maio de 1995, com apoio de assessores e sindicatos, e do Governo Arraes, organizou-se outro feito inédito: os trabalhadores solicitaram a falência da Usina Catende, como forma de garantir a segurança do seu patrimônio para o pagamento de direitos trabalhistas. Com isso, relatam que pela primeira vez na Zona da Mata, trabalhadores entraram na Justiça com um pedido de falência de uma usina.

Todavia, ao mesmo tempo que era solicitada a falência pelos trabalhadores em Catende, possivelmente informados desta ação, os usineiros também pediram a falência da Usina na Justiça em Recife. Após um período de indefinição, foi feito um acordo para que a juntada dos processos para o decreto de falência da empresa ocorresse na 18ª. Vara Cível da Justiça de Recife, mas com a autoria dos trabalhadores. O decreto de falência<sup>28</sup>, além de anular as transferências fraudulentas de patrimônio ocorridas até cinco anos antes, deu início a recuperação judicial da usina, com a indicação pelos credores ou pela Justiça de um síndico, como descrito em Kleiman (2008) e Ribeiro (*in* Melo Neto e Lima, 2010), trabalhos que trazem mais informações sobre esse período inicial da história de Catende. Nesse momento, começou a longa disputa pelo controle da Usina, que durou mais de 16 anos, até o ano de 2009, quando ainda sob a administração judicial, mas gerida na prática pela Cooperativa dos trabalhadores, ela sofreu uma intervenção da Justiça, que levou ao encerramento definitivo das suas atividades em 2012, como veremos adiante nesse texto.

---

<sup>28</sup> Processo Falimentar nº 001.1995.034582-3, perante a Vara Privativa de Falência e Acidentes do Trabalho, atualmente 18ª Vara Cível da Comarca do Recife.

Após esses acontecimentos, em 2012, visitei pela primeira vez Catende, para realizar uma pesquisa nacional sobre empresas recuperadas por trabalhadores (citada anteriormente), e conheci com as portas fechadas todos os seus projetos e as ousadas invenções dos trabalhadores produzidas durante os vários anos de resistência. Ouvi seus relatos emocionados e também seus silêncios ao rememorar as histórias da luta pela recuperação da Usina Catende. Nesse momento, fizemos uma entrevista coletiva com a participação de oito membros da diretoria da Cooperativa Catende-Harmonia, envolvendo trabalhadores e trabalhadoras rurais, técnicos e assessores. Também percorremos o campo, conversamos com alguns grupos de trabalhadores, que atuavam no corte da cana em áreas coletivas do Assentamento, ainda geridas pela Cooperativa.

Em visita a um dos arruados de engenho, conheci uma antiga moradora, Dona Maria Helena Silva de Andrade, trabalhadora rural, que contou sobre a luta para criar, como uma jovem viúva, seus 10 filhos, enfrentando os empregados dos usineiros, que não permitiam a criação “nem de uma vaca para dar leite às crianças” e muitas vezes destruíam os roçados de subsistência. Caminhando pelo engenho, ela mostrou-me sua criação de cabras e galinhas, e a horta desenvolvida a partir de um projeto de fomento à produção agroecológica. Fazia pouco tempo que a Usina havia parado de moer, nesse momento ainda tinham expectativas de que fosse possível lutar pela retomada da sua produção. Dona Helena era vereadora, pelo PT de seu município, Jaqueira, e cumpria seu terceiro mandato. Sua vida política acompanhava e integrava-se à história da luta dos trabalhadores pela recuperação da Usina Catende. Nessa visita, não conseguimos entrar na Usina, fechada para nós e para os seus trabalhadores, tampouco pudemos entrar nas casas-grandes (os chalés), que há pouco tempo atrás acolhiam trabalhadores e visitantes, como será descrito a seguir.

No conjunto das demais usinas em falência da região, Catende havia sido uma importante e inédita exceção, pela resistência de seus trabalhadores em aceitar o mesmo destino vivido por inúmeros outros, o de principais prejudicados e vítimas nas histórias de desvio de recursos, esvaziamento de patrimônio e abandono das usinas. Diferentemente, a Usina Catende teve protegido por vários anos o seu patrimônio para o pagamento das dívidas trabalhista, e mais do que isso, ela permaneceu em atividade, moendo cana e produzindo açúcar, gerando trabalho, renda, e teve suas terras desapropriadas para a reforma agrária, com seus trabalha-



FIGURA 3.11 COMUNIDADE RURAL DA USINA (2012)  
FIGURA 3.12 E FIGURA 3.13 CAMPO DA USINA (2012).  
FIGURA 3.14 CAMINHÃO DA USINA (2012).  
FIGURA 3.15 USINA CATENDE (2012).

dores buscando novos caminhos para além dos “vapores do diabo”<sup>29</sup>, ao longo de vários anos de resistência.

Na época da falência da Usina, em 1995, sua dívida era estimada em mais de 10 vezes o montante avaliado pelo seu patrimônio, equivalente a R\$ 62 milhões. O Banco do Brasil era o seu maior credor, com R\$ 480 milhões, sendo que os seguintes maiores credores eram os próprios trabalhadores, com um passivo trabalhista estimado naquele momento em R\$ 67 milhões, e o Governo do Estado de Pernambuco (Melo Neto e Lima, 2010). Em anos posteriores, segundo informado na imprensa<sup>30</sup>, as estimativas dos valores das dívidas chegaram a somar aproximadamente R\$ 1,2 bilhões, em 2012. O patrimônio da empresa no momento da falência incluía, além da Usina e das terras, uma hidrelétrica, sete açudes e canais de irrigação, uma frota de veículos, uma olaria, uma marcenaria, várias casas-grandes (conhecidas como “chalés”) e um hospital, entre outros imóveis. Como relata Lopes (2011), sobre a Usina Catende, em um novo prefácio escrito recentemente para a edição argentina de seu livro *Vapor do Diabo*:

A combinação destes três credores impediu que a falência requerida pelos usineiros repetisse a prática havida em outras 18 usinas falidas neste período (algumas das quais ligadas ao mesmo grupo econômico), que consistia em repassar ativos para empresas-fantasma criadas para este fim e esvaziando o lastro imobiliário e em equipamentos para pagar as dívidas. Os trabalhadores credores entraram eles próprios com pedido de falência e a justiça determinou que fosse designado um síndico de comum acordo entre os credores para gerir a massa falida e assim permitindo que a usina funcionasse para que houvesse criação de valor para o pagamento das dívidas (p. 17).

Com isso, o processo da luta dos trabalhadores da Usina Catende envolveu três principais campos de resistência: 1) a luta na Justiça pela segurança do patrimônio e para garantir o direito dos trabalhadores e o pagamento das dívidas trabalhistas no processo de falência da Usina; 2) a luta pela recuperação e manutenção da

---

<sup>29</sup> A expressão, captada por José Sergio Leite Lopes, em relato de um operário, em seu conhecido estudo sobre as condições de trabalho nas usinas de açúcar de Pernambuco, serviu de título para o seu livro, *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. E posteriormente é usada no título do livro, *Usina Catende: para além dos vapores do diabo*, organizado por José Francisco de Melo Neto e Lenivaldo Marques da Silva Lima, com vários textos de trabalhadores e assessores sobre a história de Catende após o início da luta por sua recuperação e gestão coletiva.

<sup>30</sup> Conforme artigo divulgado no site G1 da Globo, intitulado: “Massa falida da Usina Catende é vendida no quarto leilão do TJPE”, de 30/10/2012. Disponível em: [www.g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/10/massa\\_falida-da-usina-catende-e-vendida-no-quarto-leilao-do-tjpe.html](http://www.g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/10/massa_falida-da-usina-catende-e-vendida-no-quarto-leilao-do-tjpe.html) Acesso em: dezembro de 2012.

produção da Usina e sua viabilidade econômica, com a geração de trabalho e renda; e também 3) a luta política interna e externa pelo aprofundamento da organização democrática e da autogestão “gota a gota”<sup>31</sup> da Usina, pelo fortalecimento da formação política e da participação dos trabalhadores, ao mesmo tempo, da sensibilização e da criação de uma base de sustentação política ao projeto dos trabalhadores. Esses três campos de resistências, revelados em conversas com os trabalhadores e assessores atuantes em Catende, vistos muitas vezes por eles como passos ou competências da sua luta, em nossa análise, constituíram dimensões complementares, e integradas na prática, da resistência dos trabalhadores, que estiveram presentes, em menor ou maior medida, ao longo de toda a sua trajetória, separadas analiticamente, em busca de caminhos para a interpretação da história.

No primeiro campo de resistência, para que recebessem suas dívidas trabalhistas, era necessário garantir a segurança do patrimônio da Usina e trabalhar pelo processo de falência na Justiça. Como relata Marivaldo Silva de Andrade, trabalhador rural e importante liderança sindical:

A luta de Catende foi muito bonita. Ela foi puxada pelo movimento sindical e por setores de formação da Igreja católica. Havia uma crise instalada desde os anos 1980 e mais precisamente nos anos 1990, quando foram demitidos os trabalhadores. De uma forma organizada, a gente conseguiu, nós trabalhadores, essa mobilização, e evitou uma prática muito comum aqui, do próprio falido ser o liquidante do negócio, ou seja, quem falia continuava vendendo as terras, os bens, transferindo patrimônio, criando outras empresas, mesmo que de fachada, para retirar o patrimônio. E os trabalhadores muitas vezes ficavam com a sentença na mão, sem poder ter a liquidação do pagamento de seus direitos, por falta de eficácia na execução. Então, em Catende, essa coisa se inverteu. (...) Numa combinação dos principais atores, todos os credores e os trabalhadores da indústria e do campo, os sindicatos de representatividade de todo o projeto, as associações e os próprios governos entenderam que era importante manter essa novidade, que foi uma revelação feita pelos trabalhadores no setor da cana de açúcar na Zona da Mata pernambucana.

Sobre a defesa de direitos dos trabalhadores, também relata Bruno Ribeiro, advogado da FETAPE e assessor dos trabalhadores de Catende, em entrevista em 2014:

Catende foi um dos casos mais gritantes desse impasse do modelo de produção açucareiro, onde a gente construiu a muitas mãos esse sonho de unir a defesa de direitos do trabalho com a perspectiva de

---

<sup>31</sup> Referência ao livro *L'autogestion goutte a goutte* (1980) de Daniel Mothé, pseudônimo de Jaques Gautrat, ex-operário da Renault, sociólogo francês e estudioso da autogestão.

acesso à terra e acesso à produção. Foi um processo que foi sendo construído de uma maneira progressiva, e também de reação a essa lógica que mencionei anteriormente: as usinas iam embora e levavam suas moendas, seus parques industriais, para Goiás, para São Paulo, e deixavam os trabalhadores sem direitos, com o INSS sem pagar, alugavam as terras para uma usina vizinha, que ainda funcionava. Então, Catende foi uma tentativa de reagir a essa lógica, pedindo a falência para garantir a preservação do patrimônio, para que fossem cumpridos os direitos.

Logo no início, os Sindicatos fizeram um levantamento detalhado, casa por casa, com todos os trabalhadores demitidos, mapeando os tempos de serviço registrados em carteira e sem carteira de trabalho e também os valores dos pequenos roçados criados pelos trabalhadores<sup>32</sup>, e com base nesse relatório conseguiram homologar, em 1994, a causa coletiva dos 2.300 demitidos na Justiça do Trabalho. Sobre esse levantamento e sobre as indenizações, relata Cícero José Jordão da Silva, o “Guará”, 49 anos, trabalhador rural assentado, em entrevistas em 2014:

Na época dos usineiros, a gente trabalhava e ele só pagava metade do salário. Em 1985, 1986, 1987, ele só pagava meia semana de serviço para a gente, a gente fazia uma quinzena de serviço e só recebia meia. A gente trabalhava 15 dias, e ele pagava 5-6 dias pra gente, e deixava 8-9 dias dizendo que iria pagar depois. Só que isso nós perdemos tudo. Temos os recibos tudinho, os sindicatos fizeram os levantamentos todinhos, colocou advogado, fizeram os processos, e está no processo da gente. Se amanhã, depois, resolvessem pagar a gente, acho que eu tirava uns 100 mil reais, pelas contas que eu tenho. Mas isso nunca vai chegar não, é sonhar muito alto.

Também nesse período anterior à falência da Usina, foi organizado o envio de pedidos em massa de seguro-desemprego para os trabalhadores demitidos. Como relataram assessores que atuaram nessa ação, cada formulário individual foi enviado separadamente via correio, “silenciosamente”, e quando chegaram os pagamentos na Caixa Econômica de Catende e de Palmares (os primeiros seguros desempregos pagos para trabalhadores rurais na história da região, como destacam), os trabalhadores tiveram que fazer uma manifestação com milhares de pessoas para conseguir a liberação do pagamento no Banco, conquistado também com o apoio do deputado estadual Romeu da Fonte, do PSB, que intercedeu na Justiça do Trabalho e conseguiu uma ordem judicial, que indicava que os trabalhadores estavam em processo de demissão.

---

<sup>32</sup> Há uma tabela da FETAPE para calcular a indenização a ser paga pelo usineiro aos trabalhadores e moradores por cada pé de fruta derrubado.

Essa resistência, mais restrita aos trabalhadores demitidos em 1993, ocorreu até o momento em que se acirraram os conflitos entre os trabalhadores e os usineiros, que davam a cada dia sinais mais fortes da crise da Usina e de ameaça ao pagamento de seus compromissos, inclusive com o início do esvaziamento do seu patrimônio. Frente a isso, os trabalhadores começaram a reagir, como relata Edvaldo Ramos da Silva, 58 anos, mecânico, operário, em entrevista em 2014:

Vou lhe contar uma história bonita aqui de Catende. No ano de 1995, o juiz da Junta de Conciliação tinha acabado de arrematar 8 caminhões da Usina para pagar débitos na Justiça. O arrematante era um cara de Maceió, que veio aqui com 8 motoristas para pegar os caminhões dentro da Usina. Nós trabalhadores nos unimos e fechamos os portões. Soldamos os portões. Colocamos trator de esteira nos portões e falamos: Daqui não vai sair. Pode derramar sangue, mas não sai um caminhão daqui. Porque se sair um caminhão, vão levar todo o resto. Então, esses caminhões não vão sair daqui. Isso aqui é da gente, os donos daqui somos nós. Os meninos secaram os pneus dos caminhões, tiraram as direções, foi um negócio danado! O juiz veio aqui e disse: “Eu vou buscar a polícia e a lei vai ser cumprida!” Isso era tipo 11 horas e não fomos almoçar e as nossas famílias vieram trazer lanche e dar apoio para a gente. O juiz saiu para buscar a polícia e nós ficamos esperando. Mas o Arraes era governador, ficou sabendo e disse: “Polícia federal naquela Usina? Primeiro vão ter que me derrubar de novo.” Isso foi um grito de liberdade para a gente!

Após a explosão da luta dos trabalhadores em 1995, além da ocupação da Usina por vários dias, ao longo desses anos de resistência foram organizadas marchas em Recife, manifestações e bloqueios da rodovia que passa perto da Usina, e também um “abraço” no prédio do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em Recife, envolvendo milhares de trabalhadores.

Desde o início também, ao lado da luta pelas indenizações trabalhistas, era necessário garantir a sobrevivência dos trabalhadores e de suas famílias, incluindo os 2.300 demitidos em 1993, totalizando quatro mil famílias, envolvendo cerca de 20 mil pessoas dependentes da atividade produtiva da Usina Catende. Diante do quadro de desemprego e miséria, especialmente entre aqueles que haviam sido demitidos em 1993, com o apoio dos assessores envolvidos e do governo, foi criada uma força-tarefa para aposentar os trabalhadores que tivessem direito (inclusive porque eram mais frequentes as demissões de pessoas com idade mais avançada, mulheres e trabalhadores com contratos mais antigos). Com isso, 623 trabalhadores conquistaram a sua aposentadoria em 1996, como ressaltou Lenivaldo Lima, 52 anos, ex-

seminarista e assessor dos trabalhadores de Catende, em entrevista realizada em 2012: “Catende foi, com essa experiência, um dos importantes laboratórios para se criar a aposentadoria para os trabalhadores rurais”.

Um breve panorama histórico da gestão da Usina, sob administração judicial, após o decreto de falência no ano de 1995, com base nas entrevistas realizadas na pesquisa de campo, permite compor uma primeira visão geral da trajetória de luta dos trabalhadores de Catende, que aprofundaremos na sequência desse capítulo.

Pela ação dos sindicatos e assessores, os trabalhadores buscaram o apoio do recém-iniciado Governo de Arraes, e juntos uma aproximação ao principal credor da Usina, o Banco do Brasil, para articular o pedido de falência da Usina. Como resultado dessa articulação, o Banco do Brasil foi nomeado síndico da massa falida. Desde o início desse processo, a interação e o diálogo entre síndico, trabalhadores e seus sindicatos foram imprescindíveis frente à crise enfrentada na empresa. Assim, para alcançar o objetivo comum de recuperação da produção da Usina, foi necessário envolver os diferentes sujeitos políticos e grupos sociais, tanto para arcar com as dificuldades, quanto para se beneficiar das conquistas.

Após dois anos, principalmente por pressões políticas, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, cujo vice-presidente era Marco Maciel, um político relacionado ao setor açucareiro pernambucano, o Banco do Brasil deixou a gestão da massa falida. Em 1997, dando continuidade à administração judicial, no lugar do Banco, foi indicado para síndico um administrador reconhecido no setor sucroalcooleiro, Mário Borba, apoiado pelo Governo de Arraes e bem avaliado pelos trabalhadores e sindicatos. Com ele, Catende ampliou o cultivo da cana, implantou um programa de segurança alimentar e iniciou os projetos de diversificação da produção e de acesso à terra pelos trabalhadores, especialmente como estratégia de sobrevivência para as famílias dos trabalhadores demitidos em 1993, como veremos adiante.<sup>33</sup> Mario Borba foi responsável pela massa falida da Usina até o ano de 2004, quando foi substituído, devido a dificuldades relacionadas à gestão, mas também a novas saídas encontradas com as políticas públicas do Governo Lula. Nesse momento, a decisão de priorizar o pagamento dos créditos concedidos pelo governo federal, para viabilizar a sua renovação, em detrimento do pagamento de fornecedores de cana da região, colocaram em divergência o então síndico e o restante do coletivo que participava dos espaços deliberativos de

---

<sup>33</sup> Nesse período, em 1999, a Usina Catende ganhou o Prêmio Abrinq de erradicação de trabalho infantil (Menezes, 2014, p. 45).



FIGURA 3.16 COMUNIDADE RURAL DA USINA (2014).

FIGURA 3.17 COMUNIDADE RURAL DA USINA (2014).

FIGURA 3.18 ENTRADA DA USINA (2014).

FIGURA 3.19 PÁTIO INTERNO DA USINA (2014).

FIGURA 3.20 USINA CATENDE (2014).

gestão da Usina. Para livrar o síndico da pressão dos credores e dar continuidade ao projeto coletivo, foi acordada a sua substituição.

Na nova gestão da massa falida de Catende concretizou-se o processo, já em curso, de fortalecimento da autogestão dos trabalhadores, quando foi indicado para síndico o trabalhador rural e sindicalista Marivaldo Silva de Andrade. Com isso, iniciou-se uma fase de maior aprofundamento da gestão coletiva pelos trabalhadores da Usina, que se estendeu até 2009, quando houve uma nova intervenção da Justiça. Após esse episódio, foi indicado um novo síndico, Carlos Antônio Fernandes Ferreira, que permitiu finalmente aos usineiros e às classes dominantes canavieiras colocar em prática o padrão dos processos de falência das usinas na região. Após sua última moagem, em 2011-2012, Catende foi esvaziada e sucateada, com desvios de recursos que até levaram esse síndico à prisão, no final de 2012. Um novo síndico foi indicado e segue até hoje no posto, José Luiz Lindoso da Silva, todavia, sem alterar os rumos do processo fraudulento, que deixou a Usina em completa ruína, como a vi pela última vez em 2014.

Cabe também acrescentar nesse momento do texto um panorama dos principais grupos sociais que faziam parte diretamente da Usina Catende, a partir do momento do decreto de falência: 1) os trabalhadores rurais assalariados da Usina, do quadro fixo e temporário; 2) os operários, incluindo os profissionais das oficinas, os operadores da fabricação e os ajudantes, entre eles também permanentes e temporários; 3) os agricultores familiares, que eram ex-trabalhadores rurais da Usina ou não; 4) os demais moradores dos engenhos, familiares dos trabalhadores, que não trabalhavam para a Usina e não desenvolviam atividades agrícolas, ou seja, não faziam parte da cadeia produtiva da Usina e tampouco eram credores da sua massa falida, mas viviam em suas terras. Além desses grupos sociais, há também 5) os empregados da administração, também credores da Usina e os assessores, que tiveram papel importante no apoio jurídico e político aos trabalhadores e acabaram também integrados à gestão de Catende. Cabe acrescentar a participação dos representantes sindicais, que apesar de não comporem o universo dos grupos sociais da Usina, também participavam desde o início dos espaços deliberativos criados ao longo da luta pela sua recuperação.

Além do campo da luta por justiça, pelos direitos e indenizações trabalhistas, um segundo campo de resistência envolvia fundamentalmente a recuperação do trabalho. O caminho seguido pelos atores e grupos sociais envolvidos foi retomar e manter a produção de açúcar da Usina Catende, gerando renda a quatro mil trabalhadores, e a suas famílias, no campo e na indústria.

## RECUPERAÇÃO DO TRABALHO E CONQUISTA DA TERRA

Sobre os primeiros momentos da retomada da produção, alguns operários contam que tiveram que colocar a indústria em funcionamento, mesmo sem a presença de engenheiros:

Quando saíram os usineiros, não tinha ficado nenhum engenheiro na Usina. Mas não precisou de engenheiros para botar a Usina para moer não. Porque os próprios trabalhadores sabiam fazer. (...) Nós fizemos o apontamento e botamos a Usina para funcionar, sem engenheiros! E se dissesse para a gente fazer isso de novo, a gente botava para funcionar de novo. (...) É uma história bonita mesmo. Pode ter certeza do que eu estou contando. Os que estão aqui podem confirmar isso. (...) Cada um fez o reparo na sua seção e botou as máquinas para funcionar. E no dia, botamos a cana e a Usina funcionou com todo o vapor! Sem problema nenhum! Foi aquela festa! (Entrevista coletiva após a reunião da Comissão dos ex-trabalhadores da Usina Catende, gravada em setembro de 2014).

Com o propósito de qualificar tecnicamente a produção da Usina, em 1997, foi iniciada uma parceria com o Governo Cubano, que durou até 2007, articulada pelo Governo de Arraes. Para trabalhar no aperfeiçoamento técnico da produção agrícola e industrial de Catende, vários técnicos cubanos estiveram na Usina, como relata Bruno Ribeiro, advogado da FETAPE e assessor dos trabalhadores de Catende, em entrevista em 2014:

No passado, tivemos em Catende o “Mais Economia Solidária”. Hoje, os cubanos vêm ao Brasil, debaixo de tantos preconceitos, para trabalhar no programa “Mais Médicos”, e naquela época eles vieram para Pernambuco, para ajudar na recuperação da produção da Usina, em um convênio feito pelo Dr. Arraes, entre Catende e Cuba.

Nesse percurso inicial, foi criada a Companhia Agrícola Catende-Harmonia, em junho de 1998, com mais de dois mil trabalhadores associados do campo e da indústria. Empenhados na recuperação da Usina, os trabalhadores relatam que realizaram no ano seguinte a melhor safra desde o início da crise, a safra 1999/2000, que moeu 590,9 mil toneladas de cana e fechou com um saldo de 180 mil sacas de açúcar.

Com isso, apesar das diversas dificuldades, na década de 1990, foi retomada e ampliada a produção da Usina, com importantes melhorias técnicas e produtivas. Assim, é possível identificar uma primeira fase da luta pela recuperação de Catende (1993 a 1999), que esteve centrada e alcançou importantes avanços na retomada da produção açucareira da Usina.

Todavia, em 2000, Catende enfrentou um trágico dilúvio, a maior enchente dos rios Pirangi e Pannels, ao menos nos últimos 50 anos, que destruiu máquinas, equipamentos da Usina, além de moradias e plantações. A tragédia acabou gerando grande mobilização coletiva dos trabalhadores e parceiros, e em pouco tempo foram recuperadas as moradias e a produção, no entanto, com grandes perdas econômicas para a Usina. Pouco tempo depois da enchente, em 2002, um incêndio (possivelmente em consequência das reformas realizadas após a enchente) destruiu novamente uma parte da Usina, inviabilizando a recuperação da destilaria de álcool. Contudo, novamente a Usina foi reerguida pelos trabalhadores, colocando-a para funcionar e produzir, com histórias que muitos relataram com emoção e orgulho.

A retomada da produção, a partir de 1997, sustentou-se na venda antecipada de açúcar para as *tradings*, com grande prejuízo ao equilíbrio financeiro da Usina. Nessas transações, o valor obtido na venda do açúcar sofria enorme deságio (redução). Como explicaram vários trabalhadores, no momento da entrega do produto, pelo fato do açúcar ser uma *commodity*, com uma flutuação de preço que varia diariamente conforme a oferta e a procura global, muitas vezes, ocorria que o produto chegava a valer no mercado mais do que o dobro do valor que havia sido comercializado antecipadamente. Por exemplo, em 2002, como relata Menezes (2014), a Usina Catende chegou a receber R\$ 17 por saca de 50 kg de açúcar, enquanto no mercado o produto era comercializado por R\$ 53.

Com as dificuldades financeiras aprofundadas pelos desastres da enchente e do incêndio, que trouxeram prejuízos de cerca de R\$ 15 milhões à Usina, conforme documentos consultados, o início dos anos 2000 foi marcado por grandes problemas econômicos e a falta de apoio dos poderes públicos para reequilibrar a produção. Essa segunda fase da luta de Catende (2000 a 2004) foi marcada por um certo retrocesso na recuperação da Usina, como “uma nova falência dentro da própria falência”, como descrevem alguns documentos consultados. Nesse período, as safras passaram a acumular passivos, que não conseguiam ser saldados na safra seguinte, e foi quebrado o ciclo de pontualidade no pagamento salarial, que havia marcado o primeiro ciclo após a falência em 1995. Catende também passou a registrar uma curva descendente na quantidade de cana coletiva moída, sendo que a sobrevivência da Usina nessa fase deveu-se ao crescimento expressivo do programa “Cana de Morador”, com grande esforço e bons resultados para os trabalhadores, como veremos mais adiante.

Conforme os dados do “Plano de Gestão de Sustentabilidade Autogestionária para Usina Catende – Projeto Harmonia”, apresentado pela ANTEAG (2005),

no período de 10 anos, entre 1995 e 2005, a Usina teve em média 170 dias de moagem por safra, nas quais processou em média 476 mil toneladas de cana. Nesse relatório, destaca-se que “a produção de cana própria tem permanecido num patamar abaixo da metade, salvo na primeira safra da série, enquanto que a cana oriunda dos moradores dos engenhos da Usina vem aumentando, e muito, sua participação relativa, de tal forma que passou de 7% na safra 2000/01 para 34% em 2004/05” (p. 21). Nesse período, cerca de 45% da cana moída em Catende vinham de fornecedores externos. Com isso, o Plano ressalta a necessidade de aumentar os investimentos para a ampliação da produção de cana própria, seja coletiva ou individual, para a auto-sustentação econômica de Catende, incluindo o desenvolvimento da agricultura familiar.

Como apontam várias entrevistas, após o período em que contou com o apoio do Governo de Arraes, com a eleição de Jarbas Vasconcelos, Catende passou a sofrer a oposição do governo estadual, que a via como um projeto de Arraes. Em contraste com a esfera estadual, o diálogo com o governo federal, que durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso havia afastado o Banco do Brasil da administração judicial de Catende, começou a melhorar após 2003. No contexto de dificuldades econômicas, aprofundadas com as graves tragédias naturais, a eleição de Lula foi vista por muitos trabalhadores como uma importante conquista, na luta pela recuperação da Usina. Principalmente devido ao novo contexto político, com impactos em Catende principalmente a partir de 2005, foi inaugurada uma terceira fase na história da recuperação de Catende (2005 a 2009), na qual ocorreu a reforma agrária e também a ampliação do acesso a políticas públicas de incentivo à agricultura familiar, juntamente com avanços na autogestão dos trabalhadores. Nesse momento, como relatam vários trabalhadores, Catende passou a contar com o especial apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES-MTE), coordenada pelo professor Paul Singer, e de também outros setores do governo federal.

Desde o começo, haviam sido iniciados debates sobre os caminhos a serem tomados para o alcance dos objetivos compartilhados entre os atores e grupos sociais envolvidos: a manutenção da atividade produtiva de Catende, para a conquista coletiva de direitos, incluindo o direito ao trabalho, à moradia, à terra e a melhores condições de vida. No novo contexto político, a reforma agrária em Catende passou a ser concretamente planejada, sob um novo modelo próprio, que incluía áreas coletivas e individuais, inclusive porque esse modelo produtivo estava sendo colocado em prática, pela própria necessidade, desde os primeiros anos da

recuperação da Usina. Como explicam alguns entrevistados, havia três modelos para a criação do assentamento:

1) assentar as famílias com áreas individualizadas, tal o modelo adotado mais frequentemente nos assentamentos (como do MST). Todavia, em Catende, avaliaram que as áreas individuais seriam muito pequenas e que, isoladamente, os assentados não teriam condições e escala de produção para fornecer cana à Usina (com estrutura para, por exemplo, alugar trator, caminhão, consertar estradas, pontes e desenvolver melhores variedades de cana), e tampouco para iniciar outras culturas de forma viável economicamente;

2) criar um assentamento apenas com áreas coletivas. Todavia, em Catende, avaliaram que também seria inviável, uma vez que já havia vários moradores produzindo familiar e individualmente no território da Usina; e

3) criar um modelo híbrido, que foi o escolhido em Catende, com 1/3 de áreas individuais/familiares e 2/3 com áreas coletivas para o cultivo de cana para a Usina.

Esse terceiro modelo “foi construído pela força da necessidade e pelos ensinamentos da prática”, como avalia, em entrevistas em 2012, Juan Nordarse Dias, engenheiro agrônomo, um dos técnicos cubanos aposentados, que chegou a Catende pela parceria com Cuba, citada anteriormente. Nesse sentido, ele ressaltou a importância de manter áreas coletivas para a produção da cana, inclusive para facilitar, além da estrutura, o planejamento coordenado do corte da cana, que deve ser feito no momento adequado pelo nível de sacarose, garantindo o melhor aproveitamento da cana e evitando perdas. Nas áreas individuais, cada produtor tinha livre escolha da cultura, mas havia um incentivo coletivo para o cultivo familiar da cana também.

Diante da crise da economia açucareira na região, desde o início da recuperação da Usina, todos os envolvidos tiveram que responder à questão: era viável seguir com a produção de cana? Os questionamentos tratavam principalmente de duas dimensões: É possível na cultura da cana gerar qualidade de vida para os trabalhadores? É viável economicamente seguir essa produção no contexto do colapso do setor na região?

As várias respostas que obtive na pesquisa destacam que a região estava preparada para a produção canavieira, com estrutura industrial e agrícola, além da experiência e conhecimento dos trabalhadores sobre a cultura da cana acumulada por gerações, e que essas vantagens deveriam ser aproveitadas, mesmo considerando a possibilidade de uma futura e gradual transição para outras culturas. Alguns lembraram uma expressão usada pelo governador Miguel Arraes na época: “A

cana é a rainha de todas as plantas”, ao defender a visão estratégica de que a produção da cana poderia ser compatível com a produção da agricultura familiar, viável para gerar qualidade de vida para o trabalhador do campo e especialmente interessante como base de novos projetos de diversificação produtiva. Sobre a questão, avalia Bruno Ribeiro, advogado da FETAPE e assessor dos trabalhadores de Catende, em entrevista em 2014:

O modelo sucroalcooleiro fracassou em Pernambuco. O modelo exclusivo sucroalcooleiro, que pede grandes extensões de cana. Mas não era esse o modelo no qual Catende estava fundada. Foram tantos os absurdos produzidos pela cana no Brasil, na América Latina e na África. A escravidão, que foi um dos maiores absurdos que a humanidade praticou em toda a sua história, ela teve na cana um dos grandes motivadores, a cana e o café. Então, a cana foi uma atividade escravocrata, ela foi geradora de iniquidades e desigualdades, de concentração de renda. Mas estou dando o cravo, e agora vou dar a ferradura: a cana é um vegetal. Ela não tem em si uma vocação inevitável para gerar esses efeitos. Eu considero que qualquer atividade é passível de ser produzida em parâmetros mais solidários, mais fraternos, justos economicamente e de forma ambientalmente sustentável. Algumas com mais facilidades, outras com mais dificuldades. No caso de uma usina, lógico, pela natureza da lavoura, que precisa ser plantada em extensão, amplia um pouco as dificuldades, mas como elas podem ser neutralizadas? Como se estava praticando em Catende. Havia cana plantada em regime cooperado, havia igual quantidade de cana plantada em regime de agricultura familiar. Ou seja, você fazia da natureza desse tipo de atividade uma ligação com a geração de renda no trabalho coletivo, e também uma ligação com a geração de renda no trabalho da unidade familiar. Sendo que esses dois mundos se comunicavam: em uma família tinham pessoas que plantavam cana para eles próprios e tinham membros dessa família que trabalhavam na cooperativa. Onde isso, na visão da gente, era e continua viável como forma de produção? Estava se estimulando – sempre com recursos muito abaixo do que eram necessários, e aí estou me referindo às políticas públicas, recursos que chegavam em momentos inadequados do ponto de vista climático, da safra e da entressafra –, mas estava se estimulando uma intensa multiplicação de experiências de piscicultura, com frutas, com a criação de gado. Então, você fazia de uma experiência produtiva numa usina uma combinação de fatores de geração de renda, de formação de trabalho e renda. Na cana coletiva, na cana familiar, no gado, no peixe, na mandioca, na macaxeira, em um ambiente de liberdade, onde cada um escolhia o que queria fazer. Não tinha uma direção vertical mandando, havia um arranjo e discussões internas que favoreciam essas escolhas. Então, acredito profundamente que há uma identi-

dade entre o modo de produção cooperativado, um modo de se relacionar em economia solidária, gerando e distribuindo renda, em qualquer atividade, inclusive na cana, desde que não fique exclusivamente focado na cana, que era o que Catende vinha tentando fazer. (...) Continuando nessa defesa, falando sobre o futuro, além do que foi feito no passado, uma usina que produz cana tem outro produto importante: ela é geradora de energia, a biomassa, o bagaço, a palha da cana. Catende tinha projetos, alguns que já estavam sendo realizados, de criar pequenas indústrias no entorno da unidade produtiva de açúcar e álcool, com a energia a custo baixo que aquela unidade gerava. (...) Nós tínhamos já implantado uma fábrica de ração e planejávamos industrializar frutas, pescado e produtos da pecuária. (...) Então, uma unidade agroindustrial tem até algumas virtudes que podem favorecer a diversificação. (...) Com uma outra lógica, que não aquela da produção privada, de um tipo só, vertical, capitalista (...) mas sim, no formato que estávamos desenvolvendo em Catende, diversificando a produção agrícola e industrial. Construindo modos democráticos de deliberar e distribuir o lucro, a produção de cana tem virtudes que favorecem a construção de um ambiente de produção solidário, fraterno e justo, se a estratégia for aproveitar as facilidades geradas pela cana para a diversificação. (...) Essa é hoje também a visão dos movimentos sociais, mas ainda não é a visão do poder público.

O modelo de produção da cana, baseado na monocultura e no latifúndio, historicamente tem sido promotor de miséria e fome, com enormes impactos ao meio ambiente. Há inúmeros estudos, especialmente na geografia agrária, que tratam do tema das consequências sociais e ambientais da “revolução verde”, incluindo denúncias sobre a “nova faceta da violência do campo”, gerada pelo uso intensivo de agrotóxicos.<sup>34</sup> No estudo de Catende, é importante destacar que em busca de modelos alternativos para manter a cultura da cana, incluindo a diversificação produtiva, os trabalhadores enfrentaram a resistência da própria FETAPE, do MST, do movimento de economia solidária, como também do governo (por exemplo, da equipe dos programas de agricultura familiar). A visão predominante era que a monocultura da cana, que sempre se baseou na exploração e subordinação do trabalhador, pelo alto custo e risco da produção de uma *commodity*, com as oscilações de preço no mercado internacional, não é viável à produção cooperativa e familiar. Com essa visão, Geovani José Leão da Silva, coordenador da CPT Zona

---

<sup>34</sup> Como revelam os estudos de Larissa Mies Bombardi, por exemplo, apresentados em entrevista publicada no *Jornal Brasil de Fato*, “Agrotóxico é a nova faceta da violência no campo”, de 27/09/2011. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: julho/2014.

da Mata Sul, entrevistado em 2014, e diversos estudiosos e militantes defendem a centralidade da produção familiar agroecológica de alimentos:

A nossa leitura enquanto CPT era a seguinte: desapropriar tanta terra para muita gente foi um passo muito grande do INCRA, especialmente no modelo que foi pensado para o Assentamento Miguel Arraes. Porque em todos os assentamentos, quando o INCRA dá a emissão de posse, ele parte em pedaços e dá cada parte a um morador. O processo do Miguel Arraes foi diferente, não separaram a terra para ninguém, a terra ficou de uso comunitário. O que iria diminuir muito essa história de repassar a terra para frente. (...) Era um projeto até interessante. Mas qual a leitura nossa aqui da CPT: desapropriar tanta terra, com tanta gente, e continuar com o modelo da monocultura da cana-de-açúcar não dá certo. (...) Esse modelo requer muita terra, muito dinheiro para incentivos agrícolas, máquinas, adubos, agrotóxicos e nem sempre o cenário nacional e mundial dá certo, porque se o preço do açúcar sobe, está bem, mas se o preço do açúcar está em baixa, fica muito difícil. E o álcool é a mesma coisa. E o pior, quem sempre sai perdendo com isso são os próprios trabalhadores. Então, o modelo era o seguinte: os créditos iniciais que o governo passa através do INCRA para o parceleiro, o agricultor beneficiário da reforma agrária, ele foi capitado por cada trabalhador, mas como era de forma coletiva, era passado para a Cooperativa para ela reger aquilo, mas qual era o foco: continuar a produção de cana. Nessa região aqui o histórico é de trabalhador ter um trabalho desgastante, um salário muito baixo (...) e muitas vezes o trabalhador é ainda tratado como escravo. O medo da gente era que como o foco do Assentamento continuava a ser cana, o que garantia que aconteceria diferente do que sempre acontecia na história dessa região? Para a gente o Assentamento daria muito melhor se incentivasse o pessoal a plantar diversificadamente, a criar e produzir coisas que não tem na região. Nessa região, quase 75% da alimentação consumida vem de fora, do Agreste e do Sertão. Porque não aproveitar esse Assentamento para incentivar os produtores a produzir alimento? Um projeto diferente. (...) Podia até ter alguns projetos de diversificação, mas a cana continuava a ser o carro chefe e um número muito pequeno de famílias tinha começado a produzir outras culturas lá. (...) A produção da cana é sempre um risco, não é algo seguro. Na produção da cana, pelo custo muito alto, chega sempre o momento que tem que decidir e botar na balança: quem vai ser penalizado a produção ou os trabalhadores? Claro que vai ser sempre os trabalhadores. (...) Então, é inviável uma visão cooperativa do trabalho e a produção de cana.

Em meio a esses estudos e debates, os trabalhadores de Catende, impulsionados pela luta por sobrevivência, engajaram-se no projeto de criar uma agroindústria coopera-

tiva de açúcar, e colocaram em prática a busca de alternativas para um modo de produção da cana, baseado no cultivo familiar e cooperativo, aproveitando a estrutura existente, inclusive para o incentivo a diversificação produtiva, em prol dos interesses do conjunto dos trabalhadores. Consideramos que sua experiência, tal como suas diversas contradições, limites e conquistas, podem contribuir para aprofundar esse debate, para além dos alcances do presente estudo.

Aqui, buscamos expor alguns argumentos que apresentam os trabalhadores e as características da experiência de Catende. Sobre o tema, destaca Joel Clemente de Oliveira, 40 anos, trabalhador rural, assentado, membro da diretoria da Cooperativa, em entrevista em 2014:

A economia da cana sempre foi exploradora, no regime do grande negócio, dos grandes fornecedores, dos usineiros, que sempre mantiveram uma relação de exploração com o trabalhador. Há muitas outras economias e culturas que também não são diferentes, não geram renda para o trabalhador, não geram desenvolvimento. As pessoas trabalham de forma clandestina, são exploradas. Em Catende, quando começou a surgir, por exemplo, o Programa Cana de Morador, as famílias dos trabalhadores que foram cuidar disso. Então, se você conversar com as pessoas, várias vão dizer que queriam continuar produzindo. Porque foi quando ganharam dinheiro de verdade. Como não tinham oportunidade de ter renda com outras culturas, porque não tinham a experiência nem a formação para isso, se valiam da cana-de-açúcar. A cana em regime de cultivo familiar foi quem deixou o que temos aqui de novidade. Foi a cana que deixou as melhorias nas casas, foi ela que ajudou a pagar o curso de informática do filho, até o curso universitário, foi ela que trouxe aquela economia adicional que começou a surgir para o trabalhador. (...) Então, o problema é o jeito de produzir, a forma de produção e não a cana.

Com essa análise, a partir dos recursos disponíveis no contexto no qual buscavam criar um modelo alternativo de produção em Catende, seus argumentos indicam que a transformação das relações de trabalho, de produção e de propriedade poderia tornar a produção da cana, de uma cultura de exploração à outra, promotora de melhores condições de vida aos trabalhadores.

À defesa da manutenção da produção canavieira em Catende, destacam a existência da Usina, da infraestrutura industrial, de transporte e equipamentos, como avalia Juan Nordarse Dias, engenheiro agrônomo cubano. Ele ressalta que a reforma agrária deve basear-se na agroindústria e na produção organizada coletivamente para que se torne viável economicamente e, por isso, em Catende, deveria aproveitar a existência da indústria. Em contraste, ele relata o fato de outros assen-

tamentos da região terem se transformado em “verdadeiras favelas rurais” pela falta de estrutura, incentivos e assistência técnica para a produção agrícola organizada e industrializada. Com isso, defende também o pressuposto do direito ao acesso a políticas públicas de incentivo e crédito, reconhecendo o papel do Estado no fomento à economia, não como privilégio das classes dominantes, como sempre ocorreu na produção canaveira, mas como política de desenvolvimento econômico regional, com justiça social e democratização da terra e da renda.<sup>35</sup> Acrescenta-se que pelo relevo acidentado, com áreas nas quais havia dificuldade para a mecanização da produção canaveira, Catende estava implantando gradualmente como alternativa em áreas mais sinuosas, outros tipos de culturas, considerando que o seu território era suficientemente extenso para a diversificação produtiva.

Com esses fundamentos, vários trabalhadores entrevistados sustentaram a importância da Usina Catende e da cana para os trabalhadores. E ao longo do tempo, algumas organizações que tinham resistência em reconhecer a viabilidade econômica, política e social da recuperação da Usina Catende pelos trabalhadores, acabaram mudando suas perspectivas, conforme a experiência resistia e concretizava transformações importantes na vida dos trabalhadores.

Apesar disso, nessa nova fase de 2005 a 2009, Catende continuou em termos contábeis fechando no “vermelho” e trabalhando sem sobras. Contudo, o fato é que ela seguia funcionando, resistindo, movimentando a economia local, gerando concretas melhorias na condição de vida dos trabalhadores e com perspectivas de seguir consolidando-se economicamente, principalmente se tivesse conseguido acessar condições mais adequadas de financiamento, o que dependia da finalização do processo de falência, com a resolução da propriedade da indústria.

Nesse sentido, avalia Bruno Ribeiro (*in* Melo Neto e Lima, 2010): “Quem chegar aqui conhecendo a empresa tradicional, logo vai afirmar que isto não dá certo. Todavia, Catende acontece”. Ainda acrescenta: “de um corpo moribundo, em Catende, sua massa orgânica estava criando uma nova vida” (p. 82). Outras entrevistas destacam que a viabilidade de Catende deveria ser analisada diferentemente das empresas privadas, pois ela refere-se à “sustentabilidade de um empreendimento coletivo”. Sobre a questão também analisa Arnaldo Liberato, em texto

---

<sup>35</sup> Com relação à questão sobre a possibilidade de transição para a produção orgânica da cana, Juan Nordarse Dias, em entrevista em 2012, avaliou que havia grande dificuldade, pela necessidade de transição de cinco ou seis anos da produção convencional para a produção com a qualidade necessária para a certificação orgânica. Com isso, considerava que sem um financiamento adequado, Catende não teria condições econômicas de realizar essa transição, pois a grande queda na produtividade, sem o valor agregado pelo orgânico, inviabilizaria a empresa e o sustento das famílias envolvidas.

incluído no mesmo livro: “Sabemos que estudos de viabilidade não são apenas de ordem econômica, mas tem caráter profundamente político. É preciso ver qual a capacidade do grupo de intervir e influir na realidade em que esteja situado o empreendimento” (p. 40).

Por essa visão, era necessário planejar caminhos com relação ao acesso à terra, mas também à indústria, no contexto de superação do processo falimentar e da reforma agrária de Catende. Para isso, conforme sistematizado em relatório da ANTEAG (2005, p. 29), foram identificadas na época duas alternativas:

- transferência dos ativos da falida usina para a nova empresa dos trabalhadores (ou para sua cooperativa), a ser efetuada pelo Juízo Falimentar dentro e a partir do processo de falência, na fase de liquidação falimentar, pela modalidade de liquidação prevista no art. 123, da Lei de Falências (Decreto 7.661/45);
- transferência dos ativos para a sociedade ou cooperativa constituída pelos trabalhadores, em uma ação de regularização fundiária executada pelo Governo Federal, através do Ministério de Desenvolvimento Agrário / INCRA, por meio de desapropriação ou de aquisição negociada com o Poder Judiciário.

No projeto agroindustrial coletivo, desde o início da recuperação da Usina, buscou-se trabalhar pela manutenção e ampliação dos postos de trabalhos assalariados no campo e na indústria. É importante destacar que principalmente para o movimento sindical, base da organização dos trabalhadores na luta pela recuperação da Usina, a manutenção do trabalho assalariado, a decisão de manter o trabalho “fichado”, era fundamental. Por isso, logo após a falência, foi rejeitada a proposta de criação de uma cooperativa para dar continuidade à produção da Usina. Vale lembrar o histórico negativo para os trabalhadores e sindicalistas do cooperativismo na região, destacado anteriormente nesse capítulo.

Apesar das dificuldades, foi feito um acordo de que os trabalhadores que eram assalariados da Usina no momento do decreto de falência seriam mantidos nessa condição até pelo menos a conclusão da falência. Ou seja, o esforço comum seria evitar que outros trabalhadores fossem demitidos no período da administração judicial. Assim, com relação aos grupos sociais destacados anteriormente, no conjunto de trabalhadores da Usina após a falência, passou a existir uma subclassificação importante: 1) os trabalhadores “demitidos de 1993”; 2) os “fichados velhos”, com contratos anteriores à falência, que permaneciam contratados; e 3) os “safristas”, temporários, que eram os “fichados novos”, em menor número que os

dois primeiros grupos. Ressalta-se que apenas os dois primeiros grupos eram credores da falência da Usina em curso.

Em 1994, após a demissão de 2.300 trabalhadores, no período da safra, havia 1.800 trabalhadores na Usina, sendo 1.100 trabalhadores do campo e 700 trabalhadores da indústria, segundo dados das entrevistas. Após a falência e ao longo dos 10 anos seguintes de luta pela recuperação da Usina, foram mantidos em média 1.500 empregos diretos permanentes e 1.400 empregos temporários, durante as safras (Nascimento, 2005). O período da safra na produção canavieira no Nordeste ocorre entre setembro e fevereiro, sendo que na entressafra (entre março e agosto), como é a prática comum nas usinas de açúcar, há uma redução drástica dos trabalhadores. As diferenças entre trabalhadores fixos e trabalhadores temporários, “safristas”, também impuseram desafios ao projeto cooperativo de Catende, para o qual buscava alternativas, principalmente com incentivos à produção familiar e à diversificação produtiva.

Com o passar dos anos, a visão sobre a organização cooperativa modificou-se em Catende, com o papel político que essa figura jurídica reassumiu ao dar “forma institucional às experiências de recuperação de empresas por trabalhadores em regime de autogestão”, como analisa Lima (*in* Melo Neto e Lima, 2010, p. 214); como resultado do contato de Catende com o movimento de economia solidária; mas também por demandas da política pública da agricultura familiar. Como destacam alguns trabalhadores, a Cooperativa foi criada para acessar projetos e configurou-se como parte da estratégia de organização para o momento de encerramento da falência, quando todos pudessem ter garantidos o pagamento das indenizações trabalhistas, como avalia Bruno Ribeiro, advogado da FETAPE e dos trabalhadores de Catende, em entrevista em 2014:

O quadro fixo dos trabalhadores de Catende solidária era o mesmo dos remanescentes das demissões dos usineiros. Foi feito um pacto: só demite quem estava com o usineiro na hora que se possa indenizar todo mundo. Isto gerou uma coisa, apesar de improdutiva, muito bonita: em 2009, a maior parte do quadro ativo da Usina era de gente de idade, porque já tinham transcorrido 16 anos. Quem tinha 30 anos quando Catende tirou os usineiros, estava com 45-50 anos de idade, mas não foram demitidos, como era o comum nas usinas. Então, você trazia os jovens para a mão-de-obra temporária na hora da safra, os mesmos jovens faziam parte das famílias que plantavam cana nas terras da Usina. Ou seja, era o princípio dos vasos que se comunicam. Numa mesma família, em tese, e havia centenas e milhares assim, havia aqueles que não queriam plantar cana, mas queriam criar peixe. Ou tinham famílias com gente que não gostava de criar peixe e

nem de plantar cana por conta própria, e queria receber um salário, então ele ia. Nessa família tinha um que não gostava de enxada e queria criar boi, estava criando. Então, havia um ambiente que favorecia as escolhas, democracia é poder escolher o que vai fazer. O que nunca houve na Zona da Mata para os trabalhadores. Trabalhador na Zona da Mata nunca pode escolher onde morar, onde nascer, onde viver, onde trabalhar. Catende inovou criando um ambiente onde as pessoas podiam escolher, fazer e não fazer, trabalhar e não trabalhar. Não era um ambiente de heróis, tinha gente que era preguiçosa, como em qualquer ajuntamento humano, como em qualquer ajuntamento democrático, como em qualquer reunião democrática. Ali as pessoas podiam escolher não trabalhar, não fazer nada, não produzir na terra, produzir por salário, criar boi, plantar cana, criar peixe, plantar mandioca, fazer artesanato. (...) Não havia então um ambiente de trabalho verticalizado, hierarquizado.

Todavia, com base nas referências que tinham até então, a maior parte dos trabalhadores de Catende mantinha a escolha de ser assalariado. Conforme destaca Lima (*in* Melo Neto e Lima, 2010), até a intervenção da Justiça na Usina, em 2009, mesmo após diversos incentivos à produção familiar, havia mais de mil famílias que dependiam exclusivamente de salários e não produziam na terra. Mas é importante destacar a adesão progressiva de famílias à agricultura familiar, como será apresentado a seguir.

Sobre a questão dos postos de trabalho assalariado, também ressalta um trabalhador rural e assentado, filho de demitidos de 1993:

A grande maioria queria ter a carteira assinada, então, tinha-se o compromisso de manter a lavoura coletiva, que precisava garantir a continuidade do emprego com carteira, pois tinha muita gente que não queria ter a própria lavoura. Quem enveredou para o Programa Cana de Morador foram mais os trabalhadores demitidos antes da falência em 1993, que tiveram que buscar outras rendas, que teimaram para usar a terra e foram despontando e chamando a atenção dos outros (Joel Clemente de Oliveira, trabalhador rural assentado, em entrevista em 2014).

Quanto a isso, nos processos de conquista da reforma agrária, surgiram algumas resistências dos próprios trabalhadores rurais, advindas especialmente do temor que muitos tinham da perda dos direitos trabalhistas e do trabalho “fichado”. Especialmente no início, muitos trabalhadores preferiam a manutenção do emprego assalariado na Usina<sup>36</sup> em detrimento do trabalho autônomo, como agricultor

---

<sup>36</sup> O pagamento do trabalhador assalariado no campo baseia-se em produção, conforme previsto em lei, e utiliza medidas de produção nas diferentes atividades. Por exemplo, atualmente no Estado

assentado e cooperado, como relata Kleiman (2008), destacando a fala de alguns, que no início do processo de reforma agrária declaravam, em defesa do trabalho assalariado: “Eu não sou gogo [minhoca] para querer terra”. Com o tempo, pela própria necessidade e pela experiência bem sucedida dos primeiros trabalhadores no cultivo familiar, ampliou-se gradativamente a adesão à produção familiar, que ao final, equiparava-se à produção coletiva, realizada com base no trabalho assalariado, como veremos adiante.

O Programa Cana de Morador, iniciado desde o final dos anos 1990, colocou em prática a estratégia híbrida de produção da cana nas áreas de cultivo familiar e individual. Por ele, os moradores produziam sua própria cana e a vendiam para a Usina, como mais uma fonte de renda, ou como a fonte exclusiva de renda para aqueles que não eram assalariados. Por esse programa, os trabalhadores passaram a ser produtores diretos e não dependiam apenas da venda de sua força de trabalho. Como muitos relatam, o Programa mostrou-se um caminho efetivo para a complementação e melhoria de renda dos trabalhadores e suas famílias em Catende. Com confirma Maria Etiene Silva de Andrade, 46 anos, trabalhadora rural assentada, sindicalista:

A gente tinha o coletivo e o individual. No coletivo existia o trabalho assalariado e o individual era quando a gente entrava como cooperado. Assim dava certo porque tanto a gente trabalhava no coletivo, como no individual, e estava todo mundo progredindo, realizando sonhos e tendo esperança numa vida melhor, que estava conseguindo construir. (...) Isso tudo era uma coisa muito diferente, que só Catende tinha, só aqui a gente tinha.

Os trabalhadores relatam que no Programa recebiam ajuda da Usina para adubo, tratores e transporte, o que na prática constituía uma forma de crédito próprio prestado aos agricultores familiares, que ao longo dos anos foram ampliando a produção da Cana de Morador.

Nessa época, após a falência, estava muito difícil voltar a ter os postos de trabalho que tinha antes. Então, começamos a buscar juntos

---

de Pernambuco, conforme relatado nas entrevistas: a capinação é medida por área (0,05 hectare/diária), o corte da cana é medido por tonelada de cana (no caso de cana solta, onde a carregadeira enche o caminhão, são 3 toneladas por dia e no caso da cana manual, que é amarrada, por impossibilidade de acesso da carregadeira ao local, devido ao relevo acidentado, são 1,5 toneladas por dia). Há também o trabalho por área com os tratos culturais (aplicação de agrotóxico), para o qual se remunera com 50% a mais do salário da capinação, pela necessidade de maior habilidade e pelo maior risco envolvido. O piso salarial hoje é de R\$ 25 por produção, sendo que muitos trabalhadores fazem 2 ou 3 produções no dia, para aumentar o salário, totalizando em média salários que variam entre R\$ 800 e R\$ 1.200, conforme dados do sindicato de Palmares/PE.

alternativas. Foi quando começou. Em 1998, se conseguiu a autorização na Justiça para que os trabalhadores demitidos pudessem usar a terra para plantar. Como a usina tinha carência de cana, pois estava numa crise muito grande no setor da cana, foi criado um programa chamado Cana de Morador, onde inicialmente cedia-se dois hectares para cada trabalhador demitido ou alguém da família que tivesse interesse em produzir. Com isso, foram conseguindo projetos interessantes, também de diversificação da lavoura. O combinado era que os moradores plantariam cana e também poderiam dedicar meio hectare para outras culturas, para garantir a complementação alimentar, e o que sobrasse também vender. Assim começou a experiência com a diversificação produtiva, fora das áreas estratégicas da produção canavieira. Mas, foi em 2005, com o Marivaldo como síndico, que começou a ter um estímulo mais claro para a diversificação das lavouras dos moradores. Foi aí que passamos a ter total liberdade na produção de outras culturas, antes era mais limitado, pois o foco era recuperar os postos de trabalho na Usina. (...) Antes da falência, com os usineiros era proibido. Existia uma produção incipiente, nas áreas onde não interessava para a empresa, mas só nos casos em que os trabalhadores conseguiam se entender com os empregados da Usina. (...) Às vezes os trabalhadores se revoltavam e no final de semana, quando o quadro administrativo da Usina saía, iam beber, os trabalhadores aproveitavam para tentar plantar. Quando era lavoura de ciclo curto, como macaxeira e batata doce, até dava. Mas quando era banana, eles mandavam arrancar. Tinha trabalhador que escondido criava um bode, uma cabra, mas se de repente aquele bicho era descoberto ou se o animal se soltasse e fosse para a cana, eles matavam (Joel Clemente de Oliveira, trabalhador rural, assentado e filho de demitidos de 1993).

A partir dos anos 1990, iniciou-se uma grande transformação em Catende, relacionada ao acesso à terra pelos trabalhadores e moradores. A terra para o cultivo familiar ou individual, seja pelo Programa Cana de Morador, seja para a segurança alimentar, com a agricultura de subsistência, seja nos novos projetos de incentivo à diversificação produtiva, com base na agroecologia e outras técnicas diferenciadas, gerou impactos concretos na vida dos trabalhadores. Como revelam em várias entrevistas, apenas após 1995 o “roçado” e a criação de animais passaram a ser efetivamente permitidos na Usina, para o consumo próprio e a comercialização, pois nesse momento os trabalhadores foram reconhecidos como credores e moradores de Catende:

Os usineiros, eles eram os donos de tudo, eram donos da Usina, da hidrelétrica, dos engenhos, das terras, tudo era deles. Difícilmente os donos querem que uma pessoa produza num espaço que é deles. Os usineiros não queriam que a gente plantasse, se plantasse um pé

de banana, eles mandavam arrancar, se a gente não arrancasse, eles mandavam o segurança arrancar. Então, a gente sabia e não plantava. Eles não queriam que criasse bicho, só galinha, porque eles diziam que a gente não podia, porque as terras eram deles. Tudo tinha que comprar na rua, banana, batata, macaxeira. E tinha o barracão nos engenhos, que era quem efetuava o pagamento da gente, os barraqueiros. O barracão vendia sortido, mas vendia muito caro, um preço muito maior do que na cidade. Mas, quando tinha precisão, a gente comprava deles mesmo. Quando eles faziam o pagamento já descontavam as compras. Tinham pessoas que não compravam no barracão, mas eles não gostavam não. Eles achavam bom se comprasse com eles. Se não comprasse com eles, ficava marcado, porque os barraqueiros sempre eram amigos dos administradores, e quando uma pessoa não comprava deles, ficava marcado, era perseguido, os administradores davam um trabalho pior. Mas hoje não tem mais nada disso, isso era no tempo dos usineiros. Depois que faliu, a gente começou a ter condição, até Cana de Morador a gente começou a plantar pra moer na própria Usina! Cada um passou a ter o seu roçado. Isso vem depois da falência, com a chegada do interventor para cá. Essa foi uma melhoria importante, muito importante. Com isso, mesmo com os salários ainda baixos, já começou a ter uma ajuda, com o que se plantava. Isso foi uma melhoria muito grande pra nós (Ednaldo José da Silva, 52 anos, assentado e ex-operário da hidrelétrica de Catende, em entrevista em 2014).

Diferentemente do tempo dos usineiros, o “roçado”, após a falência, passou a ter novos significados para o trabalhador, para além de sobretrabalho, de uma forma de ampliação da extração da mais-valia do trabalhador, pelo pagamento insuficiente à reprodução da força de trabalho, como analisa Lopes (1976 e 1988). No novo contexto de Catende, a liberdade para o roçado, especialmente para os trabalhadores demitidos e os familiares de trabalhadores assalariados, teve o sentido de conquista do status de produtores diretos, uma vez que com ela acessaram melhorias concretas na condição material de vida e de trabalho.

Na época do usineiro, ninguém se importava com a lavoura, só se importava mesmo era com a cana. A gente tinha, mesmo que fosse uma coisinha no fundo do quintal para se manter. Senão tinha que comprar no barracão, uma tristeza, o nome já diz: barra até o cão. Pense, que terrível. Comprar uma lata de óleo, nunca ninguém tinha direito. Era um copinho assim que você trazia, de 200 gramas, 300 gramas. Eu passei por isso aqui. Chegava lá, só comprava de acordo com o que você tinha em haver de serviço, quando você chegava lá no barracão, ele já sabia se você trabalhou hoje ou não, e dizia: olha, não dá pra levar isso não. Lembro uma vez o meu cunhado queria levar uma bolsa de leite para os meninos, e disseram que não dava para

ele levar, e ele trabalhava direto, todos os dias. A mercadoria na rua era um preço, aqui era três vezes o preço. Se pesava 200, você comprava e ia pesar em outra balança dava 150, 120. Eles roubavam até na balança, em tudo. Sempre o dinheiro era pouco para comprar o que precisava. Eu passei por isso. (...) Com a falência nós tivemos mais direito de plantar. Antes se trabalhava só para a Usina, depois cada um por si começou a plantar. Isso foi ótimo. (...) Quem tinha coragem de trabalhar todo ano sabia que teria seu dinheiro certo. O pobre antes não tinha dinheiro para comprar uma bicicleta sequer, e hoje todo mundo tem moto. Isso melhorou muito. Mesmo com todo o sufoco que a gente está hoje em dia, melhorou. Com certeza se vive melhor hoje (Edileusa de Souza de Silva, trabalhadora rural e assentada, 54 anos, em entrevistas em 2014).

O acesso à terra pelos trabalhadores foi uma importante conquista, como ressaltam vários entrevistados. Além disso, a produção própria tornou-se uma “grande escola”, pois com ela os trabalhadores passaram a conhecer sobre a produção de cana e de outras culturas, como um todo, ou seja, passaram a apropriar-se do processo produtivo, e do processo de planejamento da produção e de seus gastos.

Nessa trajetória, o ano de 2005 foi um marco importante na história de Catende, pela conquista da indicação de um trabalhador rural e sindicalista como o novo síndico para a massa falida da Usina, como já indicado anteriormente. Pouco tempo antes, havia sido criada, em dezembro de 2004, a Cooperativa Catende-Harmonia de Produção Agroindustrial de Agricultores e Agricultoras Familiares, com 2.200 trabalhadores do campo, mas que também permitiu a participação de trabalhadores da indústria e de assessores, incorporados posteriormente. A Cooperativa, que havia sido inicialmente rejeitada como modelo de organização dos trabalhadores (especialmente pelo histórico de cooperativas patronais e fraudulentas criadas na região), foi criada em Catende, sob “as diretrizes da autogestão” e sob “os princípios da economia solidária”, como indica o Artigo 1º de seu Estatuto Social, com o objetivo de atuar na prática paralelamente à massa falida da empresa e avançar na organização dos trabalhadores para assumir a Usina, ao final do seu processo de falência.<sup>37</sup> Apesar de se tornarem cooperados, foram mantidos os trabalhadores da indústria e do campo contratados em regime celetista, ao menos até que fosse viabilizado o pagamento de suas indenizações trabalhistas. Sobre o

---

<sup>37</sup> Na criação da Cooperativa, as cotas-partes integralizadas de 310 reais de cada cooperado foram extraídas da restituição de 1 mil reais recebida por cada um dos 2.300 trabalhadores pela demissão em 1993. Além disso, foram criadas na Cooperativa uma Diretoria de Mulheres e outra de Jovens, em busca de dar maior atenção ao combate às desigualdades, especialmente sofridas por esses grupos sociais.

processo, relata Elenildo Correa Pena, 37 anos, trabalhador rural, assentado, ex-presidente da Cooperativa, em entrevista em 2014:

A fundação da Cooperativa era justamente para ela ser sucessora da massa. A ideia era depois de desapropriar o campo, também desapropriar a fábrica e passar tudo para a Cooperativa, com um termo de compromisso ou alguma coisa. Assim nós íamos ganhar duas coisas: o INCRA desapropriando e pagando a terra, quem fica na terra é o próprio trabalhador. (...) E, desapropriando também a Usina, com o valor do crédito, a gente pagaria justamente todas as indenizações dos trabalhadores, que estava somando uns 100 milhões de reais. (...) Então, criamos a Cooperativa para dar continuidade, porque daí a gestão da Usina sairia da Justiça, da massa falida, e passaria ser a gestão dos trabalhadores mesmo. Com a Usina desapropriada isso estaria garantido. (...) Então, criamos a Cooperativa para isso, e ela ficou como representante legal do assentamento coletivo, ela que fazia a gestão das áreas coletivas quando foi criado o assentamento. Tudo que acontecia dentro do assentamento era a Cooperativa que era convocada para responder.

A reforma agrária foi finalmente conquistada em 2006<sup>38</sup>, com a desapropriação de 23,5 mil hectares de terras da Usina, ou seja, quase a totalidade de suas terras, com cerca de 3.600 famílias de trabalhadores rurais assentadas, envolvendo 45 engenhos, constituindo-se a maior desapropriação de terra já realizada no Nordeste, dando origem ao Assentamento Governador Miguel Arraes.<sup>39</sup> O Assentamento foi organizado com o objetivo de preservar a unidade do patrimônio fundiário, mantendo a propriedade coletiva da terra, com áreas de uso coletivo, que passaram a ser geridas pela Cooperativa, combinadas com áreas de uso individual e familiar, nas quais funcionava o Programa Cana de Morador, as lavouras de subsistência e os projetos de diversificação da produção agrícola. Como avalia um trabalhador:

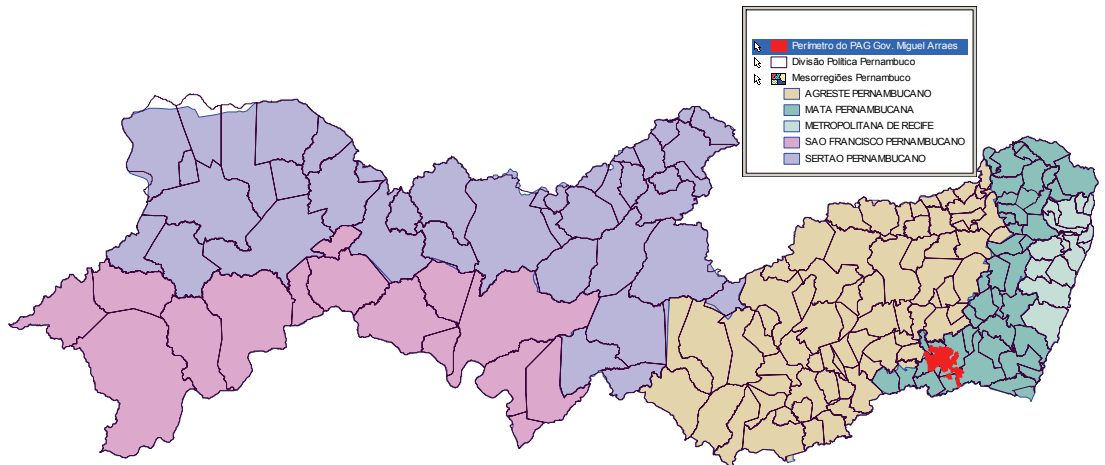
O Assentamento foi muito importante. Se hoje nós não tivéssemos conseguindo isso, se o governo Lula não tivesse tomado uma posição e vindo à Catende e desapropriado essas terras para nós, hoje nós estaríamos todos no meio da rua, jogados em qualquer canto. Porque jamais nós iríamos ter direito de trabalhar nas terras, fazer casa para nossa família e viver da terra. Na verdade, os usineiros daqui eram muito carrascos. (...) Nós não tínhamos o direito nem de criar um animal, que eles não deixavam. O negócio deles era só o serviço para

---

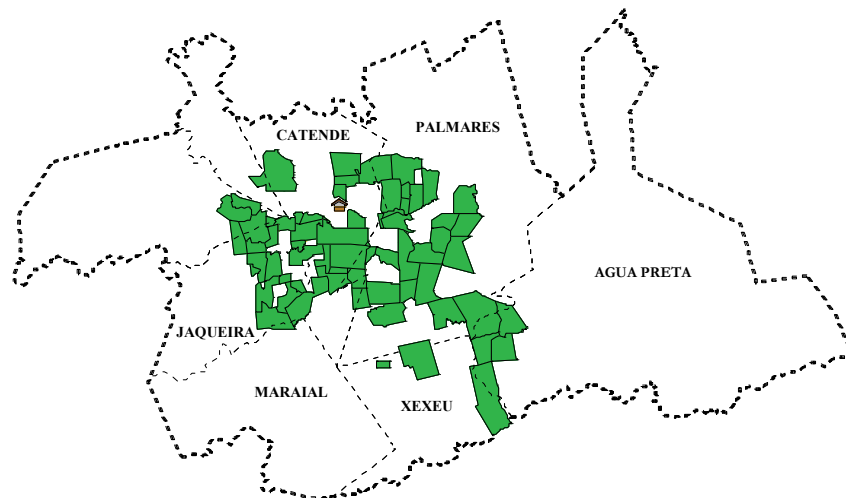
<sup>38</sup> Formalizada em dezembro desse ano, pela Portaria 044/2006 do INCRA.

<sup>39</sup> Sobre a conquista da terra, avalia Arnaldo Liberato (*in* Melo Neto e Lima, 2010): “na Zona da Mata, só os filhos de usineiros e outros grandões deixavam herança, agora, na Usina Catende, os filhos dos trabalhadores têm herança também para usufruir no futuro” (p. 40).

eles, trabalhar de escravo mesmo. (...) Hoje, com esse Assentamento, a gente vive muito melhor (Cícero José Jordão da Silva, o “Guará”, 49 anos, trabalhador rural assentado, em entrevistas em 2014).



MAPA 3.1 – ASSENTAMENTO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES NO ESTADO DE PERNAMBUCO (FONTE: ARQUIVOS DA COOPERATIVA CATENDE-HARMONIA, 2008).



MAPA 3.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENGENHOS NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA (FONTE: ARQUIVOS DA COOPERATIVA CATENDE-HARMONIA, 2008).

Ao lado da reforma agrária, a ampliação do acesso a políticas públicas de incentivo à agricultura familiar foi também um marco importante do período. A partir dos anos 1990, com o fim do financiamento do IAA, a produção açucareira no Nordeste

passou a depender principalmente da venda antecipada às *tradings*, entre as usinas que ainda tinham alguma credibilidade para essas transações e mantiveram-se em funcionamento. Dessa forma, viabilizava-se o capital mínimo para a produção, mas com grandes prejuízos para as usinas, pelo deságio (redução) de até 40% no valor obtido. Essa nova realidade significou um extremo contraste com os fartos subsídios do governo nas décadas anteriores despendidos por meio do IAA, como analisado anteriormente. No caso de Catende, após a falência em 1995 e o grande esforço para a retomada da produção, com apoio importante do Governo Arraes, essa foi a única forma de acessar financiamento para preparar a safra (salários e atividades agrícolas), de 1997 a 2002, sendo que outras alternativas de crédito no mercado tornaram-se ainda mais difíceis com o decreto de falência. Sobre essas transações, relata Joel Clemente de Oliveira, trabalhador rural, assentado, em entrevista em 2014:

Todo o tempo a Usina trabalhou com venda antecipada, e por muitos anos chegava no final da safra era praticamente produzir e entregar. Tinha ano que se comprometia mais de 50% da safra, antes da produção do açúcar. Isso era uma forma de garantir os custos da entressafra. Nos últimos anos, com Marivaldo, estava tendo uma certa melhora, porque aos poucos ele estava conseguindo corrigir um pouco o preço do açúcar. (...) Mas a venda antecipada do açúcar é um desastre, porque eles medem o ATR [Açúcar Total Recuperável] e quando vende muito antes, vende muito baixo.

Nesse cenário de dificuldades e frágil equilíbrio econômico, desde o início do projeto da reforma agrária de Catende identificou-se um novo problema, que poderia ser um estímulo para melhores soluções, como explicaram alguns trabalhadores: com reforma agrária e a desapropriação das terras, a venda antecipada do açúcar às *tradings* passaria a ter obstáculos, pois a cana produzida nas terras do Assentamento, não pertenceria mais à Usina, que deixaria de ter garantias para viabilizar essa venda antecipada. Impulsionados pela urgência de encontrar alternativas à desvantajosa venda às *tradings* e também motivados pelos novos problemas que seriam gerados a essas transações com a reforma agrária, os trabalhadores de Catende passaram a pressionar o INCRA e o governo federal para a criação de novas estratégias de financiamento.

Alguns anos antes da reforma agrária, em 2002, na busca de alternativas de crédito, a Usina Catende iniciou uma experiência-piloto, com 70 agricultores, no Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). Esse Programa, criado no decreto nº. 1.946, de 28 de junho de 1996, no Governo Fernando Henrique Cardoso, passou a disponibilizar crédito a agricultores familiares. Após o sucesso

dessa experiência, em 2003, já no Governo Lula, o Pronaf foi ampliado para 730 operações em Catende, chegando a 2.200, em 2006, somando mais de 9 milhões de reais, e seguiu ampliando nos anos posteriores. Os últimos aportes do programa, nos anos de 2007 e 2008 totalizaram 26 milhões, segundo relatórios da Cooperativa. Nesse programa, cada trabalhador individualmente acessava o crédito e foi criado um mecanismo pelo qual uma parte do crédito era transferido ao coletivo, para ser usado na preparação (plantio e cuidados) das áreas agrícolas coletivas, reparo na indústria e pagamento dos trabalhadores assalariados no período. Após 2005, com a criação da Cooperativa, foi estabelecido um Termo de Cooperação Técnica entre a Cooperativa e a massa falida, que através desse complexo desenho, viabilizou uma alternativa de financiamento à Usina. Como relatam alguns trabalhadores rurais assentados, membros da diretoria da Cooperativa:

Tivemos várias operações de crédito do Pronaf. A primeira envolveu 70 agricultores em 2002, na época do Mario Borba ainda, e tivemos 100% de adimplência. Na segunda fase, já fizemos uma operação com 160 agricultores, já na época do Marivaldo, em 2005 e 2006. E depois já foi para mil e tantos agricultores com crédito de Pronaf de custeio, também com adimplência de 100%. Então, fomos criando credibilidade com isso (Joel Clemente de Oliveira, em entrevista em 2014).

Em 2002 saiu o primeiro Pronaf, que também foi um marco importante na nossa história. Pois foi outra quebra, porque os bancos aqui não financiavam mais a cana. A discussão era que os usineiros deviam muito para os bancos, então, eles não queriam emprestar mais. Além disso, eles diziam: se os usineiros estão devendo, imagina os trabalhadores! (...) Então, veio o presidente do Banco do Brasil, de Brasília. Tinha a regra de que o Banco do Brasil não operava para o Nordeste, que o Pronaf aqui era pelo BNB, mas nós conseguimos e saiu uma primeira experiência com 70 produtores. Ainda nem era desapropriada a terra, mas já começamos a trabalhar com o Pronaf e em 2004 com o PAA antes mesmo do Assentamento. (...) A visão era que a gente tinha que sair da venda antecipada, que era feita com os atravessadores. (...) O estudo disso tudo começou mesmo com o Governo Lula. (...) Essa abertura para a gente tem total relação com o Governo Lula. Então, isso foi um marco. (...) Eu lembro no dia 13 de outubro de 2006 que o Lula reservou toda uma tarde para passar com a gente lá em Brasília, assinando esses decretos e conversando. Eu sei porque eu estava junto também (Elenildo Correa Pena, 37 anos, trabalhador rural, assentado, ex-presidente da Cooperativa).

No Governo Lula, em 2004, Catende também começou a acessar políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), do Ministério do Desenvol-

vimento Agrário (MDA) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Entre elas, destaca-se o programa de compras públicas pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Essa ação era parte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pela Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, que passou a beneficiar agricultores familiares no acesso a regras mais justas de comercialização de seus produtos (historicamente causadora de empobrecimento pela ação de atravessadores), pela compra governamental de alimentos para abastecer as escolas públicas ou compor cestas-básicas de alimentos para doação a entidades de assistência social.<sup>40</sup> A venda para o PAA era feita através das Associações de Moradores, criadas nos diversos engenhos de Catende, chegando a envolver 2.800 famílias, totalizando 7 milhões de reais, em 2007, sob um mecanismo que dispensa licitação para compras de até 3.500 reais anuais por agricultor familiar (Melo Neto e Lima, 2010).

Com o acesso a esses novos programas, abriu-se aos poucos a perspectiva de libertar a Usina da “espiral destrutiva” da venda antecipada às *tradings*. Com o PAA, diferentemente do que ocorria nas transações anteriores, a diferença do preço no mercado era corrigida na entrega do açúcar, o que contribuiu grandemente para avançar no processo de recuperação da Usina Catende nos anos seguintes. Essas novas políticas públicas, o Pronaf e o PAA, diferenciavam-se completamente do que o Estado praticava anteriormente com o IAA, por voltar-se para os pequenos produtores e para o fomento a economia local.

Do IAA ao PAA, Catende passou a expressar, mesmo que limitadamente, novos caminhos para o avanço das políticas públicas de crédito e de compras públicas como estratégias para o enfrentamento da crise e o fomento a um novo modelo de desenvolvimento econômico e social na região, envolvendo também uma relação consequente e responsável com os recursos públicos. Em extremo contraste com a prática comum nas décadas anteriores, quase todo financiamento acessado por Catende, após a falência, foi de recursos reembolsáveis e pagos pontualmente.<sup>41</sup> Como relata um trabalhador rural assentado, ex-presidente da Cooperativa:

A melhor parte foi o incentivo à produção. Eu era fichado na Usina, mas quando terminava a minha produção para completar o meu salário, eu trabalhava para mim. Tinha incentivo para acessar a terra. A Usina dava sementes, dava adubo, e não precisava pagar na hora, po-

<sup>40</sup> Informações extraídas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): <http://www.mda.gov.br>.

<sup>41</sup> Como exceções, destacaram nas entrevistas que os únicos recursos não-reembolsáveis foram recebidos em 1998, por meio de um programa de alfabetização e capacitação do Governo Arraes, e em 2004, no Governo Lula, por um programa de apoio, envolvendo a SENAES-MTE e a Fundação Banco do Brasil (FBB).

dia pagar só na hora que moesse a cana. A Usina liberava o trator pra socar. Então, dava um suporte bom que o pessoal começou a acreditar que iria dar certo. Se hoje a Justiça não tivesse vindo, eu acredito que com esse processo de Catende, acredito que a gente estaria sendo pioneiro no mundo. Não tinha como! As experiências que a gente tinha: 100% adimplência no Pronaf, operando com 7 milhões, 5 milhões da Conab, com o PAA. Enfim, a gente tinha uma credibilidade que nenhum outro canto aqui tinha (Elenildo Correa Pena, 37 anos, trabalhador rural, assentado, ex-presidente da Cooperativa).

Nesse momento, como explicado nas entrevistas, o PAA foi direcionado principalmente para o investimento no “apontamento”, ou seja, na manutenção e reparo da Usina na entressafra, e o Pronaf gerava o crédito necessário para as demais despesas da preparação da safra, como o custeio da cana de morador e coletiva. Assim, os trabalhadores relatam que passaram a ter recursos para investir em suas lavouras próprias, com prazo de dois anos para pagar. Além disso, a titularidade no Programa, muitas vezes, era feita em nome das mulheres assentadas, gerando a elas novas possibilidades de autonomia econômica e transformações sociais importantes.

Juntamente com as políticas de agricultura familiar, como relatado nas entrevistas, Catende contou com o importante apoio da SENAES/MTE, citada anteriormente, e de outros setores do governo federal, especialmente em programas de formação e assessoria técnica. Com essas novas políticas e recursos<sup>42</sup>, Catende teve condições de seguir adiante a luta pela recuperação da Usina, como relata Lopes (2011):

No governo Lula, a Companhia Nacional de Abastecimento [Conab] passa a comprar adiantado a produção do açúcar da Usina Harmonia-Catende (ela não produz álcool) para distribuição na merenda escolar e com isso alivia a situação desta cooperativa, sabotada por usinas concorrentes e fornecedores satélites destas. No entanto o projeto Harmonia-Catende continua periodicamente ameaçado por decisões da justiça falimentar quanto à designação periódica de síndicos, entre outras dificuldades (Lopes, 2011, p. 17).

É importante considerar que apesar da retomada da produção, a sua manutenção era um desafio permanente, durante todo o tempo em que durou a luta pela recuperação da Usina pelos trabalhadores, que era vencido a cada safra. Como destacam vários trabalhadores, o acesso às políticas públicas de crédito contribuiu para interromper a curva descendente da produção, enfrentada nos primeiros anos da década de 2000. Todavia, surgiram novos desafios relacionados ao descompasso

---

<sup>42</sup> Nesse período, foram feitos investimentos em alguns novos maquinários e na criação de estufas para o desenvolvimento de novas variedades de cana e de sementes.

entre o tempo da produção, que atende a critérios climáticos, e o tempo da liberação dos recursos governamentais. Apesar disso, nesta terceira fase da história da recuperação da Usina, entre 2005 e 2009, Catende voltou a superar o patamar de produção de 1 milhão de sacas de açúcar, realizando a maior produção dos últimos 20 anos, na safra de 2007-2008. No ano seguinte, esse patamar não pôde ser mantido pela quebra de um maquinário da indústria, que ainda demandava investimentos para a modernização do parque fabril. A Usina realizou duas moagens após 2009, sobre as quais não foi possível encontrar dados completos.

Ao longo da recuperação da Usina, verifica-se que a produtividade da cana seguia aumentando, de 37 toneladas por hectare, no início da recuperação, em 2008 alcançava 68 toneladas por hectare, o que superava a média do Estado. Outro indicativo de viabilidade econômica importante refere-se ao ATR (Açúcar Total Recuperado), que chegou a atingir em Catende o valor de 138 kg de açúcar por tonelada de cana, considerado um bom índice, bastante acima da média de rendimento das décadas anteriores, conforme dados da Cooperativa.

SAFRAS	CANA MOÍDA COLETIVA TONELADAS	CANA MOIDA MORADOR TONELADAS	CANA MOÍDA TOTAL TONELADAS (INCLUINDO MOAGEM PARA FORNECEDORES EXTERNOS)	AÇUCAR SACAS DE 50 KG
1995/1996	149,5 MIL	-	518,9 MIL	956,2 MIL
1996/1997	197,3 MIL	-	563,1 MIL	837,4 MIL
1997/1998	123,4 MIL	-	314,3 MIL	517,3 MIL
1998/1999	231,6 MIL	6,8 MIL	459,7 MIL	813,4 MIL
1999/2000	229,2 MIL	20,4 MIL	590,8 MIL	860 MIL
2000/2001	231,9 MIL	28,6 MIL	408,7 MIL	727,4 MIL
2001/2002	211,4 MIL	53,9 MIL	525,6 MIL	844,5 MIL
2002/2003	225,7 MIL	100,3 MIL	536,3 MIL	900,2 MIL
2003/2004	212,1 MIL	115,4 MIL	440,6 MIL	760,7 MIL
2004/2005	170,7 MIL	146,9 MIL	432,8 MIL	838,9 MIL
2005/2006	167,8 MIL	125,1 MIL	400 MIL	629,5 MIL
2006/2007	210,1 MIL	175,6 MIL	471 MIL	809,5 MIL
2007/2008	307,4 MIL	213 MIL	670 MIL	1,169 MILHÕES
2008/2009	222,2 MIL	183,1 MIL	556,1 MIL	950 MIL
2009/2010	224 MIL*	147 MIL	550 MIL	1 MILHÃO

TABELA 3.1 – PRODUÇÃO DA USINA CATENDE ENTRE 1995 E 2010

(FONTE: DADOS EXTRAÍDOS DOS ARQUIVOS DA COOPERATIVA CATENDE-HARMONIA).

\* safra na qual ocorreu a intervenção da Justiça, os dados referem-se à cana entregue pela Cooperativa à Usina e previsões.

Cabe destacar a enorme relevância econômica da Usina em sua região, por exemplo, analisando como destaca Kleiman (2008), que a receita operacional bruta da Usina era superior, em vários anos, à soma dos recursos transferidos pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ao conjunto dos municípios de sua área de abrangência (Palmares, Catende, Jaqueira, Água Preta e Xexéu). Por exemplo, em 2003, a soma dos repasses do FPM totalizou R\$ 22,4 milhões, em contraste com R\$ 28,3 milhões da receita operacional bruta da Usina naquele ano.

RECEITA OPERACIONAL ANUAL BRUTA DA USINA CATENDE (EM MILHÕES DE REAIS):														TOTAL
1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
13,3	17,1	16,8	9,8	10,9	20,8	22,5	22,3	28,3	22,1	32,9	33,6	29,3	37,2	316,9
MÉDIA ANUAL														22,6

TABELA 3.2 – RECEITA OPERACIONAL ANUAL BRUTA DA USINA CATENDE  
(FONTE: ARQUIVOS DA COOPERATIVA CATENDE-HARMONIA, 2009).

Reforçando essa mesma análise, relata Marivaldo Silva de Andrade, 49 anos, trabalhador rural, sindicalista e ex-síndico da massa falida de Catende, em entrevista em 2014:

Para se ter uma ideia da importância que tinha Catende nessa região, a Usina produzia mais recursos que os cinco municípios que compõem a base do projeto, ou seja, que os municípios de Jaqueira, Catende, Palmares, Xexéu e Água Preta juntos. Catende conseguia faturar mais, e ter faturamento não significa lucro, mas o que ela gerava de negócio com a participação dos trabalhadores dentro desse ciclo. A Usina gerava mais recurso do que o FPM desses cinco municípios somados. Para ver a importância dela e o quanto faz falta hoje na região.

Somando o período entre 2005 e 2009, o Programa Cana de Morador chegou a ter um faturamento bruto de R\$ 40 milhões, envolvendo 2.200 produtores, sendo que grande parte desse rendimento circulava na própria região, fomentando a economia local, o comércio e a diversificação produtiva. Pelo Programa, alguns trabalhadores entrevistados relataram ter tido um faturamento de R\$ 10 mil por safra.

Com esses dados, a Usina Catende lutava a cada ano para recuperar a sua credibilidade no mercado, mantendo em dia os compromissos financeiros com os programas do governo. O tema do crédito e da falta de acesso a capital de giro e para investimento, apesar dessas conquistas, seguiu um grande desafio, compartilhado com a maioria das empresas recuperadas no Brasil, pois seguem inexistentes no país as estratégias de crédito coletivo aos trabalhadores. O problema intensificava-se em Catende, uma vez que a produção canavieira tem elevado custo e o

acesso a crédito, mesmo com as novas linhas de financiamento oriundas de políticas do governo federal de fomento à agricultura familiar, seguiu sempre bastante limitado. Como destacado em algumas entrevistas, nesse campo, as barreiras nunca foram superadas no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), apesar de ter sido mantido diálogo intenso com o banco ao longo de quase todo o tempo em que durou a luta pela recuperação da Usina.

Sobre a diversificação produtiva, é importante aprofundar um pouco mais o seu significado no projeto de Catende, contrapondo-se à perspectiva de que a viabilidade econômica do Assentamento estaria restrita à monocultura da cana, inclusive pelo fato de que o modelo nordestino de produção de cana, baseado na monocultura e no latifúndio, com todas as suas consequências políticas e sociais, há muitas décadas demonstrava-se bastante deficitário. Como avalia Marivaldo Silva de Andrade, trabalhador rural, sindicalista e ex-síndico da massa falida, em entrevista em 2014:

A área muito ampla de Catende, 27 mil hectares de terra, permitia também diversificar. Era possível conviver a cana e a lavoura de subsistência, e também se discutia muito a questão de projetos estruturadores para ir além da produção de subsistência, mas também produzir em escala de comercialização. Principalmente na piscicultura teve um grande debate de como introduzir uma nova realidade na Zona da Mata, uma atividade onde as pessoas pudessem ter trabalho e renda para a manutenção de suas famílias, para além da cana. Também com a banana, o inhame, a mandioca, a macaxeira, as frutas e as flores, com a organização das mulheres. Mas não deu tempo. Foram feitos muito cursos de capacitação, muitos jovens tiveram a oportunidade de se profissionalizar. Foi um momento muito rico na vida das pessoas. Isso tendo como parâmetro essa questão da agricultura familiar, combinada com a economia solidária. Foi um dos grandes avanços que a gente identifica que ficou marcado na história de Catende.

A diversificação era apontada como uma estratégia para geração de novas oportunidades de trabalho e renda, mas também para tornar o empreendimento menos vulnerável ao mercado. Com ela, iniciou-se a criação, tanto no campo, com os projetos de cultivo de outras culturas e criações de animais, quanto na indústria, com a criação de pequenas fábricas no entorno da Usina, como relata Bruno Ribeiro, advogado da FETAPE e assessor dos trabalhadores de Catende, em entrevista em 2014:

Hoje uma usina de açúcar é muito vulnerável às oscilações de preço da cana e do açúcar no mercado internacional. Um empreendimento solidário como o que se criava em Catende, se conseguisse chegar

onde se desejava, se tornaria mais blindado a essas flutuações de preços porque não teria dependência a um produto só. (...) Então, tantos os trabalhadores do campo, com a diversificação produtiva na agricultura, quanto os trabalhadores da indústria estavam participando do sonho de se criar pequenas indústrias em torno da Usina, para gerar mais perspectivas para si e suas famílias.

Com esse intuito, foram iniciados projetos de agricultura familiar, em parceria com diversas organizações, governos e sindicatos (CENTRU, CEAS, ANTEAG, Centro Josué de Castro, etc.), para o fomento de diferentes culturas, como milho, macaxeira, inhame, mandioca, batata doce, banana, abacaxi, maracujá, caju, coco, hortaliças, café, entre outros, e também a criação de bovinos, caprinos, ovinos, incluindo barreiros de peixes. Todavia, o desenvolvimento dessas novas culturas da “lavoura branca” ainda precisava superar, como destacaram vários relatos, problemas com o desgaste da terra, especialmente causado pelo uso intensivo de “veneno” (agrotóxicos) na cana.

ÁREA UTILIZADA COM CULTURAS				TOTAIS
CANA	BANANA	MANDIOCA	INHAME	HECTARES
5.307,69	492,52	116,89	2,68	5.919,78

TABELA 3.3 - ÁREAS UTILIZADAS COM CULTURAS - 2007  
(FONTE: ARQUIVOS DA COOPERATIVA CATENDE-HARMONIA).

CRIAÇÃO DE ANIMAIS					TOTAIS
BOVINOS	BURROS	CAVALOS	CERCADOS	OUTROS	TOTAIS
1.753	580	701	256,31	260	3.294

TABELA 3.4 - ANIMAIS DA AGRICULTURA INDIVIDUAL / FAMILIAR - 2007  
(FONTE: ARQUIVOS DA COOPERATIVA CATENDE-HARMONIA).

Outra expressão das transformações do trabalho apontada pelos trabalhadores refere-se às melhorias nas condições e segurança no trabalho, que juntamente com os avanços nas exigências da legislação, recebeu maior empenho da gestão da Usina após a falência, sendo que em 2002 foram iniciados programas de segurança do trabalho, com as CIPAs (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes) e a disseminação do uso de EPIs (equipamentos de proteção individual). Nesse período, deixou-se também de utilizar enxofre na produção do açúcar, o que ainda ocorre em outras usinas da região. Acrescenta-se a essas iniciativas a criação de um Centro de Saúde da Mulher, ocupando o antigo prédio da Policlínica da Usina Catende, criada pelo “Tenente” e desativada nos anos 1980. Sobre essas melhorias, ressalta José Roberto da Silva Neto, 35 anos, trabalhador rural assentado, em entrevista em 2014:

Eu comecei com 12 anos [1991], fui ajudar meu pai e me acidentei no trabalho. Na época, quando acontecia de filho de trabalhador se acidentar eles passavam a “fichar” com meio salário. (...) Como eu era menor, fazia meio salário. Também não tinha todas as exigências que tem hoje e todo o apoio que teve depois dos sindicatos. (...) A gente trabalhava no plantio, no corte da cana. (...) Com 15 anos parei de estudar para só trabalhar. (...) As principais mudanças de quando eu entrei para depois foi a melhoria da remuneração. Também passou a ter EPI para trabalhar, horário para pegar e largar, e também transporte. Essas mudanças todas aconteceram só depois da falência. Mas também a lei vem exigindo, vem mudando. Vendo como era antes, é inacreditável, hoje ficou muito melhor. (...) O problema hoje é que não tem mais cana e o emprego aqui no interior de Pernambuco ficou terrível.

Além disso, ao longo desses vários anos, após a falência da Usina em 1995, vários trabalhadores ressaltaram ter tido maior acesso à segurança alimentar e à renda, principalmente com o Programa Cana de Morador. Essas melhorias estão expressas no crescimento significativo do acesso a bens de consumo e a melhorias na infraestrutura e na moradia, especialmente nos anos 2000<sup>43</sup>, como relatado em várias entrevistas:

Depois que os trabalhadores começaram a produzir cana por conta própria, passaram a receber mais, pois isso trouxe uma melhoria na questão da renda. Para ter uma ideia, até os anos 2000, você não chegaria em um engenho e veria uma casa nova construída. Depois do Programa Cana de Morador teve trabalhador que deu depoimento que ficou assustado quando foi pela vez receber pelo fornecimento da cana. Ele contou que recebeu o dinheiro e ficou nervoso, tremendo, sem saber como contar. Quando ele chegou em casa, viu que não era bem assim, porque ele viu que tinha que tirar para comprar os insumos agrícolas, o trato cultural e a ampliação do plantio, e que a sobra depois era uma parte pequena. Mas mesmo assim, melhorou muito a renda e os trabalhadores começaram a aprender sobre a gestão da produção. (...) Houve muita melhoria na qualidade de vida do povo. Para ter uma ideia, no ano de 1998 eu me casei e tudo que eu tinha em casa era uma mesa com quatro cadeiras, um pote, não tinha geladeira, uma cama simples e um fogão, com ajuda da minha mãe. (...) Aqui ninguém tinha televisão. (...) Hoje a gente vê trabalhador conseguir comprar roupas pros meninos, conseguirem comprar televisão, conseguir construir casa, tem

---

<sup>43</sup> Até 1997, nos engenhos de Catende, não havia energia elétrica. Após a chegada da luz, apenas na década de 2000, os trabalhadores rurais da Usina passaram a ter acesso a eletrodomésticos. Além disso, cabe destacar que o acesso a bens de consumo pessoais difere-se também do mais lento acesso a bens sociais e culturais, como educação e saúde.

casa de trabalhador que a gente entra e a casa dele é igualzinha de administrador, que era quem ganhava muito dinheiro. (...) As donas de casas se animaram, compraram televisão colorida, cama melhor, geladeira, então a melhoria da qualidade de vida é notável, nesse sentido. (...) Então, a gente sente essas mudanças, conseguimos ganhar visibilidade e ter intervenções importantes. (...) Aqui até 2002 não tinha nenhum saneamento, não tinha sanitário aqui. (...) Com 186 residências, tinha muita proliferação de doenças. (...) Então tiveram essas intervenções nos engenhos. Também conseguimos projetos de melhoria das estradas vicinais, a construção de escolas, de pontes. (...) Pela organização do povo, com as associações que criamos. (...) Pela organização que tivemos, principalmente nesse período de 2000 para cá (Joel Clemente de Oliveira, trabalhador rural, assentado e filho de demitidos de 1993).

Se antes dos anos 2000 era muito difícil ver uma bicicleta nos engenhos, a Cooperativa realizou em 2007 um levantamento que registrou duas mil motos circulando no Assentamento. Dessa ampliação do consumo, também trata o relato a seguir:

Nessa comunidade mesmo, antes você chegava aqui e não via nada, só via capoeira, mas hoje nós melhoramos um bocado. Nós, trabalhador do campo, nós melhoramos muito, a partir do Governo Lula, de lá para cá. Porque começou a vir mais oportunidade para nós e nós criamos muitas frentes de trabalho. Apesar de hoje em dia não estar tão bom mais, em vista do que era 20 anos atrás, hoje está uma maravilha. (...) Para você ter uma ideia, antes você chegava aqui nesse engenho e não tinha uma bicicleta pra ir na farmácia. Hoje nesse engenho tem 20 carros de morador. Eu mesmo tenho um carro. Foi com dinheiro do Governo Lula para cá, eu fui no banco e tirei o carrinho. Tem uns que tem até caminhão. Fora moto, que deve ter mais de 20 motos de trabalhador aqui, que foi ganhando dinheiro com a Cana de Morador, quando nós trabalhávamos com Catende. (...) Então, a vida hoje está bem melhor, e só não está melhor mesmo porque nós não temos mais a Usina Catende funcionando, se tivesse, a coisa estava outra. (...) Agora vamos ver daqui pra frente. Porque as coisas pioraram um bocado com o fechamento da Usina Catende (Cícero José Jordão da Silva, o “Guará”, 49 anos, trabalhador rural assentado, em entrevistas em 2014).

Acrescentam-se vários relatos de trabalhadores rurais de diferentes engenhos da Usina, que reforçam a avaliação sobre as recentes melhorias conquistadas, com enormes contrastes com a realidade local até o início dos anos 1990, especialmente no acesso ao consumo, como resultado das novas condições de trabalho, de acesso à terra e de acesso às políticas públicas. Ao analisarem as transforma-

ções ocorridas depois do tempo dos usineiros, vários trabalhadores referem-se à “libertação” e ao fim do “cativeiro”:

Eu cortei cana por 35 anos, e não podia ter casa, como eu tenho hoje, com cerâmica. (...) Hoje, em vista do que eu era antes, hoje eu estou rico. Tenho uma casa lá no engenho, um guarda-roupa bonito, que nem o rico compra, a televisão que o rico tem, a gente também tem. Além disso, tenho minhas laranjas, minhas bananas, minhas mangas. (...) Antes, eu acordava às 3 horas da manhã ia para o corte da cana, saía de casa com uma cabaça, uma foice e uma bolsa de comida. E chegava de volta lá pelas 4 horas da tarde, trabalhando para os usineiros. E no sábado eu recebia o dinheiro, mas não tinha resultado nenhum. (...) Tinha o barracão que era muito caro. Mas o barraqueiro achava bom quando comprava dele, mas só o bolso dele enricava. O barraqueiro pegava o dinheiro de todo mundo, se você não trabalhasse, ele não despachava, ele só despachava o quanto você tivesse trabalhado. (...) Então com a luta dos sindicatos, das entidades de apoio e junto o Ministério do Trabalho acabou com isso. Veio a lei e disse: os trabalhadores não são mais obrigados a comprar deles e o barraqueiro não paga mais o trabalhador. (...) Isso foi dos anos 1990 para cá, e hoje os barracões nos engenhos são escola, são casas. Então, quando saiu tudo isso, foi quando o trabalhador começou a ficar liberto. Hoje mudou muito do que era na época dos usineiros, acabou o cativeiro que tinha. (...) Eu mesmo tentei anos comprar uma bicicleta, já era casado quando consegui comprar uma usada. (...) Hoje tenho a minha casa como falei, tenho meu carro Palio 2009-2010, tenho meus trocados, minhas plantações. Então, nós tivemos uma libertação muito grande com toda essa história que aconteceu em Catende (Ivanildo Luís Santana, 58 anos, trabalhador rural assentado, sindicalista e membro da diretoria da Cooperativa).

Todavia, mesmo com as concretas transformações sociais ocorridas em Catende, reveladas na pesquisa, é importante ponderar sobre o discurso da destruição de barreiras e desigualdades sociais, que faz parte do processo de despolitização da “questão social” e da luta de classes no Brasil, revelados em diversos estudos, como Oliveira e Paoli (1999), Yazbeck (2001), Oliveira (2010). No caso de Catende, também é importante analisar que, mesmo com as conquistas e melhorias relatadas pelos trabalhadores no campo e na indústria, em algumas entrevistas, foi abordado também o surgimento de novas desigualdades sociais. No entanto, os próprios trabalhadores ponderam que Catende havia criado, de forma inédita na história da economia açucareira, oportunidades concretas de melhorias de condição de vida e trabalho para todos os trabalhadores, e que as desigualdades resultavam da maior

ou menor disposição de participar das atividades produtivas. Sobre isso, também trata esse mesmo trabalhador, citado anteriormente:

Têm trabalhadores que não estão tão bem, porque não pensam igual. Por exemplo, no engenho que eu moro, são 170 famílias, dessas têm 40 famílias que têm interesse em produzir na terra, criar algum bicho. Mas têm 130 famílias que não têm coragem de plantar uma roça, uma planta, algumas até enfrentaram no começo, mas depois desistiram, e hoje estão se deslocando para trabalhar nas usinas distantes. Então, não são todos os trabalhadores que estão como eu, porque não tiveram coragem de começar e seguir plantando. Se hoje eu tenho dinheiro para plantar, foi porque comecei fazendo de pouquinho, e fui crescendo. Mas muitos fizeram sem planejar, alguns plantaram, depois colheram, mas gastaram tudo, sem plantar de novo, foram beber, farrear. Eu posso beber e farrear, mas tudo tem o momento certo. Tem que pensar que tem uma coisa para seguir. Mas nem todo mundo pensa assim.

Sobre a questão das desigualdades, que geravam conflitos entre os trabalhadores, também avalia Elenildo Correa Pena, 37 anos, trabalhador rural, assentado, ex-presidente da Cooperativa:

Tinha desigualdade entre os trabalhadores sim, mas acho que o importante era que a oportunidade era dada para todos. Infelizmente, teve gente que abraçou a causa e teve gente que não. Tinha gente que ia trabalhar todos os dias, e tinha outros que iam jogar baralho, tomar cachaça. Na hora que a Usina não pagava em dia, eles tinham dificuldades sim, mas aquele que estava organizado, ele ia correndo trabalhar na lavoura dele. (...) Ia cuidar do roçado dele. E ele não ficava sozinho, tinha sempre outros para ajudar a organizar a plantação dele. No meu Engenho Tombador, por exemplo, tem 62 assentados, desses, 52 estavam produzindo. Um começou a produzir, moer e receber, e o resto foi vendo que era bom, os bons resultados, e foram entrando, porque valia a pena. Então, eu penso que a imensa maioria das pessoas se beneficiou das mudanças e das melhorias sim.

Apesar do desenvolvimento da produção de cada família ocorrer conforme seu interesse e capacidade, com o intuito de inibir o aparecimento de realidades contrastantes e incoerentes com o projeto cooperativo, os trabalhadores estavam dialogando sobre a definição de um “teto” por assentado, para que não fossem geradas novas desigualdades sociais dentro de Catende.

Além das transformações nas condições de trabalho e vida no campo, é importante também tratar das melhorias relatadas pelos operários. Com relação ao trabalho na indústria, houve uma grande mudança: até 2004 existia em Catende

dois turnos de trabalho (de 12h até 24h e de 24h até 12h), como vimos anteriormente no estudo de Lopes (1976) sobre os operários do açúcar nos anos 1970. Após 30 anos, essa realidade de trabalho desgastante das usinas mantinha-se na região, sendo que apenas nessa última década foi implantado em Catende o regime de três turnos, como relata Edvaldo Ramos da Silva, 58 anos, mecânico, operário, sindicalista e diretor industrial da Cooperativa, em entrevista em 2014:

Trabalhar com dois turnos matava o trabalhador. Isto durou até agora pouco aqui em Catende! Mas tem usinas por aí que ainda trabalham com dois turnos. Porque quando se trabalha com três turnos, se trabalha com mais gente e gasta mais com o pagamento da folha, com os encargos e tudo. Mas é lei, mas tem usina que não cumpre. Aqui em Catende foi em 2004 que mudou. (...) No início os operários não gostaram muito. Porque estavam acostumados a fazer os dois turnos. Ele se matava, mas ganhava mais. Quando passou para três turnos, teve mais descanso, mas o valor do salário caiu um pouco. Mas com o tempo, se hoje você perguntar: querem voltar a fazer dois turnos? Eles não querem não! (...) Além disso, Catende era uma das usinas que melhor pagava o trabalhador aqui na região. A gente fazia pesquisa em todas as usinas por aí, e Catende sempre foi a primeira, com o melhor salário. O profissional aqui não tinha do que reclamar sobre aumento de salário. Hoje estão vendo, quando fechou aqui e tiveram que ir para as outras usinas, hoje todos sentem como Catende era a melhor pagadora da região. (...) Para ter uma ideia, de três em três meses a gente olhava e via se era possível colocar algum trabalhador em um posto melhor, também por isso que Catende saía na frente em termos de salários. (...) Para você ter uma ideia da diferença do que era antes, no tempo dos usineiros, eu fiz um curso por minha conta no Centro de Treinamento da Mercedes-Benz, eu me aperfeiçoei, mas passei oito anos trabalhando como mecânico na Usina, sem ter essa melhoria profissional reconhecida nem no salário, nem na carteira. Isso não aconteceu só comigo não, na Usina, antes, se você se dobrasse para aprender e aprendesse, passava a ser profissional, mas só no trabalho (...), pois continuava como ajudante na carteira e no contracheque, mesmo trabalhando como um profissional. Isso mudou, quando você aprendia, o encarregado tinha a obrigação de ver se você merecia um aumento.

Em contraste com a prática anteriormente descrita por Lopes (1976), a Usina passou a reconhecer como profissionais os operadores que trabalhavam na fabricação e que pelo tempo de trabalho nessa atividade haviam aprendido a fazer os reparos nas máquinas em que trabalhavam, sendo que por vezes mantinham as duas funções. Por exemplo, um cozinhador na moagem, que na entressafra trabalhava como caldeireiro, ou outro operador da fabricação, que no “apontamento”

trabalhava como serralheiro. Com isso, Catende passou a ter práticas de incentivo à realocação em postos melhores de trabalho na indústria, com aumento de remuneração, conforme a experiência e o aprimoramento profissional dos operários. Todavia, apesar dessas importantes mudanças nas condições de trabalho dos operários, era claro que as maiores transformações ao longo dos vários anos ocorreram principalmente no campo, onde se encontravam as situações mais extremas de exploração e de pobreza. Esses contrastes geraram novos conflitos e desafios para o projeto coletivo, como veremos adiante. Mas havia também compreensão, como expressa a perspectiva de um operário sobre as mudanças no campo:

Tiveram mais mudanças no campo porque o campo era o mais castigado. No campo, tinha o conferente, o fiscal, o capitão, o administrador, tudo para puxar o trabalhador rural. Esse pessoal trabalhava de revólver, de cavalo, botava o cavalo por cima de trabalhador. Naquele tempo, tinha o barracão, onde o trabalhador no campo não recebia da Usina, ele recebia pelo barracão, então, ele era obrigado a comprar no barracão, e comprava por preço de ouro! Ele trabalha pela comida, e uma comida mínima da mínima. (...) Isso não atingia os operários. Por isso que eu digo que eles eram os mais sofridos. O trabalhador da indústria, ele não tinha o poder de decidir nada, nem dar opinião em nada, mas o trabalhador do campo vivia pior. (...) Eu morei em engenho, meus irmãos trabalharam no campo, eu era pequeno, e a gente vivia assim. Por exemplo, se um boi de carga quebrava uma perna, ele era sacrificado, mas não era jogado fora. Ele era esartejado para vender para o trabalhador. Eles chegavam e botavam na porta das casas a carne, e você não tinha o direito de dizer que não queria. Se tivesse a porta fechada, a carne ficava pendurada na porta, e ia o seu nome para pagar no barracão. Você comesse ou não era descontado do seu nome. (...) Nem o boi a Usina perdia. Então, no campo a mudança foi bem maior, porque eram quem mais sofria na época dos usineiros. Os trabalhadores rurais, esses eram escravos mesmo. Na indústria não era tanto assim (Edvaldo Ramos da Silva, 58 anos, mecânico, operário, sindicalista e diretor industrial da Cooperativa, em entrevista em 2014).

Como visto anteriormente, as grandes conquistas alcançadas no campo tiveram como um dos principais motivos os bons resultados alcançados com o programa Cana de Morador. Por outro lado, a grande dimensão que o cultivo familiar da cana passou a ter com o Programa Cana de Morador também trazia novos dilemas, em contraste com o declínio da produção da cana coletiva da Usina, como ressalta um trabalhador:

Pelo cultivo familiar, a gente estava gerando mais do que uma complementação de renda, pois a Cana de Morador estava quase supe-

rando a cana do coletivo. No último ano da Cooperativa, quando ainda estávamos com a Usina, a gente chegou a fazer 300 mil toneladas da cana coletiva do Assentamento e 250 mil toneladas da cana do agricultor familiar. (...) A gente estava vendo que aos poucos não seria mais interessante manter a produção da cana coletiva, que já estava dando algum prejuízo, pois muitos trabalhadores não queriam mais trabalhar com o contrato da CLT, e preferiam trabalhar com a cana deles. Em época de moagem, já tinha muita gente que saía para cuidar da cana própria, e largava mais cedo ou não fazia a cota de produção, deixando para completar depois, ou até tinha dia que ele decidia não ir, para ficar cuidando da própria cana (Joel Clemente de Oliveira, 40 anos, trabalhador rural, assentado, ex-diretor da Cooperativa).

Esse relato expressa que um novo modelo de produção se formava na prática na Usina Catende. Como estava em construção, e não teve tempo para ser completamente implantado, as análises que podemos fazer baseiam-se em seus resultados parciais. Alguns entrevistados, como destacado anteriormente, avaliam que a produção coletiva da cana era imprescindível para a viabilidade da Usina, por gerar aumento da produtividade, escala para a implementação de infraestrutura e de processos de racionalização da produção, como a colheita planejada no momento adequado, com maior teor de sacarose. Todavia, outros analisam que tais processos, eram possíveis na produção familiar se baseados em planejamento coletivo.

Esse dilema tem algumas semelhanças com conflitos apontados anteriormente na época do “Tenente”, quando ocorreu um embate do usineiro com os fornecedores de cana, antigo senhores de engenho, que queriam criar limitações, aplicadas pelo IAA, à quantidade de cana própria a ser moída pela Usina, como citamos anteriormente. Muitas década depois, já no processo de recuperação da Usina após a falência, o engenheiro agrônomo cubano, Juan Nordarse Dias, tratou do tema, defendendo a importância da produção coletiva no Assentamento, após a reforma agrária, para manter a viabilidade da produção da Usina. Além disso, Arnaldo Liberato também havia destacado que a manutenção da produção coletiva, com trabalho “fichado”, sem precarizar direitos, marcava justamente a diferença entre a Cooperativa de Catende e as experiências cooperativas anteriores da região, como a Cooperativa Tiriri e a Cooperativa Caxangá.

Com essas diferentes perspectivas, as questões da cana coletiva e da cana de morador, do contrato de trabalho “fichado” e da produção familiar e cooperativa são alguns pontos críticos da experiência de Catende, que ainda precisam ser aprofundados. Os ganhos de produtividade necessários à atividade açucareira, reconhecidos na produção centralizada pela Usina, que nesses anos em Catende

correspondiam à cana coletiva, também poderiam ser criados por uma perspectiva cooperativa, que também vinha sendo colocada em prática na Usina, mesmo que não prevista anteriormente. Com base no planejamento coletivo da produção familiar, num ambiente onde a propriedade é coletiva, os vínculos de trabalho podem ser cooperativos tanto na produção coletiva, quando na produção familiar. A própria prática de Catende vinha mostrando possíveis caminhos, diversificados e, ao mesmo tempo, complementares. Os dilemas da propriedade coletiva e individual, como também do trabalho subordinado assalariado e do trabalho cooperado, estavam em tensão permanente ao longo dos anos em que a experiência dos trabalhadores em Catende resistiu, a partir da necessidade e da experiência prática.

De toda forma, por tentativas, erros e novas tentativas, frente a várias dificuldades, as novas relações de trabalho e de propriedade vinham contribuindo para a sustentabilidade de Catende, como avalia Edvaldo Ramos da Silva, mecânico, operário, sindicalista e diretor industrial no período da Cooperativa, em entrevista em 2014:

A dificuldade era grande. Os usineiros todos da região estão com muitas dificuldades. O que você mais vê por aqui são usinas fechando. Mas a gente em Catende não tinha mais o usineiro para ficar com a maior parte do dinheiro e o trabalhador sem nada. O que a gente tinha aqui era para dividir, até o síndico da massa falida era assalariado, como todo trabalhador. (...) Então, eu tinha certeza que iria dar certo. Se não fosse essa intervenção que sofremos do juiz, hoje a gente estaria aí. A gente já estava comprando trator, comprando máquina, estávamos planejando trocar o decantador, comprar um filtro de cachaça. A gente estava comprando uma máquina empacotadora. (...) O Juiz estava esperando o açúcar tomar preço para tomar uma atitude, ele queria vir dominar a Usina, mas depois não soube dominar a produção. A gente, mesmo com o açúcar baixo, com todas as dificuldades, a gente estava conseguindo manter a Usina, a gente chegou a fazer mais de 1 milhão de sacas de açúcar na safra de 2007/2008. Se tivesse o preço que depois o novo síndico pegou a gente teria dado um pulo em 2009, teria feito as melhorias que precisava, comprado o decantador, o filtro que precisava para melhorar ainda mais a produção. Tinha melhorado o plantio, tudo.

Sua avaliação toca em um ponto fundamental: a sustentabilidade econômica de Catende tinha um ponto de equilíbrio diferente das demais usinas da região. Como vimos anteriormente, a produção açucareira historicamente desenvolveu-se no Brasil com imensos subsídios e aportes de recursos do Estado, de tal monta e com tamanho desperdício, que levaram os próprios usineiros a soterrarem a sua

classe no Nordeste, após os anos 1990, como analisamos anteriormente. A imagem do prédio decadente do SindAçúcar, que visitei em Recife, nas margens do rio Capibaribe, expressa essa decadência. Tal como a precariedade do armazém de um ex-usineiro de Palmares, que pouco aparenta, se não fosse a postura, ter sido usineiro algum dia, apesar de seguir poderoso na cidade, juntamente com seu irmão, ex-prefeito. Sobre a produção de cana, ele avalia: “Usina hoje não vale mais a pena, tem muitos encargos trabalhistas, sofre muita ação trabalhista. Por isso, as usinas fecharam. O governo também não tem dado subsídio, então, fica muito difícil. Hoje é melhor a pecuária, o eucalipto.”

Essas imagens formam grande contraste com as imagens registradas no campo dos trabalhadores da cana de Catende, com suas histórias inéditas de ascensão econômica e de fortalecimento de sua organização política, conquistadas na luta pela recuperação da Usina, ao longo desses anos. Esse contraste foi motor dos conflitos que silenciaram a luta de Catende, como veremos a seguir.

Finalmente, nesse campo da recuperação do trabalho e da conquista da terra, os relatos de diversos trabalhadores sobre o período em que resistiram em Catende, enfrentando inúmeras dificuldades e contradições, expressam uma defesa de que uma usina de açúcar, com base em um novo modelo de propriedade e organização do trabalho diversificado e democrático, pode gerar melhorias concretas na condição de trabalho e vida dos trabalhadores. Nesse sentido, avalia Marivaldo Silva de Andrade, trabalhador rural, sindicalista, ex-síndico da massa falida, em entrevista em 2014:

Catende foi uma demonstração de que a reforma agrária e a luta dos trabalhadores são possíveis, e quando têm apoio, podem ser exemplo de superações. Isso ficou muito claro: a capacidade dos trabalhadores de conduzirem o seu próprio negócio. (...) A ideia de Catende não era o lucro pelo lucro, era uma combinação de esforços dos trabalhadores para manter o empreendimento, como sua fonte de subsistência, para a manutenção de sua renda e para ter oportunidade de emprego. Não era uma coisa de um patrão, era uma construção de muitas pessoas, compartilhando. Então, era uma ideia de muito sucesso. (...) A gente enfrentou momentos muito difíceis de crise do setor da cana e vinha em um processo de superação. O projeto tinha muita credibilidade, a partir da lógica dos trabalhadores. Porque era um empreendimento construído amplamente, com muitas pessoas, se ele falisse, falia todo mundo, o que era mais difícil. Porque não era uma coisa de um dono só, não era pautado na questão do patrão, era uma coisa compartilhada, nos resultados bons e nos resultados ruins. Então, Catende tinha muita possibilidade de sucesso, como demonstrou em todo o tempo de sua existência.

Ninguém conseguiria manter um processo mesmo nos moldes falimentar, mas de recuperação, e com tantos avanços, por quase 20 anos, sem ter investimento, como todo o empresariado tem. Então, eram os próprios trabalhadores, na busca, tentando construir, e isso foi um exemplo para a região toda. (...) Se os trabalhadores não tivessem sido desbancados de seu projeto, não tenho dúvida que Catende estaria hoje a todo vapor.

Com importantes conquistas, inclusive enfrentando tragédias naturais e enormes dificuldades econômicas, respondendo ao desafio de gerar trabalho, renda e transformações na condição de vida para toda a população envolvida em Catende, em uma região economicamente falida pelo colapso da produção canavieira, e ainda como uma empresa limitada pelo processo judicial inconcluso de sua própria falência, que dificultava o acesso a financiamento, a resistência dos trabalhadores da Usina Catende ao longo de 16 anos é um tesouro da história de luta dos trabalhadores no Brasil.

#### AUTOGESTÃO E RESISTÊNCIA POLÍTICA

Um terceiro campo de resistência e luta refere-se à esfera política, à dimensão interna e externa da organização política dos trabalhadores de Catende. Internamente, a luta pela construção da autogestão dos trabalhadores, que foi consolidando-se ao longo dos anos, com o aprofundamento da organização democrática e da participação dos trabalhadores na gestão da Usina, teve como um de seus marcos o encontro com a ANTEAG, em 1999, e a aproximação ao movimento de economia solidária, participando do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). À construção política interna da autogestão somava-se a resistência e articulação política diante dos inúmeros enfrentamentos externos, frente às classes historicamente dominantes locais, como também dos grupos políticos que as representam nos governos estadual e federal.

Desde o início da luta pela recuperação da Usina, como destacam algumas lideranças sindicais entrevistadas, a perspectiva sempre foi de conquista da gestão pelos trabalhadores. Além da representação sindical, desde 1996, foram desenvolvidas ações para ampliar a organização e a participação dos trabalhadores e moradores dos engenhos nas decisões relacionadas à produção agrícola e à organização das comunidades rurais da Usina, com o estímulo à criação de associações de moradores nos 48 engenhos de Catende.

Esse esforço de organização das “bases” nos engenhos, tal como de participação dos diferentes grupos sociais e sujeitos políticos da Usina, era fundamental desde o primeiro momento, para que se tornasse possível colocar em funcionamento o imenso complexo agroindustrial de Catende. Com isso, como destacado anteriormente, a democratização das relações sociais internas resultaram inicialmente da própria necessidade de envolver a todos nos esforços pela recuperação da Usina. Para iniciar esse processo de organização coletiva e articulação entre os diversos sujeitos políticos e grupos sociais envolvidos em Catende, foi criada uma “Carta de Compromissos”, em 1997, envolvendo os trabalhadores do campo e da indústria, através dos seus sindicatos<sup>44</sup>, com apoio da FETAPE, e também o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco do Brasil, que eram os principais credores da Usina.

Logo nos primeiros anos, inúmeras transformações foram realizadas, para a manutenção da produção e também para responder às demandas básicas de subsistência dos trabalhadores e suas famílias, especialmente do campo. Nesse processo, diversas dificuldades foram enfrentadas, envolvendo conflitos e disputas internas, como narra Kleiman (2008) e os relatos registrados em Melo Neto e Lima (2010). Ocorreram enfrentamentos entre os próprios trabalhadores, greves e também demissões de alguns trabalhadores, justificadas por ociosidade e faltas frequentes, que revelam contradições internas e a grande complexidade da experiência.

Na busca por solucionar os conflitos internos, Catende foi colocando em prática estratégias de aprofundamento da democracia e da participação dos trabalhadores, tal como projetos de formação, como veremos adiante, nos quais se destaca a criação de um grupo interno de educadores, a chamada “Equipe Harmonia”, que passou a contribuir com os processos de planejamento coletivo e os fluxos internos de formação e informação.

Em 2003, o contraste entre as transformações vividas no campo e na indústria, juntamente com um atraso de pagamentos (pela queda no preço do açúcar, com previsão de acerto dependente dos resultados das operações de crédito com o governo), deu base para a organização de mais uma greve na indústria, incentivada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Indústria de Açúcar e Alcool do Estado de Pernambuco. Como resultado positivo dessa nova crise, surgiu um importante avanço na organização coletiva da Usina: os diversos sujeitos políticos e representantes dos grupos sociais envolvidos, junto com assessores, passaram a se reunir de

---

<sup>44</sup> Os cinco Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, dos municípios de abrangência da Usina Catende, o Sindicato dos Trabalhadores em Indústria de Açúcar e Alcool do Estado e os sindicatos do setor de transporte e segurança.

forma permanente, constituindo uma nova instância decisória, ainda que informal, que se denominou “Grupo Gestor”, “Conselho de Gestão” ou “Reunião do Chalé”, pois suas reuniões ocorriam em uma das antigas casas-grandes da Usina.

Ao longo dos anos, o Conselho de Gestão consolidou-se, apesar de não ter tido existência formal, como espaço de deliberação coletiva entre os representantes da administração judicial, dos diversos sindicatos e das 48 associações de moradores dos engenhos, com o apoio de assessores e técnicos. Por vezes também participavam representantes do poder público local, estadual ou federal, e de movimentos sociais, como o MST e a CPT. Após a criação da Cooperativa, os seus diretores também participavam desta reunião, sendo que parte deles já estava presente anteriormente. A reunião do Conselho de Gestão contava com a participação de 40 a 90 pessoas, e ocorria quinzenalmente ou quando fosse necessário. Como relata Joel Clemente de Oliveira, trabalhador rural, assentado, membro da diretoria da Cooperativa, que também atuou na área de formação e organização social, em entrevista em 2014:

Nessa reunião, se acompanhava toda a trajetória, a questão das safras, da entressafra, de lá se tirava as reuniões locais, para tratar das prestações de contas com os trabalhadores, da projeção e planejamento de safra, de entressafra. Esse era o espaço de definição sobre tudo, sobre quanto comprar de insumos agrícolas, de óleo lubrificante da indústria, o que se tinha que fazer de reparo na indústria, tudo era aprovado ali. (...) Todas as associações eram convidadas, mas nem todas participavam. A questão política sempre foi muito acesa em Catende.

Acrescenta sobre essa reunião outro trabalhador rural, ex-presidente da Cooperativa:

Ali se fazia as matemáticas: o que fez, o que não deu para fazer, porque não deu, o que tinha em dinheiro, a folha de salário, quando era para cortar a cana, onde cortar, aí se tomava todas as decisões. Então vamos pagar isso, vamos pagar aquilo. Aí, dependendo da quantidade e da aprovação, tirava o documento, assinava os cheques, passava para o financeiro da massa, ele dava como recebida a documentação, ia para o banco e sacava o dinheiro, depois a massa fazia o detalhamento e dava a cópia para a Cooperativa arquivar o processo. Isso tudo para se pagar quinzenalmente o pessoal do campo e da indústria. Então, dessa reunião, o pessoal saía com um cronograma (Elenildo Correa Pena, trabalhador rural, assentado, ex-presidente da Cooperativa).

Cabe destacar que ao longo dos anos houve avanços, mas a participação dos operários seguiu como um desafio para o projeto coletivo, especialmente pela resistência do Sindicato dos Trabalhadores em Indústria de Açúcar e Álcool do Estado de Pernambuco, haja vista que a organização esteve historicamente distante das de-

mandas dos trabalhadores. Para enfrentar esse problema, houve muito esforço, descontinuados e sem sucesso, como, por exemplo, a criação de Comissões de Fábrica e também de uma Associação dos Operários. Apesar disso, ao longo dos anos foi consolidando-se a participação de alguns operários no Conselho, que buscavam fazer a ponte com o coletivo da indústria e ser porta-voz de suas demandas.

No percurso da luta pela recuperação da Usina, analisando as três fases identificadas anteriormente, é possível concluir, com relação à organização política interna de Catende, que as duas primeiras fases (entre 1995 e 2004) referem-se ao período de cogestão e a última fase (entre 2005 e 2009) a um período de maior avanço da autogestão. Nesse processo, o ano de 2004 é um marco importante, pela indicação de Marivaldo Silva de Andrade, trabalhador rural e sindicalista, para síndico da massa falida e também pela criação da Cooperativa dos trabalhadores, que significou um passo adiante na preparação da estrutura para a transferência efetiva da gestão da Usina para os trabalhadores.

Na Cooperativa, foi criada uma Diretoria Executiva, composta por 14 pessoas, além de um Conselho Fiscal, que tinha membros eleitos a cada quatro anos, sem limites para a reeleição. Em 2012, a última diretoria em vigência estava em seu terceiro mandato, tendo sido reeleita no ano anterior, já no contexto do fechamento da Usina. Entre as atividades realizadas no desenvolvimento da autogestão dos trabalhadores, destaca-se também a organização de assembleias, que chegaram a envolver mais de mil trabalhadores. Todavia, a organização política interna de Catende baseava-se principalmente na representação, inclusive por suas enormes dimensões territoriais.

Alguns estudos anteriores, como Schafers (2007), indicaram limitações e contradições na organização interna da Usina, por exemplo, em relação ao acesso desigual à informação e à participação dos trabalhadores, e também às diferenças na remuneração entre os trabalhadores do campo, da indústria e do escritório, que perpetuavam e geravam desigualdades importantes dentro da Usina, parte delas criada principalmente pela irresolução do seu processo de falência (que a mantinha sob a administração judicial). As desigualdades de remuneração, que variavam desde o piso salarial do trabalhador rural até as remunerações “de mercado” dos funcionários do escritório da massa falida, chegavam a 16 vezes, sendo que os salários mais elevados, de membros da administração judicial, atingiam R\$ 10 mil. Contudo, havia apenas oito pessoas que recebiam salários acima de 4 mil reais, sendo que o restante dos trabalhadores recebiam entre esse valor e o mínimo de cerca de 600 reais, relativo ao Piso Salarial Rural estabelecido na época, e se excluimos os oitos

funcionários com os maiores salários, mantidos em seus cargos pela administração judicial, a diferença entre as menores e as maiores remunerações reduzia-se ao contraste de 1 para 7 (dados relativos a 2009, anteriores à intervenção judicial).

Como vimos no panorama das experiências de recuperações de empresas no Brasil, no Capítulo 1, esse fato recorrente entre as experiências brasileiras as diferencia da maioria das experiências argentinas, por exemplo, em que há isonomia de remuneração em metade dos casos, segundo dados do mapeamento argentino (Ruggeri *et al.*, 2011). Todavia, nenhuma experiência argentina tem as dimensões e a diversidade interna de Catende, que, ao lado da construção do projeto cooperativo, ainda convivia sob a administração judicial. Apesar das grandes diferenças, elas contrastam com o quadro comum das empresas capitalistas e das usinas da região, como indica o fato de que após o afastamento de três diretores, com alguns assessores diretos, em 1995, como relatado em ANTEAG (2005), Catende reduziu em R\$ 160 mil sua folha de pagamento mensal.

Outros estudos também destacaram a necessidade do maior aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e espaços de deliberação coletiva na gestão da produção agroindustrial e também do projeto do Assentamento. Como destaca Kleiman (2008), a participação na gestão da Usina ainda se mantinha diretamente vinculada “às estruturas políticas de confiança”, que por vezes não compreendia a diversidade dos grupos sociais e sujeitos políticos envolvidos em Catende. Além disso, o Conselho de Gestão contava com a participação principalmente de representantes dos Sindicatos e das Associações de Moradores dos engenhos, que eram formados por vínculos políticos e de moradia, e não necessariamente de trabalho, com a produção da Usina, o que também gerava dificuldades à gestão. Tais problemas somavam-se ao desafio da descentralização de informação pelos presidentes das Associações, envolvendo de forma mais efetiva as comunidades dos engenhos, especialmente daqueles mais distantes da Usina.

Como é perceptível, não havia em Catende manuais e modelo pré-concebidos para a sua organização interna, que estava sendo aperfeiçoada pela vivência e pelas demandas colocadas pela própria prática, orientando-se por princípios da autogestão e da democracia, mas também pela busca da melhoria técnica produtiva. Nesse processo, as novas estruturas políticas de participação conviviam com as estruturas técnicas-administrativas, tensionando o novo e o velho, criando desafios aos processos de decisões na gestão da Usina. Sobre o tema, tal como outros estudiosos, Paul Singer, em diversos trabalhos, defende que a autogestão, além de significar a transformação das relações de propriedade e de produção,

submetendo-as à perspectiva dos trabalhadores, traz contribuições para a efetividade econômica das empresas, como discutido em capítulo anterior. As empresas capitalistas passaram a implantar alguns níveis de participação dos trabalhadores, percebendo o seu papel no contexto da reestruturação produtiva, no entanto, com sentido oposto ao das lutas autogestionárias dos trabalhadores, incluindo a de Catende, pois não colocam em questão a transformação das relações de propriedade dos meios de produção e o controle sobre o excedente da produção.

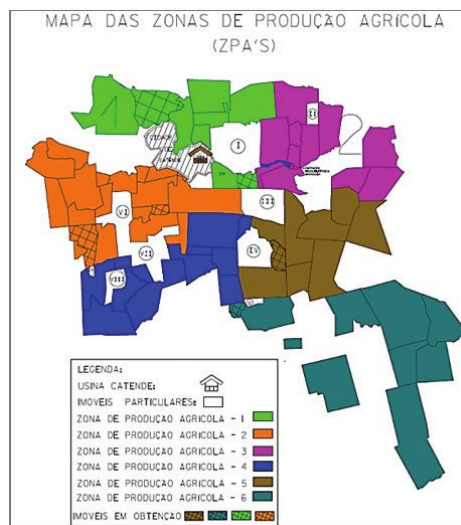
Aprofundando o estudo sobre a organização política interna dos trabalhadores de Catende, vários trabalhadores relatam que estrutura organizacional do trabalho tanto na parte agrícola quanto na parte industrial foi pouco modificada, após a falência da Usina. Todavia, em seus relatos, os trabalhadores destacam algumas transformações fundamentais, como a “troca de armas por rádios” na mão daqueles que atuavam na coordenação do trabalho no campo, expressando concretamente mudanças nas relações de trabalho historicamente muito violentas e opressoras na produção canavieira, como visto anteriormente. Também nesse mesmo sentido, como relata um trabalhador do campo, outra importante transformação refere-se à redução da fiscalização do trabalho:

No tempo dos usineiros tinha uma hierarquia que era o cabo, que era quem organizava o grupo de trabalho, pesava a cana e media as contas. Depois tinha o administrador, por engenho, e o capitão, por áreas. E tinha também os fiscais, que eram uns homens do gerente que fiscalizavam os cabos e os administradores, porque naquela época tinha muito roubo. Então, os gerentes botavam pessoas da confiança deles para fiscalizar esse pessoal todinho. Depois da falência, essa estrutura praticamente continuou, mas de uma outra forma, pois esse pessoal passou a ser a equipe de coordenação do campo, que ajudava a coordenar o trabalho. Na época dos usineiros, todo esse pessoal da hierarquia, o cabo, o administrador, o capitão, eles tinham o poder de andar armado, a própria Usina dava revólver para eles, que era para justamente intimidar os trabalhadores, na hora que eles achavam necessário. (...) Eram aqueles revólveres que eles colocavam de lado, feito aqueles cangaceiros de Lampião. (...) Então, o cabra queria plantar alguma lavoura, eles vinham e diziam: Não planta, porque eu tenho ordem para fazer e você não vai plantar. Aí o cara se sentia acuado, queria fazer, mas não podia. (...) Então, depois da falência, o capitão virou o supervisor, o cabo continuou e o administrador também. Mas agora com essa determinação, do próprio Dr. Mario, que não era para nenhum deles andar armado. Essa foi uma grande mudança. (...) Outra coisa foi o fiscal, que fiscalizava e não precisou mais. Não tinha mais fiscal porque nesse modelo novo a grande discussão era: o prejuízo que você der, você está dando para você mesmo, não é só para a Usina. (...)

Porque depois da falência, o grande gargalo era: a Usina é dos trabalhadores. Porque por direito, na hora que pagasse, (...) a primeira questão que deveria ser indenizada era a questão trabalhista, a lei diz isso. Então, como os trabalhadores tinham mais crédito, a visão era essa, de que a Usina era dos trabalhadores (Elenildo Correa Pena, 37 anos, trabalhador rural, assentado, ex-presidente da Cooperativa).

Mesmo com essas importantes mudanças, como relataram os trabalhadores, foi mantida em grande parte a mesma estrutura organizacional da produção no campo e na indústria porque entendiam que ela garantia a continuidade do negócio, da produção canavieira.

Para uma descrição da organização do trabalho agrícola, a partir da perspectiva do trabalhador rural, da sua atividade no campo, conforme relatado nas entrevistas, o trabalho em Catende organizava-se da seguinte forma: as equipes de 30 a 40 trabalhadores rurais respondiam a um cabo (ou apontador), sendo que havia um ou dois cabos em cada engenho, que respondiam para os administradores. Para cuidar dos 48 engenhos de Catende, havia 23 administradores (cada um cuidava de um ou dois engenhos), que por sua vez respondiam para os supervisores das seis Zonas de Produção Agrícola (ZPA), que compunham o território da Usina Catende. Estes supervisores respondiam para os cinco gerentes da Usina, sendo quatro da parte agrícola (de safra, de herbicida, de implementos agrícolas, de caminhões e de maquinários) e um gerente industrial. Finalmente, os cinco gerentes respondiam ao superintendente, que era a figura máxima que respondia pela parte produtiva e de serviços da Usina.



MAPA 3.3 – ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E PRODUTIVA DO ASSENTAMENTO (FONTE: ARQUIVOS DA COOPERATIVA CATENDE-HARMONIA, 2008).

A partir do relato dos operários entrevistados, também apresentamos a estrutura organizacional da indústria, que após a falência também teve pouca alteração: os operadores trabalhavam na fabricação do açúcar e os profissionais (serralheiro, caldeireiro, mecânico etc.) nas oficinas, sendo que ambos contavam com ajudantes. Em cada turno de trabalho, havia um cabo responsável por cada seção de fabricação, que respondia ao gerente industrial, tal como faziam os profissionais. A Usina chegava a contratar 800 operários na safra, sendo que na entressafra ela trabalhava com cerca de 500 operários, especialmente os trabalhadores mais antigos, que tinham a função de fazer a manutenção das máquinas (o “apontamento”).

Somava-se a essa estrutura de produção do campo e da indústria, o “escritório”, que compreendia a estrutura administrativa, incluindo a contabilidade, a central de processamento de dados, o laboratório, a assessoria jurídica, como também os representantes da administração judicial, como o síndico da massa falida e seus assessores.

Toda essa organização profissional submetia-se ao Conselho de Gestão, que se consolidava ao longo dos anos como a nova direção política da Usina, como citado anteriormente, com a participação dos representantes sindicais, das associações e também da Cooperativa, criada posteriormente, e que se integrava, em grande parte, às demais representações. Além disso, esse espaço acolhia também a participação de representantes de movimentos sociais e parceiros governamentais. Essas novas configurações colocadas em prática gradualmente na gestão da Usina expressava enormes mudanças frente à gestão historicamente arbitrária e perdulária dos usineiros, que buscamos descrever anteriormente.

Sobre a organização interna dos trabalhadores em Catende, relata Marivaldo Silva de Andrade, trabalhador rural, sindicalistas e ex-síndico da massa falida de Catende:

Catende sempre foi muito desafiadora. A gente tinha uma forma de organização que era a combinação da representatividade sindical, mas também a organização associativa e também do cooperativismo, nessa combinação da agricultura familiar e da economia solidária. (...) Às vezes, a grandiosidade de Catende trouxe dificuldades, mas ela também oportunizava essa diversidade, essa articulação. A gente se articulava com bastante precisão, nunca deixamos de nos comunicar com os 48 engenhos, com as suas representações. Dentro desse contexto, sempre tivemos sucesso na ação efetiva de superação das dificuldades, trabalhando a questão produtiva, a manutenção de emprego e renda, a busca de outras alternativas de renda, além do setor mesmo da cana, que era importante manter, tendo todo um contexto onde era possí-

vel trabalhar outros processos também. (...) Tivemos muitos objetivos alcançados, muitos cursos de formação. (...) Mas os trabalhadores ainda estavam vulneráveis a alguns ataques como o que aconteceu. O trabalho ainda não estava efetivamente consolidado para ter resistência aos ataques. (...) Então, faltava ainda a conquista de uma participação mais efetiva, com mais qualidade.

Ao seu relato somam-se vários outros que apontam transformações no sentido da aproximação do trabalhador à gestão da Usina, com uma redução significativa de hierarquia:

A diferença entre o tempo dos usineiros e depois da falência foi que desde a chegada do Mario Borba como síndico, depois da saída do Banco do Brasil, ele começou a fazer um trabalho mais conjunto com os representantes dos trabalhadores, começou a fazer reuniões sobre o trabalho, para que todos entendessem que aquilo ali era uma empresa em recuperação, para que todos entendessem que era uma usina que estava sob a gestão da Justiça, mas que para garantir os direitos e recuperar o trabalho era necessário que todos produzissem o máximo que pudessem, que cuidassem com zelo de cada setor, que diminuíssem desperdícios. Tudo isso começou na verdade a aproximar todos os setores da questão da administração. Antigamente, era muito separado, trabalhador não falava com usineiro, de forma alguma, trabalhador só falava com a pessoa que era encarregada dele, tinha aquela hierarquia que era mantida. O usineiro dificilmente era visto pelos trabalhadores, ele chegava num carrão, descia e ia direto para um setor, lá com o gerente. Isso mudou muito. Desde o Mario Borba, já começou a mudar. Ele tinha uma visão mais aberta. Tanto é que ele aceitou a proposta dos sindicatos de descentralizar o uso da terra. A própria Justiça era insegura quanto a liberar que os trabalhadores plantassem, mas ele topou levar a discussão. Foi uma espécie de começo da reforma agrária, pois os trabalhadores começaram a usar a terra de outro jeito, produzir para eles próprios, sem precisar vender apenas a sua força de trabalho, eles produziam e forneciam a cana e outras lavouras. Muita gente aprendeu aí a produzir outras culturas. Quem tinha vontade, fazia, tentava. (...) Isso foi uma mudança muito importante (Joel Clemente de Oliveira, trabalhador rural, assentado, membro da diretoria da Cooperativa).

Nesse campo de resistência pela construção da autogestão, é importante citar que os projetos formativos e educacionais desenvolvidos em Catende também estiveram no centro das ações voltadas ao fortalecimento dos trabalhadores como sujeitos políticos. Desde o início da recuperação da Usina, como relata Lenivaldo Lima, assessor dos trabalhadores na área de formação, em entrevista em 2012, foram realizados projetos educacionais e atividades de formação, incluindo parce-

rias com governos e organizações da sociedade civil, com foco na alfabetização de adultos, na educação de jovens e adultos, na qualificação e capacitação profissional. Entre eles, destacam-se: o “Catendão” (com uma participação de Paulo Freire), o “Saberes da Terra”, o projeto “Puama” (cujo nome significa “rosa que nasce nas pedras”), como também os intercâmbios com universidades brasileiras e com o Complexo Cooperativo de Mondragón, no País Basco.

Nesses projetos de formação, buscava-se ao máximo que estivessem ligados à prática, à realidade, ao cotidiano e às oportunidades de trabalho. Após dez anos do início da luta dos trabalhadores de Catende, segundo dados da ANTEAG (2005), o analfabetismo havia caído de 82% da população em 1995 para 16,7% em 2005. Sobre esses contrastes, destaca Cícero José Jordão da Silva, o “Guará”, 49 anos, trabalhador rural assentado, em entrevista em 2014:

Eu não tive estudo, só me dediquei a trabalhar. Minha mãe ficou com um monte de filho para tomar conta e dar de comer. (...) A gente tinha que trabalhar, ajudar no trabalho com a cana mesmo. Não teve jeito. (...) Mas meus filhos todos aprenderam e terminaram os estudos. (...) Hoje isso mudou muito.

Nesse sentido, como destacado anteriormente, o próprio Programa Cana de Morador tornou-se uma grande escola para os trabalhadores, como também todo o processo de organização coletiva e da luta por direitos.

O pessoal aprendeu a se organizar, o pessoal aprendeu a produzir, aprendeu diversas coisas na parte da cana. Ninguém nunca tinha ouvido na vida falar em ATR [Açúcar Total Recuperado], por exemplo, ou falar de impureza de açúcar, e agora o pessoal sabe de tudo isso. Para ter esses conhecimentos, passou a ter comunicação com diversos setores, muitos parceiros, muitas Ongs, que vieram aqui fazer trabalho de formação. Começamos a compreender melhor do ponto de vista legal as questões dos direitos trabalhistas. E mais adiante nos organizamos de forma tão importante que se conseguiu a desapropriação das terras da Usina (Joel Clemente de Oliveira, trabalhador rural, assentado, membro da diretoria da Cooperativa).

Também sobre esses aprendizados relacionados ao trabalho e à apropriação dos trabalhadores sobre o processo produtivo da cana e de outras culturas, relata Ivanildo Luís Santana, 58 anos, trabalhador rural, aposentado, sindicalista e diretor da Cooperativa, em entrevista em 2014:

O que marcou dessa história de Catende foi do incentivo que nós tivemos. Isso foi o que marcou muito. Antes, a gente trabalhava para o usineiro, tirava a cana dele e pronto. Não sabia nada sobre o produto,

nada. A gente era cego, realmente. Ele não dava nenhuma informação, quantos quilos de açúcar dava uma tonelada de cana, nada. Não sabia quando dava deságio, quando dava ágio. Tudo isso a gente não tinha de sabedoria, nunca conhecia o que acontecia. Então, a gente era feito aquele bichinho: trabalhava, ia para casa, dormia, e no outro dia, a mesma coisa. Então, a gente não tinha nenhuma orientação do que é que a cana dava. Eu falo a cana porque sempre mexemos muito com a cana, mas eu também mexo com outras lavouras, que hoje eu também sei mexer em outras produções. Nós não tínhamos esse conhecimento. Então, o que essa história deixou de marca para a gente foi isso. Hoje eu sei quanto dá uma cana, quando dá uma de 120, de 130. Eu vou aqui na calculadora e já sei quanto vai dar o meu dinheiro. Eu sei quanto ela dá de deságio. Eu vou na minha calculadora, eu sei calcular quanto eu perdi porque deu deságio. Sei contar quantos quilos de açúcar dá por tonelada de cana. Sei contar quantos quilos de mel dá por tonelada. Quer dizer, eu aprendi tudo isso, tudo isso foi chegando na minha cabeça, antes eu não tinha nada disso na cabeça. Então, se um cabra moer a minha cana lá e quiser me roubar, eu sei que ele está querendo me roubar e digo: você está me roubando. (...) Antigamente, o trabalhador não sabia nem para onde ia, cortava de qualquer jeito a cana, porque era do usineiro. Ele pensava: ele está me explorando, eu que estou com as formigas pretas mordendo os meus pés, cortando a cana, então, cortava de qualquer jeito, cortava a cana com raiva. Hoje nós entendemos os prejuízos, e sabemos como fazer sozinho, pelos incentivos que tivemos em Catende. Foi graças ao projeto que nós aprendemos. Essa é a imagem que eu guardo de Catende, nesses anos, que me marcou muito. Aprender a fazer as coisas, saber como plantar, como cuidar, como colher, como vender, como fazer tudo. Se for outra lavoura, eu também sei como é que cuida de tudo direitinho também, uma macaxeira, um milho, um feijão, uma banana, tudo. Nós tivemos essas explicações também, porque como era um projeto diferente, não queria só trabalhar com a cana, tinha também o interesse de que os trabalhadores também tivessem sua lavoura, junto com a cana. Isso foi muito incentivado. (...) Então, era um projeto muito bom para o trabalhador. Hoje, se você for conversar com um trabalhador sobre qualquer coisa da produção, ele sabe de tudo! (...) Se você perguntar para qualquer trabalhador, lá no meio, como é que faz para produzir a cana, como é que faz isso e aquilo outro, todos sabem fazer isso. Todos tivemos ensino para saber tudo isso. (...) Tinha muita reunião. Esse projeto era muito importante para os trabalhadores. (...) Todos tinham vontade de que tivesse continuado dentro do poder que a gente queria, para a gente ter mais produção, mais experiência. Quando a gente tem uma coisa que funciona é feito voltar para a escola, quer aprender todos os dias. Tinha cada vez mais coisas novas para a gente aprender. Vinham muitos projetos para Catende, muitas coisas boas. (...) Isso tudo acabar foi um

desastre para a gente aqui. (...) Mas se você abaixar a cabeça, morre. Então, eu não sossego, pego na enxada, vou à horta, (...) venho para o sindicato, não me aquieto.

Diversos aprendizados são relatados nas entrevistas pelos trabalhadores, sobre cursos, novas experiências e conhecimentos que passaram a ter sobre a produção e as diferentes etapas do próprio complexo agroindustrial de Catende, que aproximaram de forma inédita trabalhadores rurais e operários do açúcar. Sobre esses intercâmbios, visitas e reuniões, descreve Arnaldo Liberato, em entrevista em 2014:

Vi muitos trabalhadores mais velhos chorando ao entrar na Usina, dizendo: “Meu Deus, eu nasci os dentes cortando cana para essa Usina, e não sabia que era assim por dentro. Eu não sabia o que acontecia com a cana depois que saía do campo”. Vi muitos assim. E depois também começamos a levar os operários ao campo, e também ouvi deles: “Rapaz, o povo do campo não é tão besta assim.” Além disso, havia cursos para os filhos dos trabalhadores juntos, tanto do campo como da indústria.

Sobre as transformações ocorridas após a falência, com relação às novas experiências políticas dos trabalhadores, incluindo as aproximações entre o campo e a indústria, e também os novos conflitos e contradições, é interessante apresentar o testemunho de um trabalhador do campo:

Eu comecei a trabalhar, ajudando os meus pais, tinha sete anos. Eram treze filhos e eles levavam a gente junto, porque naquele tempo, não tinha esse negócio de criança na escola, esses avanços. (...) O trabalho no campo é muito diferente do trabalho na Usina. No tempo dos usineiros, a gente não tinha contato com os operários, não podia chegar na Usina. Era bem separado. (...) Mas depois, já no tempo do Dr. Mario Borba, ele fazia questão que os trabalhadores do campo visitassem a fábrica e que o trabalhador da fábrica visitasse o campo. Para que todos vissem que o procedimento de um dependia muito do procedimento do outro para o negócio funcionar. Então, isso foi mudando. A gente do campo foi aprendendo, a gente vinha, participava, discutia, conversava com o pessoal, o povo dava sugestão. Foi quando o pessoal foi vendo que era importante plantar para manter tanto o emprego no campo, quando o emprego na fábrica. Teve uma grande mudança. (...) O pessoal via também que se não tivesse a fábrica, não teria emprego no campo. Foi vendo que disso dependia o desenvolvimento da nossa região. (...) Então isso foi uma aprendizagem muito importante. (...) Tinha trabalhador que ia pra Brasília fazer reunião, pra trazer os projetos para cá. Foi muito importante para nós. (...) Mas tinha gente que ainda não entendia, que reclamava da falta de um dono, que sentia falta dos usineiros, que dizia não era lugar de trabalhador ficar fazendo reunião, que trabalhador deveria estar no

campo cortando cana. (...) Tinha gente que me chamava de usineiro quando virei presidente da Cooperativa. Eu dizia: minha gente, pelo amor de Deus, não diz isso não, eu sou simples como vocês. (...) Mas tinha uns que pensavam, não está certo, esse cabra cresceu comigo cortando cana e está indo fazer reunião em Brasília? (...) Hoje estão todos vendo como era bom. (...) A gente tinha reunião, conversava, o professor Paul Singer vinha e fazia reunião com a gente. (...) Nossa, tudo isso faz muito falta para nós hoje (Elenildo Correa Pena, 37 anos, trabalhador rural, assentado, ex-presidente da Cooperativa).

Seu relato expressa os embates que começaram a emergir em Catende entre as novas experiências políticas dos trabalhadores e a cultura extremamente antidemocrática que até hoje marca a sociedade brasileira. Outros exemplos das novidades de Catende: uma casa-grande (chalés) da Usina havia sido transformada em Centro de Formação e Reunião dos trabalhadores e outra uma hospedaria para assessores e visitantes.<sup>45</sup> Também foi após a falência, com a organização das associações de moradores, que começaram a ser realizadas festas comunitárias nos engenhos e permitidas construções de Igrejas e centros religiosos dentro das terras da Usina, como reforça o relato de Maria Etiene Silva de Andrade, 46 anos, trabalhadora rural assentada, sindicalista: “Depois da falência mudou em todos os sentidos. A gente começou a ter liberdade.” Essas mudanças, como ela destaca, foram “uma grande revolução” na vida dos trabalhadores.

Sobre a libertação do “cativeiro” da Usina conquistada após a saída dos usineiros, cabe descrever uma conversa com Eurides Maria da Silva, 68 anos, trabalhadora rural assentada, ocorrida na varanda de sua casa em 2014:

*Dona Eurides:* Eu nasci e me criei nesse engenho mesmo, Bálsamo da Linha. Meus pais eram daqui e já morreram tudinho. (...) Sempre trabalhei com a cana, meus pais também, foi tudo nascido e criado só na cana mesmo. Eu trabalhei dos 10 anos aos 55 anos com a cana, para dar de comer aos meus seis meninos, que o pai deles foi embora e nunca me deu nada. (...) Só casei de novo depois. (...) Saía

---

<sup>45</sup> Como relata Edvaldo Ramos da Silva, 58 anos, operário, sindicalista, diretor industrial da Cooperativa, em entrevista em 2014: “A casa de usineiro servia como casa para fazer reunião, para decidir sobre os destinos de Catende. (...) Aqueles usineiros eram uns ignorantes, uns bravos, ninguém falava com eles. (...) Eu vi uma vez, quando um deles estava entrando na Usina e um borracheiro estava de costas, e ele virou quando ele entrou e disse: está chegando o meu patrão. O usineiro escutou isso e chegou no escritório dele e mandou chamar o borracheiro para demitir o cara. (...) O borracheiro disse: mas o Sr. não é meu patrão? Não é o usineiro? Ele disse: quem me chama de patrão está querendo me roubar. Eu não estou aqui para ser roubado por ninguém. Não quero ser chamado de patrão por ninguém. (...) E demitiu o cara. Uma ignorância. Queria era mostrar poder. (...) Então, onde tinha sido a casa dos ignorantes, dos donos, passou a ser uma casa de reunião, de formação e de conhecimento”.

às 4 horas da manhã e voltava às 5 horas da tarde. (...) Trabalhava no plantio, no corte, semeando, tudo isso eu sei fazer. (...) Levava os meninos para me ajudar, daí eu escondia eles todos embaixo da cana. Alguém dizia: “Olha lá vem o fiscal”. Eu pegava aquela montanha e botava em cima deles. Eles passavam e perguntavam: “Tem alguma criança aí?” Eu dizia: Não tem não senhor. E eles iam embora. (...) É bom estudar, mas não tinha a condição.

*Acrescentou a sua filha aproximando-se da nossa conversa:* Na época dos usineiros, minha mãe trabalhou tanto que chegou até desmaiar de fome no serviço, quase morreu de necessidade, trabalhando para Catende. Eles pagavam, quando pagavam, e quando não pagavam a gente nem feira fazia.

*Dona Eurides:* Ave Maria! O melhor usineiro que chegou aqui foi o Marivaldo. Cortei cana mais ele muitas vezes. Ele batia na minha janela de madrugada: “Dona Eurides, vamos!” (...) Deus que botou ele lá, mas já saiu. (...) Na época dos usineiros não tinha roçado não, a cerca passava bem assim ao redor do terreiro, e a gente não podia nem estender um pano, que eles não deixavam. (...) Depois que os usineiros afastaram-se e foi chegando outro pessoal, que foi abrindo a mão, e foi melhorando. Graças a Deus. No tempo do Marivaldo, a gente aqui ficou tudo liberto, aqui no Bálsamo. Tudo liberto! (...) Antes na época dos usineiros não tinha nada, de jeito nenhum. (...) Quem era de ter em casa um estoque de milho, feijão, não tinha nada não. Só era mesmo aquilo do serviço, minha filha, somente do paiol mesmo, se trabalhasse a semana, recebia e tinha o que comer, porque recebia um tantinho assim da Usina. (...) Se não trabalhasse, tinha que pedir a Deus, primeiramente, e aos amigos que tivessem tirado algum a mais por fora para dar alguma coisa para a gente viver. (...) Tinha os barraqueiros aqui, antes tinham uns barraqueiros ruins. Se comprava um quilo disso, ele só despachava meio. Roubava muito. Aqueles que se lascavam na venda, não chegavam a ver o dinheiro, ficava tudo lá no barracão. (...) Hoje eu estou feliz, graças a Deus. Nós passamos muito ruim, mas hoje estamos libertos daqueles usineiros miseráveis. (...) Depois que saiu os usineiros, quase todo mundo aqui foi liberto. Mas antes a gente aqui, só Deus sabe como era que a gente passava. Ganhava muito pouco naquele tempo, e não tinha nada de terra para plantar. Somente o chãozinho para morar mesmo. Era um cativoiro. (...) Foi uma mudança muito grande para hoje. (...) As coisas melhoraram para todo mundo. (...) Primeiro, foi com Miguel Arraes que melhorou, mas depois piorou. (...) No tempo do Miguel Arraes ficamos com direitos, direito de comprar um radinho. (...) Mas melhorou mesmo foi com Lula.

*Acrescentou o seu marido à nossa conversa, ao chegar do campo com cachos de bananas:* Mas hoje voltou a piorar de novo, porque você não pode fazer uma feira e vir para casa a pé, que o ladrão toma logo. Isso

piorou muito. (...) Antes não tinha isso. (...) Tem muito rapaz sem trabalho por aí, que não quer trabalhar. (...) Não pode trabalhar quando é menino e depois não tem coragem de pegar na enxada, de trabalhar. (...) nem na cidade tem trabalho para eles.

Dona Eurides nos presenteia com um cacho de bananas, indica no campo a bonita lavoura que possuem e acrescenta, dialogando com o marido: Isso ficou ruim mesmo, depois que fecharam a Usina, o pessoal ficou sem nada e começou a roubar. (...) Antes não tinha isso porque ninguém tinha nada, né!

O marido acrescenta: Hoje pode ver qualquer trabalhador, um cortador de cana, chega bem vestido, e qualquer um diria: “É doutor?” É cortador de cana! Hoje o povo está rico, tem carro, tem televisão, tem essas máquinas de fazer filme.

*Dona Eurides:* Hoje têm tudo, olhando o jeito que era, hoje estamos todos ricos.

Com isso, na maioria das entrevistas encontramos relatos que apontam melhorias significativas na condição de vida dos trabalhadores, e em algumas delas são explicitadas as referências ao fim da escravidão, após a falência da Usina nos anos 1990, especialmente no campo. Sobre o tema da conquista da liberdade, no debate sobre a construção da autogestão e da resistência política dos trabalhadores, é interessante também citar o depoimento de Ivanildo Luís Santana, 58 anos, trabalhador rural, sindicalista e diretor da Cooperativa, em 2014:

Antes não havia a oportunidade dos trabalhadores ter sua própria produção, então, a gente trabalhava para os usineiros, cortando cana, fazendo plantio de cana, limpando mato. Fazia o trabalho cultural para o usineiro. Com isso, a gente trabalhava para levantar o usineiro, “fichado” na Usina, recebendo da empresa. O que é diferente no processo que tivemos em Catende, que tirou a gente da escravidão. Naquele tempo dos usineiros era escravidão, a pessoa hoje em Catende está mais liberta da situação. (...) Com os usineiros, era essa a rotina, sempre naquela exploração, com ameaça dos empregados, do cabo, do administrador, do supervisor para cima do trabalhador. (...) Tinha que fazer o que eles mandavam fazer, se não fizesse era demitido, ou era suspenso e passava 2 ou 3 dias parado. Era tudo comandado pelos usineiros. Aí, nós passamos dessa fase difícil dos usineiros para outra, depois da falência, quando eles correram daqui. Eles deixaram a Usina, abandonaram, não aguentaram a pressão dos trabalhadores e dos sindicatos. (...) Aí não se deixou de trabalhar como se trabalhava, mas tinham outras facilidades, não tinha mais a exploração que tinha antes, você não era mais ameaçado. (...) Todos iam trabalhar satisfeitos, para ganhar seu dinheiro. Passou a ter um bom incentivo para os trabalhadores, uma boa situação para os trabalhadores. (...) O trabalhador passou a ter espaço para

fazer o que queria, só não avançava quem não tinha coragem de trabalhar, porque o espaço tinha para todo mundo. (...) O trabalhador podia plantar o que quisesse em sua lavoura. Então, foi um processo diferente, pois quando o usineiro era dono tinha uma ignorância total com os trabalhadores, era uma exploração geral dos trabalhadores. Daí para frente foi uma outra história, que a gente vê, os trabalhadores passaram a ter cursos, ter estudo, foi ficando mais equilibrado da cabeça, começou a saber como é que trabalhava, como é que respondia, como tratar as situações de outras formas. Aprendeu também a tratar a cana que ele plantasse, aprendeu como é o processo da cana, como ele funciona, como ele dá resultados, como ele dá ganho na empresa quando mói a cana. Tudo isso, a gente chegou a aprender, numa aprendizagem muito boa. (...) Depois da falência que fomos tendo esses incentivos da Usina, e passamos a saber tratar como qualquer usineiro a produção. Às vezes nem eles sabem tratar tão bem como a gente sabe hoje. Eu não preciso de orientação de técnico, de usineiro, para aprender a plantar cana. Hoje eu planto, eu sei fazer sozinho, e isso foi muito bom para a gente aqui em Catende. (...) Então, hoje o trabalhador não é mais privatizado. Ele é uma pessoa liberta, liberada, que faz o que tem vontade de fazer, que fala aquilo que pensa, que pode buscar melhorar as situações. (...) Isso só aconteceu depois da saída dos usineiros de Catende. Antes, o trabalhador não tinha nem uma bicicleta, hoje no Assentamento tem moto, tem carro, tem ônibus, tem carregadeira, tem caminhão, tem tudo pelo incentivo que foi dado por esse grupo da Cooperativa. Hoje você chega nos engenhos e nem sabe que é trabalhador rural, porque está todo mundo equipado. (...) Isso é muito diferente nos engenhos das outras Usinas, você não vê essas melhorias. Uma prova aqui é só ir nos engenhos da Usina Pumaty e também na Usina Norte-Sul, que são outras usinas aqui pegadinhas também. Por exemplo, você vai aqui no engenho Barra do Dia, que pertence a Usina Norte-Sul, o povo ainda é aquele povo ainda muito humilde. Hoje estão começando a melhorar um pouco, vendo os outros engenhos de Catende, eles estão começando a tentar levantar alguma coisinha. Porque também uma coisa que ajudou o povo trabalhador foi a chegada do Governo Lula, foi com ele que começou a chegar projeto para os trabalhadores, jogou financiamento nos bancos, que fez com que hoje os trabalhadores não se sintam mais aqueles humilhados dos ricos. (...) Hoje não tem mais aquela separação que tinha. O trabalhador também tem carro, tem imóvel, também vai no restaurante, no mercado. (...) Ele também senta na mesa do rico para conversar. Tem filho de trabalhador terminando estudo na faculdade. Meu filho fez faculdade! Então, o incentivo do Lula também foi o que encaminhou muito tudo isso para a gente. (...) Ele tirou a pobreza da gente. (...)

Mas mesmo com isso nos outros engenhos fora de Catende você não vê o que vê no Assentamento do projeto Catende.

Na dimensão política interna da construção da autogestão, uma maior liberdade no trabalho também foi conquistada pelos trabalhadores da indústria, como avalia Edvaldo Ramos da Silva, operário mecânico, sindicalista, diretor industrial da Cooperativa, em entrevista em 2014:

Tiveram melhorias para os operários sim. Quando você trabalha para um patrão, você não tem direito de opinar, você tem que fazer o que o encarregado manda. Isso ficou diferente, os trabalhadores participavam de reuniões, discutiam a seção dele, diziam qual era o melhor jeito de fazer um açúcar melhor. A gente discutia muito sobre como fazer uma produção melhor, porque cada um sabia que quanto mais ele produzisse, mas o salário dele estava garantido. Com o patrão não era assim, ele podia produzir, podia não produzir, para ele tanto fazia, entendeu? Era só um emprego. Mas depois ele começou a ver que dependia do suor dele o salário dele e dos companheiros. (...) Com o patrão, os trabalhadores pensavam de outra forma, porque se fizer ou não fizer a produção dele é o patrão que vai pagar o salário dele, quando ele quiser. (...) Muitas vezes a gente dizia: Gente, falta 5 mil sacas de açúcar para a gente fechar o nosso pagamento, então todo mundo saía fazendo o açúcar e quando completava o que precisava para chegar, gritavam: conseguimos, conseguimos! Era bonito de ver! (...) Tem hora que estou em casa, estou deitado, perco o sono e começa a passar um filme na minha cabeça da história de Catende. Porque teve momentos difíceis, mas tiveram muitos bons momentos, momentos de festa, momentos de alegria. A gente teve momento que quando terminava de moer decidia: vamos fazer uma missa, e depois da missa, vamos fazer um jantar para todos os trabalhadores. E a gente fazia! Por que trabalhador não pode? Só quem pode jantar é usineiro? O trabalhador tem que jantar também! Depois da falência, várias vezes, nesses anos, a gente fazia um jantar junto com todos os trabalhadores, quando tinha algum dia comemorativo. O pessoal do campo fazia, e a gente fazia na Usina também. Fazia café da manhã para comemorar o dia dos pais. Por que não? Só usineiro pode ter café da manhã? A gente não? O trabalhador também pode! Mesmo com tanta dificuldade, a gente ia buscar as coisas e conseguia.

Com esses relatos é possível visualizar, tal como identificou Kleiman (2008), que a construção da autogestão em Catende vinha se dando como “uma história do conflito e síntese entre novas e velhas práticas de novas e velhas estruturas” (p. 19). Todavia, como também este autor ressalta, mesmo “a velha estrutura de modo algum é exatamente a mesma que a anterior”, pois há nela, como ressaltam os

trabalhadores entrevistados, claras diferenças com as condições de semiescravidão, violência e opressão a que anteriormente estavam submetidos.

No campo da autogestão e da resistência política, além da análise das relações entre os trabalhadores e grupos sociais que compunham a Usina, destacam-se também as relações políticas estabelecidas com os movimentos sociais atuantes na região. Nos primeiros anos da história da recuperação, Catende enfrentou conflitos, por exemplo, com o MST, que por vezes ocupou suas terras, opondo-se ao projeto da Cooperativa em manter a produção da cana, por considerá-la um símbolo de exploração dos trabalhadores. Ao longo dos anos, ocorreram enfrentamentos, alguns incluindo a ação da polícia para a reintegração de posse, revelando a contradição da luta de trabalhadores contra outros trabalhadores, como destaca também Kleiman (2008). Mas, como relatado por vários trabalhadores entrevistados, esses conflitos foram sendo superados pela aproximação do MST e de outros movimentos sociais atuantes na região ao Conselho de Gestão do projeto cooperativo da Usina. Com isso, a luta dos trabalhadores de Catende conseguiu articular, até de forma inédita, movimentos sociais e sindicais, como ressalta Elenildo Correa Pena, trabalhador rural assentado, ex-presidente da Cooperativa, em 2014:

Briga interna sempre teve em Catende. O problema depois foi que as questões foram além das brigas internas. Os movimentos, o MST, a FETAPE, eles sempre brigaram, porque isso é nacional, essas disputas. Os movimentos sociais, cada um tem suas atribuições. Só que aqui em Catende, esses conflitos tinham sido superados. As disputas entre MST, FETAPE, com CONTAG, com CUT, aqui era tudo apoiador. O MST no começo não era, mas depois ele entendeu e começou a participar das reuniões. A disputa ficou lá, mas aqui era todo mundo junto. Eles não concordavam com o assentamento coletivo, mas depois nós conseguimos convencê-los de vir para dentro, participar e junto fazer a avaliação de como estava andando o projeto. Inclusive para ver se valia a pena o que a gente estava fazendo ou não. Aí nós dizíamos: vocês venham para dentro e observem, se tiverem alguma coisa melhor, apresentem, quem sabe se vocês apresentarem alguma ideia melhor que essa, a gente vai pela proposta de vocês. No fim, eles não viram também outra alternativa, então restava a eles apoiar. Jaime Amorim, do MST, e Aristides [Veras dos Santos], da Contag, quando era para discutir Catende, eles estavam juntos de mãos dadas. Coisa que não se via há muito tempo.

Também sobre a superação desses conflitos entre os movimentos sociais, no processo de construção da autogestão em Catende, avalia Bruno Ribeiro, advogado da FETAPE, assessor dos trabalhadores, em entrevista em 2014:

Houve um determinado momento que os movimentos estavam disputando espaço, aqui e nacionalmente. Disputar migalhas que caíam no chão. Isso data de 10 anos atrás, quando datam as dificuldades entre MST, FETAPE e Catende, mas felizmente isso ficou para trás. Todos temos trabalhado de uma maneira muito sintonizada e articulada hoje. Estamos todos vivendo os efeitos das mesmas coisas, então você tem que se unir para não afundar. Os movimentos deixaram para trás essas disputas e tem a percepção de que defendem em comum um modelo mais solidário e sustentável de produção, e que enfrentam juntos o modelo exportador e do agrotóxico, a retomada da concentração fundiária, então passaram a ter uma agenda comum e mais unida em Catende, em Pernambuco e no país. (...) Então, não é que o MST repense sua relação com a cana, mas entendeu que o eixo de Catende era: nós precisamos produzir e industrializar. (...) A defesa da reforma agrária de muitos anos para cá não é a defesa só do acesso à terra, é também a defesa do acesso ao crédito, à educação, à assistência técnica e também ao processo produtivo industrial. (...) Então, não é uma revisão do MST em relação à cana, mas é um novo modelo que hoje os trabalhadores postulam: queremos terra, queremos plantar lavoura, queremos diversificar, queremos industrializar. Exigimos educação e assistência técnica. Essas vertentes hoje unificam os movimentos sociais da terra, particularmente o MST, a FETAPE, ou seja, a FETAG, que é o sistema CONTAG.

Avaliando as conquistas que tiveram no período em que atuaram pela recuperação da Usina, após o afastamento dos usineiros, alguns trabalhadores do campo e da indústria, afirmaram que, mesmo com muitas dificuldades e contradições, havia uma experiência de autogestão dos trabalhadores em Catende, ou seja, a construção de uma “Usina sem patrão”:

Catende foi uma luta grande. Foi uma experiência grande que nós passamos. Para quem entendeu, foi uma experiência de autogestão. Eu gostei muito, porque o trabalhador participa, o trabalhador conversa, discute, mostra, tem espaço para ser acatado. A experiência melhor que eu tive na minha vida foi essa, de trabalhar em autogestão (Edvaldo Ramos da Silva, 58 anos, mecânico, operário, sindicalista e diretor industrial da Cooperativa, em 2014).

Era autogestão sim, mas não era 100%, porque aqui nesse Assentamento era impossível de se manter todas as famílias atualizadas e compreendidas, pelo tamanho, pela questão da vivência que se tinha antes no tempo dos usineiros. Mas se investia muito forte nessa questão da autogestão sim, da Usina autogestionária, da Usina sem patrão (Elenildo Correa Pena, 37 anos, trabalhador rural assentado, ex-presidente da Cooperativa, em 2014).

Diante da história de luta dos trabalhadores, em busca de fazer uma síntese das principais conquistas e também das expectativas envolvidas na experiência de resistência de Catende, Faria (2011) analisa:

O Projeto Catende, pelo que já realizou em termos de mudança das relações de trabalho e de cultura política, vai muito além de uma simples recuperação de empresa falida, pois alcança a dimensão de um projeto alternativo de desenvolvimento econômico, social, cultural e político para a região da Zona da Mata pernambucana. Vale destacar, no entanto, que este projeto apresenta como diferencial, até mesmo em relação aos projetos de assentamento de reforma agrária, o fato de manter a terra e todas as instalações da Usina como propriedade social da totalidade dos participantes do projeto. Assim, no campo, articulam a agricultura familiar com a lavoura da cana em terras comuns (Faria, 2011, p. 462).

Todavia, é importante também ponderar os novos desafios que surgiram após a reforma agrária na relação entre os grupos sociais que compunham internamente a Usina, especialmente entre trabalhadores do campo e da indústria. A desapropriação das terras sem a desapropriação da fábrica contribuiu para gerar desgastes na relação entre os trabalhadores, reforçando e dando novas feições ao histórico conflito entre campo e indústria, bastante útil à dominação de classe, que Catende havia em grande medida superado, como vimos anteriormente.

Em 1993, a grande demissão dos 2.300 trabalhadores foi no campo, mas o trabalhador da indústria sentiu que logo a crise chegaria na indústria também. Então, não teria para onde correr e isso uniu campo e indústria. (...) Mas depois surgiram umas disputas, pelo seguinte: o trabalhador rural era quem trazia o recurso do campo para a indústria. Porque a Usina não tinha onde buscar recurso e o trabalhador rural, por ele ser assentado, ele tinha a chance de buscar os recursos do Pronaf. Então, eles começaram a achar que eram os donos daqui e que os operários da indústria eram apenas empregados deles. Alguns trabalhadores, não todos, mas tinha essa briga. (...) A gente dizia: vocês trazem o recurso, mas a gente que faz o açúcar! (...) O operário não queria ficar atrás, porque ele sabia que não trazia recurso, mas não queria mais ser humilhado, porque já tinha sido muito humilhado pelos usineiros, não queria mais passar por isso. Mas era uma briga sem fundamento. (...) Mas isso vinha quando tinha que discutir pagamento. (...) Quando não dava para pagar todo mundo, na reunião para decidir quem vai pagar primeiro, como o campo tinha sempre mais gente, mais lideranças participando, porque tinha 5 sindicatos, mais os representantes das associações dos engenhos, eles tinham sempre maior número, e na hora de cortar, eles queriam sempre cortar para o lado da indústria. Eu e mais

dois operários da indústria, a gente sempre era minoria para puxar para o lado da indústria. (...) Quando não se tem patrão, a gente tem que dividir tudo, né? O patrão não, ele enche o bolso e o resto que fique para trás, mas numa empresa que não tem patrão e o patrão é a gente mesmo, se tem um pão, tem que dividir para todo mundo, pra ninguém ficar de boca vazia. Então, a briga maior era essa. Porque tinha momentos que a gente tinha que escolher, ou pagava o Pronaf, ou pagava os salários do inverno. A gente tinha que escolher: vamos comer cesta-básica hoje, mas nós sabemos que daqui a dois meses o governo renova os créditos e a gente põe os pagamentos em dia. Isso era para todo mundo, mas às vezes tinha umas lideranças que queriam puxar mais para o campo. (...) A gente sempre tentava chegar num equilíbrio, mas na verdade o trabalhador rural estava crescendo mais que o operário. Porque o trabalhador rural começou a plantar para ele, e chegava no dia do pagamento ele ia para o caixa receber o salário e depois ia no outro caixa receber o dinheiro da cana que ele moeu. Então, ele tinha uma sustentação maior que os operários. (...) O trabalhador da indústria não tinha outra renda, sua renda vinha só do seu salário. Então isso gerou um desequilíbrio entre os trabalhadores do campo e da indústria. Mas a gente estava tentando resolver isso, planejando criar pequenas fábricas para a Usina, para que também o operário tivesse uma opção para complementar a sua renda e também para empregar a sua família. Porque também tem outra coisa: o emprego que tinha em Catende era a Usina. Então, tinha muitos casos de operário da Usina com filhos parados em casa. No campo, a família podia trabalhar nas terras. (...) Por exemplo, a gente já estava montando uma fábrica de ração, que podia estar dando certo hoje. A gente tinha também o pensamento de montar uma fábrica de tijolo. Quer dizer, o trabalhador da fábrica também poderia trazer a família dele para trabalhar e ter um pão melhor na mesa. Com o pessoal do campo, isso já estava estabelecido, com os filhos e as mulheres deles trabalhando nas lavouras deles, na Cana de Morador. O operário não, só tinha o salário dele para manter a família, mas isso a gente já estava vendo como resolver (Edvaldo Ramos da Silva, operário, mecânico, sindicalista, em entrevista em 2014).

Acrescentando também sobre esses conflitos, relata outro operário, Ednaldo José da Silva, 52 anos, que trabalhava na hidrelétrica e era assentado, por viver com a família em um engenho:

Depois de 10 anos da falência entrou um novo síndico, o Marivaldo, com a proposta de formar uma cooperativa. Foi bom no começo, mas depois foi dando errado e as coisas começaram a desandar. Nessa época, o INCRA desapropriou os engenhos e a gente passou a ser assentado. Começou a ir mal porque a Cooperativa contratou muita gente, colocou muita gente para trabalhar e então causou

aquela rivalidade entre a indústria e o campo. Antes não existia tanta rivalidade porque o antigo síndico, Dr. Mario Borba, ele mantinha aquela ordem, ele dizia: é assim e pronto, e a gente aceitava. Na época do Marivaldo, ele resolveu fazer algumas mudanças: ele fez o assentamento na parte do campo e começou a gerar ciúmes dos operários, que não receberam terra. Eu era o único operário que também era assentado, por que minha família morava na parte do engenho, perto da hidrelétrica. Depois também o pessoal do campo começou a dizer que os operários ganhavam mais. Teve caso de operário que botou fogo na cana de assentado. O pessoal reclamava quando vinham as cestas básicas do INCRA e não vinham para os operários. Pronto, daí não teve mais união. (...) Além disso, tinha o plano de que tudo seria desapropriado, o campo e a Usina, e tudo viraria da Cooperativa. Os que apoiavam, defendiam que se formaria um coletivo entre os trabalhadores do campo e da indústria e seria melhor, não fecharia a Usina, que continuaria a plantar e moer. No campo eles aceitaram porque os sindicatos deles disseram que iria dar certo. Mas tinha muitos que não concordavam com a Cooperativa, principalmente aqueles mais velhos, que eram a maioria dos operários, tinha só uma pequena parte dos operários que aceitaram a Cooperativa. A maioria não aceitou, porque pensava que quando isso acontecesse, tudo virasse cooperativa, nós seríamos demitidos e iríamos perder os tempos de serviço e os direitos, como na verdade agora aconteceu para todo mundo. Era esse o motivo porque não queriam a Cooperativa, mas no fim nós perdemos tudo, não ficou nem Cooperativa, nem Usina, nem nada.

Sobre os desafios para transformar a cultura açucareira de subordinação e dominação, romper com as relações sociais de semiescravidão para a criação de novas relações sociais de autogestão, também avaliam as irmãs franciscanas Sandra e Marisa, que atuam com trabalhadores e assentados na região de Catende, em entrevista realizada no Bairro Quilombo II, em 2014: “a cana produziu uma cultura de subordinação terrível, avessa a qualquer autonomia do trabalhador e baseada na expectativa de ajuda de alguém de ‘cima’, que faça algo por eles, por quem dedicarão lealdade eterna, sem reflexão”. Com isso, ressaltam os obstáculos para criar uma nova cultura política, que rompa com a apatia de participação e contribua para que os trabalhadores se apropriem da construção de suas histórias de vida, por exemplo, reconhecendo-se hoje como donos das terras do Assentamento Miguel Arraes.

A diversidade de grupos sociais, do campo, da indústria, da administração, e dos sujeitos políticos, sindicatos, movimentos sociais, partidos, governos, que buscavam articular-se através do Conselho de Gestão, seguiu um grande desafio ao

longo de todo o tempo, apesar das grandes conquistas realizadas, colocando tensões entre as antigas estruturas de produção e as novas estruturas de gestão política. A organização política interna de Catende envolveu as diferentes formas de organização dos trabalhadores criadas na história: sindicatos, associações e uma cooperativa. Todas elas, inclusive por suas enormes dimensões populacionais e territoriais, baseavam-se principalmente na representação e enfrentavam dificuldades para alcançar uma maior participação dos trabalhadores, com desafios à criação de relações autogestionárias e cooperativas de trabalho. Essas dificuldades resultavam principalmente das relações sociais de dominação da “civilização do açúcar”, mas também receberam novas significações no modelo de representação sindical, com forte presença e influência na organização de Catende.

Ao longo dos anos, diversas estratégias foram criadas para enfrentar as inúmeras dificuldades encontradas na luta para aprofundar a democracia e a participação dos trabalhadores na recuperação da Usina, mas também para fortalecer a resistência política externa frente às disputas com os setores historicamente dominantes da produção canavieira em Pernambuco, usineiros, proprietários de terras e seus “braços” no Estado. Em uma região marcada profundamente pelo patriarcalismo e o coronelismo, a emergência de um projeto de gestão coletiva pelos trabalhadores de um imenso complexo agroindustrial cooperativo de produção de açúcar foi uma enorme ousadia, que se tornou foco de grandes embates políticos. Como ressalta Arnaldo Liberato, em entrevista em 2012:

Aqui foi diferente de tudo que aconteceu na região, pois aqui os usineiros não levaram as terras e nem o dinheiro, como fizeram em todos os outros casos de usinas que faliram. Foram 18 que quebraram na mesma época, e os usineiros venderam, arrendaram, saíram pra fora, pra Goiás, pra São Paulo, pra Minas. Essa foi a única que não saiu, nem a Usina, nem o dono levou o dinheiro da terra, nem pôde arrendar. Pela falência, conseguimos isso. Esse diferencial foi importante, mas também despertou um certo ranço do setor, do próprio judiciário e dos setores políticos atrasados, o coronelismo da região não tolerou essa história. Nos outros casos quem perdeu foram sempre os trabalhadores, aqui não, por muito tempo resistimos, hoje ficou pelo menos a terra, que conseguimos desapropriar com o Governo Lula.

Sobre o permanente enfrentamento com as classes dominantes da região canavieira, avalia também Elenildo Correa Pena, trabalhador rural, assentado, ex-presidente da Cooperativa:

A grande briga era com os próprios usineiros da região, que diziam que as coisas só tinham facilidade para Catende. Com o governo fe-

deral, mas também antes na época do Governo de Arraes. A outra coisa era, se esse projeto der certo, será que isso não vai pegar nas outras usinas por aí? Se esse modelo der certo, de usar o dinheiro de trabalhador para recuperar usina velha e eles tomarem conta? Então, tinham essas leituras que eles faziam. De todo jeito eles tentaram matar Catende, davam um preço mais alto para a cana, para tentar fazer os produtores levarem a cana daqui para as outras usinas, era para matar Catende. Depois, quando o preço do açúcar estivesse lá embaixo, eles pagavam o que queriam. (...) Sempre teve essa disputa com os usineiros da região.

Acrescentando sobre esses conflitos políticos com as históricas classes dominantes açucareiras, também avalia outro trabalhador, mecânico e operário da Usina Catende, ressaltando que eles se relacionavam diretamente com as suas conquistas:

Eu vi trabalhador rural vir aqui no escritório da Usina discutir preço de cana, discutir preço de adubo, preço de frete. Ele vinha aqui como se fosse um fornecedor de cana, vinha discutir coisa grande. Então, ele não era mais só aquele camponês que ficava só lá cortando cana. Eu vi isso muitas vezes. Vi trabalhador chegar aqui de carro. Trabalhador comprando caminhão para escoar os produtos dele. Trabalhador com 500 até mil toneladas de cana. Com isso, ele não estava rico, mas estava bem situado. Ele estava com outro discurso. Isso trouxe muita inveja, e mesmo alguns trabalhadores ficaram contra, e os usineiros principalmente ficaram muito contra. Pensavam: Epa, isso vai terminar chegando na gente também! (...) Então, tinham essas pessoas do contra, mesmo dentro dos engenhos, gente que eu acho que vinha a mando de algum usineiro, porque os usineiros se preocupavam muito com Catende, porque se esse projeto desse certo, ele serviria de modelo para o Estado todo! Nenhum usineiro concordava com o projeto Catende, nem o meu sindicato dos operários concordava com o projeto Catende. Eu era diretor sindical, mas o meu presidente não concordava com o projeto. Ele não era usineiro, mas fazia o jogo dos usineiros. Ele batia muito comigo, porque eu defendia o projeto. (...) Ele era mandado pelos usineiros para acabar com esse projeto. Então, tinham esses que eram contra, e fizeram a cabeça de muita gente aqui, que hoje se arrepende (Edvaldo Ramos da Silva, mecânico, operário, sindicalista e diretor industrial da Cooperativa, em entrevista em 2014).

Esses conflitos de classes, opondo usineiros e trabalhadores, marcaram fortemente a visão que se formou entre os moradores das cidades na região de Catende. Durante a pesquisa de campo, fiz contato com alguns moradores, comerciantes, empregados da Usina e também antigos e novos políticos da região, especialmente

no entorno da Usina. Como expressa o relato a seguir, a questão política sempre esteve muito presente em Catende:

Se você for olhar na parte histórica, tudo em Catende é relacionado à Usina, todo o poderio aqui da cidade sempre foi a Usina. Até no carnaval, todos os blocos eram da Usina. (...) A Igreja, a Usina que fez e doou para a cidade. O prédio da Prefeitura, ela que fez e doou para o município. Os colégios, ela que fez. Os clubes todos foram construídos pela Usina. O Cinema. Os jornais eram apoiados pela Usina, como o Correio de Catende. A Policlínica, que foi muito importante, era mantida pela Usina. O futebol. Os escoteiros. Tudo. (...) Então as questões políticas aqui sempre envolveram a Usina. (...) Hoje aqui em Pernambuco é muito polarizado. (...) Nessa eleição, está muito acirrado entre PT e PSB. O Prefeito de Catende é do PSB e apoia os candidatos do Eduardo Campos. (...) Aqui é diferente do restante do Nordeste, onde é PT disparado, por causa do Eduardo Campos. (...) Também o Arraes, avô dele, marcou muito essa região (Eduardo Menezes, 32 anos, funcionário da prefeitura de Catende, historiador, em entrevista em 2014).

Entre as entrevistas com a população local, conversei com um ex-prefeito da cidade de Catende, Odorico Freire. Em seu segundo mandato na Prefeitura (1993 a 1996), iniciou-se a luta dos trabalhadores pela recuperação de Catende, sendo que havia sido prefeito da cidade anteriormente (1983 a 1988). Na sala de sua casa, onde me recebeu, havia diversas fotos dele com Miguel Arraes, uma foto do “Tenente” da Usina Catende e também uma foto de Gregório Bezerra, que segundo relatou-me, havia sido seu hóspede, quando esteve em visita à região. Quando perguntei sobre a recuperação da Usina pelos trabalhadores, seu discurso foi um retrato – em parte inusitado, porque também carregado de contradições, inclusive pela presença das imagens citadas na parede de sua sala – da visão dominante na elite da cidade, saudosista do “tempo dos usineiros”, totalmente contrária à Cooperativa, à reforma agrária e às mudanças que ocorriam em Catende:

Na época, a ideia que o Dr. Arraes tinha era botar essa Usina para funcionar na mão do trabalhador. Lamentavelmente, o caminho seria uma cooperativa, mas essa cooperativa foi um engodo, foi só mentira. Enganaram o Dr. Arraes, enganaram a mim que era Prefeito, e no final das contas, enganaram o trabalhador, que foi o mais prejudicado, e também toda a cidade de Catende. (...) A ideia era fabulosa porque você já pensou em um país capitalista como o nosso, uma usina sair da mão do capitalista, do usineiro – quando a gente fala em usineiro, só quem viveu numa cidade dominada por Usina é que sabe o significado dessa palavra, aqui a gente foi acostumado com “eu quero, eu mando, eu posso”. O usineiro era a pa-

lavra que existia nessa região toda, ele era o Deus dessa região. Então, o que aconteceu, o Dr. Arraes, de uma inteligência fecunda (...) teve essa ideia. Eu era o Prefeito, e a usina na pré-falência acabou na mão do trabalhador, que era o projeto do Dr. Arraes. Agora, o que o Dr. Arraes pensou era que a Usina realmente iria andar. (...) Foi uma euforia, todo mundo satisfeito, a Usina começou a moer na mão do trabalhador. Os trabalhadores da Usina enfrentaram cheias, enfrentaram incêndio, passaram fome, mas seguraram a Usina. Em todo canto, tem gente sabida e lamentavelmente foi o que passou em Catende. Não foi o povo de Catende, mas de outros lados, que acabou com a Usina. Foi um negócio tão escandaloso que todo tipo de projeto inventaram aqui, inventaram projeto de flores, projeto de peixe, de tudo, enfim, até ideias boas, mas na prática era só pra pegar dinheiro, porque era dinheiro fácil que vinha do governo federal, do governo estadual, mas principalmente do governo federal. Eu sei que vinha muito dinheiro fácil para essa Cooperativa, e dessa Cooperativa a gente não viu foi nada. No fim, até CPI teve que responder na Assembleia Legislativa. (...) Não achou nada, porque não quis dar nome aos bois, não foi avante a CPI, mas a questão é política, o interesse aí era só de manipulação. Catende era uma fábrica de votos! E no fim, a Usina está fechada e enferrujando, não volta a funcionar mais, e a ironia é que no final terminei eu processado por causa da Usina Catende. (...) Na mesma CPI que era para incriminar o Dr. Arraes e o Eduardo Campos, do dinheiro que foi mandado para a Usina. (...) No fim, o trabalhador daqui que foi a vítima, eles que ficaram desempregados. (...) Então, o que a gente vê muito nesse país hoje é isso, muita corrupção, nesses 12 anos principalmente. Muito roubo, muitos “mensalões”, e aqui em Catende a história é essa. (...) Eu mesmo passei muito dinheiro pela Prefeitura para essa Usina, mais de 3 milhões de reais, na época do Dr. Arraes. (...) Mas essa Cooperativa, junto com o pessoal de Recife, eles acabaram com a Usina. (...) Faz 20 anos que a Usina saiu da mão dos donos, que não deveria nunca ter saído! (...) Isso aqui foi um negócio indecente. Um engodo, isso é que é verdade. (...) Até venderam as terras para o INCRA. O INCRA na minha opinião é pior do que os Sem-Terra, porque os Sem-Terra pelo menos plantam, têm alguma agricultura familiar. Mas o INCRA, depois que sai das terras, como a gente vê em muitos lugares, não nasce nem capim! Porque no INCRA é só comilança. Está aí para provar, as terras todas abandonadas. Não é do INCRA? Hoje não tem nada mais (Odorico Freire, 70 anos, ex-Prefeito de Catende, em entrevista em 2014).

É importante analisar, como destaca uma moradora vizinha à Usina: “em Catende todos e tudo têm relação com a Usina”. O município de Catende possui atualmente cerca de 40 mil habitantes, e foi criado a partir de um pequeno vilarejo, que se constituiu, no fim do século XIX, em torno de uma feira. Com a construção da

Usina, foi também criada uma vila operária com 200 casas, e toda a estrutura da cidade. Nesse contexto, a população urbana de Catende foi formada principalmente pelos operários e empregados da Usina, sendo que esses últimos constituíram a elite da cidade, historicamente com muito poder e privilégio. A oposição e o enorme distanciamento da população do entorno à luta dos trabalhadores de Catende é fruto dessas relações de consentimento e de dominação seculares da cultura açucareira, que hoje ainda persistem, inclusive com certo tom de nostalgia, no contexto de decadência da cana na região.

Cabe também destacar que após o fim do terceiro mandato de Arraes, durante o Governo de Jarbas Vasconcelos (2000-2004), como citou o ex-prefeito de Catende, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco para investigar a Usina Catende. Esse episódio, parte da reação do novo governo ao que considerava um projeto político de Arraes, como destacam alguns entrevistados, foi uma ação focalizada contra a experiência dos trabalhadores em Catende, posto que não foi aceita a solicitação apresentada à CPI de inclusão na investigação das demais usinas em falência do Estado e que haviam recebido recursos dos governos estadual e/ou federal. Todavia, a investigação acabou significando “um atestado de lisura do projeto dos trabalhadores”, como afirmaram alguns trabalhadores, porque a comissão não encontrou irregularidades.

No enfrentamento desses embates, trabalhadores e sindicalistas ligados à Catende também passaram a disputar espaço político nas eleições locais e estaduais, sendo que alguns foram eleitos vereadores, deputados estaduais e também prefeito. Esse é o caso de Marivaldo Silva de Andrade, 49 anos, trabalhador rural, sindicalista e ex-síndico da massa falida de Catende, eleito em 2012 prefeito pelo PT de Jaqueira, uma das cidades do território da Usina, como consequência de sua trajetória na luta dos trabalhadores de Catende.<sup>46</sup> Partindo da análise de que o poder público esteve historicamente sob a hegemonia das classes dominantes, e

---

<sup>46</sup> Como relata Cícero José Jordão da Silva, “Guará”, trabalhador rural assentado, em entrevista em 2014: “Marivaldo nasceu e criou-se aqui nesse engenho de Bálamo da Linha, da Usina Catende. Trabalhei mais ele cortando cana. Ele até tem um dedo meio decepado que ele cortou aqui. (...) Hoje ele mora em Jaqueira, mas todo dia vem aqui, o sonho dele é ter uma casa e vir de volta para cá. A Dona Helena, mãe dele, morava lá na casa onde hoje mora a irmã dele. Faz pouco tempo que ela morreu, ela era muito gente fina. (...) A morte dela quebrou as pernas de muita gente aqui, pois ela era como uma segunda mãe que foi-se embora. (...) O Marivaldo entrou nessa luta do sindicato, foi presidente do sindicato, depois foi juiz classista. (...) Foi síndico de Catende e agora é Prefeito de Jaqueira. E tá virado trabalhando. Eu mesmo estou aplaudindo o serviço dele no município. Para mim, se a pessoa paga, cuida da saúde e cuida da educação, já fez tudo. E ele tá fazendo isso, está pagando, fazendo para a saúde e para a educação”.

com isso, afastado e contra os trabalhadores, a entrada na disputa política-eleitoral foi uma importante conquista. Todavia, também com contradições, que resultam, por exemplo, do fato de que no atual contexto político, com o PT enfraquecido em Pernambuco, a eleição para a prefeitura de Jaqueira contou com a aliança formada com um grupo político de uma oligarquia local, ligada atualmente ao PSB, que havia criado há 19 anos o município de Jaqueira, e decidiu apoiar um candidato dos trabalhadores, sindicalista, para fazer frente a um grupo político de “fora”, que se fortalecia na região, ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Essas contradições tornaram-se mais complexas quando nas eleições para governador e presidente, em 2014, o prefeito não apoiou a coligação de seu partido (PT) para Pernambuco, cujo candidato, Armando Monteiro, do PTB, usineiro e dirigente do Sindaçúcar, corporificava as classes dominantes frente às quais os trabalhadores de Catende haviam se levantado, como também o partido de seu opositor político no município.

Essas contradições e embates políticos-partidários também precisam ser analisados em suas correspondências com o contexto político nacional, marcado por alianças entre sindicalistas e oligarquias, que seguem desafiando as interpretações sobre o Brasil atual. Como também é importante avaliar as relações dessas disputas políticas-partidárias com a intervenção da Justiça em Catende, ocorrida em 2009, da qual trataremos adiante.

Sobre a sua trajetória política, avalia Marivaldo Silva de Andrade, trabalhador rural, sindicalista, ex-síndico de Catende e atual prefeito de Jaqueira, em entrevista em 2014:

A gente termina se envolvendo também nessa parte política, pelos sonhos que acredita e porque a política se colocada com boa fé é uma forma importante para transformar determinadas realidades. Como a gente observa no Brasil recente, quantas políticas foram criadas em favorecimento das pessoas mais desprovidas. As políticas sociais, mesmo de forma transitória, chegaram para aliviar a pobreza, e hoje com o fim de Catende, são fundamentais para a nossa região. Temos, por exemplo, 2 mil beneficiários do Bolsa Família aqui no município de Jaqueira, que gera um incremento de 300 mil reais por mês no município. O melhoramento e os apoios para a agricultura familiar, com o Pronaf, as universidades, com o Prouni, tudo isso é um direcionamento de governo, que chegou ao povo, a nossa juventude. Antes os trabalhadores não tinham essa possibilidade. Dentro disso, a gente está trabalhando aqui na nossa cidade de Jaqueira, que faz parte do contexto de Catende. Sempre participamos do Partido dos Trabalhadores. (...) Cheguei a disputar outras

eleições aqui e não ganhei, mas agora deu certo. (...) Estamos procurando fazer o melhor e tem tido uma aprovação de 80% (...) Na parte da saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, na infraestrutura, no saneamento básico, também na parte de pavimentação. (...) Na saúde, por exemplo, o programa Mais Médicos tem sido uma referência, com aprovação de praticamente toda a nossa população. Então, são coisas boas, que a gente está chamando para ajudar nessa transformação. Nossa cidade é pequena, tem 12 mil habitantes, e estamos seguindo dentro desse conceito das políticas públicas, dentro da transparência que é muito importante. (...) É um experiência nova, um grande desafio, e a nossa experiência no projeto Catende ajudou muito para enfrentar as dificuldades de ser gestor público hoje, que não é fácil.

É interessante lembrar que o orçamento do município de Jaqueira é muito menor do que era a receita bruta operacional anual da Usina Catende, que alcançava mais do que a soma da transferência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), repasse constitucional da União para os cinco municípios de sua abrangência, como indicado anteriormente.

Ainda no campo da resistência política, havia uma grande oposição da população local ao projeto dos trabalhadores em Catende. Tal fato explicitou-se, por exemplo, em conversa com um jovem historiador, que conheci na visita à cidade, que havia recentemente escrito um livro sobre as memórias do município. Apesar de expressar uma perspectiva crítica à história de exploração do trabalho na economia açucareira, relatar sua filiação ao PT por identificação política com as lutas sociais, pela qual inclusive contou sofrer hoje perseguição política, ao falar da Usina Catende, seu discurso reproduziu a perspectiva predominante de que “era melhor ela ter continuado na mão de seus donos, os usineiros”, sem considerar o fato de que eles próprios haviam conduzido a Usina à falência no início de toda essa história. Essa é a mesma visão de vários outros moradores com quem conversei no entorno da indústria, como Seu Mariano, ex-empregado da administração da Usina, aposentado desde 1992:

Na minha visão, eu achava melhor quando eram os donos da Usina. Quando é o dono, é sempre melhor, pois existe interesse próprio em fazer andar. Quem não é dono não tem interesse. (...) Aqui era uma Usina equilibradíssima, uma das maiores do país, pioneira na cana de açúcar no Brasil e no exterior, a maior da América Latina. Então, eu penso que com os donos era bem melhor.

Assim, tomada pelas urgências da luta pela recuperação da produção, do trabalho e da renda, a Catende dos Trabalhadores pouco sensibilizou a “opinião pública” local.

Ao falar dessas dificuldades de aproximação da população do entorno da Usina à luta dos trabalhadores de Catende, Lenivaldo Lima, assessor na área de educação, avalia: “Aqui, as relações de vizinhança sempre valeram muito mais do que qualquer ideologia. Teria sido muito importante se a gente tivesse conseguido formar mais a opinião pública da região sobre a luta dos trabalhadores de Catende, especialmente os jovens, mas não conseguimos”. Ele acrescenta que isto resulta da “maldita herança da escravidão”, ainda viva no último país do mundo a realizar a sua abolição.

É importante analisar que a construção da autogestão em Catende, como também avalia Kleiman (2008), teve origem na necessidade e na luta concreta pela sobrevivência, por direitos e pela recuperação e manutenção do trabalho, que formam os dois primeiros campos de resistência dos trabalhadores. Tal como estes, o terceiro campo de resistência política e de construção da autogestão constituiu-se, não pelo planejamento e teoria, mas pela prática, como um meio de luta dos trabalhadores de Catende frente aos conflitos internos e às pressões externas, principalmente das classes historicamente dominantes na economia canavieira. O acesso, ainda que limitado ao Estado, pelas relações com governos, inicialmente estadual e depois federal, e a conquista de visibilidade em espaços políticos nacionais e internacionais, também com universidades, organizações sindicais e sociais, somaram desafios às tensões internas e externas.

Nesse contexto de disputas políticas, como analisa Marivaldo Silva de Andrade, em entrevista em 2014: “Pernambuco tinha duas trajetórias, dois projetos de desenvolvimento para escolher: Catende ou Suape. O segundo ganhou, e Catende foi destruída”.

Com o colapso do modelo secular sucroalcooleiro, os questionamentos e a percepção de ilegitimidade do sistema secular de dominação imposto aos trabalhadores, emergiu a luta de Catende, que ao longo de vários anos enfrentou diversas dificuldades na criação de novas bases produtivas e políticas, que pudessem conferir legitimidade interna e externa a um novo modelo de produção cooperativo. A progressiva ampliação da participação e da democracia, em contraste com a secular violência e repressão, permitiu vir “à luz do sol” conflitos entre os grupos sociais da própria Usina, anteriormente controlados e úteis à dominação. Buscando estratégias de diálogo e conciliação, que substituíssem a coação, característica fundamental da ordem social açucareira, pela convicção em um projeto comum de agroindústria cooperativa, houve importantes avanços, mas também persistiram inúmeras contradições.

Os novos desequilíbrios gerados pela desapropriação da terra, sem a desapropriação da indústria, criavam conflitos entre os trabalhadores, que em sua visão poderiam ser superados quando fosse efetivada a propriedade coletiva dos meios de produção, ou seja, da indústria, que todos entendiam como parte das condições básicas para o desenvolvimento do projeto cooperativo agroindustrial de Catende.

As relações de exploração e dominação, mas também de dependência e submissão, que historicamente impuseram-se pela violência e pelo medo, como também se legitimaram entre os empregados e a população da cidade no “governo local de fato”, colocando em prática a “política de pão e circo”, como destaca um operário ao caminhar pela cidade e relatar que “muita gente aqui sente até hoje saudades dos usineiros” e vive da nostalgia dos “tempos áureos de Catende”. As dificuldades enfrentadas em romper a reprodução dessas relações sociais secularmente autoritárias, dentro da própria Usina e também em seu entorno, tornaram a experiência dos trabalhadores mais vulnerável no momento da intervenção da Justiça.

#### O “BOTE” DO JUIZ E O FECHAMENTO DA USINA

Em agosto de 2009, a Usina Catende sofreu uma intervenção da Justiça, que determinou o afastamento do então síndico da massa falida, trabalhador rural, sindicalista, Marivaldo Silva de Andrade, após uma vistoria do Ministério Público do Trabalho (MPT), que acusou a sua gestão de irregularidades e de descumprimento da legislação trabalhista.<sup>47</sup> Sobre o episódio, que significou a ruptura da relação de parceria entre a Justiça e o projeto de recuperação de Catende, relata um operário<sup>48</sup>, em entrevista em 2014:

No mês de fevereiro de 2009, a Usina tinha que pagar algumas dívidas e não teve dinheiro para fazer os pagamentos. O que aconteceu: o síndico chamou a gente e disse: “Olha, não vai ter dinheiro para ninguém, vamos arrumar algumas cestas-básicas e pagar as dívidas com o governo.” E foi tudo bem. Mas não sei como essa conversa chegou na Justiça. Só sei que quando o caminhão chegou e estavam descarregando as cestas-básicas para a gente, alguém chegou e

---

<sup>47</sup> Cabe destacar que ao longo dos 16 anos de administração judicial, no período de mandato dos três síndicos, várias auditorias foram realizadas. Além do fato de que estes síndicos prestavam contas da gestão regularmente à Justiça e ao Ministério Público, sem haver qualquer indicação de irregularidade.

<sup>48</sup> Optou-se por retirar os nomes dos autores das falas citadas nessa sessão, por considerar que poderiam expor inadequadamente alguns trabalhadores, inclusive por citarem denúncias a representantes do poder público.

tirou umas fotos e levou para o juiz. (...) O juiz imediatamente chamou a polícia federal e na hora não teve questão, ele ordenou: tirem o síndico, que era o Marivaldo. A acusação era que ele estava pagando salário com cesta-básica. Na realidade, aconteceu isso e ele tinha explicado. Mas alguém que era contra ele acionou a Justiça. (...) O resultado da história é que tiraram o síndico e colocaram outro no lugar, aí é que foi o problema. Quando esse outro chegou, chamado Dr. Carlos, mandado pelo juiz, falou tanto que a gente disse: “o homem de Catende vai ser esse!”, e foi justo o contrário. Ele chamou todos os operários, disse que uma coisa dessas não podia acontecer, trabalhar e não receber, e a gente batendo palmas para ele. Foi aquela festa. Mas foi só engano. (...) Ele moeu a primeira safra, tudo bem, mas quando foi a outra, ele terminou a safra, e deu o “bote”, pegou o açúcar todinho, fechou a Usina e foi embora. Foi embora sem pagar ninguém. (...) A gente continua até hoje sem receber nada, nem salários atrasados, nem fundo de garantia, nada! (...) Esse Dr. Carlos foi até preso com R\$ 8 milhões que era dinheiro da gente, saiu no jornal foto e tudo. Mas a gente continua sem receber nada. (...) Mais de 3 mil famílias de trabalhador nessa mesma situação, sem receber nada.

Sob a determinação do juiz Silvio Romero Beltrão, titular desde junho de 2007 da 18ª. Vara Cível da Justiça do Estado, responsável pela falência da Usina, a intervenção em Catende, como avaliam vários trabalhadores, teve motivações políticas. Como ressalta também um trabalhador do campo, sindicalista, membro da diretoria da Cooperativa, em entrevistas em 2014:

Foi questão política que acabou com Catende. Foram fazendo várias denúncias, e no final tomaram uma posição, dizendo que a Usina não tinha condições de andar com os seus pés fortes no chão, pelas pendências que ela tinha. Mas na verdade, não tinha porque tirar o Marivaldo e a Cooperativa, nem mexer com os trabalhadores que estavam tentando tocar a Usina para frente. Mas no momento que a coisa juntou, o governador, por questão política, por essas coisas de brigas políticas e partidárias, botou na cabeça que todo mundo estava roubando, desviando dinheiro da Usina e tomou a decisão, junto com o Juiz, de vir para cima. Mas nada disso estava acontecendo, estava todo mundo aqui andando com os pés no chão, sabendo o que estava fazendo, sabendo das dificuldades do mercado, de tudo. Todo mundo sabe que quando o preço do açúcar está baixo, nenhuma usina consegue pagar tudo certinho, então, foi isso que aconteceu, mesmo estando tudo certo dentro do trabalho, da produção e com todos os incentivos certos para os trabalhadores.

É importante avaliar que as motivações políticas articulavam-se claramente com interesses econômicos, pessoais e da classe decadente dos usineiros de Pernambu-

co, pois a intervenção da Justiça ocorreu justamente no momento em que se previa um período inédito de elevação do preço do açúcar, como não ocorria havia 30 anos, anunciando uma das melhores safras desde o início da crise do setor canavieiro na região. O que de fato ocorreu, com um aumento de 150% do preço em relação à safra anterior, como expressam os dados de relatório da Empresa de Pesquisa Energética (EPE)<sup>49</sup>, do Ministério de Minas e Energia, sobre o período de janeiro de 2009 a março de 2010:

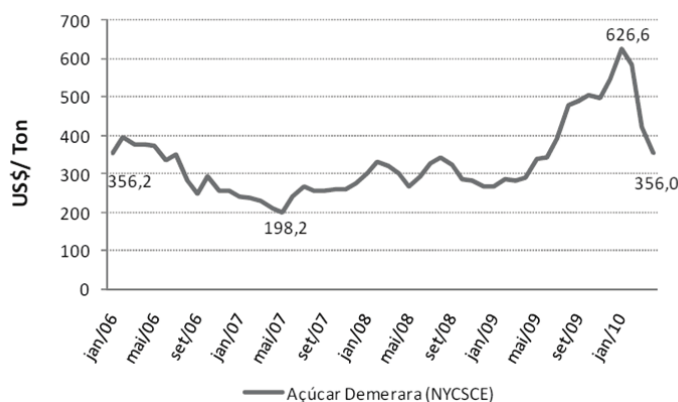


GRÁFICO 3.3 – EVOLUÇÃO DO PREÇO DO AÇÚCAR EXPORTADO NA BOLSA DE NOVA IORQUE (FONTE: MAPA/EPE/MCT, 2010).

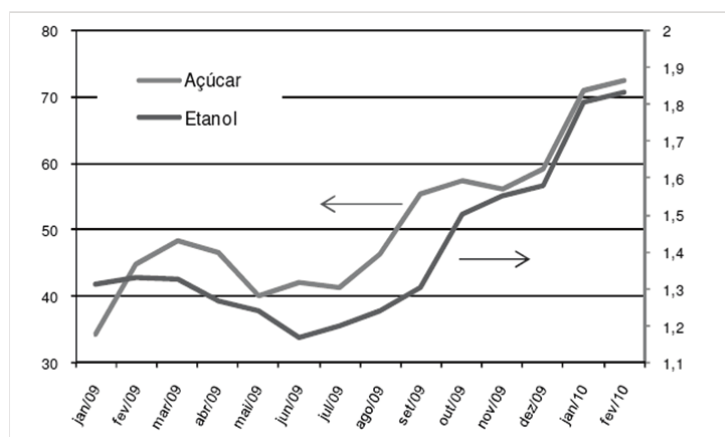


GRÁFICO 3.4 – EVOLUÇÃO DO PREÇO DO AÇÚCAR CRISTAL (R\$/sc 50KG) E DO ETANOL HIDRATADO (R\$/L) NO BRASIL (FONTE: ANP/EPE/MCT, 2010).

<sup>49</sup> “Análise de Conjuntura dos Biocombustíveis (Jan 2009 – Mar 2010)” da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) do Ministério de Minas e Energias do Governo Federal, N°. EPE-DPG/2010, de 08 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.epe.gov.br>. Acesso em: fevereiro de 2015.

Nesse momento favorável do mercado, como relatam vários trabalhadores, a Usina Catende havia alçado uma produtividade acima da média do Estado de Pernambuco. Na safra de 2007-2008 havia realizado a maior produção dos últimos 20 anos, como destacado anteriormente, todavia, com o preço baixo do açúcar. Nesse novo contexto de elevação do preço, Catende tinha a previsão de atingir na safra de 2009-2010 mais de 550 mil toneladas de cana moída, com a produção de mais de 1 milhão de sacas de açúcar, realizando possivelmente a melhor safra desde o início da sua recuperação. Além disso, conforme destacam alguns trabalhadores do campo e da indústria, a intervenção da Justiça ocorreu no momento em que Catende estava com quase todo o reparo da indústria finalizado e o campo com a cana plantada e cuidada.

O juiz em questão já havia, em 2007, tentado impedir a moagem da Usina, desautorizando o convênio de cooperação da massa falida com a Cooperativa, argumentando que a reforma agrária das terras, ocorrida recentemente, inviabilizava juridicamente a atividade da indústria.<sup>50</sup> Com isso, como analisa Kleiman (2008), a Justiça explicitou sua postura parcial e “passou a se colocar como parte interessada no processo, criando novos litígios na sucessão” (p. 138). Mas após apelações a instâncias superiores, o juiz acabou sendo vencido nesse primeiro episódio, por uma decisão favorável aos trabalhadores, que permitiu a realização da moagem. Destaca-se também o fato de que desde a sua chegada à Vara responsável pela falência de Catende, o juiz havia rejeitado várias vezes receber o síndico da massa falida, alegando que estudava o processo, mas já explicitando sua indisposição com relação à gestão compartilhada que vinha sendo desenvolvida em Catende. Sobre essas dificuldades com o juiz, um operário acrescenta:

Se a gente tivesse conseguido desapropriar a fábrica, tirado ela da mão da Justiça, isso não teria acontecido. Mas não dependia da gente, dependia de Brasília. (...) O que eu mais queria era ver essas duas desapropriações, pois a gente sabia que se isso não acontecesse, esse juiz viria tomar a Usina. Esse juiz era um cara que a gente não confiava. Ninguém nunca confiou nele. (...) Ele tem parentes aqui em Catende. O pai dele é desembargador e ele passou a ser juiz de falência do Estado. (...) Acho que ele queria era [gesto com a mão significando dinheiro] e nunca ninguém aqui chegou para oferecer nada a ele.

---

<sup>50</sup> Justamente nesse momento, com a reforma agrária, encerrava-se a fase litigiosa do processo de falência, relativa à disputa das melhores terras de Catende, que haviam sido objeto de tentativa dos falidos de transferi-las para outras empresas de seu grupo.

Ao longo de vários anos, como relatam vários trabalhadores, com apoio dos sindicatos e assessores, eles pressionavam para que fosse resolvida a questão da indústria, viabilizando efetivamente o projeto Agroindustrial Cooperativo de Catende. No ano de 2007, como relata Kleiman (2008), foi realizada uma grande manifestação em Recife, passando pelo INCRA, pelo Tribunal de Justiça, e terminando com uma audiência com o então Governador Eduardo Campos, que no ato reafirmou seu compromisso com a luta dos trabalhadores de Catende (p. 141). Para resolver a questão, naquele momento, eram visualizados três possíveis caminhos, conforme explicado nas entrevistas:

- 1) a desapropriação da Usina pelo INCRA, como parte da reforma agrária para viabilizar o projeto Agroindustrial Cooperativo de Catende;
- 2) a adjudicação para os trabalhadores pela Justiça, com a troca dos créditos trabalhistas pelos ativos da indústria no processo de falência da Usina; ou
- 3) o arrendamento da Usina pela Cooperativa, realizado através da Justiça.

Nenhuma dessas alternativas foi concretizada, pois o INCRA não aceitou desapropriar a fábrica; o Banco do Brasil, principal credor de Catende, juntamente com a Justiça, não aceitou a troca do patrimônio pelos créditos trabalhistas e tampouco foi concretizado o arrendamento da Usina à Cooperativa. Nesse contexto de irresolução com relação à indústria, foco de grande vulnerabilidade para o projeto coletivo dos trabalhadores, Catende sofreu a intervenção da Justiça. Com relação às disputas pela indústria, acrescenta um operário, em entrevista em 2014:

Nós sempre brigamos para que desapropriassem o campo, mas em seguida também a fábrica. Se não desapropriassem a fábrica, não iria resolver, porque ficaria um corpo sem cabeça. Desapropriar o corpo, mas sem desapropriar a cabeça? Então, a briga da gente com o governo foi essa, mas o INCRA dizia: a gente não trabalha com ferro, a gente trabalha com terra. Mas a gente dizia: nós trabalhamos com ferro! É dar oportunidade para a gente trabalhar! Vocês desapropriam e a gente mantém a fábrica! Vocês vão só fiscalizar! E ficou nesse impasse, até que aconteceu a tomada do Juiz. (...) A gente sabia do risco que a gente corria com esse juiz que ainda hoje está aí. E o tempo foi passando, e o que aconteceu? Ele veio e tomou a fábrica da gente. (...) Tirando a fábrica, ele matava tudo, como matou. Não só ele, também o governador, neto de Arraes. Eduardo Campos morreu, Deus tome conta dele, mas ele foi uma peça fundamental para acabar com o projeto de Catende.

Explicita-se por esses primeiros relatos que a ação judicial realizada em Catende teve estreita relação com as classes dominantes açucareiras e os grupos políticos que a representam no Estado. Nesse contexto, as disputas entre PSB e PT também são aos poucos reveladas, e estão muito distantes de embates entre projetos políticos ou programáticos sobre a luta dos trabalhadores. Nessas disputas, Catende é vista como uma “fábrica de votos para o PT”, tornando-se foco de conflito com o partido de Eduardo Campos, que considerava a Usina um “espólio de Arraes”, ou seja, um domínio político do PSB, como destacam alguns entrevistados. Em seus relatos, os trabalhadores estabelecem claramente essas relações, quando destacam os conflitos partidários que tiveram papel fundamental nessa intervenção em Catende, tendo como alvo a retomada do controle da Usina. Como vemos nesse relato de um trabalhador rural assentado, membro da diretoria da Cooperativa, em entrevista em 2014:

As questões aqui em Catende sempre esbarraram na questão política. O pessoal da Usina sempre foi do PT, as lideranças todas, boa parte do pessoal dos sindicatos e da diretoria. (...) Então, quando o Eduardo Campos visitou Catende, já tinha várias sequelas. (...) Ele conversou com alguns trabalhadores (...) e disse: eu tiro esse pessoal daí. (...) Era disputa política mesmo, Catende era uma questão que ele não topava. Essa era a verdade. Então, ele queria tirar o pessoal da Cooperativa de todo jeito, e temos informação de que o que aconteceu em Catende foi a mando dele. O próprio juiz chegou a falar isso, numa conversa com os trabalhadores, ele falou que o Eduardo tinha elogiado a intervenção e que iria ajudar a Usina. (...) Quando eles vieram em 2009, parecia aqueles filmes que a gente vê na TV, sabe? Vieram com helicópteros por cima, os caras com metralhadoras apontadas. Foi assim! (...) Vieram com esse aparato todo. Parecia filme. Foi uma coisa violenta, para botar medo mesmo. Helicóptero rondando a Usina toda, quem estava dentro não podia sair, quem estava fora não podia entrar. (...) Depois saíram com computador, documentos, levaram tudo. Nem os documentos da Cooperativa nós conseguimos tirar. (...) O grande problema era que o pessoal estava com a quinzena atrasada por questão das dificuldades da Usina, tinham momentos que a Usina não conseguia pagar, isso acontecia muito pior nas outras usinas. Nessa safra, no mês de março de 2009, ninguém recebeu salário, nós chamamos o povo e explicamos que não iríamos receber salário porque tínhamos que pagar 7 milhões ao Pronaf, porque era para pedir a renovação e se não pagasse não teríamos mais crédito. Isso foi combinado assim antes, nós falamos: vão se preparando que isso vai acontecer quando nós formos pagar o Pronaf, que era no mês de abril. Logo a gente ia ter o crédito de volta, mas se não pagar o banco, não ia mais poder

tirar dinheiro. (...) Se fica inadimplente, não tem renovação. (...) Então, quem estava na reunião, foi até filmada a reunião, todos concordaram em receber as cestas-básicas. Falamos que assim que chegasse o dinheiro, colocaríamos o pagamento em dia, descontando a feira que seria comprada. (...) Esse foi o mês que o Ministério Público Federal chegou para fiscalizar e constatou irregularidades. Eles questionaram dos salários. (...). Foi uma geral nas Usinas, mas foi uma geral esquematizada, porque pegaram só aqui. Foi dentro de uma programação para tirar a Cooperativa da Usina. (...) Aqui o pessoal só quer saber do seguinte: trabalhou, recebeu, está resolvido. Então, esse Dr. Carlos chegou e pegou o dinheiro que era para pagar as demissões e pagou os atrasados do povo. E o povo disse: esse é o homem! Esse caiu do céu! E foi mesmo, quem caiu do céu não foi o Diabo, pois Deus não quis mais ele lá?

Avaliando sobre o jogo político envolvido e a falta de reação dos trabalhadores, relata outro trabalhador rural assentado, também diretor da Cooperativa, em entrevista em 2014:

Quando tomaram a usina, o próprio trabalhador ficou quase sem reação. (...) Eu saí daqui para trabalhar lá dentro da Cooperativa, eu aprendi, via as coisas lá no escritório, mas o povo do campo, que não teve esse conhecimento, achou que o problema era culpa do Marivaldo, e na verdade não foi. A gente hoje tem a convicção que isso foi um jogo político para acabar com aquele grupo que estava gerindo a Cooperativa e a massa falida. Eu fiz parte do grupo da Cooperativa, entrei como um dos diretores, eu posso dizer que sempre era: o que paga primeiro é o trabalhador mais pequeno, o trabalhador que sobrevivia daquilo. (...) Mas tinha um grupo formado que ficava botando na cabeça do pessoal, como uma laranja podre, jogada lá no saco, que foi espalhando. (...) Gente ligada ao governo do Estado, que tinha muito dinheiro, que dizia que tinha uma proposta melhor para Catende. (...) E o que aconteceu: Antes aqui tinha trabalho para todo mundo, emprego garantido para os filhos quando chegassem aos 18 anos. (...) Eu lembro que nessa data que você está aqui no engenho, era data de começo de safra, aqui era uma animação muito grande. (...) Vinha frota do Sul, de São Paulo, do Rio de Janeiro. (...) Era muito bonito. Às vezes, só de lembrar dá uma tristeza... Eu cortava cana, mas também fui crescendo, passei a cabo, tudo isso na época da Cooperativa. (...) Hoje a gente vê o pessoal correndo para outros lados, para a cidade grande, para São Paulo, Rio de Janeiro, buscando trabalho, uma coisa muito difícil.

Sobre as graves consequências dessa intervenção político-judicial, que levou ao fechamento definitivo de Catende depois de vários anos de resistência, também

relatam vários outros trabalhadores rurais assentados, moradores de diferentes engenhos, e também operários:

Nós, trabalhadores do campo, nós lutamos muito para não chegar ao ponto de Catende fechar. Mas infelizmente os homens com a mão mais pesada acabaram com o sonho de 4 mil famílias que vivem aqui nas terras da Usina Catende (trabalhador rural assentado).

Aqui em Catende, caímos, levantamos e depois caímos novamente. O ruim mesmo foi a chegada desse novo síndico. Parece que ele veio com uma mão muito pesada, que bateu e afundou tudo. Foi quando fecharam a Usina de vez (trabalhador rural assentado).

De um dia para o outro, acabou o sonho. O juiz veio e tomou tudo. Acabou com um projeto de 16 anos de luta de todos os trabalhadores, acabou com o sonho dos trabalhadores, de todas as suas famílias, acabou com tudo. Acabou com a cidade, acabou com a região. (...) A Usina aí largada, o mato comendo, enferrujando. (...) Acabou a cultura do açúcar, acabaram os operários, acabou a cana no campo, acabou tudo (operário).

Na busca de compreender mais profundamente o que havia ocorrido, que contradições e motivações explicam esse episódio que levou ao fechamento definitivo da Usina e à destruição do projeto de recuperação dos trabalhadores, outros relatos reforçam a centralidade da dimensão política. Sobre os interesses políticos que estavam em jogo na disputa pelo controle da Usina Catende, avalia um trabalhador rural assentado, membro da diretoria da Cooperativa, em entrevista em 2014:

Em 2009, tivemos que atrasar um pagamento porque, como já falei, tinha sempre o problema do preço do açúcar, e mesmo com a Conab que ajudou bastante, não resolvia tudo. (...) Naquele momento, a gente precisava fazer um investimento na Usina, tinha um decantador que estava muito desgastado, e colocava em risco os trabalhadores. Em reunião, o gerente da indústria tinha informado que esse decantador a qualquer momento poderia estourar e causar acidentes muito graves para os trabalhadores. Então, decidimos na reunião do Grupo Gestor fazer essa compra, era 1 milhão de reais. A gente já tinha enfrentado muitas dificuldades, como enchentes e incêndio, e seguia com dificuldades. Mas nesse momento, estávamos bem, o plano era fazer essa compra e o pagamento da Conab, para não ter problema depois, e o atraso de pagamento foi informado a todos, em reuniões que fizemos. (...) Mas o juiz usou isso para acusar o Marivaldo de trabalho escravo. (...) O governador via Catende como um risco, era disputa política, disputa com o PT, aqui era muito PT e ele não aceitava. (...) Para ter ideia, o governador travou os caminhos para a gente acessar o governo federal. (...) Até depois de quase um ano da intervenção, quando o Lula veio aqui, junto com o Eduardo Campos, por causa da enchente de 2010, a gente estava

com um dossiê pronto e fizemos uma articulação para botar na mão do presidente Lula. (...) O Eduardo tentou tirar o documento da mão de Lula. (...) Depois disso, ainda tivemos reunião com o Gilberto Carvalho, junto com os sindicatos, fomos algumas vezes para Brasília. (...) Teve muito conflito aqui dentro e fora. (...) Acho que no final eles pesaram, na verdade eles vão por números e tudo vira matemática nessa hora, eles avaliaram: onde a gente ganha mais? Se ajudar aqui, vai perder ali, então, é melhor não mexer. Tentamos muito. Até fizemos uma parada de quase 10 horas na BR em 2010, e o governador botou a polícia em cima de todo mundo. (...) Depois de tanta enganação que fizeram, a revolta foi tanta que até os operários da Usina vieram também nesse momento. Mais de mil pessoas, eu tinha a reportagem do jornal guardada. (...) Enviamos diversas propostas, inclusive de desapropriação da Usina antes da dilapidação que houve, hoje tudo que eles puderam tirar, tiraram. Não há mais viabilidade de voltar.

Em meio às disputas políticas, era fato que Catende atrasou o pagamento de salários, o que expressava concretamente suas dificuldades econômicas e os possíveis limites da experiência de recuperação de uma usina de açúcar pelos trabalhadores. Todavia, como vimos anteriormente, ao longo de 16 anos em que resistiu, Catende gerou trabalho, renda e melhorias concretas na vida de seus trabalhadores, que apesar de limitadas, apresentavam grandes contrastes com a realidade vivida anteriormente, como eles mesmos avaliam. A questão do atraso de pagamentos era um tema recorrente ao longo da luta pela recuperação. Kleiman (2008) chegou a propor uma reflexão sobre o que chamou de “autofinanciamento consciente da entressafra” (p. 124), pois a sazonalidade e as dificuldades de acesso suficiente ao capital de giro colocavam frequentemente esse problema aos trabalhadores. Cabe aprofundar a análise sobre em que medida esse mecanismo significava a precarização do trabalho ou uma escolha dos trabalhadores, que estavam se apropriando dos meios de produção, diante de uma situação concreta na qual a manutenção da empresa trazia a perspectiva de melhores condições de vida e novas relações de trabalho, o que já estava sendo colocado em prática em Catende.

Sobre a sustentabilidade da Usina, um trabalhador rural, sindicalista, membro da diretoria da Cooperativa, em uma entrevista em 2014, destacou que havia aprendido, nesse período em que trabalharam na recuperação de Catende, que a resistência de uma usina depende do equilíbrio entre três dimensões: a produtiva, a social e a política. Ele avaliou que as duas primeiras estavam equilibrando-se ao longo dos anos em Catende, pelas diversas estratégias apresentadas:

Tinha muitas dificuldades e pendências, era um processo delicado de se construir, de produzir e ter uma demanda, como a Usina tem, de toda semana ter dinheiro certo para pagar todo mundo. Para isso, tinham as dificuldades do preço do açúcar no mercado, aquela coisa: açúcar que subia, açúcar que descia, preço da cana que caía, preço da cana que subia. É um negócio muito complexo. Com um desafio muito grande de controlar tudo de uma vez para tudo dar certo. Então, a Usina ia se arrastando feito uma cobra no chão, porque não tinha outra saída para ela andar. Mas ela andava. (...) E eu tenho certeza que se o Marivaldo e a Cooperativa tivessem continuado, se o governo não tivesse mexido com as coisas aí, a Usina estaria continuando a produzir, devagarzinho, mas estaria aí, junto com a gente, tocando para frente a situação.

Seguindo a sua reflexão, no que se refere ao equilíbrio econômico de Catende, no contexto do colapso do setor canavieiro na região, com dezenas de Usinas fechando, relatam os trabalhadores: “Usina como Catende era ‘assando e comendo’, como se diz, quando parava de moer, acabava o dinheiro”. Todavia, com todas as dificuldades, após o decreto de sua falência, sob administração judicial, Catende resistiu produzindo e gerando trabalho e renda para quatro mil famílias por mais de 16 anos. Com isso, muitos trabalhadores avaliam que foi justamente a sua recuperação e sobrevivência econômica, no meio de uma região devastada economicamente pelo colapso da economia da cana, que gerou maior interesse dos grupos econômicos e políticos na disputa pelo controle da Usina.

Com isso, os conflitos de classes na região entrelaçam-se às disputas políticas partidárias, que tiveram papel crucial no desfecho da história de luta dos trabalhadores de Catende. Como destacado no início desse capítulo, cabe lembrar que a pesquisa foi realizada nos meses anteriores à eleição presidencial de 2014. Sobre a articulação da Justiça à disputa política no ataque à luta dos trabalhadores de Catende, também avalia outro trabalhador rural, sindicalista e membro da diretoria da Cooperativa, em entrevistas em 2014:

Em 2009, os trabalhadores foram desbancados do seu projeto. Foi uma intervenção pela lógica da política combinada com o poder judiciário, com algumas visões claras de que um projeto de trabalhadores não deveria prosperar. Com isso, hoje a gente amarga toda uma derrota e hoje os trabalhadores estão passando muita dificuldade, deixaram de ter um roteiro, que já tinha sido consolidado em Catende. (...) A combinação de vários fatores foi tão forte para que Catende deixasse de existir, para que fosse derrubada, a ponto de ter o envolvimento da polícia, do Ministério Público, e tudo isso deixou os trabalhadores muito assustados. E sem ter apoio para resistir, para enfrentar. Uma coisa que em outras épocas tivemos, em outros

momentos difíceis nós tivemos a guarida e o apoio de vários setores da sociedade e dos governos. (...) Não é que perdemos o apoio da sociedade, mas ficou muito claro que havia uma força muito consolidada para destruir o projeto dos trabalhadores, muito mais forte do que em outros momentos. (...) Então, os trabalhadores lutaram muito, mas infelizmente não constituíram a força suficiente para inverter essa situação. E hoje o empreendimento está completamente sucateado, a hidrelétrica que era o nosso cartão postal, está destruída, todo o patrimônio está sucateado. Até o recurso da desapropriação, que a gente planejava pagar as indenizações dos trabalhadores, praticamente não existe mais. E os trabalhadores ficam sem entender, sem forças para enfrentar todas essas dificuldades.

A ganância do juiz e os interesses das classes historicamente dominantes, hoje em decadência na região, inserem-se de forma sub-reptícia na “questão política” em Catende. Movida por interesses econômicos e políticos, a intervenção na Usina utilizou como pretexto as irregularidades trabalhistas, que necessitavam de um tratamento diferenciado por estarem inseridas em um processo de luta por direitos e por trabalho levada a cabo pelos trabalhadores, juntamente com suas entidades de classe. Sobre o fato, também avalia um assessor dos trabalhadores, em entrevista em 2014:

O juiz usou isso como pretexto, pois Catende havia chegado a um estágio de maturidade que eu achava tão bonito, que naquele ano de 2009, no começo do ano (...) quando os trabalhadores viram que a diminuição do preço do açúcar e da cana naquele momento iria impossibilitar a entrega do financiamento da Conab, eles fizeram uma assembleia (essa assembleia está filmada, existem documentos), onde os trabalhadores disseram: vamos priorizar a entrega do açúcar a Conab e nesses últimos 15, 20 dias de safra nós vamos trabalhar sem receber remuneração, mas precisamos nos alimentar. Isso foi aprovado em assembleia. Mas o Ministério Público começou a ofensiva à Catende, que foi sempre objeto de ataque ideológico. (...) O MP foi lá e disse: é trabalho escravo. Agora nas usinas vizinhas, que sempre praticaram coisas assim, mas sem o trabalhador decidir, ninguém chegou. Em Catende, foram com helicópteros e tudo mais. (...) Para ter ideia, no ano seguinte à intervenção do juiz, os trabalhadores tiveram que trabalhar seis meses sem receber salário, sem receber comida, e ninguém fez coisa alguma. Naquele momento, havia sido uma decisão democrática das pessoas. Claro que não era desejo da direção da Usina que a empresa estivesse em dificuldades, atrasando salários. (...) Havia uma decisão madura de uma assembleia com muitos trabalhadores que decidiu: vamos trabalhar 20 dias em dificuldade, desde que nos alimentemos, porque isso vai nos garantir cumprir nossos deveres de devedores ao governo e vai nos permitir nesse ano de 2009 renovar nossos créditos e continuar

produzindo. Isto é, na minha visão, essencialmente democrático e relacionado ao modo fraterno e maduro de enfrentar as dificuldades na economia solidária.

Esses relatos dos trabalhadores e de seus assessores explicitam as motivações do juiz e as classes que ele representava no contexto da crise da economia canavieira, como também sua relação com os interesses políticos do governo estadual e dos grupos políticos partidários que buscavam se beneficiar econômica e politicamente da intervenção judicial em Catende.

Após a intervenção violenta em 2009, o juiz indicou um novo síndico para a Usina, um administrador de sua confiança, Carlos Antônio Fernandes Ferreira, conhecido por atuar no esvaziamento de usinas em falência na região (da Usina Barreiros, por exemplo), além de ter parentesco com o juiz (marido de sua tia), como relataram os trabalhadores. Mais uma demonstração das relações “promíscuas e incestuosas” entre as classes dominantes açucareiras e o judiciário. Sobre a atuação desse novo síndico em Catende e suas consequências, analisa um trabalhador rural assentado, entrevistado em 2014:

Esse novo síndico vendeu o açúcar todinho, botou o dinheiro no bolso e foi embora. Não pagou ninguém e deixou todo mundo com dívida. (...) Um ladrão. (...) Ainda acusaram o Marivaldo e a Justiça não provou nada. Acusaram o Marivaldo e quem foi para a cadeia foi ele. Saiu até no jornal, a gente assistiu na TV. (...) Mas até hoje a situação continua do mesmo jeito. (...) Levaram até um recurso desbloqueado pelo Presidente Lula, de 52 milhões de reais, da desapropriação das terras. Dinheiro que era para estar na conta de cada um de nós, para a gente trabalhar. (...) Até agora ninguém tomou uma providência. (...) Está tudo perdido. A situação de Catende hoje é essa, fechou e não tem mais como a gente botar para moer.

Também descreve outro trabalhador rural assentado, em entrevista em 2014:

Venderam tudo e levaram todo o dinheiro do povo. Venderam tudo que podia da Usina, só não levaram o bueiro, que ele está lá ainda em pé, só restou ele, está lá para todo mundo ver, o resto levaram tudo, só ficou as paredes. (...) Usina aqui, não existe mais. Acabou.

O novo síndico realizou mais duas moagens, e após encerrar a produção da segunda safra, fechou a Usina e retirou durante a noite todo o açúcar produzido. E iniciou-se o processo de esvaziamento e sucateamento da Usina, com o desvio ilegal de recursos e patrimônios, com a conivência e, possivelmente, a orientação do juiz, responsável pela falência. Ao lado da tragédia do fim do trabalho com a cana, o fechamento da Usina significou também a desarticulação dos projetos

produtivos, sociais e culturais, criados ao longo da luta pela recuperação de Catende, como descrito anteriormente.

No final do ano de 2012, enquanto Marivaldo Silva de Andrade era absolvido no processo em que havia sido acusado de trabalho escravo<sup>51</sup>, esse síndico, Carlos Ferreira, foi preso (junto com o contador da empresa) em sua casa no Derby, em Recife – onde foram apreendidos dinheiro (reais, dólares e euros), três carros, documentos, joias e dezenas de relógios, oito armas de fogo e computadores. O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), na “Operação Evasão”, acusou-o de desviar R\$ 8 milhões em dinheiro e bens da Usina Catende, e também de formação de quadrilha, de falsificação de documentos e de porte de armas sem registro.<sup>52</sup> Os promotores de justiça do caso, conforme noticiado na imprensa, relataram que em uma conta aberta em nome de terceiro eram depositadas as receitas da massa falida obtidas, principalmente, pela venda de açúcar. Todavia, o síndico foi libertado em alguns meses, e mesmo após esse episódio, nenhum recurso chegou aos trabalhadores de Catende. Sobre o ocorrido, destacou o advogado da FETAPE e assessor dos trabalhadores de Catende:

Tentaram incriminar todos nós que estávamos atuando em Catende, nada encontraram. Mas, ao contrário, o síndico que eles nomearam passou oito meses preso. Imagine, para ele passar todo esse tempo preso, sendo que o pai do juiz é um desembargador, eles devem ter feito coisas absurdas. O processo corre em sigilo de justiça, a gente não conhece bem os detalhes, mas devem ter feito barbaridades para ele passar esse tempo preso.

Cabe destacar que parte dos recursos desviados pelo síndico referia-se ao dinheiro recebido pela massa falida da Usina com a reforma agrária, que totalizava R\$ 52 milhões, em crédito (Título da Dívida Agrária - TDA) e parte em dinheiro, liberado pelo INCRA. Com isso, é possível identificar que a liberação desse recurso à massa falida de Catende somou-se às motivações já elencadas para a intervenção do juiz. Os trabalhadores planejavam há vários anos utilizar esses recursos para o

---

<sup>51</sup> Para sua defesa nesse processo foi feita uma “vaquinha”, pois ele não tinha recursos para pagar sua defesa, fato que também atesta a correção com que lidava com os recursos da Usina no período da Cooperativa. No seu julgamento, Marivaldo foi absolvido por unanimidade (15 votos a 0), tendo entre suas testemunhas de defesa o Professor Paul Singer, Aristides Veras, da Contag e também o próprio Governador Eduardo Campos.

<sup>52</sup> A prisão do síndico foi noticiada na TV Globo e também no Jornal do Commercio (disponível em: <http://amp-pe.jusbrasil.com.br/noticias/100259093/operacao-na-usina-catende-acaba-em-prisao-jornal-do-commercio-economia>) e no site G1 – Globo.com (disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/12/em-pe-ex-sindico-da-usina-catende-e-acusado-de-desviar-quase-r-8-mi.html>) Último acesso em fevereiro de 2014.

pagamento das dívidas trabalhistas. Todavia, até 2014, não haviam conseguido obter do juiz qualquer explicação sobre a situação desse recurso. Além disso, após 20 anos de luta sem conquistar as indenizações trabalhistas dos demitidos em 1993, uma boa parte desses trabalhadores já faleceu (inclusive porque os critérios utilizados pelos usineiros para demissões, motivados pela produtividade, focavam principalmente os trabalhadores mais velhos, as mulheres e os trabalhadores com contratos antigos, como destacam vários entrevistados).

Diante do “bote” do juiz, com motivações e interesses que buscamos analisar, cabe investigar sobre a reação dos trabalhadores. Após 16 anos de esforços na recuperação da Usina, de criação coletiva de alternativas de trabalho e renda, com base em novas formas de organização política dos trabalhadores, muitos dos trabalhadores de Catende ainda estavam suscetíveis a renovar seu consentimento à retomada de antigos padrões de dominação. No momento em que ocorreu a intervenção da Justiça, houve uma frustrada tentativa de articular uma reação entre os trabalhadores, como relata um operário, em entrevista em 2014:

Era segunda-feira quando eles tomaram a Usina, em 2009. À noite naquele dia a gente se reuniu em Palmares, com todas as lideranças, e combinamos de trazer cada um o seu povo, trazer todos os trabalhadores para a porta da Usina, com a ideia de expulsar esse pessoal do juiz. (...) Cada um foi para a sua comunidade e trouxe muita gente. (...) O novo síndico quando soube disso, já estava recuando, querendo sair da Usina. (...) Mas quando a gente formou aquela multidão na frente da Usina, o pessoal se virou contra a gente e apoiou o novo síndico. Ali foi a gota d'água. (...) Os trabalhadores vieram, mas quando chegaram aqui, eles ficaram a favor deles. (...) A gente vivia um período de brigas internas na diretoria. (...) Foi uma surpresa. (...) Esse juiz veio com tudo, aproveitou a alta do preço do açúcar, aproveitou a maior safra dos últimos 20 anos. Tudo isso veio junto, numa hora complicada em Catende. (...) Com esses grupos do contra que também atuavam dentro de Catende, no momento de um atraso de pagamento, eles vieram e fizeram um carnaval todo aqui, com helicóptero, polícia, tudo. O juiz aproveitou tudo isso e tomou a Usina.

Trabalhadores que haviam expulsado os usineiros em 1995, e após tantos anos e tantas conquistas, frente à intervenção à Usina em 2009, iludiram-se com a chegada de um “salvador da pátria”, que logo colocou em prática inúmeras fraudes, que levaram ao fechamento definitivo da Usina em 2012. Em busca de compreender mais profundamente essa questão, em uma das primeiras entrevistas realizadas em campo, em 2014, um operário fez o seguinte relato sobre a intervenção da Justiça:

Quando a gente acampou e fez protestos em 1994 era para que os usineiros fossem embora e o governador e a Justiça assumissem. Mas dessa vez, não adiantava mais, o governador não queria ajudar mais e se a gente acampasse não teria mais resposta. Quem estava no comando da Usina, esse síndico Dr. Carlos, foi colocado pela Justiça, pelo juiz da massa. Então, a gente não tinha como reagir, porque ele estava lá botado pela Justiça e nós trabalhadores não poderíamos tomar providências contra a Justiça, contra um juiz. Lá atrás a gente foi contra os donos, os usineiros, mas não contra a Justiça. A gente não podia reagir mais, a gente não podia reagir contra um juiz, a gente não tem força contra a Justiça. Contra os donos a gente teve, mas quando o Dr. Carlos pegou tudo e foi embora, a gente não tinha reação. (...) Se a Justiça não quer fazer nada, quem vai lutar contra a Justiça? Quem vai lutar contra o poder do rico? O pobre que luta contra o poder do rico é o mesmo que nadar contra a corrente, nunca consegue chegar lá. (...) Em 1995, tudo que a gente fez foi porque não aguentou mais. Eu vou ser realista logo, a gente não aguentou a fome. Porque passar várias semanas sem receber nada, olha... Chegamos a ir até Caruaru, um grupo de trabalhadores, para pedir ajuda de porta em porta. A Prefeitura de Palmares emprestou dois caminhões e fomos lá pedir alimento, só alimento, dinheiro não queríamos, para provar que estávamos com fome. Quando chegávamos de volta à Usina, a gente dividia com os demais. (...) Quando chegou a época de festas, a gente sem receber, nessa situação, ficamos sabendo da festa dos usineiros. (...) Aí causou aquela revolta geral. Mas em 2009 foi diferente. A Justiça que tomou a Usina, não tinha como reagir.

Sua fala traz a lembrança da análise de Francisco Julião ponderando sobre a importância da bíblia e da constituição para os trabalhadores do campo. Vemos nesse relato que diante da Justiça, os trabalhadores de Catende imobilizaram-se, os mesmos que haviam se levantado contra os usineiros, seus inimigos de classe históricos. Suas expectativas com relação à ação da Justiça e do Estado, com o qual passaram a contar cada vez mais intensamente desde as primeiras conquistas de direitos trabalhistas até os apoios recebidos à recuperação sob a administração judicial, contribuíram também para que interpretassem como positiva a intervenção da Justiça, em um primeiro momento. Com isso, não conseguiram reagir frente ao maior perigo: o fechamento fraudulento da Usina, conforme o padrão de toda a região. Sobre esse momento de crise, analisa um trabalhador rural assentado, sindicalista e membro da diretoria da Cooperativa:

Como os trabalhadores estavam sem receber, pelas dificuldades da Usina, esse novo síndico veio e espantou todo o povo. Ele chegou pagando todo mundo certinho. Ele pegou uma moagem boa, uma

cana boa, tudo plantado, tudo que tinha sido feito quando o Marivaldo era síndico. Então, foi aquela história, ele pegou a galinha cheia de ovos, foi e pagou certinho todo mundo e os trabalhadores começaram a falar: esse é o homem! Mas aí, chegou no inverno já começou a baixar, e quando foi na outra moagem, já foi quebrando o resto, aí acabou tudo. Ele fechou a Usina, demitiu o resto dos trabalhadores que tinha, foi demissão em massa de novo. E fechou tudo. Então, os trabalhadores que tinham ficado iludidos no começo, no final ficaram todos desanimados, com a mão na cabeça. E foi aquela história, como as outras usinas faziam: fechava e pronto. Foi o que esse síndico fez, sem nem dar tempo para reação.

Os antigos e novos significados atribuídos à ação da Justiça somaram-se às dificuldades da organização e participação interna, que enfrentavam desde o início da luta de Catende, frente à persistência da cultura do “mando” da civilização açucareira, com relata outro trabalhador rural assentado e também membro da diretoria da Cooperativa, em 2014:

Por que os trabalhadores reagiram assim em 2009? Pois é, nós também ficamos nos perguntando isso. (...) Acho que uma questão que talvez ajude a entender é que talvez a gente não tenha conseguido dedicar o tempo necessário e ir mais fundo para criar mais transparência e reuniões com a base, para que se apropriassem mais de tudo que estava acontecendo... Mas era muito trabalho e tinha um esforço grande para isso, mas acho que não foi suficiente para que todo mundo entendesse.

Assim, frente às dificuldades econômicas de Catende naquele momento, muitos se iludiram de que a Justiça viria para resolver os problemas da Usina e não hesitaram em apoiar “aquele que vinha trazido pelo juiz para pagar os trabalhadores”. Essa interpretação do que, na realidade, era um ataque da Justiça, reforçou-se pelo “sebastianismo” que ainda persiste, como destacou um assessor, somando-se à principal expectativa da maioria dos trabalhadores naquele momento: “trabalhar e receber o pagamento”. Essa falta de compreensão sobre o significado da intervenção do juiz, e o risco que representava ao projeto de recuperação de Catende, gerou conflitos entre os trabalhadores, por exemplo, quando muitos operários apoiaram a chegada do novo síndico, provocando inclusive enfrentamentos entre campo e indústria, como relata um trabalhador rural assentado, sindicalista, em entrevista em 2014:

Os operários ficaram do lado desse novo síndico, o Dr. Carlos, e não quiseram acompanhar o lado dos trabalhadores rurais e dos sindicatos. Eles diziam: o homem está pagando o nosso salário! Virou até briga. Teve uma vez que quase um grupo matou o outro,

uma desavença com facão e bala! Um negócio sério. Mas depois, quando aconteceu todo o desastre com todo mundo, que ele demitiu geral, campo e indústria, eles vieram chamar a gente, e nós falamos: agora não tem mais o que fazer, vamos todos sofrer juntos.

Disseminava-se entre os trabalhadores da indústria uma oposição à Cooperativa, que havia sido criada pelos trabalhadores rurais. Além disso, como vimos anteriormente, os principais sujeitos políticos, sindicatos e movimentos, envolvidos no processo de recuperação de Catende, eram oriundos da organização dos trabalhadores do campo. Frente a esse quadro, a união entre o campo e a indústria, ocorrida em momentos marcantes da luta dos trabalhadores de Catende, como a greve de 1994-1995, voltou a ser um grande desafio.

Além disso, ao longo dos anos, tanto na indústria, como também no campo, havia grupos políticos que fomentavam a oposição à Cooperativa e ao grupo do Conselho de Gestão de Catende. Esses grupos políticos opositores estavam inseridos entre os trabalhadores, nos sindicatos e movimentos sociais que atuavam na região, como descreve um trabalhador rural assentado, membro da diretoria da Cooperativa, em 2014:

Todo mundo acreditou neles. Não sei como foi que pegou tão forte isso. O povo dizia, tem que ir preso mesmo esse povo da Cooperativa. (...) Eles fizeram várias reuniões no Leão XIII e perguntaram para os trabalhadores: vocês querem que a gente pague a Cooperativa ou pagamos direto o banco? E o povo: não, não paga a Cooperativa não, paga o banco. Então, todos assinaram um papel em branco. (...) Eles fizeram votação e só três pessoas levantaram o braço para defender pagar a Cooperativa. (...) Tinha mais de mil pessoas. (...) A gente tentava falar: Gente, eles estão fazendo isso porque estão querendo levar o resto do dinheiro da gente, mas o povo não entendia. (...) Então, acabou o sonho que a gente tanto trabalhou. (...) Era um sonho muito grande, e o povo não entendeu.

O relato refere-se à questão do pagamento do Pronaf. Após a intervenção, o novo síndico também não cumpriu os compromissos assumidos anteriormente pela gestão da massa falida, articulada à Cooperativa. Em especial, o pagamento do crédito recebido pelo Pronaf e também as dívidas com o PAA<sup>53</sup>, em nome dos trabalhadores assentados, cujos desenhos foram detalhados anteriormente. Como visto, no Pronaf, os assentados acessavam crédito individualmente e transferiam uma parte do recurso para a manutenção da Usina e/ou custeio da produção

---

<sup>53</sup> No caso do PAA, as Associações tinham uma dívida de R\$ 8 milhões que deveria ser paga pela massa falida, para que os trabalhadores não ficassem inadimplentes.

agrícola das áreas coletivas, através da Cooperativa. Como havia ocorrido nos anos anteriores, a Cooperativa pagava a sua parte e cada assentado também a sua, utilizada na sua produção individual, após a finalização da safra. Todavia, após a intervenção da Justiça, o novo síndico enganou os trabalhadores e não pagou a parte da Usina, fazendo com que os assentados acabassem responsabilizados por toda a dívida, como vemos no relato de uma trabalhadora rural, sindicalista, em entrevista em 2014:

A gente trabalhou tanto para ver se a Usina não fechava. Diziam que ela era dos trabalhadores, mas nunca foi. (...) Se fosse dos trabalhadores ela não estaria na situação que está hoje. (...) Quantas DAPs<sup>54</sup> a gente não assinou para não ver ela fechar? (...) E agora a gente está com os nomes todos presos por causa dessa Usina. (...) Eu mesma fui lá no mês passado, e chorando paguei, deixei de fazer coisas, meu terraço que está com o teto para cair, e paguei 2.750 reais de uma coisa que não fui eu que peguei. Mas eu tive que pagar. (...) A Dilma pagou 80% e o resto nós temos que pagar. A minha dívida era de 12.500. (...) E muitos trabalhadores vão ter que pagar, se não pagar ficam com o nome sujo. (...) Era para a Usina pagar, alguns diziam que era para a Usina, outros que era para a Cooperativa pagar, outros diziam que o síndico que entrou, sei que ninguém pagou e a agora a gente que tem que tirar da goela como sempre para pagar. (...) Mas eu sei que foi a Cooperativa que forçou a gente a assinar essas DAPs, ou a gente assinava para sair o dinheiro, ou a gente nem trabalhava, nem recebia. (...) Eles só diziam pra gente que era para levantar a Usina. (...) Mas só levantava mesmo o pessoal da Cooperativa, porque a gente ficou na pior. (...) A gente que veio lá de baixo está pagando pelo que não fez. (...) Eu juntei tanto para arrumar a minha casa, e agora tive que pagar essa DAP.

Tal fato também somou ao processo de difamação e criminalização da Cooperativa, pois para muitos trabalhadores ela era responsável pelo pagamento desse empréstimo. Sem compreender as implicações da ação do novo síndico, muitos trabalhadores passaram a acusar a diretoria da Cooperativa. Cabe lembrar que a Cooperativa, criada em 2004, era parte do plano desenvolvido para a reforma agrária de Catende, ocorrida em 2006, no acesso a programas de incentivo, tanto para o campo quanto para a indústria, o que foi inviabilizado a partir da intervenção, como expressa o relato de outro trabalhador rural assentado, sindicalista e membro da diretoria da Cooperativa, em entrevista em 2014:

---

<sup>54</sup> DAPs são as Declarações de Aptidão ao Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar), do Governo Federal, com a qual os agricultores acessam crédito, entre outros programas de fomento e apoio.

A cooperativa é uma coisa complicada também. Ela foi formada para buscar recursos nos governos, para manter as coisas que vinham de bom para os trabalhadores, para manter os trabalhadores. Então, a Usina funcionava, mas tudo passava pela Cooperativa. Ela pagava o salário, ela vendia o açúcar, ela fazia projeto para buscar recurso para manter o povo no inverno. Ela controlava e manobrava toda a situação da Usina. A Usina moía, mas a Cooperativa que tocava o negócio para frente. Quando ela foi fundada, eu sou diretor, mas sempre fiquei aqui no Sindicato, eu nunca fui trabalhar lá dentro da Cooperativa. Mas foi com a Cooperativa que nós tiramos os projetos no INCRA e o dinheiro para o pessoal plantar cana. Então, nesses projetos eles tiravam tantos por cento para o trabalhador e tantos por cento para a Usina. Só que depois aconteceu aquela coisa toda, a Usina padeceu, o processo deu zero, as contagem não deram certo, e a Cooperativa não pode andar também. Ela só andava enquanto ela estava com o potencial de funcionamento, com o controle da Usina. A ideia era que quando terminasse a falência, a Cooperativa iria assumir mesmo a Usina, o que já acontecia antes, porque ela já assumia já. Mas como a Usina ainda estava no processo de falência, sem o apoio do juiz, não teve como conseguir manter a Usina com a Cooperativa.

Todavia, essa compreensão mais completa do processo não era generalizada para todos os trabalhadores envolvidos, por diversas dificuldades. Sobre esses conflitos, analisa um ex-seminarista, coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Zona da Mata Sul, em entrevista em 2014:

O pessoal começou a falar muito da questão das DAPs para os créditos do Pronaf, que os trabalhadores tiveram que assinar e repassar para a Cooperativa uma parte do recurso. Muitos deles dizem que não sabiam para que estavam assinando e também dizem que não sabiam o montante que ficava para a Cooperativa. (...) Muitos trabalhadores dizem que não entendiam aquilo e que estavam sendo roubados. Que tinham sido enganados. (...) Faltou esclarecer o trabalhador, que não entendia porque aquilo funcionava daquele jeito. (...) Os trabalhadores não tinham consciência ou conhecimento de como se dava o processo. Sabiam que estavam participando da desapropriação pelo INCRA, mas também não sabiam como seria o processo. Não sabiam, por exemplo, se ficariam com um pedaço de terra, se ficariam com uma casa. (...) Então, me parece que não teve um esclarecimento suficiente para os agricultores familiares e muita coisa ficou muito obscura para eles.

Assim, mesmo destituída do controle da Usina, a Cooperativa passou a ser vista por muitos trabalhadores endividados como a responsável pela inadimplência do Pronaf, contribuindo para que ficasse desacreditada entre os trabalhadores. Ficou claro que uma parte considerável dos trabalhadores não estava apropriada das

estratégias criadas para viabilizar a recuperação da Usina, ou seja, não havia compreendido o projeto do qual estava fazendo parte. As enormes dimensões populacionais e territoriais de Catende eram também um desafio grande. Como relatam alguns trabalhadores, criou-se na época uma visão predominante de que “todos na Cooperativa eram ladrões na boca do povo”. Com isso, analisam alguns membros da diretoria da Cooperativa, “eles construíram uma mágica para ficar com o dinheiro do povo”, convencendo os próprios trabalhadores a assinarem documentos que liberavam a massa falida de transferir os recursos para o pagamento dos créditos à Cooperativa, como havia ocorrido nos anos anteriores. Com o aval dos próprios trabalhadores, a massa falida ficou responsável em pagar o crédito diretamente ao banco, o que nunca ocorreu.

Nesse contexto, alguns trabalhadores também ponderam em relação a conflitos internos que teriam contribuído para desgastar a imagem da Cooperativa, e que também poderiam em parte explicar a oposição dos próprios trabalhadores. Eram conflitos relacionados à gestão da Usina, que possivelmente aumentaram a vulnerabilidade de Catende frente ao ataque sofrido, como avalia um dos assessores da Cooperativa:

Se a gente estivesse mais inteiro, se não tivessem os problemas internos, não teriam entrado. Nem o juiz teria conseguido derrubar a gente. Mas pegaram a gente em um momento de divisão interna, quando se estimulava um contra o outro para poder prevalecer na hegemonia ou disputar o papel de líder. (...) Houve falhas internas muito grandes nesse sentido, e depois não dá para voltar atrás. (...) E isso foi um prato feito para o pessoal de fora intervir. (...) A gente não pode culpar só a Justiça, a gente teve também a nossa parcela de culpa no fim de Catende.

Sobre esses conflitos entre os próprios membros que compunham o Conselho de Gestão da Usina, também avalia um trabalhador rural, assentado, sindicalista, membro da diretoria da Cooperativa, em entrevista em 2014:

Num lugar onde um puxa para um lado, o outro puxa para outro, não funciona. As coisas dão errado. Então, os trabalhadores olham dentro da diretoria, o pessoal que está administrando. Quando fica esse conflito, essas brigas não trazem nada de bom. Porque enquanto estava todo mundo com a cabeça controlada, junto, com a expectativa de dar tudo certo, correr bem, estava tudo equilibrado. Mas quando começaram as brigas lá dentro da Cooperativa, da diretoria, aí começou a desandar. Os trabalhadores foram perdendo a confiança e foi desmantelando tudo que estava indo bem. (...) As brigas, eu não sei muito bem, mas era assim: eu trabalho nesse setor, se a

pessoa acha que não estou fazendo a coisa certa, ela começa a brigar. Aí um manda fazer uma coisa, diz que não era para fazer assim, o outro acha que não deve ser desse jeito. Então, foi uma briga interna mesmo, envolvendo os principais, e isso ajudou a cair tudo, foi quando foi caindo por terra todo mundo, os trabalhadores ficaram todos assustados, foram vendo: estamos com dinheiro sem receber, com essas dificuldades todas, e com essas brigas das lideranças, os trabalhadores começaram a ir no Ministério Público, começaram a denunciar e foi acontecendo as coisas todinhas. (...) Todo mundo ficou muito confuso, sem ter noção do que estava acontecendo, até hoje não entendemos bem o que aconteceu, qual era a briga.

Em busca de avaliar mais profundamente os problemas internos da Usina, que a deixaram mais vulnerável à intervenção da Justiça e à destruição do projeto coletivo em construção, alguns entrevistados destacaram que as dimensões gigantescas de Catende, com quatro mil famílias envolvidas, em 48 comunidades rurais espalhadas no território, contribuíam para dificultar a comunicação, a participação e a apropriação efetiva dos trabalhadores dos processos em curso. Os limites da participação do coletivo dos trabalhadores estão no centro da avaliação do coordenador da CPT Zona da Mata Sul, em sua crítica ao projeto de recuperação da Usina Catende, em entrevista em 2014:

O ponto central é: qual é a vontade desses beneficiários? Quando tinha a relação do cortador de cana com os usineiros antigamente, por exemplo, como era na Usina Catende antes das terras serem desapropriadas: como era a relação entre o dono da Usina e os seus cortadores de cana e seus empregados? O cortador de cana prestava o seu serviço e o seu patrão vinha pagar no final da quinzena a ele. Era uma relação trabalhista simplesmente. Então, dentro da cooperativa, se não trabalhar bem com todas as famílias, organizadas em associações, em cada comunidade, se não se trabalhar bem essas relações, a relação de patrão e empregado vai se manter. Então, você tem que trazer o agricultor, o trabalhador para dentro: Olha, agora as coisas mudaram, a gente não tem mais patrão, o patrão agora somos todos nós, vamos pensar juntos como vai ser esse novo modelo? Como a gente vai tocar isso para frente agora? Temos a terra e o que a gente vai fazer? Vamos continuar plantando cana? Ou vamos produzir outras coisas? Trazer os trabalhadores através de suas associações para discutir sobre qual seria o modelo seguido. Acho que se tivesse sido assim as coisas teriam sido diferentes. Pois mesmo que todos dissessem: vamos continuar plantando cana. Mas que cada um soubesse qual o seu papel ali dentro, começasse a se sentir parte daquilo e não simplesmente: estou trabalhando para a Cooperativa, sou empregado da Cooperativa, eu trabalho e a Cooperativa me paga. (...) É importante se sentir parte daquele Assentamento,

saber que lutou junto, que conquistou e que agora está junto com os outros companheiros e companheiras pensando o futuro da comunidade. (...) Pelas dimensões e desafios de Catende, pelo que vimos conversando com os trabalhadores, isso avançou pouco e ainda era muito frágil. (...) Se tivesse dado certo, seria mesmo um modelo arretado para muitos Assentamentos, com tantas usinas fechando hoje, seria muito bom. (...) Mas pensamos que quando a gente acompanha uma comunidade que está em luta pela terra, qual o propósito? É que todas as pessoas que moram naquela comunidade tenham o entendimento do que está acontecendo ali, que eles mesmos, com suas associações e organizações, saibam como melhorar a vida ali. Porque há sempre o risco de que uma pessoa que tenha mais conhecimentos, mais estudos, mais articulações políticas tome conta e faça as coisas sozinha, sem a comunidade. Mas o intuito é que aquelas pessoas, homens, mulheres, jovens, participem do processo de luta, de planejar, de produzir, de comercializar o que produz. Então, para nós, o princípio deve ser trabalhar a partir de processos coletivos. (...) Quando você está num acampamento onde todo mundo sabe o que é a luta pela terra, todo mundo sabe como se dá aquele processo, o sentimento é outro. É o sentimento de ir para frente, de fechar o INCRA, de ir para a rua, de chamar a atenção dos meios de comunicação por aquela luta. Por quê? Porque eles têm conhecimento do processo e sabem qual é o projeto, qual é o sonho, o que eles querem. Quando o trabalhador não tem esse conhecimento, quando ele vê aquele grupo que está à frente dele simplesmente como patrão, mesmo que não seja mais apenas uma pessoa, mesmo que sejam várias pessoas. Mas se ele não tem conhecimento do processo, ele pensa: já estou sendo enganado mesmo, eu não vou defender ninguém não. A maioria não tinha conhecimento de como estava se dando o processo do Assentamento, porque as coisas aconteciam de um jeito e não de outro. (...) Então, pensaram: Vou lutar para quê? Para quem? Inclusive porque muitas vezes nem se sentiam donos daquela terra que já era deles, mesmo depois da reforma agrária. (...) Tanto é que quando nós começamos a acompanhar três comunidades que fazem parte do Assentamento Miguel Arraes, quando conversamos com os assentados, você percebe como eles tiveram pouca informação. (...) Eles não sabem, não sabem onde podem plantar, nada. (...) Então esse sentimento de se sentir parte do processo não teve. (...) E quando surgiram todos esses problemas, as conversas, as intrigas, aí ninguém mais quis saber.

Cabe ressaltar que a CPT atua hoje com projetos de apoio à agricultura familiar em engenhos mais afastados do Assentamento Miguel Arraes, possivelmente onde havia maior dificuldade de comunicação e integração ao projeto cooperativo. Todavia, as críticas colocadas em sua análise são pertinentes para o debate sobre as transformações conquistadas em Catende nas relações sociais de produção e de trabalho, e suas

contradições. Nessa questão, soma-se também o surgimento de novas desigualdades e novas concentrações de poder, que comprometiam o desenvolvimento do projeto cooperativo e da organização autogestionária da Usina, mas que, como vimos em seção anterior, estavam em debate na busca de soluções coletivas.

Inconformada com os acontecimentos, relata uma trabalhadora rural assentada, sindicalista, em entrevista em 2014:

Você trabalhar para construir tanta coisa, tantas conquistas, e vir um cabra e dentro de dois anos destruir tudo, é um absurdo. É uma coisa que mexeu muito com todo mundo. É inacreditável. Teve trabalhador que chegou a morrer, acho que de desgosto mesmo. Trabalhador rural, operário. (...) Hoje a gente vê essa realidade tão difícil, quando deveria estar todo mundo aí numa boa. Tocando a vida, no seu lugar. Hoje se você chega nos pontos de ônibus de madrugada, o povo tá tomando conta do mundo, se espalhando. Questão de sobrevivência mesmo. Acabou. (...) Hoje a gente está tentando retomar alguma coisa, falando para o povo: Olha, minha gente, a gente tem ainda a maior riqueza na mão que é a terra. A gente pode ter a barriga cheia e fartura, ninguém precisa passar fome, vamos plantar, plantar de tudo! Mas a gente precisa de apoio, o governo precisa ajudar o agricultor. A gente precisa de crédito para trabalhar. Hoje a gente não tem apoio de nada. Sem crédito fica difícil. (...) Esse Pronaf ajudava nessas coisas, mas agora a gente está com dificuldade no banco, por causa do pessoal que veio e tomou a Usina e não pagou o Pronaf. Tinha que pagar R\$ 7 milhões e tanto, ele pagou R\$ 1 milhão e deixou o resto sem pagar. Aí a gente ficou sem crédito para trabalhar na terra. (...) As dívidas estão no nome de cada trabalhador, porque era isso que dava acesso para funcionar o campo e a Usina, junto com a Cooperativa. Era o que ajudava. (...) Na época do Marivaldo era uma honra pagar esses Pronaf, porque era isso justamente que dava sustentabilidade ao todo, tanto da Usina quanto do campo, dando crédito para a gente trabalhar a terra e também para a indústria. (...) Depois os trabalhadores pagavam a parte que ficava com eles, e a Usina a parte que ficava com ela. Mas esse novo síndico que o juiz botou, ele não pagou a parte dele e aí acabou com todo mundo. Está todo mundo com inadimplência no banco, enquanto não pagar. (...) O banco já mandou motoqueiro nas comunidades procurar os presidentes de associação para notificar os trabalhadores. Quando falaram comigo eu disse: Olha, o banco tá mandando isso para as pessoas erradas, infelizmente o nome que está lá é o nosso, mas quem está devendo esse dinheiro pra gente é esse síndico que o juiz botou na Usina, eles que usaram de má-fé e fizeram essa sacanagem com a gente. (...) Mas infelizmente o que aconteceu teve também culpa dos próprios trabalhadores, porque muita gente acreditou que esses homens vinham fazer me-

lhor do que já estava, e deram credibilidade para eles. (...) A gente tentou conversar com os companheiros, mas ninguém escutava. (...) Uma coisa inexplicável. (...) Muitos se arrependeram. (...) Quando se deram conta, era tarde demais. (...) Quando a gente tinha Catende, meu Deus, era aquela animação, aquela alegria, o povo era feliz e não soube valorizar isso.

Os conflitos internos, em alguma medida, são parte dos processos coletivos de uma organização tão complexa como a Usina Catende, envolvendo, em uma enorme extensão territorial, uma diversidade de grupos sociais e sujeitos político, como também de atividades e processos produtivos. Certamente esses conflitos fragilizaram Catende diante do ataque dos grupos econômicos e políticos, que há muito tempo planejavam destruir a luta dos trabalhadores da Usina. Mas o desfecho da história não se explica por conflitos internos, e sim pelas grandes disputas econômicas e políticas nas quais a Usina Catende estava inserida.

Mesmo após perder o controle da indústria, conforme relatam alguns trabalhadores, eles ainda buscaram dar continuidade à produção de cana nas áreas coletivas do Assentamento e também no Programa Cana de Morador, através da Cooperativa, avaliando que haviam perdido a indústria, mas haviam conquistado a terra, o que não tinha mais retorno. No entanto, passaram a enfrentar enormes dificuldades, pois a Cooperativa, sem o controle da indústria, tinha que entregar a cana para ser moída na Usina Catende ou em outras usinas da região (Pumaty, Pedrosa, Taquara, São Luís, Norte-Sul, Estreliana, Santo André), sob condições precárias e injustas impostas por elas. Pior ainda, após entregarem a cana (com inúmeras dificuldades, falta de estrutura e incêndios criminosos da plantação), essas usinas entraram em falência e fecharam, sem pagar os fornecedores e os trabalhadores, como de “praxe” e com total impunidade. Com isso, desde a safra de 2009/2010 até hoje, a Cooperativa tem a receber dessas usinas um montante que soma mais de R\$ 10 milhões (apenas a Usina Catende deve R\$ 2 milhões à Cooperativa). Sem receber, também a Cooperativa foi inviabilizada, mesmo com as terras conquistadas pela reforma agrária, como ressalta um trabalhador rural, em entrevistas em 2014:

Com essa crise, os usineiros acabaram até com a Cooperativa também. (...) Eles tomaram tudo mesmo, pois não querem deixar os trabalhadores se firmar, porque eles viram que amanhã ou depois o trabalhador estava virando dono das próprias coisas deles. Eles viam que os cabras iam crescendo mesmo, e resolveram: “vamos cortar o mal pela raiz.” Porque tinha trabalhador aqui hoje, que os caras chegavam aqui e perguntavam: “De quem é aquilo ali?” “É meu.” “E aquilo

ali?” É meu. “Aquilo não é da Usina?” E o trabalhador dizia: ‘Não, aquilo ali é meu’. “E aqueles poços de peixes?”. “É meu”. Chegou a ter um cabra aqui criando 600 kg de peixe. Aí os usineiros pensaram: “Pro cabra crescer assim não vai dar não.” Aí pronto. Tudo que eles faziam era para acabar com a gente, depois que nós tiramos os usineiros da Usina. (...) Hoje não tem mais para onde correr mais não. Teve cabra aqui que endoidou, correu de casa, ficou sem saber o que fazer. (...) Teve cabra que perdeu a moagem todinha, que entregou para moer e eles não pagaram. Trabalhador que vendeu seus bichinhos para fazer o serviço, entregou a cana na Usina e quando foi receber falaram que não tinha mais dinheiro não. Se fosse um trabalhador só, estava bom, mas é meio mundo aí.

Nos anos seguintes à intervenção, por todas essas dificuldades, apesar de terem vivido um período de alta no preço da cana, os trabalhadores de Catende assistiram a completa decadência da produção canavieira da Usina e de toda a região. Como ressaltam vários trabalhadores, em contraste com a realidade vivida até 2009, onde havia sempre demanda para ampliar a plantação de cana, realizada principalmente pelo crescimento da Cana de Morador, em 2014, sem condições para moer a cana, sobrava matéria-prima no campo e o maior prejuízo recaía sobre os pequenos produtores, trabalhadores rurais que não tinham como recuperar o recurso investido em suas lavouras.

Em 2010, um ano após a intervenção da Justiça, quando todos começaram a sentir claramente as consequências e o processo de esvaziamento da Usina Catende, os trabalhadores conseguiram organizar uma grande manifestação, inclusive recuperando a articulação entre campo e indústria. Como conta um trabalhador rural assentado, sindicalista, em entrevista em 2014, a manifestação foi violentamente reprimida pela polícia:

Em 2010, a Maria, essa senhora que você também entrevistou, ela dormiu enrolada numa lona na porta da Usina. Nós juntamos o povo e falamos: Não vamos deixar esse síndico entrar mais aqui. Nós nos juntamos para botar ele para correr, e ele fugiu para Recife com medo! Botamos umas barracas lá na frente da Usina, o povo dormindo embaixo, arrumamos água e comida pelos sindicatos. Fizemos um tumulto na frente da Usina e dissemos: não queremos mais esse pessoal aqui, eles vieram para destruir o nosso trabalho. Mas não deu em nada. (...) Também fechamos a BR 101, quando vimos que não tivemos sucesso no acampamento na frente da Usina, fomos para a BR, para que o governo do Eduardo Campos viesse conversar com a gente, dizer o que estava acontecendo, dizer o que eles iriam fazer para melhorar a nossa situação. A gente queria a Usina funcionando, os trabalhadores com ficha para dar o que comer para as suas famílias,

mas não apareceu ninguém do governo, só a polícia. O governo botou a polícia de choque em cima da gente, correu Marivaldo, correu o presidente do nosso sindicato, eu corri, jogando bomba de gás em cima do povo, bala de borracha e pedra.

Também sobre o episódio, relata outro trabalhador rural, assentado e membro da diretoria da Cooperativa, em entrevista em 2014:

Nós paramos a BR aqui e saímos à bala! Os procuradores federais vieram e tiveram que pedir licença para nós para passar. O povo não queria deixar não, e eles tiveram que conversar. Prometeram que o síndico e o juiz viriam até a gente dar uma explicação sobre os pagamentos e o recurso que tinham desviado que era para o pagamento das indenizações do pessoal. (...) Tinha mais de 1.500 pessoas bloqueando a BR. (...) A gente já tinha tentado fechar a porta da Usina e um segurança da Usina quase matou a gente, deu três tiros em um trator para que a gente liberasse a entrada. (...) O juiz deu até uma entrevista na rádio. Já viu juiz falar em rádio? Ele falou na Rádio Jornal de Recife, dizendo que a Usina iria dar bons resultados e que iria continuar funcionando e que todos os trabalhadores iriam receber, e que o dinheiro que tinham pegado, eles iriam devolver. (...) Mas nada disso aconteceu. (...) Eles começaram a desmontar a Usina, levar as peças. (...) Depois disso, teve outra vez que tentamos falar com o Lula, quando ele veio para Palmares, junto com Eduardo Campos, após a cheia de 2010.

Sobre esse outro episódio de 2010, alguns trabalhadores contam as dificuldades que enfrentaram para “furar os bloqueios” e fazerem contato com o então presidente Lula. Eles relatam que haviam inscrito representantes dos trabalhadores e dos sindicatos em uma lista de pessoas que o presidente iria receber em Palmares, mas que de última hora, pela ação do governo de Eduardo Campos, seus nomes foram retirados, e apenas o novo síndico da massa falida da Usina foi recebido. Apesar disso, contam que conseguiram nesse momento entregar em mãos ao ex-presidente um documento, e que posteriormente foram contatados por Gilberto Carvalho, ministro e assessor de Lula, em busca de esclarecimentos sobre Catende. Após o episódio, contam que realizaram diversas reuniões com representantes do governo federal (inclusive em Brasília), nas quais denunciaram a intervenção fraudulenta e o esvaziamento do patrimônio da Usina que vinha ocorrendo a partir de 2009 e discutiram formas de recuperação da Usina com apoio do governo federal, inclusive avaliando a possibilidade de transferi-la à Petrobrás. Todavia, por diversos conflitos, envolvendo, de um lado, o Governo do Estado, a Justiça, os grupos políticos e sindicatos ligados a eles, especialmente do PSB, e de outro lado, os grupos políticos e sindicatos em divergência com eles, ligados especialmente ao

PT, os planos de apoio não se desenvolveram, e a Usina Catende foi fechada em definitivo em 2012 e em seguida esvaziada e sucateada, com a conivência e omissão de todos os poderes públicos.

Alguns desses conflitos e contradições explicitam-se também no relato de um operário, em 2014:

Eu tinha muito orgulho quando chegava em Brasília, de trabalhar em uma Usina famosa como Catende, e a gente era muito procurado lá. Às vezes, parecia que o presidente da república estava discutindo os problemas do país em uma sala, e depois vinha falar com a gente na sala do lado para discutir os problemas de Catende. (...) Um ministro vinha e ficava uma hora discutindo com a gente, e depois ia e ficava uma hora discutindo com o presidente. Para você ver a importância que tinha Catende. Eu voltava de Brasília com o peito cheio de orgulho e pensava: Rapaz, a gente trabalha em uma Usina querida, num projeto que vai dar certo, as coisas estão caminhando bem, isso vai ficar para os filhos da gente, para os netos da gente. E de repente tudo acabou. (...) Foi por briga política. Quem trabalhava aqui, quem estava no comando aqui era um grupo político do PT, e o Governo do Estado vinha de outro partido. A briga era essa. Mas quem pagou caro por isso foram os trabalhadores. Eu tenho convicção que foi Eduardo que acabou com Catende porque eu vi ele aqui numa campanha para o governo. (...) Quando ele falou: quando eu ganhar eu arranco esse grupo do PT daí. Ele falou isso! (...) Em 2010 houve uma enchente aqui que acabou com a Usina e o Juiz veio também à Catende e fez uma reunião com as lideranças dos trabalhadores, eu estava lá nessa reunião, e ouvi quando o Juiz disse: todos os dias o governador me ligava para tomar uma posição sobre Catende, e quando eu tomei ele até me ligou para dar parabéns (...). Agora com a enchente, ele vai ter que me ajudar com a Usina. (...) Escutei tudo isso, por isso eu sei, que o Governo do Estado foi peça principal para fechar o projeto de Catende. Se não fosse isso, a gente estava moendo aí, os trabalhadores empregados, estava tudo aí. (...) Ele entrou numa briga com o pessoal do PT, mas quem pagou por isso foram os trabalhadores. Ele não olhou o lado dos trabalhadores. (...) E o PT, no governo da Dilma, o povo segue acreditando, mas não no candidato que o PT está apoiando aqui no Estado. Armando Monteiro, ele é usineiro, esse cara não vem de um setor bom não. (...) Também quer massacar o trabalhador. (...) No fim, nós passamos por muitos problemas aqui em Catende, vencemos enchente, vencemos fogo, agora pela Justiça a gente não passou.

Sobre os interesses econômicos que submetiam a Justiça e a omissão dos governos estaduais e federal, avalia um trabalhador rural assentado e sindicalista, em entrevista em 2014:

O processo de falência de Catende até hoje não terminou. Tem trabalhador demitido da Usina faz 23 anos que até hoje não recebeu nada. (...) Essa justiça nunca quis resolver isso. Esse Juiz pisou, pisou em cima do dinheiro. (...) Quem estava segurando a Usina Catende era um grupo da Cooperativa, com o Marivaldo, que hoje é Prefeito da cidade de Jaqueira, ele era o síndico na época. Vieram e disseram que ele estava roubando, que estava deixando de pagar os trabalhadores, entregando cesta-básica. Sei que o Ministério do Trabalho veio com a Política Federal e pousaram até avião em Catende, e tiraram todo mundo a força mesmo! (...) O governo colocou esse Dr. Carlos, quebraram todas as fechaduras e falaram: agora é esse cara que vai administrar a Usina. O que aconteceu? (...) Esse síndico levou R\$ 8 milhões, saiu levando as peças da Usina, levou o gerador da Usina. (...) Saiu levando tudo! (...) Até que a polícia federal pegou ele na casa dele, com tudo isso, e ele foi preso, nem sei se já está solto. (...) Nós sindicalistas sempre acompanhávamos tudo o que estava acontecendo em Catende. (...) A Cooperativa tinha conseguido em Brasília essas DAPs, no INCRA, era um dinheiro que saía com a assinatura do trabalhador para manter a Usina em forma e gerar emprego. O trabalhador ficava com a menor parte e a maior parte ia para a Usina, para gerar emprego para aqueles próprios trabalhadores da Usina. Por exemplo, se o trabalhador assinasse R\$ 7 mil, a Cooperativa dizia: você fica com R\$ 2 mil para cuidar do seu roçado, comprar adubo para as suas canas, e R\$ 5 mil vai para a Cooperativa para cuidar da indústria. (...) Quando chegava a data de pagar os créditos, normalmente era fevereiro, a Usina tinha que devolver esse dinheiro para o governo, e o trabalhador pagava a parte dele. (...) Isso estava funcionando, estava tudo certo. (...) Então, quando chegou aquela data da Usina pagar o crédito para o governo, a Cooperativa viu que se pagasse as quinzenas dos trabalhadores não teria dinheiro para pagar o banco. Se não pagasse o banco, como ele iria fornecer dinheiro de novo para o Assentamento? Então, o Marivaldo chamou os trabalhadores, fez aquela multidão no pátio da Usina, cheio de gente que fazia medo, mandou chamar os trabalhadores de todos os engenhos e ele explicou que não poderia cumprir com as quinzenas dos trabalhadores, que iria comprar cestas-básicas no valor de R\$ 100 e que iria pagar o banco, para a Usina poder continuar funcionando. E os trabalhadores concordaram. (...) Mais aí o que aconteceu: quando estava aquele monte de saco, 5 mil cestas-básica no pátio da Usina, (...) gente adversária denunciou e veio bater em cima os fiscais do trabalho. (...) Foi quando tiraram a Usina da mão da Cooperativa, que o governo enviou esse novo síndico e foi aí a destruição dos trabalhadores. (...)

Ele demitiu todo mundo, pegou todo o dinheiro e ficou por isso mesmo. (...) Nós procuramos o Eduardo Campos e ele falou que não colocava mais a mão em Catende, virou as costas para nós. (...) Pelo lado da presidente Dilma, também não está bom. (...) Ela vem fazendo o Bolsa Família, que é uma ajuda muito boa, ninguém pode negar. (...) Mas um pai de família com cinco filhos vai sobreviver com o Bolsa Família? Ele quer trabalhar para dar o que comer para a sua família! O Bolsa Família é um complemento para comprar um material para o filho estudar, mas o trabalhador quer emprego! (...) Hoje, os trabalhadores de Catende, estão com essas dívidas da DAP. Tem trabalhador com R\$ 20 mil de dívida! Os projetos de agricultura familiar não servem para os trabalhadores de Catende. Como o governo vai liberar dinheiro se o povo está tudo com o nome sujo? (...) As dívidas não ficaram nas costas da Cooperativa, ficaram nas costas dos trabalhadores, no nome de cada um. (...) O banco está indo atrás do povo. (...) Uma vergonha! Hoje está uma situação muito triste, tudo passando fome e necessidade, sem saber para onde correr.

O advogado da FETAPE e dirigente do PT em Pernambuco, que desde o início, ainda nos tempos do Governo de Arraes, assessorava a luta dos trabalhadores de Catende, formalizou uma representação contra o Juiz no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em Brasília, mas sem resultado, como relata em entrevista em 2014:

A cobiça de um juiz, filho de desembargador, cobiça mesmo, pois até o síndico foi preso, pelos malfeitos que fez com autorização desse juiz. Com a destituição de Marivaldo, depois de durar 16 anos, como projeto dos trabalhadores, na mão deles, Catende não durou mais nem um ano. Eles não pagaram o PAA (...) o governo não pode mais renovar o crédito. Com um ano demitiu todos os trabalhadores na indústria e no campo, e parou a Usina. Ou seja, aquilo que os trabalhadores no diálogo conseguiram construir e fazer caminhar durante 16 anos, com muita dificuldade, um só administrador público do Judiciário, com apoio do governo do Estado e a omissão do governo federal, foi destruído em um ano. (...) Eu denunciei esse juiz, o pai dele, o escritório de advocacia do irmão dele, no Conselho Nacional de Justiça, mas infelizmente não deu em nada. (...) Até o dinheiro do INCRA, que todo mundo dizia: aquilo é sagrado, é para pagar os nossos direitos, que tinha ficado cinco anos guardado, até hoje não conseguimos descobrir, mas pelo que tudo indica esse juiz e esse síndico rapinaram tudo isso também. São crimes que vão ficar impunes. O juiz foi exportado para estudar em Portugal, porque juiz não se pune. Arquivaram a minha representação contra eles. E foi de certo modo um bumerangue, eu joguei as provas, mostrei arrazoados, fiz defesa em sustentação moral em audiências públicas aqui, e quem sofreu no final fui eu, sérias discriminações profissionais e pessoais. E o juiz, quando o síndico que ele indicou,

da confiança dele, passou oito meses preso, ele foi fazer um mestrado em Portugal. Faz uma semana, eu descobri que ele voltou para a Vara responsável pela falência de Catende. É assim que se pune juiz: manda fazer curso na Europa, e depois reintegra na própria comarca onde ele fez tudo isso que eu apenas resumi, porque é muito pior.

Sobre a situação de Catende, avaliou outro assessor dos trabalhadores de Catende, em entrevista realizada em 2012:

Do ponto de vista do projeto autogestionário, estamos vivendo o pior momento de nossa história. (...) A intervenção em 2009 desmantelou um bocado de coisas, estamos lutando para reconstruir, buscar os parceiros que sempre tivemos, pois ficou cada um para um lado, os sindicatos para um lado, as associações para outro, a massa falida para outro e a Cooperativa quase na insolvência. Foi um negócio bastante violento. (...) É impraticável vender cana para outras usinas. Ou recuperamos Catende por adjudicação, ou construímos uma unidade nova, ou não há futuro.

Desde a intervenção da Justiça, alguns trabalhadores da diretoria da Cooperativa e alguns assessores estavam buscando formas de reverter essa situação, avaliando, por exemplo, as possibilidades de dar andamento ao pedido de adjudicação<sup>55</sup> da indústria para os trabalhadores. Após o seu fechamento definitivo em 2012, a Usina foi levada diversas vezes a leilão, sem sucesso. No final de 2012, uma notícia de jornal<sup>56</sup> revelou que os trabalhadores de Catende haviam perdido definitivamente a disputa, com a negativa à proposta de adjudicação e a compra da empresa em leilão, ocorrido em 30/10/2012, por um grupo empresarial dos Emirados Árabes, chamado Ganey, pelo valor de R\$ 40 milhões, correspondente a 60% do valor de avaliação global dos bens, segundo informa a reportagem. Todavia, o grupo não pagou e, alguns meses depois, Catende foi novamente levada a leilão. Após algumas outras tentativas de leiloar a Usina, atualmente ela encontra-se totalmente sucateada e abandonada.

Em 2014, foi essa a imagem que vi quando estive na sede da Usina, onde havia apenas um vigia com ordens para não permitir a entrada de qualquer pessoa. Ele contou que trabalhava na empresa há 25 anos e que continuava fazendo a vigilância há três anos sem receber, por um acordo com o atual síndico da massa falida, para que pudesse completar o tempo de serviço para aposentar-se, uma vez que hoje não

---

<sup>55</sup> A adjudicação baseia-se na transferência da propriedade da Usina aos trabalhadores através dos créditos trabalhistas.

<sup>56</sup> G1 Pernambuco, “Massa Falida da Usina Catende é vendida no quarto leilão do TJPE”, de 30/10/2012.

há muitas opções de emprego na cidade. Ao final da conversa, relatou que lembrava o último dia em que viu Miguel Arraes visitando a Usina, acompanhado de Eduardo Campos, quando ouviu o avô pedir ao neto que promettesse nunca deixar Catende acabar, uma promessa que não foi cumprida, como reforçou.

Cabe ressaltar que não se comprovou o envolvimento de Eduardo Campos na intervenção da Justiça em Catende, mas ficou explícito que ele, além de conhecer muito bem toda a história de luta dos trabalhadores de Catende, foi alertado em Carta enviada pelos trabalhadores em 01/04/2009 sobre a vistoria do MPT e os riscos que o projeto coletivo estava correndo, mas não esboçou apoio. Tornando a questão ainda mais complexa, em contraste aos vários relatos de trabalhadores que avaliam haver claros indícios de seu envolvimento no caso, o então governador foi testemunha de defesa, juntamente com o professor Paul Singer (SENAES/MTE) e Aristides Veras (CONTAG), no julgamento de Marivaldo Silva de Andrade. Acusado injustamente de trabalho escravo, o atual prefeito de Jaqueira, ex-síndico da massa falida de Catende, relata com emoção, quando na presença de muitos companheiros, teve relembra sua história de vida, de trabalhador rural, presidente de sindicato, presidente da Cooperativa Catende-Harmonia, ao ser absolvido por unanimidade em 2013.

Sobre as irregularidades encontradas na Usina, registradas pelo MPT, em parte devem-se à incompreensão da ação conjugada que era realizada entre massa falida, Cooperativa e Assentamento, para tornar viável o projeto produtivo de Catende.<sup>57</sup> Nesse processo, outros diretores da Cooperativa e assessores também sofreram acusações e perseguições política, como avalia um assessor que foi um dos principais apoiadores da luta dos trabalhadores de Catende, em entrevista em 2012:

Hoje estamos buscando retomar o equilíbrio moral, político, etc. e qualquer coisa que ainda tenhamos viva é uma grande conquista. (...) Estávamos no exercício penoso de experimentar a autogestão, penosa talvez porque nós ousamos meio antecipadamente esse exercício pelo nosso contexto histórico e cultural. Talvez não tenhamos

---

<sup>57</sup> Conforme documentos disponibilizados pelos assessores dos trabalhadores de Catende, o MPT registrou as seguintes irregularidades na gestão do então Síndico: um gasto de R\$ 150 em almoço em Recife, ao lado do INCRA, não justificado pelos interesses da massa falida; a falta de informação sobre empréstimos passados à Usina, (que ocorriam pelo Pronaf, e eram acompanhados pela Justiça e governo federal); o não pagamento de INSS dos assalariados (o pagamento era realizado caso a caso, como havia sido acordado pela administração judicial, segundo definido na lei de falências); irregularidades nos locais de trabalho referente à NR 31/2005 (que na maior parte dos itens estava sendo cumprida após investimentos recentes de R\$ 250 mil em EPIs); além do atraso no pagamento de salário. As duas últimas irregularidades estavam ocorrendo de forma muito mais grave em outras usinas da região, que não sofreram qualquer sanção.

tido a dosagem certa para o momento, mas acho que surtiram efeitos para a região. O ataque sofrido foi muito grande, mas continuamos recebendo a solidariedade de muitos, inclusive para esclarecer as acusações falsas que sofremos.

Dois anos depois, em outra entrevista, em 2014, ele também acrescenta:

O que fizeram em Catende foi um extermínio exemplar, acho muito difícil se levantar aqui ou em outros lugares das proximidades alguma coisa semelhante. Usaram a força para dar um recado, que foi muito bem assimilado. (...) A polícia sobrevoar a Usina Catende, fazendo voos rasantes de helicóptero, com policiais pendurados com metralhadoras apontadas, sobrevoando a fábrica todinha e o escritório. Olhando cada um. E, ao mesmo tempo, chegar vários carros da Polícia Federal, com os procuradores do trabalho tentando condenar as lideranças e os trabalhadores, e depois incriminando, principalmente, o Marivaldo, foi uma ação proposital, pensada, planejada e executada.

Com esse desfecho trágico, na Usina Catende, depois da resistência de 16 anos de uma iniciativa concreta de organização e produção dos trabalhadores, repetiu-se o que era a prática comum nas demais usinas da região, como relata uma trabalhadora rural assentada, em entrevista em 2014: “Usina sempre foi assim. Direito nenhum”. O fim dessa história de luta também significou um grande retrocesso com relação ao desenvolvimento das empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil, como já avaliava um assessor dos trabalhadores, em entrevista realizada em 2012:

A experiência de recuperação de empresas no Brasil sofreu muito, principalmente a partir do segundo Governo Lula. A recuperação da economia brasileira foi muito bom, mas o governo federal ignorou as empresas recuperadas. No primeiro mandato, junto com o professor Paul Singer, trabalhamos muito junto ao BNDES, mas todas as empresas recuperadas por trabalhadores que tentaram, nenhuma conseguiu empréstimos, as exigências eram as mesmas. Estive com a ANTEAG várias vezes no BNDES no começo, mas nunca conseguimos convencer a equipe técnica do banco de que deveriam ser diferentes os critérios de avaliação para o financiamento das empresas recuperadas frente às empresas convencionais. Quando começávamos a evoluir no diálogo com uma direção, ela mudava. Não houve evolução dentro do Governo com relação às empresas recuperadas. (...) Foi muito complicado.

Além disso, com a nova lei de falências, Lei nº. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, segundo avaliam em Catende, dificultou-se ainda mais o surgimento de novas empresas recuperadas por trabalhadores, como destaca outro assessor dos trabalhadores de Catende, em entrevista de 2012:

Para nós ela [a nova lei de falências] não favorece as recuperações pelos trabalhadores. Por que praticamente não surgiram mais empresas recuperadas no Brasil? Porque a nova lei mudou para favorecer os bancos. (...) O Brasil regrediu absurdamente com a nova lei de falências. Com o novo teto de 150 salários-mínimos para o pagamento dos trabalhadores, fica mais difícil. Hoje há várias usinas em recuperação judicial na região, mas o crédito trabalhista não é privilegiado. A nova lei foi um presente do Governo Lula aos bancos e aos empresários. (...) O tema das empresas recuperadas por trabalhadores não tem mais espaço. O caso da Varig foi o marco, quando a CUT escolheu a recuperação empresarial e se definiu os caminhos da nova lei de falências a partir de leituras políticas limitadas às disputas internas.

De toda forma, a história de Catende reforça a ausência de avanço na legislação quanto à recuperação de empresas em falência pela autogestão dos trabalhadores.<sup>58</sup>

Em 2012, a Cooperativa fez uma última tentativa de recuperar a indústria, entregando um estudo ao Governo Dilma Rousseff, realizado por um consultor internacional, que demonstrava a viabilidade econômica da desapropriação da fábrica, com a transferência do seu patrimônio à Cooperativa<sup>59</sup>, contando com o financiamento da produção a partir do resgate do recurso dos TDAs (Títulos da Dívida Agrária), pagos pela desapropriação da terra, que totalizavam R\$ 52 milhões e que deveriam ser transferidos aos trabalhadores como pagamento das indenizações trabalhistas. Com esse recurso, o estudo indicava que seria possível a recuperação da produção da cana e a retomada da atividade da Usina. A entrega desse documento ao governo federal foi combinada com a FETAPE, e realizada pelo presidente da CONTAG em mãos à Presidenta da República, em um evento no Palácio do Planalto, durante o “Grito da Terra Brasil”. Após o evento, foi realizada uma conversa entre Dilma Rousseff, os ministros Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) e Pepe Vargas (Desenvolvimento Agrário) e alguns representantes da Cooperativa Catende-Harmonia.

---

<sup>58</sup> Cabe ressaltar que a França recentemente aprovou uma importante legislação sobre o reconhecimento da recuperação de empresas para a autogestão dos trabalhadores, como relata Paul Singer, em artigo publicado na Folha de São Paulo, em 01/01/2015 (Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/01/1569228-paul-singer-o-reconhecimento-da-economia-solidaria.shtml>).

<sup>59</sup> Também foi estudado o caso da Cooperativa Pindorama, que segue ativa em Alagoas, com uma história diversa do modelo de autogestão dos trabalhadores da Cooperativa de Catende, por ter um modelo mais patronal, mas que gera trabalho e renda, com a produção de açúcar, numa estratégia de produção diversificada. (<http://www.cooperativapindorama.com.br/>).

A grande expectativa de uma solução apoiada pelo governo federal foi soterrada alguns meses depois, com um parecer econômico: “não desapropria”, apresentado em um documento do INCRA, sem justificativa para a decisão. Por quê? Que justificativa pode haver para um governo que se autodenomina democrático e popular não apoiar uma iniciativa concreta de organização e produção dos trabalhadores? Alguns trabalhadores, sindicalistas e assessores de Catende avaliam que o governo federal não quis intervir em questões internas de um Estado controlado por um grupo político, até então, aliado. Ironia da história, Eduardo Campos rompeu com o governo do PT e saiu como candidato concorrente à presidência no ano seguinte, e mesmo após sua trágica morte, o PSB seguiu acirrando sua oposição ao governo.

Analisando mais profundamente, verifica-se que na crise de Catende, há vários elementos que precisam ser interpretados que se referem à relação com o Estado. Ao longo de toda sua história, sob administração judicial, Catende esteve tutelada pelo Estado, especialmente pelo poder judiciário. Além disso, a perspectiva de futuro que estava em construção, para além do processo de falência, também dependia do poder público, por exemplo, no processo de reforma agrária, com acesso às condições adequadas para a manutenção do trabalho e da renda, que segundo defendiam os trabalhadores, deveria incluir o acesso à terra juntamente com o acesso à industrialização e à tecnologia, inclusive para avançar em termos de uma produção livre de agrotóxicos e ambientalmente sustentável. Com isso, concentravam no Estado as soluções dos entraves estruturais do projeto coletivo dos trabalhadores de Catende.

O apoio do poder público, inicialmente estadual, no Governo Arraes e depois, no governo federal, a partir do Governo Lula, com o acesso às políticas públicas de fomento à agricultura familiar, à reforma agrária e à economia solidária, foram centrais para a resistência dos trabalhadores de Catende ao longo desses anos. Todavia, as relações com o Estado estão repletas de contradições, com aproximações e afastamentos, apoios e oposições, na criação de soluções e também de novos obstáculos à luta dos trabalhadores.

A história da Usina Catende, com sua complexidade e riqueza, não é facilmente decifrável, e requer um esforço de reflexão sobre as diversas contradições que revelam sobre as características e o acirramento atual das lutas de classes e conflitos sociais que constituem a sociedade e também o Estado contemporâneo brasileiro. De um lado, a emergência dessa história de resistência é expressão do fortalecimento de novas formas de organização coletiva para a disputa dos meios

de produção e autogestão dos trabalhadores, após a redemocratização do país, como também da conquista de novas trincheiras na luta pelos recursos do Estado, com a inserção, ainda que bastante limitada, de bandeiras históricas dos movimentos sociais no país, resultando na ampliação de políticas públicas de apoio à organização e à produção dos trabalhadores, especialmente do campo. No entanto, por outro lado, o desfecho da história de Catende indica a insuficiência e alguns dos principais gargalos das políticas públicas de reforma agrária, economia solidária e agricultura familiar na concretização de transformações sociais.

Os avanços da organização dos trabalhadores e do acesso a novas políticas públicas não foram suficientes para tornar as conquistas de Catende mais estáveis e evitar retrocessos. Em meio a disputas e conflitos no contexto de “hegemonia da pequena política”, com a despolitização das grandes questões sociais sombreadas pelo “plano cinzento da política dos gabinetes”, como analisa Ruy Braga (2010) em diálogo com Carlos Nelson Coutinho (2010), a relação com o poder público criou novas ambiguidades e dificuldades, que acabaram desencadeando novas vulnerabilidades em Catende, aproveitadas no momento da intervenção judicial em 2009. Como destaca uma Carta da Cooperativa ao governo federal, de 2010:

O INCRA ao autorizar a liberação do crédito da reforma agrária para ser utilizado também no parque industrial, alimentou em todos nós que o Projeto de Assentamento incorporava a fábrica como totalidade única de um novo formato da reforma agrária, mas nenhum passo concreto foi dado na direção da incorporação da fábrica ao patrimônio da reforma agrária, o que deixou possibilidades para intervenção judicial (trecho de Carta enviada pela Cooperativa Catende Harmonia ao MDA/INCRA, em 01/05/2010).

O acesso limitado a recursos e financiamentos resultava principalmente da falta de solução em relação à propriedade da indústria. Nesse quadro, os programas públicos de incentivo e crédito existentes, por não serem pautados por políticas estruturantes, não incluem o financiamento à organização coletiva e cooperativa dos trabalhadores, pois são voltados para o acesso do produtor agrícola individual. Sendo assim, tiveram que ser adaptados para o atendimento das necessidades do projeto de recuperação de Catende, com dificuldades, para viabilizar recursos à produção coletiva e à manutenção da parte industrial. Além disso, eles eram liberados com grande descompasso às necessidades da produção (pautada por critérios climáticos), gerando frequentes perdas econômicas aos trabalhadores, como também dificultando o desenvolvimento de novos projetos estruturadores de diversificação produtiva, que buscavam aproveitar a estrutura da Usina, e também gerar

maior sustentabilidade econômica aos trabalhadores e ao conjunto do Assentamento, como analisado anteriormente.

Esse quadro manteve o projeto coletivo da Agroindústria Cooperativa de Catende vulnerável às disputas das classes historicamente dominantes na região, que utilizaram de seu “braço” no poder judiciário e no governo estadual, para tomar o controle da Usina, justamente no momento em que os trabalhadores avançavam na criação de novas estratégias para a sustentabilidade do projeto coletivo. A realização de um projeto de reforma agrária de um complexo agroindustrial, sem garantir uma solução para a indústria, tal como a viabilização de estratégias de fomento à produção coletiva de agricultores cooperados, por meio de programas de acesso individualizado ao crédito, foram caminhos encontrados pelo imenso esforço de vários sujeitos envolvidos para que Catende seguisse resistindo. Todavia, ao submeter-se à lógica das políticas públicas, por vezes não adequadas à realidade dos trabalhadores e do projeto coletivo de Catende, novas vulnerabilidades surgiram, frente às quais tais apoios não foram suficientes.

Explicita-se que as novas relações criadas com o poder público, no contexto posterior ao período de implantação das políticas neoliberais, que encerraram abruptamente décadas de subsídio à economia açucareira nordestina, tiveram importantes implicações na resistência e também nos acontecimentos que levaram ao fechamento de Catende. A imagem atual do declínio das conquistas dos trabalhadores assentados da antiga Usina Catende expressa as dificuldades dessas políticas públicas em consolidar o necessário apoio à organização coletiva, cooperativa, autogerida de trabalhadores, com acesso a meios de produção, industrialização e financiamento, que supere os limites impostos pela propriedade privada dos meios de produção, submetendo-a efetivamente a sua função social, rompendo com os privilégios das classes historicamente dominantes. Sobre essas questões, comenta o advogado da FETAPE, assessor dos trabalhadores de Catende, em entrevista em 2014:

Como se deu no passado, Catende foi novamente símbolo, depois de 16 anos, da ofensiva do poder público, por uma conjunção negativa de vários fatores: a ambição de um juiz, a falta de visão do governador, a omissão do governo federal, ela foi desmontada. (...) O governo federal tentou desarticular esse esforço local para desmontar Catende, mas não conseguiu. (...) Mas dou um contra-argumento para o que sempre dizem: Não foi uma decisão de juiz, que por isso se tenha que respeitar. Toda vez que um juiz produz uma decisão que se opõe a prioridade de governo, os governos recorrem e derrubam. Vou dar um exemplo: contra a transposição do rio São Francisco, tiveram decisões judiciais impedindo, mas os go-

vernos estaduais e federal derrubaram as liminares da Justiça. Quando uma hidrelétrica no Norte é iniciada, há decisões judiciais que a impedem, mas quando o governo prioriza, eles vão às instâncias superiores e derrubam. Então, há uma cota importante do desmonte de Catende que se trata da insensibilidade do judiciário, mas também há uma cota dos governos, estadual e federal, que não incluíram Catende como algo a ser preservado, para recorrer da decisão de um juiz. (...) Havia no caso do governo federal uma certa sensação de impotência, e no caso do governo estadual, um apoio subterrâneo a essa intervenção. Então, Catende continuou como um símbolo, ela foi durante 16 anos um símbolo do esforço autogestionário de trabalhadores e hoje ela é um símbolo dos desacertos das políticas públicas no que diz respeito à reforma agrária e à autogestão dos trabalhadores. (...) Catende permanece cumprindo a sua vocação de símbolo dos impasses da política pública, da falta de uma política estruturada de crédito, de fomento e de apoio às experiências de autogestão. (...) Se a reforma agrária não vai bem no país, não teria como Catende estar bem. Se a economia solidária está carente da continuidade de políticas públicas iniciadas no Governo Lula, não se poderia imaginar que Catende estaria a salvo disso tudo. (...) Não atribuo o colapso de Catende somente a fatores externos, nós tivemos dificuldades internas, é natural em um processo de 16 anos haver desgastes. Mas justamente em momentos de dificuldades internas, se há uma política pública com consistência, ela pode ajudar a tornar menos dramática a superação das dificuldades. Mas Catende foi atacada pela cobiça de alguns segmentos, de alguns gestores públicos do judiciário e do executivo, no momento em que ela justamente precisava de apoio para enfrentar as suas dificuldades. (...) Claro que as questões internas que foram responsáveis pelos desgastes fizeram muita gente imaginar que a intervenção do juiz pudesse ser uma ação saneadora dos problemas, que poderia ajudar a melhorar. O que era um enorme equívoco, porque nada que é imposto em um ambiente democrático e de autogestão deve ser aceito, mas parte do conjunto aceitou essa intervenção. (...) Então, ela colapsou por uma responsabilidade direta do poder público. (...) Eu continuo sem abandonar o sonho de que como Catende foi símbolo de tantas fases, ela possa ser símbolo de uma retomada, num outro patamar, com os aprendizados que todos ali tiveram.

Ao avaliar o significado do fechamento da Usina Catende, após tantos anos de luta, declara outro assessor dos trabalhadores, em entrevista em 2014:

Um dos maiores crimes no que se refere à formação política, humana, profissional, de geração de renda e de autogestão, que se possa se pensar que ocorreu nos últimos tempos, foi acabarem com Catende. Isso deveria ser tratado como um crime contra a humanidade. (...) O sistema de destruição foi tão profundo, que acabou com tudo. O que

dói é pensar que poderia ter sido evitado. Não aconteceu naturalmente, não foi aquilo que se diz: morreu de morte morrida. Catende morreu de morte matada! Catende poderia não ter se sustentado, poderia ter sido obrigada a sair da cana, não sei, mas eu acredito que no formato que estava ainda estaria viva e talvez estivesse melhor do que estava naquele momento. Com as coisas mais enxutas, mais oxigenadas, mais amadurecidas, mais focadas, a gente estava conseguindo fazer isso. A gente estava se organizando cada vez melhor do ponto de vista de gestão, do ponto de vista de produção, de produtividade, de comércio, a gente estava cada vez mais dominando essas coisas, lidando com crédito. Mas, quanto mais tempo passava, maior ameaça era Catende ao modelo falido. É um contrassenso, com todas as usinas fechando, com calotes, calotes e calotes, a Usina Catende funcionando, pagando e gerando renda. Então, a lógica foi: é melhor fechar, porque dá mau exemplo. Lamentavelmente, a gente sabe que houve a participação de parcela de governos, parcela do judiciário, e também parcela de trabalhadores e lideranças também.

Certamente havia problemas estruturais na produção canavieira da Usina, relacionados principalmente ao colapso do setor na região. Mas com grande esforço e importantes conquistas, ao longo dos vários anos, Catende estava organizando-se para enfrentá-los, incluindo a busca de novos caminhos de desenvolvimento socioeconômico de seu território, sem repetir, como historicamente ocorreu, a prática de que as classes trabalhadoras são sempre as maiores prejudicadas, por vezes as únicas, na ascensão e decadência dos ciclos econômicos.

Ao analisar as implicações da relação entre a resistência dos trabalhadores e os poderes públicos, principalmente em seu resultado final, verifica-se que ela foi importante fator para que a luta pela autogestão de Catende fosse silenciada, não como resultado da crise estrutural do setor canavieiro na região, mas principalmente como consequência da ação arbitrária e predatória do judiciário e do governo estadual, submetidos aos interesses das classes historicamente dominantes da economia açucareira, e também dos descompassos e da insuficiência das políticas públicas federais, conquistadas na última década, no apoio à organização coletiva dos trabalhadores para a produção agroindustrial cooperativa.

## CATENDE HOJE

Nós tínhamos criado uma forma de produzir e gerar auto-sustentação com muito poder de mobilidade, com amadurecimento de várias questões. (...) A Zona da Mata vem de uma cultura de escravidão, e depois de assalariamento com uma cultura de patronato

forte, e o povo tinha muita dificuldade de ter qualquer avanço. Então, Catende ajudou muito. (...) Mas hoje estamos sem roteiro. (...) Diante da realidade hoje de toda a Zona da Mata, onde a cana de açúcar faliu completamente. (...) O que antes era difícil, hoje é praticamente inexistente. (...) A conquista concreta que tivemos nessa luta foi a terra, mas a gente não esperava ver os trabalhadores tão vulneráveis. (...) Foi uma luta muito grande, um esforço de convencer o governo a fazer uma das maiores desapropriações da história do país. Então, hoje nós conquistamos a emancipação da terra, mas pela falta de condições, pela precariedade, às vezes, até por pessoas se aproveitarem da situação, o poder econômico se impõe, e quem tem as condições, quem tem dinheiro, começa a atropelar, e muitas vezes é isso que está acontecendo hoje aqui: com pessoas cercado e ocupando o Assentamento, frente à fragilidade dos trabalhadores. (...) Mas, de toda forma, hoje a conquista concreta que temos é a terra (Marivaldo Silva de Andrade, trabalhador rural, sindicalista, ex-síndico da massa falida de Catende, atual prefeito de Jaqueira, em entrevista em 2014).

Após o fechamento definitivo da Usina em 2012, as terras do Assentamento Miguel Arraes voltaram a sofrer com a invasão e a grilagem. Além disso, o INCRA prepara o parcelamento total das terras, designando 5,04 hectares para cada assentado, que ficarão ainda mais vulneráveis aos processos de retomada da concentração fundiária. Com o fim da cana, também surgiram os criadores de gado, como relata Edvaldo Ramos da Silva, mecânico, operário, sindicalista e membro da diretoria da Cooperativa, em entrevista em 2014:

Hoje, onde tinha cana estão colocando gado. Os latifundiários estão pegando terra do Assentamento, dizendo que é deles e fica por isso mesmo. O INCRA não toma nenhuma providência. Chega qualquer pessoa aí, nas terras da Usina e diz: Eu vou cercar isso aqui, isso agora é meu, e fica assim. Ninguém toma nenhuma atitude e nem vai tomar, porque está todo mundo assustado, recuado. (...) A cana acabou nessa região e agora estão criando gado nas terras do Assentamento Miguel Arraes.

O relato de um trabalhador rural assentado, José Roberto da Silva Neto, em 2014, também expõe sobre esse momento de crise e declínio da condição de vida dos trabalhadores em Catende:

Eu nasci e me criei nessa terra e foi com a Cana de Morador, que eu fui ver um trabalhador rural comprar uma moto nova. A gente não via isso. Hoje, o trabalhador rural tem um carrinho na garagem, tem sua vaca de leite. Tenho 35 anos, mas até os 12 anos de idade, não tinha energia em minha casa, que ficava em um engenho grande, numa comunidade grande da Usina Catende. Quando chegou a

energia, a gente não tinha dinheiro para comprar uma televisão. Faz poucos anos que pudemos comprar televisão. Hoje na minha casa temos três televisões, tenho antena parabólica. Temos oito cabeças de gado. Lembro que a primeira vaca que o meu pai comprou foi com muito custo, levou muito tempo para juntar o dinheiro, juntou o PIS, o 13º. salário e tomou dinheiro emprestado da minha vó, para comprar um bezerrinho pequeno, 16 anos atrás. Hoje está muito diferente. (...) Depois que faliu e passou a ter o projeto Catende-Harmonia, melhorou muito, mas muito mesmo. Você passou a poder ter o seu roçado, sua caninha, sua vaca, sua hortaliçazinha. A Cooperativa nunca ia de encontro ao trabalhador. Se o trabalhador tinha condição de plantar mais sua Cana de Morador, podia plantar mais. Agora que a Cooperativa parou, foi muito triste. (...) A gente viu trabalhador tentar se matar. Teve trabalhador que teve enfarto. Família que foi embora completa e abandonou a terra, mesmo sendo assentado. Porque o que ele tinha para fazer era cana, mas usina não tem mais para moer. Onde ele vai moer? A Usina que a gente conhecia como a Usina dos trabalhadores era a antiga Usina Catende, e a usina fechou. Mas também a Usina Pedrosa fechou, a Pumaty fechou, a Porto Alegre fechou, a Norte-Sul só moeu esse ano. Tinha trabalhador que investiu tudo que tinha para fazer o plantio da cana e de repente quando olha, como ele vai fazer para moer? (...) Ficou todo mundo perdido.

Com a crise da Usina Catende, conforme contam diversos trabalhadores, vive-se um grave desemprego na região. Hoje uma das principais fontes de renda são as aposentadorias, como destaca um operário aposentado: “A sorte dos trabalhadores foi que esses 17 anos que nós vivemos de massa falida deram condição para a gente chegar até a aposentadoria.” Nesse sentido, relata um trabalhador rural aposentado, demitido de 1993, que ainda produz a sua cana:

Para alguns hoje está bom, para outros não está tão bom assim, porque hoje o problema é o desemprego. Alegria mesmo era na época em que a Usina funcionava, o fracasso era menor do que hoje. Hoje minha mulher e eu recebemos aposentadoria, temos um carro velho, mas que nos leva. De vez em quando fazemos uma viagem. Assim vou me movendo. Quando não tenho o que fazer vou para a minha cana. Tenho cana em dois cantos ali. Eu não fico parado. (...) Mas hoje já estou voltando. Porque tem um tempo que a gente está indo, indo, e depois tem o tempo de ir voltando, mas sem se acomodar (José Severino da Silva, 63 anos, trabalhador rural aposentado, assentado, em entrevista em 2014).

No contexto de falta de oferta de emprego, os mais jovens têm saído para trabalhar em outras usinas mais distantes da região ou até mesmo em outros estados, especi-

almente São Paulo, Goiás e Minas Gerais. Com isso, há um grande êxodo dos trabalhadores de Catende e também da Zona da Mata açucareira para o Centro-Sul. Entre aqueles que se mantêm no Assentamento, muitos passaram a trabalhar para “empeleiteiros”, sem contrato de trabalho, clandestinos, e são recrutados nos engenhos e percorrem longas distâncias diárias até o local de trabalho. Sobre isso, também descreve o mesmo trabalhador:

Hoje a maioria trabalha fora. Os jovens estão todos trabalhando fora do engenho. (...) Ficou mais difícil a vida. Quando a gente trabalhava aqui no engenho, perto, a produção era melhor. (...) Hoje, trabalhando longe, fica muito mais difícil. Faz pouco tempo passou um ônibus aqui, você viu? Ele vem de outra usina. Tem uma turma aqui no engenho que está trabalhando na Usina Estreliana. Eles saem às 4 horas da manhã e voltaram essa hora [era aproximadamente 15 horas] porque está na entressafra. Quando é safra, na época da colheita, da moagem, eles vão passar aqui lá pelas 16h ou 17h. Essa usina fica a 40 km daqui. Tem gente, como esse rapaz que mora aí de frente nesse arruado, que chegou a trabalhar na Destilaria Liberdade, depois de Escada, quase pertinho de Recife, e chegava tarde da noite em casa. Aqui só está bom mesmo para quem é aposentado.

Também pelas longas distâncias a que se encontram as poucas usinas que ainda seguem funcionando, alguns assentados, que ainda têm cana plantada (do Programa Cana de Morador), estão sem alternativas para vendê-la, uma vez que não vale a pena cortar e pagar altos custos para entregá-la. No momento da visita, havia uma expectativa de que com apoio do governo do Estado a Usina Pumaty voltaria a moer, o que ocorreu no final do ano 2014, pela articulação da Associação dos Fornecedores de Cana, ou seja, dos proprietários de terras que não possuem usinas, que criaram uma cooperativa. Sobre a retomada dessa usina, avalia Ivanildo Luís Santana, 58 anos, trabalhador rural, sindicalista, assentado, em entrevista em 2014:

Agora tivemos a notícia que a Pumaty vai moer, se Deus quiser, vai abrir as portas no dia 15 de outubro. É um tipo de cooperativa que vai assumir, mas uma cooperativa diferente da Cooperativa de Catende, é uma empresa, não é dos trabalhadores. Mas estou muito alegre, agora vamos ter onde moer as canas que nós plantamos. Falaram na rádio isso, e que ela vai contratar 4 mil pessoas para tocar os plantios. É o pessoal da Associação dos Fornecedores, e tinha uma proposta do governo ajudar. (...) Por que recuperar Pumaty? O segredo dessa história é que Pumaty fechou, deu demissão em massa aos trabalhadores, mas ela preservou seu patrimônio. Catende é diferente, porque agora as terras dela são do INCRA, ela passou as

terras para o governo federal. Hoje Catende não tem um palmo de terra fora da Usina que seja dela, porque agora é do Assentamento. Por isso ela não tem mais chance de se levantar, para ela se levantar precisaria um doido, que colocasse a Usina para funcionar e fizesse algum incentivo para os assentados plantarem cana, para botar a Usina para funcionar, como era feito no tempo da Cooperativa. (...) Mas do jeito que está, vai ser difícil Catende voltar a funcionar.

Diante da extrema dificuldade para conseguir trabalho, muitas famílias hoje vivem de cestas-básicas e dos programas sociais governamentais, como o Bolsa Família, como destaca uma trabalhadora rural aposentada, Edileusa de Souza da Silva, 54 anos, em entrevista em 2014: “Aqui no engenho quase todas as mulheres recebem o Bolsa Família, se não fosse isso, era fome mesmo”. Algumas também mantêm pequenos roçados de subsistência, mas bastante precários. É visível que os programas sociais trouxeram mudanças na condição material de vida dos trabalhadores da cana, dentro e fora de Catende, apesar de trazerem novos desafios que também são destacados por alguns trabalhadores, como a preocupação com a formação dos jovens. Alguns trabalhadores destacaram que os jovens que hoje permanecem na escola têm dificuldade para depois trabalhar no campo, pois não têm o aprendizado que antes ocorria pelo trabalho infantil, como conta a expressão bastante frequente nas conversas com os trabalhadores: “a gente crescia os dentes cortando cana”. Soma-se a esse desafio, o inédito acesso ao consumo, de eletrodomésticos e televisões, com forte impacto nas comunidades rurais, possivelmente também relacionados ao surgimento de novos tipos de violências e conflitos sociais relatados pelos trabalhadores, que ainda merecem estudo.

Os poucos empregos que sobraram na região restringem-se praticamente aos das prefeituras dos municípios, pois também o comércio está bastante enfraquecido, com muitas lojas fechando. Como descreve um morador de Catende: “Quando os aposentados recebem é quando tem algum movimento na cidade, as compras no comércio duram uns 15 dias, depois, nada”. Após a enchente de 2010 também surgiram ofertas de trabalho, mesmo que temporárias, na construção civil, na edificação de casas para a população atingida no Assentamento e na região. Essas ações do governo em 2010 foram relatadas por alguns trabalhadores como os primeiros investimentos públicos de maior proporção feitos na região, que não beneficiaram diretamente usineiros.

Como praticamente não há mais emprego formal na região, os sindicatos estão também falidos. Sem eles, os trabalhadores de Catende criaram uma Comissão de ex-trabalhadores de Catende, incluindo os do campo e da indústria,

que está lutando pelas indenizações trabalhistas e segue buscando informações sobre o destino dos R\$ 52 milhões pagos à massa falida pela desapropriação das terras pelo INCRA, até hoje sem notícias ou avanços.<sup>60</sup> Sobre a crise dos sindicatos, relata um trabalhador:

Eu fui demitido em 1993, com 2.300 trabalhadores que foram demitidos também. (...) Depois disso, nós passamos uma greve de 19 dias na portaria da Usina, chovendo, fazendo sol, e nós dizíamos: daqui a gente não sai. Foi uma luta pesada, não foi fácil. Mas nós conseguimos vencer. Na época tinha uns políticos fortes, que vieram junto com a gente, e também os sindicatos eram muito fortes. Hoje não, hoje os sindicatos acabaram na região da gente. Tem Sindicato em Jaqueira, em Catende, em Maraial, em todo canto tem os presidentes de Sindicato, mas só que não é mais forte como era antigamente. Porque na realidade as usinas saíram tudinho, e os sindicatos não tem renda, não tem nada para trabalhar. A renda do Sindicato de Jaqueira, por exemplo, não chega a dar R\$ 300 no mês. Os sindicatos hoje estão todos falidos, sem dinheiro, sem condição de manter e fazer as obrigações que tem que ser feitas. Mas mesmo assim eles defendem os direitos. Pelo menos esse sindicato de Jaqueira tem uma cobertura do Prefeito, que ajuda muito. Ele dá apoio ao pessoal do sindicato para poder trabalhar. Mas nos outros municípios está tudo falido. O sindicato de Catende mesmo está falido, não tem nada. Acho que nem falar no nome eles falam mais. Em Maraial também o sindicato está perdido, fechou também (Cícero José Jordão da Silva, o “Guará”, 49 anos, trabalhador rural assentado, em entrevistas em 2014).

Também sobre os sindicatos, relata Maria Sales, 46 anos, trabalhadora rural assentada, sindicalista em Palmares, em entrevista em 2014:

---

<sup>60</sup> Conforme relatado em reunião da Comissão, em setembro de 2014, são suas reivindicações: denunciar as invasões de terras no Assentamento; lutar para que os imóveis da Vila Operária fiquem para os trabalhadores; pressionar a venda das máquinas e do patrimônio da Usina para que seja feito o pagamento das indenizações trabalhistas, e que esse recurso seja enviado à Justiça do Trabalho, pois temem novos desvios da massa falida. No dia seguinte à entrevista, a Comissão se reuniria com o Juiz Silvio Romero Beltrão, da 18ª. Vara Cível de Recife, o mesmo que fez a intervenção na Usina e que segue responsável pela massa falida de Catende, mesmo após a prisão do síndico que ele havia nomeado. Durante essa reunião, registrei algumas falas: “Já avisamos ele várias vezes que estão levando as máquinas e o patrimônio da Usina, mas ele não faz nada”. “Era mesmo uma quadrilha que veio aqui, prenderam o síndico que era o mais fraco, mas quem levou a maior parte, ninguém prendeu”. “Esse juiz queria propina de Catende, mas nunca recebeu, por isso deu nisso”. “O advogado que responde hoje pela massa falida é também um sem-vergonha, um ladrão”. “Para ter ideia, o síndico era tio desse juiz, que chamava o Dr. Carlos de tio. Ele colocou o tio para levar tudo da Usina, acobertado pela Justiça”. “Esse juiz é um ladrão. Teve gente que se reuniu com ele e disse que se pudesse teria dado voz de prisão, porque ele falava como um bandido”.

Sem as Usinas, hoje não tem dinheiro para pagar os sindicatos. A gente que é diretor vem aqui para não deixar o sindicato fechado. Tem muito trabalhador que vem, então, a gente abre. Hoje no nosso município não tem mais quase trabalhador “fichado”, a maioria trabalha por conta própria. Isso é em toda a região aqui. (...) Os sindicatos de Jaqueira, Maraial, Catende, Palmares, Xexéu, Águas Pretas, em todos esses municípios que eram dentro da Usina Catende. (...) Hoje os sindicatos estão todos assim, na mesma situação da gente. Eu venho aqui sem receber nada, às vezes aparece alguma coisa, vai alguém na Justiça e recebe alguma coisa, eles vêm dar alguma coisa para a gente. No verão também quando algum trabalhador vai trabalhar em outras usinas mais distantes, eles pedem para a gente ir lá, colher assinatura deles, porque eles querem que pague o sindicato da gente. Aí a gente vai. Mas é muito pouco, e sem isso não tem dinheiro nenhum.

A grave crise dos sindicatos da região, que tiveram papel central na luta dos trabalhadores de Catende, também é descrita por outro trabalhador rural assentado, sindicalista, e membro da diretoria da Cooperativa, em entrevista em 2014:

Hoje não estamos recebendo nem uma prata do sindicato, porque está muito difícil sem os trabalhadores fichados das usinas, que estão todas praticamente fechadas. Porque o dinheiro do sindicato vem do trabalhador e quando o trabalhador não está fichado não vem recurso para o sindicato. Eu estou aqui porque estou cumprindo uma história com os trabalhadores que me botaram aqui. Foi um voto de confiança que recebi (...). Eu não vou chegar e ir embora. Fechar o Sindicato porque não estou recebendo, justamente porque os trabalhadores não estão trabalhando. Vou continuar até 2015, que é meu mandato, e se quiserem que eu fique mais quatro anos, eu fico também. Tem que estar no bom e no ruim, né! E, hoje, graças a Deus, eu tenho a minha aposentadoria e também a minha lavoura (Ivanildo Luís Santana, 58 anos).

No entanto, novos conflitos e contradições surgiram com o novo contexto do sindicalismo no Brasil. Ao longo da luta pela recuperação de Catende, alguns sindicalistas foram eleitos vereadores nos seus municípios e, como já citado, uma das principais lideranças sindicais foi eleita para a prefeitura de um dos municípios. Com a intervenção da Justiça e o fechamento definitivo da Usina, a disputa do poder público local passou a ser o principal espaço de atuação das antigas lideranças sindicais e assessores de Catende. Se, por um lado, isso indica que novas trincheiras de luta foram criadas no poder público, por outro, é importante analisar as diversas contradições envolvidas. Nesse novo contexto, alguns trabalhadores relatam que com o fato dos sindicalistas “saírem para trabalhar nos governos”,

ficaram sem suas lideranças para lutar por seus direitos, como destaca uma trabalhadora rural: “Agora com os sindicalistas na política, quem vai defender a gente?”. Também novas contradições surgem quando, no contexto de enfraquecimento dos sindicatos com a enorme queda do emprego formal, com o fechamento das usinas, os sindicalistas passaram também a ser vistos como uma nova elite local. Sobre isso, avalia um funcionário de uma paróquia local, que descreveu assim o conflito entre usineiros e sindicalistas na atualidade: “Hoje aqui usineiro e sindicalista é como Romeu e Julieta, conhece a história? As disputas não têm fim, são como essas famílias da história, os dois lados hoje têm poder. Sindicalista hoje tem terras, anda de caminhonete, cria gado. A coisa ficou um pouco embaralhada por aqui hoje.” Todavia, como vimos nos relatos anteriores, uma análise dessa perspectiva necessita considerar o contexto da cultura autoritária açucareira e o papel que ainda desempenha o sindicalismo na região, enfrentando inúmeras precariedades. Algumas organizações sindicais, com apoio da FETAPE e da CUT, têm articulado com movimentos sociais em busca de fortalecer as lutas comuns na região.<sup>61</sup> Diante do declínio das formas tradicionais de organização dos trabalhadores, também se formam lentamente novos caminhos de resistência, com movimentos sociais e grupos religiosos atuantes nas áreas do Assentamento.

A agricultura familiar nos assentamentos (além de Catende, há outros assentamentos de reforma agrária na região) segue muito fragilizada. Mesmo tendo sido fomentada pelos projetos de diversificação em Catende, a produção familiar não teve efetiva continuidade pelos assentados, que necessitam de apoio, incentivos e assistência técnica. Como defende o mesmo trabalhador rural, sindicalista, citado anteriormente:

Hoje em Catende é uma minoria que está produzindo e que está conseguindo manter uma vida melhor. Se você passar nos engenhos, na maioria você só vê mato. Se os trabalhadores tivessem tido mais cabeça para fazer andar, tivessem pensado mais no futuro, hoje estaria bem diferente, o Assentamento poderia estar bonito, bem tratado. (...) Mas hoje o que a gente vê é gado, da estrada, por exemplo, quando vai daqui de Palmares até Catende, aquele gado que a gente vê não é de trabalhador. Aquilo ali é invasão no Assentamento. Tem presidente de Associação de moradores que faz assim: aqui no meu engenho tem tantos hectares, o Senhor me dá quanto para botar o seu gado aqui? E assim estão invadindo. Alguns alugando terra, ou-

---

<sup>61</sup> No período da pesquisa de campo, por exemplo, participamos de um debate sobre “Reforma Política”, realizado em Palmares, organizado conjuntamente pela CUT, PT, CPT e outras organizações sociais que atuam na região.

tros fazendo negócios. E vai ficando uma coisa muito ruim. (...) O nosso campo de batalha precisa muito ainda chegar perto de quem sabe levar a agricultura familiar para o Assentamento. Precisa ainda de muito incentivo. (...) Esse é o caminho para se colocar as coisas para caminhar por aqui na região hoje, onde é assentamento, como Catende e outros assentamentos aqui na região, tem o Serro Azul, o Santo Antônio, e outros por aí. Se não tiver incentivo para o trabalhador crescer na sua produção, ele não vai produzir nunca. Sem incentivo de governo, sem técnico, sem material, sem máquina, nada. Se eu quero plantar alguma coisa no meu engenho, a terra está assolada de veneno, o veneno da cana todo penetrado na terra, se botar aí a lavoura, ela não tem inspiração. Precisa pegar o trator, virar essa terra todinha, para depois começar a plantar. O veneno da cana está lá na terra, e passa anos e anos, não sai. Quando o trator subsola, mistura, a terra fica mais fresquinha para a lavoura, dá outro astral. Então, o agricultor aqui precisa disso. Tem muita terra aqui para fazer lavoura, mas faltam incentivos do governo estadual e federal. Fala-se muito de produtividade, de agricultura sem veneno, mas precisa de ajuda, de orientação, senão não vai funcionar.

Os poucos projetos existentes são desenvolvidos por movimentos sociais e organizações religiosas, como a CPT, criada na Zona da Mata Sul em 2004, e um grupo de irmãs franciscanas, que tem fomentado a organização dos produtores, o desenvolvimento da agroecologia e de técnicas sustentáveis, pois é na terra onde os trabalhadores encontram aos poucos novas esperanças. Com isso, há uma grande mudança no campo de lutas sociais, do sindicalismo que historicamente lutou pela implementação de direitos trabalhistas e pelo aumento de salários no contexto onde havia emprego, apesar de extremamente precarizados, com o colapso da economia da cana foi retomada a luta pela terra e também pelas condições necessárias para produzir nela. Tal transição enfrentou muita resistência dos próprios trabalhadores, como citado anteriormente, quando afirmavam que não eram minhocas para querer terra, pois queriam salário (Kleiman, 2008, p. 160). Catende é expressão dessa transição, mas conseguiu realizar a primeira dessas conquistas, sendo que a segunda parte dessa luta ainda se mantém atual:

A desapropriação das terras da Usina foi o que salvou de verdade, porque se não tivéssemos com as terras, nós tínhamos perdido tudo. A gente vê, por exemplo, a realidade das usinas aqui da região, Pumaty, por exemplo, ela fechou e deixou todo mundo passando fome, não resolveu absolutamente nada, e é só desemprego. Nessas usinas o pessoal não tem acesso à terra, não pode plantar, porque tem um dono. Então, isso foi um ganho muito grande. A gente se preocupava muito, com a situação difícil e a desvalorização do setor.

Teve época que só a cana que sobrou da região Centro-Sul, era toda a produção do Estado de Pernambuco. Por quê? Porque lá se produz com uma condição de custo muito menor, significativamente menor, e aqui o relevo é muito acidentado, então usa bastante mão-de-obra, e não conseguimos competir. Mas tem o lado de que lá a produção da cana tem uma perda social muito grande, com o desemprego dos trabalhadores. (...) Mas aqui, mesmo sem a cana, hoje temos a terra e podemos retomar os projetos (Joel Clemente de Oliveira, trabalhador rural assentado, em entrevista em 2014).

Apesar do acesso à terra, hoje assegurado com a reforma agrária, ainda há muitos que acreditam que na região “não dá lavoura branca”, como avalia José Vieira, trabalhador rural assentado e sindicalista, em entrevista em 2014:

Tem que ter fábrica que compre a lavoura desse povo, a laranja, o inhame, a graviola, o cajá, a mandioca, a macaxeira, tem que ter um CEASA para comprar. Se não tem onde vender, não dá resultado. (...) Vem o governo dizer para investir em lavoura branca, mas isso não dá resultado na zona canavieira, aqui tem que ser cana. (...) Que adianta o assentado ter cinco hectares para plantar, se não tem quem compre? (...) A lavoura branca não tem sustentabilidade nessa região. Ou os governos levantam essas usinas de novo, ou não tem saída. A cultura aqui é a cana! Os governos têm que entender isso. Se tivesse a Usina Catende funcionando aqui, com esse programa de Cana de Morador, estava todo mundo bem aqui! (...) Ou as usinas de cana de açúcar voltam a funcionar em Pernambuco ou a fome vai ficar para sempre aqui. Eu queria muito que você levasse essas informações para as mãos da Dilma. Seria uma benção se conseguisse que isso chegasse nela. Eu queria muito ter a oportunidade de dizer tudo isso para ela.

No entanto, em sua fala já também fica claro que o problema está principalmente na falta de estrutura e estratégia adequada para o escoamento da produção. Sobre isso, também avalia Marivaldo Silva de Andrade, trabalhador rural, sindicalista, ex-síndico da massa falida de Catende e atual prefeito de Jaqueira/PE:

A cultura da cana é uma cultura muito forte. Eu sempre dizia: a cana não é um mal, como dizem algumas pessoas, ela é um vegetal como outro qualquer. Ela é rica em várias possibilidades, no açúcar, no melaço, na ração animal, na energia, no bagaço hidrolisado, que você pode usar para a queima, por exemplo, vendendo para padarias para assar pão. Então, você tem uma série de coisas que a cana produz que são importantes, como também o álcool. Agora, ela é uma cultura muito forte. Mas por que isso também? Porque os trabalhadores sentem que aqui tem uma infraestrutura voltada para isso. Aqui você tinha a fábrica, o caminhão, a estrada, a máquina. En-

quanto que para outras culturas você não consegue ver essa mesma estrutura. Mas é possível sim cultivar outras culturas, mas é preciso ser criada estrutura e ser superada na cabeça das pessoas essa impossibilidade que eles pensam que existe. É possível trabalhar aqui com outras culturas, mas é preciso uma estruturação.

Quanto aos desafios para o avanço da agricultura familiar hoje no Assentamento, também relata Ivanildo Luís Santana, 58 anos, trabalhador rural assentado, sindicalista, em entrevista em 2014:

Na questão do Assentamento, a burocracia é muito grande. O processo da reforma agrária tem quase 10 anos, saiu de 2006 para cá. O INCRA vem, faz reunião, mas até hoje não cortou as terras. Porque primeiro ele era um assentamento coletivo, com parte para o morador e parte para a Usina. Mas quando terminou, depois de toda essa zoada que fez a Usina fechar, os trabalhadores ficaram com o assentamento, para criar, para plantar cana e lavoura branca. As terras hoje estão liberadas para o que cada um achar importante, mas na crise o trabalhador não teve nada na cabeça para enfrentar e ir plantar. O que ele botou na cabeça é esperar chegar setembro e vir outro “empeleiteiro” ou alguém para pegar as carteiras deles e botar para outra usina que estiver moendo. Então, o assentamento não anda. Se os trabalhadores botassem na cabeça deles: a terra é minha, vou tratar, vou produzir, o assentamento estaria um brinco de bonito. Mas eles botaram na cabeça que só sabem viver e que o bom para eles é trabalhar para o usineiro, eles ainda não entenderam que a lavoura também ajuda. Então, você chega nos engenhos de Catende hoje, você só encontra aposentados e jovenzinhos, que ainda estão novo para trabalhar. Mas o pessoal que ainda está em forma para a foice e o facão está tudo saindo para as outras usinas mais distantes. (...) De madrugada se você ficar olhando a pista, você não consegue contar quantos ônibus passam ali, levando os trabalhadores às 3 horas da madrugada para essas usinas longes: Bom Jesus, Estreliana. Esse povo volta para casa lá pelas 4 horas, 5 horas da tarde. Então, o pessoal ainda não botou na cabeça que a agricultura no Assentamento pode ajudar. Isso porque existe Assentamento, mas não existe técnico, não existe incentivo, não existe ninguém para orientar, para ensinar o que precisa cuidar primeiro. (...) O INCRA vem fazer uma conversa, e só volta depois de 6 meses, 1 ano. (...) O povo está há muito tempo só trabalhando com cana, é uma tradição que a gente pegou da época dos usineiros até hoje. Já era assim com os nossos pais, os nossos avós. (...) Então, tem que ter um incentivo do governo. É o governo que tem condição de dar orientação, de dar escoamento, de mandar para fora a produção, porque o pequeno produtor não consegue, ficam todos isolados por si mesmo, o máximo que fazem é um roçado para o próprio consumo.

Apesar das dificuldades, em parte relacionadas ao próprio INCRA, há algumas Associações de Moradores dentro do Assentamento Miguel Arraes buscando criar atividades de apoio para projetos produtivos em alguns poucos engenhos, como vimos no Engenho Pirangi, com os projetos de estufa e de criação de uma fábrica de polpa de frutas. Nesse campo, destacam-se também algumas primeiras iniciativas que buscam colocar em prática novos programas de acesso a mercados institucionais: como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)<sup>62</sup>, que se assemelha ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), citado anteriormente. E também as experiências de Feiras de Economia Solidária, apoiadas pelas irmãs franciscanas, em Palmares e no Quilombo II (novo conjunto habitacional construído após a enchente de 2010), onde fui solicitada a realizar uma “roda de conversa” com os produtores, antigos trabalhadores rurais da cana, na qual relataram histórias da descoberta da “lavoura branca” e de seus esforços na organização coletiva das feiras. Sobre essas feiras e também sobre Catende, comentam as irmãs franciscanas Sandra e Marisa, em entrevista em 2014:

Catende foi um marco histórico para essa região. Foi uma novidade de grande porte, que deixou muitas marcas, inclusive a experiência dos agricultores que passaram a produzir sua própria lavoura. O legado de Catende para a região é o empoderamento dos trabalhadores, isso mexeu muito, e por isso ela foi odiada pelos poderosos, porque mexeu em uma estrutura de 500 anos. Nós, com as feiras, já sentimos isso, imagina com a Cooperativa.

Sobre os desafios do trabalho com o fomento à agricultura familiar, relata um funcionário da CPT Zona da Mata Sul, Geovani José Leão da Silva, ex-seminarista, em entrevista em 2014:

O trabalhador daqui precisa aprender a ser agricultor, tem que reaprender a lidar com a terra, a lidar com a produção, porque o avô foi cortador de cana, o pai foi cortador de cana, por gerações a família dele foi de cortadores de cana, e ele também foi ser cortador de cana. Então, ele tem que aprender a trabalhar na terra. Com uma terra castigada pelo veneno, pelo sol, pelas queimas, e com tantas outras coisas. Com toda essa destruição da diversidade da fauna e da flora. Aquele solo está muito sofrido. Então, o trabalhador tem que aprender mesmo. A gente tem esperança porque começa a ver pouco a

---

<sup>62</sup> Programa de compras públicas de produtos da agricultura familiar que estabelece o compromisso dos municípios usarem 1/3 dos recursos destinados à merenda escolar na compra de produtos dos agricultores familiares de sua região. Na área de Catende, conforme informado nas entrevistas, atualmente o programa foi iniciado nos municípios de Palmares, Jaqueira e Catende, com a compra de banana, mamão, abacaxi, laranja, inhame, macaxeira, folhas, etc.

pouco os agricultores mostrando que é possível mudar, que é possível aprender técnicas novas. De 2012 para cá, a gente pode dizer que o horizonte está um pouco melhor, já tem alguns agricultores fornecendo ao PNAE, ao PAA e para alguns supermercados daqui. Verdura, macaxeira, frutas. Nós temos um projeto da CPT acompanhando várias comunidades rurais, três delas no município de Xexéu que eram da Usina Catende, e hoje são parte do Assentamento Miguel Arraes: os engenhos Limão, Veneza e Porto Seguro. (...) Tem também uma feirinha de Economia Solidária aqui, que já está gerando renda para alguns agricultores. (...) Então, apesar de todos os problemas, é bom saber que não sei quantos hectares de terra não está na mão de uma pessoa só, mas está na mão de vários trabalhadores, que com toda a dificuldade podem hoje tocar a vida para frente. Se não tem dinheiro do governo, não tem apoio do Estado, mas essa terra é deles e eles podem trabalhar aqui. (...) A terra ficou. (...) Pouco a pouco um vai seguindo o outro. Vendo o outro, resolve também tentar e vai ampliando. (...) Eu acredito que a Zona da Mata vai sair dessa cana. (...) Antes ele trabalhava e mal conseguia comprar o que comer. Hoje ele pode voltar para casa mais cedo, ter mais qualidade de vida, ter outra vida. Antes as mulheres iam para a cana e nem recebiam salário, porque ajudavam o marido e o salário era dele. Hoje elas também estão fazendo cursos e produzindo na sua terra.

Como ressaltam algumas entrevistas, a produção de alimentos é um caminho possível, uma vez que há mercado local, pois grande parte dos alimentos consumidos é comprada fora da região. Alguns relatos também destacam que o trabalho na lavoura branca é menos exaustivo e insalubre, em contraste com a cana. Além disso, muitos ressaltam que essa transição, a “saída da cana”, é definitiva na região, posto que a topografia acidentada encarece e dificulta a mecanização da sua produção, mantendo baixa produtividade. Todavia, existem ainda apenas experiências pontuais, sendo que a maioria dos relatos denuncia a falta de políticas de incentivos, de assistência técnica e de políticas estruturadoras que viabilizem outras culturas para a retomada da produção agrícola da região. Reforçando a importância das políticas de incentivo, avalia um trabalhador rural assentado:

Se você pegar um caboclo que saiu da economia da cana, como muitos dizem: ‘nasci os dentes plantando cana’, é uma expressão daqui pra dizer que trabalham desde menino com a cana. E de repente querem que o camarada mude a mentalidade e a cultura, de um dia para o outro, sem oferecer os instrumentos para ajudá-lo nisso, é insucesso na certa. Nós não tivemos assistência técnica de qualidade, nem em quantidade nenhuma. Para ter ideia, nós tivemos uma experiência com um programa do governo do Estado, o programa Saberes da Terra, que era para fazer a aceleração de esco-

laridade e ao mesmo tempo tentar ajudar o pessoal a aprender a trabalhar com a diversificação produtiva. Então, nós fomos para a área de horticultura, para avicultura, mas acontece que em um ano de projeto, teve um técnico que acompanhou por três meses e depois abandonou. Acabou que não teve sucesso. Principalmente no gargalo da comercialização. (...) Para um projeto piloto eles tinham que estruturar e garantir escoamento. (...) Além disso, a produção acabava tendo um alto custo e não conseguia concorrer no mercado. (...) Nós precisamos de políticas estruturadoras, de uma ação de Estado para a região (Joel Clemente de Oliveira, 40 anos, trabalhador rural, assentado, ex-diretor da Cooperativa, em entrevista em 2014).

No entanto, por parte do governo, não há perspectivas colocadas para a região no enfrentamento desse quadro desolador de declínio da economia açucareira. Onde antes os trabalhadores sofriam com a pobreza, apesar da existência de emprego, continuam sofrendo com a pobreza, mas agora sem emprego. Até o momento, com o fim do projeto de recuperação de Catende, as alternativas criadas são bastante limitadas, como avalia Bruno Ribeiro, advogado da FETAPE e assessor dos trabalhadores de Catende, em 2014:

Suape foi feita, petroquímicas e estaleiros foram instalados. Suape está dentro de uma área açucareira, mas se você vê 20 quilômetros para dentro de onde ela está instalada, é só pobreza. (...) Sem alternativas econômicas, por falta de políticas públicas e de vontade política do governo do Estado, (...) que não pautou políticas geradoras de desenvolvimento que não ficassem só concentradas no umbigo de Ipojuca e de Suape. Esse é o mesmo quadro da Mata Norte, onde esse mesmo modelo de macro-desenvolvimento, de macro-capitais, foi desenvolvido com a vinda da Fiat, com todo o suporte público. Mudou-se o regime automotivo brasileiro para incentivar a empresa para vir para cá (...). O Estado desapropriou terras, ou seja, tudo que historicamente se faz no Brasil para os grandes, mas que precisava ser feito para os pequenos. (...) Também a 15 quilômetros lá estão usinas fechando, demitindo e pobreza. (...) Então, não há qualquer planejamento, e a FETAPE, o MST, a CNBB e vários movimentos sociais se reuniram e apresentaram um documento, um estudo para o governo, chamado: “Reestruturação Sócio-Produtiva da Zona da Mata”. Mas até hoje, lá se vai um ano que foi entregue pelos movimentos sociais e pela igreja, e o Governo do Estado não fez nem um grupo de trabalho para discutir. Então, falta vontade política para se criar alternativas frente a um modelo que fracassou cujos efeitos mais dolorosos caem sobre os trabalhadores.

Nesse cenário, muitos temem que planos futuros para a região tenham piores consequências para os Assentamentos e os trabalhadores, diante da retomada da

concentração fundiária e das obras de infraestrutura em curso, como a duplicação da BR 101 e a construção da Transnordestina e de várias barragens, que têm se dado sem nenhum diálogo com os segmentos afetados, os movimentos sociais e organizações dos trabalhadores da região.

Diante de toda essa trajetória, a ousadia desses trabalhadores de colocar em prática por diversos anos a organização coletiva de um imenso complexo agroindustrial cooperativo e a conquista da reforma agrária das terras da Usina Catende são tesouros da luta dos trabalhadores no país, que não podem ser soterrados pela história dominante.

Pela primeira vez no território açucareiro da Zona da Mata pernambucana e nordestina, trabalhadores rurais conquistaram o direito à terra na extensão que ocorreu em Catende, pela desapropriação de todas as terras de uma usina. Hoje, com muitas dificuldades, eles vivem nas terras conquistadas pela sua luta, das quais não puderam ser expulsos, após o fechamento da Usina. Certamente, esse é o principal legado material dessa história de luta. Mas há outro importante legado: sua memória repleta de experiências e aprendizados. A memória do que esses trabalhadores construíram e conseguiram transformar, mas também das dificuldades e das contradições que enfrentaram, que lançam desafios e perspectivas ao futuro.

Fico agradecido de saber que os lá de fora estão sabendo o que aconteceu aqui. O que ficou dessas histórias é a lembrança, que a gente chega e diz como era a nossa vida aqui (José Severino da Silva, 63 anos, trabalhador rural aposentado, assentado, em entrevista em 2014).

Seguindo as narrativas dos trabalhadores, buscamos analisar dilemas e contradições, e encontrar novas lições da história de Catende, com o objetivo de contribuir com os sujeitos dessa e de outras lutas na continuidade de suas histórias de resistência. Catende é única, mas suas experiências e suas memórias são importantes para o conjunto das lutas das classes trabalhadoras no Brasil, pela reforma agrária, pela agricultura familiar, pela economia solidária, pela recuperação de empresas e pela autogestão dos trabalhadores.

## IMAGENS DIALÉTICAS DA AUTOGESTÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...) a mudança de propriedade dos meios de produção não leva, automaticamente, a transformações completas nas relações de produção, apesar de serem imprescindíveis para estas (Henriques *et al.*, 2013, p. 206).

As análises das experiências de autogestão e recuperação de empresas por trabalhadores no Brasil e em outros países revelam que esse fenômeno tem sido uma importante expressão, ao longo da história, da resistência e da luta dos trabalhadores contra o desemprego e a miséria, especialmente em contextos de graves crises econômicas. Ao mesmo tempo que essas experiências constituem-se reações na luta pela necessidade e sobrevivência, elas colocam em evidência, especialmente em suas contradições, as relações sobre as quais sustenta-se a reprodução do modo de produção capitalista, baseadas na exploração e na subordinação do trabalho assalariado e na propriedade privada dos meios de produção, promotoras de desigualdades, concentração de riqueza, graves crises sociais, econômicas e ambientais.

Nesse contexto, as empresas recuperadas por trabalhadores, como analisa Singer (2008), “mostram, na prática, que hoje no Brasil a propriedade privada dos meios de produção tem limites: conforme nossa Constituição, ‘é garantido o direito de propriedade’, mas ‘a propriedade atenderá sua função social’ (incisos XXII e XXIII do artigo 5º)” (p. 14). Todavia, a história de Catende expressa que tais limites ainda são muito frágeis na atualidade.

Apesar das especificidades das relações de dominação e desigualdades sociais seculares e persistentes no Nordeste açucareiro, o caso de Catende compartilha parte de seus conflitos e contradições com as demais experiências de autogestão no Brasil contemporâneo. No contexto do capitalismo financeirizado e mundializado,

com impactos diretos do mercado internacional na produção açucareira, pós-implantação do neoliberalismo no país, o significado dessa experiência de resistência dos trabalhadores, tal como das demais lutas por autogestão dos trabalhadores, coloca-se no campo das lutas de classes ao problematizar sobre o controle da produção e sobre a apropriação do excedente gerado por ela. Em que medida Catende conseguiu avançar nessa apropriação e controle pelos trabalhadores, e concretizar transformações nas relações sociais de produção e de propriedade que sustentam o capitalismo? Transformações que se mantêm imprescindíveis e urgentes para a sociedade e que seguem no centro da pesquisa sociológica, reforçando a importância e atualidade do estudo sobre as experiências de autogestão dos trabalhadores, como buscamos ressaltar ao longo desse trabalho.

Com esses objetivos, tendo como fio condutor de nossa reflexão as narrativas dos sujeitos dessa história de resistência, buscamos apresentar alguns elementos centrais sobre a luta dos trabalhadores da Usina Catende, que resistiu por 16 anos, até 2009, quando mais uma vez a história foi tomada pela persistência do “eterno retorno do mesmo”, como alerta Benjamin (1989) ao analisar a história da dominação capitalista. Todavia, essa história, com suas contradições, tal como imagens dialéticas, constelações repletas de polaridades, antíteses e tensões, por vezes prontas a explodir, pode nos sinalizar aberturas a possibilidades revolucionárias ao colocar em questão fundamentos da sociedade capitalista atual. Como um momento efêmero na história, pois se reconstruiu a ordem, Catende necessita sobreviver na tradição de resistência das classes oprimidas, nutrindo as lutas emancipatórias do presente e do futuro, a partir de caminhos subterrâneos que persistem na história da dominação.

Desenrolar os fios dessa experiência de resistência, “escovar a contrapelo” essa história foi o esforço central desse trabalho. A luta de Catende, como um “salto do tigre”, no momento em que colapsava o modelo açucareiro nordestino, resultou da emergência de uma certa “consciência de classe”, que deu sustentação a um certo “fazer-se” enquanto classe social em resistência ao sistema de dominação da produção açucareira, com a criação de um projeto de cooperação e autogestão dos trabalhadores.<sup>1</sup>

Com o intuito de investigar como emergiu a experiência, como foi possível essa luta resistir ao longo de 16 anos, e também, como após esse tempo ela foi silenciada, desenvolvemos a pesquisa de campo junto aos trabalhadores de Caten-

---

<sup>1</sup> Com referência aos conceitos de Benjamin (1989) e de Thompson (1987) sobre a formação da classe trabalhadora.

de. Seus relatos expressam a grande riqueza da história, na resistência frente à falência da Usina, às pressões das classes sociais dominantes e do mercado e às formas de dominações seculares da produção açucareira, na luta pela criação de uma grande *novidade*: uma Usina dos trabalhadores, com várias conquistas no acesso à terra e a melhores condições de trabalho e vida, a novos espaços de participação, formação e organização política, com a criação de dezenas de associações e da Cooperativa, articulando trabalhadores do campo e da indústria, sindicatos, organizações e movimentos sociais e também conquistando novos espaços e apoios do poder público, como analisamos no capítulo anterior.

Neste texto final, buscamos sistematizar algumas reflexões sobre as experiências de recuperação de empresas e autogestão dos trabalhadores em dois principais eixos de interpretação, que foram desenvolvidos de forma transversal ao longo do trabalho, e no estudo de caso de Catende. O primeiro aborda as contradições surgidas na luta pela transformação das relações de trabalho e de propriedade para formas coletivas e associativas de produção, frente à persistência e reprodução das formas capitalistas. No segundo eixo de interpretação, como um desdobramento do anterior, tratamos das contradições presentes nas relações com o Estado, que revelam expressões da luta de classes no Brasil contemporâneo.

Ao longo da pesquisa, vimos como, na luta para manter em funcionamento a Usina, ao longo da própria caminhada, a partir das necessidades surgidas, Catende colocou em prática um novo modelo de produção açucareira, híbrido, envolvendo a produção coletiva e familiar da cana, e também incluindo a diversificação produtiva, abriu novos caminhos para a sua sustentação econômica, mesmo ainda sob administração judicial, diante dos desafios impostos pelo colapso do setor na região. O programa Cana de Morador, a introdução de novas culturas, a criação de animais e também os novos projetos agroindustriais colocaram em questão a monocultura da cana e a propriedade privada da terra e da indústria, e apresentaram resultados importantes, incluindo a conquista de acesso, ainda que bastante limitado, a políticas públicas de reforma agrária, agricultura familiar e economia solidária.

Assim, a experiência de Catende apresentava, com base na agroindústria cooperativa de trabalhadores do campo e da indústria, também promotor de diversificação produtiva, novos caminhos à reforma agrária, compreendida como política de desenvolvimento, de distribuição de terra, de renda e de oportunidades concretas de trabalho. Todavia, este projeto não foi efetivamente assimilado e reconhecido pelo poder público, seja pelo INCRA, seja pela Justiça, que não permitiram a

integração da indústria ao projeto cooperativo de reforma agrária. Sem validar a unidade do modelo produtivo em construção, que incluía os operários da indústria e os trabalhadores do campo, a ação do Estado reforçou as divisões internas, deixando o projeto mais vulnerável. A reforma agrária, sem garantir acesso aos meios de produção, à industrialização e à tecnologia, acabou retirando de Catende a perspectiva coletiva de futuro.

Contudo, cabe analisar que uma parte considerável das novas estratégias que deram sustentação a Catende nesses anos deveu-se às novas relações de propriedade, especialmente da terra, conquistada com a reforma agrária, com apoio dos programas de incentivo do governo federal. A desapropriação das terras da Usina – a segunda maior desapropriação de terras do país e a maior do Nordeste – foi central para a resistência dos trabalhadores. No entanto, não solucionou as extremas dificuldades de acesso a financiamentos, que se mantinham com a irresolução da propriedade da indústria e do processo falimentar, que tornaram o projeto coletivo suscetível aos conflitos de classes e às disputas políticas que os envolvem em Pernambuco e nacionalmente.

Catende, nesse sentido, expressa os equívocos da ação do Estado no enfrentamento dos efeitos devastadores do colapso da economia açucareira no Nordeste, tal como a insuficiência das políticas públicas em concretizar transformações sociais efetivas nessa realidade. Os trabalhadores, principalmente os mais pobres, têm sido os maiores prejudicados – tal como sempre ocorreu ao longo da história nos momentos de transformações dos ciclos econômicos do país, seja com a introdução de inovações tecnológicas, com a substituição de mão-de-obra por máquinas, seja na transferência de polos econômicos de produção para outros centros mais lucrativos, gerando ondas de desemprego e pobreza –, com a conivência e a omissão dos poderes públicos. Na Zona da Mata de Pernambuco, o Estado mantém-se instrumento das classes historicamente dominantes capitalistas.

Diferentemente do que predominou historicamente, a resistência dos trabalhadores em Catende adiou por 16 anos a chegada do seu injusto destino, e mais do que isso, ao longo de sua história, alcançou várias conquistas, nas quais a dimensão social e humana se impôs frente à predominante e destruidora sede de lucro do capital, por vezes a partir de algumas estreitas brechas abertas que permitiram o acesso ao poder público. Todavia, ao final, novamente o Estado serviu às classes dominantes e repetiu-se o modelo-padrão das falências das usinas da região, salvo a importante exceção da conquista da terra pelos trabalhadores. Apesar de muitos esforços, inclusive de setores dos governos, devido à insuficiên-

cia e também aos desacertos das políticas públicas, a luta de Catende não conseguiu resistir à tendência destrutiva do capitalismo contemporâneo. E, também, seus trabalhadores, sujeitos de uma história inédita de resistência, acabaram submetidos à sua lógica perversa.

A história da recuperação da Usina Catende é, como considera Faria (2011), “seguramente o maior e mais complexo processo de recuperação de empresa falida existente no Brasil” (p. 459). Como buscamos expor nos capítulos anteriores, ela envolveu resistências em diferentes campos: na luta por direitos e justiça, por trabalho e melhores condições de vida, e também por novos espaços políticos na sociedade e no Estado, pela construção de uma experiência associativa dos trabalhadores. A partir da própria prática e da urgência da necessidade, eles foram abrindo à foice novos caminhos para seguir adiante. Mesmo com tamanhas dificuldades, Catende resistiu funcionando e o fato é que não foi pela insustentabilidade econômica que ela sucumbiu, como ocorreu com as demais usinas da região. Como uma “cobra rastejando”, movendo-se devagar, a Usina resistia a cada nova safra, e de forma inédita gerava desenvolvimento social em sua área de abrangência. Acrescenta-se que tampouco as conquistas de seus trabalhadores havia tornado Catende insustentável economicamente, de forma contrastante à lógica da superexploração do trabalho da produção açucareira, elas fizeram parte da estratégia de resistência. Como vimos, a partir de diversos relatos, o “bote do juiz” ocorreu em um momento de retomada da produtividade da Usina e de elevação do preço do açúcar, com a indústria e o campo preparados para a moagem, sob a expectativa de uma das melhores safras desde o início da crise do setor, e também com recursos milionários depositados na conta da massa falida pela desapropriação das terras.

Todavia, os avanços produtivos e sociais não significavam que as dificuldades econômicas haviam sido superadas em Catende. O colapso do setor na região e também a falta de crédito para a indústria mantiveram-se como problemas centrais, diante dos quais os trabalhadores e seus apoiadores, na sociedade e também no poder público, desdobravam-se para encontrar inúmeras vezes novas e inesperadas saídas. Alguns trabalhadores relatam ter ouvido do próprio síndico nomeado após a intervenção judicial de 2009, que ele não conseguia entender como a Cooperativa havia mantido a Usina funcionando ao longo de tantos anos. A sobrevivência de Catende, gerando melhores condições de trabalho, renda e avanços concretos na qualidade de vida de quatro mil famílias, no contexto do colapso econômico de sua região, após sua falência decretada pelos usineiros, é um feito histórico, que demanda maior investigação.

De um lado, a resistência de Catende indica que a organização democrática da produção e da distribuição de seus excedentes com a autogestão e a associação de trabalhadores pode gerar efeitos favoráveis à sustentabilidade, especialmente relacionados à capacidade de enfrentamento de crises econômicas, o que provoca questionamentos às análises sobre viabilidade econômica. Como apontam diversos relatos, a luta de Catende baseava-se na criação de novas e inéditas “perspectivas de futuro para os trabalhadores e suas famílias”, geradas com as relações associativas de trabalho e de propriedade, integrando o campo e a indústria, do projeto cooperativo agroindustrial de reforma agrária. Os anos de resistência ao fechamento de Catende são indicativos importantes de que estamos tratando do campo concreto dos possíveis da história, mesmo com tantos obstáculos previstos, relacionados à crise do setor e à sabotagem de fornecedores e usineiros da região, representantes da classe dominante açucareira decadente inconformada diante da sobrevivência de uma usina sob a gestão de trabalhadores, e também obstáculos imprevistos, como as enchentes e o incêndio, que para os sujeitos dessa história, expressaram a sua capacidade coletiva de resistência.

Por outro lado, sem a conclusão do processo de falência e sem a resolução com relação à propriedade da indústria, ao longo de tantos anos, os trabalhadores criaram desenhos complexos para manter em funcionamento a Usina. Como vimos, com o acesso a políticas públicas de apoio à agricultura familiar e de reforma agrária, os trabalhadores conquistaram apoio inédito à sua produção. Todavia, essas estratégias também criaram novas vulnerabilidades, relacionadas às inadequações das políticas à organização cooperativa e agroindustrial de Catende.

Nesse quadro de contradições, cabe também destacar a manutenção das relações assalariadas de trabalho, no contexto da administração judicial, como mais um ponto crítico da experiência, que trouxe fragilidades ao projeto dos trabalhadores diante da intervenção da Justiça. Enquanto eles lutavam pela transferência efetiva da propriedade da Usina aos trabalhadores, o frágil controle que haviam conquistado ao longo de vários anos pela aproximação da gestão da massa falida à organização cooperativa tinha imposto limites à autogestão dos trabalhadores de Catende.

Com origem na luta por direitos, o projeto coletivo dos trabalhadores tinha como prioridade a manutenção do trabalho com melhorias na condição de vida. A conquista do trabalho com carteira assinada, no regime celetista, com a implantação da legislação trabalhista na produção canavieira, como vimos ao longo da pesquisa, o chamado trabalho “fichado”, sempre foi e seguiu sendo um grande marco na luta dos trabalhadores da cana, resultado de uma longa e sofrida caminhada ao longo de

décadas. Nessa luta, formaram-se os sindicatos rurais, que enfrentaram repressão e violência para trazer ao campo do Nordeste algum direito trabalhista. Esses mesmos sindicatos, com a ação das Oposições Sindicais, estiveram ao lado dos trabalhadores na emergência da sua organização e na recuperação de Catende desde os anos 1980 até os dias atuais, quando também sofreram com a queda vertiginosa do trabalho formal na região, juntamente com o colapso da economia canavieira no Nordeste. O vínculo celetista de trabalho, atualmente muito raro na região da Usina, era uma garantia também da manutenção dos sindicatos.

Catende manteve os vínculos de trabalho assalariado, como vimos anteriormente, uma vez que a Justiça permitiu a continuidade da empresa, como estratégia de proteção dos direitos trabalhistas enquanto não se concluiu a falência da Usina, principalmente daqueles trabalhadores que ainda estavam contratados. Uma das bases centrais do projeto da reforma agrária, da sua organização produtiva híbrida, coletiva e familiar, sustentava-se no trabalho assalariado, sendo a fonte exclusiva de renda para mais de mil famílias assentadas. O trabalho “fichado” com a massa falida garantia a continuidade dos vínculos trabalhistas com a empresa, na esperança da conquista do pagamento das indenizações, que se acumulavam ao longo dos anos. Assim, a manutenção da “carteira assinada” significava uma tentativa de ampliar as garantias da conquista dos direitos trabalhistas com a conclusão da falência.

Além disso, o projeto cooperativo agroindustrial, como avaliam vários entrevistados, ainda estava em construção quando sofreu o “ataque do poder público”. Por isso, nele conviviam, por vezes de forma contraditória, as novas formas de organização cooperativa da produção e as relações assalariadas de trabalho. Algumas entrevistas dão indicativos de que a escolha pelo trabalho assalariado poderia ser mantida em Catende, em um ambiente democrático de decisão sobre as formas de organização do trabalho, inclusive para dar conta da enorme diversidade de grupos sociais e de atividades do complexo produtivo. Em outras entrevistas, essa convivência era vista como parte do processo de transição para o novo modelo, que não estava previamente planejado, mas que estava em construção a partir da prática e das necessidades frente aos obstáculos surgidos a cada momento. De toda forma, sem o controle efetivo sobre todo o processo produtivo, ou seja, sem a resolução da propriedade da indústria, com o final da falência, manter o trabalho assalariado foi uma estratégia para resistir na luta por direitos e justiça. Aguardavam a solução de questões do passado da Usina para completar novos passos, ao

mesmo tempo que planejavam, e já colocavam parcialmente em prática, a forma futura que poderia assumir o projeto coletivo ao final da transição.

Como vimos em algumas entrevistas, havia um plano de solucionar a questão da propriedade da indústria, com a conclusão da falência, colocando a Usina sob o “guarda-chuva” da Cooperativa. Por seu papel na articulação entre a massa falida e a Cooperativa, retomamos um relato de Marivaldo Silva de Andrade, trabalhador rural, sindicalista, em entrevista em 2014, para expressar uma síntese geral do plano em criação:

Ninguém tinha a fórmula perfeita para Catende. Ela foi se definindo na caminhada, na prática. (...) Com essa decisão, quando zerasse essa questão trabalhista, com o fechamento desse ciclo, aquilo que já vínhamos praticando, as novas formas de organização da agricultura familiar, de economia solidária, poderia passar a ser verdadeiramente outra modalidade que não a da relação de empregado assalariado, de CLT, mas da constituição da Cooperativa, que já se vinha trabalhando. Isso estava bem patente, a ideia era essa e estava posta, como caminho possível quando se encerrasse um ciclo e pudéssemos dar outros passos. (...) A indenização deveria atingir a todos os trabalhadores, até da indústria, mas teria também que se decidir sobre o patrimônio da fábrica, que era o que faltava resolver (...). Se faria em forma de arrendamento ou desapropriaria também como foi sugerido pelos trabalhadores ao governo federal. Porque como é que você desapropria as terras e não desapropriaria a indústria que faz parte do mesmo projeto? Com isso, a gente ficou descoberto, por essa questão que o governo não resolveu. Outro caminho também era o processo de adjudicação, ou seja, os trabalhadores poderiam adquirir esse patrimônio da indústria com os seus créditos trabalhistas. Então, tinham três modalidades possíveis para resolver a questão da indústria. (...) Com os trabalhadores assentados, resolvida essa parte da indústria por uma dessas três modalidades, você teria finalmente o projeto sedimentado, um projeto totalmente dentro de uma nova forma, muito forte, (...) com as características da emancipação dos trabalhadores que se pretendia fazer aqui em Catende.

Com isso, ainda que Catende fosse uma Cooperativa, ela não era plenamente, pois seguia como uma massa falida, ainda submetida à tutela da Justiça e controlada pela administração judicial, que impunham concretas limitações aos avanços da organização autogestionária dos trabalhadores. No quadro de instabilidade em que ainda vivia, como vários relatos destacam, Catende precisava resistir para “manter-se viva e seguir sonhando com o futuro”, ou seja, necessitava relacionar-se com práticas do passado, ao mesmo tempo que colocava o novo em andamento. Assim, as relações assalariadas conviviam com a produção familiar, associativa e cooperativa.

Havia a compreensão de que as relações de trabalho cooperativas já estavam em prática na produção da agricultura familiar apoiada pela Cooperativa. No entanto, não tinham ainda definições de como seriam levadas a cabo novas relações de trabalho cooperativas nas áreas coletivas de produção agrícola e na indústria, onde existia a prática do assalariamento. As questões relacionadas ao trabalho cooperativo, com a definição de retiradas, a distribuição de sobras, com base na organização horizontal, de “cada cabeça um voto”, eram temas que chegavam à Catende também por cursos de formação e debates políticos, e aos poucos se integravam às práticas cotidianas e às relações de trabalho. Todavia, mesmo estando no horizonte de futuro, e mais do que isso, em diversas práticas presentes em Catende, a Cooperativa ainda era para muitos trabalhadores um sinônimo de sonegação de direitos.

A crise após a intervenção judicial em 2009 trouxe à tona essas contradições, como expressam os relatos de trabalhadores em uma aula dos “Saberes da Terra”, em que participei como convidada em 2012. Muitos trabalhadores ressaltaram que a Cooperativa estava precarizando o trabalho, pois ela não estava mais contratando com carteira assinada. Esses trabalhadores não haviam compreendido as complexas relações, e naquele momento também conflitantes, entre a Cooperativa e a massa falida da Usina. Na tentativa de manter a produção da cana nas áreas coletivas do Assentamento, no contexto de crise, após a perda do controle da indústria, os trabalhadores, que eram também cooperados, passaram a ser pagos através do ato cooperativo. O trabalho não “fichado” foi visto como um expediente de precarização do trabalho – o que realmente significava naquele momento –, semelhante à prática de trabalho clandestino bastante conhecida na produção canavieira. Retomando também uma avaliação de Arnaldo Liberato, assessor dos trabalhadores de Catende, em entrevista de 2012: “Muitos davam prioridade a trabalhar com a carteira assinada, porque depois da escravidão o que eles conhecem é o trabalho ‘fichado’, como aquilo que dá segurança, um piso, etc. O ato cooperativo é ainda um desafio muito grande”, e acabou por fim realizando-se em Catende, após a intervenção, novamente com o sentido de precarização do trabalho.

Cabe lembrar o histórico na região de cooperativas que haviam piorado as condições de vida dos trabalhadores, como os exemplos citados da Cooperativa Tiriri e da Cooperativa Caxangá, que no período do regime militar, reforçaram a rejeição dos trabalhadores e dos sindicatos a esse modelo de organização.<sup>2</sup> Como

---

<sup>2</sup> Os barracões, que anteriormente vendiam produtos encarecidos e que muitas vezes controlavam o pagamento e os vales (“gabão”) dos trabalhadores no tempo dos usineiros, também eram formali-

vimos anteriormente, a experiência de Catende diferenciava-se dessas cooperativas, principalmente pelo fato de que as experiências anteriores haviam sido criadas para solucionar problemas dos próprios usineiros, que se constituíam os principais beneficiados por elas, ao libertarem-se de dívidas e encargos trabalhistas. A luta de Catende, em oposição a isso, surgiu, como vimos ao longo deste trabalho, justamente em resistência à prática de sonegação dos direitos trabalhistas e de impunidade dos usineiros, como resistência aos desvios de recursos e do patrimônio da Usina, pela indenização dos trabalhadores e a criação de melhores condições de trabalho e vida. No entanto, os trabalhadores não tiveram tempo para amadurecer o projeto da Cooperativa, as contradições do processo de transição geraram vulnerabilidades, aproveitadas no ataque que sofreram. Os vínculos celetistas de trabalho foram usados para acusar Catende de não cumprir os direitos trabalhistas, o tema principal da luta dos trabalhadores.

Nesse contexto, com a possibilidade de ter hoje um olhar *a posteriori*, cabe também indagar o quanto a manutenção dos vínculos de trabalho celetistas, com base nas relações de trabalho assalariado, subordinado, criaram dificuldades ao processo de transformação das relações sociais na Usina. O quanto podem ter contribuído para que muitos trabalhadores não reconhecessem claramente as novas bases cooperativas do projeto coletivo de Catende, por exemplo, para que tivessem novas referências e pudessem diferenciar os trabalhadores que passaram a atuar na diretoria da Cooperativa de antigos usineiros. As conquistas concretas no acesso à renda e à propriedade da terra foram a base para as transformações das relações sociais, mas Catende demonstrou que elas não ocorrem automaticamente. Não havia mais em Catende um patrão, mas muitos trabalhadores não haviam se apropriado completamente dessa fundamental *novidade*, apesar de identificarem as transformações ocorridas em suas condições de vida e trabalho. Com isso, conviviam também com a reprodução de relações sociais de dependência, características da produção canavieira do Nordeste, como expressam alguns trabalhadores, ao avaliarem que em Catende sentiam “falta de mando”, “falta de um dono”.

Vários relatos destacaram que não havia mais um ambiente de trabalho autoritário, hierarquizado, que historicamente caracterizou a produção canavieira nordestina. Como vimos anteriormente, a luta pela recuperação de Catende, ao longo dos vários anos que resistiu, significou para muitos trabalhadores uma “libertação do cativo”. No entanto, a manutenção de algumas estruturas de

---

zados como cooperativas na Usina Catende, o que piorava ainda mais a imagem na região desse modelo de organização.

gestão e de relações de trabalho, somadas às dificuldades na descentralização de informação e na apropriação maior dos trabalhadores em seu conjunto dos processos em construção em Catende não contribuíram para evitar novos processos de centralização de poder e também a reprodução de algumas práticas antidemocráticas, que contrastavam com o desenvolvimento da autogestão e do projeto coletivo. O ambiente de irresoluções e insegurança acabou favorecendo desconfianças e a ocorrência de alguns problemas de favorecimento e de desvio pontual de recursos, passíveis de ocorrer em organizações coletivas e que estavam buscando combater com um maior controle coletivo e transparência. Como também episódios nos quais alguns trabalhadores passaram a explorar o trabalho de outros, na contratação de trabalho precário para o corte da Cana de Morador, por exemplo, ou situações em que alguns assentados avançaram sobre áreas coletivas. Esses problemas, como destacam alguns entrevistados, parte das imperfeições das organizações coletivas, poderiam ser enfrentados com a efetivação das relações de trabalho e de propriedade associativas e o fortalecimento da autogestão, que não teve tempo de firmar-se em Catende.

Ainda era necessário ampliar e intensificar os espaços de formação política e de participação, e a apropriação dos trabalhadores dos processos em curso, como forma de enfrentamento dos desgastes e imensos desafios internos ao projeto cooperativo de Catende. As disputas entre os grupos sociais que compunham a Usina, principalmente entre operários e trabalhadores rurais, mas também entre lideranças sindicais e políticas, poderiam ser superadas com o aprofundamento da organização coletiva e democrática, confrontando as seculares relações sociais autoritárias. Com o presente sempre tomado pelas urgências da produção, a formação e a educação para autogestão não tiveram a mesma atenção dada às demandas da dimensão econômica, inclusive porque avaliavam que justamente as dificuldades econômicas – resultantes da crise do setor canavieiro, da vulnerabilidade frente às oscilações do mercado internacional, mas também da insuficiência e descompassos das políticas públicas de incentivo, com perdas econômicas aos trabalhadores – era a mais importante fonte de desgastes internos em Catende.

A partir da justificativa de que os salários estavam atrasados, o juiz conseguiu os argumentos que há muito tempo buscava para tomar o controle da Usina dos trabalhadores. Como visto em diversos relatos, o atraso dos salários tinha de ser avaliado no contexto da luta dos trabalhadores, da construção da organização cooperativa, que estava criando e fortalecendo espaços democráticos para deliberar sobre as necessidades e as melhores alternativas para dar continuidade ao projeto

coletivo. Todavia, essas relações cooperativas em construção em Catende não se enquadravam nas relações de trabalho assalariadas, que eram juridicamente aquelas em que se inseria parte importante dos trabalhadores da Usina.

De toda forma, o atraso de pagamentos de salários não ocorreria se Catende não estivesse enfrentando dificuldades econômicas. Sobre essa questão, é fundamental também analisar que a sustentabilidade do projeto coletivo dependia de soluções do poder público, especialmente para o acesso a crédito, pelos altos custos da produção canavieira. O acesso a financiamento seguia limitado, uma vez que dependia do poder público, seja pelo INCRA, seja pela Justiça, a definição sobre a propriedade da indústria e sobre o processo de falência. Sem essa definição, passaram a acessar políticas públicas de fomento à agricultura familiar, viabilizadas pela desapropriação das terras da Usina que, no entanto, eram insuficientes e em parte inadequadas à realidade do projeto agroindustrial, criando novas vulnerabilidades.

Ao final de toda essa história, o acesso efetivo aos meios de produção, a propriedade privada da indústria seguiu inalterada e, na síntese da ação do poder público, com o acirramento das disputas de classes pelos recursos do Estado, sobrepôs-se a hegemonia das classes dominantes açucareiras, a criminalização das lutas dos trabalhadores, a repressão aos seus avanços na conquista de espaços e recursos públicos e a omissão na defesa de direitos às classes historicamente oprimidas. Com isso, o poder público tornou-se, na perspectiva dos sujeitos dessa história, um grande vilão. Esse quadro indica algumas mudanças na luta de classes na zona canavieira nessas duas últimas décadas, como revela a seguinte colocação de Bruno Ribeiro, advogado da FETAPE e dos trabalhadores da Usina, em sua avaliação sobre o desfecho da luta de Catende, em entrevista em 2014:

Há uma imagem para nós que lutamos há muitos anos na Zona da Mata que é tragicamente muito forte. Durante muitos anos a cidadania dos trabalhadores e seus direitos tinham como grande vilão o usineiro, o capitalista da cana, e assim foi em Catende, por mais de um século, até 1995, quando eles foram expulsos e a falência foi decretada. Em 2009, o vilão não era mais o usineiro, mas passou a ser um juiz, um governador, a omissão do governo federal. Ou seja, os responsáveis pela política pública que levaram Catende a sua desgraça.

Essa imagem expressa que o Estado está no centro das disputas de classe na atualidade, o que implica possíveis transformações à análise de seu papel como instrumento das classes dominantes. No contexto político do Brasil contemporâneo, a experiência de resistência dos trabalhadores de Catende revela novas facetas da disputa pelo Estado, com algumas conquistas de novas trincheiras das classes

trabalhadoras, porém limitadas e frágeis, pois as grandes vitórias pertencem ainda às classes historicamente dominantes.

Como vimos anteriormente, ao longo do percurso de resistência dos trabalhadores de Catende, foram fundamentais alguns suportes que receberam do poder público. Como relatam frequentemente nas entrevistas, o apoio do governo estadual de Miguel Arraes, nos anos 1990, foi determinante na resistência inicial, bem com o acesso conquistado a políticas públicas federais nos governos de Lula, para sua continuidade nos anos 2000. Mesmo entre aqueles trabalhadores críticos à Cooperativa e à ação dos sindicatos rurais, o papel desses dois governos para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores da cana é hoje um grande consenso. Primeiramente, o apoio político e os recursos emprestados pelo Estado de Pernambuco para a retomada da produção, após a expulsão dos usineiros, foram fundamentais para o início da recuperação da Usina. Como depois, a reforma agrária, as estratégias de compra antecipada de açúcar pela Conab/PAA e a ampliação dos programas de crédito para os agricultores assentados permitiram que mantivessem a produção e seguissem resistindo economicamente na década seguinte. Somaram-se também a disseminação das políticas sociais e a facilitação do acesso a crédito para consumo nesse período, como também de algumas políticas de formação e qualificação.

A atuação do Estado, no entanto, não foi suficiente para solucionar as fragilidades que levaram ao fechamento da Usina, e a expectativa com relação à ação do poder público também inibiu uma reação dos trabalhadores, como ocorrida em momentos anteriores. Com isso, servindo aos interesses das classes historicamente dominantes, o Estado foi usado por elas e assumiu o papel de vilão diante da luta dos trabalhadores. O poder público, por fim, serviu de instrumento, mais uma vez, das classes dominantes açucareiras nordestinas decadentes e parasitas, que sem limites, ainda persistiram em agarrar os últimos sacos de açúcar produzidos pela histórica Usina Catende, provocando a sua completa destruição, diante dos olhares estupefatos de seus trabalhadores, silenciados. Um Brasil antigo que se sobrepôs mais uma vez e destruiu o novo que emergia, somando mais uma tragédia à história de resistência das classes oprimidas, em que o arcaico, que permanece funcional ao capitalismo contemporâneo, instrumentalizou-se do Estado, na repressão às conquistas dos trabalhadores.

Ao analisar esse desfecho, questionamos sobre o caráter da atuação das classes no Estado com a chegada do PT ao governo federal e retomamos a crítica de Francisco de Oliveira (2010), ao expor o significado do que denominou de “hegemonia às avessas” e seus resultados na desmobilização das classes trabalhadoras e dos movi-

mentos sociais. A história de Catende, ao mesmo tempo que confirma essa crítica, em especial em seu desfecho, também revela algo importante: que se mantêm vivas as disputas entre forças antagônicas no sistema de dominação. Por elas, os espaços conquistados nas políticas públicas foram fundamentais para a resistência dos trabalhadores em Catende por 16 anos, gerando transformações importantes em suas vidas e expondo a continuidade dos enfrentamentos diante das históricas desigualdades e injustiças sociais do capitalismo.

Na economia açucareira do Nordeste, por séculos e até bem recentemente, na década de 1990, a ação do Estado restringiu-se a prover de recursos o usineiro, o latifundiário, e ao trabalhador restava submeter-se ao domínio e ao arbítrio dessas classes. Todavia, nas últimas duas décadas, pela organização política dos movimentos sindicais e sociais, foram abertos alguns novos canais de acesso aos recursos públicos às classes trabalhadores e populares, bastante limitados, porém inéditos, como relata a epopeia dos trabalhadores de Catende. A história desta Usina revela imagens dialéticas dessa realidade, da conquista de políticas públicas de fomento à agricultura familiar, de reforma agrária, de economia solidária e de desenvolvimento social, que, todavia, em um contexto de acirramento das disputas de classes, não foram suficientes para apoiar os trabalhadores na superação das vulnerabilidades de seu projeto coletivo.

Pela crise estrutural do setor na região e também pela dependência às oscilações do mercado internacional, Catende passava a incorporar estratégias da diversificação produtiva à produção açucareira, como forma de gerar segurança alimentar, e também como um modelo mais sustentável social, econômico e ambientalmente. A produção da cana apresentava algumas virtudes no apoio a novos projetos produtivos, contando com a grande extensão de terras do Assentamento. Superando inúmeras dificuldades, os trabalhadores de Catende alcançaram avanços importantes na conquista de espaços na esfera econômica, no entanto, o projeto coletivo não encontrou forças políticas suficientes, internas e externas, para seguir resistindo. Internamente, disputas fragilizavam a organização coletiva e, apesar de muitos esforços para a transformação, ainda se mantinha forte a cultura do “mando” e da submissão, que caracteriza secularmente a economia açucareira. Nesse contexto, Catende estava vulnerável aos conflitos de classes, que dominam as disputas político-partidárias e inserem-se nas estruturas locais, regionais e nacional do Estado, e foi silenciada, reafirmando que as classes trabalhadoras permanecem enormemente marginalizadas e com frágil ingresso na esfera política no Brasil.

A história de Catende reafirma que permanecem limitados e restritos os acessos aos recursos públicos à organização e à produção dos trabalhadores em comparação à concessão de crédito público, subsídios, isenções fiscais e outras inúmeras modalidades de suporte que o Estado brasileiro proporciona às grandes empresas capitalistas. Em Pernambuco, podemos tomar hoje os exemplos do Porto de Suape, das refinarias, das petroquímicas, das grandes empresas privadas do estaleiro, de unidade da Fiat/Jeep, entre outros, nos quais os créditos robustos do BNDES e os incentivos fiscais do Estado foram fundamentais, tal como ocorreu e segue ocorrendo ao longo do processo de desenvolvimento industrial do país.

Com muita hipocrisia, uma parte considerável da sociedade brasileira, como expresso nas eleições presidenciais de 2014, associa o recurso público destinado às grandes empresas capitalistas à política de desenvolvimento e o recurso público destinado a pequenos produtores e trabalhadores a assistencialismo e cooptação.

O fato concreto da não-desapropriação da Usina, após inúmeras tentativas dos trabalhadores, foi determinante para o fim de Catende. Seguindo a história do capitalismo, em que as classes capitalistas formaram-se a partir da apropriação dos meios de produção, servindo-se do controle do Estado, na Zona da Mata Pernambucana, a ascensão da classe dos usineiros deveu-se não apenas à propriedade de terra, mas principalmente da indústria, da grande usina. Com ela, eles comandaram a vida econômica e política da região ao longo de todo o século XX, submetendo a todos ao seu modo de produção e de exploração.

A reforma agrária, como também vimos, com a desapropriação das terras da Usina, foi uma grande conquista dos trabalhadores, histórica na região, no entanto, como expressam vários trabalhadores, desde o início dessa luta estava colocada a importância da agroindústria, a necessidade de se manter a Usina integrada ao projeto coletivo dos trabalhadores, como unidade de beneficiamento da produção. A disputa pelo controle da indústria também era parte do embate por recursos públicos na região, como confirma o relato de Joel Clemente de Oliveira, trabalhador rural assentado, membro da diretoria da Cooperativa, em entrevista em 2014:

Percebemos na verdade que a condição de viabilidade do projeto dependia da indústria. Ficou provado que só a terra não se sustentava com uma produção de cana que não se sabia para onde destinar, sem a indústria. A gente já estava acostumado a enfrentar os conflitos com o setor, com os grandes fornecedores sempre reclamando, recorrendo ao governo do Estado para reclamar porque vinham recursos para Catende, que vinham justamente das operações da Conab, que vinham pela questão da agricultura familiar. Mas eles queriam também. Mas aqui a Usina era só uma unidade para beneficiar

o produto dos agricultores familiares, para eles venderem o produto. Mas os usineiros e os empresários queriam a mesma coisa, mas a lei não permitia, pois eles não poderiam ser jamais considerados agricultores familiares. Então começou a haver muita perseguição. Mas não tem dúvida que a viabilidade do negócio realmente dependia da indústria, que era o coração do projeto de Catende.

A organização cooperativa agroindustrial, com um modelo de assentamento híbrido, com áreas de produção coletivas e individuais, mantendo a cultura da cana com escala e também incluindo a diversificação produtiva, tinha a Usina como centro propulsor da resistência dos trabalhadores frente às dificuldades do mercado e da concorrência capitalista. Os assentamentos de reforma agrária, em muitos casos, com terras parceladas e projetos produtivos isolados de agricultura familiar, têm ficado completamente fragilizados, sucumbindo aos processos de grilagem das terras, de retomada da concentração fundiária e pobreza, em curso também hoje na região de Catende.<sup>3</sup> Sem a desapropriação da indústria, tornou-se muito difícil manter as áreas de produção coletivizadas no Assentamento, e hoje o INCRA prepara-se para realizar o parcelamento total das terras, fragmentando as áreas coletivas. Diante do quadro atual de Catende, onde milhares de trabalhadores enfrentam o grave desemprego e o retrocesso de suas conquistas econômicas e sociais, com a retomada do êxodo rural, diversos sujeitos, movimentos sociais, sindicatos e trabalhadores rurais reforçam a importância de políticas públicas efetivas, desenvolvidas em abrangência nacional, no apoio à reforma agrária, à agricultura familiar e à economia solidária, baseadas no acesso aos meios de produção, na cooperação e autogestão dos trabalhadores, com assistência técnica, tecnologia (inclusive para a agroecologia) e financiamento adequados.

Finalmente, a história de Catende recoloca em questão o significado e a possibilidade das experiências de autogestão dos trabalhadores, de organizações igualitárias, no contexto da sociedade capitalista. Seu estudo nos provoca a retomar históricos debates e antigos dilemas entre reforma e revolução sobre os caminhos para o enfrentamento e superação da sociedade capitalista e para a construção do socialismo, à luz das experiências históricas. Pela perspectiva da centralidade das relações sociais de produção, a luta de Catende demonstrou que a mudança das relações de propriedade sobre os meios de produção, apesar de não gerar automati-

---

<sup>3</sup> Em Seminário sobre “Dinâmicas do mundo rural brasileiro: entre a expansão do agronegócio e as condições de existência da agricultura familiar”, do *Groupe de Réflexion sur le Brésil contemporain*, na EHESS, realizado em 23/10/2013, o professor Ignacy Sachs avaliou sobre a retomada do processo de concentração da propriedade fundiária no Brasil atual, destacando a importância e a necessidade de se analisar modelos alternativos de produção.

camente mudanças nas relações sociais de produção, são imprescindíveis para estas transformações. Assim, as contradições relacionadas à manutenção das relações de assalariamento, mesmo com a coletivização da propriedade da terra, somaram-se à supremacia da propriedade privada à sua função social.

Certamente se a Usina estivesse inserida na lógica da reprodução do capital, não teria fechado, muito menos após a intervenção da Justiça. Mas uma dimensão inusitada que buscamos destacar no estudo da experiência dos trabalhadores de Catende, que demanda a continuidade de pesquisas e debates, refere-se justamente ao fato de que mesmo em contradição com a lógica de acumulação e concentração, sem apresentar a flecha ascendente de margem de lucro requerida nos estudos de viabilidade econômica, a Usina permaneceu funcionando por 16 anos e estava equilibrando-se economicamente, conforme melhorava os processos e diversificava as estratégias produtivas. Nesse sentido, há indicativos de que na mais ampla distribuição da riqueza, sob a organização associativa dos trabalhadores, gerando transformações concretas em suas vidas, sustentava-se a resistência de Catende.

De toda forma, a experiência dos trabalhadores de Catende expressa dilemas atuais do Nordeste açucareiro e das lutas dos trabalhadores no Brasil contemporâneo. A resistência desses trabalhadores indica que, no processo incessante de reprodução do capital, as lutas de classes seguem movendo a história. Ao longo do século XX, a economia açucareira nordestina esteve sob a guarda e o excepcional domínio do Estado, mas com o fechamento do IAA e a implantação das políticas neoliberais, um dos setores de produção mais arcaicos do país foi subitamente lançado à livre concorrência. A cana colapsou na região e a história de Catende é expressão do conflito entre capital e trabalho nesse contexto, e principalmente da reação dos trabalhadores da cana frente à introdução do neoliberalismo, gerando o fim da *pax agrarie*, que marcou a história do Nordeste e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

A organização sindical e popular, reprimida durante a ditadura, retomada com a luta pela redemocratização, diante da grave crise econômica dos anos 1990, criou o “chão” para a emergência da resistência dos trabalhadores pela recuperação de Catende e também de várias outras experiências de autogestão. No contexto do colapso do setor canavieiro pernambucano, como uma das poucas usinas que se mantinha em funcionamento, a Usina foi atacada pelas classes historicamente dominantes açucareiras, em decadência, com seus “braços” que persistem hegemônicos no Estado. Como ela, diversas experiências de autogestão e recuperação de empresas seguem marginais e fragilizadas no acesso a recursos e políticas públicas,

no contexto no qual se acirraram as disputas por recursos públicos, especialmente após 2008, com a crise financeira global.

Há ainda muitas informações, perspectivas e interpretações a serem acrescentadas à complexa história de luta dos trabalhadores da Usina Catende e sobre o seu significado, tal como das experiências de autogestão e recuperação de empresas, no contexto do capitalismo contemporâneo brasileiro. É também importante dizer que Catende foi única, e que dificilmente se repetirá na história. Por sua complexidade e abrangência, ela foi mais que uma empresa recuperada por trabalhadores. “Catende foi uma Comuna”, como reforça Claudio Nascimento, em recente Seminário de Empresas Recuperadas por Trabalhadores, em dezembro de 2014, em que se avaliou o quadro atual dessas experiências no Brasil.<sup>4</sup>

Esse trabalho buscou registrar, apresentar e analisar uma parte das memórias e narrativas dos sujeitos envolvidos nessa experiência de luta, antes que elas desapareçam na história dos vencedores e da dominação. Alguns desafios do passado, em suas lembranças, aparecem menores e menos complicados, outros que foram muito importantes, não foram mais lembrados e citados, e outros que não eram percebidos, evidenciaram-se hoje em suas novas leituras sobre o passado.

No contexto do capitalismo contemporâneo, a experiência de resistência desses trabalhadores, com suas contradições e limitações, expressa possíveis no presente à luta dos trabalhadores. Catende não pode ser vista como o “fim da história”, pois em movimento, a história mantém-se em disputa. Nesse início do século XXI, o seu estudo reafirma a importância das experiências de organização para a produção associada e da recuperação de empresas por trabalhadores, que seguem emergindo no mundo enquanto houver dominação e exploração do trabalho, dando provas da capacidade de autogestão dos trabalhadores como base para a construção de uma sociedade efetivamente livre e democrática. Assim, a história de Catende nos provoca a continuar os estudos e debates, aproximando teoria e prática, e lembrada, inspira as lutas socialistas atuais e aquelas que ainda virão.

---

<sup>4</sup> Seminário “Empresas Recuperadas por Trabalhadores”, ocorrido em 11 a 13 de dezembro de 2014, organizado pelo Grupo de Pesquisa em Empresas Recuperadas por Trabalhadores (GPRT), no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo. Disponível em: <http://www.recuperadas.org/>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Unesp, 2008.
- ALBERT, Michael. “Buscando a Autogestão” In: **Autogestão: teorias e práticas contemporâneas**. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2004.
- ALVIM, Rosilene e LEITE LOPES, José Sérgio. “Entrevista”. In: **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 16, n. 2, 2009, pp. 139-150.
- ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental / Nas Trilhas do Materialismo Histórico**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.
- \_\_\_\_\_. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo, Unicamp, 1980.
- ANTEAG. **Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho**. São Paulo, 2000.
- ANTEAG/MTE. **Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia**. vol. I, Brasília: MTE/SPPE/DEQ, 2004.
- ANTEAG/MTE. **Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia**. vol. II. Brasília: MTE/SPPE/DEQ, 2006.
- ANTEAG/UNISOL/SENAES/FBB. **Revista de Economia Solidária**, Ano 1, dez. de 2005.
- ANTEAG/UNISOL/SENAES/FBB. **Revista de Economia Solidária**, Ano 2, julho de 2006.
- ANTEAG. “Plano de Gestão de Sustentabilidade Autogestionária para a Usina Catende – Projeto Harmonia”. Apoio: BNB/ETENE/FDR/SENAES-MTE, 2005.
- ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, UNICAMP, 2003.
- \_\_\_\_\_. **A rebeldia do Trabalho: o confronto operário do ABC (As greves de 1978-1980)**. São Paulo/Campinas: Ensaio/Editora da Unicamp, 1992.
- \_\_\_\_\_. “As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais”. In: SILVA, Maria Ozanira e YAZBEK, Maria Carmelita (orgs.). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006.
- ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Da Revolução**. São Paulo: Editora Ática, UNB, 1988.
- BECKETT, James. “Autogestion: Algerias Socialist Experiment”. **The Economic Weekly**, May 16, 1964.

- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas I – Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Ática, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Obras Escolhidas II – Rua de Mão Única**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Obras Escolhidas III – Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BENSAID, Daniel. **Walter Benjamin, sentinelle messianique**. Paris: Plon, 1990
- BERTHIER, René. “Concepções anarco-sindicalistas da autogestão” In: **Autogestão e Anarquismo**. São Paulo: Editora Imaginário, 2002.
- BERNARDO, João. **Estudantes e Trabalhadores no Maio de 68**. Colóquio Internacional Maio 68. Instituto Franco-Português, Abril, 2008.
- \_\_\_\_\_. “A autonomia das lutas operárias”. In: BRUNO, L. e SACCARDO, C. (org.). **Organização, trabalho e tecnologia**. São Paulo: Atlas, 1986.
- BLANC, Louis. « Organization du travail » (1839). In: BRAVO, Gian Mario. **Les socialistes avant Marx**. Paris: Maspero, 1970.
- BLOCK, Ernst. **L’Esprit de la Utopie**. Paris: Gallimard, 1977.
- BOMBARDI, Larissa Mies. “Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado” In: **Boletim Dataluta - NERA** (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária). Presidente Prudente, set. 2011, pp. 1-21.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- \_\_\_\_\_. **O Tempo Vivo da Memória: ensaio de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- ASSOCIATION DES AMIES ET AMIS DE LA COMMUNE DE PARIS 1871. « Brochures ». Disponível em: <http://www.commune1871.org/>. Acesso em: setembro de 2013.
- BRUNO, Lucia. **O que é autonomia operária?** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BURAWOY, Michael. **El consentimiento en la produccion: Los cambios del proceso productivo en el capitalismo monopolista**. Madrid: Ministerio del Trabajo y Seguridad Social, 1989.
- CARAMELO, João Carlos Pereira. “Educação e Desenvolvimento Comunitário num processo de transição autogestionário: um estudo sobre Catende”. Tese de Doutorado em Educação, Universidade do Porto, Portugal, 2009.
- CARDOSO, Ruth. C. L. “A trajetória dos movimentos sociais” In: Dagnino (org.) **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- CARVALHO, Keila Lúcio. “Conselhos operários, controle operário e autogestão: a atualidade da contribuição de Gramsci” (2011). Disponível em: <http://www.memoriaoperaria.org.br/>. Acesso em: julho de 2012.
- CARVALHO, Mariana C. **Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, UFJF, 2012.
- CLARO, Mauro. **Unilabor: desenho industrial, arte moderna e autogestão operária**. São Paulo: SENAC, 2004.
- CHAVES, Luis C. “Laboratórios Sociais de Autogestão no Brasil e na Argentina: cooperativas de produção e reprodução da vida em cooperação”. Tese de Doutorado em Sociologia, UFSC, 2008.

- CHOMSKY, Noan. **Notas sobre o anarquismo**. São Paulo: Imaginário / Sedição, 2004.
- COHN, Gabriel. Apresentação à edição brasileira. A sociologia como ciência impura. In: ADORNO, T. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Unesp, 2008.
- COLLONGES, Lucien (org.). **Autogestion: hier, aujourd'hui, demain**. Paris, Syllepse, 2008.
- CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar**. v.1, Safra 2014-15, nº. 3, Terceiro Levantamento, Brasília, dez. 2014. Disponível em: [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br). Acesso em: janeiro de 2015.
- DAGNINO, Evelina. "Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?" In: MATO, D. (org.). **Políticas de cidadania y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.
- D'AQUINO, Teresinha. "A Casa, os Sítios e as Agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento rural das terras de Promissão-SP". **Cadernos CERU**. Série 2, no. 8, 1997.
- DELMONDES, Camila; CLAUDINO, Luciano. **Flaskô: fábrica ocupada**. Campinas: PUC Campinas, Editora CEMOP, 2009.
- DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.
- ESTEVES, Egeu. **Sócio, Trabalhador, Pessoa: negociações de entendimento na construção cotidiana de uma autogestão industrial**. Dissertação de Mestrado no Instituto de Psicologia, USP, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Autogestão e identidade: a experiência dos trabalhadores da Metalcoop**. Tese de Doutorado no Instituto de Psicologia, USP, 2010.
- ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Global, 1984.
- FAJN, Gabriel (org.). **Fabricas recuperadas: la organización en cuestión**. Disponível em: [www.iisg.nl/labouragain/documents/fajn.pdf](http://www.iisg.nl/labouragain/documents/fajn.pdf) (2004). Acesso em: junho de 2007.
- FANTIN, Márcia. **Os significados da experiência de gestão de uma mina pelos trabalhadores em Criciúma/SC nas malhas das relações de poder**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis, 1992.
- FARIA, Maurício Sardá de. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: Avatares do Trabalho e do Capital**. Florianópolis: UFSC, 2011.
- \_\_\_\_\_. "… se a coisa é por aí, que autogestão é essa?" Um estudo da experiência "autogestionária" dos trabalhadores da Makerli Calçados. Dissertação de Mestrado em Administração, UFSC, Florianópolis, 1997.
- FERNANDES, Raquel A. U. **Entre o chão e a gestão da fábrica: as trajetórias dos trabalhadores da FACIT**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UERJ, 2012.
- FERRAZ, Marcos. **Disritmia. Sindicalismo e economia solidaria no interior da CUT**, Dourados: Editora da UFGD, 2013.
- FETAPE. **Diretrizes de Reestruturação Socioprodutiva da Zona da Mata**, 2014. Disponível em: [http://www.fetape.org.br/imagens/publicacoes/zona\\_da\\_mata.pdf](http://www.fetape.org.br/imagens/publicacoes/zona_da_mata.pdf). Acesso em: outubro de 2014.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FREITAS, Zélia. "Lutas Camponesas no Cabo", **XXIII Simpósio Nacional de História ANPUH**, Londrina, 2005.
- GIANOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X Revista e Ampliada, 2009.

- GODIO, Julio. “La recuperación de empresas por los trabajadores en Argentina” (Artigo publicado em 14/03/2004). Disponível em: <http://www.rebanadasderealidad.com.ar/godio-10.htm>. Acesso em: abril de 2013.
- GOODWIN, Jeff e JASPER, James (orgs.) **Rethinking Social Movements**, Rowman & Littlefield Publishers, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**, vol.1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GUILLERM, Alan; BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- HADDAD, Fernando; MAURO, Gilmar; CARNEIRO, Gilmar; ANTUNES, Ricardo. **Sindicatos, Cooperativas e Socialismo**. São Paulo, Perseu Abramo, 2003.
- HENRIQUES, Flávio C.; SIGOLO, Vanessa M.; RUFINO, Sandra; ARAUJO, Fernanda S.; NEPOMUCENO, Vicente; GIROTO, Mariana B.; PAULUCCI, Maria Alejandra; RODRIGUES, Thiago N.; ROCHA Maira C.; FARIA, Maurício S. **Empresas Recuperadas por trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.
- \_\_\_\_\_. “As empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil: resultados de um levantamento nacional”. **Mercado de Trabalho. Revista do IPEA**, Rio de Janeiro, v. 55, p. 55-68, 2013.
- \_\_\_\_\_. “Las Empresas Recuperadas por Trabajadores/as en Brasil: Resultado de un Relevamiento Nacional”. In: RUGGERI, A.; NOVAES, H.T.; FARIA, M. S. (Org.). **Crisis y autogestión en el siglo XXI: Cooperativas y empresas recuperadas en tiempos de neoliberalismo**. Buenos Aires: Peña Lillo Ediciones Continente, 2014, pp. 91-105.
- HENRIQUES, Flávio C. **Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil e na Argentina**. Tese de Doutorado, IPPUR/UFRJ, 2013.
- HOLZMANN, Lorena. **Operários Sem Patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia**. São Carlos: EdUSCar, 2001.
- HOBSBAWM, Eric J. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. *at al.* **O Marxismo no Tempo de Marx**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- IBASE/ANTEAG. **Autogestão em avaliação**. São Paulo: ANTEAG Edições, 2003.
- JOYEUX, Maurice. **Autogestão, gestão direta, gestão operária**. Brasília: Novos Tempos, 1988.
- JUVENAL, Thais Linhares. “Empresas Recuperadas por trabalhadores em Regime de Autogestão: reflexões à luz do caso brasileiro”. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, vol. 13, no. 26, pp. 115-138, dez. 2006.
- KLEIMAN, Fernando. **Lições de Catende: a construção de uma autogestão em Pernambuco**. São Paulo: Annablume; Recife: Fetape; Brasília: Contag, 2008.
- LAVACA (org.). **Sin Patrón: Fábricas y empresas recuperadas por sus trabajadores**. Buenos Aires: Lavaca Editora, 2007.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Documentos, 1969.
- \_\_\_\_\_. **Entretien avec Bruno Bernardi**, « La Nouvelle Critique », n. 125, juin 1979, pp. 47-48.
- \_\_\_\_\_. **La survie du capitalisme. La re-production des rapports de production**. Paris: Éditions Anthropos, 1973.
- \_\_\_\_\_. [entrevista] **Conversaciones con los radicales**. Barcelona: Kairos, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Vers le Romantisme Révolutionnaire**. Paris: Lignes, 2011.

- LEITE LOPES, José Sérgio. **O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. **A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”**. São Paulo, Marco Zero/Editora UNB/MCT/CNPq, 1988.
- \_\_\_\_\_. “Prefacio a la presente edición” In: LEITE LOPES, J. S. **El vapor del diablo: el trabajo de los obreros del azúcar**. Buenos Aires: Antropofagia, 2011.
- LEVAL, Gastol; BERTHIER, René; MINTZ, Frank. **Autogestão e Anarquismo**. São Paulo: Editora Imaginário, 2002.
- LIMA, Lenivaldo M. S. “A subordinação do trabalho humano e direito: implicações, superações e relações teóricas”. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Direito, Catende, 2012.
- LORETO, Maria di. GARCÍA, Inés. e ROFMAN, Alejandro. **Autogestion De Los Trabajadores: Una Experiencia En Expansion Para Enfrentar El Desempleo Urbano: El Caso Argentino**. Publicação do Programa Desarrollo Sustentable Urbano do Centro de Estudios Urbanos y Regionales, Asociado al CONICET, Buenos Aires, diciembre de 2003.
- LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- \_\_\_\_\_. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- \_\_\_\_\_. “O humanismo revolucionário de Rosa Luxemburgo” (02/04/2013). Artigo disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1396>. Acesso em: maio de 2013.
- \_\_\_\_\_. **La cage d’acier : Max Weber et le marxisme wébérien**. Paris: Éditions Stock, 2013.
- LUXEMBURGO, Rosa. “O que quer a liga Spartacus?” e “Socialização da Sociedade”, 1918. Disponíveis em: <http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1918/12/14.html>. Acesso em: maior de 2013.
- \_\_\_\_\_. **A revolução russa**, Petrópolis: Vozes, 1991.
- MANDEL, Ernest. “Sobre a Democracia Operária” (1968). In: **A Luta pela democracia socialista na União Soviética**. Lisboa: Antídoto, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Controle operário, conselhos operários, autogestão**. Volume 1, Organização no local de trabalho, CPV-SP, 1988.
- MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado. Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MARCUSE, Herbert. “Sobre o conceito de negação na dialética”. In: MARCUSE, H. **Ideias sobre uma Teoria Crítica da Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MARQUES, Paulo L. A. **Trabalho Emancipado / Empresas recuperadas pelos trabalhadores: A experiência autogestionária de metalúrgicos gaúchos**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFRGS, 2006.
- MARX, Karl. **O Capital**. Volume I, II e III. São Paulo: Editora Abril, 1985.
- \_\_\_\_\_. **La Guerrre Civile en France**. Montreuil-sous-Bois: Ed. Science Marxiste, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã / Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Editora Moraes, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Crítica ao Programa de Gotha**. In: “Textos” vol. II, São Paulo: Edições Sociais, 1977.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores” In: **Obras Escolhidas**, Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1961.
- \_\_\_\_\_. **Manifesto Comunista**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2005.
- MELLO, Sylvia L. de. “Solitário ou solidário” In: **Material de Apoio do Curso de Educação Popular, Cooperativismo e Economia Solidária**, São Paulo: ITCP-USP, 2003.
- \_\_\_\_\_. (org.) **Economia Solidária e Autogestão: encontros internacionais**. São Paulo, NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005.
- \_\_\_\_\_. “Famílias das Classes Populares: Tradição e Mudança”. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, vol. 4, no.1, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo**. São Paulo: Ática, 1988.
- MELLO, Sylvia L. de; SÍGOLO, Vanessa M.; BARBIERI, Estela M. (org.) **Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais**. vol. 2. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, 2007.
- MELO NETO, J. F. de e LIMA, Lenivaldo M. da S. **Usina Catende: para além dos vapores do diabo**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.
- MENEZES, Eduardo. **Memória Histórica de Catende**. Catende, Ed. Do Autor, 2014.
- MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- MOTHÉ, Daniel. **L'autogestion gouthé a gouthé**. Paris: Editions du Centurion, 1980.
- \_\_\_\_\_. “Balanço crítico do conceito de autogestão na França” In: MELLO, Sylvia Lese de (org.) **Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais**. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005, pp.102-118.
- \_\_\_\_\_. “Desenvolvimento Durável, Capital Cultural, Educação Popular e Autogestão” In: MELLO, S. L. de. (org.) **Economia Solidária e Autogestão: Encontros internacionais**. São Paulo, NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005. pp. 208-212.
- \_\_\_\_\_. “Autogestão”. In: CATTANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (Coord.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, 2009, p.26-30.
- \_\_\_\_\_. **L'autogestion entre l'utopie et la pratique: Histoire d'une définition**. In: 4<sup>o</sup>. Débat Interactif de l'Adels. Disponível em: [http://www.adels.org/rdv/autogestion/17\\_l%27autogestion\\_entre\\_l%27utopie\\_et\\_la\\_pratique.rtf](http://www.adels.org/rdv/autogestion/17_l%27autogestion_entre_l%27utopie_et_la_pratique.rtf) 2004. Acesso em: janeiro de 2013.
- NASCIMENTO, Claudio. “Socialismo autogestionário” In: CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Do ‘Beco dos Sapos’ aos canais de Catende: Os ‘ciclos longos’ das lutas autogestionárias**. Brasília: Senaes, 2005. Disponível em: <[www.mte.senaes.gov.br](http://www.mte.senaes.gov.br)>. Acesso em: março de 2010.
- \_\_\_\_\_. “Autogestão: Palavra e Ideia”. In: MELLO, Sylvia L. de; SÍGOLO, Vanessa M.; BARBIERI, Estela M.; **Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais**. vol. 2. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, 2007, p.29-46.
- \_\_\_\_\_. “A Oposição Sindical no exílio (ensaio sobre fontes da autogestão no Brasil)”. Disponível em: <http://claudioautogestao.com.br/>. Acesso em: julho de 2013.
- NASCIMENTO, Janaína Quitério do. **Fábrica Quebrada é Fábrica Ocupada. Fábrica Ocupada é Fábrica Estatizada: A luta dos trabalhadores da Cipla e Interfibra para salvar 1000 empregos**. Joinville, 2004.

- NOVAES, Henrique Tahan. **O Fetiche da Tecnologia: A experiência das fábricas recuperadas**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- \_\_\_\_\_. “De tsunami a marola: uma breve história das fábricas recuperadas na América Latina”. *Revista Lutas e Resistências*, Londrina, n. 2, p. 84 – 97, 2007.
- NOVAES, Henrique Tahan; FARIA, Maurício Sardá de. “Para onde vão as Empresas Recuperadas?” Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/>. Acesso em: junho de 2011.
- \_\_\_\_\_. “As Comissões de Fábrica no Brasil diante do Golpe de 1964”. Disponível em: <http://www.workerscontrol.net/>. Acesso em: novembro de 2013.
- OLIVEIRA, Francisco M. C. de. **Crítica à Razão Dualista / O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Noiva da revolução / Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2008.
- \_\_\_\_\_. “A prova dos nove: conflito de classes, publicização e nova contratualidade”. In: DINIZ, E.; LEITE LOPES, J. S.; PRANDI, R. (orgs.). **O Brasil no rastro da crise**. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1994.
- \_\_\_\_\_. “Jeitinho e Jeitão: uma tentativa de interpretação do caráter brasileiro”. *Revista Piauí*, no. 73, out./2012.
- OLIVEIRA, Francisco M. C. de; PAOLI, Maria Célia. (orgs.) **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Brasília: NEDIC/Vozes, 1999.
- OLIVEIRA, Francisco M. C. de; RIZEK, Cibele S. (orgs.) **A Era da Indeterminação**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- OLIVEIRA, Francisco M. C. de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele S. (orgs.) **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010.
- OWEN, Robert. **A new view of society and other writings**. London: Penguin Books, 1991.
- PAOLI, Maria Célia. “Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político”. In: HELLMANN, M. (org.). **Movimentos sociais e democracia no Brasil**. São Paulo: Marco Zero/Ildefes, 1995.
- \_\_\_\_\_. “Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil”. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 373-418.
- PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder. “Sobre ‘classes populares’ no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes)”. In: CARDOSO, R. (org.) **A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera S. “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”, *Revista Brasileira de História*, nº 6, 1984.
- PARRA, Henrique. **Liberdade e Necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, USP, 2002.
- PATEO, Felipe V. **Sentidos da economia solidária: limites e avanços dos trabalhadores sobre o controle do processo e do produto do seu trabalho**. Dissertação de Mestrado. PROLAM USP, 2012.
- PAULUCCI, Maria Alejandra. **O internacionalismo e as fábricas recuperadas**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFSC, 2007.
- PEDREIRA FILHO, Valdemar Santos. **Comissões de Fábrica: um claro enigma**. São Paulo: Entrelinhas/Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

- PEREIRA, Maria Cecília C. **Relações complexas: sindicalismo e autogestão em debate**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 2011.
- PETITFILS, Jean-Christian. **Os socialismos utópicos**. São Paulo: Círculo do Livro/Zahar, 1977.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. **Selected Writings of P.J. Proudhon**. New York: Anchor, 1969.
- RAMOS, Carolina. “A Construção do Sindicalismo Rural Brasileiro”. **Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder**, 2011. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT1/GT1-CAROLINA.pdf>. Acesso em: dezembro de 2014.
- RASLAN, Filipe. **Resistindo como classe: o caso da ocupação da Flaskô**. 2007. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UNICAMP, 2007.
- REBÓN, Julian. **La Empresa de la Autonomía: Trabajadores recuperando la producción**. Buenos Aires: Colectivo Ediciones/Picasso, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Desobedeciendo al desempleo. La experiencia de las empresas recuperadas**. Ediciones Picasso/La Rosa Blindada. Buenos Aires, 2004.
- RODRIGUES, Jaqueline. **Controle Operário e Formação de trabalhadores no chão de fábrica**. Dissertação de Mestrado em Educação, UFF, 2012.
- ROUGERIE, Jacques. **Paris Libre 1871**, Paris: Editions du Seuil, 2004.
- RUGGERI, Andrés. **Las empresas recuperadas en La Argentina: informe del segundo relevamiento del Programa**. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras. SEUBE. Universidad de Buenos Aires, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Las empresas recuperadas: autogestión obrera en Argentina y América Latina**. Buenos Aires: Editorial de La Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2009.
- \_\_\_\_\_. **La Economía de los Trabajadores: Autogestión y Districión de la Riqueza**. Buenos Aires: Ediciones de la Cooperativa Chilavert Artes Gráficas, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Las Empresas Recuperadas en La Argentina: Informe del tercer relevamiento de empresas recuperadas por sus trabajadores**. Buenos Aires: Ediciones de la Cooperativa Chilavert Artes Gráficas, 2011.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SARASUA, J. “Reflexiones desde la experiencia cooperativa de Mondragón”, **I Congreso de Economía Solidaria, Autogestión y Cooperativismo**, País Basco, 2008.
- SCHAFERS, Astrid. “Reforma Agrária e economia solidária: o caso da Usina Catende”. **Estudos Socio-Agrícolas**. Rio de Janeiro, vol. 15. no. 1, 2007.
- SIGAUD, Lygia. **Greve nos Engenhos**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado no Desenvolvimento do Proletariado no Brasil**, São Paulo: Ática, 1981.
- SÍGOLO, Vanessa Moreira. “Trabalho em moviment’ação’: a formação de movimentos sociais de economia solidária no Brasil e na Argentina pós-90”. Dissertação de Mestrado, PROLAM-USP, 2007.
- \_\_\_\_\_. “Colecionador de borboletas: reflexões sobre a sociologia e a experiência na sociedade atual”. **Áskesis - Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 1, pp. 80-98, 2013.
- \_\_\_\_\_. “Desobediência ao desemprego ou ação política? Um estudo sobre empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil pós-1980”. **Cabo dos Trabalhos - Revista eletrônica do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra**, Portugal, v. 10,

- pp. 1-16, 2014. Disponível em: [http://cabodotrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/10.3.2\\_Vanessa\\_Moreira\\_Sigolo.pdf](http://cabodotrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/10.3.2_Vanessa_Moreira_Sigolo.pdf). Acesso em: julho de 2014.
- \_\_\_\_\_. « Entretien - Dossier Autogestion ». **ContreTemps - Revue de critique communiste**, N°. 22, 3°. trimestre 2014, Paris : Editions Syllepse, pp. 104-108.
- \_\_\_\_\_. « Flaskô, dix ans d'occupation de l'usine ». **Lettre d'Association Autogestion**, Paris, 21 mar. 2014.
- SÍGOLO, Vanessa Moreira; RUFFINO, Sandra; HENRIQUES, Flavio Chedid. “Estudando Fábricas e Organizações Recuperadas por Trabalhadores no Brasil”. In: **Anais VII Encontro Internacional de Economia Solidária**, São Paulo: NESOL USP, 2011.
- SÍGOLO, Vanessa Moreira; MASCARENHAS, Thais. S. “Participação Popular, Espaço Público e Autogestão”. In: BENINI, E. A.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (Org.). **Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas da economia solidária**, v. 2, São Paulo: Outras Expressões, 2011, v. 2, pp. 189-209.
- SINGER, Paul. **O que é socialismo, hoje**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. “Autogestão e Socialismo: oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão” In: OLIVEIRA, P. S. (org.) **O lúdico na cultura solidária**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- \_\_\_\_\_. “Prefácio”. In: KLEIMAN, Fernando. **Lições de Catende: a construção de uma autogestão em Pernambuco**. São Paulo: Annablume; Recife: Fetape; Brasília: Contag, 2008.
- \_\_\_\_\_. “A construção da economia solidária como alternativa ao capitalismo”, 2012. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/textos-paul-singer.htm>. Acesso em: maio de 2013.
- \_\_\_\_\_. “A cooperativa é uma empresa socialista”. In: GUIMARAES, G. (org.) **Sindicalismo e cooperativo: A economia solidária em debate. Transformações no mundo do trabalho**. Rio de Janeiro: Unitrabalho, 2000.
- TAMASAUSKAS, Nicolas; SÍGOLO, Vanessa Moreira. “Mobilização apoia luta de trabalhadores do hotel Bauen contra desocupação”. **Carta Maior - Internacional**, 10 de abril de 2014.
- TAUILE, José Ricardo *et al.* **Empreendimentos Autogestionários Provenientes de Massa Falida**. Brasília: MTE/ IPEA/ANPEC/SENAES, 2005.
- TAUILE, José Ricardo. **Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento: escritos escolhidos 1981-2005**. Editora da UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.
- TELLES, Vera da Silva. “Pobreza, movimentos sociais e cultura política: Notas sobre as difíceis relações entre pobreza, direitos e democracia”. In: DINIZ, E.; LEITE LOPES, J. S.; PRANDI, R. (orgs.). **O Brasil no rastro da crise**. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1994.
- THOMPSON, Edward Palmer. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: Lucha de clases sin clases?”. In: **Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona: Crítica, 1989.
- \_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.
- \_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa II: a maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.
- \_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa III: a força dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c.
- VALLE, Rogério (org.) **Autogestão: o que fazer quando as fábricas fecham?** Rio de Janeiro:

- Relumé-Dumará, 2001.
- VERAGO, Josiane Lombardi. *Fábricas Ocupadas e Controle Operário: Brasil e Argentina (2002-2010). Os casos da Cipla, Interfibra, Flaskô e Zanon*. Sumaré: Edições CEMOP, 2011.
- VERARDO, Luigi. “ANTEAG 15 anos: refletindo sobre a organização”. Boletim Informativo Anteag, São Paulo, 2008.
- VIANA, Nildo. *Marx e a essência autogestionária da Comuna de Paris*. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. 10, pp. 56-66, 2011.
- VIEITEZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neusa Naria. *Trabalho Associado: Cooperativas e empresas de autogestão*. Rio de Janeiro: DPA, 2001.
- VIEITEZ, C. (Org.) *A empresa sem patrão*. Marília: Editora Unesp, 1997.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Editoria Pioneira, 2000.
- WEIL, Simone. *Conditions premieres d'un travail non servile*. Paris : Collection Carnets de L'Herne, 2014.
- YAZBECK, Maria Carmelita. “A Assistência Social e a despolitização da questão social brasileira no final dos anos 90: entre o Direito e a Filantropia”, 2001. (Mimeo).

#### **SÍTIOS ELETRÔNICOS:**

- [http://www.autogestion.asso.fr/\(Association Autogestion\)](http://www.autogestion.asso.fr/(Association Autogestion))
- [http://www.commune1871.org/\(Association des Amies et Amis de la Comuna de Paris 1871\)](http://www.commune1871.org/(Association des Amies et Amis de la Comuna de Paris 1871))
- [http://www.fabricasocupadas.org.br/estatizar/\(Movimento das Fábricas Ocupadas\)](http://www.fabricasocupadas.org.br/estatizar/(Movimento das Fábricas Ocupadas))
- <http://www.fbes.org.br> (Fórum Brasileiro de Economia Solidária)
- <http://www.memoriaoperaria.org.br/> (Centro de Memória Operária)
- <http://www.recuperadasdoc.com.ar> (Programa Facultad Abierta)
- [http://www.unisolbrasil.org.br/historico/\(Unisol Brasil/CUT\)](http://www.unisolbrasil.org.br/historico/(Unisol Brasil/CUT))
- <http://www.workerscontrol.net/> (Biblioteca Colaborativa sobre Autogestão)

#### **FILMES:**

- “BAUEN: La História – Cooperativa Autogestionada Recuperada”, 2005.
- “Catende, Usina sem Patrão”. Reportagem-Coletivo Catarse, Série Trabalhadores de Canaviais, para a TV Brasil, 5 min., 2008.
- “Cooperminas (antiga CBCA): conquista da sociedade”, 12 min, 2006.
- “Flaskô, a Fábrica”. Diretor: Emiliano Goyeneche, 15 min., 2013.
- “La Commune (Paris, 1871)”. Diretor: Peter Watkins, 220 min., 2000.
- “La Toma” (The Take). Diretores: Avi Lewis e Naomi Klein, 2009.
- “Os Lips: a imaginação no poder” (Les LIP, L'imagination au Pouvoir). Diretor: Christian Rouad. França, 118 min., 2006.
- “Solidariedade nos canaviais da reforma agrária”. Reportagem-Coletivo Catarse, Série Trabalhadores de Canaviais para a TV Brasil, 5 min., 2008.

**ANEXO – LISTA DE EMPRESAS RECUPERADAS POR TRABALHADORES NO  
BRASIL (2012)**

Nº	EMPRESAS RECUPERADAS POR TRABALHADORES	ESTADO	Nº DE TRABALHADORES	SETOR
1	CAEB - COOPERATIVA AGRO-EXTRATIVISTA BOM DESTINO (BONAL)	AC	269	ALIMENTÍCIO
2	COOPEL - COOPERATIVA DOS AGRICULTORES E PECUARISTAS DA REGIONAL DO BAIXO ACRE	AC	75	ALIMENTÍCIO
3	CCLB - COOPERATIVA CENTRAL DE LATICÍNIOS DA BAHIA	BA	55	ALIMENTÍCIO
4	COOPERPLASTICO - COOPERATIVA DE RECICLAGEM PLÁSTICA DA BAHIA	BA	19	QUÍMICO
5	COOPERBEL - COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CERÂMICA	MG	40	CERAMISTA
6	COOPERTEXTIL - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO TEXTIL DE PARÁ DE MINAS	MG	210	TÊXTIL
7	COOPERTRIM - COOPERATIVA DOS TRABALHADORES DA IND. METALÚRGICA DE RAUL SOARES	MG	23	METALÚRGICO
8	EXATA RETÍFICA MOTORES	MG	8	METALÚRGICO
9	MINAS BRASIL RETÍFICA DE MOTORES	MG	12	METALÚRGICO
10	RETÍFICA SÃO BENTO	MG	17	METALÚRGICO
11	POLYUTIL S.A	PB	94	QUÍMICO
12	COBERTORES PARAYBA - INDÚSTRIAS DE COBERTORES PARAHYBA LTDA	PE	130	TÊXTIL
13	USINA CATENDE - COOPERATIVA INDUSTRIAL CATENDE HARMONIA	PE	1000	AGROINDUSTRIAL
14	COOPERBOTÕES - NOVA DIAMANTINA	PR	10	QUÍMICO
15	CFF - COOPERATIVA FRIBURGUENSE DE FERRAMENTARIA	RJ	51	METALÚRGICO
16	COLÉGIO GRAHAM BELL	RJ	42	EDUCACIONAL
17	COOPARJ - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE PARAFUSOS DO ESTADO RJ	RJ	28	METALÚRGICO
18	GPCANTELMO	RJ	48	METALÚRGICO
19	HAGA S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	RJ	310	METALÚRGICO
20	COMTERN - COOPERATIVA MISTA DOS TÊXTEIS DO RN	RN	38	TÊXTIL
21	COOTALL - COOPERATIVA TAQUARENSE DE LATICÍNIOS LTDA	RS	115	ALIMENTÍCIO
22	ALUMIFER - COOPERATIVA AUTOGESTIONÁRIA DE TRABALHADORES DE FUNDAÇÃO DE ALUMÍNIO E FERRO LTDA	RS	28	METALÚRGICO
23	COOFITEC - COOPERATIVA DE TRABALHADORES PROFISSIONAIS DE FIAÇÃO E TECELAGEM	RS	36	TÊXTIL
24	COOPECA - COOPERATIVA CAXIAS DE MÓVEIS	RS	80	MOVELEIRO
25	COOPEN - COOPERATIVA DO VESTUÁRIO DE ENCANTADO LTDA	RS	40	TÊXTIL
26	COOPERCANA - COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CANA PORTO XAVIER LTDA	RS	283	AGROINDUSTRIAL
27	COOPEREI - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO CRISTO REI	RS	37	METALÚRGICO
28	COOPERLEO - COOPERATIVA LEOPOLDENSE DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE CARNES E DERIVADOS LTDA	RS	59	ALIMENTÍCIO
29	COOPERSHOES - COOPERATIVA DE CALÇADOS E COMPONENTES JOANETENSE LTDA	RS	3328	CALÇADOS
30	COOPERSPUMA - COOPERATIVA DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESPUMAS COLCHÕES EM TECIDOS DE GRAVATAÍ	RS	7	TÊXTIL
31	COOPHOTEL - COOPERATIVA GAÚCHA DE HOTÉIS E TURISMO LTDA	RS	26	HOTELEIRO
32	COOTEGAL - COOPERATIVA TÊXTIL DE GALÓPOLIS	RS	123	TÊXTIL

33	COSIDRA - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE SISTEMAS HIDRAULICOS LTDA.	RS	21	METALÚRGICO
34	CTMC - COOPERATIVA DOS TRAB. METALÚRGICOS DE CANOAS	RS	245	METALÚRGICO
35	FUNDECCOOPE - COOPERATIVA FUNDECCOOPE	RS	83	METALÚRGICO
36	CDM - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO METALÚRGICA DE BRUSQUE	SC	12	METALÚRGICO
37	COOPERMAQ - COOPERATIVA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	SC	70	METALÚRGICO
38	COOPERMETAL - COOPERATIVA DO METAL DE CRICIÚMA	SC	195	METALÚRGICO
39	COOPERMINAS - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO	SC	720	MINERAÇÃO
40	UNIPOL - COOPERATIVA DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE POLÍMEROS DE JOINVILLE	SC	49	QUÍMICO
41	COOPERVEST - COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DE FABRICAÇÃO DE VESTUÁRIO LTDA	SE	115	TÊXTIL
42	CONES - COOPERATIVA NOVA ESPERANÇA	SP	274	TÊXTIL
43	COOPERATIVA MONTE SINAI	SP	12	ALIMENTÍCIO
44	COOPERATIVA UNIMÁQUINAS	SP		METALÚRGICO
45	COOPERAVI - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE ITATIBA	SP	320	ALIMENTÍCIO
46	COOPERCAIXA- COOPERATIVA PAULISTANA DE PRODUÇÃO DE CHAPAS DE PAPEL OND.	SP	110	PAPELEIRO
47	COOPERFOR - COOPERATIVA INDUSTRIAL DE TRABALHADORES EM FORJARIA	SP	224	METALÚRGICO
48	COOPERINCA - CENTRO DE EVENTOS CONVENÇÕES E LAZER	SP	15	HOTELEIRO
49	COOPERLAFE - COOPERATIVA DE TRABALHO EM LAMINAÇÃO FORJADO ESPECIAL	SP	58	METALÚRGICO
50	COOPERSALTO - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DOS METALÚRGICOS DE SALTO	SP	88	METALÚRGICO
51	COOPERTEX - COOPERATIVA AUTOGESTIONÁRIA INDUSTRIAL DOS TRABALHADORES TÊXTEIS	SP	NÃO INFORMOU	TÊXTIL
52	COOPERTEXTIL - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO TEXTIL SÃO JOSÉ (COBERTORES PARAHYBA)	SP	152	TÊXTIL
53	COOPERTRATT – COOP. IND. DE TRAB. TRAT. TERM.	SP	133	METALÚRGICO
54	COOPERVIGUE - COOPERATIVA VITORIOSOS GUERREIROS	SP	34	QUÍMICO
55	COOPEVAL - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE EMBUTIDOS DA REGIÃO DE VALINHOS	SP	170	ALIMENTÍCIO
56	COPEMA - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE ESQUADRIAS DE AÇO E ALUMÍNIO (COPRAM)	SP	40	METALÚRGICO
57	COPROMEM - COOPERATIVA DE PRODUTOS METALÚRGICOS DE MOCOCA	SP	516	METALÚRGICO
58	COVAL - COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS DO ABATE DE ANIMAIS DE LOUVEIRA	SP	240	ALIMENTÍCIO
59	CSJ - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E SERVIÇOS METALÚRGICOS SÃO JOSÉ	SP	381	METALÚRGICO
60	FLASKÓ EMBALAGENS PLÁSTICAS	SP	79	QUÍMICO
61	HIDROCOOP - COOPERATIVA INDUSTRIAL HIDROCOOP	SP	35	METALÚRGICO
62	METALCOOP - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE TRABALHADORES EM CONF. METAIS.	SP	124	METALÚRGICO
63	METALÚRGICA RIO GRANDE	SP	176	METALÚRGICO
64	PLASTCOOPER - COOPERATIVA INDUSTRIAL DE TRABALHO EM ARTEFATOS DE PLÁSTICO	SP	85	QUÍMICO
65	UNIFERCO - COOPERATIVA INDÚSTRIA DE TRABALHO EM USINAGEM E FUNDIÇÃO DE ALUMÍNIO	SP	32	METALÚRGICO
66	UNIFORJA - COOPERATIVA CENTRAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE TRABALHADORES EM METALURGIA	SP	202	METALÚRGICO
67	UNIWIDIA - COOPERATIVA INDUSTRIAL DE TRABALHADORES EM FERRAMENTAS DE METAL DURO	SP	38	METALÚRGICO